O BRASIL E A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

O Brasile a China-10.indd 1 25/3/2008 00:35:35

O Brasile a China-10.indd 2 25/3/2008 00:35:36

NERINT/UFRGS

O BRASIL E A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

POLÍTICA EXTERNA COMPARADA E RELAÇÕES BILATERAIS (1974 - 2004)

DANIELLY SILVA RAMOS BECARD

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

O Brasile a China-10.indd 3 25/3/2008 00:35:39

© de Danielly Silva Ramos Becard
1ª edição: 2008

Direitos reservados desta edição:
Fundação Alexandre de Gusmão

Capa: Carla M. Luzzatto
Revisão: Danielly Silva Ramos Becard
Editoração eletrônica: Fernando Piccinini Schmitt

Danielly Silva Ramos Becard
Possui doutorado em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (2006), mestrado em Ciência Política – Governo Comparado pela Universidade de Paris 1 – Panthéon-Sorbonne (1994) e graduação em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (1992). Atualmente é professora do curso de graduação em Relações Internacionais e do curso de mestrado em Direito, Relações Internacionais e Desenvolvimento da Universidade Católica de Goiás.

Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais
(www.ilea.ufrgs.br/nerint; nerint@ilea.ufrgs.br)

O NERINT foi fundado em 1999 como Grupo de Pesquisa Interdisciplinar junto ao Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, visando estudar o reordenamento mundial pós-Guerra Fria e contribuir para a retomada da discussão sobre um projeto nacional para o Brasil, no plano da análise das opções estratégicas para a inserção internacional do pais, repensando o tema a partir da perspectiva do mundo em desenvolvimento. Atualmente suas linhas de pesquisa abordam a Cooperação Sul-Sul, os processos de integração da América do Sul, da África Austral e da Ásia Meridional e Oriental, nos campos da segurança, da diplomacia e da economia. O NERINT sedia o Centro de Estudos Brasil-África do Sul (CESUL) e está associado ao Instituto Brasileiro de Estudos sobre China e Ásia-Pacífico (IBECAP-RJ) e co-patrocinou a publicação dessa obra.

Pesquisadores da UFRGS:
Luiz Dario Ribeiro, Coordenador Geral
Paulo Fagundes Visentini, Coordenador Editorial
Marco Aurélio Cepik, Carlos Schmidt Arturi, André Cunha, Álvaro Heidrich

B388b Becard, Danielly Silva Ramos
O Brasil e a República Popular da China: política externa comparada e relações bilaterais (1974-2004) / Danielly Silva Ramos Becard. – Brasília : FUNAG, 2008.

330p.

1. Relações internacionais – Política externa – Brasil – República Popular da China. I. Título.

CDU 327(81:510)"1974-2004"

Catalogação na publicação: Mônica Ballejo Canto – CRB 10/1023

ISBN 978-85-7631-110-2

Para Philippe

O Brasile a China-10.indd 5 25/3/2008 00:35:39

O Brasile a China-10.indd 6 25/3/2008 00:35:39

Apresentação

Amado Luiz Cervo

San Tiago Dantas definiu o Brasil como um país que busca o desenvolvimento. Ao estudar a China, Danielly Silva Ramos bem poderia tê-la definido com os mesmos termos. Com efeito, foi nesse curso profundo de países em desenvolvimento que ambos se encontraram, desde o estabelecimento de relações diplomáticas em 1974, e construíram uma parceria bilateral, feita de entendimento e cooperação, que alcança o presente.

Em nossa literatura especializada, carecemos de estudos comparados como esse, em que modelos asiáticos de desenvolvimento sejam aproximados à experiência brasileira e os parâmetros avaliados com o fim de examinar resultados. No caso da China, o estudo ganha especial interesse pelo fato de as relações bilaterais haverem-se imbricado nos processos históricos nacionais.

China e Brasil coincidiram historicamente, havendo ambos acoplado seu destino a um projeto nacional, conduzido em fases, porém com racionalidade e continuidade. Esse elemento comum submeteu a si a organização interna, a política exterior e a inserção internacional. Três linhas de força dos respectivos projetos nacionais nortearam os dirigentes e as sociedades na realização dos objetivos do desenvolvimento. Duas são comuns: implementar o processo mais autônomo possível e aberto à cooperação internacional, isto é, pacifista, não confrontacionista. Separaram-se na terceira frente de ação, em razão dos contextos regionais: a China agregou a seu projeto nacional a construção da potência estratégica, ao passo que o Brasil abdicou dos meios modernos de dissuasão e defesa.

Frente à globalização, tendência hegemônica das relações internacionais nas últimas três décadas, ambos os países reagiram de modo semelhante. Durante a fase inicial dos anos noventa do século XX, enquanto o Brasil e seus vizinhos da América do Sul adotavam a abertura ilimitada e incondicional sob o signo neoliberal, a China persistiu na conduta logística, em que ao Estado nacional se confiava a condução do processo, não aos conselhos do centro do capitalismo. Na conduta logística, contudo, encontrar-se-iam Brasil e China logo depois: uma abertura do mercado e

O Brasile a China-10.indd 7 25/3/2008 00:35:40

dos sistemas produtivos e de serviço dosada pela capacidade de adaptação interna à competição global.

O cerne ideológico desse padrão de conduta repousa sobre elemento comum, que identifica, a bem do interesse nacional, Brasil e China: a defesa intransigente da vocação industrial. Esta é considerada pelos dirigentes de ambos os lados o bem supremo a preservar. Vez que dela, sobretudo, depende o interno, ou seja, o nível de emprego, de renda e de consumo, de progresso tecnológico, de produtividade e de produção, de organização empresarial. Em suma, o bem-estar, o nível de desenvolvimento em sua maturidade, nível alcançado por Europa, Japão e Estados Unidos. Avocação industrial a preservar coloca na mesma luta países emergentes frente a países centrais, voltados à manutenção de regras e regimes multilaterais que perpetuem velhas assimetrias estruturais entre norte e sul.

Derivado dessa visão comum de mundo e do próprio destino, outro parâmetro de conduta frente à globalização aproxima Brasil e China: a internacionalização dos empreendimentos. Países de grande porte, os dois assimilaram correto pensamento político segundo o qual não há interdependência real sem expansão para fora dos negócios e empresas de matriz nacional. Essa vertente de conduta apresenta dimensão global que se derrama sobre a relação bilateral, uma vez que ambos dispõem de empreendimentos de envergadura comparáveis aos maiores do mundo.

O estudo de Danielly Silva Ramos, com o qual obteve o doutorado em Relações Internacionais junto à Universidade de Brasília, lida com esse curso profundo das relações internacionais e bilaterais de Brasil e China. No âmbito bilateral, as convergências são evidenciadas em seu estudo, como o diálogo mantido entre os dirigentes há mais de três décadas, o estabelecimento de uma cooperação concreta, porém insuficiente, a ampliação social dessa cooperação com envolvimento crescente de agentes de ambos os lados, uma incipiente tentativa de cooperação científica e tecnológica avançada, a associação de empresas; em suma, o retilíneo esforço no sentido de arrancar as relações bilaterais da condição "em desenvolvimento" e projetá-las à condição de países maduros.

O fôlego dessas relações, nas últimas décadas, deixa perceber três movimentos: nos anos 1970, a desideologização das políticas exteriores que se tornam mais pragmáticas e dão impulso inicial a relação bilateral positiva; nos anos 1980, arrefecimento geral em razão de dificuldades internas; nos anos 1990, Fernando Henrique Cardoso, e, no século XXI, Luiz Inácio Lula da Silva, investem no bilateral e agregam elementos à parceria, denominada de estratégica por ambos os governos, parceria essa que busca ainda ser próativa, como outras que a China mantém no presente.

Em nenhuma dessas fases, contudo, percebe-se a prevalência de estratégia bilateral de longo curso, como aquela que impregnou a parceria histórica entre Brasil e Estados Unidos com resultados determinantes para a formação nacional. Dois fatores dificultam a pavimentação da avenida entre Brasil e China: a escassez de conhecimento mútuo e a ausência de planejamento de longo prazo. Ambos os países, desde a globalização, dispersam suas forças

para quadrantes diversos do globo, sem medir o alcance e controlar o peso relativo do bilateral nesse contexto. Essa névoa de fundo necessita ser dissipada para se avançar no trabalho empreendido há décadas pelos governos e suas diplomacias, pelas sociedades e seus agentes econômicos.

A avenida já foi desbravada. As relações bilaterais adquiriram impulso com a troca de visitas dos chefes de Estado em 2004, Lula e Hu Jintao, que viajaram acompanhados de grandes comitivas de empresários. Nesse ano estabelecia-se a denominada parceria estratégica entre os dois países, firmando-se acordos de nova geração e criando-se mecanismos de ação bilateral.

Apesar disso, o Conselho Empresarial Brasil-China, que acompanha de perto a evolução das relações bilaterais, avalia as mesmas no presente com certo temor: penetração de apenas alguns poucos produtos primários brasileiros no mercado chinês, exceto os aviões da Embraer, e dificuldades de penetração de empresas chinesas no Brasil, em razão de exigências trabalhistas, ambientais, tributárias e burocráticas. O desconhecimento da realidade empresarial do outro e a falta de interesse brasileiro – os Estados Unidos mantêm mais de mil funcionários em sua representação na China – são dois fatores de obstrução de avanços rápidos da parceria que convém tornar pró-ativa.

Quando desponta 2008, a China supera a Argentina como segundo consumidor externo de produtos brasileiros. Suas exportações para o Brasil em bens de capital e matérias-primas favorecem a expansão da indústria. O comércio bilateral fechou 2007 acima dos vinte e três bilhões de dólares, podendo atingir os trinta bilhões em 2008, uma meta que se presumia alcançar apenas em 2010.

No mesmo despontar de 2008, a China supera os Estados Unidos em exportações de produtos de alta tecnologia, alcançando o primeiro lugar no mundo, enquanto o Brasil ocupa a vigésima nona posição nesse *ranking*. O dragão asiático sepultou no passado a imagem de exportador de produtos baratos e de qualidade inferior, ao investir pesadamente em educação popular, pesquisa científica e inovação tecnológica, desde 2003, ao comprometer nesse esforço, por outro lado, os três donos da economia: o setor estatal, o privado nacional e os empreendimentos de capital estrangeiro.

Os investimentos chineses no exterior atingiram, em 2007, a cifra de trinta bilhões de dólares, superiores, portanto, aos investimentos japoneses, e contam com uma agência nacional de classificação de risco, que não inclui o Brasil entre destinos preferenciais. Detentora de reservas próximas a um e meio trilhões de dólares, a China busca em as associações, seja na modalidade de *joint-ventures*, seja mediante a compra de ativos de empresas capitalistas tradicionais. Essa tendência faz pender o lastro do sistema capitalista para o lado chinês e provoca reações no Ocidente, particularmente nos Estados Unidos, que aplicam, desde 2005, em nome da segurança estratégica, novo protecionismo, desta feita coibindo a apropriação de empresas norte-americanas pelo capital chinês.

Vem a público, pois, em momento oportuno, esse livro sobre as relações entre o Brasil e a China. Ensinou-nos o Barão do Rio Branco que a

potência hegemônica do mundo merece cuidados dos dirigentes brasileiros, no sentido de com ela estabelecer, em nome do interesse nacional – cultural, político, geopolítico e econômico – as melhores relações possíveis. Desde 1974, o Brasil persegue esse conselho da sabedoria diplomática, com olhos voltados para a emergência de nova hegemonia. Será que estamos fazendo o suficiente? Que o diga Danielly da Silva Ramos.

O Brasile a China-10.indd 10 25/3/2008 00:35:40

Sumário

Introdução / 13

Capítulo 1
Relações embrionárias entre Brasil e China (1974-1979) / 19

Capítulo 2
Aproximação política e operacional
entre chineses e brasileiros (1979-1990) / 83

Capítulo 3
Esfriamento das relações bilaterais e
superação de desafios (1990-1994) / 151

Capítulo 4
Ampliação e consolidação
das relações sino-brasileiras (1995-2004) / 211

Conclusão / 303

Bibliografia / 311

O Brasile a China-10.indd 11 25/3/2008 00:55:07

O Brasile a China-10.indd 12 25/3/2008 00:35:41

Introdução

A presente obra tem como tema central as relações mantidas entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China – RPC, desde a fase do estabelecimento de relações diplomáticas (1974) até o momento em que a parceria passou a ser definida como 'estratégica' (de 1993 aos dias atuais).

A opção pelo estudo das relações sino-brasileiras justifica-se, primeiramente, pelo fato de as relações políticas e econômico-sociais estabelecidas entre brasileiros e chineses terem sido estudadas nos últimos anos por um reduzido número de estudiosos nacionais e estrangeiros, sendo que, na maioria das vezes, foram enfocadas apenas algumas questões ou áreas dentro da vasta problemática das influências exercidas mutuamente, tendo sido poucos os trabalhos elaborados a partir da visão das relações internacionais. Por outro lado, não foram encontrados, até o momento da elaboração deste trabalho, estudos comparados sobre a história das políticas exteriores do Brasil e da China que pudessem auxiliar no entendimento das particularidades dos caminhos percorridos conjuntamente por estes dois países nos últimos trinta anos e do impacto da cooperação bilateral em seus respectivos projetos nacionais de desenvolvimento. A respeito desse tema de interesse para a história comum da China e do Brasil, algumas indagações relevantes servem de guia para o presente estudo: por que o Brasil e a China – tão distantes geograficamente, díspares historicamente e distintos culturalmente – se interessaram um pelo outro a ponto de se proporem o estabelecimento de relações formais entre eles? Quais fatores compeliram o Brasil e a China ao distanciamento ou à aproximação? Após trinta anos de cooperação, podem tais relações ser consideradas estratégicas?

Frente aos problemas anteriormente levantados, esta obra coloca-se como objetivo geral compreender como se deu a construção das relações sino-brasileiras e quais foram as razões que levaram ao aprofundamento da parceria entre os dois países. Em face da dinâmica própria do sistema internacional, indaga-se, por outro lado, sobre como o Brasil e a China reagiram à globalização econômica do fim do século e quais mutações provocou no relacionamento externo existente entre os dois países.

Dentre os objetivos específicos propostos pelo presente trabalho, destaca-se, por um lado, o de revelar como as percepções internas de interesse e oportunidades sistêmicas foram formadas ao longo do período analisado e em que medida condicionaram as relações internacionais e bilaterais sino-brasileiras. Por outro lado, visa-se desvendar as conexões e fatores que distinguem tais relações bilaterais, ressaltando as tendências e os resultados alcançados após aproximadamente três décadas de cooperação e sua contribuição para a promoção do desenvolvimento e da autonomia nacional.

O Brasile a China-10.indd 13 25/3/2008 00:35:41

Com vistas a orientar a pesquisa proposta e facilitar sua inteligibilidade e estudo, sugerem-se alguns argumentos a respeito dos fatores previamente explicitados: i) é considerada importante na caracterização e condução da política externa do Brasil e da China a adequação de suas estruturas político-econômicas e de estratégias de inserção internacional à dinâmica própria do sistema internacional; ii) o interesse mútuo existente entre o Brasil e a China e o estabelecimento e aprofundamento de relações formais, harmoniosas e duradouras entre ambos dependem da capacidade de esta parceria colaborar na consecução dos projetos nacionais destes países e no aproveitamento das oportunidades oferecidas pela ordem global em transformação.

A partir desses argumentos, este trabalho parte do pressuposto de que as relações entre o Brasil e a China tornaram-se possíveis graças à existência de coincidências e convergências entre seus respectivos projetos nacionais. Por sua vez, o que explica o pouco aprofundamento, até o presente momento, das relações bilaterais e não atingimento da maior parte dos objetivos traçados são não apenas fatores ligados às diferenças lingüísticas e sócio-culturais – também existentes nas relações que a China mantém com outros países do mundo ocidental – mas principalmente às condições de desenvolvimento interno e às percepções de interesse, as quais conduzem os dois países a aproveitarem de forma diversa as oportunidades que se apresentam no sistema internacional, a optarem por relações com as grandes potências da época e a negligenciarem o conhecimento mútuo e as realidades nacionais dos parceiros.

De forma a poder verificar os argumentos sinteticamente apresentados anteriormente e a fim de atingir os objetivos propostos por este trabalho, a presente obra é dividida em duas partes. A primeira parte é dedicada ao estudo do nascimento das relações modernas sino-brasileiras. No primeiro capítulo, procede-se a uma breve revisão bibliográfica sobre o tema e delimitação do estado da questão. Em seguida, é passada em revista a história das relações sino-brasileiras no período que se estende ao longo da maior parte das décadas de 1970 e 1980 (capítulo 2, 1979-1990), correspondentes à fase de estabelecimento das relações diplomáticas e de gestação das relações bilaterais.

Na segunda parte da obra, estuda-se o período de consolidação das relações existentes entre o Brasil e a China envolvendo diferentes áreas de interesse. São analisados a década de 1990 e os primeiros anos do século XXI, fase em que, ao mesmo tempo, as relações enfrentam grandes dificuldades e desafios e passam a ser consideradas estratégicas (capítulo 3, 1990-1994) e são computados diversos resultados concretos advindos da cooperação bilateral, em especial nas áreas de ciência e tecnologia e trocas comerciais (capítulo 4, 1995-2004).

Para a confecção da presente obra, além de noticiários da imprensa e fontes secundárias nacionais e internacionais especializadas em política, teoria e história das relações internacionais e política externa brasileira e chinesa, foram consultados documentos oficiais dos seguintes órgãos e instituições: Arquivo Histórico do Itamaraty, em Brasília; Congresso Nacional;

O Brasile a China-10.indd 14 25/3/2008 00:35:41

Ministério das Relações Exteriores; Ministério da Indústria, Comércio e Turismo; Ministério da Ciência e Tecnologia; Ministério das Minas e Energia (assim como de Ministérios e órgãos chineses correspondentes); Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e Agência Espacial Brasileira. Foram também coletados dados de empresas brasileiras e chinesas envolvidas na cooperação bilateral, além de teses e dissertações relacionadas ao tema. A obra combina ainda a pesquisa com informações orais obtidas por meio de entrevistas com personalidades envolvidas direta e indiretamente nas relações sino-brasileiras.

O Brasile a China-10.indd 15 25/3/2008 00:35:41

O Brasile a China-10.indd 16 25/3/2008 00:35:41

Constituição da parceria Sino-Brasileira (1974-1990)

O Brasile a China-10.indd 17 25/3/2008 00:35:42

Capítulo 1

Relações embrionárias entre Brasil e China (1974-1979)

Este capítulo tem como objetivo expor como vêm sendo tratadas por analistas brasileiros e chineses as principais questões envolvendo as políticas externas chinesa e brasileira, as relações sino-brasileiras, assim como os contextos regional e mundial em que se desenvolvem tais relações, ao longo das três últimas décadas do século XX.

O presente capítulo trata igualmente das políticas exteriores e das relações entre o Brasil e a República Popular da China ao longo da década de 1970. Procura-se identificar as *bases* e *estruturas* em que se assentam seus respectivos projetos nacionais e se conjugam os processos de elaboração da política externa.

Em particular, busca-se estudar momentos de *mudança* e *continuidade* nas políticas exteriores do Brasil e da China durante o período indicado, apontando os fatores que levaram à opção pelo estabelecimento das relações entre os dois países.

Em seguida, passa-se para a investigação de elementos que exerceram maior impacto sobre a construção das relações bilaterais, os quais permitiram levar aos primeiros passos rumo à aproximação *política* e *operacional* sino-brasileira ao longo da década de 1970.

ESTADO DA QUESTÃO

As influências mútuas entre chineses e brasileiros, iniciadas há mais de dois séculos por meio de vínculos comerciais, administrativos e culturais que, ao longo de todo o período colonial brasileiro, uniram especialmente Salvador e Macau, vêm sendo estudadas por um pequeno grupo de brasileiros[1] e chineses[2] interessados, sobretudo, por questões político-estratégicas e

[1] Cf. Pereira, Ronan Alves. "Estudos Asiáticos no Brasil". In Guimarães, Lytton L. *Ásia, América Latina, Brasil: a construção de parcerias*. Brasília: NEÁSIA/CEAM/UnB, 2003; p. 105-124.

[2] Cf. Zhou Shixiu. "O Estudo e o Ensino sobre o Brasil e a América Latina na China". In Bellucci, Beluce (org.). *Abrindo os Olhos para a China*. Rio de Janeiro: Editora Universitária Candido Mendes, 2004, p. 325-326. Shixue, Jiang. "Latin American Studies in China: an overview". Disponível em: <http://www.cass.net.cn>. Acesso em: 3/9/2004.

O Brasile a China-10.indd 19 25/3/2008 00:35:42

econômico-comerciais, consideradas atualmente por governantes e empresários brasileiros[3] e chineses[4] como sendo de alto valor estratégico.

Apesar de os estudos sobre a Ásia ocuparem uma posição relativamente marginal e secundária na academia brasileira[5] – comparados aos trabalhos desenvolvidos sobre os continentes americano e europeu – o aumento do interesse dos pesquisadores brasileiros pelos temas asiáticos aconteceu de forma paralela ao crescimento espetacular da economia dos países da Ásia-Pacífico nas décadas de 1970 e 1980 e do interesse recíproco em expandir o intercâmbio comercial entre o Brasil e os países asiáticos[6].

Sobre os contextos mundial e regional, políticas externas chinesa e brasileira e relações mantidas entre o Brasil e a China – temas centrais à presente obra –, contribuições foram dadas por Amaury Porto de Oliveira, Paulo Fagundes Vizentini, Henrique Altemani de Oliveira, Sérgio Caldas Mercador Abi-Sad, Paulo Antônio Pereira Pinto, assim como por Antônio José Barbosa, Severino Bezerra Cabral Filho, Argemiro Procópio e José Roberto Teixeira Leite. Propostas abrangentes de temas sino-brasileiros vêm sendo igualmente oferecidas pelo *Núcleo de Estudos Asiáticos* da Universidade de Brasília – UnB (coordenado pelo Prof. Lytton L. Guimarães), pelo *Centro de Estudos Afro-Asiáticos – CEAA* da Universidade Cândido Mendes (coordenado pelo Prof. Beluce Bellucci), assim como pelo *Núcleo de Estudos em Relações Internacionais - NUPRI* da Universidade de São Paulo – USP (coordenado pelo Prof. José Augusto Guilhon Albuquerque) [7].

Na China, os temas citados vêm sendo ultimamente tratados por diversos estudiosos do *Institute of Latin American Studies* (ILAS) – como Jiang Shixue, Fan Lei, Li Mingde e Zhang Baoyu – e do *China Institute of Contemporary International Relations* (CICIR) – como Wu Hongying, Zhang Xinsheng, Yang Shouguo, Sun Yanfeng, Tao Feng e Zhou Jing. Os

---

[3] Nos anos recentes, encontros promovidos por entidades públicas e privadas constituíram-se em mecanismo propulsor de estudos sobre as relações bilaterais, destacando-se o Seminário Brasil-China (18 e 19 de novembro de 1999, Rio de Janeiro), organizado pelo Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais – IPRI e Fundação Alexandre de Gusmão (Cf. Cabral Filho, S B. "Encontro entre Brasil e China: cooperação para o século XXI", in *Revista Brasileira de Política Internacional*, 43 (1): 24-42, 2000). Em março de 2002, coube à Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomercio – sp, 4 de março de 2002), a organização de um encontro sobre promoção do comércio sino-brasileiro.

[4] O Instituto Chinês de Estudos Latino-Americanos, fundado em maio de 1984, com sede no Instituto de Estudos Latino-Americanos da Academia Chinesa de Ciências Sociais, em Pequim, promoveu, ao longo dos anos, simpósios voltados principalmente para o estudo sobre os movimentos nacionais e democráticos da América Latina, suas relações exteriores e abertura ao estrangeiro. Cf. Zhou Shixiu. "O Estudo e o Ensino sobre o Brasil e a América Latina na China", in Bellucci, Beluce (org.). *Abrindo os Olhos para a China*. Rio de Janeiro: Editora Universitária Candido Mendes, 2004, p. 317-333.

[5] Cf. Oliveira, Herique Altemani; Masiero, Gilmar. "Estudos Asiáticos no Brasil: contexto e desafios", *RBPI*, 48(2), 2005, p. 5-28.

[6] Pereira, Ronan Alves. "Estudos Asiáticos no Brasil". In Guimarães, Lytton L. *Ásia, América Latina, Brasil: a construção de parcerias*. Brasília: NEÁSIA/CEAM/UnB, 2003; p. 112-122.

[7] Disponíveis em: <http://www.unb.br/ceam/neasia/>, <http://www.candidomendes.br/ceaa/>,e <http://www.nupri.prp.usp.br/nupri/nupri_f.htm>. Acesso em: 23/10/2006.

O Brasile a China-10.indd 20 25/3/2008 00:35:42

cenários asiático e mundial são também estudados no *China Institute for International Strategic Studies* (CIISS) – por pesquisadores como Xiong Guangkai, Huang Zhengji e Li Qinggong –, assim como no *Chinese People's Institute of Foreign Affairs* – por meio dos trabalhos de Qiu Shengyun, Wang Jianbang e Wang Yusheng, dentre outros. Ao longo dos anos 1980, adquiriram influência na elaboração da política externa chinesa instituições de pesquisas como o *Centro de Relações Internacionais* (CIS), ligado ao Conselho de Estados e gozando de nível ministerial; o *Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais de Pequim* (BIISS), extensão do Estado-Maior do Exército de Libertação Popular - ELP; e o Instituto de Estudos Internacionais de Xangai (SIIS), de peso internacional [8].

Contextos Mundial e Regional

Para a maioria dos autores brasileiros estudados, o contexto asiático do final do século XX foi marcado pela passagem da chamada *Pax Americana I* para a *Pax Americana II* e da *Era da Revolução Industrial II* para a *Era da Informação.*

Os artigos de Amaury Porto de Oliveira[9] fornecem um resumo dos cenários mundial e asiático que surgiram após o colapso da União Soviética e exaustão da II Revolução Industrial. Prevalece em seus textos a tese de que uma nova estrutura de poder mundial está em formação desde o final dos anos 1980. O período é marcado pela entrada em uma fase de multipolaridade com o declínio da influência global dos Estados Unidos – EUA e da ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS, do fim do período de estabilidade hegemônico baseado na economia internacional liberal definida pelo Sistema de Bretton Woods e pelo Acordo Geral de Tarifas e Comércio – GATT. Tal fase é ainda caracterizada por um aumento de liberdade, em que mesmo países pequenos e médios têm maiores chances de participação, desde que exibam coesão e determinação internas. No plano asiático, tais mudanças puderam ser constatadas, por exemplo, por meio da ascensão da China como potência que reivindica seu espaço apropriado no mundo e que contesta a pretensão dos Estados Unidos de agirem como única potência do sistema internacional.

Entre os pesquisadores chineses, há também a opinião de que, desde o fim da Guerra Fria, as forças que se opõem à hegemonia e favorecem a multipolarização do sistema internacional cresceram consideravelmente, as quais convivem com a tentativa norte-americana em estabeler um mundo

---

[8] Cf. Oliveira, Amaury Porto de. "O projeto da China", in *Caderno Premissas*, nº 13, agosto de 1996, p. 14.

[9] Cf. Oliveira, Amaury Porto de. "O leste asiático em tempos de monopolaridade", in *Revista Brasileira de Política Internacional*, 39 (2): 5-32, 1996. "A dimensão territorial do reformismo chinês", in *Revista Tempo Brasileiro. Mundialização: Ásia e América*, Rio de Janeiro, 125: 111-130, abr.–jun, 1996. "O projeto da China", in *Caderno Premissas*, nº 13, agosto de 1996, p. 5-32.

O Brasile a China-10.indd 21 25/3/2008 00:35:43

unipolar. Se, durante a primeira metade do século XX, a guerra e a revolução foram os principais temas mundiais, na segunda metade, a paz e o desenvolvimento surgiram como os dois grandes objetivos da comunidade internacional. Acredita-se que o ambiente internacional de relativa paz e estabilidade pode ser mantido por um tempo relativamente longo, apesar de a situação internacional ser ainda complexa e instável, apresentando fatores de incerteza, capazes de provocar conflitos regionais e contingenciais [10].

Os diversos artigos publicados pela revista chinesa *International Strategic Studies* e, em especial, aqueles escritos por Xiong Guangkai fornecem uma visão geral do panorama regional asiático que sucede o fim do bipolarismo. Segundo este olhar chinês, a globalização econômica é o resultado inevitável do desenvolvimento das forças produtivas e da divisão internacional do trabalho. Desde o início dos anos 1990, com o aumento gradativo da *détente* internacional, os países do globo passaram a perceber o desenvolvimento econômico como prioridade máxima, a ser alcançado por meio de inter-relações e da interdependência entre várias economias nacionais. Explica o autor que, apesar de conviverem no debate acadêmico chinês as correntes pró e anti-globalização, prevalece a tese intermediária que defende ser a globalização econômica um processo de dupla face, em que o passo e a rapidez no processo de abertura internacional devem ser estabelecidos conforme condições específicas e níveis de desenvolvimento de cada país, sob o risco de não se poder aproveitar das novas condições oferecidas pela globalização [11].

Há, por outro lado, a opinião, tanto na América Latina quanto na China, de que a liberdade no sistema internacional pós-Guerra Fria continua limitada pelo neocolonialismo que, sob o manto das transformações operadas pelo desenvolvimento da revolução científica e técnica, continua permitindo que alguns países imponham ao mundo em desenvolvimento um alto preço na alocação do capital e de financiamento à transferência de novos recursos.

Ao analisar a cooperação sino-brasileira e sua relação com a ordem mundial pós-Guerra Fria, Severino Cabral explica que o novo diálogo Norte-Sul traduz-se no endividamento e permanente limitação à soberania e independência dos países não detentores dessa força produtiva [12]. Neste contexto, as relações Sul-Sul, a exemplo da cooperação que vem sendo construída entre o Brasil e a China, demonstram que ainda existe a possibilidade de união e solidariedade entre os países do mundo em desenvolvimento frente às relações de subordinação, contribuindo para a construção de uma nova ordem internacional multipolar e anti-hegemônica.

---

[10] Cf. Zhenxi, Wang. "The New Wave of Military Revolution in the World", in *International Strategic Studies*, 2/1997, p. 3-4. Guangkai, Xiong. "The International Strategic Situation at the Dawn of the New Century", in *International Strategic Studies*, 1/2001, p. 1-2.
[11] Guangkai, Xiong. "The International Strategic Situation at the Dawn of the New Century", in *International Strategic Studies*, nº 1/2001, p. 4-5. "Moving with the Trend of the Times and Looking at the New Developments and Issues in the International Strategic Situation Dialectically and Comprehensively", in *International Strategic Studies*, 1/2002, p. 1-6.
[12] Cf. Cabral Filho, S B. "Encontro entre Brasil e China: cooperação para o século XXI", in *Revista Brasileira de Política Internacional*, 43 (1): 24-42, 2000, p. 26-27.

O Brasile a China-10.indd 22 25/3/2008 00:35:43

Estudiosos chineses confirmam essa idéia ao afirmar que, ao final do século XX, tornaram-se visíveis "cinco novos desenvolvimentos" no sistema internacional: i) do hegemonismo e poder político; ii) do colonialismo econômico; iii) do intervencionismo militar; iv) dos desafios advindos da difusão de informações via "networks"; v) e do terrorismo internacional, manifestado de forma evidente por meio dos ataques de '11 de setembro' de 2001 aos Estados Unidos [13].

O impacto provocado pelas transformações pós-Guerra Fria nas relações de produção foi observado, no cenário mundial, por meio do surgimento de três espaços econômicos: os Estados Unidos, a Europa unificada e o Leste Asiático, dinamizado pelo Japão. No plano asiático, distinguem-se dois modelos de desenvolvimento: além do capitalista japonês – que privilegia grandes grupos integrados vertical e horizontalmente e que tem o Japão como dínamo da transformação tecnológica e do progresso econômico do Leste Asiático – há também o capitalismo internacional chinês – o qual prosperou apoiado em redes de pequenas firmas familiares integradas a companhias transnacionais [14].

Ao analisar o quadro de segurança na Ásia-Pacífico, e como nele se insere o diálogo China-Taiwan, Henrique Altemani atenta para a crescente *asianização* das questões internacionais, em todos os níveis, principalmente as econômicas. O autor afirma que qualquer arranjo político e econômico na região tornou-se, a partir do fim da Guerra Fria, essencialmente dependente do presente e do futuro papel da China [15].

Por sua vez, percebe Sérgio Caldas Mercador Abi-Sad que a China tem procurado corresponder à sua nova posição, tentando restaurar sua glória passada e conquistar posição de destaque que, acredita, sempre lhe coube na comunidade das nações. Assim, ao refletir sobre a política externa chinesa da segunda metade do século XX, o diplomata confirma que os governantes chineses optaram, nas últimas décadas do século XX, por colocar de lado considerações ideológicas ou de princípio e substituí-las por uma leitura mais pragmática do interesse nacional chinês [16].

No plano político, tais aspectos tornaram-se mais evidentes a partir da década de 1970, quando, primeiramente, os Estados Unidos decidiram aproximar-se da China, inserindo-a no equilíbrio de poder do sistema internacional, levando-a a ocupar um assento no Conselho de Segurança da

---

[13] Cf. Guangkai, Xiong. "Moving with the Trend of the Times and Looking at the New Developments and Issues in the International Strategic Situation Dialectically and Comprehensively", in *International Strategic Studies*, 1/2002, p. 1-6.

[14] Cf. Oliveira, Amaury Porto de. "O leste asiático em tempos de monopolaridade", in *Revista Brasileira de Política Internacional*, 39 (2): 5-32, 1996. "A dimensão territorial do reformismo chinês", in *Revista Tempo Brasileiro. Mundialização: Ásia e América*, Rio de Janeiro, 125: 111-130, abr.–jun, 1996. "O projeto da China", in *Caderno Premissas*, nº 13, agosto de 1996, p. 5-32.

[15] Cf. Oliveira, H. A. "Taiwan e o diálogo Koo-Wang", in *Revista Brasileira de Política Internacional*, 37 (1): 64-81, 1994.

[16] Cf. Abi-Sad, S. C. M. *A potência do dragão: a estratégia diplomática da China*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1996.

O Brasile a China-10.indd 23 25/3/2008 00:35:43

Organização das Nações Unidas – ONU e afirmar-se internacionalmente de modo mais eficiente. No plano econômico, ao final da mesma década, o processo de reformas baseado inicialmente no programa das Quatro Grandes Modernizações (indústria, agricultura, defesa e ciência e tecnologia) permitiu alavancar o desenvolvimento e aumentar a confiança dos investidores estrangeiros no país, inserindo a China na dimensão científico-tecnológica da modernidade. Tais reformas foram desdobradas ao longo de quatro linhas de força, as quais se encontraram centradas no pragmatismo criador, no autoritarismo flexível, em um sistema baseado no crescimento econômico fortemente distributivo e na interdependência internacional.

A diplomacia de boa vizinhança aplicada pela China levou a um esforço sistemático de liquidação negociada dos litígios na periferia chinesa e de ampliação da tarefa de conquistar amigos e simpatizantes para além do círculo dos países vizinhos. Por sua vez, segundo tese defendida pelo diplomata Paulo Antônio Pereira Pinto, o ressurgimento da influência da China como fator de estabilidade, sobretudo no Sudeste Asiático, deve-se à sua herança cultural que voltou a inspirar normas tradicionais de organização da sociedade, bem como de convivência internacional entre a RPC e seus vizinhos ao sul [17].

Se, nos anos 1970, as razões para o alargamento das relações da RPC com o resto do mundo ligaram-se à busca de modernização da economia chinesa, de superação do caos da Revolução Cultural, de proteção contra o hegemonismo soviético e recomposição do equilíbrio na região, apontam estudos que, ao final do século XX e superada a Guerra Fria, a globalização da diplomacia de boa vizinhança indica o empenho chinês em operacionalizar, junto a um amplo leque de países, a idéia do poder colegiado que venha afastar a ameaça de um mundo unipolar e consolidar a perspectiva de transformar a China em potência regional [18].

Afora o trabalho em direção à Ásia Central, Ásia-Pacífico, Ásia-Meridional e Sudeste e Sudoeste Asiáticos, novas formas de relacionamento foram abertas pela China na Europa e nos Estados Unidos. As relações da China com os norte-americanos passaram a ser consideradas fundamentais para a política de abertura. Para tanto, não guardou Pequim hostilidades em relação à potência americana (passando a condenar 'atitudes hegemônicas', sem atribuir 'natureza hegemônica' ao país), nem se deixou impressionar com a perda de seu valor estratégico, uma vez findada a aliança tática que mantinha com os Estados Unidos perante a ameaça soviética, em tempos de Guerra Fria [19].

---

[17] Pinto, Paulo A. P. Pinto. "Notas sobre a Formulação de um Projeto Regional na Ásia-Pacífico"; in *Parcerias Estratégicas*. Disponível em: <www.mct.gov.br/cee/revista/parcerias2/rev27.htm>. Acesso em: 30 de maio 2005.

[18] Cf. Oliveira, Amaury Porto de. "O projeto da China", in *Caderno Premissas*, nº 13, agosto de 1996, p. 31-32.

[19] Cf. Oliveira, Amaury Porto de. "O projeto da China", in *Caderno Premissas*, nº 13, agosto de 1996, p. 5-32.

O Brasile a China-10.indd 24 25/3/2008 00:35:44

A China também buscou estreitar laços com a África e a América Latina. Merece especial atenção o artigo de Jiang Shixue, membro do *Institute of Latin American Studies* da Academia de Ciências Sociais da China, em que faz uma avaliação do desenvolvimento das relações sino-latino-americanas ao longo da segunda metade do século XX [20]. Acredita o autor que o interesse dos chineses pela América Latina se deve, especialmente, a cinco razões em particular: i) como país em desenvolvimento, a China julga politicamente necessário manter-se ao lado da América Latina na luta pelo estabelecimento de uma ordem internacional mais justa; ii) com vistas a diminuir a dependência comercial dos Estados Unidos e de outros países desenvolvidos, a China considera importante desenvolver relações econômicas com a América Latina, de forma a aumentar seus investimentos na região; iii) para promover seu desenvolvimento interior, a China necessita igualmente obter acesso aos ricos recursos naturais da América Latina; iv) em seu processo de transformação em economia de mercado, a China procura tirar lições das experiências vividas pelos países da América Latina e; v) ao final do século XX, a China tem ainda interesse em estabelecer relações diplomáticas com alguns países da América Latina, em troca do reconhecimento do pertencimento de Taiwan à China.

Para Jiang Shixue, o incremento das relações comerciais sino-latino-americanas está ligado ao fato de que: i) existe complementaridade econômica entre os dois lados; ii) na medida em que tanto a China quanto a América Latina passam por processos de reformas econômicas, mercados se abrirão cada vez mais e regulações tornar-se-ão mais liberais; iii) não cabe à América Latina negligenciar o grande potencial do mercado chinês; iv) diante da busca de diversificação de suas estratégias econômicas internacionais, a América Latina precisa também da China e de outros países do leste-asiático e; v) na era da globalização, China e América Latina têm objetivos comuns envolvendo questões como cooperação Sul-Sul.

Apesar dos interesses mútuos, Brasil e China tiveram que enfrentar ao menos dois obstáculos na manutenção de suas relações bilaterais: i) a grande distância geográfica entre as duas regiões (questão que se agravou com a inexistência de conexões aéreas diretas entre a China e a América Latina [21]) e; ii) a difícil troca de informações de mercado e o precário entendimento mútuo (sobretudo devido ao fato de existirem entre os dois países linguagem, cultura e costumes deveras diferentes) [22].

---

[20] Cf. Shixue, Jiang. "Sino-Latin American Relations: perspectives on the past and prospects for the future", in *ILAS Working Papers*, nº 1, 2002, p. 19.

[21] A Companhia aérea brasileira Viação Aérea Rio-Grandense - VARIG passou a oferecer vôos diretos de São Paulo e Rio de Janeiro para Pequim, com escala em Frankfurt, a partir de 12 de março de 2006. A conexão aérea direta entre os dois países tornou-se possível após cinco anos de negociação e estabelecimento de acordo de parceria entre a Varig e a Air China. Cf. http://portal.varig.com.br/, consultado em 09/04/2006. Poucos meses depois, com o processo falimentar da Varig, os vôos para a China foram interrompidos.

[22] Cf. Shixue, Jiang. "Sino-Latin American Relations: perspectives on the past and prospects for the future", in *ILAS Working Papers*, nº 1, 2002, p. 11.

O Brasile a China-10.indd 25 25/3/2008 00:35:44

A superação de dificuldades existentes e o aprofundamento das relações sino-latino-americanas tornar-se-ão possíveis, segundo sugestões do Presidente Jiang Zeming, por meio de: i) desenvolvimento do mecanismo do diálogo entre a China e o Grupo do Rio: ii) aumento da cooperação entre as duas partes no seio das Nações Unidas, APEC, Grupo dos 77 e Fórum Ásia-América Latina; iii) promoção da cooperação econômica pela atração de novos investimentos provenientes da América Latina e; iv) engajamento dos dois lados em outras áreas de interesse, como cultural, educacional, científico-tecnológica e desportiva [23].

Relações sino-brasileiras

Na América Latina, o Brasil revelou-se um grande parceiro da China, sendo diversos autores brasileiros unânimes em constatar que os dois países possuem uma "vasta esfera de convergência de aspirações e objetivos concretos". Ambos postulam independência, diversificação de interesses e tratamento em pé de igualdade em relação às grandes potências; apresentam-se ao sistema internacional como dois países de dimensões continentais e auto-satisfeitos territorialmente, mas desafiados a desenvolver-se para atingir padrões mais altos de riqueza e poderio nacional; possuem projetos nacionais desenvolvimentistas voltados para o estreitamento de relações com países do Terceiro Mundo e política externa pragmática e; aproximam-se em suas opiniões sobre temas sensíveis, tais como energia nuclear, meio ambiente, direito do mar, direitos humanos e defesa de uma Nova Ordem Econômica Internacional de cunho terceiro-mundista [24].

Embora inserida em contextos geoestratégico e geoeconômico muito diversos dos brasileiros, o fato de ser a RPC o mais populoso país do continente asiático e único país em desenvolvimento a situar-se no centro do sistema mundial de poder (sendo membro permanente do Conselho de Segurança da ONU e potência nuclear), propiciou ao Brasil a oportunidade de construir uma aliança com uma "potência diferente", ampliando concretamente e de forma imediata sua capacidade internacional de negociação. Trata-se de cooperação entre potências médias do Terceiro Mundo, que não envolve, *a priori*, laços de subordinação ou de dominação. Além disso, a progressiva abertura econômica deste enorme país asiático nos anos 1980, assim como do Brasil, sobretudo a partir dos anos 1990, criou novas possibilidades de cooperação comercial.

---

[23] Citado por Oliveira, Amaury Porto de. "O projeto da China", in *Caderno Premissas*, nº 13, agosto de 1996, p. 6.

[24] Cf. Abi-Sad, S C M. *A potência do dragão: a estratégia diplomática da China*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1996. Garcia, Eugênio Vargas. "Resenha" in *Revista Brasileira de Política Internacional*, 39(2): 153-156, 1996. Cabral Filho, S B. "Encontro entre Brasil e China: cooperação para o século XXI", in *Revista Brasileira de Política Internacional*, 43 (1): 24-42, 2000, p. 37. Oliveira, H. A. "Brasil-China: trinta anos de uma parceria estratégica", in *Revista Brasileira de Política* Internacional, 47(1): 7-30, 2004.

O Brasile a China-10.indd 26 25/3/2008 00:35:44

Se, no plano econômico, a conjuntura internacional adversa exigiu que se buscassem novos mercados, no político, a *détente* entre as superpotências tornou os blocos de países mais maleáveis, permitindo uma mudança de rumos da política externa brasileira a qual abriu a possibilidade de diversificação dos contatos exteriores do Brasil.

Após trinta anos de cooperação, observam os autores que existe, de fato, uma certa sintonia de aspirações que, em determinadas circunstâncias precisas, pode ser acentuada para satisfazer objetivos concretos e coincidentes entre Brasil e China. Está sendo realizado também um intenso e valioso trabalho de cooperação pelas chancelarias do Brasil e da China, o qual contribuiu inclusive para que, a partir de 1993, a parceria fosse considerada como "estratégica".

Se, por um lado, estudiosos concordam em dizer que as relações sino-brasileiras vêm crescendo substancialmente nos últimos anos, não há consenso entre eles sobre se, de fato, está ocorrendo uma "parceria estratégica" entre o Brasil e a China, conforme enunciado diversas vezes por personalidades governamentais de ambas as partes.

Ao analisar a aproximação do Brasil com os países da Ásia, Henrique Altemani de Oliveira afirma que, a partir da década de 1990, vem ocorrendo um fortalecimento da aproximação econômica e não apenas política com a China, motivado pelo acelerado crescimento econômico chinês e pela disputa comercial incitada pela proposta de criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), possível obstáculo para a inserção de atores externos no continente americano [25]. Por outro lado, são expostos como provas do futuro promissor das relações entre o Brasil e a China os êxitos obtidos no campo científico e tecnológico – sobretudo com os projetos de construção conjunta de satélites artificiais de monitoramento de recursos da terra – e o intercâmbio comercial crescente, a partir do final da década de 1990, embora oscilando em função das condições da conjuntura econômica dos dois países.

Dos argumentos apresentados por aqueles que defendem a existência de uma parceria estratégica entre o Brasil e a RPC, destacam-se: i) a China é interlocutor político indispensável para o Brasil, especialmente por ser membro do Conselho de Segurança da ONU; ii) Brasil e China apresentam ampla coincidência de preocupações e diagnósticos sobre a realidade mundial, o que pode auxiliar na formação de consensos e na defesa de interesses comuns frente às demais potências do sistema internacional; iii) Brasil e China possuem economias complementares e programas de desenvolvimento que abrem oportunidades mútuas nos âmbitos comercial, de cooperação e de investimento [26].

Considerando que a idéia de parceria estratégica implica "convergência de esforços de dois (ou mais) países, com vistas à concretização de objetivos políticos e econômicos comuns e, em geral, num quadro de jogo de poder

---

[25] Cf. Oliveira, H. A. "Brasil-China: trinta anos de uma parceria estratégica", in *Revista Brasileira de Política* Internacional, 47(1): 7-30, 2004, p. 29-30.
[26] "Artigos de Jornais: Relações Brasil-China – Correio Braziliense, 31 de março de 1994", in *Resenha de Política Exterior do Brasil*, número 74, 1º semestre de 1994, p. 227-228.

O Brasile a China-10.indd 27 25/3/2008 00:35:45

internacional", não há evidência, segundo Amaury Porto de Oliveira, de que algo no estilo esteja sendo acertado entre Brasília e Pequim [27]. Além disso, o trabalho de aproximação política não está sendo dirigido pelos governantes chineses apenas ao Brasil, mas a um amplo leque de países, tais como Rússia, México e Venezuela, assim como à União Européia, na promoção de seus projetos de modernização.

Estudiosos chineses apontam que, apesar de se encontrarem em pleno desenvolvimento, as relações econômico-comerciais e intercâmbios culturais entre os dois países estão, em seu conjunto, em descompasso com as ótimas relações políticas, com as possibilidades práticas e mesmo com o interesse mútuo. As relações comerciais não se apresentam nem mesmo em consonância com a força econômica de ambos os lados, representando, ademais, uma ínfima parte do comércio total e dos investimentos que realizam com outros países do sistema internacional [28].

De acordo com Altemani de Oliveira, não existe "parceria estratégica" entre Brasil e China na área comercial. Apesar de as relações econômicas serem altamente promissoras entre os dois países, graças à presença de complementaridades, a China insere-se preferencialmente no processo econômico do Leste Asiático. Na verdade, a parceria estratégica sino-brasileira concentra-se, de acordo com o autor, em dois nítidos campos de atuação: "um, no da cooperação científico-tecnológica, com vistas a romper o monopólio detido pelos países desenvolvidos e, outro, no plano político-estratégico, correlacionado às estratégias de alianças no âmbito dos fóruns multilaterais" [29].

Para o embaixador brasileiro Roberto Abdenur, que serviu na China de 1989 a 1993, "parceria estratégica pode ser um conceito enganoso", que, se tomado de forma romântica, pode alimentar expectativas exageradas em relação ao outro. Em se tratando das relações Brasil-China, o embaixador acredita que "o Brasil não deve ter ilusões em relação à China", já que "a solidariedade da China está restrita ao G-20, que é uma aliança *ad hoc*", voltada para um fim específico, dentro da agenda comercial ligada ao tema da agricultura [30]. Além disso, Fernandes de Oliveira alerta para o caráter circunstancial e os benefícios pontuais e incertos obtidos por meio de coalizões estabelecidas entre países em desenvolvimento como o G-20, assim como para sua baixa resistência perante estratégias de barganha adotadas por países desenvolvidos, capazes de desmobilizar tais movimentos.

---

[27] Oliveira, Amaury Porto de. "O projeto da China", in *Caderno Premissas*, nº 13, agosto de 1996, p. 5-6.
[28] Mingde, Li. "Sino-Brazilian Relations: past, present and future", in *ILAS Working Papers*, n° 4, 2003, p. 1-9.
[29] Cf. Oliveira, Henrique Altemani de. "As perspectivas de cooperação Sul-Sul no relacionamento Brasil-China", *Nueva Sociedad*, nº. 203, mayo-junio 2006.
[30] Cf. Mello, Patrícia Campos. "Brasil não deve se iludir com China", *O Estado de São Paulo, 06/04/06*, http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOTCod=259815, acesso em 23/09/06.

O Brasile a China-10.indd 28 25/3/2008 00:35:45

> Os benefícios dessa aliança e dessa coalizão são bastante incertos no futuro, devido à ausência de poder relativo, principalmente econômico, dos seus membros para sustentar os custos da empreitada original nas discussões sobre o papel do comércio internacional. Isso permite-nos concluir que a manutenção e a reprodução da ação dessas alianças permanentes e, principalmente, das coalizões nas próximas rodadas de negociações da OMC é incerta. A convergência só ocorreu devido à percepção de ameaça que a abertura comercial nos temas de Cingapura provoca ao mercado doméstico dos países em desenvolvimento e dos PMDR. Além disso, a capacidade dos países desenvolvidos em desmobilizar coalizões de interesses divergentes amplia-se quando eles utilizam a estratégia de barganhas cruzadas no tabuleiro comercial de geometria variável, cooptando os países menores em troca de benefícios específicos e acenando aos maiores, tais como Índia, a possibilidade de juntos ganharem em outros setores, como serviços [31].

No presente trabalho, busca-se entender a "parceria estratégica" como um conceito em evolução, que sofre transformações, adquirindo, inclusive, conotações bastante fluidas, levando a divergências entre autores quanto à sua aplicação na caracterização das relações sino-brasileiras.

Em primeiro lugar, há que se ter em conta que a definição atual de parceria não se enquadra no conceito tradicional de "alinhamento" ou "aliança" internacional. Exemplificados, no passado, pelas relações existentes entre a China e a União Soviética e, na atualidade, pelas relações mantidas entre Estados Unidos e Grã-Bretanha, alinhamentos ou alianças indicam uma forma mais íntima de cooperação, caracterizada por uma colaboração prolongada no tempo, ainda quando não formalizada por acordo escrito, e pela conjugação de objetivos ligados a segurança, a estabilidade e a influência [32].

"Parceria estratégica" também não se refere às relações do tipo "especial", como aquelas que se desenvolveram em diversos momentos da história comum entre o Brasil e os Estados Unidos, já que pautadas por princípios ideológicos, ineqüidade entre os parceiros e dependência política, econômica e tecnológica.

No período da Guerra Fria, a "parceria estratégica" referiu-se, no caso do Brasil, às relações criadas para contrabalançar uma estreita relação com os Estados Unidos, permitindo aprofundar a competição por recursos e influência no cenário internacional. Serviu para designar a colaboração efetiva e primordial de países europeus, como a Alemanha, nos estágios primordiais do processo de desenvolvimento brasileiro, envolvendo a realização de investimentos, concessão de empréstimos, transferência de tecnologias, inclusive no campo da energia atômica, e abertura de mercados [33].

---

[31] Oliveira, Marcelo Fernandes de. "Alianças e coalizões internacionais do governo Lula: o Ibas e o G-20", in *RBPI*, 48(2), 2005, p. 55-69.

[32] Bobbio, N; Matteucci, N.; Pasquino, G. *Dicionário de Política.* 7ª edição. Brasília: Ed. UnB, 1995, vol. 1, p. 17-18.

[33] Lessa, Antônio C. "A diplomacia universalista do Brasil: a construção do sistema contemporâneo de relações bilaterais", in *Revista Brasileira de Política* Internacional, ano 41, número especial "40 anos", 1998, p. 29-41.

O Brasile a China-10.indd 29 25/3/2008 00:35:46

Já no período pós-Guerra Fria, o conceito de "parcerias estratégicas" adquiriu um caráter crescentemente operacional e subordinado à realização dos mais diferentes interesses nacionais.

> Mais vinculado ao debate Norte-Sul e à idéia de Nova Ordem Econômica Internacional – NOEI dos anos 80, no pós-Guerra Fria o termo é reformulado como um instrumento 'para precisar as interações que permitem ganhos substantivos numa cena internacional caracterizada por uma crescente amplitude das margens de decisão, um crescente elenco de atores internacionais, no que os novos temas da agenda internacional reativam a necessidade de construção de alianças operativas pautadas pela concertação política nos foros internacionais multilaterais para a negociação de regimes internacionais regulatórios, e de outro a própria cooperação científica e tecnológica com a intenção de superar as limitações ao acesso de insumos para o desenvolvimento' [34].

Se, antes, o conceito de estratégia designava a "programação a longo prazo do uso de instrumentos políticos e militares na condução dos conflitos internacionais" [35], com o tempo, passou a servir como ferramenta subsidiária das relações internacionais, utilizada em ações não violentas com vistas a alcançar vantagens essenciais nos mais diferentes setores considerados estratégicos.

A se considerar os comunicados oficiais e trabalhos acadêmicos tratando das relações "especiais" estabelecidas tanto entre Brasil e China quanto entre estes dois países e terceiros atores internacionais a partir da década de 1990, o caráter "estratégico" passou a ser outorgado a toda parceria que se intencionava incentivar por suas respectivas políticas externas, inclusive àquelas que ainda estavam por se formar. Na maioria das vezes, no processo de qualificação de relações bilaterais promissoras, a dimensão estratégica não foi nem explicitada e nem foram indicados os verdadeiros elementos de convergência entre os parceiros. Tal situação acabou por vulgarizar e esvaziar de sentido a utilização do termo.

Na construção do conceito de parceria estratégica empregado no presente trabalho, ademais dos aportes dos autores anteriormente citados, foram ainda agregadas as contribuições de autores como David Shambaugh – em especial por meio da caracterização das relações China-Estados Unidos – e Vladas Sirutavicius – que se dedicou à compreensão da parceria entre Lituânia e Polônia, classificada como estratégica [36]. Tais exemplos deixam claro o grau de generalização da expressão e o sucesso alcançado pelo dito termo.

---

[34] Lessa, Antônio C. "A diplomacia universalista do Brasil: a construção do sistema contemporâneo de relações bilaterais", in *Revista Brasileira de Política* Internacional, ano 41, número especial "40 anos", 1998, citado por Bacigalupo, Graciela Zubelzú. "As relações russo-brasileiras no pós-Guerra Fria", in *Revista Brasileira de Política Internacional*, 43(2), 2000, p. 66.

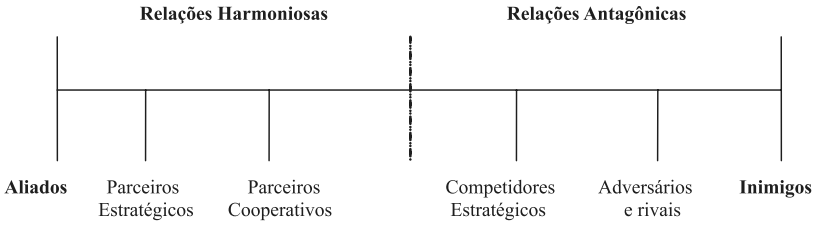
[35] Bobbio, N; Matteucci, N.; Pasquino, G. *Dicionário de Política.* 7ª edição. Brasília: Ed. UnB, 1995, vol. 1, p. 431-432

[36] Cf. Shambaugh, David. "L'enjeu stratégique: de l'antagonisme à la compétition dans la coexistence". In Godement, François (dir.). *Chine-États-Unis: entre méfiance et pragmatisme.* Paris: La Documentation Française, 2001, p. 63-85. Sirutavicius, Vladas. "Lithuanian-polish

O Brasile a China-10.indd 30 25/3/2008 00:35:46

Para David Shambaugh, as relações mantidas entre os atores internacionais podem ser de dois tipos: harmoniosas e antagônicas. Quando os diferentes tipos de relações são representados sobre uma linha contínua, a "parceria estratégica" se situa entre as relações harmoniosas, mas não se confunde nem com relações entre aliados – forma mais íntima e duradoura de cooperação, que conjuga objetivos de segurança, estabilidade e influência –, nem com as parcerias cooperativas – em que os países desfrutam de relações essencialmente positivas e produtivas em diversas áreas, mas que desenvolvem cooperação apenas limitada em questões estratégicas e de segurança.

Enquanto os competidores estratégicos – situados no espectro das relações conflituosas – mantêm, em geral, cooperação limitada e alta concorrência, que pode, inclusive, desembocar em situações de confrontação, os parceiros estratégicos caracterizam-se por possuírem visões de mundo, interesses estratégicos e sistemas políticos semelhantes e por desenvolverem relações militares estreitas, além de manterem serviços de informação interligados.



Fonte: David Shambaugh [37]

A competição estratégica é considerada uma relação conflituosa mantida entre dois ou mais países, em que a cooperação é limitada e de alta concorrência, podendo, inclusive, desembocar em situações de confrontação. Já a parceria cooperativa é considerada como uma forma de relação harmoniosa em que ocorre menor grau de envolvimento entre os pares do que na parceria estratégica. Assim, parceiros cooperativos desfrutam de relações essencialmente positivas e produtivas em diversas áreas, mas desenvolvem cooperação apenas limitada em questões estratégicas e de segurança.

Dois países mantêm parceria estratégica, consideradas harmoniosas, quando se encontram presentes em suas relações bilaterais os seguintes elementos: i) condução de diálogo profícuo e amistoso entre altas autoridades

---

strategic partnership: gênesis and prospects". Disponível em: <http://www.lfpr.lt/017/3.doc>. Acesso em: 23/10/2006.

[37] Shambaugh, David. "L'enjeu stratégique: de l'antagonisme à la compétition dans la coexistence". In Godement, François (dir.). *Chine-États-Unis: entre méfiance et pragmatisme.* Paris: La Documentation Française, 2001, p. 69.

O Brasile a China-10.indd 31 25/3/2008 00:35:47

políticas de ambas as partes, sustentado por mecanismos institucionais; ii) manutenção de relações dinâmicas nos campos econômico e sócio-cultural, com participação de diferentes atores sociais, contribuindo para o desenvolvimento de seus projetos nacionais; iii) desenvolvimento de cooperação ativa e abrangente em questões estratégicas e de segurança, inclusive no campo militar; iv) compartilhamento de visões a respeito da organização do sistema internacional.

Nas parcerias estratégicas de grau mais avançado, os países envolvidos possuem interesses estratégicos e sistemas políticos semelhantes e desenvolvem relações militares estreitas, subsidiadas por serviços de informação interligados. Já as relações entre aliados envolvem uma forma mais íntima e duradoura de cooperação entre nações com sistemas políticos e/ou econômicos semelhantes, conjugando objetivos de segurança, estabilidade e influência. Tais relações podem evoluir em direção à formação de um eixo de poder internacional, que implica não apenas em influência mútua entre os países envolvidos, mas também na ação articulada e coordenada no tratamento das mais importantes questões internacionais [38].

De acordo com Vladas Sirutavicius, nas parcerias estratégicas, o diálogo entre as autoridades máximas de ambos os governos é profícuo e amistoso, podendo inclusive assumir formatos cada vez mais institucionalizados. A cooperação nas esferas da mais alta importância estratégica é intensa, sobretudo nas áreas político-militar e de segurança. As boas relações políticas não se limitam, ademais, às altas hierarquias, sendo transferidas para outros níveis públicos – o que significa, na prática, a manutenção de relações cada vez mais dinâmicas nos âmbitos econômico e sócio-cultural, com possibilidades de desenvolvimento e cooperação entre diferentes atores da sociedade civil.

No presente trabalho, a aplicação do conceito-chave "parceria estratégica", conciliada com o movimento dinâmico que implica no estabelecimento de ordem e de significação ao conjunto de eventos inseridos nas relações bilaterais, deverá permitir a qualificação, de forma mais adequada, das relações mantidas entre Brasil e China ao longo dos últimos trinta anos.

Ademais, serão aplicados demais conceitos considerados essenciais para o entendimento da evolução das relações sino-brasileiras ao longo dos anos. Destarte, serão utilizados como categorias explicativas conceitos como "competidor estratégico", "parceria cooperativa", assim como "aliança", este último complementado pela noção de "eixo de poder" [39].

Na presente obra, indaga-se, por sua vez, sobre as diversas formas assumidas pelas políticas exteriores do Brasil e da China ao longo do tempo, em seu processo de adaptação às mudanças nas estruturas internacionais, nas

---

[38] Cf. Bandeira, Moniz. *Estado nacional e política internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992).* Brasília, Ed.UnB, 1995, p. 159.

[39] Conforme visto anteriormente, os conceitos ora empregados foram construídos com base nas explicações de diversos autores, tais como Amado Luiz Cervo, Amaury Porto de Oliveira, Antônio Carlos Lessa, Bobbio & Matteucci, David Shambaugh, Henrique Altemani de Oliveira, dentre outros.

O Brasile a China-10.indd 32 25/3/2008 00:35:47

relações entre os principais atores internacionais e nas circustâncias internas e projetos nacionais de cada país. Percebe-se, assim, que a política exterior pode ser classificada de diversas formas, em função da importância dada a fatores como ideologia, aspectos econômicos e militares.

Assim, a política exterior assume um caráter ideológico quando idéias e valores persistem na definição dos interesses nacionais, influenciando na escolha dos parceiros internacionais. Por outro lado, a política externa adquire um aspecto cooperativo quando o país concorda em fazer abstração de toda e qualquer ideologia em suas relações bilaterais, quando características internas dos países – tais como as ligadas à organização de sistemas sociais – deixam de impor obstáculos às relações internacionais, passando a escolha de parceiros a ser feita em função das possibilidades de ganhos conjuntos com vistas à execução do projeto nacional.

A política externa liberal reflete a autolimitação da construção estatal aos aspectos econômicos, sendo empregada pelo Estado que busca atingir seus objetivos nacionais principalmente por meio de relações econômicas, as quais se crê inibidoras de conflitos e incentivadoras de ganhos internacionais. Enquanto valores são colocados em segundo plano pela política externa liberal, a força militar é vista como um meio de pouca utilidade para atingir objetivos no âmbito internacional.

Por fim, a política externa logística, criada a partir da existência de um *Estado Logístico* [40] – é voltada para a busca, no ambiente internacional, das ferramentas indispensáveis ao desenvolvimento nacional autônomo, com base em uma economia nacional robusta e auto-sustentada. Na política externa logística, a diplomacia não é prisioneira nem dos mecanismos militares, nem das ferramentas econômicas, concentrando forças nos pontos onde os interesses do país são mais importantes [41].

A CONVERGÊNCIA DE INTERESSES

Ao longo dos últimos anos, China e Brasil mostraram ao mundo uma identidade singular, cuja modulação revelou, ao longo do tempo, o significado profundo de seus interesses, princípios e valores e subseqüentes adaptações às mudanças ocorridas nos vários campos em que atuam.

No presente trabalho, são utilizados os termos *identidade* e *identidade internacional* segundo definição de Celso Lafer: "o termo *identidade* pode ser entendido, por via de aproximação, como um conjunto mais ou menos ordenado de predicados por meio dos quais se responde à pergunta: quem sois?". Já o termo *identidade internacional* é definido como "o conjunto de

[40] Cf. Cervo, Amado Luiz. "Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático", in *Revista Brasileira de Política Internacional.* 46(2), 2003, p. 5-25.
[41] Aron, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações.* Ed. UnB, 1986, p. 94-95.

O Brasile a China-10.indd 33 25/3/2008 00:35:48

circunstâncias e predicados que diferenciam a sua visão e os seus interesses, como ator no sistema mundial, dos que caracterizam os demais países" [42].

A identidade da RPC aparece, desde sua criação, associada: i) a uma sociedade de tradição e cultura milenares, em que se destacam, primeiramente, os ensinamentos confucionista e, posteriormente, marxista, leninista e maoísta; ii) a um sistema socialista de governo; iii) à economia de mercado socialista.

Quanto à identidade brasileira, revela-se o caráter multiétnico e multicultural de sua sociedade, assim como a heterogeneidade e desigualdades sócio-econômicas [43]. O Brasil ainda carrega em si parte da identidade herdada do fato de ter nascido no seio do mundo ocidental: i) cristão; ii) baseado na tradição e na cultura científico-técnica e atlântica; iii) defensor do Estado democrático de direito, baseado no patriotismo constitucional e na soberania territorial; iv) defensor dos direitos humanos como expressão do sujeito autônomo; iv) praticante da livre iniciativa, vista como decorrente de seu espírito capitalista.

O legado histórico da diplomacia brasileira, diretamente associado à sua identidade nacional, caracteriza-se como sendo universalista e contrário a qualquer tipo de segregação; cooperativo e oposto à confrontação; pacifista e orientado para a coexistência das diferenças; e a favor da solução jurídica de controvérsias, reconhecendo o papel do direito internacional [44]. Da política externa brasileira, destacam-se fatores de persistência da inserção do país na vida internacional, que oferecem elementos para explicar traços importantes da identidade internacional do Brasil, tais como iniciativas, gestos e decisões governamentais. De acordo com Lafer, entre estes fatores cabe destacar: "o dado geográfico da América do Sul; a escala continental; o relacionamento com os muitos países vizinhos; a unidade lingüística; a menor proximidade, desde a Independência, em 1822, dos focos de tensão presentes no centro do cenário internacional; o tema da estratificação mundial e o desafio do desenvolvimento" [45].

Assim como a China, o Brasil apresenta objetivos internacionais relacionados à: i) luta contra o (neo) colonialismo, imperialismo e exploração capitalista dos países do Terceiro Mundo; ii) defesa dos direitos à autodeterminação dos povos e à soberania estatal; iii) defesa da paz e do progresso social e econômico; iv) cooperação voltada para a modernização e desenvolvimento científico e tecnológico.

Em comum, da essência de seus projetos nacionais e de suas identidades ímpares, guardam o Brasil e a China o desejo profundo de se inserirem

---

[42] Cf. Lafer, Celso. *A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro.* São Paulo: Perspectiva, 2001, p. 15.
[43] Cf. Cervo, Amado Luiz. "Political Regimes and Brazil's Foreign Policy". In Saraiva, José Flávio Sombra (ed.). *Foreign Policy and Political Regime.* Brasília: IBRI, 2003, p. 344.
[44] Cf. Cervo, Amado Luiz. "Political Regimes and Brazil's Foreign Policy". In Saraiva, José Flávio Sombra (ed.). *Foreign Policy and Political Regime.* Brasília: IBRI, 2003, p. 345.
[45] Cf. Lafer, Celso. *A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro.* São Paulo: Perspectiva, 2001, p. 20.

O Brasile a China-10.indd 34 25/3/2008 00:35:48

no sistema internacional como dois países de dimensões continentais capazes de conduzir um desenvolvimento auto-sustentado e de atingir padrões mais altos de riqueza e poderio nacional.

Da identidade chinesa, destaca-se a complexa evolução de sua política externa, cujos marcos são: i) o alinhamento com a URSS nos anos 1950; ii) o isolamento durante os anos 1960; iii) a reaproximação com o Ocidente durante os anos 1970; iv) o jogo triangular União Soviética – China – Estados Unidos durante os anos 1980; v) a priorização da modernização e de interesses concretos de desenvolvimento pela inserção na economia de mercado a partir dos anos 1980.

No que tange à política externa brasileira, ao longo dos séculos XIX e XX, também se fez presente a influência das potências hegemônicas nos processos de implementação do projeto de desenvolvimento e de inserção internacional. Dela se distinguem quatro fases marcantes: i) de subordinação à "política das portas abertas" européia (*paradigma Liberal-conservador*, da independência a 1930); ii) de busca da autonomia decisória e promoção do desenvolvimento via industrialização (*paradigma do Estado Desenvolvimentista*, de 1930 a 1989); iii) de subordinação à "política neoliberal", via abertura dos mercados de consumo, de valores e do sistema produtivo e de serviços ao ambiente externo, (*paradigma do Estado Normal*, de 1990 a 1992); iv) de busca de recuperação da autonomia decisória, por meio da combinação do liberalismo com o desenvolvimentismo brasileiro (de 1993 aos nossos dias, coexistindo os *paradigma*s do *Estado Desenvolvimentista*, *Normal* e *Logístico*) [46].

O Brasil e a China possuem em comum fatores determinantes de suas políticas externas, como a busca pelo desenvolvimento, autonomia e segurança nacional. Tais fatores encontram-se diretamente ligados à dimensão sócio-econômica (a qual focaliza o impacto na sociedade provocado pelas interações econômicas e culturais com o meio internacional) e à dimensão geopolítica (relativa a questões de relações de poder e segurança nacional)[47].

Assim, ao longo da segunda metade do século XX, o Brasil e a China buscaram colocar em prática seus projetos desenvolvimentistas, afirmar-se regional e mundialmente e manter relações com os países do "Sul". Fizeram cada qual, porém, de modo distinto e de acordo com seu próprio tempo.

No âmbito da política externa, apresentaram-se à China, a partir de 1949, quatro objetivos principais: i) ser aceita pelas grandes potências mundiais; ii) reconstituir seu espaço territorial; iii) afirmar-se na Ásia-Pacífico e; iv) ser solidária aos países do "Sul" [48].

Por trás do objetivo inicial de "se fazer aceitar pelas grandes potências mundiais" subsistia o interesse chinês em igualmente obter, no seio do campo

---

[46] Cf. Cervo, Amado Luiz. "Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático", in *Revista Brasileira de Política Internacional*. 46(2), 2003, p. 05-25.
[47] Cf. Yahuda, Michael. *Towards the end of isolationism: China's foreign policy after Mao.* London: MacMillan Press, 1983.
[48] Cf. Joyaux, François. *La tentation impériale: politique extérieure de la Chine depuis 1949*. Paris: Imprimerie Nationale, 1994, p. 10.

O Brasile a China-10.indd 35 25/3/2008 00:35:48

socialista, uma certa paridade política frente à URSS. Na impossibilidade de ser aceita, de imediato, pelos Estados Unidos (o que ocorreu oficialmente somente em 1979) e diante da incapacidade de atingir os patamares já galgados pelos soviéticos, tais desejos se estenderam para além dos anos em que foram criados.

Um segundo objetivo da política externa chinesa consistiu em "reconstituir seu domínio imperial", por meio da redefinição de fronteiras e reunificação de territórios, tarefa que o Brasil logrou concretizar, no início do século XX, por intermédio da obra do Barão do Rio Branco [49]. O processo de retorno de Hong Kong e Macau (ocorridos em 1997 e 1999, respectivamente) e a questão taiwanesa permitem constatar algumas das dificuldades enfrentadas pela China ao reconstruir o que considera ser seu território nacional.

Um terceiro objetivo exterior da China refere-se à "afirmação na Ásia-Pacífico", ou seja, à necessidade de se fazer aceitar, ou de se impor, dentro de seu contexto regional. O lento reconhecimento da RPC por parte de certos países asiáticos (como Malásia, Philippinas e Tailândia, ocorrido apenas em 1974-1975) e difíceis relações com vizinhos (como o Vietnam) são apenas alguns exemplos que demonstraram ser este também um objetivo de longo prazo da política externa chinesa.

No caso do Brasil, durante os anos 1960, foram buscadas tanto a regionalização – sobretudo por meio da Operação Pan-Americana (OPA) [50] – quanto a mundialização das relações internacionais – por meio da *política externa independente* [51] – perante, especialmente, a resistência por parte dos Estados Unidos em transferir capitais públicos para financiar os projetos de industrialização pela via bilateral. Nas décadas de 1970 e 1980, a universalização (nela inclusa a desideologização) e posteriormente a regionalização da política externa brasileira foram aprofundadas, principalmente em razão do quadro internacional mutável – levando à substituição da Guerra Fria pela coexistência pacífica e à divisão do mundo entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos – e da crescente necessidade de novos mercados (propiciando inclusive a abertura brasileira para a Ásia e a África).

Por fim, o objetivo chinês de "manter-se solidária frente aos países do Terceiro Mundo", também presente na política externa brasileira, revelou-se como sendo importante, sobretudo ao longo dos anos 1950 e 1960, quando

---

[49] Cf. Cervo, A; Bueno, C. *História da Política Exterior do Brasil.* 2ª ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2002, p. 196-197.

[50] A Operação Pan-Americana foi uma proposta de cooperação interamericana que questionava a forma de cooperação prestada pelos Estados Unidos à América Latina, exigindo a conjugação de esforços para a erradicação do subdesenvolvimento e, quiçá, de ideologias estranhas no continente. Cf. Cervo, A. Bueno, C. *A política externa brasileira (1822-1985).* São Paulo: Ed. Ática, 1986. p. 76-77. Cervo, A; Bueno, C. *História da Política Exterior do Brasil.* 2ª ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2002, p. 351-360.

[51] Expressão clara da defesa do interesse nacional, a *política externa independente*, posta em prática pelos chanceleres Afonso Arinos de Melo Franco e San Tiago Dantas, reivindicava liberdade na escolha de parceiros e mercados, colocando-se como critério básico de seleção unicamente o desenvolvimento econômico do país. Cf. Cervo, A. Bueno, C. *A política externa brasileira (1822-1985).* São Paulo: Ed. Ática, 1986. p. 78-79.

O Brasile a China-10.indd 36 25/3/2008 00:35:49

a China ainda não havia se imposto face à URSS. No mesmo período, e ao contrário da China, o Brasil (que ainda mantinha laços especiais com nações colonialistas, a exemplo de Portugal), mostrou-se distante do processo de libertação das nações africanas, tendo, todavia: i) reconhecido a importância adquirida pelas nações afro-asiáticas no cenário internacional, ii) criado missões e estabelecido relações diplomáticas junto aos seus governos; iii) apoiado as teses relativas ao desenvolvimento nos foros internacionais [52].

A partir dos anos 1970, quando, na China, a modernização econômica passou a ser considerada prioritária, tornando-se menos acentuados os traços terceiro-mundistas da política externa chinesa, o Brasil toma direção oposta, dando maior conteúdo à universalização da política externa, abandonando o alinhamento automático a Portugal e lançando uma nova política brasileira para a África, demonstrando interesse em: i) incrementar a cooperação Sul-Sul; ii) fazer respeitar os princípios de soberania e autodeterminação dos Estados; iii) incentivar a independência econômica das sociedades; iv) condenar o colonialismo e a discriminação racial.

Assim como a China, carecia o Brasil, porém, de recursos para incrementar as relações Sul-Sul, passando a condicionar suas escolhas à possibilidade de poder defender interesses bilaterais específicos [53].

Política externa a serviço do desenvolvimento

Logo após sua fundação e ao longo da década de 1950, o principal interesse da República Popular da China esteve ligado à necessidade de reconstruir o país e garantir sua segurança [54]. A aliança com os soviéticos tornou-se uma realidade que se impunha diante de tais imperativos, assim como frente ao objetivo de estabelecimento dos limites de atuação no terreno asiático. O tratado de amizade, aliança e assistência mútua, concluído em 14 de fevereiro de 1950 por um prazo de trinta anos, objetivava impedir o retorno de uma agressão ou da violação da paz por parte do Japão ou de qualquer outro Estado que viesse a ele se aliar, tendo em vista qualquer ato de agressão [55]. Para a reconstrução, a ajuda financeira (apesar de ter sido o montante de 300 milhões de dólares considerado inferior às expectativas chinesas), assim como o método de elaboração e modelo de aplicação do primeiro plano de desenvolvimento chinês, vieram igualmente da URSS.

Para satisfazer as necessidades de desenvolvimento, ao longo de praticamente todo o período de 1945-1964, o Brasil também contou com uma das potên-

---

[52] Cf. Cervo, A; Bueno, C. *História da Política Exterior do Brasil.* 2ª ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2002, p. 300-301.
[53] Cf. Cervo, A; Bueno, C. *História da Política Exterior do Brasil.* 2ª ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2002, p. 422-423.
[54] Cf. Domenach, Jean-Luc, Richer, Philippe. *La Chine*. Tome 1, 1949-1971. Paris: Imprimerie Nationale, 1995, p. 53.
[55] Cf. Domenach, Jean-Luc, Richer, Philippe. *La Chine*. Tome 1, 1949-1971. Paris: Imprimerie Nationale, 1995, p. 55.

O Brasile a China-10.indd 37 25/3/2008 00:35:49

cias hegemônicas da época, tendo os Estados Unidos se transformado, então, em seu principal parceiro comercial e maior fornecedor de investimentos. No imediato pós-guerra, o Brasil ficou igualmente sob a influência dos Estados Unidos do ponto de vista político-militar, tendo sido assinado o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), no Rio de Janeiro, em 02 de setembro de 1947, o qual previa mecanismos de manutenção da paz e segurança do hemisfério.

Quando da fundação da República Chinesa, o Brasil já possuía o grande objetivo de fazer impulsionar seu projeto desenvolvimentista, esboçado no período de 1930-1945. Ao longo dos sessenta anos em que perdurou, a estratégia desenvolvimentista brasileira foi sendo transformada paulatinamente num modelo misto de desenvolvimento, o qual combinava momentos de abertura e de fechamento, de associação e de autonomia frente às forças externas do capitalismo particularmente vinculadas à potência norte-americana. Tinha como principais objetivos:

> a) introduzir a diplomacia econômica nas negociações externas; b) promover a indústria por modo a satisfazer às demandas da sociedade; c) transitar da subserviência à autonomia decisória com o fim de realizar ganhos recíprocos nas relações internacionais; d) implementar projeto nacional de desenvolvimento assertivo tendo em vista superar desigualdades entre nações; e) cimentar o todo pelo nacionalismo econômico, imitando a conduta das grandes potências [56].

Ao setor externo, couberam três responsabilidades essenciais, visando subsidiar tal projeto: i) abrir mercados para os produtos de exportação (primários e, a partir de 1960, industrializados); ii) obter recursos de investimentos; iii) adquirir ciência e tecnologias, sobretudo via instalação de empreendimentos estrangeiros no país [57]. A ajuda ao desenvolvimento, buscada nos Estados Unidos, colocou o Brasil em lado oposto ao da China, uma vez iniciada a Guerra Fria. Dos laços com as grandes potências surgiram, porém, problemas idênticos para os dois países: i) administrar recursos considerados aquém dos necessários para promover o desenvolvimento; ii) evitar que se passasse da cooperação à dependência exógena.

É na década de 1970, quando o Brasil alcança índices de crescimento econômico únicos em sua história, que a China, frente aos drásticos resultados provocados pela Revolução Cultural, decide assentar seu projeto nacional sobre novas bases, menos ideológicas e mais pragmáticas, em busca não apenas de segurança ou independência, mas também do desenvolvimento nacional. De início, as orientações da China em política interna e externa permaneceram ambíguas, sendo que, durante os anos de 1977 e 1978, velhas e novas políticas combinaram-se no campo interno. A título de exemplo:

---

[56] Cf. Cervo, Amado Luiz. "Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático", in *Revista Brasileira de Política Internacional*. 46(2), 2003, p. 08-15.
[57] Cf. Cervo, A; Bueno, C. *História da Política Exterior do Brasil*. 2ª ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2002, p. 97-98.

O Brasile a China-10.indd 38 25/3/2008 00:35:50

> Enquanto as comunas continuavam a constituir a principal forma de organização social no campo e os camponeses ainda fossem criticados ou punidos por se dedicar em excesso à produção marginal, ao mesmo tempo em que as indústrias permaneciam presas a planos governamentais inflexíveis, o país conseguia várias realizações notáveis que exigiam níveis altos de capacidade tecnológica. [...]. O Estado realizou vários testes com bombas de hidrogênio e outros artefatos nucleares, tanto na atmosfera como subterrâneos, e deu seguimento ao programa de lançamento de satélites iniciado em 1975. Iniciou-se também o desenvolvimento de seu próprio sistema de *Intercontinental ballistic missile* – ICBM, de disparo de ogivas (o primeiro lançamento bem-sucedido foi anunciado em maio de 1980) [58].

No âmbito da política externa, as importantes mudanças ocorridas nos negócios internos da China desde a morte de Mao Zedong conduziram seus líderes a adotar o que se costumou chamar de política de "portas abertas" em direção ao exterior, a qual tornou-se parte vital do programa do país rumo às "Quatro Modernizações" – na *agricultura*, *indústria*, *defesa nacional* e *ciência e tecnologia*. No plano externo, tal programa envolveu, sobretudo, a expansão das relações econômicas internacionais, mas também trocas científicas e culturais, em particular com os países do mundo ocidental.

A partir do final da década de 1960 e início de 1970, conforme visto, o Brasil também buscou expandir suas relações internacionais. Ao contrário da China, porém, cuja aproximação dos Estados Unidos trouxe chances de estabelecimento de novas relações com grande parte dos países ocidentais, inclusive o Brasil, foi a opção pelo afastamento frente à potência hegemônica – a qual, acreditava-se, não estava contribuindo satisfatoriamente para alimentar o acelerado crescimento nacional – o fator que conduziu o Brasil a procurar parceiros alternativos para compartilhar projetos de cooperação internacional [59]. Porém, a partir de 1969, razões de segurança – e não econômicas, como aconteceu com o Brasil – levaram a China à *détente* com os Estados Unidos.

Em busca de segurança

Ao longo das décadas de 1970 e 1980, convergem as manifestações brasileiras e chinesas nos fóruns internacionais quanto à segurança, traduzidas em ações voltadas para o desarmamento nuclear e para a construção de uma nova ordem econômica internacional. Perante ganhos minguados gerados pelo diálogo Norte-Sul, ambos os países procuraram nos meios internos mecanismos para garantir a segurança nacional. Em termos gerais, para os

---

[58] Cf. Spence, Jonathan D. *Em busca da China moderna: quatro séculos de história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 610-611.
[59] Cf. Lessa, Antônio Carlos Moraes. "A estratégia de diversificação de parcerias no contexto do Nacional-desenvolvimentismo (1974-1979)", in *Revista Brasileira de Política Internacional*, 38(1): 24-39, 1995.

O Brasile a China-10.indd 39 25/3/2008 00:35:50

dois países a busca da segurança envolveu realidades distintas: os problemas econômicos, a questão nuclear e a vulnerabilidade geoestratégica.

Durante a década de 1970, a questão de segurança para o Brasil e para a China encontrava-se intimamente ligada às dimensões sócio-econômica e geopolítica, tendo sido as motivações por mudanças no plano da segurança de origem fortemente econômica. Para a China, a segurança definia-se simultaneamente em termos econômicos e militares, visto que qualquer decisão voltada para o aumento de gastos em defesa poderia provocar fortes impactos em seus projetos desenvolvimentistas [60].

No caso do Brasil, em particular, surgiu a percepção, nos anos 1970, de que, diante do fato de as tecnologias de segurança não poderem ser transferidas nem por meio de relações especiais com as grandes potências, nem por meio de um sistema de alianças interamericano, caído em descrédito, era necessária a criação de uma nova doutrina de segurança nacional, a qual vinculasse, tal como na China, a obtenção da segurança à capacidade de conduzir um desenvolvimento econômico auto-sustentado.

A doutrina da "segurança econômica coletiva", defendida pelo Brasil nos foros internacionais desde os primeiros anos da década de 1970, expressava que não apenas a dimensão geopolítica (ligada ao conflito ideológico / bipolar), mas também a sócio-econômica (ligada ao conflito material), era considerada fundamental para se alcançar a paz no sistema internacional.

> O conceito de segurança econômica coletiva complementa o sistema de segurança política coletiva. Na prática, este conceito, que o Brasil tem defendido constantemente desde 1953, sustenta, antes de tudo, o direito de todas as nações ao desenvolvimento econômico e social. Também postula o dever dos países desenvolvidos de contribuir para eliminar as barreiras externas que têm criado e que obstaculizam a aceleração do crescimento dos países em desenvolvimento [61].

Diante dos minguados resultados alcançados pelo Brasil e demais países do Terceiro Mundo por meio desta doutrina, tendo sido mínimas as concessões dos países desenvolvidos para a construção de um sistema econômico internacional verdadeiramente seguro, limitou-se o Brasil a utilizar a ferramenta multilateral em ocasiões consideradas oportunas e geradoras de conquistas positivas concretas.

A alternativa encontrada veio do âmbito interno, o qual forneceu os meios para atenuar a vulnerabilidade e a dependência externas. Os passos seguidos para a implementação da doutrina da "segurança nacional" foram:

---

[60] Para o caso da China, cf. Stuart, Douglas T. "Quest for security". In Kapur, Harish. *The end of isolation: China after Mao.* Dordrecht: Martinus Nijhoff Publishers, 1985, p. 168. E para o caso do Brasil, cf. Cervo, Amado Luiz; Bueno, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. 2ª ed. Brasília: Edunb, 2002, p. 406.

[61] Cf. Barbosa, Mario Gibson. Discurso do Ministro das Relações Exteriores na XXVI Sessão Ordinária da Assembléia Geral da ONU - 1971. In Ministério das Relações Exteriores. *A Palavra do Brasil nas Nações Unidas: 1946-1995*. Fundação Alexandre de Gusmão – Brasília: FUNAG, 1995, p. 287.

O Brasile a China-10.indd 40 25/3/2008 00:35:50

i) o abandono da segurança coletiva; ii) a proposição de nuclearização pacífica, inclusive com geração de tecnologia própria e; iii) definição de uma política de exportação de material bélico. Buscou-se também a transferência de tecnologia nuclear – o que foi alcançado pelo estabelecimento do Acordo Nuclear firmado com a República Federal da Alemanha, em 27 de junho de 1975 – e a eliminação de dependência obsoleta e prejudicial ao desenvolvimento tecnológico – tendo sido denunciado, em 1977, o Acordo Militar com os Estados Unidos [62], de 1952.

No início da década de 1970, várias mudanças aconteceram: a União Soviética revelou-se, na visão chinesa, um campo perigoso e possível gerador de uma futura guerra; e a maioria dos países da África, Ásia e América Latina havia se tornado independente. Diante deste novo contexto histórico, a China acreditava que também era preciso apresentar ao proletariado uma nova estratégia de política externa, mesmo que, de fato, não implicasse em um distanciamento efetivo de suas linhas tradicionais.

Segundo esta nova estratégia, rotulada como *Teoria dos Três Mundos*, os Estados Unidos e a União Soviética formavam o Primeiro Mundo: aquele dos opressores; no campo oposto, encontravam-se os países socialistas e os países oprimidos, compondo o Terceiro Mundo; entre estes dois, situava-se um mundo, o segundo, composto por países desenvolvidos, simultaneamente exploradores dos países do Terceiro Mundo e vítimas das interferências do Primeiro Mundo [63].

O *Segundo Mundo* apresentava-se como uma força suscetível de ser atraída para fazer frente ao hegemonismo. Isto significava que o campo das relações da China com as potências ocidentais deveria ser alargado, e ligações corretas com os países do leste, restabelecidas.

Quanto ao *Terceiro Mundo*, no início da década de 1970, a revolução chinesa não mais se apresentava como um modelo a ser seguido, recusando-se a China a desempenhar o papel de "guia supremo" dos processos de descolonização. O objetivo da China era outro: o de lutar contra a hegemonia visando eliminar as atividades imperialistas, a pilhagem econômica, o controle político e o expansionismo militar. Nesse processo, a contribuição chinesa ao Terceiro Mundo deu-se de duas formas: i) manutenção de ajuda ao desenvolvimento, independentemente da natureza dos regimes em questão; ii) defesa, em caso de litígio, em favor de seus parceiros mais próximos.

A aplicação da Doutrina dos Três Mundos, proposta pela China, foi marcada pela ambigüidade, sendo clara a distância existente entre a linha oficial e a ação diplomática efetiva: por exemplo, foi no momento em que avançava a doutrina, inserindo a União Soviética e os Estados Unidos dentro de um mesmo "Primeiro Mundo", que se acelerou a *détente* com os Estados

---

[62] Cervo, Amado Luiz; Bueno, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. 2ª ed. Brasília: Edunb, 2002, p. 405.
[63] Cf. Domenach, Jean-Luc, Richer, Philippe. *La Chine*. 2 vol. Paris: Imprimerie Nationale, 1995, p. 501.

O Brasile a China-10.indd 41 25/3/2008 00:35:51

Unidos para melhor se opor à União Soviética. E, ao Terceiro Mundo, manteve-se apenas uma "ajuda moderada" na solução dos problemas do subdesenvolvimento, sendo impossível, inclusive, atrair a maioria dos países diante da atitude de oposição simultânea às duas potências.

Assim como na doutrina de segurança apresentada pelo Brasil, com a *Teoria dos Três Mundos* evocava-se muito mais o caráter de "segurança econômica" do que "geoestratégica" no plano das relações internacionais. Na prática, e frente à recusa soviética de fornecer a segurança desejada, era com "as próprias forças" que a China contava para garantir a defesa nacional, desde a década de 1960. Por exemplo, foi após ter tentado desenvolver, sem sucesso, uma força nuclear dentro do quadro de sua aliança com a URSS (com assinatura de acordo sobre tecnologia moderna de defesa nacional em outubro de 1957), que a China decidiu, em junho de 1967, em plena Revolução Cultural, efetuar seu primeiro teste da "Bomba H" e conduzir, em dezembro de 1968, seu segundo teste termonuclear, confirmando, na ocasião, sua oposição irredutível ao tratado de não-proliferação de armas nucleares [64].

Relações com as grandes potências e a busca da autonomia

Ao longo da década de 1970, a política externa chinesa foi marcada pelo estabelecimento de uma coalizão anti-soviética combinada com a aproximação dos Estados Unidos e do Japão, conforme havia sido iniciado por Mao Zedong e Zhou Enlai. O papel exercido pela China nas questões americano-soviéticas modificou profundamente sua situação internacional – proporcionando-lhe mais segurança frente à União Soviética, maior aproximação do mundo dos negócios ocidental e, conseqüentemente, de suas ambições econômicas, além da aceitação como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU. Ao contrário do que ocorrera com a China, para o Brasil, a desvinculação do conflito Leste-Oeste e a inserção no diálogo Norte-Sul renderam um limitado poder de barganha perante seus objetivos desenvolvimentistas.

Ao final dos anos 1960, um balanço negativo de sua atuação internacional levou a China a modificar intensamente sua política externa, optando pelo estabelecimento de uma política de *détente* com os Estados Unidos e, de forma geral, com o Ocidente, nele incluso o Japão e a Europa e, posteriormente, a África e América Latina. As razões que explicam tal atitude centram-se particularmente em três fatores: i) a grave tensão que opôs Pequim a Moscou ao final de 1968 e início de 1969; ii) o lançamento, em 1969, das doutrinas "Nixon" e "Brejnev"; iii) os resultados diplomáticos minguados tanto na Ásia quanto no resto do Terceiro Mundo [65].

---

[64] Joyaux, François. *La tentation impériale*. Paris: Imprimerie nationale, 1994, p. 366-372.
[65] Joyaux, François. *La tentation impériale*. Paris: Imprimerie nationale, 1994, p. 47.

O Brasile a China-10.indd 42 25/3/2008 00:35:51

Em sentido inverso, e a partir de 1967, o Brasil viu suas relações com os Estados Unidos perderem seu peso relativo, diante de dois motivos principais: i) o declínio dos Estados Unidos no plano internacional; ii) a capacidade do Brasil de fazer novos parceiros em condições de fornecer recursos, tecnologias e mercados [66]. Assim, enquanto a China, inserida no conflito Leste-Oeste, buscava abrigo junto à potência norte-americana contra as ameaças do vizinho soviético, o Brasil com esta preferiu não contar, passando a adotar atitude de maior independência frente ao conflito bipolar, ampliando para o plano extra-hemisférico seu espaço para conquista de novas chances de cooperação.

A questão chinesa veio a se tornar um fator central à "doutrina Nixon" – juntamente com o desengajamento militar dos Estados Unidos na Indochina e a preparação dos "Strategic Arms Limitation Talks" (SALT) com a União Soviética, iniciada em novembro de 1969 – posto que os Estados Unidos percebiam a *détente* sino-americana como uma forma de obter neutralidade da parte chinesa frente ao processo de vietnamização e de angariar força nas negociações do SALT. Para os Estados Unidos, interessava também cooptar o Brasil a sua meta de contenção do comunismo. Porém, como os norte-americanos não tinham no desenvolvimento brasileiro um de seus objetivos externos, escolheu o Brasil conciliar à relação bilateral as parcerias que pudesse estabelecer com terceiros, de forma a ampliar seu poder de barganha [67].

Sem poder contar com outros parceiros à altura, a pressão exercida pela União Soviética sobre suas fronteiras – além de sua ascendência sobre o Vietnam do Norte e aumento de sua presença no subcontinente indiano e sudeste asiático – acabou empurrando o governo chinês a aceitar a normalização política com os Estados Unidos, mesmo sob o olhar crítico da imprensa chinesa.

Foi de uma visão otimista da situação internacional no extremo-oriente que nasceu a proposição soviética de um sistema de segurança coletiva, na verdade, uma tentativa dos soviéticos de colocar sob seu controle os países asiáticos e de aplicar sua política social-imperialista de agressão e expansão na Ásia e de se opor de forma firme à grande China socialista e ao movimento revolucionário dos povos asiáticos [68].

Tanto a "doutrina Brejnev" quanto a "doutrina Nixon" foram recebidas de forma totalmente negativa pela China, vistas como expressão da ambição desenfreada por poder de imperialistas e revisionistas. Porém, a maior inquietude provocada pela "Brejnev" acabou por aproximar a China, e outros países asiáticos, dos Estados Unidos.

---

[66] Cf. Cervo, Amado Luiz; Bueno, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. 2ª ed. Brasília: Edunb, 2002, p. 406-407.
[67] Cf. Lessa, Antônio Carlos Moraes. "A estratégia de diversificação de parcerias no contexto do Nacional-desenvolvimentismo (1974-1979)", in *Revista Brasileira de Política Internacional*, 38(1), 1995, p. 38.
[68] Joyaux, François. *La tentation impériale*. Paris: Imprimerie nationale, 1994, p. 49.

O Brasile a China-10.indd 43 25/3/2008 00:35:51

Durante a visita do presidente Nixon à China (21 a 28 de fevereiro de 1972) foi publicado em Shanghai um comunicado conjunto que serviu de referência para os dois países durante os sete anos subseqüentes, ao mesmo tempo em que inaugurou o período de relaxamento das relações sino-americanas e de transformações no equilíbrio internacional asiático. Em termos gerais, o comunicado de Shanghai levou a que a RPC e os Estados Unidos concordassem em fazer abstração de toda e qualquer ideologia em suas relações bilaterais, distanciando-se dos antagonismos típicos da Guerra Fria. De forma implícita, o acordo registrava uma nova distribuição de poder na Ásia: por meio da exclusão da hegemonia soviética na região, aceitava-se tanto a presença norte-americana, no Pacífico, quanto da China, na Ásia oriental.

De caráter muito mais político-estratégico do que econômico, as relações iniciais sino-americanas tiveram na questão de Taiwan o seu primeiro ponto nodal. Dificultando a normalização das relações sino-americanas, o tratado de defesa mútua assinado pelos Estados Unidos com Taipei em 1954, por exemplo, não foi denunciado. A idéia dos Estados Unidos era de negociar o cancelamento do tratado de segurança com Taipei contra um engajamento por parte da RPC de renunciar ao retorno da ilha ao continente por meio do uso da força. O governo de Pequim recusava-se a tomar tal decisão, a qual lhe parecia contraditória com a reafirmação contínua de sua soberania sobre Taiwan. A posição chinesa frente ao processo de normalização diplomática exigia três condições do governo dos Estados Unidos: i) o rompimento das relações com Taiwan; ii) a retirada de suas tropas; iii) e o rompimento do tratado de segurança com Taiwan.

Ao final de 1978, os Estados Unidos decidiram que: i) a RPC era o único governo legal da China, da qual Taiwan fazia parte; ii) o tratado de segurança com Taiwan de 1954 não tinha mais validade, respeitado o prazo de pré-aviso de um ano; iii) as tropas militares norte-americanas seriam retiradas de Taiwan num prazo de quatro meses; iv) o povo americano continuaria a manter relações culturais, comerciais e outras relações não oficiais com a população de Taiwan; v) os Estados Unidos aguardariam a resolução, pela própria RPC, de forma pacífica, da questão de Taiwan.

O comunicado de estabelecimento de relações diplomáticas entre a RPC e os Estados Unidos foi, enfim, assinado em 16 de dezembro de 1978, mesmo os dois países não tendo chegado a um acordo sobre o problema de venda de armas americanas a Taiwan.

Quanto ao Brasil, os atritos com os Estados Unidos envolveram tanto questões econômicas, como a venda de manufaturados, quanto político-estratégicas, ligadas ao repasse de tecnologia nuclear e defesa dos direitos humanos. Ao contrário da China que, a partir de 1970, viu a evolução das relações sino-americanas ser selada com a suspensão do embargo econômico contra produtos dirigidos ao mercado chinês, os Estados Unidos passaram a dificultar as relações comerciais com o Brasil, elevando o déficit brasileiro a 1,8 bilhão de dólares (1970-1973)

O Brasile a China-10.indd 44 25/3/2008 00:35:51

e posteriormente a 3,7 bilhões (1974-1975)[69]. No tocante à energia nuclear, e após o corte por parte dos Estados Unidos do fornecimento de urânio para a usina de Angra dos Reis (1974), o governo brasileiro decidiu rever sua política nuclear, optando pela assinatura de um acordo com a Alemanha (27 de junho de 1975). Como resposta às pressões norte-americanas – sobre a área dos direitos humanos – para que o Brasil desistisse ou revisasse o acordo com a Alemanha, o Brasil denunciou o acordo que possuía com a potência no âmbito militar [70]. Ao final de 1977, porém, foram sendo criadas condições para a retomada do entendimento com os Estados Unidos, quando os temas polêmicos passaram a ser tratados de forma mais moderada e as estratégias contraproducentes, eliminadas.

Em contraste, a aproximação entre a China e os Estados Unidos parecia ainda mais marcante na medida em que as relações sino-soviéticas se tornavam cada vez mais degradadas. Para a RPC, interessava ver resolvido não apenas o problema de retificações fronteiriças menores, sobre um traçado considerado pela União Soviética, em seu conjunto, como intangível, mas também, e principalmente, a questão dos vastos territórios ocupados pela Rússia czarista devido a "tratados desiguais". À questão de fronteiras sobrepunham-se outros problemas: i) a aproximação sino-americana, que inquietava os soviéticos, levando a bloquear as negociações com os chineses; ii) as condições sob as quais foi efetuada a reunificação do Vietnam, em 1975, que atiçavam igualmente a rivalidade sino-soviética quanto à Indochina.

Problemas internos chineses ocorridos em 1976 – como a morte de Zhou En-lai e de Mao Zedong e a eliminação do "Bando dos Quatro" [71] – impediram Pequim de tomar quaisquer outras iniciativas em direção a Moscou e, diante do aprofundamento da *détente* com os Estados Unidos – entre 1977-78, sob uma óptica claramente anti-soviética – e da conclusão do tratado de paz e amizade sino-japonês, em agosto de 1978, seguida do estabelecimento diplomático com os norte-americanos, iniciado em 1º de janeiro de 1979, as negociações com a URSS foram mais uma vez adiadas.

Se, por um lado, nenhum resultado tangível foi alcançado até então no plano geoestratégico, por outro, negociações de caráter mais técnico entre chineses e soviéticos foram levadas a cabo, conduzindo à assinatura de diversos acordos, permitindo, inclusive, o aumento progressivo de trocas

---

[69] Cf. Cervo, Amado Luiz; Bueno, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. 2ª ed. Brasília: Edunb, 2002, p. 409-410.

[70] Cf. Vizentini, Paulo Fagundes. *A política externa do regime militar brasileiro*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998, p. 224-225.

[71] Os quatro líderes radicais da Revolução Cultural, Wang Hongwen, Zhang Chunqiao, Jiang Qing e Yao Wenyuan, foram acusados de formar uma quadrilha, a "Gangue – ou Bando – dos Quatro", e de "perseverar em sua má conduta apesar das severas advertências do próprio Mao". Após a morte de Mao Zedong, "os quatro líderes foram subitamente presos sem aviso, por ordens de Hua Guofeng" – nomeado, em 7 de outubro de 1976, novo presidente do Comitê Central do Partido Comunista Chinês e presidente da Comissão de Assuntos Militares. Cf. Spence, Jonathan D. *Em busca da China moderna: quatro séculos de história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 607-608.

O Brasile a China-10.indd 45 25/3/2008 00:35:52

comerciais entre os dois países. Em termos globais, porém, o antagonismo político sino-soviético, entre 1969 e 1978, não sofreu alterações. De certa forma, tornou-se mesmo mais profundo, a se considerar o aumento do potencial militar soviético ao longo da fronteira com a China.

A contar de 1972, a nova situação estratégica no Extremo Oriente e no Pacífico, criada com a distensão sino-americana e a possibilidade de constituição da "linha de força" Pequim-Tóquio-Washington, exigiu da União Soviética um novo esforço militar, mais amplo e mais profundo.

Desde o início da Guerra Fria, as relações do Brasil com a potência comunista submeteram-se à regra que caracterizou as relações soviéticas com a América Latina: "quanto maior vinculação desses aos EUA, mais hostilidade em relação à URSS" [72]. Estabelecidas em 1945 – sob influência da vitória militar da aliança democrática sobre o niponazifacismo, "quando ainda se nutria a esperança de um futuro *modus vivendi* idílico, com um mínimo de confrontações dos objetivos políticos holísticos entre os dois grandes vitoriosos" – as relações diplomáticas do Brasil com a União Soviética foram rompidas pouco tempo depois, em 20 de outubro de 1947, quando o anticomunismo prevalecente levou ao acirramento do conflito Leste-Oeste [73].

Face à *política externa independente* de Quadros e Goulart, ao golpe militar (1964) e ao *nacional-pragmatismo* de Geisel (em 1974), tais relações diplomáticas foram restabelecidas (em 1961) e arrefecidas (em 1964) para, em seguida, serem retomadas com certo vigor (a partir de 1970).

O reatamento das relações diplomáticas brasileiro-soviéticas e a capacidade de resistência por elas adquirida, em especial diante das flutuações da política interna brasileira, devem muito àquelas mesmas razões que, na década de 1940, permitiram o estabelecimento das relações diplomáticas:

> [...] primeiro, o ato poria o Brasil dentro da realidade universal, pois não havia como desconhecer no mundo um país que já era uma das só duas superpotências internacionais; segundo, buscava evidenciar que, potência emergente, o Brasil não temia a alegada inoculação do vírus revolucionário exportado nos moldes da propaganda anti-soviética ordinária; terceiro, abria os horizontes para outros tipos de intercâmbio que até então não tinham sido tentados, econômico, comercial, cultural, científico, político, cujos frutos poderiam eventualmente revelar-se benéficos para ambas as partes [74].

---

[72] Bacigalupo, Graciela Zubelzú. "As relações russo-brasileiras no pós-Guerra Fria", in *Revista Brasileira de Política Internacional*, 43(2), 2000, p. 59.
[73] Houaiss, Antonio. "Relações diplomáticas entre o Brasil e a URSS: um saldo positivo", in Houaiss, Antonio et all. *Brasil – URSS: 40 anos do estabelecimento de relações diplomáticas*. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 1985, p. 12. Cf. Garcia, Eugênio Vargas. *Cronologia das relações internacionais do Brasil*. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 200, p. 123.
[74] Houaiss, Antonio. "Relações diplomáticas entre o Brasil e a URSS: um saldo positivo", in Houaiss, Antonio et all. *Brasil – URSS: 40 anos do estabelecimento de relações diplomáticas*. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 1985, p. 11.

O Brasile a China-10.indd 46 25/3/2008 00:35:52

Era de interesse, ainda, cultivar a autonomia decisória em matéria de política internacional, face aos alinhamentos automáticos peculiares à Guerra Fria.

No Governo Médici (1969-1974), as relações do Brasil com a União Soviética, ao contrário do que vinha acontecendo entre este país e a RPC, tornaram-se mais próximas. Sob o efeito do pragmatismo adotado, o governo militar passou a reconhecer o peso da URSS no cenário internacional e as possibilidades de uma aproximação econômica com Moscou. Um convênio de cooperação (1970), de navegação marítima (1972) e outro de comércio (1975) foram assinados, conduzindo, no Governo de Ernesto Geisel, ao aumento do intercâmbio comercial, que totalizou 440 milhões de dólares em 1976 [75].

Por sua vez, na década de 1970, o processo de normalização política com os Estados Unidos conduziu lentamente a RPC a igualmente se aproximar dos países da Europa Ocidental e da Comunidade Econômica Européia – CEE. Em todos os casos, a RPC exigiu o reconhecimento de sua unidade territorial e, quando elas existiam, a ruptura das relações diplomáticas com Taiwan, em troca da normalização política. No caso do Brasil, foi a distância frente à política tutelar norte-americana que reaproximou o país da Europa, na qual encontrou o parceiro ideal para levar adiante sua política desenvolvimentista.

A partir de 1972, a edificação européia passou a ser percebida pela RPC como um contrapeso essencial ao perigo hegemônico soviético e, por isso, como um fator de paz. Em maio de 1975, a RPC estabeleceu finalmente relações diplomáticas com a CEE, tornando-se o primeiro Estado socialista a tomar tal iniciativa. No campo da defesa e segurança européia, a RPC foi levada a enxergar a Organização do Tratado do Atlântico Norte - OTAN não mais como um pacto agressivo, mas como a solução mais eficaz para fazer face ao expansionismo soviético.

Quanto às relações do Brasil com a Comunidade Européia, estas foram intensificadas mais cedo, a partir de 1967, de forma a: i) buscar parcerias alternativas diante do afastamento frente aos Estados Unidos; ii) desenvolver cooperação em áreas estratégicas, como a nuclear; iii) e incrementar as trocas comerciais.

Durante o Governo Geisel (1974-1979), foi traçado como objetivo claro de ação internacional a perseguição de elementos necessários para a consecução do projeto de desenvolvimento, esboçado no II Plano Nacional de Desenvolvimento. Diante dos conflitos presentes nas relações com os Estados Unidos, o Governo foi forçado a buscar uma estratégia de diversificação de parceiros internacionais. Os países da Europa Ocidental, com os quais o Brasil já possuía uma identidade de interesses, revelaram-se, naquele momento, a opção mais viável em substituição às relações deterioradas que

[75] Bacigalupo, Graciela Zubelzú. "As relações russo-brasileiras no pós-Guerra Fria", in *Revista Brasileira de Política Internacional*, 43(2): 59-86, 2000.

O Brasile a China-10.indd 47 25/3/2008 00:35:53

vinham sendo mantidas com os Estados Unidos. Deles se esperava que preenchessem os quesitos de verdadeiros parceiros estratégicos.

Em primeiro lugar, a nova parceria com os europeus não pôde mais ser equivalente à noção de *relações especiais* – com o que, segundo Lessa, se indicava o tipo de relações entre o Brasil e os Estados Unidos, pautado por princípios ideológicos e por uma excessiva ineqüidade entre os parceiros, causadora de dependência política, econômica e tecnológica. Não pôde também ser sinônimo de relações exclusivas, impeditivas de uma adequada integração do Brasil à economia mundial [76].

Da parceria estratégica, esperava-se o desenvolvimento de amplas linhas de cooperação econômica e técnico-científica, englobando elementos centrais do projeto de expansão econômica do Brasil: investimentos, empréstimos, tecnologias, mercados e fontes de energia. De tais relações almejava-se, ademais, um desenvolvimento equilibrado, sólido e duradouro, capaz de diminuir a vulnerabilidade a fatores externos e ampliar a visibilidade e presença internacional do país, além de aumentar sua capacidade de influência em questões globais.

No início do Governo Geisel, as relações dos brasileiros com os europeus apresentaram, de fato, um alto grau de complementaridade: se, por um lado, tais relações responderam à necessidade brasileira de abertura de novos espaços comerciais, de estabelecimento de novas parcerias políticas, servindo ao projeto de desenvolvimento em fase de implantação, por outro, também colaboraram com as aspirações dos países europeus de ocupar novos espaços no cenário internacional, garantindo mercado para suas exportações e investimentos e matérias-primas para suas indústrias.

Se, no tocante às questões econômicas, a criação, em 1968, de uma união aduaneira, com o estabelecimento de uma pauta alfandegária exterior comum entre os membros da CEE, foi um elemento complicador nas relações do Brasil com a Comunidade, a partir de 1973 – graças à flexibilidade adotada pelos europeus quanto à questão da abertura de mercados e da transferência de tecnologias avançadas em troca de mercados para seus produtos – obteve o Brasil um novo tratamento tarifário, levando a CEE a absorver 30% de suas exportações. Quanto à RPC, a crise interior de 1976 – e a morte de Zhou En-lai e Mao Zedong – retardou por muito tempo a conclusão de um acordo comercial com a CEE, adiando, para abril de 1978, o momento em que a China passou a se beneficiar da cláusula da nação mais favorecida. Vários obstáculos tarifários foram, então, eliminados, permitindo o aumento de trocas comerciais entre a RPC e a CEE.

No campo das relações bilaterais, o acordo assinado com a República Federativa da Alemanha – RFA, em 1975, considerado um dos mais importantes devido ao seu caráter estratégico, abriu para o Brasil a chance de diminuir a dependência externa de energia e aumentar o ritmo de crescimento

---

[76] Cf. Lessa, Antônio Carlos Moraes. "A estratégia de diversificação de parcerias no contexto do Nacional-desenvolvimentismo (1974-1979)", in *Revista Brasileira de Política Internacional*, 38(1): 24-39, 1995.

O Brasile a China-10.indd 48 25/3/2008 00:35:53

econômico, possibilitando ainda a transferência de tecnologia nuclear, por meio de: "a) implantação de oito centrais nucleares; b) prospecção e tratamento de urânio; c) produção de reatores nucleares, instalações e componentes; d) enriquecimento do urânio; e) produção de elementos combustíveis irradiados; f) reprocessamento de combustíveis" [77]. Ademais, segundo Lessa, "não seria exagerado afirmar que a Vertente Européia ganha instrumentalidade e dinamismo apenas quando considerada sob o prisma das relações com a RFA, parceiro que não se negou a cooperar em diferentes estágios do processo de desenvolvimento do Brasil" [78].

Ao longo da década de 1970, as relações franco-brasileiras foram igualmente incrementadas – cobrindo questões nos campos financeiro, comercial e tecnológico-cultural – levando à assinatura de um acordo que concedeu 41 milhões de dólares à Petroquímica União [79]. Outros países europeus, a exemplo da Itália e do Reino Unido, também procuraram fomentar o diálogo com o Brasil, pretendendo eliminar obstáculos para as exportações brasileiras e equilibrar a balança comercial entre eles.

Entre 1974 e 1979, um balanço das relações indica que aumentou a participação dos países da Europa Ocidental nos negócios brasileiros, tendo sido várias as visitas mútuas e assinaturas de importantes acordos e memorandos trocados entre as duas partes. Porém, nos dois últimos anos do governo Geisel, foram encontrados limites para a 'parceria estratégica' em formação, a qual deixou de ser prioridade da política externa, na medida em que se esgotaram as oportunidades de cooperação no âmbito do projeto desenvolvimentista brasileiro. Além disso, a convivência mais pacífica com os Estados Unidos, levando à normalização política e centralização da agenda comum nas questões econômicas, contribuiu para que a vertente perdesse alcance "enquanto política norteadora das ações do Brasil para os países europeus, inserida no bojo de um balanço a que se pode proceder das vertentes do Nacional-desenvolvimentismo" [80].

Por outro lado, o efeito *spill-over* da estratégia de diversificação de parcerias dos anos Geisel possibilitou a exploração de novos caminhos de relacionamento externo, propiciando ao Brasil o aumento de sua presença por cenários até então pouco explorados. Em resposta às demandas do desenvolvimento nacional, foram revistas e ampliadas as relações com o Extremo Oriente, Oriente Médio, África, Países Socialistas da Europa Oriental e América Latina e, posteriormente, com o Japão, China e demais países do continente sul-americano.

---

[77] Cf. Cervo, Amado Luiz; Bueno, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. 2ª ed. Brasília: Edunb, 2002, p. 411-413.
[78] Cf. Lessa, Antônio Carlos Moraes. "A estratégia de diversificação de parcerias no contexto do Nacional-desenvolvimentismo (1974-1979)", in *Revista Brasileira de Política Internacional*, 38(1), 1995, p. 33.
[79] Cf. Vizentini, Paulo Fagundes. *A política externa do regime militar brasileiro*. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 1998, p. 118-121.
[80] Cf. Lessa, Antônio Carlos Moraes. "A estratégia de diversificação de parcerias no contexto do Nacional-desenvolvimentismo (1974-1979)", in *Revista Brasileira de Política Internacional*, 38(1), 1995, p. 35-36.

O Brasile a China-10.indd 49 25/3/2008 00:35:53

Também de caráter expansionista, a política conduzida pela RPC a partir de 1976, mais ainda do que durante o período de 1969-1971, passou a posicioná-la em uma situação de quase aliança com o mundo ocidental, a qual procurava a fim de reforçar sua segurança e, sobretudo, acelerar sua modernização.

As razões para o estabelecimento de relações diplomáticas com o Japão, em setembro de 1972, estiveram bem próximas àquelas que permitiram a união com o mundo ocidental, as quais podem ser entendidas a partir dos seguintes fatores: i) necessidade chinesa de aumentar seus laços internacionais, de forma a angariar forças para contrabalançar o poder soviético; ii) necessidade de assistência externa com vistas a dar prosseguimento ao novo programa de modernização. O Japão, por sua vez, ao perceber o enfraquecimento da capacidade de liderança dos Estados Unidos nos âmbitos econômico e militar, assim como a própria aproximação dos Estados Unidos com a China, não mais hesitou em confirmar seu interesse pelo estabelecimento de relações com a RPC. Para tanto, concordou em romper seus laços diplomáticos com Taiwan, conservando apenas relações não oficiais, inclusive comerciais.

As negociações do Tratado de Paz e Amizade sino-japonês dominaram as relações bilaterais durante a maior parte da década de 1970. Tais negociações puderam revelar o peso de determinadas questões para os dois países, ligadas a fatores de segurança, políticas domésticas e relações econômicas. O elemento original do acordo final, assinado em agosto de 1978, foi o artigo relativo à cláusula "anti-hegemônica", o qual explicitava que as partes contratantes declaravam que nenhuma delas deveria perseguir objetivos hegemônicos na região da Ásia-Pacífico ou em qualquer outra região, sendo que cada uma deveria se opor a qualquer tipo de esforços de outros países ou grupo de países direcionados para o estabelecimento de hegemonia. Além disso, a RPC aceitou que o tratado não afetasse a posição de cada uma das partes no que concerne às suas relações com terceiros países. Por meio deste acordo, o governo japonês foi compelido a confessar publicamente sua predileção pelas relações com a China, demonstrando estar disposto mais favoravelmente frente à RPC do que à União Soviética.

A proximidade geográfica entre a China e o Japão fez com que o fator "segurança" desempenhasse um papel fundamental nas relações entre os dois países. A partir de 1972, as relações sino-japonesas passaram gradativamente da "não-hostilidade" ao "pleno apoio" nas mais diversas áreas de interesse. A aliança existente entre o Japão e os Estados Unidos não mais foi vista, a partir de então, como geradora de insegurança para a China; pelo contrário, tornou-se um elemento importante na política de contenção da expansão do poder militar soviético.

Na ausência de qualquer percepção recíproca de perigo, ampliou-se a discussão para além das questões de segurança entre os dois países, de forma a englobar novos temas de interesse, tais como limites territoriais, cooperação na área de segurança, além da questão taiwanesa.

O Brasile a China-10.indd 50 25/3/2008 00:35:54

Solidariedade e cooperação com o Terceiro Mundo

Desde a sua criação, a RPC apresentou-se com freqüência como um país do Terceiro Mundo, vítima tanto do colonialismo como do imperialismo, seja em função de seu subdesenvolvimento econômico, seja pela atitude política de solidariedade frente ao grupo. Na Conferência de Bandung, em 1955, passando pelos debates conduzidos no âmbito da ONU, a partir de 1971, a RPC posicionou-se dentro do campo dos países do "Sul".

Do lado brasileiro, o apoio às causas terceiro-mundistas evoluiu a partir das transformações no cerne de sua política externa, indo, por exemplo, da posição do pleno apoio em favor da conservação das províncias ultramarinas lusitanas ao reconhecimento, nos anos 1960, do direito de autodeterminação dos territórios não-autônomos, acompanhando o processo de fixação das bases para a descolonização propostas pela ONU, uma vez adotada a *Política Externa Independente*.

Em termos gerais, numa primeira fase (década de 1950), enquanto para a China a busca por afirmação de sua independência recém-conquistada e o fortalecimento das relações com outros países do campo socialista foram os fatores de impulsão em direção ao Terceiro Mundo, em geral, e à África, em particular, no caso do Brasil, foram os laços de amizade luso-brasileiros que se colocaram como um empecilho à imediata adesão à causa da descolonização. Ao final da década de 1950, o tratamento pela China do tema da descolonização afro-asiática ainda estava diretamente ligado a atitudes ideológicas e de enfrentamento face à União Soviética, levando o país a almejar uma posição de liderança na causa terceiro-mundista. Naquele mesmo tempo, a política externa brasileira encontrava-se nitidamente voltada para os interesses regionais latino-americanos, opção que levou o Brasil a uma participação de coadjuvante no processo de descolonização, limitando seu apoio às nações afro-asiáticas à criação de missões diplomáticas junto aos seus respectivos governos [81]. O afastamento brasileiro das questões universais, combinado ao sentimento de solidariedade do Brasil para com Portugal, levou a que a ênfase da atuação brasileira frente ao colonialismo se fundamentasse, em última instância, no princípio da não-agressão e da não-intervenção, este último afirmado no artigo 2, parágrafo 7, da Carta da ONU – que trata do direito de cada povo a dispor de si próprio, da não ingerência de terceiros na vida interna de cada Estado – ao considerar que Portugal não possuía colônias, mas sim províncias ultramarinas, pertencentes ao seu próprio território, com o direito de defendê-las frente a novos colonialismos [82].

Num segundo momento (década de 1960), a China passou a lutar contra as duas superpotências da época e, para estabelecer a mais ampla frente internacional possível contra estas forças hegemônicas, empregou a

---

[81] Cf. Cervo, Amado Luiz; Bueno, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil.* 2ª ed. Brasília: Edunb, 2002, p. 268.
[82] Cf. Cervo, Amado Luiz; Magalhães, José Calvet. *Depois das Caravelas: as relações entre Portugal e Brasil: 1808-2000.* Brasília: Edunb, 2000, p. 293.

O Brasile a China-10.indd 51 25/3/2008 00:35:54

idéia estratégica de "Duas Zonas Intermediárias": apoiando-se, de um lado, nos países capitalistas desenvolvidos da Europa Ocidental e, de outro, nos países subdesenvolvidos da Ásia, África e América Latina – dando prosseguimento à sua política de ajuda aos movimentos de libertação nacional. Embora o governo chinês tenha dado importância à cooperação econômica com os países africanos durante a década de 1960, seu principal interesse continuava sendo o campo político, buscando aumentar o número de embaixadas instaladas na África a cada conquista de independência dos novos países emancipados. Entre 1960 e 1969, 14 países africanos estabeleceram relações diplomáticas com a China. No final de 1969, dos 41 países africanos independentes, 19 mantinham relações diplomáticas com a China, contra cinco nos anos 50 [83].

Enquanto isso, o Brasil aproximava-se igualmente da África graças à adoção de uma política externa de caráter mais universal, posicionada a favor da autodeterminação dos povos africanos. No início da década de 1960, quando a China procedia ao aprofundamento de sua política de ajuda às novas nações africanas, o Brasil procurou alcançar uma necessária conciliação do anticolonialismo com os laços históricos que o ligavam a Portugal. Entre 1961 e 1964, com a solidificação da *política externa independente* do governo anterior, reforçou-se o alinhamento brasileiro ao princípio da não-intervenção, à autodeterminação dos povos, à emancipação dos povos e ao anticolonialismo. Defendeu-se ainda o estímulo à institucionalização das relações e à colaboração recíproca entre as nações em busca da superação de problemas de elevação do nível de vida e de cultura da população, preservando a ordem interna das nações. No caso particular de Angola, o governo brasileiro manifestou que "aguardava a aceitação do princípio da autodeterminação por parte de Portugal, e exortava-o a assumir a direção do movimento pela liberdade de Angola e pela sua transformação em um país independente tão amigo de Portugal quanto o é o Brasil" [84].

Naquele mesmo período, as relações do Brasil com a Ásia passaram a ser basicamente no plano multilateral, visando à construção de uma agenda política comum aos países em desenvolvimento, na defesa de uma nova ordem econômica internacional. Mesmo as relações mantidas com a Indonésia – que resultaram, em 1959, na visita do Presidente asiático ao Brasil e, em 1961, na assinatura de um acordo econômico – eram consideradas simbólicas, fazendo parte do "imaginário político no que se refere ao estreitamento de vínculos com o mundo afro-asiático, dentro dos pressupostos da *política externa independente*" [85]. No plano comercial, o relacionamento brasileiro na Ásia limitou-se quase que exclusivamente às relações com o Japão.

---

[83] Cf. Hong-Ming, Zhang. "A Política Chinesa na África", in Belluci, Beluce (org.). *Abrindo os olhos para a China*. Rio de Janeiro: Editora Universitária Cândido Mendes, 2004, p. 233-295.
[84] Cf. Cervo, Amado Luiz; Bueno, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. 2ª ed. Brasília: Edunb, 2002, p. 309.
[85] Oliveira, Henrique Altemani de. "Os Blocos Asiáticos e o Relacionamento Brasil-Ásia", in *São Paulo em Perspectiva*, 16(1): 114 -124, 2002; p. 118-119.

O Brasile a China-10.indd 52 25/3/2008 00:35:54

Por outro lado, acredita-se que a cooperação Sul-Sul tenha envolvido mais profundamente o continente africano do que o asiático. De acordo com Altemani de Oliveira, incentivou-se mesmo o que se chamou de *política africana*, que melhor "representou, enquanto emblema, o envolvimento brasileiro com as perspectivas de geração de uma nova ordem econômica internacional ou com sua política de Terceiro Mundo" [86].

Ao final da década de 1960, o Brasil ampliou o escopo de atuação de sua política externa, passando a privilegiar o plano de relações e de idéias não apenas regionais, mas universais, e então defendeu e apoiou com veemência o princípio da autodeterminação dos povos. Este e a problemática do desenvolvimento econômico e da convivência pacífica internacional foram entrelaçados para servir de base para a defesa não apenas dos interesses brasileiros, mas dos povos que se encontrassem em desvantagem nas relações Norte-Sul. Tal opção permitiu uma participação mais ativa do Brasil nos processos de descolonização, especialmente ao longo dos debates conduzidos na Assembléia Geral da ONU. Objetivos ligados à promoção do aumento de mercado para a produção brasileira levaram igualmente a privilegiar o discurso anticolonialista para a África.

Numa terceira fase (1970), quando, aos olhos dos dirigentes chineses, a União Soviética pareceu ser a mais perigosa das duas superpotências, passando a ser oficialmente considerada como a única ameaça e maior inimigo da China, Mao Zedong propôs, além da Teoria dos 'Três Mundos', a estratégia de 'Uma Linha', cuja essência era combater a União Soviética por meio de uma aliança com os Estados Unidos, único país considerado capaz de resistir àquela potência. Frente a esta nova estratégia diplomática, a China teve que reorientar sua política africana, a qual passou a apresentar duas características explícitas: combater energicamente a política soviética e adaptar-se à política do ocidente para a África. A contradição da atitude chinesa residia em que, se, por um lado, era necessário adotar uma atitude próxima à dos países ocidentais para contrapor-se à expansão soviética em todo o continente africano – em consideração real aos seus interesses de Estado – por outro, seguia-se apoiando a luta dos países africanos contra o colonialismo praticado principalmente pelos países ocidentais – em consonância com suas atitudes de caráter ideológico [87]. Tal situação tornou-se delicada, baixando suspeitas sobre as intenções da China perante o Terceiro Mundo e prejudicando suas relações políticas com certos países africanos, sobretudo com os países 'pró-Moscou'.

A recuperação do assento nas Nações Unidas, em 1971, trouxe melhoras progressivas para as relações internacionais da China, tirando-a de seu isolamento político. Tal fato imprimiu vigoroso impulso às relações sino-africanas, quando o número de países africanos a estabelecerem e manterem

---

[86] Oliveira, Henrique Altemani. "Brasil-China: trinta anos de uma parceria estratégica", in *Revista Brasileira de Política Internacional*, 47(1), 2004, p. 11.
[87] Cf. Hong-Ming, Zhang. "A Política Chinesa na África", in Belluci, Beluce (org.). *Abrindo os olhos para a China*. Rio de Janeiro: Editora Universitária Cândido Mendes, 2004, p. 250.

O Brasile a China-10.indd 53 25/3/2008 00:35:55

relações diplomáticas com a China passou para 44, contra 19, na década de 1960 [88]. Entretanto, o fato de a RPC ter se tornado membro permanente do Conselho de Segurança, com poder de veto, força nuclear, quinto produtor mundial de armamentos, nona potência mundial pela importância de seu Produto Interno Bruto, por um lado, e de ter abandonado progressivamente as referências ideológicas de caráter terceiro-mundista, por outro, levou a que se questionasse a natureza dos laços que ainda a uniam ao Terceiro Mundo. Tendo partido, nos anos 1960, de uma concepção essencialmente política e revolucionária de Terceiro Mundo, a China passou, ao final de quinze anos, a adotar uma concepção claramente econômica do termo [89].

De sua parte, naquela mesma década de 70, o Brasil inaugurou uma cooperação sistemática com a África Ocidental, "nos mesmos moldes do ocorrido com os pequenos países latino-americanos" [90]. Com o *pragmatismo responsável* do governo de Ernesto Geisel, de 1974 a 1979, sob a gestão do Chanceler Antônio Azeredo da Silveira, reforçou-se, no entendimento dos formuladores da política externa brasileira, a importância de se utilizar o setor externo para auxiliar o crescimento econômico, tendo o Estado como articulador do processo produtivo e garantidor da eficiência da ação:

> O pragmatismo haveria de guiar-se pelas circunstâncias, sem admitir dicotomias e camisas-de-força. Sem opções exclusivistas pelo bilateralismo ou multilateralismo, pelo Ocidente ou Terceiro Mundo, pelo alinhamento ou divergência, por essa ou aquela ideologia. (...) Repugnava-lhe a intolerância racial, religiosa e ideológica, bem como ter de suportar ou exercer hegemonias no sistema internacional [91].

PRELÚDIO DAS RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS

No contexto das ações voltadas para o Terceiro Mundo, a política externa chinesa para a América Latina, em geral, e para o Brasil, em particular, baseada primeiramente em atitudes ideológicas em apoio a partidos políticos e movimentos comunistas, desenvolveu, gradualmente, sua linha político-econômica, vindo a fortalecer-se definitivamente por meio de projetos estratégicos em busca de desenvolvimento científico e tecnológico. Para o atingimento de tais resultados, foi importante a mudança de enfoque da política externa chinesa, passando da contestação Norte-Sul à cooperação Sul-Sul.

---

[88] Cf. Hong-Ming, Zhang. "A Política Chinesa na África", in Belluci, Beluce (org.). *Abrindo os olhos para a China*. Rio de Janeiro: Editora Universitária Cândido Mendes, 2004, p. 251.
[89] Joyaux, François. *La tentation impériale*. Paris: Imprimerie nationale, 1994, p. 358-359.
[90] Cf. Vizentini, Paulo Fagundes. *A política externa do regime militar brasileiro.* Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 1998, p. 163.
[91] Cf. Cervo, Amado Luiz; Bueno, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil.* 2ª ed. Brasília: Edunb, 2002, p. 348-9.

O Brasile a China-10.indd 54 25/3/2008 00:35:55

A atitude chinesa perante as duas superpotências da Guerra Fria exerceu papel central na política voltada para os países latino-americanos, a qual variou entre posições de enfrentamento (contra as atitudes revisionistas da URSS sentidas na região), de alinhamento (com o estabelecimento de relações com os Estados Unidos e entrada na ONU) e independência (em presença da competição por mercados na economia internacional).

Vários fatores dificultaram o desenvolvimento de uma verdadeira política sino-latino-americana ao longo das décadas de 1950 e 1960. A distância geográfica, o desconhecimento total da situação local, a falta de recursos financeiros e a preponderância marcante dos Estados Unidos foram alguns dos elementos que contrariaram as ambições chinesas sobre o subcontinente.

Embora, no caso da guerra da Coréia (1950-1953), o Presidente Getúlio Vargas tenha se negado a atender aos pedidos feitos pelo Presidente norte-americano Truman e pelo Secretário-geral da ONU, Trygve Lie, de enviar tropas para o campo de batalha [92], da qual participava a China, mas em lado oposto, em apoio aos coreanos do norte, as relações sino-brasileiras sofreram as conseqüências da política ocidental de contenção ao comunismo. Conforme cita Pinheiro:

> Em dezembro de 1952, o embaixador Gastão Paranhos do Rio Branco comunicava ao Itamarati haver reassumido seu posto como representante brasileiro perante o governo chinês. Encontrava-se então em Taipé. Assim, após três anos de uma certa indefinição diplomática, o *status* do relacionamento brasileiro com as duas Chinas era finalmente acertado. Reconhecia-se o governo nacionalista de Taiwan em detrimento de Beijing [93].

Não obstante, o surgimento do conflito ideológico sino-soviético e a vontade da China de contra-atacar sistematicamente a política soviética no seio do movimento comunista internacional constituíram fatores de pulsão inicial, que levaram o governo chinês a se voltar tanto para a África quanto para a América Latina [94].

Foi primeiramente praticada, a partir de 1956, uma política de aproximação com os partidos comunistas da região com o intuito de levá-los progressivamente a adotar as teses chinesas ligadas ao projeto revolucionário maoísta. Após a identificação de interesses comuns entre a região e aquele país, tais como reforma agrária, questões demográficas e contestação de atitudes "contraditórias" de países imperialistas, a China passou então a apresentar a "via chinesa rumo ao socialismo" como sendo a solução ideal para a resolução dos problemas latino-americanos.

---

[92] Cf. Garcia, Eugênio Vargas. *Cronologia das Relações Internacionais do Brasil*. São Paulo: Editora Alfa-Omega; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2000, p. 127-128.
[93] Telegrama nº 1, Embaixada do Brasil em Taipe, 18/12/52, citado por Pinheiro, Letícia. "Restabelecimento de Relações Diplomáticas com a República Popular da China: uma análise do processo de tomada de decisão", in *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 6(12), 1993, p. 6.
[94] Joyaux, François. *La tentation impériale*. Paris: Imprimerie nationale, 1994.

O Brasile a China-10.indd 55 25/3/2008 00:35:56

Quando, em 1957, as relações entre a URSS e a China foram interrompidas, não sendo mais possível defender a unidade política do bloco, procurou-se enfatizar a importância do desenvolvimento simultâneo das economias nacionais dos países socialistas. Por outro lado, as acusações feitas à Rússia visaram demonstrar que a China se encontrava do lado moralmente aceito do socialismo, o qual não admitia revisões dos princípios até então adotados. Porém, apesar dos diversos contatos estabelecidos entre o Presidente Mao Zedong e partidos e delegações comunistas latino-americanos, poucos foram os resultados obtidos, preferindo os esquerdistas continuar sob a influência do empreendimento soviético.

Ademais, a constituição do governo revolucionário de Fidel Castro, em janeiro de 1959, sob apoio soviético (seguida da criação dos partidos comunistas latino-americanos) veio modificar sensivelmente o equilíbrio de forças na América Latina. Frente a esses complicadores, a opção feita pela China foi de também apoiar o regime castrista, novo bastião do comunismo na América Latina, com o intuito de, se possível, afastá-lo das teses soviéticas, na seqüência de sua política anti-revisionista de coexistência pacífica. Assim, em setembro de 1960, os dois governos concordaram em estabelecer relações diplomáticas e proceder à troca de embaixadores.

A crise dos mísseis soviéticos em Cuba foi um momento importante para que os chineses atraíssem comunistas descontentes com as medidas adotadas pela URSS frente às "chantagens nucleares" norte-americanas. Assim, quando o Presidente Khrouchtchev, a pedido do Secretário Geral da Organização das Nações Unidas, anunciou sua intenção de retirar os mísseis soviéticos instalados em Cuba, a China denunciou, de forma violenta, tal decisão que, segundo estimava, traía a causa da revolução na América Latina [95].

No total, considerou-se que, se tal evento foi prejudicial ao movimento revolucionário latino-americano, ele foi, em revanche, relativamente favorável à política chinesa. Além dos desentendimentos surgidos entre Cuba e URSS (que não desagradavam aos chineses), uma gama importante de partidos comunistas latino-americanos foi levada a aumentar sua simpatia frente ao governo de Pequim, apoiando a criação de uma ala dissidente de partidos pró-chineses.

Porém, a partir de 1964, o número reduzido de membros e as divisões internas incessantes nos partidos e, principalmente, as graves crises opondo Cuba e China, acusavam resultados minguados. A dependência crescente da economia cubana frente à URSS impediu, pois, que Cuba continuasse a empregar uma política de neutralidade entre os dois pólos do comunismo, a qual foi gravemente interrompida com as freqüentes críticas feitas à China, acusada de "perpetuar ato criminoso de agressão econômica", por meio da recusa, por exemplo, em continuar fornecendo arroz a Cuba segundo modalidades anteriores [96].

---

[95] Joyaux, François. *La tentation impériale*. Paris: Imprimerie nationale, 1994, p. 346-347.
[96] Joyaux, François. *La tentation impériale*. Paris: Imprimerie nationale, 1994, p. 348-349.

O Brasile a China-10.indd 56 25/3/2008 00:35:56

No Brasil, o primeiro partido comunista pró-chinês nasceu em 1962, após a expulsão de vários dirigentes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), em razão de suas opiniões stalinistas. Porém, o Partido Comunista do Brasil (PC do B), não tendo ainda a China naquela ocasião se engajado na política de apoio à criação, em escala mundial, de partidos marxistas-leninistas, só foi reconhecido por Pequim em 1964. Na mesma época, foram criados partidos pró-maoístas no Peru, Chile, Colômbia, Bolívia e Equador, além de movimentos comunistas na Guatemala e Argentina.

Foi, porém, na década de 1950 que se ensaiaram os primeiros passos das relações do Brasil com a República Popular da China, ainda de forma não oficial, por meio de trocas comerciais e eventos culturais. Entre 1953 e 1954, a Associação Cultural China-Brasil foi criada no Rio de Janeiro e São Paulo, respectivamente. Durante toda a década de 1950, foram várias as delegações chinesas a visitarem o Brasil, incluindo delegações de artes, acrobacias e de imprensa [97].

Nos campos cultural e comercial das relações sino-brasileiras, seguiu-se obtendo novos avanços no início da década de 1960. No dia 27 de outubro de 1960, o presidente Mao Zedong recebeu em Pequim uma delegação cultural latino-americana, com integrantes do Brasil e da Argentina. Em 7 de maio de 1961, o presidente do Comitê Permanente da Assembléia Popular Nacional, Zhu De, recebeu a delegação da Comissão de Fomento do Comércio Exterior do Brasil.

Iniciada a *política externa independente*, durante o governo Jânio Quadros, o Vice-Presidente João Goulart visitou a China, em agosto de 1961, tendo sido ele "não só o primeiro mandatário brasileiro, mas também o primeiro Chefe de Estado sul-americano a visitar a China". Líderes do Governo e do Estado, incluindo o Presidente Mao Zedong, receberam o Vice-Presidente Goulart. O Vice-Presidente chinês, Dong Biwu, o Presidente do Comitê Permanente da Assembléia Popular da China, Zhu De, e o Primeiro-Ministro, Zhou Enlai, entrevistaram-se respectivamente com o Vice-Presidente brasileiro e a delegação comercial por ele chefiada [98]. Durante a visita à China – inserida na política de alargar os parceiros comerciais do país, perseguida pelo governo Quadros, e de aumentar o prestígio internacional do Brasil, em razão do peso da China no concerto internacional [99] – o vice-presidente brasileiro "chegou a propor ao governo chinês o estabelecimento de uma representação comercial permanente em cada um dos dois países, e declarou

---

[97] Cf. Mingde, Li. "Sino-Brazilian Relations: Past, Present and Future", in *ILAS Working Paper*, nº 4, 2003, p. 1. Gabinete de Imprensa do Conselho de Estado da República Popular da China. *China-Brasil.* Pequim: China Intercontinental Press, 2004, p. 74.

[98] Cf. Gabinete de Imprensa do Conselho de Estado da República Popular da China. *China-Brasil.* Pequim: China Intercontinental Press, 2004, p. 2-5.

[99] José Honório Rodrigues. *Interesse nacional e política externa.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 131, citado por Pinheiro, Letícia. "Restabelecimento de Relações Diplomáticas com a República Popular da China: uma análise do processo de tomada de decisão", in *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 6(12), 1993, p. 6. Cf. Cervo, Amado Luiz; Bueno, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002, p. 318-319.

O Brasile a China-10.indd 57 25/3/2008 00:35:56

à imprensa que o governo brasileiro votaria favoravelmente à inclusão do debate sobre a admissão da RPC na ONU" [100].

De fato, reafirmada a nova orientação da política externa brasileira com a posse de João Goulart como Presidente da República [101], o Brasil manifestou simpatia perante o ingresso da República Popular da China na ONU, por meio do discurso do chanceler Affonso Arinos de Mello Franco, proferido junto à ONU em setembro de 1961:

> O Brasil tem uma posição ideológica bem definida, porém em suas relações internacionais busca sempre inspirar-se no parágrafo 2 do Artigo 1 da Carta das Nações Unidas, segundo o qual o objetivo da Organização é "fomentar entre as nações relações de amizade baseadas no respeito ao princípio da igualdade de direitos e da autodeterminação dos povos e tomar medidas adequadas para fortalecer a paz universal". Portanto, os desacordos ideológicos não impedirão por si mesmos que o Brasil mantenha relações com todos os povos. Ademais, o Brasil crê que as Nações Unidas não podem se substrair ao debate sincero das questões que lhes concernem ou que sejam do interesse de um ou vários de seus membros. Neste sentido, somos partidários a que se discuta o problema da representação da China que, apesar da evidente importância da questão, tem sido evitado há muito tempo [102].

Novas iniciativas para promover relações amistosas com a China continuaram a ser observadas, permitindo a criação de um escritório de representação da Agência Chinesa de Notícias Xinhua, em dezembro de 1962, tornando-se este o primeiro escritório de representação da Agência a ser estabelecido na América Latina. Foi, porém, com a República da China – Taiwan que o Brasil

---

[100] Cf. Pinheiro, Letícia. "Restabelecimento de Relações Diplomáticas com a República Popular da China: uma análise do processo de tomada de decisão", in *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 6(12), 1993, p. 6.

[101] Em 1984, no momento de apresentação e aprovação da viagem do Presidente João Figueiredo à RPC, foi revelado pelo Deputado Eduardo Matarazzo Suplicy, em pronunciamento no Congresso Nacional, que o Vice-Presidente João Goulart, por ter visitado a RPC, deveria ter sido impedido, de acordo com algumas pessoas, inclusive militares, de assumir o posto a que constitucionalmente tinha o direito, sob a alegação, entre outras coisas, de que era muito ligado aos sindicatos e poderia instaurar um governo muito relacionado aos interesses dos trabalhadores; que ele poderia, inclusive, por ter ido à China, realizar um governo com tendências, com simpatias por regimes como o da China e o da União Soviética. Conta ainda o Deputado que, em função desta alegação, "tentou-se, efetivamente, impedir a posse do Presidente João Goulart" e que teria sido necessário que "os que queriam garantir a posse de João Goulart aceitassem a transformação do sistema presidencialista em parlamentarista, para que houvesse uma acomodação, aquilo que se chama negociação" Cf. "Pronunciamento do Sr. Eduardo Matarazzo Suplicy, Deputado Federal - PT-SP, in *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, 4 de maio de 1984, p. 2912. O Deputado Bocayuva Cunha relembrou igualmente a "enorme celeuma" levantada à época da visita de João Goulart a Pequim, confirmando que tal viagem teria realmente servido de argumento "para aqueles que tentaram impedir a sua posse na Presidência da República, quando da renúncia de Jânio Quadros, apresentando a ida de Jango à China como um pecado mortal que o tornava incompatível com a Presidência da República". Cf. "Pronunciamento do Sr. Bocayuva Cunha, Deputado Federal - PDT-RJ, in *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, 1º de junho de 1984, p. 4767.

[102] "XVI Sesión Ordinaria de la Asamblea General de la Organización de las Naciones Unidas. Discurso do Ministro Affonso Arinos de Mello Franco. Nueva York, el 22 de septiembre de 1961". Cf. *La Palabra del Brasil en las Naciones Unidas: 1946-1995*. Fundación Alexandre de Gusmão – Brasília: FUNAG, 1995, p. 154-161, tradução nossa.

O Brasile a China-10.indd 58 25/3/2008 00:35:57

assinou um Acordo de Comércio, no dia 28 de dezembro de 1962, promulgado em 19 de junho de 1964, já no Governo Castello Branco, levando a que fossem vistas com ponderação as ações brasileiras em direção à RPC [103].

Nos primeiros anos da década de 1960, várias personalidades brasileiras visitaram a China, incluindo o Vice-Presidente da Associação Cultural Brasil-China do Rio de Janeiro, em 16 de junho de 1963, e a redatora do jornal 'Última Hora' do Rio de Janeiro (recebida pelo Vice-Primeiro-Ministro Chen Yi), em 22 de julho de 1963 [104]. Em 1963 e 1964, a *China Council for the Promotion of International Trade* (CCPIT) enviou grupos ao Brasil para preparar uma exposição e, em ambas as ocasiões, foram estes grupos recebidos pelo Presidente Goulart. À mesma época, o Governo chinês enviou um grupo coordenado pelo Sr. Lin Ping encarregado da organização e instalação de um escritório comercial chinês no Brasil.

Os trabalhos em direção à China foram interrompidos com a destituição do Presidente João Goulart e instauração do regime militar brasileiro, em 1º de abril de 1964, seguida da prisão, dois dias mais tarde, de nove chineses, entre eles "funcionários encarregados de instalar no Brasil um escritório comercial e jornalistas da Agência Nova China" [105]. No dia 22 de dezembro de 1964, os "nove chineses" foram julgados pelo Tribunal Militar e condenados a 10 anos de prisão por conspiração contra a segurança nacional. Sobral Pinto, advogado encarregado da defesa dos chineses, conseguiu a expulsão dos estrangeiros, considerada única vitória possível em um estado de exceção [106]. Em declaração oficial do governo de Pequim, anunciada pela agência "Nova China" em 23 de dezembro de 1964, os Estados Unidos foram acusados de haverem forjado as acusações de espionagem e atividades subversivas de que foram inculpados os nove chineses. Por sua vez, o governo chinês considerou que, ao longo de todo o processo, "as autoridades brasileiras demonstraram sua incapacidade de proporcionar qualquer testemunho válido, qualquer prova realmente concludente" [107].

Conforme explica Vizentini, o episódio que culminou com a prisão, condenação e expulsão dos nove cidadãos chineses (em fevereiro de 1965), protagonizado pelo governador Carlos Lacerda, do Estado da Guanabara, teve como objetivo central a reversão da aproximação entre os dois países[108].

---

[103] Cf. Mingde, Li. "Sino-Brazilian Relations: Past, Present and Future", in *ILAS Working Paper*, nº 4, 2003, p. 2-3. Ministério das Relações Exteriores. *Acordo de Comércio Brasil – China.* Coleção de Atos Internacionais n° 532, MRE: Seção de Publicações, 1967.

[104] Cf. Gabinete de Imprensa do Conselho de Estado da República Popular da China. *China-Brasil.* Pequim: China Intercontinental Press, 2004, p. 2-5.

[105] Citado por Pinheiro, Letícia. "Restabelecimento de Relações Diplomáticas com a República Popular da China: uma análise do processo de tomada de decisão", in *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 6(12), 1993, p. 6-7.

[106] Disponível em: <www.oab.org.br/hist_oab/estado_excecao.htm>. Accesso em: 23/10/2006.

[107] Cf. "Chineses presos: Governo da China ameaça o Brasil", in *Folha de S. Paulo*, quinta-feira, 24 de dezembro de 1964, Banco de Dados Folha. Disponível em: <www.uol.folha.com.br>. Acesso em : 07/12/2005.

[108] Vizentini, P.F. *A política externa do regime militar brasileiro.* Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 1998, p. 66-67. Ver também: Mingde, Li. "Sino-Brazilian Relations: Past, Present and Future", in *ILAS Working Paper*, nº 4, 2003, p. 1-2.

O Brasile a China-10.indd 59 25/3/2008 00:35:57

Apesar de uma das preocupações imediatas do governo militar ter sido manter relações com todos os povos, respeitados os interesses nacionais, o que explica a atitude radical do Brasil é a dupla posição adotada pelo governo de Castello Branco (1964-1967): de repúdio às práticas comunistas revolucionárias – tendo sido mantidos laços apenas com países comunistas do bloco soviético – e de busca de aproximação com o bloco capitalista – representada, na Ásia, pelo fortalecimento da cooperação nipo-brasileira. Importava ao governo brasileiro satisfazer suas necessidades comerciais e também privilegiar relações com países dotados de uma diplomacia tradicional, legalista e não revolucionária, a qual julgava que nem China, nem Cuba possuíam.

Neste sentido, de forma a poder marcar a nova posição diplomática do governo Castello Branco, foi abandonada a dimensão política de barganha que poderia advir da relação sino-brasileira frente aos países desenvolvidos, explorada durante a *política externa independente*. Com isso, o Brasil perdeu também o acesso ao mercado da China, que se voltou para o México (algodão) e Cuba (açúcar). À exceção do Japão, com o qual se consolidou a cooperação industrial automobilística, siderúrgica e de navegação, tornando-se o Brasil, ademais, o mais importante mercado do Japão em inversões estrangeiras, as relações com os demais países asiáticos continuaram praticamente inexistentes [109].

No Governo Costa e Silva (1967-1969) permaneceram modestas as relações com a Ásia, apesar dos esforços em direção à Índia, os quais resultaram na assinatura, em fevereiro de 1968, de um acordo comercial, durante a visita do chanceler brasileiro àquele país. O balanço chinês para a região latino-americana mostrou-se também extremamente reduzido: algumas poucas relações privilegiadas com movimentos maoístas e relações oficiais, mas ruins, unicamente com Cuba.

Porém, ao final da década de 1960, dentro de uma perspectiva semelhante à da *política externa independente*, o Brasil passou a apostar enfaticamente na agenda do Terceiro Mundo e na participação em fóruns multilaterais: recusou-se a assinar o Tratado de Não Proliferação Nuclear e tentou recuperar seu papel de liderança na Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad).

A partir de 1969 – quando a China diminuiu seu apoio aos movimentos revolucionários da América Latina (com base na Teoria dos Três Mundos) e buscou desenvolver uma diplomacia intergovernamental sem interferência nos assuntos internos – o estabelecimento de relações com aquele país começou a ser visto pelo governo brasileiro como fundamental para dar credibilidade e legitimidade à sua política externa.

Porém, ainda não estava definida a posição do Brasil perante a China, tendo sido, por exemplo, alterada a atitude positiva adotada até então diante da questão do reingresso da RPC nas Nações Unidas. Em 20 de outubro de 1971, o Brasil votou contra a admissão da RPC na ONU como legítima ocupante do assento destinado à China e da conseqüente retirada da represen-

---

[109] Cf. Vizentini, P.F. *A política externa do regime militar brasileiro.* Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 1998, p. 61-67.

O Brasile a China-10.indd 60 25/3/2008 00:35:58

tação de Taiwan [110]. A maneira com que o discurso do Ministro Mario Gibson Barboza se referiu ao iminente ingresso da República Popular da China na ONU foi indicativa das ambigüidades que caracterizavam a postulação externa do Brasil: "o Ministro evita uma manifestação concreta sobre a questão da representação da China. Não chega sequer a mencionar nominalmente o país" [111]. Alude à RPC apenas como "outra grande Potência" que ingressa na Organização dotada das "próprias armas nucleares".

Apesar de a entrada da RPC na ONU ter sido decidida por maioria (composta por países do Terceiro Mundo) e de ter sido recusada a causa defendida pelos norte-americanos, de presença das duas Chinas na ONU, foi veemente a crítica que o Ministro brasileiro fez em seu discurso ao processo de decisão que havia conduzido à substituição de Taiwan pela RPC como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU. Se, por um lado, o pedido de "permanência" de Taiwan não foi atendido, mesmo sendo este o desejo dos Estados Unidos, por outro, a "entrada" da RPC foi determinada, de acordo com o Ministro Gibson Barbosa, exclusivamente pelo "clube de poder" composto pelas potências ocidentais da época:

> O fato novo que temos diante de nossos olhos não é o descobrimento de uma nova estrela na constelação das grandes Potências. Faz muito tempo que esta estrela está brilhando, desde o momento em que se apossou da tecnologia e dos meios para colocar em perigo a sobrevivência da humanidade ou, em outras palavras, desde que demonstrou que possuía a arma atômica. A novidade da situação que se coloca agora e que muda fundamentalmente as perspectivas da composição das Nações Unidas é o fato de que uma superpotência tenha decidido que chegou o momento de reconhecer a existência de outra grande Potência. Este fato parece irrefutável. Por conseguinte, o candidato a Membro das Nações Unidas começa sua existência no momento em que a mesa diretiva do clube de poder assim o decide [112].

Por trás das críticas do Ministro, percebem-se dois objetivos centrais do Brasil: i) que a contribuição das nações ricas para o progresso dos países menos desenvolvidos não fosse moldada pelo "realismo político", utilizado como meio para impor e justificar novos métodos de congelamento de poder, assim como para estabelecer implícita ou explicitamente esferas de influência; ii) que mudanças ocorridas no seio da ONU não servissem para satisfazer interesses de uma minoria, mas, ao contrário, que satisfizessem interesses econômicos e

---

[110] Cf. Vargas, Eugênio Garcia. *Cronologia das relações internacionais do Brasil*. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 200, p. 151. Pinheiro, Letícia. "Restabelecimento de Relações Diplomáticas com a República Popular da China: uma análise do processo de tomada de decisão", in *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 6(12), 1993, p. 7.

[111] No livro "La Palabra del Brasil em las Naciones Unidas", o Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa foi responsável pela elaboração da introdução e dos comentários que situam cada discurso brasileiro no contexto histórico nacional e internacional da época em que foi pronunciado. Cf. *La Palabra del Brasil en las Naciones Unidas: 1946-1995*. Fundación Alexandre de Gusmão – Brasília: FUNAG, 1995, p. 281-289.

[112] Cf. Barbosa, Mario Gibson. Discurso do Ministro das Relações Exteriores na XXVI Sessão Ordinária da Assembléia Geral da ONU - 1971. *La Palabra del Brasil en las Naciones Unidas: 1946-1995*. Fundación Alexandre de Gusmão – Brasília: FUNAG, 1995, p. 281-289, tradução nossa.

O Brasile a China-10.indd 61 25/3/2008 00:35:58

sociais da maioria dos Estados Membros, permitindo, inclusive, aumentar a representatividade de seus órgãos – e o papel de liderança do Brasil na ONU.

Mais do que o afastamento perante Pequim, a entrada da RPC na ONU indicava a frustração brasileira diante de suas reivindicações de revisão da Carta da ONU e de maior parcela de decisão para o Brasil no sistema internacional. Dois episódios revelaram, ademais, que a busca por uma reaproximação com Pequim continuou após a admissão da RPC na ONU: o cônsul brasileiro em Hong Kong, Geraldo de Holanda Cavalcanti, recebeu autorização do Itamaraty para acompanhar a missão não-oficial de Horácio Coimbra, da Companhia Cacique de Café Solúvel, em novembro de 1971; já o ministro do Planejamento, João Paulo dos Reis Veloso, deu total apoio à missão não-oficial liderada pelo presidente da Associação dos Exportadores, Giulite Coutinho, ocorrida em outubro de 1972 [113]. Porém, apesar dos esforços de aproximação, aspectos ligados à ideologia de segurança nacional e ao combate ao comunismo persistiram na definição dos interesses nacionais ao longo do Governo Médici, impedindo que tais iniciativas culminassem na oficialização das relações.

O interesse muito mais político que ideológico da China pela América Latina teve início logo nos primeiros anos da década de 1970. Devido à prolongada exclusão e grande isolamento de Pequim do sistema internacional do pós-Guerra, e devido à falta de solução para o problema de Taiwan, a busca por legitimidade se converteu em meta concreta da nova política latino-americana da China.

Até o início dos anos 1970, à exceção de Cuba e seguindo o exemplo dos Estados Unidos, todos os países da América Latina mantinham relações oficiais com Taipé. Por sua vez, a influência de Moscou sobre grande parte dos partidos e organizações de esquerda era preponderante, conforme constatado. Porém, o regime socialista do Presidente Allende, no Chile, permitiu que a China, em 1970, estabelecesse relações diplomáticas com um primeiro país latino-americano, além de Cuba. Logo em 1972, foram materializados os primeiros resultados da aproximação, com a concessão de créditos ao Chile e fornecimento de couro e metal à China. A ênfase nos interesses econômicos garantiu a continuidade das relações bilaterais, mesmo quando do fim da experiência socialista chilena, em 1973, e dos subseqüentes ataques políticos ao regime militar de Pinochet [114].

Com a *détente* sino-americana, a China estabeleceu relações diplomáticas com grande parte dos países da América Latina ao longo das décadas de 1970 e 1980. Assim como sucedeu com a Ásia e África, as relações foram mantidas independentemente das características políticas dos Estados (a exemplo do Chile e da Argentina, tendo sido esta submetida, em 1978, a campanhas de denúncia internacional concernentes aos Direitos Humanos).

---

[113] A conhecida história de Horácio Coimbra, da Companhia Cacique de Café Solúvel e das primeiras trocas comerciais que efetuou com os chineses foi contada pelo Deputado Tomaz Coelho. Cf. "Pronunciamento do Sr. Tomaz Coelho, Deputado Federal - PMDB-CE", in *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, 18 de maio de 1984, p. 3869-3870. Cf. Pinheiro, Letícia. "Restabelecimento de Relações Diplomáticas com a República Popular da China: uma análise do processo de tomada de decisão", in *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 6(12), 1993, p. 7-8.
[114] Cf. Joyaux, François. *La politique extérieure de la Chine Populaire.* Paris: PUF, 1983.

O Brasile a China-10.indd 62 25/3/2008 00:35:59

Quadro 1
ESTABELECIMENTO DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS
ENTRE CHINA E PAÍSES DA AMÉRICA LATINA (1970-1980)

País	Data	
República do Chile	15 de dezembro	1970
República do Peru	02 de novembro	1971
Estados Unidos do México	14 de fevereiro	1972
República da Argentina	19 de fevereiro	1972
República Cooperativa da Guiana	27 de junho	1972
República da Venezuela	28 de junho	1974
República Federativa do Brasil	15 de agosto	1974
República do Suriname	28 de maio	1976
República do Equador	02 de janeiro	1980
República da Colômbia	07 de fevereiro	1980
República da Bolívia	09 de julho	1985
República da Nicarágua	07 de dezembro	1985
República Oriental do Uruguai	03 de fevereiro	1988

Fonte: Nianlong, Han (ed.). *Diplomacy of Contemporary China*. Hong Kong: New Horizon Press, 1990.

No Brasil, embora tenha sido demonstrada disposição do governo Médici de incrementar suas relações com a RPC, não foi possível reunir todas as condições necessárias para o restabelecimento de relações diplomáticas, o qual foi adiado logo para os primeiros meses do governo do Presidente Ernesto Geisel.

Fase de estabelecimento das relações diplomáticas entre Brasil e RPC

As razões que possibilitaram a *extensão* das relações internacionais entre o Brasil e a China e a convergência de seus interesses – sob a forma de relações diplomáticas – devem tanto a mudanças internas de cunho ideológico, quanto a razões políticas e econômicas, ligadas à busca de autonomia e prestígio internacional e de novos mercados, tecnologias e investimentos, tanto por parte do Brasil como da China.

No processo de reaproximação sino-brasileira, foi importante a mudança do papel da China no cenário internacional, logo após sua entrada na ONU e dos entendimentos estabelecidos com os norte-americanos. O Brasil, além de outros países latino-americanos, passou a perceber aquele

O Brasile a China-10.indd 63 25/3/2008 00:35:59

país como um Estado responsável, membro permanente do Conselho de Segurança, capaz de desempenhar um papel positivo em caso de dificuldades ou de crises internacionais. Ao mesmo tempo, a China delegou-se o papel de principal defensora dos interesses dos países do Terceiro Mundo na ONU, tomando parte em favor dos latino-americanos em questões como revisão do Tratado de 1906, relativo às controvérsias dos Estados Unidos sobre o Canal do Panamá e defesa da extensão a 200 milhas das águas territoriais. A RPC também passou a apoiar esforços de agrupamento – Pacto Andino, Tratado de Cooperação Amazônica, Tratado de Montevidéu sobre Associação Latino-Americana – próprios a desencorajar tentativas hegemônicas das superpotências. Pequim denunciou com igual vigor o imperialismo americano, em especial durante a crise de El Salvador, em 1981 [115].

No Brasil, o capitalismo brasileiro atingira um nível de desenvolvimento que propiciava um alto grau de inserção mundial. Os problemas econômicos tornaram o mercado interno insuficiente para as dimensões da economia, exigindo um incremento nas relações comerciais do Brasil, maiores garantias no suprimento de matérias-primas e acesso brasileiro à tecnologia moderna. Esperava-se também da cooperação Sul-Sul um reforço no poder de barganha brasileiro em negociações econômicas globais, tal como tentado durante a *política externa independente*. No contexto estratégico do pragmatismo, passou-se a adotar maior flexibilidade ideológica, tendo sido igualmente buscada na cooperação com a China uma forma de afirmar a presença autônoma e aumentar o prestígio brasileiro no sistema internacional. A opção pelo afastamento frente à potência norte-americana, em 1974, também agiu como fator de pulsão, conduzindo o Brasil a ampliar suas relações internacionais, abrindo a possibilidade não apenas para que europeus, mas também para que países como a China se tornassem parceiros alternativos. Para Feng Xu:

Na China, a partir de 1970, decidiu-se assentar o projeto nacional sobre bases menos ideológicas e mais pragmáticas, em busca de novos relacionamentos que pudessem oferecer segurança e suporte ao desenvolvimento nacional.

> 1. Quando a China se ocupa da transformação do sistema, a ideologia é importante (como ocorreu na América Latina, nos anos sessenta); quando não se ocupa da transformação do sistema, procurando, ao contrário, tirar vantagem do sistema existente, o pragmatismo predomina (como ocorreu desde o início dos anos setenta). 2. Quando a China se encontra ilhada ou extremamente limitada no sistema internacional, busca a solidariedade do Terceiro Mundo (como ocorreu nos anos 1960, com a aliança com os países do Terceiro Mundo na Ásia e África), quando a China não se encontra nessa

[115] Bergère, Marie-Claire. *La Chine de 1949 à nos jours*. Paris : Armand Colin, 2000, p. 246.

O Brasile a China-10.indd 64 25/3/2008 00:35:59

posição de isolamento ou restrição, o Terceiro Mundo tende a ser relegado a um papel periférico (como sucedeu no início dos anos 1970) [116].

Optou-se, então, por aplicar uma política exterior de duas vias: a primeira buscava relações concretas, necessárias por razões estratégicas e econômicas (tendo os Estados Unidos servido ao intuito chinês de reforçar sua segurança frente à URSS). A segunda buscava aumentar a presença política chinesa no sistema internacional, tendo se caracterizado, mormente, por relações formais, porém necessárias por razões de identidade e legitimidade, quando foram, então, estabelecidas relações diplomáticas com diferentes países, inclusive latino-americanos. Esta segunda linha implicava, portanto, no abandono definitivo da política de encorajamento dos movimentos revolucionários ao redor do mundo, América Latina inclusa, aplicada pela China ao longo das décadas de 1950 e 1960.

Decorridos quase dez anos desde a suspensão das relações não oficiais entre o Brasil e a China, conversas foram iniciadas, ainda no final de 1973, entre o recém-eleito presidente da República, Ernesto Geisel, e o então embaixador brasileiro em Buenos Aires e futuro Ministro das Relações Exteriores, Antônio Francisco Azeredo da Silveira, sobre a reaproximação sino-brasileira [117].

Em março de 1974, durante cerimônia na embaixada da Grécia em Moscou, o Embaixador do Brasil para a União Soviética, Celso Antônio de Souza e Silva, comunicou ao Embaixador Chinês, Liu Xinquan, o interesse brasileiro em estabelecer relações formais com a China. O Governo chinês respondeu imediata e entusiasticamente à demanda. O passo a seguir foi a decisão presidencial de incluir três funcionários do governo na missão que viajou a Pequim, de 10 a 15 de abril de 1974, entre eles o conselheiro Carlos Antônio Bettencourt Bueno, Chefe da Divisão da Ásia e Oceania do Ministério das Relações Exteriores. Durante a missão, em encontro com representantes do Ministério das Relações Exteriores chinês, o diplomata brasileiro manifestou o interesse do governo brasileiro em discutir o estabelecimento de relações diplomáticas com a China. Na oportunidade, foi feito convite oficial do governo brasileiro para que uma missão político-comercial chinesa visitasse o Brasil [118]. Ainda durante aquela missão, no dia 11 de abril, o Vice-Presidente chinês Li Xiannian recebeu a delegação da Associação dos Exportadores Brasileiros, chefiada pelo empresário Giulite Coutinho [119].

---

[116] Cf. Xu, Feng. "China y América Latina después del final de la Guerra Fría", in Lowenthal, Abraham; Treverton, Gregory (comp.). *América Latina en un mundo nuevo*. México: Fondo de Cultura Econômica, 1996, p. 181-184, tradução nossa.

[117] Cf. Pinheiro, Letícia. "Restabelecimento de Relações Diplomáticas com a República Popular da China: uma análise do processo de tomada de decisão", in *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 6(12), 1993, p. 13-14.

[118] Cf. Mingde, Li. "Sino-Brazilian Relations: Past, Present and Future", in *ILAS Working Paper*, nº 4, 2003, p. 2. Pinheiro, Letícia. "Restabelecimento de Relações Diplomáticas com a República Popular da China: uma análise do processo de tomada de decisão", in *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 6(12), 1993, p. 12-13.

[119] Cf. Gabinete de Imprensa do Conselho de Estado da República Popular da China. *China-Brasil*. Pequim: China Intercontinental Press, 2004, p. 43.

O Brasile a China-10.indd 65 25/3/2008 00:36:00

Quando chegou a Brasília, em 8 de abril de 1974, para assumir a Secretaria-Geral do Itamaraty, Ramiro Saraiva Guerreiro foi informado pelo Ministro das Relações Exteriores, Antônio Francisco Azeredo da Silveira, de três decisões importantes do presidente Geisel quanto à política exterior brasileira: "i) reconhecimento do governo de Pequim como governo da China; ii) manifestação crítica à ocupação dos territórios árabes por Israel, direito dos palestinos à autodeterminação, inclusive independência, e preservação da soberania e segurança de todos os Estados da região, inclusive Israel; iii) apoio à independência das colônias portuguesas" [120].

Interessava ao Presidente da República criar meios para implementar a decisão referente ao estabelecimento das relações sino-brasileiras. Destarte, membros do governo foram convidados a se manifestar por meio de estudos e apresentação de pareceres sobre as conseqüências e repercussões do possível estabelecimento de relações diplomáticas com Pequim [121]. Assim, em 9 de abril de 1974, o Ministro das Relações Exteriores enviou ao Presidente da República documento versando sobre o reconhecimento e estabelecimento de relações diplomáticas com a República Popular da China [122]. Neste documento, foram ressaltados aspectos positivos da opção pela aproximação com a RPC. Dentre os argumentos apresentados pelo Chanceler que, segundo sua percepção, justificavam a normalização das relações diplomáticas com o Governo da República Popular da China, encontravam-se: i) a consolidação da presença do Brasil no cenário mundial, levando à ampliação de seus interesses e de suas responsabilidades de potência em ascenção; ii) o reconhecimento "de jure" da RPC pela maioria dos Governos e manutenção de relações diplomáticas da RPC com maior número de Estados que a República da China (Formosa); iii) o fato de a RPC possuir assento permanente no Conselho de Segurança da ONU; iii) a existência de opiniões e teses coincidentes ou semelhantes entre os governos brasileiro e chinês; iv) a potencialidade do mercado chinês e; v) as possibilidades de manutenção de relações comerciais favoráveis com a República da China (Formosa), mesmo depois de cessação das relações diplomáticas por força do reconhecimento, pelo Brasil, da RPC [123].

O Presidente da República ordenou, em 16 de abril de 1974, que a "Exposição de Motivos" elaborada pelo Ministro Azeredo da Silveira fosse

---

[120] Cf. Guerreiro, Ramiro Saraiva. *Lembranças de um empregado do Itamaraty.* São Paulo: Siciliano, 1992, p. 26.

[121] Documento II-4, de julho de 1974, citado por Pinheiro. Cf. Pinheiro, Letícia. "O pragmatismo responsável no arquivo do presidente Geisel". In Castro, Celso; D'Araújo, Maria Celina (org.). *Dossiê Geisel*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 84-85.

[122] Cf. "Exposição de Motivos", nº G/110/920 (B46) (E33), Secreto, de 9 de abril de 1974, do Ministério das Relações Exteriores. Arquivo Ernesto Geisel, CPDOC SD PAP Sala de Consulta e Acervo, Fundação Getúlio Vargas – RJ.

[123] Cf. "Exposição de Motivos", nº G/110/920 (B46) (E33), Secreto, de 9 de abril de 1974, do Ministério das Relações Exteriores. Arquivo Ernesto Geisel, CPDOC SD PAP Sala de Consulta e Acervo, FGV – RJ. "Estudo Sucinto", nº 053/1ª. SC/74, Secreto, em 17 de julho de 1974, Conselho de Segurança Nacional. Arquivo Ernesto Geisel, CPDOC SD PAP Sala de Consulta e Acervo, FGV – RJ.

O Brasile a China-10.indd 66 25/3/2008 00:36:00

submetida à apreciação dos Membros do Conselho de Segurança Nacional (CSN). Comunicado do fato em 18 de abril de 1974, por meio do Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional e General-de-Divisão, Hugo de Andrade Abreu [124], o Ministro Golbery do Couto e Silva, então Chefe do Gabinete Civil e membro do CSN, respondeu prontamente ao "Aviso", manifestando sua "opinião favorável ao reconhecimento daquele país e ao conseqüente estabelecimento de relações diplomáticas e comerciais" [125].

No Estudo Sucinto produzido pelo Conselho de Segurança Nacional, enviado ao Presidente da República em 17 de julho de 1974 [126] em resposta à "Exposição de Motivos" elaborado pelo Itamaraty, apresentaram-se claros obstáculos à pronta concretização do objetivo de política exterior visando à aproximação sino-brasileira. Por certo, salientou-se que a secretaria, há mais de três anos, vinha aconselhando um relacionamento mais ameno com Pequim, 'desde que em harmonia com os interesses da segurança e do desenvolvimento', por meio, por exemplo, da liberalização do intercâmbio econômico. Porém, segundo o CSN, era necessária cautela ao se decidir pelo estabelecimento de relações diplomáticas, embora não se avaliasse tal possibilidade de todo inviável.

Nos pareceres apresentados pelos Membros do Conselho de Segurança Nacional, revelaram-se posições contrastantes quanto ao estabelecimento de relações com a China: seis votos foram favoráveis (ministros da Justiça; da Fazenda; dos Transportes; da Indústria e do Comércio; do Interior; e do Gabinete Civil da Presidência da República); cinco votos foram favoráveis com sugestões de medidas genéricas (Vice-Presidente da República; ministros da Agricultura; do Trabalho; e da Saúde; e Secretário de Planejamento); seis votos foram favoráveis com sugestões de medidas específicas (ministros da Educação e Cultura; Aeronáutica; Minas e Energia; Comunicações; Serviço Nacional de Informações; e Estado-Maior da Aeronáutica) [127]; e cinco votos não foram favoráveis ("pronunciaram-se sobre o problema" os ministros da Marinha; Exército; Estado-Maior das Forças Armadas; Estado-Maior da Armada; e Estado-Maior do Exército). Conforme Pinheiro, "o então ministro

---

[124] Cf. "Aviso", nº 165/74, Secreto, de 18 de abril de 1974, Conselho de Segurança Nacional. Arquivo Ernesto Geisel, CPDOC SD PAP Sala de Consulta e Acervo, FGV – RJ.

[125] Cf. "Aviso" nº 143/74, Secreto, de 19 de abril de 1974, Gabinete Civil. Arquivo Ernesto Geisel, CPDOC SD PAP Sala de Consulta e Acervo, FGV – RJ.

[126] Cf. "Estudo Sucinto", nº 053/1ª. SC/74, Secreto, em 17 de julho de 1974, Conselho de Segurança Nacional. Arquivo Ernesto Geisel, CPDOC SD PAP Sala de Consulta e Acervo, Fundação Getúlio Vargas – RJ.

[127] Dentre as medidas específicas sugeridas pelos Ministros favoráveis ao reatamento diplomático, encontram-se: i) previnir infiltrações culturais alheias à formação brasileira (Ministro da Educação e Cultura); ii) aplicar "medidas eficazes de contra-espionagem, capazes de neutralizar a ação de agentes subversivos, material de propaganda e até mesmo fundos para a própria subversão, introduzidos no país à sombra das facilidades que a representação diplomática faculta" (Ministro da Aeronáutica); iii) desenvolver "gestões ostensivas no sentido de manter as relações comerciais com a REPÚBLICA DA CHINA (FORMOSA)". Cf. "Estudo Sucinto", nº 053/1ª. SC/74, Secreto, em 17 de julho de 1974, Conselho de Segurança Nacional. Arquivo Ernesto Geisel, CPDOC SD PAP Sala de Consulta e Acervo, Fundação Getúlio Vargas – RJ, p. 17-19.

O Brasile a China-10.indd 67 25/3/2008 00:36:01

do Exército, general Sílvio Frota, e um segundo representante militar – cuja identidade não é consensual – insistiram em se opor à decisão" [128].

De acordo com o Vice-Presidente da República, que dera voto favorável seguido de sugestões, o assentimento pressupunha "uma revisão e atualização de medidas preventivas, acauteladoras e específicas, que respondam às preocupações que a RPC tem ocasionado com sua ação sub-reptícia, particularmente na AMÉRICA LATINA e ÁFRICA". O Representante da Secretaria de Planejamento, por sua vez, sugeriu que fossem adotadas "precauções (inclusive quanto ao número e à mobilidade dos componentes de sua representação no BRASIL) para reduzir a um mínimo os riscos na área de segurança" [129].

Julgando "prematura e desaconselhável" a adoção da medida proposta pelo Ministério das Relações Exteriores, os cinco membros do Conselho que se pronunciaram contra a oficialização das relações sino-brasileiras também evocaram a segurança interna como razão principal para justificar seus votos. De acordo com o representante do Estado-Maior da Armada:

> Ao analisarmos o assunto estritamente sob os aspectos de Segurança Interna, nos parece inconveniente o estabelecimento de relações com a RPC, sendo a hipótese de total restabelecimento (diplomático, cultural e econômico) mais desfavorável do que o simples restabelecimento das trocas comerciais, embora esta solução também traga inconvenientes e nenhuma das duas apresente qualquer vantagem para a Segurança Nacional [130].

Perante a falta de unanimidade a que se chegara por meio da consulta às bases governamentais sobre a decisão de se estabelecer relações diplomáticas com a China, Ernesto Geisel convocou uma segunda reunião junto ao Conselho de Segurança Nacional, durante a qual foi ratificada a vontade do Presidente da República, não antes sem ter sido deixado claro que "o que estava em pauta não era uma consulta ou uma avaliação da posição dos membros do CSN, mas pura e simplesmente o endosso de uma decisão tomada tempos atrás" [131].

---

[128] Cf. "Estudo Sucinto", nº 053/1ª. SC/74, Secreto, em 17 de julho de 1974, Conselho de Segurança Nacional. Arquivo Ernesto Geisel, CPDOC SD PAP Sala de Consulta e Acervo, Fundação Getúlio Vargas – RJ. Cf. Pinheiro, Letícia. "Restabelecimento de Relações Diplomáticas com a República Popular da China: uma análise do processo de tomada de decisão", in *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 6(12), 1993, p. 13-14. "O pragmatismo responsável no arquivo do presidente Geisel". In Castro, Celso; D'Araújo, Maria Celina (org.). *Dossiê Geisel*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 84-85.

[129] Cf. "Estudo Sucinto", nº 053/1ª. SC/74, Secreto, em 17 de julho de 1974, Conselho de Segurança Nacional. Arquivo Ernesto Geisel, CPDOC SD PAP Sala de Consulta e Acervo, Fundação Getúlio Vargas – RJ, p. 15-17.

[130] Cf. "Estudo Sucinto", nº 053/1ª. SC/74, Secreto, em 17 de julho de 1974, Conselho de Segurança Nacional. Arquivo Ernesto Geisel, CPDOC SD PAP Sala de Consulta e Acervo, Fundação Getúlio Vargas – RJ, p. 19-21.

[131] Cf. Pinheiro, Letícia. "Restabelecimento de Relações Diplomáticas com a República Popular da China: uma análise do processo de tomada de decisão", in *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 6(12), 1993, p. 16.

O Brasile a China-10.indd 68 25/3/2008 00:36:01

De acordo com a presidência brasileira, o estabelecimento de relações diplomáticas em nível de Embaixada com a República Popular da China não era uma medida isolada, mas parte do quadro global de sua nova política exterior. A aproximação com a China foi, assim, uma conseqüência natural das novas diretrizes impostas pelo Governo Geisel, que definiu, desde o início, sua política exterior como "ecumênica e pragmática" [132].

Apesar de o argumento econômico ter sido utilizado como elemento facilitador no processo que levou à aproximação sino-brasileira – quando então se evocou o grande potencial do mercado chinês – a intenção política prevaleceu no momento de tomada de decisão, tendo sido considerados subsídios de peso na posição adotada pelo Presidente Ernesto Geisel tanto o prestígio internacional adquirido pela China quanto a convergência de interesses existente entre os dois países, observada pela adoção de posições semelhantes em diversas questões discutidas em foros internacionais. De acordo com o embaixador brasileiro Ítalo Zappa – que serviu em Pequim entre 1983 e 1986 –, apesar de a justificativa dada por Geisel ter sido comercial "devido ao clima político interno, muito hostil aos países comunistas", o que o presidente Geisel buscava era a instituição de relações abrangentes com a China, na esteira de uma política contrária à doutrina das fronteiras ideológicas. Ademais, segundo o embaixador, os reais interesses do Brasil na China se estendiam não apenas à área econômico-comercial, mas também às áreas cultural, tecnológica e militar [133].

A oficialização do diálogo e das relações Brasil-China ocorreu de forma rápida, cinco meses após o início do Governo Geisel. Durante a estada da Missão Comercial da República Popular da China no Brasil, chefiada pelo Vice-Ministro do Comércio Exterior, Chien-Chieh, foi assinado, em 15 de agosto de 1974, o Comunicado Conjunto sobre o estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países [134].

Na ocasião, o Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, Azeredo da Silveira, acrescentou que países da dimensão e presença internacional do Brasil e da República Popular da China deveriam se unir para melhor aproveitarem das novas oportunidades internacionais [135]. O Vice-Ministro chinês enunciou os princípios norteadores da nova relação:

---

[132] "Brasil-China: estabelecimento de relações diplomáticas em nível de Embaixada", in *Resenha de Política Exterior do Brasil*.; nº II, julho, agosto e setembro de 1974, p. 17.

[133] Cf. "Negócios da China" in *Cadernos Terceiro Mundo*, nº178, set. 1994.

[134] O Ministro Chien-Chieh avistou-se durante sua permanência no Brasil com o Senhor Presidente da República, o Ministro de Estado-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República e com os Ministros das Relações Exteriores, Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, da Agricultura e da Indústria e do Comércio. A Missão visitou os Estados do Espírito Santo, Bahia e São Paulo. Cf. Relatório 1974. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1974. p. 81-82. "Brasil reconhece a China de Mao", *Folha de S. Paulo*, 16 de agosto de 1974, artigo fotocopiado e incluído em: Gabinete de Imprensa do Conselho de Estado da República Popular da China. *China-Brasil*. Pequim: China Intercontinental Press, 2004, p. 6.

[135] "Ampliação do intercâmbio comercial sino-brasileiro: Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, Azeredo da Silveira, durante almoço oferecido ao representante do Governo chinês, o Vice-Ministro do Comércio Exterior, no Palácio Itamaraty, em 8 de

O Brasile a China-10.indd 69 25/3/2008 00:36:01

> O Governo da China sustenta que ao se estabelecerem e desenvolverem as relações entre os países, seja qual for o seu sistema social, deve-se seguir os cinco princípios de coexistência pacífica, ou seja: respeito mútuo à soberania e integridade territoriais; não-agressão mútua; não intervenção nos assuntos internos de um país por parte do outro; igualdade e benefícios recíprocos e coexistência pacífica. Defendemos sempre que se fomente e se amplie o intercâmbio comercial, baseando-se nos princípios de igualdade e de vantagens mútuas, assim como de complementaridade [136].

Como parte do processo de estabelecimento das relações bilaterais, o Governo da República Federativa do Brasil reconheceu o Governo da República Popular da China como o único Governo legal da China, reafirmando ser Taiwan parte inalienável do território da República Popular da China [137]. Com relação ao 'caso dos nove chineses', expulsos pelo Governo brasileiro, após o golpe militar de 31 de março de 1964, a parte brasileira resumiu-se, explicando tratar-se de um erro político. Em correspondência enviada em 31 de julho de 1974 ao Presidente da República, o Ministro Azeredo da Silveira referiu-se à probabilidade de que fossem evocadas, durante a visita da Missão chinesa ao Brasil, a condenação e posterior expulsão dos nove cidadãos chineses processados em 1964 no Brasil. No tocante à condenação, o Ministro ressaltou que aos co-réus de nacionalidade brasileira havia sido concedido, posteriormente, *habeas corpus* pelo Supremo Tribunal Federal, o qual não encontrou no processo os elementos justificativos da condenação. Face ao especial momento de aproximação sino-brasileira, o Chanceler considerou apropriado estender o *habeas corpus* aos chineses envolvidos, o que poderia ser feito por iniciativa do Ministério Público. Quanto à expulsão, no entender do Ministro, poderia ela ser revogada por Decreto, iniciativa que viria a traduzir a intenção do Governo brasileiro de sanar o incidente. Por fim, o Ministro Azeredo da Silveira mencionou que, naquele momento, quase todos os chineses condenados pela Justiça brasileira ocupavam cargos de relevância no Governo chinês. Conforme se verificou posteriormente, nenhuma das sugestões do Ministro veio a ser acatada pelo Presidente da República [138].

---

agosto de 1974", in *Resenha de Política Exterior do Brasil*.; nº II, julho, agosto e setembro de 1974, p. 19-20.

[136] "Ampliação do intercâmbio comercial sino-brasileiro: Discurso do Vice-Ministro do Comércio Exterior da República Popular da China, Chen Chieh, durante almoço oferecido no Palácio Itamaraty, em 8 de agosto de 1974", in *Resenha de Política Exterior do Brasil*.; nº II, julho, agosto e setembro de 1974, p. 20.

[137] "Brasil e China: comunicado conjunto – Assinado pelo Ministro do Estado das Relações Exteriores, Antonio F. Azeredo da Silveira, em nome do Governo da República Federativa do Brasil, e pelo Vice-Ministro do Comércio Exterior, Chen Chieh, em nome da República Popular da China, no Palácio Itamaraty, em 15 de agosto de 1974, in *Resenha de Política Exterior do Brasil*, nº II, julho, agosto e setembro de 1974, p. 71.

[138] Cf. "Reconhecimento do Governo da República Popular da China", Informação nº 183 do Ministro das Relações Exteriores para o Presidente da República, Despacho Direto, 31 de julho de 1974, p. 5. Cf. Mingde, Li. "Sino-Brazilian Relations: Past, Present and Future", in *ILAS Working Paper*, nº 4, 2003, p. 3.

O Brasile a China-10.indd 70 25/3/2008 00:36:02

A criação da Embaixada do Brasil em Pequim formalizou-se pelo Decreto nº 74.939, de 21 de novembro de 1974 [139]. Em 18 de dezembro, chegou a Brasília o primeiro grupo de representantes chineses, chefiado pelo Conselheiro Wang Pen-tso. Em 1º de abril de 1975, o Embaixador Aluízio Napoleão de Freitas Rego chegou a Pequim, entregando, em 10 de abril, sua carta credencial ao presidente do Comitê Permanente da Assembléia Popular Nacional da China, Zhu De. Em 2 de maio, o Embaixador chinês Zhang Dequn tomou posse em Brasília[140].

Apesar do interesse tanto chinês quanto brasileiro em promover a cooperação bilateral, as relações desenvolveram-se lentamente nos dois primeiros anos de sua existência. Fatores de retração impediram que as relações sino-brasileiras deslanchassem satisfatoriamente, após sua formalização, em agosto de 1974. Na China, por exemplo, mudanças políticas internas (após a morte de Zhou En-lai e Mao Zedong), além de necessidades de ajustes nos projetos de reforma econômica e de melhorias na infra-estrutura portuária e ferroviária que o progresso exigia dificultaram as trocas entre os novos parceiros. Do mesmo modo que o Brasil, carecia a China de recursos para incrementar as relações Sul-Sul, passando as escolhas a serem condicionadas pela possibilidade de se poder defender interesses específicos. Existia ainda uma inicial falta de entendimento mútuo, reforçada pelas distâncias físicas e culturais e conhecimento incipiente das realidades nacionais.

Após a queda do 'Bando dos Quatro', em setembro de 1976, a China entrou em uma nova fase histórica de reforma, aceitando aumentar seus contatos com o meio externo, ao contrário do que ocorreu com o Brasil. O surgimento de condições para a retomada de entendimento com os Estados Unidos, a partir de 1976, ressituando este país em espaço privilegiado das relações internacionais do Brasil, fez com que parcerias alternativas perdessem força e alcance, sendo deixadas para segundo plano. Por sua vez, enquadrado na segunda via da política externa chinesa, baseada em relações muito mais formais que efetivas, teve o Brasil de aguardar a década de 1980 para que pudesse ultrapassar a fase embrionária, limitada a contatos político-diplomáticos, e explorar outras formas de cooperação com os chineses.

Por outro lado, novas possibilidades foram abertas quando as orientações chinesas em política interna e externa tornaram-se menos ambíguas, a partir de 1977, tendo sido velhas práticas substituídas pelo programa das "Quatro Modernizações". A política de portas abertas, incluída no novo programa, incentivou a expansão das relações econômicas internacionais, além das trocas científicas e culturais, não apenas com países desenvolvidos do mundo ocidental, mas também com países do "Sul" como o Brasil, capazes de colaborar com o projeto de modernização da China.

---

[139] Cf. Decreto nº 74.939, de 21 de novembro de 1974. Disponível em: <www.6.senado.gov.br/legislação>. Acesso em : 03/10/2005.

[140] Mingde, Li. "Sino-Brazilian Relations: Past, Present and Future", in *ILAS Working Paper*, nº 4, 2003, p. 3. Gabinete de Imprensa do Conselho de Estado da República Popular da China. *China-Brasil.* Pequim: China Intercontinental Press, 2004, p. 7.

O Brasile a China-10.indd 71 25/3/2008 00:36:02

O comércio Brasil-China

Antes mesmo de formalizadas as relações diplomáticas sino-brasileiras e de implantada a nova política da China para o Ocidente, detectaram-se, no início da década de 1970, as primeiras tentativas de negociação comercial sino-brasileiro, correspondentes tanto ao processo de reaproximação entre Estados Unidos-China, quanto aos interesses do Brasil que, em decorrência de seu crescimento econômico, estava buscando novas parcerias.

A primeira venda de açúcar brasileiro à China ocorreu em 1970, por intermédio do ministro Pratini de Morais, que aconselhou o presidente Médici a desvincular a venda de açúcar de questões políticas [141]. Essa venda foi seguida pela missão pioneira de Horácio Coimbra, da Companhia Cacique de Café Solúvel, em novembro de 1971. Da lista apresentada por Horácio Coimbra, os produtos que causaram maior interesse pelos chineses, e que ainda compõem a pauta de exportações brasileiras, foram açúcar, cacau e algodão [142].

Até 1972, o comércio entre o Brasil e a RPC era extra-oficial e seu volume, irrisório, sendo que na década de 1950 não ultrapassava oito milhões de dólares. A partir de 1974, com a aproximação diplomática, criou-se clima favorável ao desenvolvimento das relações econômico-comerciais bilaterais [143]. Para comprovar esse avanço, a corrente de comércio em 1974 foi de apenas US$19,44 milhões e, em 1979, ultrapassou os US$200 milhões.

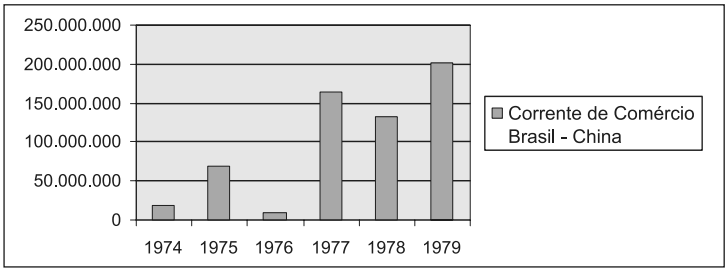


Gráfico 1. Corrente de Comércio Brasil – China – 1974-1979 (US$FOB)
Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Turismo.

Em agosto de 1974, no momento mesmo de estabelecimento das relações diplomáticas sino-brasileiras, os dois Governos concordaram em

---

[141] Oliveira, Henrique Altemani. "Brasil-China: trinta anos de uma parceria estratégica", in *Revista Brasileira de Política Internacional*, 47(1), 2004, p. 12-13.
[142] Cf. "Pronunciamento do Sr. Tomaz Coelho, Deputado Federal - PMDB-CE", in *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, 18 de maio de 1984, p. 3869-3870.
[143] Cf. Comércio Exterior: informe BB. "Matéria de Capa: China", in *Comércio Exterior: informe BB*, n° 38, dezembro / 2001, p. 12.

O Brasile a China-10.indd 72 25/3/2008 00:36:03

subscrever, num futuro próximo, um acordo de comércio (assinado em 1978) e um de transporte marítimo (assinado em 1979). Na negociação do acordo de comércio, deveria ser considerada a possibilidade de criação de uma Comissão Mista comercial (que realizou sua primeira reunião de 4 a 7 março de 1980, em Pequim) de caráter governamental, para discutir periodicamente, em Pequim e em Brasília, aspectos relacionados com o intercâmbio. Visualizou-se, igualmente, a realização de feiras comerciais em ambos os países e a adoção de medidas necessárias à normalização do tráfego postal bilateral.

A despeito do caráter preliminar das conversações, foi possível chegar a entendimentos para a comercialização de determinados itens, permitindo identificar produtos cujo intercâmbio pudesse assegurar, nos dois lados, fluxo de comércio contínuo e progressivo. Foi objeto de análise especial a celebração de contratos plurianuais para garantia de fornecimento e mercado e foram estudadas as potencialidades presentes e futuras do intercâmbio de outros produtos. As duas partes concordaram em iniciar a negociação de um contrato plurianual, com duração de três a cinco anos, para o fornecimento anual de até 200.000 toneladas de açúcar brasileiro à República Popular da China [144].

Em novembro de 1974, dando prosseguimento às conversações, uma Missão Comercial Governamental brasileira, composta de representantes do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Indústria e do Comércio e do Instituto do Açúcar e do Álcool, visitou a República Popular da China, quando então foi concluído um acordo plurianual de venda de açúcar, o primeiro contrato direto entre os dois governos.

A partir de 1975, foram empregados diversos esforços para incrementar os contatos e o comércio com a China. Aprofundou-se o estudo das possibilidades concretas de cooperação entre os dois países, especialmente dos interesses comerciais que pudessem permitir a expansão do intercâmbio bilateral. As exportações brasileiras continuaram a se concentrar nas vendas do açúcar, tendo as importações sido iniciadas com a assinatura de contratos para a compra de matéria-prima químico-farmacêutica [145].

No decorrer do ano de 1976, as relações entre o Brasil e a República Popular da China continuaram a ser pautadas pelo Comunicado Conjunto firmado entre os dois países a 15 de agosto de 1974. Assim, os esforços brasileiros nessa fase inicial foram dirigidos para o alicerçamento de uma compreensão objetiva dos principais aspectos da realidade chinesa.

---

[144] Os chineses sugeriram que o Brasil, além de açúcar, fornecesse soja, sisal, algodão, minério de ferro, ferro-gusa, celulose e outros; para os brasileiros, os chineses poderiam fornecer minerais não ferrosos, arame farpado, produtos do artesanato, petróleo, carvão mineral e outros. Cf. Ata final dos entendimentos mantidos entre o Brasil e a China – Assinada pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, Antonio F. Azeredo da Silveira, e pelo Vice-Ministro do Comércio Exterior da República Popular da China, Chen Chieh, em Brasília, em 16 de agosto de 1974, in *Resenha de Política Exterior do Brasil*, nº II, julho, agosto e setembro de 1974, p. 71.

[145] Cf. Relatório 1975. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1975. p. 19-20.

O Brasile a China-10.indd 73 25/3/2008 00:36:03

Em consonância com essa orientação, a Embaixada brasileira em Pequim procedeu ao estabelecimento de contatos com as autoridades chinesas, bem como ao levantamento de dados de fundo sobre o país, no intuito de proporcionar bases sólidas para um diálogo profícuo de Governo a Governo. No campo comercial, o Itamaraty, em coordenação com outros órgãos governamentais e entidades privadas, prosseguiu nos estudos de identificação das potencialidades do mercado chinês, com vistas à sistematização do intercâmbio entre os dois países [146].

As relações bilaterais com a República Popular da China apresentaram sensível impulso no correr de 1977, refletindo a gradual consolidação e desenvolvimento dos laços estabelecidos em 1974. No âmbito diplomático, cabe assinalar que foram ultimadas, em 1977, as negociações de um Acordo Comercial entre os dois países, cuja assinatura foi efetuada em 1978, em Pequim. O comércio bilateral incrementou-se a partir de então, chegando a ultrapassar a cifra de US$ 163 milhões em 1977.

Paralelamente à negociação do Acordo Comercial, ambos os países deram continuidade às iniciativas tendentes à identificação de novos itens para a diversificação da pauta de intercâmbio, tendo sido registradas inúmeras visitas de empresários brasileiros à República Popular da China e da vinda de uma delegação oficial chinesa à *Brasil Export* 77, realizada em São Paulo, em novembro de 1977. Nesse contexto, cabe mencionar a visita àquele país, entre 27 de novembro e 6 de dezembro de 1977, do Presidente da Fundação de Comércio Exterior, Marcus Vinicius Pratini de Moraes, a convite do Conselho da China para Promoção do Comércio Internacional [147].

O Acordo Comercial entre o Brasil e a República Popular da China foi finalmente assinado em Pequim, a 7 de janeiro de 1978, de forma a institucionalizar o crescente fluxo de comércio que já se observava entre os dois países [148]. Este instrumento, o primeiro a ser firmado pelos dois governos desde o estabelecimento das relações diplomáticas em 15 de agosto de 1974, veio coroar três anos de negociação, constituindo-se em marco no desenvolvimento das relações comerciais entre os dois países.

Após a assinatura do Acordo de comércio, deslocaram-se à China duas missões comerciais brasileiras: a primeira chefiada pelo Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, em junho de 1978; e a segunda, pelo Ministro Shigeaki Ueki, no período de 5 a 10 de novembro de 1978. A primeira missão teve um caráter exploratório e de análise das perspectivas de penetração brasileira no mercado chinês. Foram feitos contatos com várias corporações locais, com vistas, principalmente, à troca de minério de ferro brasileiro por carvão, petróleo e insumos farmacêuticos chineses. Participaram da missão, entre outros, representantes da Petrobrás, Siderurgia Brasileira S.A. - Siderbrás, Conselho Consultivo da Indústria Siderúrgica - Consider, Petrobrás Comércio Internacional - Interbrás e Companhia Vale do Rio Doce - CVRD. Já a segunda

---

[146] Cf. Relatório 1976. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1976, p. 87-93.
[147] Cf. Relatório 1977. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1977, p. 78-90.
[148] Representou o Brasil o Embaixador Aluízio Napoleão de Freitas Rego e a República Popular da China, o Ministro do Comércio Exterior Li-Chiang. Documento disponível na Divisão de Atos Internacionais do Ministério das Relações Exteriores, em Brasília.

O Brasile a China-10.indd 74 25/3/2008 00:36:03

missão, traduziu em operações concretas as possibilidades reais de intercâmbio mutuamente proveitoso entre os dois países previamente abertas [149].

Balança Comercial

Em 1979, as exportações brasileiras para a China somaram mais de US$118 milhões, um valor 6 vezes maior do que o registrado apenas cinco anos antes. No mesmo período, as importações provenientes da China passaram de US$560 mil a US$83 milhões, crescendo mais de 140 vezes. Apesar do incrível aumento das exportações chinesas, o Brasil obteve, de 1974 a 1979, um superávit de mais de US$400 milhões.

Tabela 1
COMÉRCIO BRASIL-CHINA - 1974-1979 (US$ FOB)

Ano	Exportação	Importação	Saldo	Corrente
	U.S. F.O.B.	U.S. F.O.B.	U.S.F.O.B	U.S.F.O.B.
1974	18.874.909	569.412	18.305.497	19.444.321
1975	67.357.917	998.384	66.359.533	68.356.301
1976	8.982.641	279.280	8.703.361	9.261.921
1977	162.852.659	422.932	162.429.727	163.275.591
1978	129.237.023	3.968.029	125.268.994	133.205.052
1979	118.333.821	83.853.382	34.480.439	202.187.203
Total	505.638.970	90.091.419	415.547.551	595.730.389

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – Siscomex. http://www.mdic.gov.br

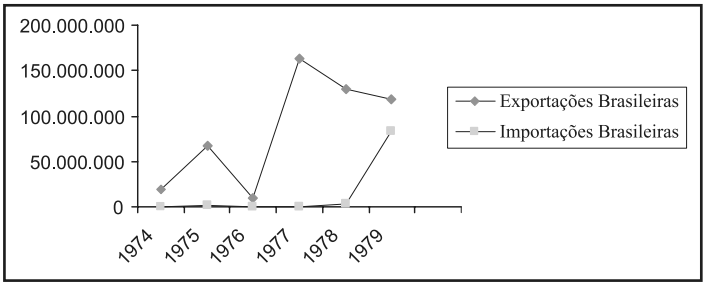


Gráfico 2. Evolução do Comércio Brasil-China - 1974-1979 (US$ FOB)

[149] Cf. "Promoção comercial Brasil-República Popular da China. Documento de Planejamento". Ofício da Embaixada do Brasil em Pequim para Secretaria de Estado. Ofício nº 292, 4/12/78.

O Brasile a China-10.indd 75 25/3/2008 00:36:05

O Gráfico 2 mostra que o histórico do comércio Brasil-China na segunda metade da década de 1970 foi sempre favorável ao Brasil. Em um primeiro momento, entre os anos de 1974 e 1976, o comércio bilateral foi marcado por um nível extremamente baixo de exportações – as quais passaram de cerca de US$67 milhões em 1975 para US$8 milhões em 1976 – e por importações irrisórias, que não chegaram a perfazer US$300 mil, em 1976.

Em um segundo momento, de 1977 a 1979 – quando no cenário chinês despontava o processo de abertura comercial e, no brasileiro, o de crescimento econômico acelerado – as exportações brasileiras passaram de US$8 milhões, em 1976, para mais de US$160 milhões, em 1977, acomodando-se na faixa dos US$120 milhões, em 1979. Já as importações, mesmo que continuando modestas, saltaram de US$420 mil, em 1976, para mais de US$83 milhões, em 1979.

As boas relações político-diplomáticas e os contatos freqüentes entre empresários dos dois países, levando à assinatura dos importantes acordos de comércio e de transporte marítico, foram apontados como fatores responsáveis pelos saldos do período.

Da pauta comercial referente ao período 1974-1980, destacaram-se os seguintes produtos: algodão, açúcar, soja, sisal, cacau, madeira e celulose, minérios e produtos siderúrgicos, fibras têxteis sintéticas, óleo de soja em bruto (dentre os produtos exportados pelo Brasil) e produtos químico-farmacêuticos e petróleo (dentre os importados da China).

Ressalta-se a relevância dos produtos agrícolas na composição das exportações brasileiras para a China – sobretudo de algodão, semente e farelo de soja e açúcar – os quais foram responsáveis, em média, pela metade das exportações ao longo do período 1974- 1979. Os setores de minérios e produtos siderúrgicos iniciaram efetivamente sua participação na balança comercial sino-brasileira apenas ao final da década de 1970, quando, no ano de 1979, foram responsáveis por quase 42% das exportações brasileiras para a China, no valor de aproximadamente US$50 milhões.

No tocante às importações brasileiras provenientes da China, observou-se um alto grau de concentração na pauta comercial, sendo que, em 1979, mais de 99% das importações relacionavam-se a produtos de apenas 4 setores. Destes 99%, mais de 95% relacionaram-se apenas às vendas de petróleo. De 1974 a 1977, momento de menores níveis de importações de origem chinesa, os elementos químicos e produtos farmacêuticos responderam por mais de 67% das compras brasileiras, não tendo o valor médio importado ultrapassado a quantia de US$600 mil ao ano. De 1974 a 1979, as importações de elementos químicos e de produtos farmacêuticos cresceram mais de 39 vezes, apesar de terem representado pouco mais de 1,5% do total das importações realizadas, cedendo espaço para a importação de petróleo.

O Brasile a China-10.indd 76 25/3/2008 00:36:05

Tabela 2
EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS PARA A CHINA SEGUNDO SETORES E PRODUTOS SELECIONADOS - 1974-1979 (US$ FOB)

Descrição	1974	1975	1976	1977	1978	1979
Agropecuária	3.861.544	61.037.193	5.474.670	119.652.487	66.035.770	33.125.470
Castanha do Brasil	-	-	-	-	-	6.558
Semente de Soja	-	6.706.151	5.363.670	89.536.287	5.208.810	4.903.922
Farelo de Soja	-	-	111.000	180.900	-	-
Cacau em Amêndoas	-	-	-	-	14.578.668	9.607.302
Fumo em folha	-	-	-	-	-	-
Café cru em grão	17.800	-	-	-	-	-
Algodão	3.283.008	7.661.483	-	-	16.787.359	-
Açúcar em bruto e refinado	560.736	46.669.559	-	29.935.300	29.460.933	8.607.688
Extrativa mineral	4.980.242	-	-	-	21.805.310	6.689.627
Siderurgia	-	-	-	-	-	22.518.269
Óleo de soja e outros	-	6.286.589	2.790.240	42.356.260	31.736.419	28.652.564
Calçados, couros e peles	1.995	16.353	-	-	283.937	-
Total 5 setores	8.843.901	67.340.135	8.264.910	162.008.747	119.861.436	110.985.930
Demais setores	10.031.128	17.782	717.731	843.912	9.375.587	7.347.891
Total Geral	18.874.909	67.357.917	8.982.641	62.852.659	129.237.023	118.333.821

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – Siscomex. http://www.mdic.gov.br

Tabela 3
IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS PROVENIENTES DA CHINA SEGUNDO SETORES E PRODUTOS SELECIONADOS - 1974-1979 (US$ FOB)

Descrição	1974	1975	1976	1977	1978	1979
Elementos químicos	82.181	892.254	207.055	359.695	29.693	3.237.229
Têxtil	-	1.522	-	-	-	-
Petróleo e carvão	176.369	-	-	-	3.751.020	80.124.518
Farmacêutica e perfumaria	-	10.107	15.162	7.290	11.604	940
Total 4 setores	258.550	903.883	222.217	366.985	3.792.317	83.362.687
Demais setores	310.862	94.501	57.063	55.947	175.712	490.695
Total geral	569.412	998.384	279.280	422.932	3.968.029	83.853.382

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Siscomex. http://www.mdic.gov.br

O Brasile a China-10.indd 77 25/3/2008 00:36:07

A partir de 1978, as importações brasileiras provenientes da China foram fortemente instigadas pelas vendas de petróleo, que somaram mais de US$320 milhões até 1980. Coincidindo com o *segundo choque do petróleo*, o Brasil importou da China 51.170 toneladas em 1978; e 692.946 toneladas em 1979 [150].

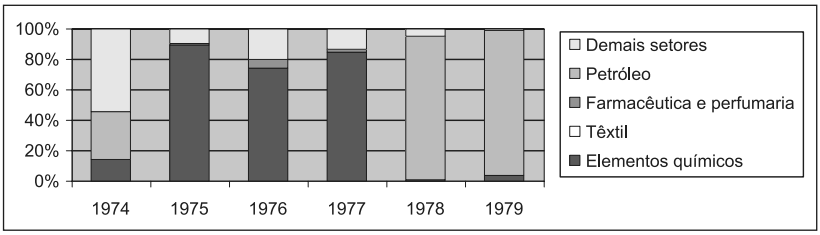


Gráfico 3 – Importações do Brasil provenientes da China - 1974-1979
Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Em 1980, a Petrobrás assinou um contrato com a empresa chinesa Sinochen para a compra de mais de 1 milhão de toneladas de petróleo chinês. De acordo com o Ministério do Petróleo chinês [151], o esforço chinês em exportar tamanha quantidade de petróleo para o Brasil justificava-se pelo interesse em proporcionar maior equilíbrio na balança comercial entre os dois países, invertendo a tendência dos últimos anos. Já o representante da Petrobrás nas negociações, Dr. Armando Guedes Coelho, afirmou que a transação foi, de fato, extremamente vantajosa para o Brasil, constituindo-se em real surpresa, tendo em vista que, naquele momento, a China estava buscando importar petróleo e algumas de suas refinarias operavam com capacidade ociosa. Tal fato confirmava a atitude de modo geral amistosa da China em relação ao Brasil, uma vez que as autoridades chinesas declinaram de vender petróleo a outros países [152].

---

[150] Cf. Brasil. Ministério da Indústria, Comércio e Turismo. Importação por países de procedência, segundo as mercadorias (estatísticas de 1978, 1979,1980).
[151] No Ministério do Petróleo, o representante da Petrobrás Renato Silveira e o Diplomata Sérgio Tapajós foram recebidos pelos Senhores You De-Hua, Vice-Diretor da CODEGCO (China National Oil and Gás Exploration and Development Corporation) e Lim Shan-Mao, do Departamento de Exploração da Plataforma Continental. Na China National Chemicals Imp. e Exp. Corporation – SINOCHEM, o grupo foi recebido pelos senhores Mai Wen Lan, Sub-Diretor de Cooperação em Produtos Químicos, e Wang Ji Dong, Sub-Chefe da Divisão de Petróleo e, ainda, pela Senhora Dong Xin Zhe, da Divisão de Produtos de Petróleo. "I Comissão Mista Brasil-RPC. Conversações Paralelas. Petrobrás". Telegrama Confidencial da Embaixada em Pequim para Exteriores. 120 - 61045, 06/03/80.
[152] "Comércio. Brasil-RPC. Missão da Petrobrás. Contrato de compra de petróleo". Telegrama da Embaixada do Brasil em Pequim para Exteriores. OF00050 – 51700, 31/01/80.

O Brasile a China-10.indd 78 25/3/2008 00:36:08

Conclusão parcial – 1974-1979

A partir da segunda metade do século XX, os projetos nacionais do Brasil e da China, assim como suas políticas externas, foram construídos com base no desejo de se alcançar um desenvolvimento auto-sustentável e maior poderio nacional. Por meio do desenvolvimentismo, Brasil e China esperavam afirmar-se regionalmente e mundialmente, preservando suas relações com os países do "Sul".

Ao longo da década de 1950, o interesse principal da RPC era de reconstruir o país e garantir sua segurança. Tais objetivos foram inicialmente buscados com ajuda soviética. Com o tempo, frente às dificuldades enfrentadas no relacionamento com a URSS, China demonstrou interesse em se fazer aceitar pelas grandes potências mundiais e, particularmente, de obter paridade política frente aos soviéticos. Num segundo momento (década de 1960) a China passou a lutar contra as forças hegemônicas das duas potências da época (EUA e URSS), apoiando-se nos países capitalistas desenvolvidos da Europa Ocidental e nos países subdesenvolvidos da Ásia, África e América Latina para prosseguir a sua política de libertação nacional.

Vários fatores dificultaram o desenvolvimento de uma verdadeira política chinesa para a América Latina ao longo das décadas de 1950 e 1960. A falta de recursos financeiros, a diplomacia marcadamente isolacionista e a preponderância dos Estados Unidos na América Latina – inclusive por meio de políticas de contenção ao comunismo – foram alguns dos elementos que contrariaram as ambições chinesas sobre o subcontinente. Mesmo na presença de fatores adversos, a vontade de contra-atacar sistematicamente a política soviética no seio do movimento comunista internacional levou o governo chinês a se voltar para a América Latina. Porém, poucos foram os resultados obtidos pelos chineses, preferindo os esquerdistas latino-americanos, em sua maioria, continuar sob a influência do empreendimento soviético.

Durante o governo Jânio Quadros, no contexto da política de alargamento de parceiros comerciais e de aumento do prestígio internacional do país, o Vice-Presidente João Goulart visitou a China, em agosto de 1961. Por sua vez, em discurso proferido na Organização das Nações Unidas, em setembro de 1961, o Chanceler Affonso Arinos de Mello Franco manifestou simpatia brasileira perante a possibilidade de ingresso da RPC naquela organização internacional, afirmando que os desacordos ideológicos não impediriam que o Brasil mantivesse relações com todos os povos. Com a instauração do regime militar brasileiro, em 1º de abril de 1964, porém, a posição adotada pelo governo passou a ser de repúdio às práticas comunistas revolucionárias, nelas inclusas as chinesas.

Na década de 1970, ao mesmo tempo em que a China diminuiu seu apoio aos movimentos revolucionários da América Latina e buscou desenvolver uma diplomacia estratégica de governo a governo – prometendo respeitar o princípio de não interferência em assuntos internos – o Brasil adotou atitude mais pragmática e menos ideológica na condução de sua política externa, visando, com isso, aumentar as possibilidades de diversificar seus parceiros

O Brasile a China-10.indd 79 25/3/2008 00:36:08

e abrir novos mercados. Devido à prolongada exclusão e grande isolamento de Pequim do sistema internacional e à falta de solução para o problema de Taiwan, interessava à China aumentar sua legitimidade, inclusive junto à América Latina.

Frente aos ganhos limitados obtidos até então, a política externa chinesa também passou a ser baseada em atitudes menos ideológicas e mais pragmáticas (1970), voltando-se não apenas para a busca de segurança e independência, mas principalmente do desenvolvimento nacional (agricultura, indústria, ciência e tecnologia). A opção de participar ativamente nas questões americano-soviéticas modificou profundamente a situação internacional da China – proporcionando-lhe mais segurança frente à União Soviética, maior aproximação do mundo dos negócios ocidental e de suas ambições econômicas. A obtenção de assento nas Nações Unidas, em 1971, em troca da aproximação com os Estados Unidos, trouxe melhoras progressivas para as relações internacionais da China, tirando-a de seu isolamento político.

Apesar dos esforços de aproximação empregados pelo Brasil frente à China, aspectos ligados à ideologia de segurança nacional e ao combate ao comunismo persistiram na definição dos interesses nacionais brasileiros durante o governo Médici, impedindo a oficialização das relações. A partir da década de 1970, a universalização e regionalização da política externa brasileira foram aprofundadas, principalmente em razão do quadro internacional mutável – de substituição da Guerra Fria pela coexistência pacífica e divisão do mundo entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos – e da crescente necessidade de novos mercados.

No contexto estratégico do pragmatismo empregado por Ernesto Geisel e de adoção de maior flexibilidade ideológica, foi buscada na cooperação com a China uma forma de afirmar a presença autônoma e aumentar o prestígio brasileiro no sistema internacional. A opção pelo afastamento frente à potência norte-americana, em 1974, também agiu como fator de pulsão, conduzindo o Brasil a ampliar suas relações internacionais, abrindo a possibilidade não apenas para europeus, mas também para que países como a China se tornassem parceiros alternativos.

Apesar do clima político interno ainda hostil aos países comunistas, a aproximação do Brasil com a China ocorreu como conseqüência das novas diretrizes impostas pelo Presidente Geisel, que definiu, desde o início, sua política externa como "ecumênica e pragmática". A intenção política prevaleceu sobre o argumento econômico no momento da tomada de decisão em favor do estabelecimento de relações diplomáticas com a China, tendo sido considerados subsídios de peso na posição adotada por Geisel tanto o prestígio internacional adquirido pela RPC quanto a convergência de interesses existente entre os dois países, observada pela adoção de posições semelhantes em diversas questões discutidas em foros internacionais.

Apesar do interesse dos parceiros em promover a cooperação bilateral, as relações desenvolveram-se lentamente nos primeiros anos desde o restabelecimento oficial de laços diplomáticos, em agosto de 1974. Na China,

O Brasile a China-10.indd 80 25/3/2008 00:36:08

mudanças políticas internas (após a morte de Zhou En-lai e Mao Zedong), e necessidades de ajustes nos projetos de reforma econômica e de melhorias de infra-estrutura dificultaram as trocas entre os novos parceiros. Assim como o Brasil, carecia a China de recursos para incrementar as relações Sul-Sul. Existiu ainda uma inicial falta de entendimento mútuo, reforçada pelas distâncias físicas e culturais e conhecimento incipiente das realidades nacionais.

Após a assinatura do primeiro Acordo Comercial (1978), o comércio bilateral foi ampliado. Comprovando esse avanço, a corrente de comércio, que em 1974 foi de apenas US$19,44 milhões, ultrapassou a cifra de US$202 milhões em 1979. Dentre os produtos que o Brasil forneceu à China durante a segunda metade da década de 1970, foram responsáveis por 50% das exportações o algodão, açúcar, semente e farelo de soja. De 1974 a 1977, os elementos químicos e produtos farmacêuticos responderam por mais de 67% das compras brasileiras realizadas na China. A partir de 1978, porém, o petróleo passou a representar mais de 95% na pauta de importados chineses.

O surgimento de condições para a retomada de entendimento do Brasil com os Estados Unidos, a partir de 1976, fez com que parcerias alternativas perdessem força e alcance, sendo deixadas para segundo plano. Por sua vez, frente à atitude muito mais formal que efetiva adotada pelos chineses perante os latino-americanos, Brasil e China tiveram de aguardar a década de 1980 para que pudessem ultrapassar a fase embrionária das relações bilaterais e explorar outras formas de cooperação conjunta.

O Brasile a China-10.indd 81 25/3/2008 00:36:09

O Brasile a China-10.indd 82 25/3/2008 00:36:09

Capítulo 2

Aproximação política e operacional entre chineses e brasileiros (1979-1990)

As relações sino-brasileiras desenvolvidas na década de 1980 destacaram-se pela construção do aparato político-institucional que conduziu à assinatura de vinte e três atos bilaterais ao longo do período (dentre eles, os acordos básicos sobre ciência e tecnologia, usos pacíficos de energia nuclear e cooperação cultural e educacional, além dos acordos para criação de consulados e adidâncias militares).

Superada a fase embrionária das relações dos anos 1970, foi registrada forte aproximação política entre os dois países, materializada tanto no plano multilateral – por meio da manutenção de posições similares ou idênticas em diversas questões internacionais – quanto no bilateral – seja por meio do estabelecimento de mecanismo de consulta regular sobre assuntos de interesse comum, seja por meio de inúmeras visitas de presidentes, ministros e empresários de ambos os lados. O estreitamento de laços políticos – incentivado em grande parte pelos avanços na universalização da política externa de ambos os países – tornou possível a institucionalização da cooperação em áreas de fundamental importância para seus projetos desenvolvimentistas, a exemplo dos acordos estabelecidos em matéria de siderurgia, energia hidrelétrica e para construção conjunta de satélites avançados de sensoriamento remoto.

O aumento de interesse mútuo no plano econômico-comercial também foi observado, o qual permitiu, inclusive, o incremento das vendas de petróleo chinês e de produtos siderúrgicos brasileiros – considerados fundamentais para os projetos de modernização em andamento – e o atingimento de índice recorde na corrente de comércio, de mais de US$1 bilhão, em meados da década de 1980.

TRANSFORMAÇÕES INTERNAS E MODERNIZAÇÃO

Ao longo dos governos de João Batista Figueiredo (1979-1985) e José Sarney (1985-1990), continuaram a ser perseguidos os objetivos de política externa brasileira voltados para a busca por maior independência no sistema internacional, universalização das relações internacionais, ampliação da cooperação bilateral em moldes mais igualitários e defesa do desenvolvimento nacional, em geral, e das indústrias nacionais de ponta, em particular [153].

[153] Cervo, A; Bueno, C. *História da Política Exterior do Brasil.* 2ª ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2002, p. 427.

O Brasile a China-10.indd 83 25/3/2008 00:36:09

Na República Popular da China, com a decisão tomada por Deng Xiaping de redesenhar a política externa, também se passou a adotar estratégias de desenvolvimento baseadas na ampliação das relações internacionais, sobretudo com vistas à aquisição e dominação de tecnologias avançadas [154]. Por sua vez, com o fim do triângulo estratégico Estados Unidos – China – URSS, a China buscou tomar um maior número de iniciativas em questões internacionais, conservar sua independência e adquirir um *status* de 'igual aos grandes' [155].

Ao se iniciar a década de 1980, a RPC encontrava-se, como nunca visto antes, profundamente engajada no funcionamento do sistema internacional, no intuito de obter, pela atividade diplomática, segurança e paz necessárias para colocar em prática o projeto das "Quatro Modernizações". A China buscou alargar sua participação na comunidade internacional, em particular via aumento do comércio exterior e adesão às grandes instituições internacionais, tais como FMI e Banco Mundial (em 1980), Banco Africano de Desenvolvimento (1985) [156] e Banco Asiático de Desenvolvimento (1986), tornando-se, inclusive, um dos mais importantes receptores de créditos fornecidos por essas organizações. A partir de 1986, a China iniciou processo de negociação para entrada no Sistema Geral de Acordos Tarifários (General Agreement on Trade and Tarifs - GATT), a fim de facilitar suas trocas comerciais até então reguladas por múltiplos tratados bilaterais [157].

Ao contrário da China, a capacidade brasileira de influir no sistema internacional no decorrer da década de 1980 diminuiu, sendo que as posições e teses brasileiras sustentadas nos foros internacionais "caracterizaram-se por uma queda em densidade de autoconfiança e uma elevação em retórica reivindicatória terceiro-mundista". Apesar disso, foi ativa a participação da diplomacia brasileira no plano multilateral – com vistas à reivindicação do "direito ao desenvolvimento e à superação de dependências" – a qual foi importante na condução de iniciativas terceiro-mundistas, em geral, e regionais, em particular [158].

As transformações internas advindas da "era Deng" na China (a partir de 1978) e da "nova república" no Brasil [159] (a partir de 1985) ofereceram novas perspectivas para suas respectivas políticas externas. No Brasil, "a democracia necessariamente abriu novas frentes diplomáticas, avançando

---

[154] Latin America Research Group, CICIR. "Report on China's Latin America Policy", in *Contemporary International Relations*, China Institute of Contemporary International Relations, 14(4), april 2004, p. 1-2.

[155] Domenach, Jean-Luc; Richer, Philippe. *La Chine, de 1971 à nos jours*. Volume 2. Paris : Éditions du Seuil, 1995, p. 579.

[156] Cf. Jiabao, Wen. "Close Ties", in *Banque Africaine de Developpement* – African Development Bank. Disponível em: <www.afdb.org>. Acesso em 29/09/2005.

[157] Bergère, Marie-Claire. *La Chine de 1949 à nos jours*. Paris: Armand Colin, 2000, p. 247.

[158] Cervo, A; Bueno, C. *História da Política Exterior do Brasil*. 2ª ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2002, p. 427-431.

[159] Sobre o 'momento presidencial' de Tancredo Neves e a diplomacia da chamada 'Nova República', veja Danese, Sérgio. *Diplomacia Presidencial*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999, p. 370-372.

O Brasile a China-10.indd 84 25/3/2008 00:36:09

certos temas e facilitando o diálogo com a comunidade internacional e regional" [160]. Na China, restabeleceu-se o peso relativo de fatores-chave na política externa chinesa, quando a ideologia passou a vir depois de segurança e desenvolvimento; diferentes sistemas sociais deixaram de impor obstáculos às relações internacionais; e relações entre países sobrepuseram-se às relações entre partidos [161]. Reconhecendo, enfim, não ser possível a "exportação" da revolução socialista, a China fixou como regra que os princípios de coexistência pacífica se aplicavam às relações entre e com todos os países do mundo, inclusive Estados Unidos e União Soviética.

> Au début des années 1980, dans un contexte mondial peu stable, la politique extérieure chinoise paraît elle-même très fluide, préoccupée avant tout d'écarter les obstacles qui pourraient compromettre la modernisation. La Chine a cessé de cultiver son image de guide de la révolution mondiale. L'idéologie n'entre plus en ligne de compte dans la définition de sa politique extérieure. Désormais sécularisée, cette politique laisse un champ plus large à l'expression des intérêts nationaux, essentiellement mais non exclusivement assimilés à ceux du développement économique [162].

Para alguns autores, o fim do regime militar e início do processo de redemocratização no Brasil não introduziram maiores alterações na política externa brasileira, tendo tido somente um efeito residual na condução da política internacional e das relações bilaterais do Brasil. Ademais, apesar da mudança política e tímida liberalização econômica, a política externa manteve-se como um dos instrumentos centrais da política nacional de desenvolvimento [163]. Tais fatos corroboram a hipótese de que mudanças na política externa e no "modelo" de inserção internacional ocorrem sob a influência de fatores específicos, os quais podem, ou não, estar relacionados a mudanças de regimes ou a sucessões de governos dentro de um mesmo regime. No caso do Brasil, tais mudanças estavam muito mais relacionadas a fatores como legado histórico, contexto de vizinhança, inserção internacional assimétrica ligada à condição de potência média e inclusão do vetor desenvolvimentista nos objetivos de política externa, sendo que: "The transition from the military regime to the civilian rule in 1985 apparently did not affect foreign policy, especially because this transition had been prepared since 1974 by the so-called political opening" [164].

---

[160] Corrêa, Luis Felipe Seixas. "A política externa de José Sarney". In Albuquerque, José Augusto Guilhon (org.). *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): crescimento, modernização e política externa*. São Paulo: Cultura Editores Associados / Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da USP, 1996, p. 383.

[161] Domenach, Jean-Luc; Richer, Philippe. *La Chine, de 1971 à nos jours*. Volume 2. Paris : Éditions du Seuil, 1995, p. 579.

[162] Bergère, Marie-Claire. *La Chine de 1949 à nos jours*. Paris : Armand Colin, 2000, p. 246.

[163] Oliveira, Henrique Altemani. "Brasil-China: trinta anos de uma parceria estratégica", in *Revista Brasileira de Política Internacional*, 47(1), 2004, p. 9.

[164] Cf. Cervo, Amado Luiz. "Political regimes and Brazil's Foreign Policy". In Saraiva, José Flávio Sombra (ed.). *Foreign Policy and Political Regime*. Brasília : Instituto Brasileiro de

O Brasile a China-10.indd 85 25/3/2008 00:36:10

A hipótese de inexistência de nexo causal entre política externa e regime político ou sucessões de governos dentro de um mesmo regime também pode ser aplicada ao caso chinês. Em certos aspectos, houve continuidade entre a "era Mao" e a "era Deng" no que concerne a estratégias de integração ao sistema internacional: Deng Xiaoping não abandonou a visão de longo prazo da era maoísta, "focalizada na edificação de um país forte e dono de si mesmo", capaz de decidir autonomamente sobre seus posicionamentos no cenário internacional. Tampouco abandonou o imperativo de "conduzir seu desenvolvimento sem submissão a esquemas estratégicos dos Estados Unidos" [165]. Em outros aspectos, porém, a partir do XII Congresso de setembro de 1982, houve inovação nas políticas interna e externa chinesas, quando a China retomou o diálogo com a União Soviética, recuperou distância com relação aos Estados Unidos e colocou ênfase sobre a necessidade de reforçar a cooperação econômica e tecnológica e laços econômicos com os diversos países do sistema internacional.

Mais do que mudanças de regime e de governo, determinados fatores internos e internacionais são os responsáveis pelas dificuldades na execução plena da política externa tanto do Brasil quanto da China ao longo da década. Do lado brasileiro, políticas econômicas desestabilizadoras, má condução das negociações da dívida externa e baixo poder de barganha perante países industrializados foram vistos como os mais danosos:

> (...) em primeiro lugar, políticas econômicas internas marcadas por elevado grau de instabilidade contiveram o ritmo de crescimento, comprometeram a credibilidade dos governos e minaram as expectativas sociais diante do Estado; em segundo lugar, a decisão da área econômica em conduzir por si as negociações da dívida externa, de acordo com a imposição dos credores, de forma permanente, contabilista, empírica e despolitizada, sem articulação com o Congresso e a Chancelaria. A esses novos elementos negativos internos somou-se o acréscimo de dificuldades produzido pelos países industrializados, no período, diante das demandas do Terceiro Mundo [166].

Do lado chinês, foram dois os eventos que mais perturbaram os projetos desenvolvimentistas na década: no plano interno, a repressão aos movimentos pela democracia, em maio e junho de 1989, provocou reações vigorosas, sobretudo dos países ocidentais, entravando, por um tempo, a abertura econômica; no plano externo, o processo de desintegração soviética, desencadeado em agosto de 1991 por um golpe de estado fracassado, deixou a China sozinha em um campo socialista reduzido. Perante a necessidade de romper o isolamento em que se encontrava e dar prosseguimento à política de modernização, o discurso de Pequim passou a enfatizar dois pontos: i)

Relações Internacionais, 2003, p. 344; 355-356.

[165] Cf. Oliveira, Amaury Porto de. "China: Estado, revolução e desenvolvimento", in *Revista Princípios*, nº 75. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br>. Acesso em: 8/9/2005.

[166] Cervo, A; Bueno, C. *História da Política Exterior do Brasil*. 2ª ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2002, p. 427.

O Brasile a China-10.indd 86 25/3/2008 00:36:10

a RPC não modificaria sua política desenvolvimentista nem fecharia suas portas para o mundo; ii) não cederia em nada frente ao que ela considerava como ingerência em assuntos internos [167].

Segurança e crescimento econômico

A partir de 1978, os dirigentes chineses passaram a atribuir a Deng Xiaoping o mérito de ter procedido a uma nova análise das forças condutoras à paz no sistema internacional: segundo ele, a mais favorável era o Terceiro Mundo; a segunda era formada pelo Japão e as duas Europas: a ocidental e a do leste; e a terceira força era composta pelos Estados Unidos e União Soviética, cujo papel na manutenção da estabilidade internacional era considerado essencial [168].

Durante a década de 1980, o conceito de "guerra popular" utilizado pela China cedeu espaço para o de uma defesa convencional cada vez mais profissional, conectada a uma defesa nuclear modernizada. Com o tempo, e ao contrário do Brasil e do grande grupo terceiro-mundista, as motivações chinesas deixaram de se pautar apenas pela necessidade de aumentar a capacidade de defesa nacional e passaram a utilizar a segurança como instrumento de potência. Enquanto que na China se optou pela produção de uma força nuclear, no Brasil a produção de armamentos e a produção nuclear foram declaradas como sendo para fins estritamente pacíficos. Em ambos os países, porém, segurança e defesa colocaram-se a serviço do crescimento econômico.

Na China, a indústria de defesa foi inteiramente reorganizada para assegurar a modernização e garantir exportações maciças da produção, obedecendo à imperiosa necessidade de obter divisas [169]. O papel inovador no desenvolvimento de armamentos e sistemas de lançamento permitiu ainda ao exército manter para uso próprio uma grande quantia, em moeda estrangeira, obtida com os negócios das vendas de armamento.

> Os frutos dessa política puderam ser vistos no início de 1988, quando Irã e Iraque, devastados por uma guerra de quase uma década, começaram a bombardear-se mutuamente com mísseis 'bicho-da-seda' chineses, guiados por computador e de curto alcance, vendidos diretamente ou através de intermediários. Entre 1984 e 1987, a China assinara contratos de armas com o Irã no valor de cerca de 2,5 bilhões e com o Iraque, de 1,5 bilhão. No verão de 1988, os chineses discutiam a venda à Síria de um novo míssil M-9 de seiscentos quilômetros de alcance, capaz de lançar ogivas químicas. Segundo

---

[167] Domenach, Jean-Luc; Richer, Philippe. *La Chine, de 1971 à nos jours*. Volume 2. Paris : Éditions du Seuil, 1995, p. 581-582.
[168] Domenach, Jean-Luc; Richer, Philippe. *La Chine, de 1971 à nos jours*. Volume 2. Paris: Éditions du Seuil, 1995, p. 579.
[169] Joyaux, François. *La tentation impériale*. Paris: Imprimerie nationale, 1994, p. 369. Bergère, Marie-Claire. *La Chine de 1949 à nos jours*. Paris: Armand Colin, 2000, p. 247.

O Brasile a China-10.indd 87 25/3/2008 00:36:10

se dizia, a Líbia estava interessada no mesmo míssil e tinha investido grandes quantias numa fábrica de seda em Zhejiang para provar suas boas intenções. A China vendeu também mísseis balísticos para a Arábia Saudita [170].

A política exterior do governo Figueiredo também empregou esforços em prol do desenvolvimento da indústria armamentista brasileira voltada para o fornecimento de material bélico a países do Terceiro Mundo, além de ter continuado a orientação de assegurar ao país o acesso à energia nuclear e à ciência e tecnologia de ponta. A criação da Empresa Gerencial de Projetos Navais (Engedron), em 1982, serviu para completar, ao lado da Imbel e da Embraer, o tripé do complexo industrial militar brasileiro [171].

Uma vez acordada prioridade à indústria bélica nacional, permitiu-se que instituições brasileiras assinassem diversos contratos para fornecimento de armas, aviões e instruções militares. Assim, o Brasil assinou contratos milionários com a Líbia para fornecimento de aviões e armamentos; durante o conflito Irã-Iraque, o Brasil não desprezou a oportunidade de suprir o Iraque com armas, além de produtos manufaturados e alimentos[172]. E após o golpe de Estado, no Suriname, em 1983, o Brasil também estabeleceu uma série de contratos militares com este país, prevendo, inclusive, venda de carros de combate e transferência de *know-how* administrativo, além de instruções militares em instituições brasileiras, como a Academia Militar das Agulhas Negras – Aman. A cooperação militar com a África subsaariana foi igualmente desenvolvida: técnicos das Forças Armadas do Gabão realizaram, na sede da empresa Siteltra, em São Paulo, em junho de 1983, um curso de operação e manutenção de equipamentos militares de telecomunicações. Em 1984, a indústria bélica brasileira bateu recordes de vendas, ao exportar cerca de US$1,2 bilhão de dólares em armamentos [173].

Em janeiro de 1984, foi firmado contrato de 181 milhões de dólares, assinado pelo Ministério da Defesa egípcio com o Brasil para produzir, sob licença, o avião Tucano da firma brasileira Embraer. A Organização Árabe para a Industrialização seria responsável pelo programa de montagem dos aviões em solo egípcio, uma vez que os aviões, inicialmente, chegariam em *kits*. O total estimado do contrato previa 120 aviões. Este lote inicial seria dividido entre Egito e Iraque, 40 e 60 aeronaves, respectivamente, a um e outro. Os próximos 60 aviões seriam também compartilhados entre Egito (40) e Iraque (20). O acordo, por outro lado, permitiria a competição entre as duas firmas para vendas no Oriente Médio e África. Assim, a Embraer, além de garantir ganhos

---

[170] Cf. Spence, Jonathan D. *Em busca da China moderna.* São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 679.
[171] Vizentini, P. F. *A política externa do regime militar brasileiro.* Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 1998, p. 354.
[172] Cervo, A; Bueno, C. *História da Política Exterior do Brasil.* 2ª ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2002, p. 447.
[173] Vizentini, P. F. *A política externa do regime militar brasileiro.* Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 1998, p. 354-356.

O Brasile a China-10.indd 88 25/3/2008 00:36:11

sobre os direitos de fabricação, não perderia direito de vendas no mercado africano e árabe, competindo diretamente com sua associada egípcia [174].

Enquanto que, no Brasil, o desenvolvimento da indústria nacional de armamentos foi justificado pela tarefa de preservar a autonomia do país na questão de segurança, na China, os argumentos utilizados para justificar o comércio de armamentos estavam baseados na solidariedade política aos países do Terceiro Mundo e na "luta contra a dominação colonial, permitindo-lhes obter ou readquirir seus direitos inalienáveis à autodeterminação nacional e à independência" [175]. De acordo com esse raciocínio, cabia à China continuar dedicada à pesquisa e aperfeiçoamento de suas armas nucleares a fim de manter a capacidade de resposta e salvaguarda da paz diante da ameaça de guerra nuclear por parte das grandes potências [176].

A ambigüidade tanto da atitude chinesa quanto da brasileira residia no fato de que, muitas vezes, sua posição de vendedores aproximava-os mais dos Estados Unidos, Rússia, França ou Grã-Bretanha do que dos países do Terceiro Mundo, na posição de compradores.

Em busca do progresso nas relações com países desenvolvidos

Na década de 1980, a vontade de acelerar a modernização econômica passou a ser o objetivo central da política externa chinesa, tornando-se essencial diante das relações com os Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão, o que, inclusive, obrigou o governo chinês a tomar a decisão de diminuir o ritmo de edificação da defesa nacional e favorecer o estabelecimento de um ambiente mais estável para os negócios. Tais medidas conduziram, por sua vez, à busca de um maior equilíbrio diplomático, admitindo-se até mesmo uma certa *détente* com a URSS. A China se afastou da 'linha de força' Pequim-Tóquio-Washington desenhada em 1976-1979 e, mais uma vez, enfatizou sua vontade de obter maior independência no sistema internacional [177].

Nas relações com países desenvolvidos durante a gestão do Presidente Figueiredo, foram modestos os resultados alcançados pelo Brasil, tendo o país dado sinais de esgotamento com o agravamento da questão da dívida, o ressurgimento de fortes pressões inflacionárias e o início da redução dos grandes projetos da era Geisel. Por outro lado, era crescentemente desfavorável o tratamento dispensado ao Brasil por norte-americanos e europeus, sobretudo nas áreas comercial e financeira, em que prevaleceram atitudes

---

[174] Vizentini, P. F. *A política externa do regime militar brasileiro.* Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 1998, p. 357.
[175] Joyaux, François. *La tentation impériale*. Paris: Imprimerie nationale, 1994, p. 372.
[176] "Indústria nuclear da RPC. Acordo de cooperação Brasil-RPC". Telegrama Ostensivo da Embaixada em Pequim para Exteriores, Zappa. OF0063351115, 18/10/84.
[177] Joyaux, François. *La politique extérieure de la China Populaire*. Paris: PUF, 1993, p. 49.

O Brasile a China-10.indd 89 25/3/2008 00:36:11

discriminatórias e protecionistas. Durante a presidência de José Sarney, o país também apresentou limitações para uma parceria mais intensa com os países desenvolvidos, tendo enfrentado constrangimentos impostos pela inflação, pela dívida externa e pela moratória decretada em 1987 [178].

Relações com a URSS e Estados Unidos

Ao se iniciar a década de 1980, Brasil e China buscaram, mesmo que de forma tímida, reforçar laços com os soviéticos. Apesar de as relações terem continuado distantes no plano político, o Brasil não aderiu às sanções propostas na ONU pelos Estados Unidos contra a invasão soviética ao Afeganistão (27 dezembro de 1979), nem ao boicote dos Jogos Olímpicos celebrados em Moscou (julho de 1980), com o intuito de continuar afirmando uma maior independência internacional [179]. Em abril de 1981, foi assinado o Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica entre Brasil e URSS, o qual permaneceu em vigor por um longo período de tempo. As conseqüências da não adesão às sanções internacionais à URSS revelaram, porém, o caráter simbólico da atitude brasileira, já que o comércio bilateral (que caiu de US$835 bilhões, em 1983, para US$212,9 milhões, em 1991) não avançou da mesma forma como vinha acontecendo com outros sócios latino-americanos da URSS, como a Argentina. No plano interno, o Partido Comunista Brasileiro continuou na ilegalidade [180].

Após a assinatura do Tratado de Paz e de Amizade sino-japonês, em agosto de 1978, e da normalização diplomática sino-americana, ocorrida entre dezembro de 1978 e janeiro de 1979, a posição diplomática da RPC reforçou-se no sistema internacional, o que, em última instância, permitiu ao Governo chinês recomeçar as negociações sino-soviéticas com mais confiança. Por outro lado, o fato de o orçamento militar chinês ter diminuído em mais de um terço em três anos exigiu que a China buscasse um inevitável relaxamento diplomático com a URSS que, de sua parte, continuava a aumentar suas forças militares ao longo da fronteira entre os dois países [181].

Apesar de a RPC ter afirmado que as conversações com a URSS não seriam reabertas antes da retirada de tropas soviéticas do Afeganistão, a partir de março de 1983, os vice-ministros das Relações Exteriores dos dois países passaram a se reunir, duas vezes ao ano, em Pequim e em Moscou, fazendo multiplicar os sinais de entendimento. Pelo acordo assinado em 10 de abril de 1983, o comércio transfronteiriço foi reiniciado, sendo que, no total, as trocas bilaterais passaram de US$580 milhões, em 1979, para mais de US$1

---

[178] Danese, Sérgio. *Diplomacia Presidencial*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999, p. 364-374.
[179] Garcia, Eugênio Vargas. *Cronologia das relações internacionais do Brasil*. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 2000, p. 162-163.
[180] Bacigalupo, Graciela Zubelzú de. "As relações russo-brasileiras no pós-Guerra Fria", in *Revista Brasileira de Política Internacional*, 43(2), 2000, p. 60-74.
[181] Joyaux, François. *La politique extérieure de la China Populaire*. Paris: PUF, 1993, p. 50.

O Brasile a China-10.indd 90 25/3/2008 00:36:12

bilhão, em 1985. E, mais uma vez, a URSS veio a participar da realização de projetos industriais chineses.

Diversos fatores contribuíram para afastar, progressivamente, os obstáculos em direção à normalização das relações sino-soviéticas. Ao entrever o fim do sistema bipolar, os chineses substituíram a luta contra a dupla hegemonia EUA – URSS pela menos combativa política de "portas abertas"; e ao perceber a potência soviética como cada vez menos ameaçadora, os chineses deixaram de "pender para um só lado", buscando um clima de paz durável e propício ao restabelecimento de uma cooperação benéfica com Moscou [182]. Apesar disso, os entendimentos sino-soviéticos mantiveram-se limitados ao longo da primeira metade da década de 1980, não tendo sido atendidas as três condições impostas pela RPC para se alcançar a normalização das relações: i) retirada das tropas soviéticas da Mongólia e da fronteira chinesa; ii) desocupação soviética no Afeganistão; iii) fim do apoio soviético à agressão vietnamita no Camboja.

A partir de 1985, com o advento das reformas internas e novo comportamento externo da URSS, iniciou-se uma nova fase do relacionamento sino-soviético e soviético-brasileiro. Com a China, foram reatados os laços diplomáticos, retirados os obstáculos políticos e aprofundados os projetos de cooperação e as trocas comerciais. Com o Brasil, as relações foram marcadas por uma progressiva queda de barreiras e tabus, intercâmbio de visitas de altas autoridades e diálogo mais fluido e franco [183].

A viagem do Presidente Sarney à URSS (17 a 21 de outubro de 1986), acompanhado de missão de 120 empresários, possibilitou a atualização da política brasileira em relação ao bloco soviético, "em plena época da *glasnost* e da *perestroika"*, além da consecução do objetivo prioritário da diplomacia brasileira de exercer sua autonomia pelo estreitamento de laços com "países do mesmo nível" que o Brasil [184]. Já em setembro de 1987, de forma a reforçar a cooperação científico-tecnológica soviético-brasileira, foi assinado o Acordo sobre o Programa de Longo Prazo de Cooperação Econômica, Comercial, Científica e Tecnológica[185].

Ao final da década de 1980, o retorno à democracia no Brasil, por um lado, e os avanços no processo de reforma econômica e política soviética, por outro, permitiram uma maior aproximação entre os dois países. Ademais, com a *Perestroika,* mudanças na percepção soviética se estenderam sobre toda a América Latina levando, em conseqüência, à formulação de uma nova política soviética para a região, que passou a privilegiar "custos, benefícios e equilíbrios" e demais elementos da área econômica. A política externa

---

[182] Domenach, Jean-Luc; Richer, Philippe. *La Chine, de 1971 à nos jours*. Volume 2. Paris : Éditions du Seuil, 1995, p. 480-481.
[183] Cf. Barros Netto, Sebastião do Rego. "O Brasil e a Rússia". In Fonseca Júnior, Gelson; Castro, Sérgio Henrique Nabuco de. *Temas de Política Externa Brasileira II.* Vol 2. São Paulo: Paz e Terra, 1994, p. 123.
[184] Danese, Sérgio. *Diplomacia Presidencial.* Rio de Janeiro: Topbooks, 1999, p. 370.
[185] Bacigalupo, Graciela Zubelzú de. "As relações russo-brasileiras no pós-Guerra Fria", in *Revista Brasileira de Política Internacional,* 43(2), 2000, p. 69.

O Brasile a China-10.indd 91 25/3/2008 00:36:12

soviética na América Latina buscou ampliar, em especial, os vínculos com países de maior desenvolvimento relativo, como Brasil, Argentina e México, de forma a poder incrementar suas exportações [186].

Com a ascensão de Mikail Gorbatchev ao poder, ocorreu a grande guinada nas relações sino-soviéticas. Assim, a partir de julho de 1985, foi assinado entre os dois países um acordo comercial com duração de cinco anos e estabelecido um comitê econômico binacional, o que permitiu, inclusive, a compra pelos chineses de dezessete jatos soviéticos. As relações diplomáticas, interrompidas desde o início da década de 1960, foram restabelecidas, tendo sido na ocasião realizado o primeiro encontro entre ministros das relações exteriores e reabertos os consulados em Xangai e Leningrado [187].

Quanto à eliminação dos 'três obstáculos' presentes nas relações sino-soviéticas, tem-se que: i) foi efetivada a retirada das tropas soviéticas do Afeganistão, a partir de 15 de fevereiro de 1989; ii) foi normalizada a situação fronteiriça, pela assinatura de um acordo parcial entre China e URSS e da redução da presença militar soviética na região; iii) apesar de mantido o "obstáculo" caracterizado pela ajuda soviética à agressão vietnamita no Camboja, foi aberto diálogo sino-soviético sobre a questão e previsto para 1990 o fim do conflito na Indochina [188].

Por sua vez, as relações entre o Brasil e os Estados Unidos, na década de 1980, atravessaram enormes dificuldades. Embora os Estados Unidos tenham buscado dirimir alguns problemas com o Brasil, colocando em segundo plano questões como direitos humanos e acordo nuclear germano-brasileiro, não foram encontradas soluções para a maior parte dos problemas políticos, comerciais, financeiros e de cooperação bilateral [189]. Na área comercial, "o tratamento dado ao Brasil, em vários setores industriais, como nos têxteis e produtos siderúrgicos, era menos favorável do que para outros países em desenvolvimento". Na área financeira, o país "se tornara alvo de uma campanha, nos meios empresariais, financeiros e de comunicação nos Estados Unidos, que o apresentava como hostil aos investimentos estrangeiros" [190]. No setor de cooperação bilateral, apesar de ter sido restabelecido o diálogo, a iniciativa "evidenciou as discrepâncias em todas as áreas, motivo de sua esterilidade operativa" [191].

> Em seus cálculos, Reagan não avaliou bem a autonomia da política externa brasileira, a dose de autoconfiança que comportava, a capacidade de mobili-

---

[186] Bacigalupo, Graciela Zubelzú de. "As relações russo-brasileiras no pós-Guerra Fria", in *Revista Brasileira de Política Internacional*, 43(2), 2000, p. 60-61.
[187] Cf. Spence, Jonathan D. *Em busca da China moderna.* São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 667.
[188] Joyaux, François. *La politique extérieure de la China Populaire*. Paris : PUF, 1993, p. 60.
[189] Cervo, A; Bueno, C. *História da Política Exterior do Brasil.* 2ª ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2002, p. 440-441.
[190] Bandeira, Luiz Alberto Moniz. *As relações perigosas: Brasil-Estados Unidos (de Collor a Lula, 1990-2004).* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p. 54-55.
[191] Cervo, A; Bueno, C. *História da Política Exterior do Brasil.* 2ª ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2002, p. 440-441.

O Brasile a China-10.indd 92 25/3/2008 00:36:13

zação estratégica, e por essas razões não obteve êxito ao pretender associá-la em troca de minguados favores. As relações entre os dois países permaneceram nos anos 1980, como nos anos 1970, à espera de propostas substantivas e igualitárias, desprovidas de egoísmos nacionais, para se alçarem ao nível das necessidades e conveniências bilaterais [192].

No campo político, o Brasil fez face à estratégia bipolar norte-americana na guerra das Malvinas, negou-se a aceitar o projeto da Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS), proposto pela África do Sul sob chancela dos Estados Unidos, propondo em seu lugar a criação de uma Zona de paz e Cooperação do Atlântico Sul[193]. Ao mesmo tempo, avançou o processo de integração latino-americano, por meio do estabelecimento de um novo eixo bilateral com a Argentina.

Por sua vez, as relações sino-norte-americanas tiveram como principal obstáculo os laços ainda mantidos entre Estados Unidos e Taiwan no campo militar. De forma a diminuir inquietudes e irritações chinesas, os Estados Unidos aceitaram assinar com a China um comunicado conjunto em 17 de agosto de 1982, estipulando a diminuição progressiva de fornecimento de armas americanas a Taiwan e supressão completa em futuro relativamente próximo. De sua parte, os chineses aceitaram imprimir esforços com vistas a uma solução pacífica para o problema da reunificação que, segundo desejo dos Estados Unidos, implicava na renúncia chinesa do uso da força para recuperar Taiwan.

Por sua vez, o apoio que Washington forneceu a dissidentes e defensores dos direitos humanos na China e as críticas que o Congresso americano assumiu diante da repressão chinesa no Tibet, em 1987, foram qualificados como ingerência em assuntos internos pelo governo da China, fazendo aumentar a tensão entre os dois países.

Apesar de as tarifas aduaneiras impostas pelos Estados Unidos a produtos chineses (sobretudo têxteis) terem representado outro ponto de fricção, não impediram a intensificação das relações econômicas entre os dois países, tendo o comércio bilateral atingido US$7,3 bilhões em 1986 e US$12,2 bilhões, em 1989 (atrás de Hong Kong, US$34 bilhões; Japão, US$18,8 bilhões; e Comunidade Econômica Européia, US$13, 9 bilhões). Além disso, os norte-americanos concordaram em realizar investimentos de US$1 bilhão na China (1986) e vender armas e outros equipamentos sofisticados com fins militares e transferir tecnologias, uma vez garantido o não repasse a terceiros [194].

---

[192] Cervo, A; Bueno, C. *História da Política Exterior do Brasil.* 2ª ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2002, p. 442.

[193] Saraiva, José Flávio Sombra. *O Lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira, de 1946 a nossos dias.* Brasília: Editora UnB, 1996, p. 185-215.

[194] Bergère, Marie-Claire. *La Chine de 1949 à nos jours*. Paris : Armand Colin, 2000, p. 248-250. Joyaux, François. *La politique extérieure de la Chine Populaire*. Paris: PUF, 1993, p. 50-56.

O Brasile a China-10.indd 93 25/3/2008 00:36:13

Apesar das dificuldades encontradas, as relações sino-norte-americanas mantiveram-se boas ao longo do período, tendo sido em grande parte atendidos os interesses chineses de acesso à tecnologia, aos armamentos e ao mercado americano, e promovida a cooperação chinesa com os Estados Unidos nos conflitos regionais do Afeganistão e Camboja, garantindo um maior equilíbrio de forças na Ásia face ao poder militar soviético [195].

Relações com Europa e Japão

Nos anos 1980, as relações do Brasil com a Europa Ocidental caracterizaram-se pela convergência nos planos da política e da cooperação e concentração das divergências na área comercial. Foi intenso o ritmo de visitas de chefes de Estado e altas autoridades de ambas as partes, tendo crescido em quantidade e qualidade o número de acordos de cooperação estabelecidos [196].

No plano comercial, as ampliações na composição da Comunidade Econômica Européia (CEE) e a expansão do número de países beneficiados pelos acordos preferenciais modificavam o peso da CEE no comércio internacional e introduziam novas distorções nas correntes de comércio, prejudicando as relações com o Brasil. Por sua vez, o aumento de exportações de produtos brasileiros beneficiados ou manufaturados conduzia a novos confrontos comerciais – envolvendo ações anti-dumping ou anti-subsídios –, os quais revelavam o protecionismo que vinha sendo praticado pela CEE contra o Brasil [197].

Apesar de ainda modestas, as relações sino-européias no campo econômico-comercial continuaram a avançar ao longo da década, tendo sido realizadas várias visitas oficiais de ambas as partes e concluídos diversos contratos comerciais e de investimentos conjuntos. Em 1984, essas trocas representavam 11% do comércio exterior da China e não mais do que 1 % das referentes à Comunidade Econômica Européia. Com o intuito de fazer impulsionar o comércio, foi assinado entre as partes um novo acordo econômico-comercial, que entrou em vigor em janeiro de 1985. Foi igualmente estabelecido, em maio do mesmo ano, um acordo de cooperação envolvendo os mais diferentes setores, tais como indústria, minérios, agricultura, ciência e tecnologia, energia, transportes e meio ambiente [198].

---

[195] Domenach, Jean-Luc; Richer, Philippe. *La Chine, de 1971 à nos jours*. Volume 2. Paris : Éditions du Seuil, 1995, p. 466-474.
[196] Vizentini, P. F. *A política externa do regime militar brasileiro.* Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 1998, p. 318-323. Cervo, A; Bueno, C. *História da Política Exterior do Brasil.* 2ª ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2002, p. 443-444.
[197] Cf. Cavalcanti, Geraldo Holanda. "O Brasil e a CEE". In Fonseca Júnior, Gelson; Castro, Sérgio Henrique Nabuco de (org.). *Temas de Política Externa Brasileira II*. Vol. 2. São Paulo: Paz e Terra, 1994, p. 76-77.
[198] Joyaux, François. *La politique extérieure de la China Populaire*. Paris : PUF, 1993, p. 63-69.

O Brasile a China-10.indd 94 25/3/2008 00:36:14

À semelhança dos problemas enfrentados com os Estados Unidos, foi no campo político que as relações da RPC com a Europa ocidental conheceram graves dificuldades, em grande parte devido às questões de Taiwan e Vietnam (projetos de venda de armas dos Países Baixos a Taiwan, em 1980; intervenção chinesa e ajuda econômica francesa ao Vietnam, em 1982). Porém, em termos gerais, a China continuou a demonstrar seu real interesse pela manutenção e aprofundamento das relações com países da Europa ocidental. Destarte, foram aplainados, por exemplo, os últimos obstáculos políticos do período colonial, por meio do estabelecimento de acordos com Grã-Bretanha e Portugal prevendo a devolução de Hong Kong e Macau, respectivamente.

Após dois anos de difícil negociação, RPC e Grã-Bretanha assinaram, em 19 de dezembro de 1984, um acordo estabelecendo as modalidades da transferência e estatuto de Hong Kong, antiga colônia britânica, prevendo que a RPC recuperasse sua soberania sobre o conjunto da colônia, a partir de 1º de julho de 1997. Como parte do tratado, a RPC engajou-se em manter, durante cinquenta anos, o sistema capitalista e o modo de vida em vigor em Hong Kong, inaugurando assim sua política de "um Estado, dois sistemas" [199]. O acordo sobre a devolução de Hong Kong foi considerado um sucesso diplomático, tendo atendido à preocupação chinesa com a reunificação de seus territórios e aquisição de soberania sobre eles. Mais do que a superação de "tratados injustos" de fixação de fronteiras, a devolução de Hong Kong representou a superação de um passado de submissão e recuperação de um *status* internacional contestado, que era o da China comunista. A recuperação da soberania sobre Hong Kong foi igualmente motivo de enorme satisfação pelo que representava frente às relações com Taiwan. Assim, Deng Xiaoping, na falta de poder "liberar" Taiwan, conseguiu fazer progredir a unidade da China de forma significativa.

Os termos de devolução de Hong Kong garantiram ainda a permanência das condições econômicas capitalistas, ideais para o investimento estrangeiro, funcionamento de empresas e entrada e saída de capital. Ao longo das negociações, os britânicos buscaram consolidar suas conquistas político-econômicas no território de Hong Kong, assim como estabelecer

---

[199] Sobre o tema da devolução de Hong Kong à RPC, foram consultados em especial os seguintes textos: Beauregard, Philippe; Cabestan, Jean-Pierre; Domenach, Jean-Luc; Godement, François; Goldfiem, Jacques, Joyaux, François. *La Politique Asiatique de la Chine*. Paris: Fondation pour les Études de Défense Nationale, 2000. Chan, Cheuk-wah. "Hong Kong's Economic Path and its Strategic value for China and Britain, 1946-1956: A rational-strategic Approach", in *Issues & Studies*, 33(6), june 1997, 88-112. Joyaux, François. *La politique extérieure de la Chine populaire*. Paris: PUF, 1993. Joyaux, François. La tentation impériale: politique extérieure de la Chine depuis 1949. Paris: Imprimerie Nationale, 1994. Tarlock, A. Dan. "Hong Kong: One Country, Two Systems or Two Countries, One System". In, Abbott, Frederick M. (ed.). *China in the World Trading System: defining the principles of engagement*. The Hague, London, Boston: Kluwer Law International, 1998. Wang, Hogying. "Hong Kong and Globalization", in *Asian Perspective*, 23(4), 1999, p. 143-165. Weng, Byron S. J. "The Integration of Outlying Areas: The case of Hong Kong". In, Kapur,Harish (ed.). *The End of an Isolation: China after Mao*. Dordrecht, Boston, Lancaster: Martinus Nijhoff Publishers, 1985.

O Brasile a China-10.indd 95 25/3/2008 00:36:14

condições favoráveis à ampliação de sua influência sobre o solo chinês, em franco processo de desenvolvimento econômico. Os britânicos perceberam que era preferível obter da China garantias quanto ao futuro regime sócio-econômico da colônia – pelo qual pudessem continuar a usufruir de vantagens político-econômicas sobre a região – do que tentar manter uma administração britânica após 1997, o que causaria enormes desgastes em suas relações com a China [200].

Depois de concluído o acordo sobre Hong Kong, tornou-se possível, a partir de 1986, a negociação entre Portugal e China para o estabelecimento de um arranjo, nos mesmos moldes, quanto a Macau [201]. Por meio da aprovação da Declaração Conjunta Sino-Lusitana, assinada em Pequim em abril de 1987, o território chinês sob administração portuguesa – último sobrevivente do império colonial português – tornar-se-ia, em dezembro de 1999, uma região administrativa especial da China, apoiando-se na fórmula 'um país, dois sistemas', idealizada por Deng Xiaoping[202]. Inserida no eixo econômico do baixo curso do rio das Pérolas, juntamente com Cantão e Hong Kong, Macau passaria a dispor de uma grande autonomia interna, à exceção de sua política externa e de defesa, que retornaria a Pequim, tendo sido garantida a preservação do estatuto intermediário por cinqüenta anos.

Se, nos meados da década de 1980, as relações políticas entre europeus e chineses se mostraram tão ativas quanto as conduzidas durante a década precedente, ao final da década, o endurecimento do regime chinês transformou tal situação. As repressões em Lhassa (1987-1989) e o repúdio aos movimentos democráticos em Pequim (1989) produziram os mesmos efeitos tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, gerando protestos veementes.

Por sua vez, nos anos 1980, o Japão intensificou seus laços tanto com o Brasil quanto com a RPC. A partir de 1978, depois de ter reconhecido a China Popular e rompido simultaneamente suas relações oficiais com Taiwan, o Japão concedeu uma série de planos qüinqüenais de ajuda à RPC com vistas à estabilização e construção do grande mercado chinês. A princípio, foram realizadas importações de petróleo chinês e implantadas indústrias japonesas na China. No início da década de 1980, diante das crises financeiras chinesas, o Japão inaugurou seus primeiros planos de ajuda ao desenvolvimento, favorecendo a retomada dos contratos estabelecidos. Mesmo que alguns ob-

---

[200] Joyaux, François. La tentation impériale: politique extérieure de la Chine depuis 1949. Paris: Imprimerie Nationale, 1994, p. 186

[201] Sobre o tema da devolução de Macau à RPC, foram consultados em especial os seguintes textos: Maxwell, Kenneth. "Macao". *Folha de São Paulo: Caderno Mais*, 16 de janeiro de 2000. Spitzcousky, Jaime. "Macau cresce às vésperas da descolonização". *Folha de São Paulo*, 20 de abril de 1997. Joyaux, François. *La politique extérieure de la Chine Populaire.* Paris: PUF, 1993. Ramos, Danielly; Quintela, Antón Corbacho. "O Brasil e o Processo de Descolonização Portuguesa na Ásia: Goa, Macau e Timor Leste". In Guimarães, Lytton L. (org.). *Ásia – América Latina – Brasil: a construção de parcerias.* Brasília : Neásia/Ceam/UnB, 2003, p. 297. Spence, Jonathan. *Em busca da China moderna: quatro séculos de história.* São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

[202] Ramos, Danielly; Quintela, Antón Corbacho. "O Brasil e o Processo de Descolonização Portuguesa na Ásia: Goa, Macau e Timor Leste". In Guimarães, Lytton L. (org.). *Ásia – América Latina – Brasil: a construção de parcerias.* Brasília : Neásia/Ceam/UnB, 2003, p. 297.

O Brasile a China-10.indd 96 25/3/2008 00:36:14

servadores tenham percebido a participação japonesa nos negócios chineses como uma forma de compensar os crimes de guerra cometidos no passado, a justificativa utilizada inscreveu-se dentro da estratégia global de inserção da China na economia mundial [203]. Para o Japão, a ajuda aos projetos de modernização chinesa significava um aumento do poder nipônico na cena internacional, além da possibilidade de diversificação de seus recursos e investimentos.

Se, no plano econômico-comercial, prevaleceu um clima cordial, no plano político ainda se mostrou necessário o emprego de esforços na gestão de contenciosos históricos remanescentes (publicação de livro de história revisionista; realização de cerimônias de comemorações militares), alargando as considerações emocionais nas relações sino-japonesas.

A elevação do Japão à categoria de potência econômica aumentou, por sua vez, as inquietações chinesas quanto à possibilidade de o país vir a se tornar uma potência política e, posteriormente, militar. Porém, a necessidade de garantir maior segurança na região (face às ameaças soviéticas ainda existentes) e de levar adiante a modernização fez com que tais preocupações fossem colocadas em segundo plano, privilegiando-se o estreitamento de laços econômicos e medidas apaziguadoras entre os dois países: diversos acordos de cooperação foram concluídos (inclusive na área nuclear, em 31 de julho de 1985); empréstimos de US$6 bilhões foram concedidos à China (em agosto de 1988); e as trocas comerciais alcançaram os mais altos índices (passando de US$9,3 bilhões em 1980 para US$18,8 bilhões em 1989, atrás do caso particular de Hong Kong) [204].

De sua parte, o Brasil assinou com seu maior parceiro asiático um acordo em ciência e tecnologia, em 1982, e reforçou os laços culturais e políticos a partir de 1988, "quando se comemorou o octogésimo aniversário da imigração japonesa para o Brasil, prestigiado pela visita do príncipe herdeiro". Porém, comparados com os chineses, os saldos comerciais brasileiros com o Japão foram deveras modestos, tendo sido acumulados excedentes de US$2,8 bilhões de 1982 a 1985, pendendo a favor do Brasil [205].

A retração da complementaridade nipo-brasileira a partir do início dos anos 1980 decorreu, em parte, da diminuição da importância da garantia de fornecimento de matérias-primas, "seja pelo aumento da oferta como pela queda dos preços reais e, de outra, pela aceleração da crise econômica brasileira". Por outro lado, a internacionalização do sistema financeiro japonês levou a que empresas japonesas efetivassem um imenso fluxo de investimentos, sobretudo em países desenvolvidos, de forma a responder à demanda por bens sofisticados e de alto valor agregado. Frente ao temor dos investidores

---

[203] Serra, Régine. "Chine-Japon, après trente années d'entente cordiale". In Serra, Régine ; Godement, François (dir.). *Asie orientale.* Édition 2003. Paris : Documentation Française, 2003, p. 85-86.

[204] Joyaux, François. *La politique extérieure de la China Populaire*. Paris : PUF, 1993, p. 75-79.

[205] Cervo, A; Bueno, C. *História da Política Exterior do Brasil.* 2ª ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2002, p. 445-446.

O Brasile a China-10.indd 97 25/3/2008 00:36:15

em destinar recursos para países com problemas de dívida externa, os países receptores dos investimentos japoneses foram, na América Latina, preferencialmente o Panamá e os "paraísos fiscais" caribenhos [206].

Relações com países em desenvolvimento

Na década de 1980, quando China e Brasil procuraram aumentar sua independência no cenário internacional e transformaram a modernização em prioridade absoluta, as relações com os países menos desenvolvidos tornaram-se cautelosas, ficando cada vez mais condicionadas à sua contribuição para seus respectivos projetos nacionais.

As dificuldades enfrentadas por brasileiros e africanos, particularmente geradas pelas crises das dívidas externas, impuseram recuos nos projetos anteriormente desenvolvidos pelo Brasil, apesar de ter sido mantida a inflexão para a África, continuando a ser seguidas as linhas gerais das condutas anteriores [207]. As relações político-diplomáticas foram, assim, incrementadas pela visita do Presidente Figueiredo à África, a qual revestiu-se de dois valores: "o material, objetivo, traduzido no reconhecimento recíproco da estratégia comercial brasileira ao continente. O segundo, simbólico, remontava à idéia da identidade atlântica que unia, com o gesto político da visita do primeiro presidente sul-americano, as duas regiões 'ribeirinhas'" [208].

Afora a presença do Presidente Figueiredo na África, o fato mais importante na política africana do Brasil àquela época foi a capacidade demonstrada pela política externa brasileira de se articular com a diplomacia africana, de forma a fazer face às pressões norte-americanas para a construção da Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS) – pacto de segurança coletiva para a região nos moldes da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) –, e de propor, em seu lugar, a criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul.

Se, no governo Figueiredo, o comércio Brasil-África chegou a atingir o mais alto nível de sua história comum até então – tendo as exportações representado 9,3% do total das exportações brasileiras em 1984 –, no governo Sarney, esta participação caiu para aproximadamente 4%. Apesar dos limites impostos pela negociação da dívida externa e pela instabilidade econômica interna, o governo Sarney seguiu mantendo o interesse da política externa brasileira pela África.

Quanto à política chinesa para a África, optou-se por inserir as relações na política geral de abertura, condicionando-as às possibilidades de contri-

---

[206] Oliveira, Henrique Altemani de. "O Brasil e o Japão nos anos 90". In Fonseca Júnior, Gelson ; Castro, Sergio Henrique Nabuco de (org.). *Temas de Política Externa Brasileira II.* Vol. 2. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1994, p. 177-178.
[207] Saraiva, José Flávio Sombra. *O Lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira, de 1946 a nossos dias.* Brasília: Editora UnB, 1996, p. 185-187.
[208] Saraiva, José Flávio Sombra. *O Lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira, de 1946 a nossos dias.* Brasília: Editora UnB, 1996, p. 188-191.

O Brasile a China-10.indd 98 25/3/2008 00:36:15

buição ao desenvolvimento nacional. Na seqüência dos reajustes econômicos ocorridos na China a partir de 1979, o governo de Pequim passou a dar prioridade a realizações menos espetaculares e, sobretudo, menos onerosas. Ademais, a atitude mais independente da China frente às duas superpotências de então levou a que, por um lado, as políticas anti-soviéticas não fossem mais tomadas como referência para a atuação perante o Terceiro Mundo e, por outro, que se tornasse clara a ausência de convergência estratégica da China e dos Estados Unidos com os países em desenvolvimento. A China resolveu não mais rivalizar com as grandes potências em prol dos países do Terceiro Mundo, colocando ênfase na cooperação "Sul-Sul" que pudesse trazer vantagens econômico-comerciais concretas.

A partir de 1985, a África passou a ocupar um lugar ainda mais reduzido nas preocupações internacionais da China, a qual preferiu deixar para os países desenvolvidos a responsabilidade pela solução dos imensos problemas africanos. Buscando despolitizar ao máximo as relações sino-africanas, concentrou-se na cooperação econômica e técnica e no aumento das trocas comerciais com os países da região.

FASE DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS

Ao longo dos anos 1980, as relações da China com a América Latina foram sensivelmente incrementadas se comparadas às praticadas no decênio anterior, mas continuaram ainda a ser secundárias para a política externa chinesa. É certo que alguns países latino-americanos se tornaram parceiros comerciais de importância crescente, destacando-se o Brasil que, em 1984-1985 efetivou metade das trocas comerciais da China com a América Latina. Destacaram-se ainda as relações com a Argentina, Chile, México e Venezuela. Porém, em geral, além do comércio incipiente, Pequim não se encontrava em condições de fornecer ajuda significativa aos países da América Latina menos desenvolvidos, nem de colaborar efetivamente na solução do problema urgente da dívida externa.

Há de se ressaltar, entretanto, que o estabelecimento de laços com a América Latina abriu a possibilidade para que a política externa chinesa adquirisse um caráter universal, condizente com suas pretensões a país potência. Durante toda a década de 1980, na seqüência do que ocorrera na década precedente, a China confirmou, por exemplo, seu apoio aos movimentos de integração latino-americana e passou a criticar as políticas intervencionistas das superpotências, particularmente aquelas praticadas pelos norte-americanos na América Central.

De 1985 a 1990, sem abandonar determinadas posições anteriores, a China procurou retomar algumas atitudes terceiro-mundistas – de forma a dar prova da linha independentista incorporada à diplomacia chinesa – ao mesmo tempo em que limitou suas relações com os países do grupo somente

O Brasile a China-10.indd 99 25/3/2008 00:36:15

às ações que pudessem servir à sua nova política econômica de abertura e modernização.

Os reflexos destes novos aspectos da política externa chinesa foram sentidos na América Latina pelo aumento do interesse chinês pela região. Assim, foi efetivada, em 1981, a primeira vinda de um chefe de governo chinês ao subcontinente, com a presença do ministro Chao Tse-yang no México. Em 1984, a passagem do Ministro das Relações Exteriores Hu Xueqian pelo México, Venezuela, Argentina e Brasil, levando à assinatura de acordos de cooperação nuclear com estes dois últimos países, deu prova do alto nível de relações que se pretendia manter com as principais capitais latino-americanas. Passou-se, então, a enfatizar de forma sistemática os laços econômicos existentes entre a China e a América Latina.

A partir de 1990, o presidente Yang Shangkun teve diversas oportunidades de verificar pessoalmente, pelas viagens realizadas à América Latina, que seu país havia conservado uma imagem aceitável perante os países daquela região: a todos foi oferecida ajuda ao desenvolvimento e com todos foram evocados laços de amizade. Solidários às causas latino-americanas, os chineses: condenaram a intervenção dos Estados Unidos no Panamá; sustentaram, ano após ano, que o direito do mar não era nada mais que o reflexo de interesses imperialistas e que os países em desenvolvimento eram suas vítimas; e que os problemas latino-americanos eram conseqüência da exploração de seus recursos naturais [209].

Chefes de estado e ministros de países latino-americanos também estiveram na China na década de 1980. Respeitando ritual jamais quebrado, todos os visitantes latino-americanos foram recebidos por dois ou três dos mais importantes dirigentes chineses e com eles assinaram diversos acordos nas mais diferentes áreas, apesar de os empréstimos chineses a eles oferecidos terem sido bem menos generosos que aqueles fornecidos aos países africanos.

Durante a gestão do Presidente João Figueiredo (1979-1985), foi dado prosseguimento à diplomacia de diversificação de parcerias desenvolvida por Ernesto Geisel, o que levou à instauração de um processo de universalização da atuação brasileira, permitindo, inclusive, um aprofundamento das relações com países asiáticos. A partir de 1979, importantes aberturas políticas e econômicas ocorreram nas relações do Brasil com países da Ásia e Oceania: não só com o Japão – principal interlocutor brasileiro na área, com quem o Brasil mantinha relações cuja intensidade se comparava à das desenvolvidas com as principais nações do mundo ocidental –, mas também com a China, Índia, Austrália, Indonésia, Filipinas, Tailândia, Cingapura e Malásia os laços foram aumentados.

> Com a gradual expansão e diversificação dos interesses brasileiros no exterior, o papel da diplomacia no Extremo Oriente evoluiu de uma ação política

---

[209] Domenach, Jean-Luc; Richer, Philippe. *La Chine, de 1971 à nos jours*. Volume 2. Paris : Éditions du Seuil, 1995, p. 619.

O Brasile a China-10.indd 100 25/3/2008 00:36:16

de presença e acompanhamento para um esforço cada vez mais concreto de identificação e aprofundamento de oportunidades de cooperação com países na área [210].

A partir de 1982, a ênfase latino-americana, área por excelência da diplomacia presidencial de Figueiredo, passou a ceder espaço a outros eixos de relações. Assim, as visitas realizadas a países africanos e à China revestiram-se de grande importância, sendo as primeiras de um chefe de estado brasileiro àquelas regiões.

A partir de 1985, fortaleceu-se a ação diplomática brasileira nos países da Ásia e Oceania, conferindo um sentido universal à política externa. A transição do regime militar para o civil não afetou as relações bilaterais sino-brasileiras; ao contrário, permitiu que elas ganhassem força por meio do estabelecimento de novos canais de comunicação. Assim, com a presidência de José Sarney, as relações sino-brasileiras adquiriram magnitude e expuseram a preferência que vinha sendo dada pelas diplomacias brasileira e chinesa às relações Sul-Sul.

O diálogo político

Atendendo ao convite do Governo brasileiro, o Vice-Primeiro Ministro do Conselho de Estado da República Popular da China, Kang Shien realizou visita oficial ao Brasil no período de 21 a 27 de maio de 1979. O Vice-Primeiro Ministro chinês se fez acompanhar pelo Ministro da Indústria Petrolífera, Song Zhenming, pelo Vice-Ministro da Indústria Elétrica, Li Rui, e por outras autoridades [211].

Durante a visita do Vice-Primeiro Ministro Kang Shien, foi assinado o importante Acordo de Transporte Marítimo com a RPC do qual – juntamente com o Acordo Comercial concluído em 1978 – se esperava que contribuísse para a disciplina e aumento do fluxo de trocas entre os dois países.

Naquela ocasião, o ministro dos Transportes do Brasil, Eliseo Resende, sugeriu ao Vice-Primeiro Ministro Kang Shien a melhoria dos portos chineses para que pudessem receber navios de grande calado com capacidade para transportar cargas acima de 100 mil toneladas, de forma a compensar os fretes elevados de produtos como o minério de ferro brasileiro, o petróleo chinês e o carvão australiano [212].

Além da delegação chefiada pelo Vice-Primeiro Ministro Kang Shien, várias outras missões chinesas estiveram no Brasil em 1979, a saber: missão

---

[210] Cf. Relatório 1979. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1979. p. 50-51.
[211] Durante sua permanência no Brasil, o Vice-Primeiro Ministro Kang Shien e sua comitiva visitaram, além de Brasília, os Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, bem como a obra hidrelétrica de Itaipu, as instalações petrolíferas da plataforma marítima de Campos e o porto de Tubarão. Cf. Relatório 1979. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1979. p. 50-52.
[212] Vizentini, P. F. *A política externa do regime militar brasileiro.* Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 1998, p. 343.

O Brasile a China-10.indd 101 25/3/2008 00:36:16

do Ministério da Indústria do Petróleo, (chefiada pelo Vice-Primeiro-Ministro da Indústria do Petróleo da China, Chang Wen-Pin), missão do Ministério de Obras Hidráulicas e Energia Elétrica, missão da *China National Textiles Import and Export Corporation* – Chinatex e missão da *China National Native Produce and Animal By-Products Import and Export Corporation* – Chinatuhsu. Em setembro, a missão da Corporação Nacional Chinesa para a Importação e Exportação de Produtos Químicos, chefiada por seu vice-diretor, o Li Soung-Mao, manteve contatos na área de produtos químicos e farmacêuticos; a missão de outubro foi integrada por representantes da Corporação Nacional para Importação e Exportação de Minerais e Metais, chefiada pelo Chen Wen Tung, seu vice-diretor, que manteve entendimentos com a Siderbrás [213].

Do lado brasileiro, foram registradas duas missões comerciais, em julho e novembro de 1979, lideradas, respectivamente, pelo Chefe do Departamento de Promoção Comercial do Itamaraty e pelo Ministro das Minas e Energia. Em contrapartida às visitas de várias corporações estatais chinesas ao Brasil, estiveram também na RPC missões da Petrobrás, Interbrás e Companhia Vale do Rio Doce.

Em outubro de 1979, um grupo de empresários brasileiros visitou a China, sob coordenação da Confederação Nacional da Indústria e da Associação de Exportadores Brasileiros [214], chefiada por João Paulo dos Reis Veloso. Os empresários visitaram as cidades chinesas de Cantão e Pequim, sendo que nesta segunda cidade a delegação foi recebida em audiência pelo Vice-Primeiro Ministro Kang Shien. A realização da visita permitiu manter a dinâmica do processo de aproximação entre os dois países e a exploração de novas áreas para o intercâmbio comercial [215].

A viagem do Chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro à RPC, em março de 1982, fez parte do processo de preparação da visita pioneira que o Presidente João Figueiredo realizaria, dois anos mais tarde, em maio de 1984, àquele país [216]. Durante a visita à China, o chanceler brasileiro conversou com o ministro do Exterior, que apresentou as posições chinesas. A 25 de março de 1982, Saraiva Guerreiro foi igualmente recebido por Deng Xiaoping – então vice-presidente do Comitê Central do Partido Comunista da China [217] – fato que revelou a significação que o governo chinês desejava dar à visita. Nas

---

[213] Cf. Relatório 1978. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1978, p. 67-71.
[214] "Primeira reunião da Comissão mista comercial Brasil-República Popular da China – Discurso do Ministro Marcos Castrioto de Azambuja, em Pequim, em 4 de março de 1980, ao se iniciarem os trabalhos da Primeira Comissão Mista Comercial Brasil-República Popular da China", in *Resenha de Política Externa*, nº 24, janeiro, fevereiro e março de 1980, p. 61-62.
[215] As áreas abrangidas durante as conversações foram as de aços especiais, cantoneiras e tubos de aço, carrocerias para ônibus urbanos, couros, produtos químicos e medicamentos, e ferro-gusa, além de negociações exploratórias sobre madeiras para construção, máquinas agrícolas e equipamentos e máquinas para construção. Cf. Relatório 1979. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1979. p. 50-52.
[216] Cf. Danese, Sérgio. *Diplomacia Presidencial: história e crítica*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999, p. 369.
[217] Gabinete de Imprensa do Conselho de Estado da República Popular da China. *China-Brasil*. Pequim: China Intercontinental Press, 2004, p. 9.

O Brasile a China-10.indd 102 25/3/2008 00:36:16

palavras do Ministro: "não só pelo protocolo Deng não tinha formalmente por que dar-me audiência, como há meses não recebia ele nenhum viajante estrangeiro" [218].

Na Universidade de Xangai, o Chanceler Saraiva Guerreiro e o Presidente do CNPq, Dr. Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, trataram da negociação de um acordo de cooperação em ciência e tecnologia. Este acordo, primeiro do gênero assinado entre os dois países, criando as bases para os acordos futuros na área, deu seus primeiros frutos dois anos mais tarde, por ocasião da visita do Presidente Figueiredo à China, nos campos nuclear e espacial, entre outros. Conforme solicitado durante a visita, foi enviada no ano seguinte missão ao Brasil para identificação de produtos a comprar, permitindo a elevação do valor das trocas nos anos subseqüentes.

Durante a visita do chanceler brasileiro à China, foi também negociada, e pouco tempo depois concedida, uma área submarina no mar da China, aliás, bastante disputada por empresas mundiais, para exploração pela companhia Petrobrás [219]. Assim, um ano mais tarde, em 10 de maio de 1983, foi realizada cerimônia de assinatura de cinco contratos para exploração e produção de petróleo em quatro áreas *off-shore* da foz do Rio Pérola e uma no sul do Mar Amarelo por companhias estatais e privadas do Reino Unido (BP), Canadá (Petrocanadá e Ranger), Austrália (Broken Hill) e Brasil (Braspetro). Compareceram à cerimônia o Ministro da Indústria do Petróleo, Tang Ke, e os presidente e vice-presidente da *China National Off Shore Corporation*. A assinatura dos contratos demonstrou o desejo chinês em prosseguir com a política de "portas abertas", assim como de recolher experiências de assimilação de tecnologias no setor. Segundo Wagner Freire, vice-presidente da Braspetro, que subscreveu os documentos, tratava-se dos primeiros contratos realizados com base na licitação iniciada em fevereiro de 1979, na qual concorreram 45 companhias com 102 projetos [220]. No dia seguinte, em demonstração do alto significado que revestiu a assinatura do contrato para exploração e produção de petróleo *off shore* no litoral da China, foram recebidos no Palácio do Povo pelo Primeiro-Ministro Zhao Zyiang os embaixadores do Reino Unido, Austrália, Canadá e Brasil, cujas empresas foram escolhidas pelo governo chinês para o empreendimento pioneiro. De acordo com o embaixador brasileiro, Ítalo Zappa, o Brasil foi o primeiro país do Terceiro Mundo a se credenciar para participar de uma operação a que o governo chinês emprestava a mais alta importância, no quadro da política de abertura para a área externa e de modernização da economia nacional [221].

---

[218] Guerreiro, Ramiro Saraiva. *Lembranças de um empregado do Itamaraty.* São Paulo: Siciliano, 1992, p. 169.
[219] Guerreiro, Ramiro Saraiva. *Lembranças de um empregado do Itamaraty.* São Paulo: Siciliano, 1992, p. 170-171.
[220] "Cooperação Brasil-RPC. Exploração de petróleo *off-shore*. Braspetro." Telegrama Ostensivo da Embaixada do Brasil em Pequim para Exteriores. OF001857 - 31630, 10/05/83.
[221] "Cooperação Brasil-RPC. Exploração de petróleo. Braspetro." Telegrama Ostensivo da Embaixada do Brasil em Pequim para Exteriores. OF00190 - 41730, 11/05/83.

O Brasile a China-10.indd 103 25/3/2008 00:36:17

Culminando uma seqüência de iniciativas, o Presidente João Batista Figueiredo realizou visita à China em maio-junho de 1984 [222]. Foi aquela a primeira vez em toda a história que um Chefe de Estado e de Governo do Brasil esteve em missão oficial à China. A visita serviu para fechar o ciclo embrionário, relativo ao estabelecimento formal das relações sino-brasileiras, e abrir o da cooperação, que, a partir de então, foi intensificada, "indiferente às turbulências econômicas e desenvolvimentos políticos no Brasil nos anos seguintes" [223]. Politicamente, a visita do Presidente João Figueiredo contribuiu para elevar a um novo plano o *status* das relações bilaterais, dez anos depois da normalização diplomática entre os dois países.

O 'China Daily', principal jornal de língua inglesa do país, reservou a primeira página para o noticiário da visita do Presidente Figueiredo à República Popular da China e, com o título 'Closer Ties with Brasil Applauded', publicou a seguinte matéria:

> Brazilian Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo said his first presidential visit to Beijing had shown that China and Brazil were willing to further expand their mutual understanding. Speaking at a return banquet in the Great Hall of the People on Tuesday, Figueiredo said: 'our common interests will be further expanded as our two countries are sharing more views on international issues'. 'It is the common hope of our two nations to win peace, respect all countries independence, sovereignty and rights of self-determination, and oppose all forms of hegemonist politics'. Chinese president Li Xiannian said President Figueiredo's visit had been short but fruitful. 'Both of us have hopes of further enhancing our two countries relations, and have similar views on many major international issues', he said. The accords on sino-brazilian scientific technological and economic co-operation signed on Tuesday had laid a more solid basis for cooperation and exchanges in these areas, Li added. (Xinhua) [224].

No plano político, as conversações mantidas pelo Presidente Figueiredo com membros da alta liderança chinesa mostraram a grande faixa de coin-

---

[222] No Congresso Nacional, a apresentação e aprovação do projeto de visita presidencial à República Popular da China serviram para que fosse debatido um momento importante da história brasileira envolvendo a China: a condenação e expulsão dos "nove chineses" residentes no Brasil quando da destituição de João Goulart como Presidente da República, em 1964. Em carta endereçada ao Presidente da República, o Deputado Eduardo Suplicy propôs que, antes da viagem presidencial, fosse revogado ato de expulsão dos nove cidadãos chineses, assinado em 4 de março de 1965, pelo então Presidente Humberto de Alencar Castello Branco. De acordo com o Deputado, a expulsão dos cidadãos Wang Wei Chen, Chu Ching Tung, Hou Fa Tseng, Wang Chin, Su Tseping, Chang Pao Sheng, Wang Yao Ting, Ma Tseng e Sung kucipao teria se dado em clima de anormalidade em que se encontrava o País e que não teria sido posteriormente provado que aqueles cidadãos chineses tivessem cometido qualquer ação em prejuízo do Brasil. A Carta do Deputado Eduardo Suplicy para o Presidente da República foi publicada no *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, 9 de maio de 1984, p. 3115.

[223] Cf. Danese, Sérgio. *Diplomacia Presidencial: história e crítica*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999, p. 369.

[224] "Visita Presidencial à República Popular da China. Repercussão local". Telegrama Ostensivo da Embaixada em Pequim para Exteriores. OF00314 - 31200, 31/05/84.

O Brasile a China-10.indd 104 25/3/2008 00:36:17

cidência entre as posições dos dois países: condenação da corrida armamentista, luta pela paz, reprovação a qualquer interferência em assuntos internos, oposição à política de poder das superpotências e à tendência de extrapolar a confrontação Leste-Oeste para cenários regionais, rejeição das esferas de influência, condenação do imobilismo dos países desenvolvidos no diálogo Norte-Sul, do protecionismo e da política de altas taxas de juros [225]. Em encontro com o Presidente Figueiredo, Deng Xiaoping acrescentou: "propomos o fortalecimento da cooperação entre países do Terceiro Mundo, a cooperação Sul-Sul, pois a cooperação entre os países do Terceiro Mundo pode resolver muitos problemas e abrir excelentes perspectivas" [226].

Foram estabelecidos, durante a visita, novos compromissos nos campos político, comercial, científico-tecnológico, nuclear e hidrelétrico [227]. Dentre os vários documentos firmados entre as duas partes durante a visita do Presidente Figueiredo, foi de especial importância a conclusão de Memorandum de Entendimento sobre a cooperação nuclear para fins pacíficos, o primeiro do tipo entre as partes, e que veio a servir de base para o Acordo Nuclear, assinado em Brasília quatro meses mais tarde [228]. A assinatura, na mesma ocasião, do Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica, também serviu para demonstrar a vontade adquirida

---

[225] O Presidente Figueiredo avistou-se com o Chefe de Estado, Presidente Li Xiannian; o Primeiro-Ministro, Zhao Ziyang; o Secretário-Geral do Partido Comunista, Hu Yaobang; e o Presidente da Comissão de Conselheiros do Comitê Central do Partido Comunista da China, e detentor do poder real, Deng Xiaoping. Cf. "Pronunciamento do Sr. Diogo Nomura, Deputado Federal - PDS-SP", in *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, 29 de junho de 1984, p. 6728-6730.

[226] Cf. Gabinete de Imprensa do Conselho de Estado da República Popular da China. *China-Brasil*. Pequim: China Intercontinental Press, 2004, p. 11.

[227] Em pronunciamento no Congresso Nacional, o Deputado Federal Diogo Nomura fez exposição dos principais saldos da visita presidencial, o qual é utilizado como base para explanações sobre o assunto no presente capítulo. Cf. "Pronunciamento do Sr. Diogo Nomura, Deputado Federal - PDS-SP", in *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, 29 de junho de 1984, p. 6728-6730.

[228] Durante a visita do Presidente João Figueiredo à República Popular da China, o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e o Embaixador chinês no Brasil, Xu Zhongfu, assinaram em Pequim, em 29 de maio de 1984, os seguintes acordos: Protocolo Adicional ao Acordo de Comércio (de 7 de janeiro de 1978) para ampliar e diversificar o comércio bilateral (publicado no Diário Oficial nº 120, de 22 de junho de 1984); Protocolo entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e a Comissão Estatal de Ciência e Tecnologia no campo da Cooperação Científica e Tecnológica (publicado no Diário Oficial nº 114, de 13 de junho de 1984); Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica (de 25 de março de 1982), (publicado no Diário Oficial nº 117, de 18 de junho de 1984); Ajuste de Cooperação entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e a Academia chinesa de Ciências nos campos das ciências puras e aplicadas (publicado no Diário Oficial nº 119, de 20 de junho de 1984); e o Memorandum de Entendimento sobre Cooperação nos Usos Pacíficos da Energia Nuclear (publicado no Diário Oficial nº 119, de 20 de junho de 1984). Cf. "Os acordos entre o Brasil e a República Popular da China", in *Resenha de Política Exterior do Brasil*, nº 41, abril, maio e junho de 1984, p. 124-125. Como conseqüência de convite formalizado em Pequim, visitou o Brasil no corrente em setembro de 1984 o Chanceler chinês, quando foi assinado o Acordo nuclear negociado a partir do Memorandum de Entendimento negociado durante a visita do Presidente Figueiredo à China. Cf. "A Definição das respostas brasileiras: Balanço Sumário de Atividades", in *Resenha de Política Exterior do Brasil*, edição suplementar, setembro de 1984, p. 97-98.

O Brasile a China-10.indd 105 25/3/2008 00:36:18

de se seguir aprofundando a cooperação bilateral, tendo sido, para tal fim, elencadas sete áreas de interesse, incluindo a espacial [229].

Como parte das atividades de sua visita à China, o Presidente da República inaugurou a exposição industrial brasileira em Pequim – entre os dias 28 de maio e 5 de junho de 1984 – com a presença de altas autoridades do Governo local e da Prefeitura de Pequim [230].

> Seguido pelos membros da comitiva que o acompanham na viagem, entre os quais os Ministros Delfim Netto e César Cals, e por mais de cem empresários brasileiros, Sua Excelência provou do guaraná trazido pela Antarctica Paulista, indicou às autoridades chinesas a linha Brastemp de eletrodomésticos e conheceu um motor de bicicleta desenvolvido com tecnologia brasileira para adaptação em qualquer modelo, pelo próprio consumidor. No grande estande central da Petrobrás foi recebido pelo Presidente da Petrobrás, Senhor Shigeaki Ueki e, ao sair do pavilhão, deteve-se na área em que a Heliodinâmica apresentava seu equipamento de irrigação por energia solar. O Presidente da República encerrou a sua visita à exposição examinando o automóvel Voyage da Volkswagen [231].

Em agosto de 1984, durante a cerimônia comemorativa do décimo aniversário de estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a China, o Embaixador Ítalo Zappa relembrou em seu discurso outras importantes visitas de missões chinesas ao Brasil e de missões brasileiras à China. Entre os dignitários brasileiros que abriram caminho para o maior intercâmbio entre os dois países, nas diferentes áreas, citou: o Presidente da Petrobrás, Shigeaki Ueki, que, na qualidade de Ministro das Minas e Energia, em 1978, foi o primeiro Ministro de Estado brasileiro a efetuar uma visita oficial à China; e, no começo de 1984, as visitas dos Ministros da Fazenda, Ernane Galveas, e de Minas e Energia, César Cals. Do lado da China, foi igualmente significativa e revestiu-se de particular interesse a visita do Ministro He Keng, da Agricultura, Pecuária e Pesca, assim como de Qian Zhengying, Ministra dos Recursos Hídricos e Energia Elétrica, cuja vinda ao Brasil assinalou momento especial de atenção para as potencialidades do intercâmbio bilateral. Foi também importante na agenda de contatos

---

[229] As outras áreas selecionadas para cooperação foram: agricultura, pecuária e piscicultura; silvicultura; saúde; energia elétrica; microeletrônica e informática; e normalização. Cf. Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, assinado em 29 de maio de 1984. Disponível para consulta na Divisão de Atos Internacionais do Ministério das Relações Exteriores, em Brasília.

[230] O Presidente Figueiredo esteve acompanhado do Senhor Rong Yiren, Vice-presidente do Comitê Permanente da Assembléia Popular Nacional da China e Presidente da China International Trust Investment Corporation (CITIC) e do Chanceler Saraiva Guerreiro. Cf. "Visita do Senhor Presidente da República à República Popular da China. Exposição Industrial Brasileira. Inauguração." Telegrama Ostensivo da Embaixada em Pequim para Exteriores. OF00310 - 31500, 29/05/84.

[231] "Visita do Senhor Presidente da República à República Popular da China. Exposição Industrial Brasileira. Inauguração." Telegrama Ostensivo da Embaixada em Pequim para Exteriores, Julio Cesar. OF00310 - 31500, 29/05/84.

O Brasile a China-10.indd 106 25/3/2008 00:36:18

oficiais a visita de Liau Hanshen, Vice-Presidente do Comitê Permanente da Assembléia Popular Nacional [232].

Ainda em agosto de 1984, registrou-se pela primeira vez a troca de visitas dos Chanceleres dos dois países: a do Ministro Hu Xueqian ao Brasil em retribuição à do Ministro Ramiro Saraiva Guerreiro à China, ocorrida em março de 1982. A visita do Chanceler Hu Xueqian estendeu-se a outros países da América Latina – México, Venezuela e Argentina – servindo, na ocasião, para que fossem reforçados os laços políticos existentes entre a China e aquela região.

Ao anunciar sua viagem, em entrevista ao jornal 'China Daily', o chanceler Hu Xueqian fez declarações com o seguinte teor resumido: a) a China desejava fortalecer a amizade e aumentar seu conhecimento com países pertencentes ao Terceiro Mundo; b) a China almejava desenvolver relações com países da América Latina com base nos cinco princípios da coexistência pacífica; c) a China apoiava a ação do Grupo Contadora e aos princípios de autodeterminação e não-interferência; d) a China manifestava convicção de que as relações de amizade e cooperação com os países latino-americanos se desenvolveriam muito, com proveito recíproco [233].

O Ministro Hu Xueqian chinês confirmou a existência de posições similares entre os latino-americanos e chineses e colocou-se a seu favor perante problemas enfrentados com países desenvolvidos, afirmando que: a) a interferência de forças externas nos assuntos domésticos dos países da América Central era o principal motivo da situação instável na região; b) toda interferência nos assuntos internos de qualquer país da América Central, especialmente interferência armada ou na forma de ameaças militares por parte das superpotências, deveria ser evitada; c) era preocupação da China o problema do débito dos países latino-americanos, o qual era agravado pelo fato de os países industrializados tentarem transferir para os da América Latina suas crises econômicas e pelo constante aumento das taxas de juros; d) os países credores deviam considerar atentamente as recentes propostas dos países devedores na América Latina de reduzir as taxas de juros, melhorar as condições de pagamento da dívida e diminuir as restrições aplicadas às importações dos países latino-americanos; e) as nações credoras deviam trabalhar conjuntamente com as devedoras na procura de uma solução a longo prazo que convenha a ambas as partes e não represente uma simples pressão inflexível para pagamento de débitos com exigências de contenção econômica nos países em desenvolvimento e mesmo indevida interferência nos seus assuntos internos; f) havia necessidade de mudar o presente sistema econômico internacional, considerado irracional [234].

---

[232] "Relações Brasil-República Popular da China. X Aniversário do Estabelecimento de Relações Diplomáticas." Telegrama Ostensivo da Embaixada em Pequim para Exteriores, Zappa. OF00473 - 61730, 10/08/84.

[233] "Relações Brasil-República Popular da China. X Aniversário do Estabelecimento de Relações Diplomáticas." Cf. Telegrama Ostensivo da Embaixada em Pequim para Exteriores, contendo discurso em comemoração aos dez anos do estabelecimento das relações bilaterais, proferido pelo Embaixador Ítalo Zappa. OF00473 - 61730, 10/08/84.

[234] "Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Popular da China." Telegrama Ostensivo da Embaixada em Pequim para Exteriores, OF00447 - 61500, 27/07/84.

O Brasile a China-10.indd 107 25/3/2008 00:36:18

Em 1985, o fato de maior relevância para as relações sino-brasileiras foi a visita ao Brasil, entre 30 de outubro e 5 de novembro, do Primeiro-Ministro Zhao Ziyang, juntamente com o Presidente do Banco Central da China e membro do Conselho de Estado, Chen Muhua, e dois Vice-Ministros.

Assim como fez em seus pronunciamentos o Chanceler Hu Xueqian, durante sua visita ao Brasil, o Primeiro-Ministro Zhao Ziyang relembrou as afinidades existentes entre a China e os países latino-americanos: 1) experiência passada de opressão externa e de prolongado esforço pela libertação; 2) inclusão no Terceiro Mundo e tarefa comum de desenvolver suas economias e elevar os padrões de vida de sua população; 3) vastos territórios ricos em recursos naturais e humanos; 4) necessidade de um ambiente internacional de paz duradoura para erradicar o subdesenvolvimento; 5) política externa independente e não-alinhada; 6) respeito à autodeterminação, oposição à interferência externa e à política de poder, apoio à solução de disputas internacionais por meio de negociações, sem o uso ou a ameaça de força; 7) contribuição comum para a distensão internacional e esforços para a salvaguarda da paz; 8) grande prejuízo comum sob a "old unfair economic order" e o interesse em promover o diálogo norte-sul, a cooperação Sul-Sul e o estabelecimento de uma nova ordem econômica internacional [235].

Ao longo da estada do Primeiro-Ministro Zhao Ziyang no Brasil, foi assinado Protocolo de Entendimentos, pelo qual os dois governos se comprometeram em intensificar as relações nos campos político, econômico, comercial, científico e tecnológico, consular e cultural e estabelecer metas setoriais de intercâmbio comercial nos dois sentidos, para os anos subseqüentes, especialmente no tocante às importações brasileiras de petróleo e outras matérias-primas e exportações de minério de ferro, produtos siderúrgicos e manufaturados. Foram assinados também o Acordo de Cooperação Cultural e Educacional, o Memorandum de Entendimentos pelo qual se criou um mecanismo de consulta política e dois protocolos de cooperações, em matéria de geociências e siderurgia [236].

Na ocasião, Brasil e China decidiram aprofundar seu relacionamento político criando um mecanismo de consultas sobre a situação internacional e o conjunto das relações bilaterais, a serem realizadas, periodicamente, em bases alternadas, em Brasília e Pequim. Com relação ao intercâmbio bilateral e à cooperação econômica entre os dois países, registrou-se significativa expansão do intercâmbio comercial, tornando-se a China o 10º parceiro comercial do Brasil em 1984 [237].

---

[235] Cf. "Protocolo de Entendimentos", in *Resenha de Política Exterior do Brasil*, nº 47, outubro, novembro e dezembro de 1985, p. 92-93.
[236] Cf. Relatório 1985. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1985, p.15-16. "Brasil-República Popular da China. Visita do Primeiro-Ministro Zhao Ziyang. Notícias na Imprensa." Telegrama Ostensivo da Embaixada em Pequim para Exteriores. OF00661 - 21510, 04/11/85.
[237] "Protocolo de Entendimentos", in *Resenha de Política Exterior do Brasil*, nº 47, outubro, novembro e dezembro de 1985, p. 92-93.

O Brasile a China-10.indd 108 25/3/2008 00:36:19

Ainda durante a visita de Zhao Ziyang, os dois Governos expressaram sua satisfação pela ampliação do relacionamento em três novas áreas: cultural, consular e militar. No âmbito cultural, o Brasil assinou com a China um Acordo Cultural sem similar entre os países socialistas, demonstrando o alto nível das relações entre os dois países. No âmbito consular, o feito foi igualmente importante, tendo sido concretizada a instalação do Consulado-Geral da República Popular da China em São Paulo, com base no Acordo Consular assinado em 1984 e visando, sobretudo, um estreitamento de relações da República Popular da China com a comunidade empresarial e com a comunidade de origem chinesa estabelecidas nos Estados de São Paulo e do Paraná. Já na área militar, por intermédio da implementação do Acordo sobre adidâncias militares, foi acrescido ao corpo de funcionários da Embaixada da República Popular da China em Brasília o primeiro adido militar chinês no Brasil. O Governo brasileiro, por sua vez, expressou seu empenho tanto em criar o Consulado brasileiro em Xangai[238] quanto em designar o primeiro adido militar na Embaixada do Brasil em Pequim, com a menor brevidade possível [239].

Em dezembro de 1985, esteve na China, a convite do Congresso Nacional do Povo chinês, uma delegação do Congresso Nacional brasileiro chefiada por Ulysses Guimarães, Presidente da Câmara dos Deputados, constituindo-se na primeira alta delegação parlamentar brasileira a visitar a China. No dia 9 de dezembro de 1985, o presidente do Comitê Permanente da Assembléia Popular Nacional da China, Peng Zhen, recebeu a delegação parlamentar no Palácio do Povo. Em banquete oferecido àquela missão, o Deputado Ulysses Guimarães destacou características comuns e objetivos compartilhados pelos dois países:

> O Brasil e a China, como países do Terceiro Mundo, têm passado de luta pela independência e pela soberania nacional. Ontem, essa luta se dava no campo político, hoje a batalha se trava na esfera econômica. Ambos os países lutam por um maior espaço na cena política internacional. Ambos acreditam firmemente que cabe aos países em desenvolvimento formular uma estratégia nacional baseada nas respectivas peculiaridades e nos seus interesses permanentes. [...] O Brasil e a China compartilham objetivos de construção de uma ordem internacional mais justa. Têm posições comuns em prol da preservação da paz e do desarmamento, da necessidade de reformas profundas no sistema econômico internacional e do incremento da cooperação entre os países em desenvolvimento [240].

Durante o ano de 1988, as atividades desenvolvidas entre Brasil e China foram marcadas por importantes acontecimentos. Entre os eventos, teve espe-

---

[238] O primeiro consulado brasileiro em Xangai foi criado pelo Decreto nº 8.096 de 15 de julho de 1910, sob a Presidência de Nilo Peçanha.
[239] Cf. Relatório 1985. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1985, p. 15-16.
[240] "Brasil/China. Discurso do Deputado Ulysses Guimarães". Telegrama da Embaixada do Brasil em Pequim para Exteriores. Of00742 – 72300, 08/12/85.

O Brasile a China-10.indd 109 25/3/2008 00:36:19

cial destaque a visita do Presidente José Sarney, precedida pela do Chanceler brasileiro e pelo Ministro do Exército, à República Popular da China.

A visita do Ministro das Relações Exteriores brasileiro à China, ocorrida em abril-maio de 1988, atendeu a convite que lhe fora formulado, em outubro de 1987, pelo Vice-Chanceler da RPC, Sr. Zhu Qizhen, que se encontrava em Brasília para presidir uma reunião de Embaixadores chineses na América Latina. Na oportunidade de sua visita, o Ministro Roberto de Abreu Sodré chefiou a delegação brasileira composta para a Segunda Reunião de Consultas Políticas Bilaterais. Durante a reunião, os Chanceleres dos dois países passaram em revista as principais áreas do relacionamento bilateral, dentre as quais, com destaque, a cooperação científica e tecnológica, comercial e temas da atualidade internacional. Foram trocados documentos sobre o acordo de pesquisa e produção conjunta de satélites de recursos terrestres, inaugurando a cooperação na área espacial [241].

Por sua vez, o Ministro do Exército brasileiro visitou a China em junho do mesmo ano, tendo por objetivo manifestar politicamente, e em alto nível, o interesse do Exército brasileiro em estabelecer vínculos de amizade com o Exército Popular de Libertação da China e de transmitir o propósito de cooperação para eventual transferência de tecnologia entre as duas partes, com vistas ao desenvolvimento das respectivas indústrias bélicas [242].

Por fim, a viagem do Presidente José Sarney à China ocorreu entre os dias 3 e 8 de julho de 1988, a convite do Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros Chinês, Zhu Qizhen, por ocasião de sua passagem por Brasília, em julho de 1986. Fizeram parte da comitiva do Presidente Sarney, composta para a viagem à China, os Ministros da Aeronáutica, de Ciência e Tecnologia, da Reforma Agrária e da Irrigação.

A presença do Presidente José Sarney na China confirmou a intensidade que as relações bilaterais vinham adquirindo desde o início da década de 1980, sendo o auge do longo processo de preparação que combinou a visita do Ministro das Relações Exteriores brasileiro, Roberto de Abreu Sodré, ocorrida em abril de 1988, com um dinâmico intercâmbio de missões e visitas de autoridades, "exatamente na mesma linha do que sucedera na preparação da visita do presidente Figueiredo, em 1984" [243]. Ademais, a viagem à China – juntamente com a que o Presidente Sarney faria à URSS três meses mais tarde, entre 17 e 21 de outubro de 1988, e a que pretendia fazer à Índia, mas fora adiada – fez parte do projeto de estreitar relações com países do "mesmo nível" do Brasil, os quais eram tidos como objetivos prioritários da diplomacia brasileira, fora da América do Sul, além de indicar a autonomia que o país desejava manter frente aos Estados Unidos [244].

---

[241] Cf. Gabinete de Imprensa do Conselho de Estado da República Popular da China. *China-Brasil*. Pequim: China Intercontinental Press, 2004, p. 13.
[242] Cf. Relatório 1988. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1988. p. 29-33.
[243] Cf. Danese, Sérgio. *Diplomacia Presidencial: história e crítica*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999, p. 382-383.
[244] Cf. Danese, Sérgio. *Diplomacia Presidencial: história e crítica*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999, p. 382-383.

O Brasile a China-10.indd 110 25/3/2008 00:36:19

Em encontro mantido com o Presidente José Sarney, a 5 de julho de 1988, Deng Xiaoping, então presidente da Comissão Militar Central do Partido Comunista, reconheceu a existência de semelhanças de posição e responsabilidade histórica entre o Brasil e a China, devendo ambos os países, por isso, continuar a complementar-se e trocar experiências positivas para uma boa cooperação bilateral. O pertencimento comum ao Terceiro Mundo foi igualmente relembrado na ocasião e visto como fator de fortalecimento da relação: "Devemos empreender esforços, a fim de dar contribuições ao mundo. Para isso, os países do Terceiro Mundo devem intensificar a cooperação entre si" [245].

Em discurso proferido na Universidade de Pequim, por ocasião do recebimento do título de Doutor *Honoris Causa* das mãos do reitor Ding Shisun [246], o Presidente José Sarney enfatizou características e interesses comuns que dominavam a relação naquele momento:

> A China e o Brasil, devido a características próprias em termos de espaço, recursos naturais e população, são países em desenvolvimento que dispõem como poucos da capacidade de dominar uma vasta gama de elementos do sistema técnico contemporâneo. Nossos países já se lançaram à conquista dos setores estratégicos de alta tecnologia: energia nuclear, foguetes e vetores de lançamento, indústria aeronáutica, telecomunicações, biotecnologia, microeletrônica e outros mais. Brasil e China são países semelhantes: território, produção industrial, inconformidade com o imobilismo, certeza do nosso espaço, recursos naturais e humanos [247].

Durante a visita do Presidente Sarney à China, vários acordos e convênios foram assinados entre os Governos dos dois países, que abriram oportunidades de cooperação científica e tecnológica nas áreas de transportes, tecnologia industrial, fármacos e medicina tradicional, energia elétrica, assistência social, assim como pesquisa e produção de satélite de sensoriamento remoto [248].

---

[245] Cf. Gabinete de Imprensa do Conselho de Estado da República Popular da China. *China-Brasil*. Pequim: China Intercontinental Press, 2004, p. 14.
[246] Cf. Gabinete de Imprensa do Conselho de Estado da República Popular da China. *China-Brasil.* Pequim: China Intercontinental Press, 2004, p. 80.
[247] "Ciência e Tecnologia: patrimônio de todos – um alerta contra a utilização econômica do saber". Palestra proferida pelo Presidente José Sarney na Universidade de Pequim, in *Resenha de Política Exterior do Brasil*, número 58, julho, agosto e setembro de 1988, p. 7-13.
[248] Foram os seguintes os oito documentos assinados durante a visita presidencial: Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica sobre Cooperação no Campo da Pesquisa Científica e Desenvolvimento Tecnológico no Setor de Transportes; Protocolo de Cooperação na Área de Tecnologia Industrial; Acordo Consular; Convênio de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Brasil e a China na Área de Fármacos destinados ao combate a grandes epidemias; Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Brasil e a China, em Matéria de Energia Elétrica, incluindo a Energia Hidrelétrica; Memorandum de Entendimento para a Cooperação no Campo da Assistência Social entre a Fundação Legião Brasileira de Assistência e a 'China Association for SOS Children Village'; Convênio entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da RPC sobre Cooperação no Domínio da Medicina e dos Fármacos Tradicionais; Acordo

O Brasile a China-10.indd 111 25/3/2008 00:36:20

Nos contatos paralelos mantidos entre o Ministro da Aeronáutica e o seu homólogo chinês, a RPC deixou transparecer o fato de estar disposta a se relacionar crescentemente com o Brasil como meio de contrabalançar as restrições à aquisição de tecnologia avançada impostas pelos países desenvolvidos.

Logo após a viagem do Presidente Sarney à China, o governo brasileiro procurou reforçar os pilares da relação, autorizando o primeiro Adido Militar brasileiro a assumir suas funções em Pequim, em agosto de 1988. Completou-se, assim, o processo iniciado em fevereiro de 1987, com a assinatura do Decreto nº. 94.046, que criou a referida adidância.

As relações políticas do Brasil com a China, a partir da segunda metade de 1989, foram marcadas pelos "eventos de Tiananmen". Tais eventos foram recebidos na América Latina de forma negativa, semelhante ao restante do Mundo. Como resposta à repercussão internacional dos acontecimentos na "Praça Tiananmen" de junho de 1989, o vice-ministro das Relações Exteriores da RPC, Liu Hua-chiu, seguido do presidente Yang Shang-Kun efetuaram um périplo pela região, a partir de fevereiro de 1990, tendo mantido contatos com os cinco países considerados mais importantes do continente – México, Brasil, Uruguai, Argentina e Chile, além de Antígua e Barbuda, Guiana, Suriname e Trinidad e Tobago. No México, o presidente da RPC anunciou os "quatro princípios" sobre os quais apoiar as relações entre a China e a América Latina: relações de amizade e de cooperação com todos os Estados, incluindo aqueles que não reconhecessem a China; desenvolvimento de cooperação econômica e tecnológica; respeito às tradições e aos valores de cada país; esforços comuns para uma nova ordem internacional [249].

Evolução das relações comerciais bilaterais

Logo no início da década de 1980, entre os dias 04 e 07 de março, ocorreu em Pequim a I Reunião da Comissão Mista Brasil-China, a qual serviu para que fosse feito um primeiro balanço das trocas comerciais realizadas entre os dois países, e apresentadas propostas para o bom desenvolvimento das relações comerciais ao longo da década [250]. Constaram da agenda da I

---

de Intercâmbio Noticioso entre as Agências EBN e XINHUA e Protocolo sobre Pesquisa e Produção de Satélite de Recursos da Terra sino-brasileiro. Cf. Relatório 1988. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1988. p. 29-33.

[249] "Brasil acompanha conflitos na China". Notas de 5 de junho de 1989, in *Resenha de Política Exterior do Brasil*, número 61, abril, maio e junho de 1989, p. 103.

[250] A Reunião da Comissão Mista ocorreu em cumprimento ao disposto no Acordo Comercial assinado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China em janeiro de 1978. Participaram desta reunião a Delegação Chinesa, chefiada pelo Sr. Sun Suochang, Diretor Geral do 3° Departamento do Ministério do Comércio Exterior e a Delegação do Brasil chefiada pelo Ministro Marcos Castrioto de Azambuja, Chefe do Departamento da África, Ásia e Oceania do Ministério das Relações Exteriores. O Ministro do Comércio Exterior da China, Sr. Li Qiang, entrevistou-se com todos os membros da Delegação Brasileira. Durante sua estada em Beijing, o Ministro Marcos Castrioto de Azambuja

O Brasile a China-10.indd 112 25/3/2008 00:36:20

Reunião da Comissão Mista Brasil-RPC, dentre outros pontos: i) análise da pauta do comércio bilateral; ii) prosseguimento das vendas; iii) apresentação de novas propostas para o incremento do comércio bilateral. Inseridas no quadro da I Reunião Mista Comercial, foram igualmente realizadas diversas reuniões referentes às trocas de produtos entre o Brasil e a China [251].

Nas reuniões relativas à pauta comercial bilateral, destacaram-se os debates sobre os seguintes temas: i) aumento da oferta de algodão brasileiro; ii) preço do açúcar brasileiro; iii) concorrência da soja norte-americana; iv) qualidade de sisal e cacau brasileiros; v) estabelecimento de *joint venture* para exploração de madeira brasileira. Nas reuniões paralelas, foram também debatidos os seguintes temas: i) transporte de minérios e produtos siderúrgicos brasileiros para a China; ii) participação da Petrobrás na prospecção de petróleo em território chinês; iii) fornecimento de carvão chinês ao Brasil; iv) déficit chinês no comércio com o Brasil.

As expectativas de venda do algodão brasileiro para a China foram apontadas, em 1980, como sendo promissoras em virtude, particularmente, do aumento da safra e estoques do algodão brasileiro e da prioridade dada pelo governo chinês ao desenvolvimento da indústria têxtil. O panorama algodoeiro havia mudado no Brasil desde então, em grande parte graças à política de incentivos do governo brasileiro ao setor agrícola, abrindo a possibilidade, por sua vez, de incremento das exportações [252].

Durante encontro paralelo à I Reunião Mista Comercial, foi proposta a renovação do contrato de fornecimento de açúcar brasileiro à RPC, cuja aceitação dependia de a parte brasileira vir a oferecer condições extremamente competitivas, para não dizer especiais, tendo em vista o alto custo do frete para aquele país. Quanto ao óleo de soja, não havia sido possível impedir que grande parte das importações, nos últimos anos, fosse transacionada por via

---

entrevistou-se com o Sr. Zhang Wenjing, Vice-Ministro das Relações Exteriores, com o Sr. Zhou Erfu, Vice-Ministro dos Assuntos Culturais, com o Sr. Qin Lisheng, Sub-Secretário Geral da Academia de Ciências da China e com o Sr. Zhang Qi, Sub-Diretor Geral do Terceiro Departamento do Ministério das Relações Econômicas com Países Estrangeiros. Cf. "Comissão Mista Brasil-RPC. Ata Final". Telegrama Ostensivo da Embaixada em Pequim para Exteriores, Azambuja. OF00132 - 70500, 08/03/80.

[251] Paralelamente às reuniões da Comissão Mista, os membros da Delegação brasileira mantiveram contatos com o Ministério da Indústria do Petróleo, Ministério de Obras Hidráulicas, Ministério das Comunicações, Banco da China, Minmetals, Ministério de Energia Elétrica, Corporação Nacional Chinesa para Importação e Exportação de Produtos Químicos (Sinochem) e Corporação de Transportes Marítimos. Cf. "Comissão Mista Brasil-RPC". Telegrama Ostensivo da Embaixada em Pequim para Exteriores. OF00105 - 31700, 04/03/80. "1ª Reunião da Comissão Mista Brasil-RPC. Contatos Paralelos". Telegrama Ostensivo da Embaixada em Pequim para Exteriores. OF00111 - 41900, 05/03/80.

[252] Tais informações foram fornecidas durante reunião com os representantes brasileiros Lúcio Bello de Almeida Neves (Ministério da Agricultura), Renato Magalhães Silveira (Petrobrás) e Conselheiro Sérgio Serra, após o interlocutor chinês, Ma Yaozeng, da Chinatex (Corporação de importação e exportação de têxteis), ter informado que uma missão chinesa estivera no Brasil (em março de 1979) e não conseguira concretizar negócios devido às dificuldades de abastecimento do mercado interno brasileiro. Cf. "I Reunião da Comissão Mista Brasil-RPC. Contatos Paralelos. Chinatex. Algodão". Telegrama Confidencial da Embaixada em Pequim para Exteriores. OF00126 - 60100, 10/03/80.

O Brasile a China-10.indd 113 25/3/2008 00:36:21

de intermediários de terceiros países [253]. Por sua vez, a razão principal para que a China não importasse grandes quantidades de soja em grão em 1980 foi a boa safra local, já estando o déficit de consumo coberto por importações contratadas nos Estados Unidos [254].

As importações de sisal realizadas do Brasil em 1979 foram consideradas pouco satisfatórias, alegando os chineses que as especificações quanto à qualidade e ao peso do produto exportado não correspondiam ao que fora estipulado nos contratos, o que ensejou reclamação da corporação importadora *China National Native Produce and Animal By-Products Import and Export Corporation* – Chinatuhsu. Do mesmo modo, o lado chinês assinalou certa degeneração na qualidade do cacau brasileiro importado.

Os chineses confirmaram a vontade em continuar a adquirir madeira e celulose brasileiras, assim como em estabelecer uma *joint venture* para exploração de madeira. Na Corportação Chinatuhsu, o lado brasileiro expôs os planos governamentais de aproveitamento dos recursos madeireiros de áreas a serem alagadas por hidrelétricas da bacia amazônica, particularmente Tucuruí. O representante da Chinatuhsu, embora lamentasse a proibição em vigor no Brasil quanto à exportação de madeira em bruto, manifestou-se interessado em manter contato com vistas a examinar as possibilidades de importação ou exploração conjunta dos recursos madeireiros em apreço [255].

Em termos gerais, transporte de alto custo, infra-estrutura deficitária e produtos com preços pouco competitivos foram apontados como sérios empecilhos à expansão do comércio nos setores de minérios e produtos siderúrgicos. Em particular, identificou-se o preço do frete como sendo o principal entrave no aumento ou mesmo manutenção do fornecimento à China de minério de ferro brasileiro. A melhoria dos portos chineses para aceitar navios de grande porte também era aguardada, a qual resolveria em ampla medida o problema de transporte. Da parte chinesa, foi oferecido um novo porto para a descarga de minérios de ferro, o qual aguardava-se operacional para o final de 1981.

---

[253] "I Reunião da Comissão Mista Comercial Brasil-RPC. Contatos Paralelos. Ceroilfood". Telegrama Confidencial da Embaixada em Pequim para Exteriores. OF00130 - 61700, 08/03/80.

[254] Em contato realizado paralelamente à reunião da Comissão Mista, parte da Delegação brasileira – Conselheiro Sérgio Serra e Senhores Lúcio Neves (Agricultura), Renato Silveira (Petrobrás – Interbrás) e Paulo Roberto Nicolli (Planejamento) – esteve na CEROILFOOD (China National Cereals Oils and Foodstuffs Import and Export Corporation) em entrevista com o Gerente-Adjunto do Departamento de Importação, Pu Chin Sin, e outros assessores especializados daquele órgão. Cf."I Reunião da Comissão Mista Comercial Brasil-RPC. Contatos Paralelos. Ceroilfood". Telegrama Confidencial da Embaixada em Pequim para Exteriores. OF00130 - 61700, 08/03/80.

[255] O representante do Ministério da Agricultura, Senhor Lúcio Neves, e da Petrobrás, Renato Silveira (pela Interbrás), juntamente com o Conselheiro Sérgio Serra, mantiveram contato na Chinatuhsu (China National Native Produce and Animal By-Products Import and Export Corporation) com o Senhor Gong Jinghai, gerente do Departamento de Importação daquele órgão. Cf. "I Reunião da Comissão Mista Comercial Brasil-RPC. Contatos Paralelos. Chinatuhsu". Telegrama Confidencial da Embaixada em Pequim para Exteriores. OF00129 - 61600, 08/03/80.

O Brasile a China-10.indd 114 25/3/2008 00:36:21

Em decorrência da desaceleração de seu programa em matéria siderúrgica, o governo chinês prontificou-se em reservar ao Brasil parte das importações de minério de ferro e produtos siderúrgicos, em particular pela compra de quatro tipos de produtos, a saber: barras de aço, perfilados, folhas de flandres e placas galvanizadas. E, apesar do preço brasileiro, considerado alto, os chineses confirmaram interesse em comprar, em 1980, a mesma quantidade de minério importada no ano anterior (750 mil toneladas) [256].

Em reunião com representantes brasileiros [257], a Corporação Nacional Chinesa de Importação e Exportação de Metais e Minerais informou que, no concernente à diminuição das importações de aço por parte da RPC observada em 1980, tal fato ocorreu devido ao período de reajustamento por que passava a economia chinesa. Um possível fornecimento de carvão chinês ao Brasil foi debatido igualmente, mas o assunto tornou-se inviável, dentre outras razões, pelas precárias condições das ferrovias transportadoras de carvão na China. Segundo representantes da Corporação chinesa, para resolver o problema do transporte, estavam sendo previstos melhoramentos nos portos e a construção de duas novas ferrovias, com planos de operação para 1984/85.

Por sua vez, o fornecimento dos serviços da Petrobrás de prospecção e exploração de petróleo não era ainda viável, tendo o representante do Ministério do Petróleo, You Dehua, informado que, naquele momento, as autoridades chinesas aguardavam o recebimento de interpretações de estudos geológicos. A *China National Oil and Gás Exploration and Development Corporation* - CODECGO esperava ter em mãos as interpretações dentro dos prazos contratuais e pretendia iniciar os processos de licitação logo nos primeiros meses de 1981. Mencionou-se que a preocupação chinesa consistia em ajustar a reserva e a produção – a demanda interna estava em crescimento, em virtude dos planos de desenvolvimento prioritário da indústria leve –, confirmando a estimativa de produção para 1980 em 2,2 milhões de barris por dia.

Após quase seis anos desde a aproximação diplomática, e ao final da I Reunião Mista Comercial, responsáveis brasileiros e chineses manifestaram sua satisfação quanto ao rápido crescimento das relações comerciais bilaterais, tendo o valor total do comércio bilateral atingido, em 1980, aproximadamente US$ 300 milhões. O contato freqüente entre brasileiros e chineses e a exploração de identidades e interesses comuns, por intermédio do intercâmbio de muitas delegações, inclusive de alto nível, foram vistos como fatores responsáveis pela natural expansão do comércio bilateral e mapeamento de

---

[256] Cf. "I Reunião da Comissão Mista Brasil-RPC. Contatos Paralelos. Siderbrás e CVRD". Telegrama Confidencial da Embaixada em Pequim para Exteriores. OF00128 - 60300, 07/03/80.

[257] Estiveram presentes na reunião com oficiais chineses da Corporação Nacional Chinesa de Imp. e Exp. de Metais e Minerais, em março de 1980, os Senhores Hélio Sérgio de Oliveira Vilaca, da Siderbrás, e Armando de Oliveira Santos, da Companhia Vale do Rio Doce, os quais foram recebidos pelo Sr. Chen Wendong, Sub-Gerente Geral da referida corporação chinesa. Cf."I Reunião da Comissão Mista Brasil-RPC. Contatos Paralelos. Siderbrás e CVRD". Telegrama Confidencial da Embaixada em Pequim para Exteriores. OF00128 - 60300, 07/03/80.

O Brasile a China-10.indd 115 25/3/2008 00:36:21

novas áreas de cooperação. Por sua vez, o Acordo de Comércio de 1978 e o Convênio sobre Transportes Marítimos de 1979, este último assinado entre os dois países durante a visita oficial que o Vice-Primeiro Ministro Kang Shien realizou ao Brasil, foram apontados como tendo proporcionado uma moldura institucional adequada para o incremento do intercâmbio bilateral.

Os obstáculos a enfrentar na tarefa de fazer prosperar o comércio podem ser assim resumidos: i) dificuldade brasileira em assumir altos custos do frete de longa distância e em ofertar produtos com preços competitivos; ii) dificuldade chinesa em apresentar pedido de encomenda com suficiente antecedência; iii) necessidade chinesa de ajustar programa de reforma econômica e de efetuar melhorias na infra-estrutura portuária e ferroviária; iv) e déficit chinês acumulado de aproximadamente 250 milhões de dólares, de 1974 a 1979, no comércio com o Brasil.

Para tentar reverter o desequilíbrio na balança comercial, foram propostas as seguintes medidas: i) diversificar a pauta de produtos comercializados, pela apresentação de lista com sugestão de itens a serem intercambiados; ii) aumentar a troca de missões comerciais, especialmente voltadas para a pesquisa do mercado importador dos dois países. Tendo assegurado a pronta consideração dos pontos indicados, o lado brasileiro entregou ainda ao lado chinês uma lista preparada pela Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil – CACEX [258], contendo relação de produtos originários e procedentes da RPC, cuja importação, temporariamente suspensa pelas autoridades brasileiras, havia sido liberada a partir de outubro de 1979 [259].

Congratularam-se as partes, por fim, pela assinatura de acordo referente à oferta feita pelo Banco do Brasil ao Banco da China de Linha de Crédito de US$ 100 milhões, a ser utilizado pela parte chinesa, inclusive no financiamento de importações de bens e serviços provenientes do Brasil [260].

No que tange à representação do Banco do Brasil na RPC, solicitada na mesma ocasião, foi indicado que, até aquela data, apenas o Banco de Tóquio contava com um escritório de representação em Pequim, autorização dada em caráter de absoluta excepcionalidade. Embora a parte brasileira já estivesse preparada para entregar aos chineses um 'formulário' de praxe, a hipótese de um escritório em Pequim e/ou em Shanghai, explicitamente abordada com o Banco da China, foi postergada para ocasião em que se constatasse um

---

[258] A Carteira de Comércio Exterior (Cacex) foi criada em 29 de dezembro de 1953, através da Lei n° 2.145, em substituição à antiga Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil, instalada em 21 de maio de 1941. À Cacex, cabia, entre outras atribuições, a emissão de licenças de importação e o estabelecimento de sobretaxas de câmbio. Disponível em: <http://www.bb.com.br/appbb/portal/ri/ret/HistoriaBB.jsp>. Acesso em: 23/10/2006.

[259] Cf. "Comissão Mista Brasil-RPC". Telegrama Confidencial da Embaixada em Pequim para Exteriores. OF00112 - 41930, 05/03/80.

[260] No esquema de contatos paralelos à I Reunião da Comissão Mista Brasil-RPC, os conselheiros Pedro Paulo Pinto Assumpção e Lauro Barbosa Moreira e o Sr. César Dantas Bacelar Sobrinho, do Banco do Brasil S.A, mantiveram entrevistas com a direção do Banco da China, representado pelo Sr. Che Pei-Qin, Diretor do Departamento Internacional, assessorado pelos Srs. Chiao Yuan Wei e Zhen Ming-Yien. Cf. "Comissão Mista Brasil-RPC. Ata Final". Telegrama Ostensivo da Embaixada em Pequim para Exteriores. OF00132 - 70500, 08/03/80.

O Brasile a China-10.indd 116 25/3/2008 00:36:22

mínimo de amadurecimento da cooperação direta com o Banco da China, tanto por meio do vínculo de correspondência, anteriormente estabelecido, quanto de linha de crédito, naquele momento assinada [261].

Em uma avaliação sobre o andamento dos contatos comerciais bilaterais, o Embaixador brasileiro em Pequim, Aluízio Napoleão de Freitas Rego, atentou para o fato de a reação da parte chinesa ter sido caracterizada, quase sempre e até aquele momento, por demonstrações de interesse inicial. Por outro lado, tal interesse, até configurar-se concretamente no fechamento de contratos, normalmente exigia demorado processo de maturação e um acompanhamento sistemático por parte dos interessados. Asseverava o Embaixador que a passagem meteórica de missões comerciais exploratórias por Pequim, sem adequado "follow-up", suscitava interesse que tendia a diluir-se rapidamente, caso não fosse adequadamente alimentado em bases regulares [262].

A partir de 1981, afora os enormes gastos com a aquisição de petróleo, outros dois elementos explicavam as dificuldades de expansão do comércio bilateral: as reformas na política econômica chinesa e a crise econômica internacional. Preocupado com o crescimento da dívida externa do país, o Governo chinês refreou as importações e, pressionado pela crise econômica mundial, impôs um corte drástico nas compras externas, que passaram de US$17,34 bilhões para US$9,92 bilhões. Outro fator tido em grande parte como limitador das vendas brasileiras foi debitado à distância e ao desconhecimento de hábitos e realidades da China. Visitas oficiais, comissões mistas de comércio, seminários e feiras comerciais foram promovidos ao longo daqueles anos, na tentativa de superar tais dificuldades [263].

Em 1982, durante a II Reunião da Comissão Mista Comercial Brasil-China, os esforços para aumentar os laços comerciais bilaterais se deram pela inauguração, em Pequim, de escritórios de representação do Banco do Brasil, da Braspetro e de um grupo de empresas brasileiras coordenadas pelo Brasilinvest. O Governo brasileiro concedeu, por sua vez, autorização para a criação de escritórios comerciais da China nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, ficando assegurada reciprocidade de tratamento, no momento em que o Governo brasileiro julgasse conveniente tomar iniciativa semelhante [264].

---

[261] "I Reunião da Comissão Mista Brasil-RPC. Assuntos Financeiros. Banco do Brasil S/A". Telegrama Confidencial da Embaixada em Pequim para Exteriores. OF00116 - 42130, 05/03/80.

[262] "Política. Comércio. Brasil-RPC. Comissão Mista. I Reunião de Avaliação. Missão do Brasilinvest". Telegrama Confidencial da Embaixada em Pequim para Exteriores. OF00251 - 31700, 13/05/80.

[263] "Pronunciamento do Sr. Tomaz Coelho, Deputado Federal - PMDB-CE", in *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, 18 de maio de 1984, p. 3869-3870.

[264] "Lu Xuzhang participa da II Reunião da Comissão mista comercial Brasil-China" – Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 8 de março de 1982, por ocasião da sessão de abertura da II Reunião da Comissão Mista Comercial Brasil-China", in *Resenha de Política Externa*, nº 32, janeiro, fevereiro e março de 1982, p. 115-116.

O Brasile a China-10.indd 117 25/3/2008 00:36:22

Durante a visita do Presidente Figueiredo à China, ocorrida em maio de 1984, foi proposto um Protocolo Adicional ao Acordo de Comércio de 1978, contendo uma lista indicativa de produtos a serem fornecidos pelo Brasil, enfatizando, sobretudo, aproximadamente setenta e quatro produtos não-tradicionais. As autoridades chinesas concordaram com o conceito do protocolo, baseado no propósito comum de ampliar e diversificar o comércio bilateral, dispondo-se, por seu lado, a fornecer sua própria lista indicativa, também inclusa no Protocolo Adicional assinado naquela ocasião [265].

No período de 3 a 6 de dezembro de 1984 realizou-se, em Pequim, a III Reunião da Comissão Mista Comercial Brasil-China [266]. Durante a reunião, ambas as delegações analisaram a situação econômica e comercial dos seus países, bem como as respectivas políticas econômicas, e recordaram o desenvolvimento das relações econômicas e comerciais bilaterais desde a realização da II Reunião da Comissão Mista, especialmente após a visita à China do Presidente João Figueiredo, e as visitas do Ministro da Fazenda, Sr. Ernane Galveas, e do Ministro das Minas e Energia, Sr. César Cals de Oliveira Filho.

Durante a referida reunião, a delegação brasileira manifestou sua satisfação pelo esforço chinês para equilibrar a balança comercial e aumentar as importações do Brasil e a delegação chinesa, por sua vez, demonstrou seu apreço pelo empenho brasileiro em aumentar suas compras na China e pela política de liberalização progressiva das importações. A fim de permitir a concretização das metas de intercâmbio, a parte chinesa apresentou uma relação tentativa de produtos que a RPC se dispunha a exportar para o Brasil e de outros que estava disposta a importar do Brasil [267].

A Delegação brasileira manifestou sua disposição de intensificar relações comerciais com a China nos seguintes setores: mineração e metalurgia, papel e celulose; fios e fibras sintéticas; produtos químico-farmacêuticos e equipamento médico-hospitalar. A Delegação brasileira demonstrou ainda interesse em aumentar a cooperação econômica com a China nos seguintes setores: petrolífero (por meio do estabelecimento de *joint-ventures* com vistas à fabricação de equipamento petrolífero, inclusive plataformas para exploração de petróleo *off shore*); agrícola e madeireiro (por meio de investimentos diretos e constituição de *joint-ventures* para exploração e transformação de recursos florestais brasileiros); hidrelétrico (por meio da prestação de serviços de consultoria e engenharia em áreas de geração de energia e transmissão

---

[265] Cf. "Pronunciamento do Sr. Diogo Nomura, Deputado Federal - PDS-SP", in *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, 29 de junho de 1984, p. 6728-6730.

[266] A Delegação chinesa foi chefiada pelo Sr. Liu Zepu, Diretor-Geral do 3º Departamento do Ministério das Relações Econômicas e Comércio Externo, e a Delegação brasileira pelo Ministro Sérgio Paulo Rouanet, Chefe do Departamento da Ásia e Oceania do Ministério das Relações Exteriores. O Sr. Zhen Tuobin, Vice-ministro das Relações Econômicas e Comércio Externo da China, recebeu os membros da Delegação do Brasil e com eles manteve conversações amistosas. Cf. "Comissão Mista Comercial Brasil-China. III Reunião. Ata final". Telegrama da Embaixada do Brasil em Pequim para Exteriores. Of00777 – 071100, 08/12/84.

[267] Cf. "Comissão Mista Comercial Brasil-China. III Reunião. Ata final". Telegrama da Embaixada do Brasil em Pequim para Exteriores. Of00777 – 071100, 08/12/84.

O Brasile a China-10.indd 118 25/3/2008 00:36:23

de alta e extra-alta tensão; prestação de serviços de gerenciamento e assessoria na construção de usinas geradoras, subestações e linhas de transmissão, fornecimento e montagem de equipamentos, cooperação em terceiros países e formação de pessoal); serviços (por meio do fornecimento de serviços de consultoria e engenharia para programa de modernização e ampliação de portos chineses, inclusive terminais de minério; e por meio do fornecimento de serviços a pequenas e médias empresas chinesas, em especial dos ramos de cimento, materiais de construção, têxtil e de alimentos); e informática (por meio da associação entre empresas dos dois países para o desenvolvimento da cooperação em áreas de interesse mútuo) [268].

Em 1985, em sinal de demonstração do interesse chinês, mais de 30 missões comerciais da RPC visitaram o Brasil para consultar operações comerciais [269]. Por sua vez, a 'Inbraphil – Indústrias Brasileiras Philips Ltda' concluiu, com a República Popular da China, entendimentos para a assinatura de um contrato de exportação, até 1987, de quatro milhões de cinescópios para televisores em preto e branco, no valor de, aproximadamente, US$ 50 milhões [270]. Em setembro de 1985, a Petrobrás-Interbrás inaugurou um escritório de representação em Pequim. Na ocasião, o presidente da Petrobrás, Hélio Beltrão, e os vice-presidentes da Braspetro e da Interbrás foram recebidos em audiência pelo Primeiro-ministro Zhao Zyang, bem como por Chen Muhua, presidente do Banco da China e Membro do Conselho de Estado. A Delegação brasileira foi ainda homenageada pelo Ministro das Relações Econômicas e Comércio Exterior, assim como pelos presidentes da *China National Chemicals Import and Export Corporation* (Sinochen) e da *National Offshore Oil Corporation* [271].

Em 1987, foram realizadas, do lado chinês, cerca de 70 visitas de missões oficiais ao Brasil, cobrindo as mais variadas áreas da economia. O Brasil também enviou missões à China, em número mais reduzido; foi sensível, entretanto, o aumento de interesse de instituições brasileiras pela experiência chinesa.

A delegação da 'Shenzhen Petroleum Chemical Industrial Corporation', esteve no Brasil em outubro de 1988 com o objetivo de finalizar negociações com a Braspetro, relativas à implantação de uma refinaria e um complexo petroquímico na Província de Shenzhen. No que concerne às missões brasileiras à China, registrou-se, em maio de 1988, uma missão chefiada por Otacílio de Miranda, Diretor do Grupo SIDERBRÁS, e integrada por representantes da COSIPA, USIMINAS, e CSN. O objetivo da missão foi discutir o fornecimento de aços planos para a RPC, em negociações com a 'China National

---

[268] Cf. "Comissão Mista Comercial Brasil-China. III Reunião. Ata final". Telegrama da Embaixada do Brasil em Pequim para Exteriores. Of00777 – 071100, 08/12/84.
[269] Cf. Relatório 1985. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1985. p. 15-16.
[270] "Pronunciamento do Sr. Francisco Amaral, Deputado Federal - PMDB-SP", in *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, 13 de março de 1985, p. 0867.
[271] Cf. "Comércio. Brasil-China. Visita do Presidente da Petrobrás. Inauguração de Escritório". Telegrama da Embaixada do Brasil em Pequim para Exteriores. Of00573 – 21550, 30/09/85.

O Brasile a China-10.indd 119 25/3/2008 00:36:23

Metals/Minerals Export/Import Corporation' (MINMETALS). Alguns meses depois, dando seqüência a tais negociações, foi assinado, durante a visita de Manoel Moacélio de Aguiar Mendes e Fernando Paschoal Guerra, respectivamente Presidente e Diretor de Desenvolvimento da SIDERBRÁS, o Acordo Comercial entre a SIDERBRÁS e a MINMETALS, para fornecimento à China de 300 mil toneladas de aço em 1989 e 340 mil toneladas em 1990. Foi igualmente assinado, na ocasião, um Protocolo de intenção entre a SIDERBRÁS, a 'China National Coal Import and Export Corporation' e a MINMETALS, pelo qual a parte brasileira manifestou seu interesse em importar da China 300 mil toneladas de carvão metalúrgico em 1989 e 400 mil toneladas, em 1990 [272].

Balança comercial

Até 1979, o saldo na balança de comércio entre os dois países era sensivelmente favorável ao Brasil. A partir de 1980, porém, as importações de petróleo chinês fizeram pender a balança para o outro lado, permitindo à China obter superávits em suas trocas com o Brasil durante quatro anos consecutivos.

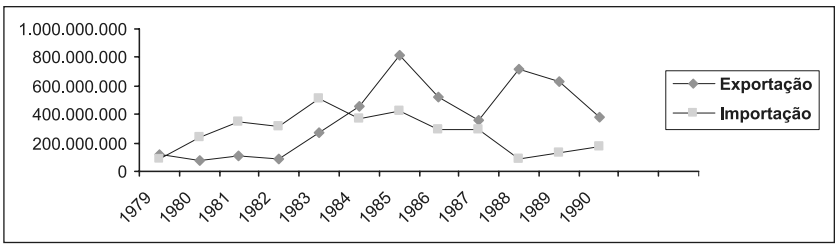


Gráfico 4. Evoução do Comércio Brasil-China - 1979-1990
Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – Siscomex.

[272] Cf. Relatório 1988. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1988. p. 29-33.

O Brasile a China-10.indd 120 25/3/2008 00:36:26

Tabela 4
COMÉRCIO BRASIL-CHINA - 1979-1990 (US$ FOB)

Ano	Exportação	Importação	Saldo	Corrente
	U.S. F.O.B.	U.S. F.O.B.	U.S.F.O.B	U.S.F.O.B.
1979	118.333.821	83.853.382	34.480.439	202.187.203
1980	72.225.678	244.142.180	-171.916.502	316.367.858
1981	104.021.721	349.792.081	-245.770.360	453.813.802
1982	92.073.672	312.186.090	-220.112.418	404.259.762
1983	270.320.573	505.462.671	-235.142.098	775.783.244
1984	453.110.902	365.315.454	87.795.448	818.426.356
1985	817.563.625	418.563.796	398.999.829	1.236.127.421
1986	517.305.709	289.037.092	228.268.617	806.342.801
1987	361.533.439	297.502.027	64.031.412	659.035.466
1988	718.484.822	82.914.476	635.551.414	801.380.366
1989	628.341.233	128.002.490	500.338.743	756.343.723
1990	381.803.845	168.792.327	213.011.518	550.596.172
Total	4.535.119.040	3.245.564.066	1.289.536.042	7.780.664.174

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – Siscomex. http://www.mdic.gov.br

Desde 1983, a RPC transformou-se no segundo maior mercado asiático para as exportações brasileiras. O volume total do comércio, nas duas direções, passou de cerca de US$134 milhões, em 1978, para aproximadamente US$775 milhões, em 1983. Após os valores recordes atingidos em 1985, quando a corrente de comércio atingiu índice superior a US$1,2 bilhão, graças às vendas de petróleo chinês (US$400 milhões) e minérios e produtos siderúrgicos brasileiros (US$640 milhões), o comércio sino-brasileiro experimentou significativa queda.

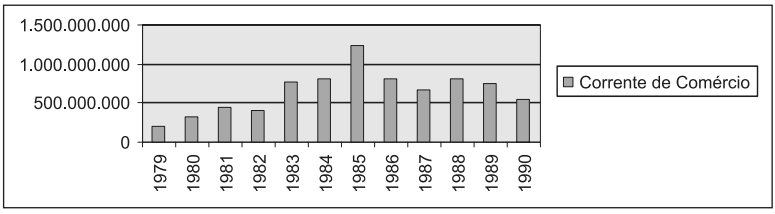


Gráfico 5. Corrente de Comércio Brasil-China - 1979-1990 (US$FOB)
Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – Siscomex. http://www.mdic.gov.br

O Brasile a China-10.indd 121 25/3/2008 00:36:27

O Brasile a China-10.indd 122 25/3/2008 00:36:28

Tabela 5
EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS PARA A CHINA
SEGUNDO SETORES SELECIONADOS - 1979-1990 (US$ FOB)

Descrição	1.979	1.980	1.981	1.982	1.983	1.984	1.985	1.986	1.987	1.988	1.989	1.990
Minérios e siderurgia	49.207.896	-	9.219.008	11.261.037	155.253.483	286.579.388	644.365.029	402.372.497	191.339.262	333.596.960	367.178.599	178.968.529
Prod. Químicos/ Farmac.	-	-	29.129.546	34.871.207	63.874.725	93.775.054	104.062.840	27.078.243	51.950.816	181.547.627	69.572.061	27.121.711
Óleos vegetais	28.652.564	11.652.962	11.827.140	11.690.839	-	11.749	-	31.155.234	45.592.902	39.420.033	112.287.531	124.337.886
Agropecuária	33.125.470	3.198.207	24.673.462	28.511.748	30.214.005	9.636.989	20.578.530	13.885.884	32.909.505	89.702.357	36.643.059	23.236.244
Produtos Têxteis	-	-	28.523.105	1.516.548	12.168.447	40.714.658	14.055.046	15.399.595	9.401.684	28.483.588	13.508.309	13.630.726
Celulose, papel, gráfica	-	-	-	4.010.372	6.393.675	17.084.529	8.031.456	19.789.358	9.962.237	12.761.698	6.153.227	2.460.810
Peças e veículos	-	-	350.529	10.400	98.280	969.609	15.321.566	846.705	8.018.117	9.939.192	10.908.650	6.497.104
Calçados, couros, peles	-	812.909	257.917	760	162	-	2.129.841	517.716	732.543	613.621	620.824	3.102.205
Total 8 setores	110.985.930	15.664.078	103.980.707	91.872.911	268.002.777	448.771.976	808.544.308	511.045.232	349.907.066	696.065.076	616.872.260	379.355.215
Demais setores	-	-	41.014	200.761	2.317.796	4.338.926	9.039.317	6.260.477	11.626.373	22.419.746	11.468.973	2.448.630
Total Geral	110.985.930	15.664.078	104.021.721	92.073.672	270.320.573	453.110.902	817.583.625	517.305.709	361.533.439	718.484.822	628.341.233	381.803.845

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – Siscomex. http://www.mdic.gov.br

De acordo com o Chanceler Abreu Sodré, esta tendência negativa era atribuída a fatores conjunturais, mas havia também razões de caráter permanente para explicar as oscilações sofridas pelo comércio bilateral: "limitações mútuas no que se refere às possibilidades de financiamento das exportações, desconhecimento recíproco em grande número de áreas, dificuldades em matéria de fretes e, principalmente, a concentração excessiva em poucos produtos das respectivas pautas de exportação e importação" [273].

Em 1979, as exportações brasileiras concentraram-se em três grupos de produtos: minérios e siderurgia (44%), agropecuários (30%) e óleos vegetais (26%). Em 1981, estes três grupos (9%, 23% e 11%, respectivamente) cederam espaço na pauta de exportação para produtos têxteis (27%) e químicos e farmacêuticos (28%). A partir de 1981, Brasil e China passaram a efetivar diferentes transações de produtos manufaturados e semi-manufaturados, como chapas de aço e ferro, fios e fibras têxteis sintéticas, óleo de soja em bruto e tubos de aço, dentre outros.

Já em 1983, os minérios e siderurgia despontaram como carros-chefes de exportação, tendo o valor das vendas crescido mais de 13 vezes com relação ao ano anterior, passando a representar 57,4% das exportações naquele ano; os produtos químicos também tiveram um bom desempenho (23,6%), seguidos dos produtos agropecuários (11,2%).

Tabela 6
PARTICIPAÇÃO % DOS PRINCIPAIS PRODUTOS BRASILEIROS EXPORTADOS PARA A CHINA - 1985-1990

	1985	**1986**	**1987**	**1988**	**1989**	**1990**
Minérios e Siderurgia	78,8	77,8	52,9	46,4	58,4	46,8
Químicos e Farmacêuticos	12,7	5,2	14,4	25,3	11,1	7,1
Óleos vegetais	-	6,0	12,6	5,5	17,9	32,6
Agropecuária	2,5	2,7	9,1	12,5	5,8	6,1
Têxteis	1,7	3,0	2,6	4,0	2,2	3,6
Celulose e papel	0,9	3,8	2,7	1,8	1,0	0,7
Peças e veículos	1,8	0,2	2,2	1,4	1,7	1,7
Calçados e couros	0,2	0,1	0,2	0,1	0,1	0,8
Outros	1,4	1,2	3,3	3,0	1,8	0,6

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – Siscomex. http://www.mdic.gov.br

[273] "Palestra pronunciada pelo Ministro das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, perante exportadores e importadores de Xangai, durante sua visita à China", in *Resenha de Política Exterior do Brasil*, número 57, abril, maio e junho de 1988, p. 32-37.

O Brasile a China-10.indd 123 25/3/2008 00:36:29

Por parte dos chineses, foi feito esforço para reduzir seu superávit com o Brasil, o que explica o resultado sem precedentes das vendas brasileiras a partir de 1983 [274].

As exportações brasileiras para a China chegaram a US$817,5 milhões em 1985, caindo em 1986 para US$517,5 milhões e US$334 milhões, no período de janeiro a novembro de 1987. De 1984 a 1985, as vendas de minérios e siderurgia foram elevadas em mais de 120%. Em 1985, a China, ao assinar contratos para importação de 165 mil toneladas de aço plano, avaliados em aproximadamente US$42,5 milhões, transformou-se no principal comprador de produtos da empresa brasileira Usiminas, à frente do Japão e dos Estados Unidos [275]. Tanto em 1985 quanto em 1986 os produtos siderúrgicos representaram mais de 75% das vendas brasileiras. Em 1989, a importação chinesa de ferro e aço, procedente de diferentes países apresentava o seguinte perfil: Japão, 49%; Alemanha Ocidental, 9%; outros países da Comunidade Européia, 7%; URSS, 7%; Brasil, 7%; EUA, 6%; Europa Oriental, 6%, outros, 10% [276].

No geral, a pauta de exportação brasileira para a China continuou baseada em poucos produtos até o final da década, agrupados em apenas oito setores: minérios e produtos siderúrgicos; produtos químicos e farmacêuticos; óleos vegetais; produtos agropecuários; têxteis; celulose, papel e produtos gráficos; peças e veículos; e calçados, couros e peles.

A pauta de produtos chineses importados pelo Brasil, por sua vez, mostrou-se deveras concentrada ao longo da década, recebendo destaque os seguintes setores: petróleo bruto; produtos químicos e farmacêuticos; plantas medicinais; e partes e peças para máquinas.

No início da década de 1980, a China tornou-se um fornecedor estável de petróleo ao Brasil [277]. De 1980 a 1984, as importações de petróleo foram responsáveis por mais de 97% das compras brasileiras vindas da China. Verificou-se que a aquisição de tal produto cresceu a ponto de corresponder, em 1983, a mais de 98% das importações, configurando um padrão deficitário típico das transações com países petrolíferos.

---

[274] Cf. "Pronunciamento do Sr. Diogo Nomura, Deputado Federal - PDS-SP", in *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, 29 de junho de 1984, p. 6728-6730.

[275] Cf. "Intercâmbio comercial Brasil-RPC. Produtos Siderúrgicos. Uniminas". Telegrama da Embaixada do Brasil em Pequim para Exteriores. Of00304 – 21805, 13/05/85.

[276] "Brasil / RPC. IV Reunião do Grupo de Trabalho sobre Indústria Metalúrgica. Remessa de subsídios: a indústria siderúrgica na China". Ofício da Embaixada do Brasil em Pequim para Secretaria de Estado, nº 71, 02/08/90.

[277] Cf. "No Brasil, o presidente da 'China International Trust and Investment Corporation" – Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, no Palácio Itamaraty em Brasília, em 13 de setembro de 1982, por ocasião do almoço oferecido pelo Chanceler brasileiro ao executivo chinês Rong Yiren, presidente da China International Trust and Investment Corporation, in *Resenha de Política Externa*, nº 34, julho, agosto e setembro de 1982, p. 83-84.

O Brasile a China-10.indd 124 25/3/2008 00:36:29

Tabela 7
PARTICIPAÇÃO % DOS PRINCIPAIS PRODUTOS IMPORTADOS
PELO BRASIL DA CHINA - 1979-1984

	1979	**1980**	**1981**	**1982**	**1983**	**1984**
Petróleo bruto	95,5	97,43	97,51	97,0	98,2	97,83
Químicos e Farmacêuticos	1,5	1,03	1,36	0,8	0,6	0,5
Partes e peças p/ máquinas	-	0,1	0,08	0,15	0,09	0,04
Óleo de cedro / 'mentha'	-	-	-	1,35	0,70	1,09
Manganês / Antimônio	-	-	-	-	0,05	0,09
Outros	3,0	1,44	1,05	0,70	0,36	0,45

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – Siscomex. http://www.mdic.gov.br

Tabela 8
PARTICIPAÇÃO % DOS PRINCIPAIS PRODUTOS IMPORTADOS
PELO BRASIL NA CHINA - 1985-1990

	1985	**1986**	**1987**	**1988**	**1989**	**1990**
Petróleo bruto	96,8	88,1	93,7	82,2	51,3	54,5
Químicos e Farmacêuticos	2,5	1,0	1,54	2,4	13,1	12,7
Plantas medicinais	-	1,8	2,63	10,5	0,05	4,0
Partes e peças p/ máquinas	-	0,3	0,4	0,97	4,98	8,5
Óleo de cedro / 'mentha'	0,6	1,66	0,53	0,63	0,88	0,5
Arroz	0,8	6,1	-	-	-	-
Lentilhas secas	-	-	-	-	3,49	4,5
Manganês / Antimônio	0,2	0,64	0,4	1,3	2,4	1,2
Outros	0,3	0,4	0,8	2,0	23,8	14,1

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – Siscomex. http://www.mdic.gov.br

O Brasile a China-10.indd 125 25/3/2008 00:36:30

Em 1984, as vendas de petróleo chinês continuaram a dominar a balança comercial, tendo o Brasil exportado US$272 milhões e importado US$505 milhões, dos quais US$404 milhões só em petróleo, levando a um déficit de US$233 milhões. A Petrobrás e a Siderbrás continuavam a ser responsáveis pela maior parte do comércio feito entre os dois países.

Tabela 9
QUANTIDADE DE PETRÓLEO CHINÊS IMPORTADO
PELO BRASIL / KG - 1979 – 1990

1979	692.946.514
1980	1.195.927.713
1981	1.537.871.443
1982	1.557.287.886
1983	2.697.077.190
1984	1.979.392.022
1985	2.371.296.659
1986	2.942.384.815
1987	2.545.642.013
1988	710.086.094
1989	592.678.088
1990	598.566.283

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – Siscomex. http://www.mdic.gov.br

Entre 1985 e 1986, as importações totais vindas da China foram de US$418,5 milhões e US$289 milhões, respectivamente. Em 1987, as importações continuaram a decrescer, atingindo o valor de US$263 milhões entre janeiro e novembro de 1987. A partir de 1986, o Brasil passou a importar carvão siderúrgico chinês. Fazia-se necessário, entretanto, dar novo impulso ao setor, face ao decréscimo registrado no fluxo das trocas a partir de então [278].

De 1988 a 1990, as importações brasileiras de petróleo chinês também diminuíram, tendo colaborado com 82,2% das vendas em 1988, 51,3% em 1989, e 54,5% em 1990. Com isso, os produtos químicos e farmacêuticos ganharam maior espaço na pauta comercializada em 1989 (13,1%) e 1990 (12,7%). Partes e peças de máquinas também aumentaram sua participação percentual na pauta de importação brasileira (passando de 0,97% em 1988 para 8,5% em 1990).

[278] "Discurso pronunciado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, na Abertura da reunião de consultas políticas com a República Popular da China", in *Resenha de Política Exterior do Brasil*, número 57, abril, maio e junho de 1988, p. 31-32.

O Brasile a China-10.indd 126 25/3/2008 00:36:31

O Brasile a China-10.indd 127

Tabela 10
IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS PROVENIENTES DA CHINA
SEGUNDO CAPÍTULOS E PRODUTOS SELECIONADOS – 1979-1990 (US$ FOB)

Capítulo	1.979	1.980	1.981	1.982	1.983	1.984	1.985	1.986	1.987	1.988	1.989	1.990
Petróleo bruto	80.124.518	37.876.386	341.074.653	302.703.442	496.090.649	357.419.035	405.445.193	254.710.675	278.825.778	68.078.565	65.650.076	92.063.663
Químicos/ Farmac.	1.250.429	2.532.421	4.745.520	2.422.793	2.986.583	1.691.267	11.355.711	2.976.164	4.532.105	2.012.460	16.753.481	21.426.608
Plantas medicinais	940	1.125	1.125	2.124	-	-	-	5.269.916	7.847.056	8.739.189	67.650	6.737.224
Peças p/ máquinas	-	254.015	279.827	452.561	393.590	170.705	240.678	792.576	1.099.606	798.156	6.378.353	14.390.488
Óleo cedro/ mentha	-	-	-	4.232.400	3.886.500	3.981.716	3.947.641	4.830.653	1.605.726	529.767	1.133.404	808.192
Arroz	-	-	-	-	-	-	4.260.247	17.415.739	-	-	-	-
Lentilhas secas	-	-	-	-	-	-	-	8.000	-	-	4.476.494	7.645.418
Manganês/ Antimônio	-	-	-	-	282.725	354.300	1.285.264	1.853.042	1.269.268	1.098.347	3.060.107	1.974.283
Total 8 capítulos	81.375.887	40.663.947	46.101.125	09.813.320	03.640.047	63.617.023	16.534.734	87.856.765	95.179.539	81.256.484	114.588.565	45.045.876
Demais capítulos	2.477.495	3.478.233	3.690.956	2.372.770	1.822.624	1.698.431	2.029.062	1.180.327	2.322.488	1.657.992	30.482.925	23.746.451
TOTAL	83.853.382	44.142.180	49.792.081	12.186.090	05.462.671	65.315.454	18.563.796	89.037.092	97.502.027	82.914.476	28.002.490	68.792.327

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – Siscomex. http://www.mdic.gov.br

25/3/2008 00:36:32

Interdependência produtiva: primeiros passos

Em 1985, ultrapassando a fase de um simples relacionamento comercial, Brasil e China iniciaram aproximação no campo da cooperação econômica. Uma indústria de embalagem de café solúvel foi implantada em Pequim pela empresa paranaense Cacique Café Solúvel, com a constituição da *joint venture* Beijing Cacique Instant Coffee Company, com capital inicial de US$500 mil, repartido em partes iguais. Com o empreendimento, foi prevista a geração para o Brasil de uma receita cambial entre US$ 4 milhões e US$ 5 milhões [279].

Demonstrando seu interesse crescente pelo Brasil – inclusive com planos de realização de investimentos conjuntos e projetos de cooperação técnica – os chineses expuseram, em 1984, sua vontade em formar uma *joint venture* com a Companhia Vale do Rio Doce na mina Timbopeba, no Estado de Minas Gerais, com potencial de 160 milhões de toneladas de minério de ferro. A China planejou extrair 500 mil toneladas daquela mina ainda em 1984. Naquela época, o governo chinês estava investindo em projetos de modernização de suas empresas siderúrgicas e na renovação de equipamentos e, para tanto, contou com uma equipe de oito técnicos da Siderbrás, iniciando um programa de intercâmbio tecnológico. Os planos da estatal brasileira eram de exportar 1,5 milhões de toneladas de produtos siderúrgicos para a China em três anos, a partir de 1984, contra apenas 200 mil toneladas em 1983 [280].

Em 1987, ao final da II Reunião do Grupo de Trabalho Siderúrgico, os chineses confirmaram a vontade de continuar a discutir com a Companhia Vale do Rio Doce sobre a constituição de uma *joint venture* no Brasil para produção de ferro-gusa [281].

Até 1988, a China havia realizado dois investimentos de risco em indústrias de transformação no Brasil (ferro-gusa e madeira). Instalaram-se no Brasil cinco escritórios de representação de corporações chinesas: Minmetals, Sinochem, CITIC, Sinotrans e Chinalameca. No que tange à presença brasileira na China, além do Banco do Brasil, já se encontravam em Pequim escritórios de representação de três tradings: Interbrás, Cotia e Forlab-Chitec. Cabe mencionar igualmente o interesse de firmas brasileiras de cooperar na implementação de projetos de infra-estrutura econômica na China [282].

---

[279] "Pronunciamento do Sr. Léo de Almeida Neves, Deputado Federal - PDT-PR", in *Diário do Congresso Nacional*, 12 de setembro de 1985, p. 1712.
[280] "Pronunciamento do Sr. Nilson Gibson, Deputado Federal - PDS-PE", in *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, 2 de junho de 1984, p. 4845.
[281] Cf. "Promoção comercial Brasil-China. Sistema de acompanhamento de operações comerciais. Implantação". Ofício da Embaixada do Brasil em Pequim para Secretaria de Estado. Ofício nº 55, 25/8/88.
[282] "Palestra pronunciada pelo Ministro das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, perante exportadores e importadores de Xangai, durante sua visita à China", in *Resenha de Política Exterior do rasil*, número 57, abril, maio e junho de 1988, p. 32-37.

O Brasile a China-10.indd 128 25/3/2008 00:36:32

Alicerçando a cooperação bilateral

Ainda não havia sido possível, até o final da década de 1970, materializar a cooperação sino-brasileira, sobretudo em razão dos reajustes internos por que passavam os planos chineses, como de resto a economia da RPC como um todo. Não obstante as grandes potencialidades de uma cooperação no campo da prestação de serviços de engenharia, por exemplo, foi preciso aguardar algum tempo (e o intercâmbio de novas missões) até o amadurecimento de definições específicas da parte chinesa [283].

Quanto aos setores que a China esperava poder envolver na cooperação com o Brasil, destacavam-se os de energia (hidrelétricas), transporte (rodoviário e ferroviário), desenvolvimento portuário, mineração de carvão (tecnologia), modernização industrial (com destaque para tecnologia têxtil, treinamento gerencial e esquemas de comercialização), urbanismo, habitação, turismo, pesca costeira e culturas tropicais e subtropicais, dentre outros. Sobre tais potencialidades, era reconhecida a experiência acumulada brasileira em trabalhos de engenharia de construção de hidrelétricas, a exemplo de Itaipu [284].

A partir da visita oficial do Ministro das Relações Exteriores Saraiva Guerreiro a Pequim, em março de 1982, foram abertas possibilidades concretas de cooperação entre Brasil e China, tendo sido assinado o primeiro acordo de Cooperação em Ciência e Tecnologia entre o Brasil e a China [285], que veio a servir de base para diversos atos bilaterais assinados na década. Além da área espacial, foi estabelecida cooperação científico-tecnológica em matéria de: siderurgia, geociências, transportes, tecnologia industrial, energia elétrica e medicina e fármacos tradicionais.

A cooperação sino-brasileira também foi iniciada na área nuclear por meio de dois instrumentos: o memorandum de entendimento e o acordo sobre cooperação nos usos pacíficos da energia nuclear, assinados em maio e outubro de 1984, respectivamente.

---

[283] No Ministério das Obras Hidráulicas, os representantes da Eletrobrás, engenheiro Roberto Carvalho de Mello, e da Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras - CAEEB, Dr. Edílson de Freitas Queiroz, acompanhados do Conselheiro Sergio Serra, foram recebidos pelo Senhor Zhao Zhuanshao, Chefe do Departamento de Assuntos Estrangeiros daquele órgão. Já no Ministério da Energia Elétrica, os representantes brasileiros reuniram-se com o chefe do Departamento de Assuntos Estrangeiros, Senhor Jia Ke. Cf. "I Reunião da Comissão Mista Comercial Brasil-RPC. Contatos Paralelos. Ministério das Obras Hidráulicas". Telegrama Confidencial da Embaixada em Pequim para Exteriores. OF00117 - 50930, 06/03/80; "I Reunião da Comissão Mista Brasil-RPC. Contatos Paralelos. Ministério de Energia Elétrica". Telegrama Confidencial da Embaixada em Pequim para Exteriores. OF00118 - 51015, 06/03/80.

[284] Entrevista do Conselheiro Pedro Paulo Pinto Assumpção, acompanhado pelos Srs. César Dantas Bacellar Sobrinho, do Banco do Brasil, e Roberto de Oliveira Nicolli, da Seplan, com Senhor Shuzi, Vice-Presidente da "China International Trust and Investment Corporation" (CITIC), que esteve assessorado pelo Senhor Hsu Wuying, Vice-Presidente, e pela Senhora Lo Fengchi, do Departamento Comercial. Cf. "I Reunião da Comissão Mista Brasil-RPC. Assuntos Financeiros. China International Trust and Investment Corporation". Telegrama Confidencial da Embaixada em Pequim para Exteriores. OF00127 - 60130, 07/03/80.

[285] Cf. "A Definição das respostas brasileiras: Balanço Sumário de Atividades", in *Resenha de Política Exterior do Brasil*, edição suplementar, setembro de 1984, p. 97-98.

O Brasile a China-10.indd 129 25/3/2008 00:36:32

Na área cultural e educacional, a cooperação foi institucionalizada, em 1985, pela assinatura de um acordo bilateral. A cooperação em assistência social também foi inaugurada, por um memorandum de entendimento entre a Fundação Legião Brasileira de Assistência e a *China Association for SOS Children Village*, em julho de 1988.

Cooperação científica e tecnológica

Em maio de 1983, um ano após a visita que o presidente do CNPq, Dr. Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, realizou à China, uma missão científica e tecnológica brasileira esteve em Pequim, Shanghai e Cantão e seguiu um programa de visitas organizado pela Academia de Ciências da China. Durante a missão, onze representantes brasileiros do CNPq reuniram-se com especialistas chineses para discutir tópicos relacionados a recursos naturais, química, agricultura, pecuária, piscicultura, biologia, medicina tradicional, eletrônica, indústria mecânica e ciências hidráulicas.

O Governo dispensou à missão brasileira do CNPq especial deferência ao fazê-la ser recebida, no Palácio do Povo, pelo Sr. Fang Yi, Conselheiro de Estado e Ministro encarregado da Comissão Estatal para Ciência e Tecnologia, pertencente à mais alta hierarquia chinesa. Durante a reunião com o Ministro Fang Yi, foram apontados os seguintes setores como mais favoráveis ao desenvolvimento da cooperação sino-brasileira: agricultura, energia elétrica, genética, metalurgia e energia nuclear [286].

Durante a visita do Presidente João Figueiredo à China, em maio de 1984, a cooperação bilateral sino-brasileira ganhou novo impulso, quando foram firmados três instrumentos na área científico-tecnológica: i) um protocolo entre o CNPq e a Comissão Estatal de Ciência e Tecnologia da China; ii) um ajuste complementar entre o CNPq e a Academia de Ciências da China nos campos das ciências puras e aplicadas; iii) um ajuste complementar ao acordo de ciência e tecnologia, de 1982.

No campo das ciências puras e aplicadas, foram estabelecidas formas de cooperação entre o CNPq e duas instituições chinesas – a Academia de Ciências da China e a Comissão Estatal de Ciência e Tecnologia da China – prevendo: i) intercâmbio de informações e de documentação científica e técnica; ii) realização de conferências, reuniões científicas, cursos, seminários e simpósios; iii) intercâmbio de cientistas, professores e técnicos de alto nível; iv) realização de projetos conjuntos de pesquisa científica [287].

Em 1985, foi registrada a vinda ao Brasil de mais de 20 missões diretamente conectadas à ciência e tecnologia [288]. Já em 1986, esteve na China o Ministro da Ciência e Tecnologia, Sr. Renato Archer, no período de 15 a

---

[286] Cf. "Brasil-RPC. Cooperação científica e tecnológica. Missão do CNPq". Telegrama Ostensivo da Embaixada em Pequim para Exteriores, Zappa. OF002012, 18/05/84.
[287] "Pronunciamento do Sr. Diogo Nomura, Deputado Federal - PDS-SP, in *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, 29 de junho de 1984, p. 6728-6730.
[288] Cf. *Relatório 1985*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1985, p. 15-16.

O Brasile a China-10.indd 130 25/3/2008 00:36:33

20 de julho, a convite da Comissão Estatal de Ciência e Tecnologia daquele país [289]. Durante a ocasião, foi explorada a possibilidade de cooperação na área de alta tecnologia (tecnologia da informação, indústria aeroespacial e biotecnologia).

Em 1987, uma missão do Centro de Intercâmbio de Ciência e Tecnologia da República Popular da China, chefiada por Wu Youggi, veio ao Brasil com a finalidade de negociar transferência de tecnologia nas áreas de produtos agrícolas e agropecuários (outubro) [290]. Esteve na China, naquele mesmo ano, a missão do Ministério da Saúde – Fio Cruz – CPQAB (Centro Pluridisciplinar de pesquisas Químicas e Biológicas da Universidade de Campinas), com o objetivo de estabelecer contatos e visitar vários institutos ligados à medicina e indústria farmacêutica em Pequim, Shanghai, Kuming e Cantão. A visita possibilitou a preparação de pré-projeto de cooperação na área de fitofármacos.

Durante os trabalhos da Comissão Mista de Cooperação Científica e Tecnológica (17 a 19 de outubro de 1988) ficou registrada a relevância, para ambos os países, que a cooperação havia adquirido ao longo da década de 1980. Foi ressaltado que tanto o Brasil quanto a RPC tinham interesse especial no desenvolvimento de projetos de alta tecnologia, cujo melhor exemplo foi consubstanciado na assinatura de três instrumentos para pesquisa e produção de satélites sino-brasileiros [291]: o Acordo sobre Pesquisa e Produção Conjunta do Satélite Sino-brasileiro de Sensoriamento Remoto (abril de 1988), o Protocolo sobre Aprovação de Pesquisa e Produção de Satélite de Recursos da Terra (julho de 1988) e o Acordo de Cooperação para o Satélite de Recursos Terrestres China-Brasil entre a Academia Chinesa de Tecnologia Espacial e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (agosto de 1988).

Em matéria siderúrgica, área em que o Brasil mais exportou para a China durante a década de 1980, a cooperação bilateral ampliou-se por meio de um memorandum (1984) e um protocolo (1985). O protocolo de cooperação em matéria de geociências (1985) confirmou a importância que vinha sendo dada àquela área de cooperação.

a) Transportes

Em março de 1988, uma missão brasileira de estudos sobre transportes aéreos esteve na Ásia (China, Hong Kong, Coréia do Sul, Tailândia e Cingapura) chefiada pelo Coronel José Simões Henriques, representante da Comissão de Estudos Relativos à Navegação Aérea Internacional (Cernai) do Departamento de Aviação Civil. Fizeram ainda parte da delegação cinco executivos da Viação Aérea Rio-Grandense - Varig: o diretor de planejamento, Harro Fouquet, os superintendentes João L. de Souza e G. Sonino, o representante da Varig em Tóquio, U. Galera, e o assistente da presidência, P.

---

[289] Cf. *Relatório 1986*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1986, p. 15-16.
[290] Mingde, Li. "Sino-Brazilian Relations: Past, Present and Future", in *ILAS Working Paper*, nº 4, 2003, p. 5.
[291] Cf. *Relatório 1988*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1988, p. 29-33.

O Brasile a China-10.indd 131 25/3/2008 00:36:33

de Carvalho. Interessava àquela missão estudar possibilidades de rotas para a Ásia, criando caminhos alternativos ao do Japão. No relatório produzido após a missão de estudos à Ásia, considerou-se que, naquela época, um novo serviço para a Ásia representava para a empresa brasileira um alto custo operacional (de aproximadamente US$70 milhões), em apenas duas freqüências semanais. Por sua vez, ainda existiam muitas dificuldades operacionais para viabilizar vôos para a China com escala na África, mostrando-se a via européia a opção mais aceitável. Em encontro com os representantes brasileiros, o Diretor do Departamento de Assuntos Internacionais, Lu Ruiling, referiu-se às vantagens do desenvolvimento das relações sino-brasileiras, sugerindo a continuação dos estudos sobre possibilidades de cooperação no setor aeronáutico, já que as empresas dos dois países operavam em pontos idênticos em várias partes do mundo, tais como Tóquio e Paris [292].

Em julho de 1988, Brasil e China resolveram promover a cooperação mútua no campo dos transportes, no tocante aos seus aspectos científico, tecnológico e econômico, por meio da assinatura de um Ajuste Complementar em ciência e tecnologia. Os dois países concordaram em cooperar nas seguintes áreas: planejamento de transportes; engenharia rodoviária, fluvial e de portos marítimos; tecnologia de transportes rodoviário e fluvial; administração, gerenciamento e operação de transportes aquático e terrestre; conservação de energia e matérias-primas; proteção do meio-ambiente; e inspeção de padronização e controle de qualidade. As modalidades de cooperação previstas também incluíram o intercâmbio de matérias e informações científicas e tecnológicas; intercâmbio de peritos ou pessoal técnico para troca de conhecimentos e de experiências adquiridas; organização conjunta de simpósios e seminários; pesquisa e desenvolvimento conjunto de novas técnicas e de tecnologia, bem como de novos produtos e equipamentos; intercâmbio de amostras, dados, instrumentos e componentes para teste e avaliação.

Com vistas a revisar e definir programas de cooperação e examinar temas relevantes referentes à cooperação, foi criado um grupo de trabalho conjunto integrado por funcionários de ambas as partes, subordinado à Comissão Mista Brasil – China de Cooperação Científica e Tecnológica [293].

b) Energia elétrica

Durante a visita do Presidente José Sarney à China, foi assinado o Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica em Matéria de Energia Elétrica (em 6 de julho de 1988). A cooperação estabelecida previa a realização de serviços de assessoramento em diversos

---

[292] "Negócios da China e transportes aéreos". Disponível em: <http://www.aeroconsult.com.br>. Acesso em 03/09/2005.

[293] Cf. Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Divisão de Atos Internacionais. Ajuste complementar ao acordo de cooperação científica e tecnológica entre o governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre cooperação no campo da pesquisa científica e do desenvolvimento tecnológico no setor de transportes.

O Brasile a China-10.indd 132 25/3/2008 00:36:33

setores da energia elétrica, incluindo energia hidrelétrica, especialmente a realização de pesquisas e estudos sobre planejamento, construção, operação e administração de novas instalações ou organização e gerenciamento de instalações existentes, em seus aspectos técnicos, administrativos, econômicos, financeiros e comerciais[294].

Esperou-se com o acordo sobre energia elétrica, em última instância, o aumento da troca de informações e realização de projetos conjuntos de construção de centrais hidrelétricas de grande e pequeno porte, de nucleoeletricidade e de linhas de transmissão. Tendo os contatos na área hidrelétrica sido iniciados em 1983, por ocasião da visita ao Brasil da Ministra para Eletricidade e Recursos Hídricos da China, manifestou-se novamente, naquela oportunidade, o interesse que Brasil e China possuíam em beneficiar-se da experiência na construção de mini e grandes usinas, respectivamente.

No contexto da visita do Presidente José Sarney à China, o Ministro das Minas e Energia e o Presidente da Eletrobrás realizaram visita prévia à RPC, a fim de precisarem as modalidades de cooperação futura e de registrarem, dentre outros interesses, o de participação na construção de represas como a de San-Cha, maior que Itaipu, e a de Tian Sheng Qiao, no rio Nanpanjiaang, de proporções mais modestas, e em fase inicial de implantação. O Brasil ofereceu sua colaboração prioritariamente no campo da consultoria e engenharia. Quanto ao fornecimento de equipamentos para essa usina, ainda estavam em curso entendimentos para definir os critérios da participação brasileira em licitação internacional, sobretudo no que diz respeito às condições de financiamento a serem oferecidas pelo Brasil. Foi discutida, enfim, a possibilidade de participação conjunta sino-brasileira em projetos localizados em terceiros países, especialmente na Ásia, África e Oriente Médio.

c) Cooperação espacial

Em 1984, o cenário internacional de fornecimento de serviços de satélites não se mostrava favorável aos seus diversos usuários, seja devido à possibilidade de interrupção de serviços fornecidos pelos satélites norte-americanos LANDSAT, seja por causa dos altos preços de imagens alternativas, fornecidas pelos satélites franceses SPOT. Naquele momento, a China havia iniciado estudos para desenvolver o projeto "ZY-1", voltado para a construção de seu próprio satélite de sensoriamento remoto [295].

Diante deste cenário – e dois anos após a assinatura do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica, ocorrida em março de 1982 – Brasil e China resolveram, pela primeira vez, inserir a área espacial no *hall* dos interesses comuns. Assim, por meio do Ajuste Complementar ao Acordo

---

[294] Cf. Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Divisão de Atos Internacionais. Ajuste complementar ao acordo de cooperação científica e tecnológica entre o governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China em matéria de energia elétrica, incluindo a energia hidrelétrica.

[295] Cf. Lino, Carlos de Oliveira; Lima, Maury Gonçalves Rodrigues; Hubscher, Genésio Luiz. "CBERS – An international space cooperation program, in *Acta Astronautica*, vol. 47, nº 2-9, p. 559-564, 2000.

O Brasile a China-10.indd 133 25/3/2008 00:36:34

de Cooperação Científica e Tecnológica [296], de maio de 1984, foi designada como órgão responsável pela execução dos projetos nesta área a Comissão Brasileira de Atividades Espaciais (COBAE), por intermédio do Centro Técnico-Aeroespacial (CTA) do Ministério da Aeronáutica e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Do lado chinês, indicou-se, com o mesmo fim, o Ministério da Indústria Espacial (MIA) [297]. No setor espacial, foram priorizadas, pelo Ajuste Complementar, cinco áreas de interesse: satélites de comunicação; satélites de sensoriamento remoto e de processamento de imagens; foguetes lançadores e seus sistemas; foguetes de sondagem; e outras técnicas. Apesar de ter simbolizado um primeiro passo na história da cooperação sino-brasileira na área espacial, o Ajuste em questão não chegou a definir qualquer projeto de ação conjunta, impossibilitando o imediato atingimento de resultados concretos [298].

Mesmo perante a inexistência de planos de trabalho conjunto, seguiu-se período, de 1984 a 1988, em que foram empregados diversos esforços para incrementar os contatos entre o Brasil e a China, tendo sido registrada intensa troca de visitas entre as partes. Prosseguiu-se nos estudos de identificação das potencialidades de cada país na área espacial, aprofundando-se o trabalho de reconhecimento e levantamento de possibilidades sólidas de cooperação.

Dando seqüência aos entendimentos iniciados durante a visita do Presidente João Figueiredo à China, esteve no Brasil, em agosto de 1984, uma missão do Ministério da Indústria Espacial da China para conhecer as instalações do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e do Centro Técnico Aeroespacial (CTA) do Ministério da Aeronáutica, localizados em São José dos Campos – SP, entidades encarregadas do desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro, sob coordenação da Comissão Brasileira de Atividades Espaciais (COBAE).

---

[296] Cf. Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, assinado em 29 de maio de 1984. Disponível para consulta na Divisão de Atos Internacionais do Ministério das Relações Exteriores, em Brasília.

[297] Inicialmente, os esforços chineses na área espacial eram dirigidos pelo Ministério da Indústria Aeronáutica (Ministry of Aeronautics Industry – MOA), o qual, em 1988, foi transformado em Ministério da Indústria Aeroespacial (Ministry of Aerospace Industry – MOS). Com a decisão do governo chinês de se tornar uma economia de mercado, foram criadas, em junho de 1993, a *Chinese National Space Administration* (CNSA) e a *China Aerospace Corporation* (CASC). Com isso, as duas agências passaram a ser responsáveis pela promoção das atividades espaciais naquele país e, ao final de 1994, assumiram o controle previamente exercido pelo Ministério da Indústria Aeroespacial. O papel principal da CNSA é servir de intermediário entre o governo chinês e as agências espaciais de outros países. A CASC, por sua vez, possui o papel de agência controladora do programa nacional espacial. Apesar de as estruturas operacionais das duas agências serem diferentes, elas são, de fato, uma única organização que divide responsabilidades ligadas à elaboração de políticas e execução de atividades. As duas agências compartilham ainda parte de seu pessoal. Disponível em: <http://www.fas.org/spp/guide/china/agency/cnsa/htm>. Acesso em: 21/12/2005.

[298] Cf. Monserrat Filho, José. "Brazilian-Chinese Space Cooperation: an analysis of its legal performance", paper apresentado no 39º International Colloquium on the Law of Outer Space, Beijing, China, October 7-11, 1996.

O Brasile a China-10.indd 134 25/3/2008 00:36:34

Por sua vez, em dezembro de 1984, o Ministro-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, Tenente-Brigadeiro do Ar Waldir de Vasconcelos, visitou a República Popular da China, de 3 a 7 de dezembro de 1984, na qualidade de Presidente da COBAE, para conhecer as instalações do programa espacial chinês e dar seqüência aos entendimentos sobre cooperação bilateral. A missão teve ainda como integrantes o Diretor Geral do INPE, Nelson de Jesus Parada, e representantes do Instituto de Atividades Espaciais do Centro Técnico Aeroespacial (IAE/CTA) de São José dos Campos - SP e da Secretaria do Planejamento (SEPLAN) do governo federal.

O interesse em realizar missões à China decorria dos benefícios que poderiam advir da cooperação entre o Brasil e aquele país no campo espacial, uma vez que a China, em razão de sua condição de país em desenvolvimento, vinha utilizando soluções tecnológicas econômicas que se adaptavam às características e necessidades brasileiras. A China figurava, naquele momento, entre as principais potências espaciais, tendo lançado, de 1970 até então, quinze satélites artificiais com finalidades variadas. Tanto os satélites quanto os foguetes lançadores utilizavam tecnologia exclusivamente chinesa, cabendo assinalar, ainda, que o lançamento, em abril de 1984, de satélite de comunicações geoestacionário inseriu aquele país no círculo restrito dos países detentores de tecnologia espacial sofisticada [299].

> A China carregava em sua bagagem realizações de considerável envergadura na área de construção de satélites e foguetes lançadores, iniciadas na segunda metade da década de 50 e pontuadas pelo lançamento do primeiro veículo da série Longa Marcha em 1964, pelo lançamento do primeiro satélite científico em 1970 e pelo lançamento de mais de vinte outros satélites (incluindo os recuperáveis e os de órbita geoestacionária), através de veículos lançadores, bases de lançamento e estações de rastreio e controle construídos por meios próprios [300].

Outras razões se apresentaram, impulsionando o Brasil a buscar a cooperação com a China na área espacial: i) o Brasil sentia necessidade de desenvolver capacidade própria de construção de satélites de sensoriamento remoto, aumentando a experiência acumulada desde os anos 1970; ii) o país possuía recursos humanos altamente qualificados, assim como instalações modernas na área espacial (graças ao projeto MECB, inaugurado em 1979), os quais poderiam ser aproveitados em projeto internacional de grande envergadura; iii) o Brasil almejava desenvolver cooperação internacional capaz de estimular suas atividades espaciais e elevá-las a um estágio de desenvolvimento qualitativamente superior; iv) havia convicção estratégica de que a cooperação com a China em sensoriamento remoto, baseada em fortes interesses mútuos, abria novas possibilidades de obtenção de

---

[299] "Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas visita a República Popular da China", in *Resenha de Política Exterior do Brasil*, nº 43, outubro, novembro e dezembro de 1984, p. 161.
[300] Santana, Carlos Eduardo; Coelho, José Raimundo Braga. "O Projeto CBERS de satélites de observação da Terra", in *Parcerias Estratégicas*, nº 7, outubro 1999, p. 204.

O Brasile a China-10.indd 135 25/3/2008 00:36:34

tecnologias espaciais, as quais se mostravam impossíveis de ser adquiridas ou desenvolvidas com outros países em desenvolvimento; v) a cooperação com a China, se baseada em autêntica divisão de esforços, ajudaria a superar restrições de países desenvolvidos em transferir tecnologias avançadas aos países em desenvolvimento. Caso fosse bem sucedido, o programa proposto, e que mais tarde veio a ser conhecido como 'CBERS' (*Chinese-Brazilian Earth Resources Satellite* – CBERS / Satélite Sino-Brasileiro de Recursos da Terra) podia ainda colaborar na manutenção do 'Programa MECB', em caso de dificuldades [301].

Apesar de a China já ter atingido, naquela data, um elevado grau de desenvolvimento no campo espacial e estar em estágio muito mais avançado que o Brasil, a indústria aeroespacial brasileira também apresentava base sólida para o exercício de um intercâmbio tecnológico promissor.

> [...] o Brasil dispunha de maior familiaridade e tradição com a eletrônica e componentes sofisticados, recursos humanos treinados em países desenvolvidos do ocidente, parque industrial mais moderno e principalmente encontrava-se em estágio mais avançado em matéria de utilização de metodologias de sensoriamento remoto e meteorologia por satélites. Além disso, a capacitação já adquirida com o desenvolvimento do seu próprio programa, a MECB, assegurava ao parceiro chinês a contrapartida almejada de capacitação técnica da parte brasileira [302].

Além da competência e eficiência na montagem e aplicação de satélites e experiência técnica e industrial adquirida nesta área, a China possuía outros fortes motivos para querer conduzir projetos de cooperação espacial com o Brasil: i) a cooperação internacional era vista pelos chineses como um meio para acelerar o desenvolvimento de suas próprias capacidades, possibilitando, assim, diminuir a dependência frente a outros satélites estrangeiros para a obtenção de serviços e operações na área de meteorologia, navegação e sensoriamento remoto; ii) o Brasil poderia contribuir financeiramente com a implementação do projeto de cooperação; iii) o Brasil poderia ainda auxiliar a China na obtenção de novas tecnologias e recursos estrangeiros, servindo de intermediário junto a países com os quais já possuía tradição em comercializar este tipo de produto [303].

Ao final de 1984, o Programa Espacial Brasileiro, por meio da Missão Espacial Completa Brasileira (MECB), já havia lançado com êxito, do

---

[301] Ademais, os dois satélites CBERS primeiramente propostos demandavam inicialmente recursos bem menos importantes que os necessários aos quatro satélites MECB. Cf. Monserrat Filho, José. "Brazilian-Chinese Space Cooperation: an analysis of its legal performance", paper apresentado no 39º International Colloquium on the Law of Outer Space, Beijing, China, October 7-11, 1996, p. 6-7.

[302] Cf. "China Brasil Earth Resources Satellite". Disponível em: <www.inpe.br/programas/cbers/portugues/index.html> . Acesso em: 01/10/1996.

[303] Cf. Monserrat Filho, José. "Brazilian-Chinese Space Cooperation: an analysis of its legal performance", paper apresentado no 39º International Colloquium on the Law of Outer Space, Beijing, China, October 7-11, 1996, p. 7.

O Brasile a China-10.indd 136 25/3/2008 00:36:35

Centro de Lançamento da Barreira do Inferno, em Natal – RN, o foguete Sonda IV, desenvolvido e produzido pelo CTA [304]. Por sua vez, em 2 de dezembro de 1987, foi inaugurado o Laboratório de Integração e Testes (LIT) do INPE, especialmente projetado e construído para atender às necessidades do Programa Espacial Brasileiro, representando um dos instrumentos mais sofisticados e poderosos na qualificação de produtos industriais que exigem alto grau de confiabilidade [305].

No governo de José Sarney, inaugurado em 1985, foi criado o primeiro Ministério da Ciência e Tecnologia brasileiro. Uma das medidas tomadas pelo Ministro Renato Archer, logo no início de sua gestão, foi considerar as propostas chinesas na área espacial, abrindo a possibilidade para que as intenções gerais expostas no Ajuste Complementar ao Acordo de Ciência e Tecnologia, de 1984, se transformassem em ações concretas. Assim, em visita à China, em julho de 1986, o Ministro Archer deu início a um ciclo de negociações técnicas, objetivando a elaboração de um efetivo programa espacial de cooperação [306].

Em 1987, foi destaque a missão do Instituto de Pesquisas Aeronáuticas, chefiada pelo Dr. Marco Antônio Raupp, a convite do Ministério da Aeronáutica da República Popular da China (fevereiro), tendo sido firmado, naquela oportunidade, um Memorandum de Entendimento sobre Cooperação em Tecnologia Espacial. No mesmo ano, ocorreu missão ao Brasil do Vice-Ministro da Aeronáutica da República Popular da China, Sr. Bao Keming, dando continuidade às consultas voltadas para a consolidação da cooperação sino-brasileira na área aeroespacial.

---

[304] Discurso pronunciado pelo Tenente-Brigadeiro Waldir de Vasconcelos, durante banquete oferecido pelo Sr. Zhang Jun, Ministro da Indústria Astronáutica da China, o Tenente-Brigadeiro Waldir de Vasconcelos. Em seu discurso, o Tenente-Brigadeiro Vasconcelos explica que "o foguete Sonda IV era composto de dois estágios, de propelente sólido à base de polibutadieno e perclorato de amônia, pesando 7230 Kilos. O primeiro estágio do Sonda IV era o propulsor básico do veículo lançador de satélite (VLS), previsto para voar a partir de 1989, colocando em órbita satélites brasileiros de coleta de dados, de meteorologia e de sensoriamento remoto em construção, pelo INPE. Ainda no contexto da MECB, os trabalhos realizados pelo INPE em matéria de sensoriamento remoto, a exemplo do desenvolvimento de um sistema imageador baseado em sensores CCD (charged coupled device), cujo protótipo foi testado em vôo, pela primeira vez, em fevereiro de 1984, obtiveram resultados plenamente satisfatórios. Cf. Telegrama Ostensivo da Embaixada em Pequim para Exteriores, Zappa. OF77041430, 05/12/84.

[305] No LIT, em um "ambiente de classe 10.000 (área limpa), numa área de 450m2 e altura livre de 6m sob uma ponte rolante, encontram-se instalados dispositivos especiais para medidas de alinhamento e simulação dinâmica de atitudes em três eixos. Tais atividades, conjugadas à determinação de medidas de massa, centro de gravidade, momento de inércia e balanceamento, compõem o núcleo básico à realização dos testes funcionais e das operações de montagem, bem como à integração de sistemas espaciais. As salas de comando de todos os sistemas e o banco de controle de satélites, projetados para gerenciar a seqüência de testes funcionais, estão anexos às áreas limpas com uma visão sobre as atividades ali desenvolvidas". Cf. Ministério da Ciência e Tecnologia. *Laboratório de Integração e Testes* .São José dos Campos: INPE/LIT, 2004.

[306] Cf. Monserrat Filho, José. "Brazilian-Chinese Space Cooperation: an analysis of its legal performance", paper apresentado no 39º International Colloquium on the Law of Outer Space, Beijing, China, October 7-11, 1996, p. 4-5.

O Brasile a China-10.indd 137 25/3/2008 00:36:35

A aproximação sino-brasileira na área espacial coincidiu com momento crítico das relações brasileiras com países desenvolvidos, quando, em abril de 1987, a cooperação internacional com os países signatários do *Missile Technology Control Regime* – MTCR, (inicialmente os membros do G-7) foi interrompida após o Brasil ter negado sua adesão. Ademais, os subseqüentes embargos tecnológicos impostos ao Brasil por países desenvolvidos ocorreram em momento bastante próximo ao eleito pelo Brasil e pela China para assinar o acordo inicial do programa CBERS (julho de 1988) [307].

Em missão técnica, de 17 de fevereiro a 6 de março de 1988, membros do INPE participaram de reuniões na Academia Chinesa de Tecnologia Espacial (CAST) com o objetivo de definir as responsabilidades nos trabalhos de desenvolvimento do satélite de sensoriamento remoto sino-brasileiro, tendo as duas instituições concluído, naquele momento, negociações relacionadas a aspectos técnicos do projeto binacional de satélite de sensoriamento remoto [308]. Assim, dois anos após a visita do Ministro Renato Archer à China e do início do ciclo de negociações técnicas bilaterais, foram atingidos resultados concretos da cooperação bilateral na área espacial, materializados no 'Relatório de Trabalho' então apresentado e assinado por representantes da CAST e do INPE. Dentre os principais itens acordados constantes do Relatório de Trabalho, destacam-se:

> 1) The Chinese-Brazilian earth resources satellite (CBERS) is to be jointly developed "on the basis of equality and mutual benefits"; 2) The CAST will share responsibility for 70% and the INPE for 30% of the total project cost, which includes expenses for development of satellite (two flight models) and purchasing two launching vehicles and the launch services; 3) The CBERS will be utilized by both parties. When it flies over the two parties' territories, each party may use its own earth station to receive the remote sensing and DCS system data. The use of the satellite by a third country and delivery of remote sensing products to a third can only be allowed under the approval of both parties; 4) A "Project Committee" has to be established as highest level authority of the project, consisting of representatives from both countries, with the responsibility to organize and implement the project while exercising its leadership and supervision; 5) The mark of fulfilling the project is that CBERS has had a qualification test in orbit and has been delivered for utilization [309].

O Acordo por Troca de Notas sobre Pesquisa e Produção Conjunta do Satélite Sino-brasileiro de Sensoriamento Remoto foi assinado em Pequim pouco tempo depois, em 30 de abril de 1988, pelo Ministro Roberto de

---

[307] Cf. Barbosa, Márcio Nogueira. "A importância estratégica da cooperação internacional na área do espaço", in *Parcerias Estratégicas*, nº 7, out. 1999, p. 133.
[308] "Discurso pronunciado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, na Abertura da reunião de consultas políticas com a República Popular da China", in *Resenha de Política Exterior do Brasil*, número 57, abril, maio e junho de 1988, p. 31-32.
[309] Citado por Monserrat Filho, José. "Brazilian-Chinese Space Cooperation: an analysis of its legal performance", paper apresentado no 39º International Colloquium on the Law of Outer Space, Beijing, China, October 7-11, 1996, p. 5.

O Brasile a China-10.indd 138 25/3/2008 00:36:35

Abreu Sodré, assim como por seu homólogo chinês, Ministro Qian Qichen. No Acordo, determinou-se que o "Relatório de Trabalho" de março de 1988 fosse, o mais breve possível, considerado aprovado pelos governos brasileiro e chinês. Sugeriu-se, ainda, que se iniciassem os entendimentos com vistas à elaboração de Acordo sobre pesquisas e produção conjunta do satélite sino-brasileiro de sensoriamento remoto e que, para tal fim, fossem ao Brasil delegação de especialistas chineses e missão chefiada pelo Vice-Ministro da Aviação e Astronáutica da China [310].

Baseado igualmente no "Relatório de Trabalho" de março de 1988, foi apresentado para assinatura, em 6 de julho de 1988, o protocolo que aprovava a cooperação para pesquisa e produção de satélites de recursos terrestres entre o Brasil e a China. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), pelo lado brasileiro, e a Academia Chinesa de Tecnologia Espacial (CAST), pelo lado chinês, foram confirmados como responsáveis pela implementação do programa.

O Acordo de Cooperação para Pesquisa e Produção de Satélites de Recursos Terrestres foi assinado logo a seguir, em 21 de agosto de 1988. Além de estabelecer as bases legais para a implementação do Projeto, o acordo serviu de marco oficial para o início dos trabalhos práticos do programa CBERS, tendo sido expostos, em seus oito anexos, os eixos centrais do projeto de cooperação a ser implementado: questões técnicas do CBERS; plano de desenvolvimento do CBERS; organização; controle e posicionamento dos satélites em órbita (TTC) e gestão operacional; divisão de tarefas; divisão financeira; regulação de intercâmbio de pessoal; seguro de produtos [311].

Conforme definido no apêndice 1 do acordo assinado em agosto de 1988, o Programa CBERS tinha duas grandes missões: utilizar técnicas espaciais avançadas de sensoriamento remoto para inventariar, desenvolver, administrar e monitorar os recursos terrestres chineses e brasileiros de agricultura, florestas, geologia, hidrologia, geografia, cartografia e meio ambiente; e promover o desenvolvimento e aplicação de técnicas espaciais avançadas de sensoriamento remoto no Brasil e na China [312]. No apêndice 2 do acordo, que apresenta o plano de desenvolvimento do CBERS, estabeleceu-se a data de dezembro de 1992 para o lançamento do primeiro satélite binacional. De acordo com Monserrat, a estação de lançamento de Taiyuan encontrava-se fechada, a cada ano, no mês de dezembro, o que indicava ter sido, desde o início, mal definida a data de lançamento do primeiro satélite sino-brasileiro [313].

---

[310] Cf. Ofício da Embaixada em Pequim para Secretaria de Estado das Relações Exteriores, assinado pelo Embaixador Paulo da Costa Franco. OF29, 03/05/88.
[311] Cf. Monserrat Filho, José. "Brazilian-Chinese Space Cooperation: an analysis of its legal performance", paper apresentado no 39º International Colloquium on the Law of Outer Space, Beijing, China, October 7-11, 1996, p. 5.
[312] INPE. *Relatório de Atividades – 1990-1991*. São José dos Campos: INPE, 1991, p. 45.
[313] Cf. Monserrat Filho, José. "Brazilian-Chinese Space Cooperation: an analysis of its legal performance", paper apresentado no 39º International Colloquium on the Law of Outer Space, Beijing, China, October 7-11, 1996, p. 5.

O Brasile a China-10.indd 139 25/3/2008 00:36:36

No artigo 4 do Acordo em questão definiu-se, pela primeira vez, o montante a ser empregado no Programa CBERS, orçado originalmente em US$150 milhões. A responsabilidade brasileira foi definida em 30% do total do programa (US$45 milhões), e a chinesa, em 70% restantes (US$105 milhões) [314]. Para a construção de dois satélites idênticos (CBERS 1 e CBERS 2), estipulou-se a alocação de US$100 milhões e, para o lançamento – a partir da base chinesa de Taiyuan, por meio de veículos chineses da série Longa Marcha 4 –, a soma de US$50 milhões. Percebeu-se, com o tempo, que os custos do projeto foram subestimados: de 1988 a 1995, o Brasil investiu mais de US$ 64 milhões, contando ainda ter de investir mais US$ 33,5 milhões, de 1996 a 1999 [315].

Tendo em vista a preocupação com o fortalecimento da indústria nacional, foi estabelecida a obrigação da parte chinesa de investir a quantia recebida pelo lançamento dos dois satélites (aproximadamente US$15 milhões) na importação de produtos brasileiros, com prioridade para os do setor aeroespacial [316].

Ao INPE coube a tarefa de desenvolver a estrutura mecânica dos satélites, além do suprimento de energia, subsistema de coleta de dados ambientais, parte dos subsistemas de bordo para comunicações de telemetria e telecomando e os equipamentos elétricos de apoio no solo. O Brasil também foi designado responsável pela inclusão de uma câmara CCD com largo campo de visada, com circuito integrado de captador de imagens (capaz de proporcionar imagens mais precisas em termos de balanceamento e varredura que as câmaras de tubo). As atividades de gerenciamento do projeto e integração e testes dos satélites eram de responsabilidade tanto do INPE quanto da CAST (respeitada a proporção de 30% das tarefas para o Brasil e 70%, para a China).

---

[314] INPE. *Caminhos para o espaço: 30 anos do INPE*. São Paulo: Editora Contexto, 1991, p. 77.

[315] Cf. Monserrat Filho, José. "Brazilian-Chinese Space Cooperation: an analysis of its legal performance", paper apresentado no 39º International Colloquium on the Law of Outer Space, Beijing, China, October 7-11, 1996, p. 5.

[316] Cf. "China Brasil Earth Resources Satellite". Disponível em: <http://www.inpe.br/programas/cbers/portugues/index.html>. Acesso em 01/10/1996. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. *Relatório de Atividades – 1990-1991*. São José dos Campos: INPE, 1991, p. 48.

O Brasile a China-10.indd 140 25/3/2008 00:36:36

Quadro 2
DIVISÃO DO TRABALHO ENTRE BRASIL E CHINA
NO PROGRAMA CBERS 1 E 2 (FINAL DOS ANOS 1980)

INPE (Brasil)	CAST (China)
Subsistema de coleta de dados ambientais	Subsistema de controle de altitude e órbita – AOCS
Estrutura mecânica	Computador de bordo (OBDH)
Câmara CCD	Câmara infravermelho
Câmara WFI (wild field imager)	Circuitos internos
S Band TTC	TTC (VHF/UHF)
Sistema de Suprimento de energia	Controle térmico
Subsistemas de bordo para comunicações de telemetria e telecomando	Subsistemas de bordo para comunicações de telemetria e telecomando
Equipamentos elétricos de apoio no solo (EGSE)	Suportes mecânicos (MGSE)
Gerenciamento do projeto (30%)	Gerenciamento do projeto (70%)
Integração e testes (30%)	Integração e testes (70%)

Fonte: INPE e Pesquisa UNICAMP [317].

O acordo em questão determinou ainda que a operação dos satélites fosse repartida entre os países, com períodos de tempo proporcionais à participação no empreendimento. Depois de excedida a vida útil de projeto, estipulada em dois anos, o tempo de controle do satélite por cada país passava a ser dividido igualmente entre as partes [318].

Para a equipe brasileira, o engajamento no programa CBERS marcou "o início de uma nova etapa do programa espacial brasileiro e serviu como fator estratégico para a diversificação de parcerias no escopo mais amplo da ciência e tecnologia". Almejava-se dos satélites CBERS que permitissem ao Brasil e à China, países de grande extensão territorial, observar a Terra de uma maneira efetiva e econômica e coletar dados necessários para compreender e monitorar mudanças contínuas de seus respectivos recursos naturais e meio ambiente [319]. Posicionados em faixas diferentes das moni-

[317] Cf. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. *Relatório de Atividades – 1990-1991*. São José dos Campos: INPE, 1991, p. 45. Furtado, André Tosi; Costa Filho, Edmilson de Jesus. "Avaliação de impactos econômicos do Programa do Satélite Sino-Brasileiro (CBERS)", in *Parcerias Estratégicas*, nº 15, outubro 2002, p. 11.
[318] INPE. "Programa CBERS: quinze anos de cooperação internacional", in *INPE Notícias: publicação sobre Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais*. Ano 9, nº 22, set./out 2003, p. 2
[319] Santana, Carlos Eduardo; Coelho, José Raimundo Braga. "O Projeto CBERS de satélites de observação da Terra", in *Parcerias Estratégicas*, nº 7, outubro 1999, p. 203.

O Brasile a China-10.indd 141 25/3/2008 00:36:37

toradas pelos satélites Landsat (norte-americano) e Spot (francês), e com capacidade de gerar dados de qualidade semelhante e com boa resolução de imagens fotográficas, esperava-se dos satélites sino-brasileiros garantia de maior soberania em tecnologia espacial, além da possibilidade de entrar no mercado internacional de comercialização de imagens [320].

Em suma, dentro desta perspectiva de busca de autonomia na geração de novas tecnologias [321], a construção de satélites sino-brasileiros voltava-se para o alcance de uma série de benefícios: i) adquirir capacitação tecnológica própria na área, com o emprego de esforços de institutos de pesquisa e indústrias nacionais; ii) construir artefatos espaciais mais adequados às possibilidades técnicas e financeiras do país e às suas reais necessidades ambientais; iii) possibilitar a instalação de uma rede de coleta de dados independente do controle de terceiros países e disponível ao país sempre que requerido; iv) diminuir os custos financeiros decorrentes do uso de satélites internacionais [322].

Em agosto de 1988, foi criado o *Joint Project Organization* (JPO) com vistas à condução do programa CBERS e distribuição de tarefas e responsabilidades entre os diferentes grupos de trabalho binacionais. O *Joint Project Committee / Comissão Conjunta do Projeto* (JPC) foi escolhido para ser a autoridade máxima do projeto, ficando responsável pela definição de políticas gerais, aprovação de planos e especificações de alto nível e implementação do projeto. A responsabilidade pela condução do JPC era compartilhada entre dois Gerentes Gerais de Projeto / *General Project Manager* (GPM): um brasileiro e um chinês [323].

Em 1989, de acordo com o cronograma de trabalho estabelecido pelas partes, iniciou-se a fase de construção e testes dos grandes modelos de engenharia do satélite, a qual se estendeu pelos anos de 1990 e 1991 [324].

---

[320] Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. *Relatório de Atividades – 1990-1991*. São José dos Campos: INPE, 1991, p. 45.

[321] Cf. Escada, Paulo. "Programa espacial brasileiro: autonomia ou inserção periférica?", in *Com Ciência – Guerra e Ciência*. Disponível em: <www.comciencia.br/reportagens/guerra/gerra17/htm>. Acesso em: 27/8/2004, p. 4.

[322] Teracine, Edson Baptista; Pereira, Sérgio de Paula; Yamaguti, Wilson; Rodrigues, Mauro Silvio. *Os benefícios do sistema brasileiro de coleta de dados: impactos sócio-econômicos dos satélites brasileiros de coleta de dados.* INPE: novembro 2000, p. 25.

[323] Dois grupos ficaram subordinados ao JPC: o Grupo Técnico de Engenharia *Engineering Technical Group* (ETG), (responsável pelas atividades técnicas no âmbito de sistemas, incluindo AIT, arquitetura mecânica e elétrica) e o Grupo de Gestão de Engenharia / *Engineering Management Group* – (EMG), (responsável pela gestão das atividades no âmbito de sistemas, incluindo cronogramas, custos, contratos, fornecimento de partes e seguro de produtos). Tanto o ETG quanto o EMG tinham dois gerentes: um do Brasil e outro da China. As reuniões técnicas entre os grupos chineses e brasileiros foram programadas para ocorrer em bases regulares e alternadas, no Brasil e na China. Com vistas a superar práticas e técnicas culturais diferentes, o JPO estabeleceu que os diversos integrantes do projeto adotassem documentos de alto nível, baseados em normas internacionais de uso corrente. Cf. Lino, Carlos de Oliveira; Lima, Maury Gonçalves Rodrigues; Hubscher, Genésio Luiz. "CBERS – An international space cooperation program, in *Acta Astronautica*, vol. 47, nº 2-9, p. 559-564, 2000.

[324] Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. *Relatório de Atividades – 1990-1991*. São José dos Campos: INPE, 1991, p. 45.

O Brasile a China-10.indd 142 25/3/2008 00:36:37

Inaugurou-se, assim, a segunda fase na cooperação espacial sino-brasileira, voltada para a efetiva implementação do projeto CBERS.

Naquele mesmo ano, em janeiro de 1989, o Ministério da Ciência e Tecnologia brasileiro foi transformado em Secretaria de Ciência e Tecnologia. Esta reforma drástica teve efeitos extremamente negativos sobre o programa CBERS em momento decisivo de sua história. Assim, o programa passou a ficar, durante longo tempo, sob efeito de incertezas e indefinições. Prioridades e acordos previamente assumidos foram deixados em suspenso. Como resultado deste quadro de mudanças, o programa CBERS entrou em uma fase de inércia, passando a parte brasileira a dar-lhe menor importância que a concedida em anos anteriores. O governo brasileiro deixou, inclusive, de cumprir com as obrigações financeiras previamente estabelecidas [325].

Outras áreas de cooperação

Após conversações mantidas entre delegações chinesa e brasileira sobre cooperação no campo dos usos pacíficos da energia nuclear, entre os dias 15 e 17 de maio de 1984, foi concluído entre os dois países um Memorandum de Entendimento na área em questão, durante visita do Presidente Figueiredo à China, em 29 de maio de 1984. O Memorandum apresentava as modalidades em que se desejava desenvolver a futura cooperação bilateral e explicitava os fins pacíficos da relação ao definir as áreas de cooperação: i) pesquisa básica sobre os usos pacíficos da energia nuclear; ii) tecnologia relativa à pesquisa, projeto, construção e operação de usinas nucleares e reatores de pesquisa; iii) tecnologia para a prospecção e tratamento de minérios e urânio; iv) fabricação de elementos combustíveis; v) pesquisa sobre regulamentação em segurança nuclear e; vi) produção e aplicação de isótopos radioativos. Foram ainda incluídos como formas de cooperação: i) o treinamento e intercâmbio de pessoal científico e técnico; ii) a realização de simpósios e seminários acadêmicos; iii) consultoria e serviços técnicos; iv) intercâmbio de documentação e informações científicas e técnicas. De conteúdo semelhante ao memorandum de entendimento de maio de 1984, foi assinado, em outubro de 1984, o acordo para a cooperação nos usos pacíficos da energia nuclear entre Brasil e China.

Se, do ponto de vista brasileiro, a cooperação com a China inseriu-se nos esforços de busca de diversificação de parceiros no campo nuclear – depois dos acordos firmados com países desenvolvidos, como Estados Unidos, Itália e Alemanha Federal, e em desenvolvimento, como Argentina, Peru e Venezuela –, do ponto de vista chinês, o acordo teve uma natureza pioneira, já que foi o primeiro estabelecido com um país em desenvolvimento.

---

[325] Cf. Monserrat Filho, José. "Brazilian-Chinese Space Cooperation: an analysis of its legal performance", paper apresentado no 39º International Colloquium on the Law of Outer Space, Beijing, China, October 7-11, 1996, p. 8.

O Brasile a China-10.indd 143 25/3/2008 00:36:37

Poucos dias depois de assinado o acordo com o Brasil, por ocasião da comemoração do vigésimo aniversário da explosão da primeira bomba atômica chinesa, no dia 17 de outubro de 1984, o jornal "China Daily" publicou, na primeira página, entrevista de Jiang Shengiye, diretor do Comitê de Ciência e Tecnologia do Ministério da Indústria Nuclear e também presidente da Sociedade Nuclear Chinesa, na qual se fez expressa referência aos três acordos até então assinados pela China no campo da cooperação internacional no uso pacífico da energia nuclear: os acordos com a Alemanha, a França e o Brasil. Jiang Shengiye, veterano da indústria nuclear chinesa, com participação no projeto de fabricação da bomba atômica do começo da década de 1960, afirmou, no artigo, que a China não tinha intenção de ajudar qualquer país a fabricar armas nucleares, mas "fortalecerá sua cooperação com países estrangeiros para desenvolver o uso pacífico da energia nuclear" [326].

Em 1985, um ano após a assinatura do acordo sino-brasileiro na área nuclear, e em resposta à divulgação pela imprensa internacional de alegações feitas no Senado norte-americano pela senadora Ana Dranston de que a China estava praticando proliferação nuclear em seus programas de cooperação tecnológica com diversos países, entre os quais o Brasil, o Ministério dos Negócios Estrangeiros, por seu porta-voz, distribuiu nota negando a existência de cooperação nuclear com o Irã e a África do Sul, ao mesmo tempo em que acrescentou: "nossa cooperação no campo da energia nuclear com países como a França, a República Federal Alemã, os Estados Unidos da América, o Brasil, o Paquistão e o Japão, seja em funcionamento, seja ainda em discussão, obedece e obedecerá a finalidades pacíficas" [327].

No âmbito da cooperação cultural, foi manifestado pela chancelaria brasileira, em encontro com representantes do Ministério de Assuntos Culturais da China, em março de 1980, o interesse em elaborar uma programação conjunta com periodicidade anual. Nesse sentido, considerou-se positiva a primeira reação das autoridades chinesas relativa às sugestões da Delegação brasileira de apresentação na China de uma exposição de gravuras, de um conjunto musical e de uma semana de cinema brasileiro [328].

Ainda naquela ocasião, demonstrou-se o interesse na vinda de equipes desportivas à China, bem como na apresentação de filmes brasileiros na televisão. O Vice-Ministro informou que o Governo Chinês receberia, com grande satisfação, a vinda de uma delegação cultural brasileira em nível governamental, ainda naquele ano, e que, com base na reciprocidade, esta seria seguida com a visita ao Brasil de delegação chinesa de mesmo nível. Poderia ser também organizada, em 1981, a troca de visitas de delegações

---

[326] Cf. "Indústria nuclear da RPC. Acordo de cooperação Brasil-RPC". Telegrama Ostensivo da Embaixada em Pequim para Exteriores, Zappa. OF0063351115, 18/10/84.
[327] Cf. "Energia nuclear. Brasil-RPC. Acusações no senado norte-americano. Nota da Chancelaria chinesa". Telegrama Ostensivo da Embaixada em Pequim para Exteriores. OF0063961735, 25/10/85.
[328] Cf. "I Comissão Mista Brasil-RPC. Contatos Paralelos. Ministério de Assuntos Culturais". Telegrama Confidencial da Embaixada em Pequim para Exteriores. OF00124 - 52130, 06/03/80.

O Brasile a China-10.indd 144 25/3/2008 00:36:38

do setor educacional. Manifestou o Vice-Ministro, por fim, seu interesse no estabelecimento de programa de intercâmbio de bolsistas [329].

Conclusão parcial – 1979-1990

Ao se iniciar a década de 1980, a política externa brasileira insistiu na busca por maior independência internacional e defesa do projeto de desenvolvimento nacional.

Tanto no Brasil como na China, segurança e defesa colocaram-se a serviço do crescimento econômico e da preservação da autonomia do país em termos de segurança, atuando a indústria de defesa na garantia de exportações maciças da produção e da imperiosa necessidade de obter divisas.

O tratamento dispensado ao Brasil por norte-americanos e europeus, sobretudo nas áreas comercial e financeira, em que prevaleceram atitudes discriminatórias e protecionistas, prejudicaram sobremaneira os negócios internacionais do Brasil. Com os Estados Unidos, em particular, atravessaram-se enormes dificuldades, não tendo sido encontradas soluções adequadas para os problemas políticos, comerciais, financeiros e de cooperação bilateral. Ademais, o tratamento dado ao Brasil pelos norte-americanos no setor financeiro e em vários setores industriais foi considerado menos favorável do que para outros países em desenvolvimento. Nas relações com a Rússia, foram tímidos os laços estabelecidos, não tendo sido avançadas de forma efetiva as relações políticas e econômicas bilaterais.

Com o Japão, os saldos comerciais também foram bastante modestos quando comparados aos obtidos entre japoneses e chineses. Foi registrada retração de complementaridade nipo-brasileira a partir do início dos anos 1980 e diminuição da importância de garantia de fornecimento de matérias-primas brasileiras. Por sua vez, o aumento do temor de investidores japoneses em destinar inversões para países com problemas de dívida externa, aliado à internacionalização do sistema financeiro japonês explicou a opção de empresas japonesas em efetivar um imenso fluxo de investimentos aos países desenvolvidos, em troca de bens sofisticados e de alto valor agregado.

Na África, crises das dívidas externas e de instabilidades econômicas internas impuseram recuos nos projetos afro-brasileiros anteriormente desenvolvidos, assim como no comércio bilateral, apesar de ter sido mantida a inflexão no continente e as linhas gerais de condutas anteriores.

Frente aos parcos resultados alcançados em suas relações internacionais, e particularmente com os países desenvolvidos, o Brasil decidiu insistir tanto na sua política regional – tendo avançado no processo de integração pelo estabelecimento de um novo eixo bilateral com a Argentina – quanto na árdua tarefa de identificação e aprofundamento de oportunidades de coope-

---

[329] Cf. "I Comissão Mista Brasil-RPC. Contatos Paralelos. Ministério de Assuntos Culturais". Telegrama Confidencial da Embaixada em Pequim para Exteriores. OF00124 - 52130, 06/03/80.

O Brasile a China-10.indd 145 25/3/2008 00:36:38

ração com outros países do sistema internacional. Passou a fazer parte dos objetivos prioritários da diplomacia brasileira o estreitamento de relações com países do "mesmo nível" do Brasil fora da América do Sul. Neste sentido, as aberturas políticas e econômicas nas relações internacionais do Brasil favoreceram os contatos com países asiáticos, além do Japão.

A China, de sua parte, também adotou, naquele momento, estratégias de desenvolvimento baseadas na ampliação das relações internacionais, sobretudo com vistas à aquisição e dominação de tecnologias avançadas (parte do projeto das Quatro Modernizações), à conservação de sua independência internacional e à aquisição de *status* de "igual aos grandes". O início da era Deng marcou de forma definitiva o comprometimento chinês com a modernização (a partir de 1978), passando o desenvolvimento e segurança a virem antes de ideologia como fatores-chave da política externa.

A China assinou tratado de paz e amizade com o Japão (agosto de 1978), normalizou suas relações com os Estados Unidos (janeiro de 1979) e relançou negociações com a URSS (março de 1983), buscando diminuir tensões entre as duas partes. Com a URSS, os entendimentos não foram apenas na área política, mas também de comércio e de investimentos conjuntos em projetos industriais. As relações sino-européias, apesar de ainda modestas, continuaram a avançar durante os anos 1980. Foram concluídos contratos comerciais e de investimentos e estabelecidos acordos nos âmbitos econômico-comercial, industrial, de agricultura, ciência e tecnologia, energia, minérios, transportes e meios ambiente.

A política externa da China tanto para a África quanto para a América Latina foi condicionada às possibilidades de contribuição ao desenvolvimento nacional, tendo sido dada prioridade às realizações menos espetaculares e onerosas. A opção por não mais rivalizar com grandes potências e avançar nos projetos de modernização levou a China a colocar ênfase apenas na cooperação "Sul-Sul" que pudesse trazer vantagens econômico-comerciais concretas.

Refletindo tal conduta, a colaboração da China à maior parte dos países da América Latina restringiu-se ao plano político. Assim, além de apoiar movimentos de integração latino-americana e criticar as políticas intervencionistas das superpotências na região centro-americana, sobretudo dos Estados Unidos, a China aumentou a troca de visitas com países latino-americanos e incrementou o processo de construção do aparato institucional, baseado na assinatura de acordos em áreas diversas e criação de grupos de trabalho bilaterais.

Com o Brasil, fortaleceu-se a base política da relação com a China, abrindo-se possibilidades de ampliação de ganhos concretos igualmente nas áreas econômica, científica e tecnológica, tendo sido registrada a assinatura de mais de vinte atos bilaterais ao longo da década de 1980 – incluindo os acordos básicos nas áreas de ciência e tecnologia, energia nuclear e cooperação cultural e educacional.

A viagem à China do Presidente João Figueiredo, em junho de 1984 (primeira de um chefe de estado e de governo à China) e a do Presidente Sarney, em julho de 1988, sinalizaram o fechamento do ciclo embrionário de

O Brasile a China-10.indd 146 25/3/2008 00:36:38

dez anos – relativo ao estabelecimento formal das relações sino-brasileiras – e o início do ciclo de cooperação nas relações sino-brasileiras, indiferente às turbulências econômicas e acontecimentos políticos no Brasil e na China nos anos seguintes.

As relações com a China passaram a indicar a autonomia que o país desejava manter frente aos países desenvolvidos. Para os chineses, também interessava manter relações com o Brasil para contrabalançar as restrições à aquisição de tecnologia avançada impostas pelos países desenvolvidos. A proposta de construção conjunta de satélites de sensoriamento remoto (projeto CBERS) inseriu-se neste contexto.

Mesmo incipientes, as relações comerciais sino-brasileiras registraram, de 1980 a 1984, crescimento das vendas chinesas de petróleo, de produtos químicos e farmacêuticos (12,7%) e de peças para máquinas. Do lado brasileiro, foram exportados para a China minérios e produtos siderúrgicos, óleos vegetais, produtos agropecuários, além de produtos químicos e farmacêuticos. Em meados da década, assistiu-se ao atingimento de índice recorde na corrente de comércio de mais de US$1 bilhão e à elevação da China a segundo maior mercado asiático para as exportações brasileiras.

Contudo, fatores como transporte oneroso, infra-estrutura deficitária e produtos pouco competitivos – do lado brasileiro – e necessidade de ajustes no programa de reforma econômica e de melhorias na infra-estrutura portuária e ferroviária – do lado chinês – foram apontados como os principais empecilhos à expansão do comércio bilateral. Por sua vez, a persistência de desconhecimento recíproco de hábitos e realidades do outro país e as limitações mútuas no que se refere às possibilidades de financiamento de exportações, ademais da concentração excessiva em poucos produtos das pautas de exportação e importação revelaram o quadro ainda em formação das relações bilaterais.

Na presença de reformas internas, o Brasil também teve dificuldades para fazer alavancar a cooperação com a China. Assim, passado apenas um ano desde a assinatura do acordo-base, em 1988, incertezas e indefinições levaram o Brasil a descumprir suas obrigações financeiras com o projeto CBERS, o qual adentrou uma fase de inércia.

Apesar da instauração da democracia no Brasil, em 1985, e da abertura de novas frentes diplomáticas com a comunidade internacional e regional, o agravamento da questão da dívida externa, o ressurgimento de fortes pressões inflacionárias, a moratória decretada em 1987 e o início da redução de grandes projetos da era Geisel dificultaram a obtenção de saldos positivos nas relações internacionais do Brasil.

Por outro lado, a repressão aos movimentos democráticos na China, em maio e junho de 1989, provocou reações vigorosas especialmente no mundo ocidental, entravando, por um tempo, a abertura econômica da China. O processo de desintegração soviética, desencadeado em agosto de 1991, também influenciou no isolamento da China perante o sistema internacional.

Os efeitos destes grupos de eventos nas relações sino-brasileiras foram enormes, os quais se fizeram sentir ao longo dos primeiros anos da década de 1990.

O Brasile a China-10.indd 147 25/3/2008 00:36:39

O Brasile a China-10.indd 148 25/3/2008 00:36:39

Consolidando as Relações Sino-Brasileiras (1990 - 2004)

O Brasile a China-10.indd 149 25/3/2008 00:36:39

O Brasile a China-10.indd 150 25/3/2008 00:36:39

Capítulo 3

Esfriamento das relações bilaterais e superação de desafios (1990-1994)

Ao final da década de 1980 e início da década de 1990, eventos como o desmoronamento de regimes comunistas na Europa do Leste, a reunificação da Alemanha e a desintegração da URSS marcaram de forma profunda o cenário internacional, assinalando não somente o fim do antagonismo ideológico, político-econômico e militar característico da Guerra Fria, mas também do "breve século XX" [330]. Assim, a partir de 1991, uma nova era foi inaugurada, tendo por características iniciais fundamentais a retomada do curso da história de expansão do capitalismo, interrompido pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a Revolução Russa (1917), e a presença única e triunfante da hegemonia estratégica norte-americana [331].

Face às transformações ocorridas tanto no Brasil quanto na China, ligadas a reformas político-econômicas e adaptações diante do novo cenário internacional, as relações sino-brasileiras sofreram sérios desgastes. Apesar de terem logrado construir um diálogo político sólido após mais de quinze anos de relações oficiais, os dois países não conseguiram evitar um sensível retrocesso nas manifestações mais concretas do intercâmbio bilateral no período que se estendeu do final do Governo de José Sarney (1985-1990) ao final do Governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992). Desse modo, setores nos quais se encontrava em jogo a implementação efetiva de compromissos de cooperação, além da tomada de ações com vistas à evolução do intercâmbio, foram fortemente afetados. As dificuldades impostas à cooperação e ao comércio sino-brasileiros foram, em parte, superadas a partir do Governo de Itamar Franco (1992-1994).

FIM DA GUERRA FRIA E POLÍTICA EXTERNA COMPARADA

No Brasil, o governo de Fernando Collor de Mello – primeiro Presidente da República eleito de forma direta, após o fim do regime militar – introduziu

[330] Cf. Hobsbawn, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX – 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
[331] Cf. Bandeira, Luiz Alberto Moniz. *As relações perigosas: Brasil-Estados Unidos (de Collor a Lula, 1990-2004)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p. 47-48.

O Brasile a China-10.indd 151 25/3/2008 00:36:39

diversas medidas visando à inserção e adaptação do país aos novos contornos da economia global. Apesar de extremamente necessária ao desenvolvimento nacional, considerou-se que a inserção do Brasil na economia internacional foi feita "de forma impulsiva e unilateral, sem exigir contrapartidas dos outros Estados, sem exigência de reciprocidade ou sem precaução de salvaguardas, sem garantir às empresas nacionais ou estrangeiras, estabelecidas no Brasil, condições de competir com os produtos importados" [332].

Dentre outras decisões, o governo diminuiu barreiras à entrada de capital estrangeiro e de tarifas para vários produtos importados e reduziu impedimentos burocráticos que controlavam a remessa de lucros para o exterior. Assim, as políticas de desregulamentação do fluxo financeiro naqueles primeiros anos da década de 1990 facilitaram a entrada e saída de capital no Brasil [333]. Considerou-se, igualmente, que a promessa de uma economia estabilizada foi um dos fatores que contribuíram para que os investimentos estrangeiros retornassem ao Brasil [334].

Frente às grandes modificações que estavam ocorrendo no sistema internacional, o Itamaraty demonstrou dificuldades de adaptação: "Entre 1990 e 1995, cinco ministros ocuparam a pasta das Relações Exteriores, dois de fora da casa, a denotar instabilidade de pensamento e de estratégia externa" [335]. Ademais, o Itamaraty foi esvaziado de muitas de suas atribuições e excluído de diversas decisões em política externa devido a dois motivos em especial: i) a existência, no interior do MRE, de um núcleo de resistência oposto ao projeto governamental [336]; ii) a capacidade das autoridades econômicas em aplicar "diretrizes monetaristas e liberais com desenvoltura e com conseqüências sobre a organização nacional", sobretudo nas áreas de alfândega, finanças externas e da abertura empresarial [337].

Decisões governamentais modificaram os rumos da política externa brasileira prevalecentes nos últimos sessenta anos. A diplomacia autonomista, considerada fundamental à matriz desenvolvimentista criada em 1930, foi abandonada perante a aceitação do discurso globalizante do pós-Guerra Fria e a opção pela abertura à nova ordem neoliberal, a qual se acreditava ser inevitável e fundamental para alavancar a modernização do país [338].

---

[332] Cf. Bandeira, Luiz Alberto Moniz. *As relações perigosas: Brasil-Estados Unidos (de Collor a Lula, 1990-2004)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p. 56.
[333] Cervo, A; Bueno, C. *História da Política Exterior do Brasil*. 2ª ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2002, p. 458-460.
[334] "Relações Brasil-RPC. Problemas e Perspectivas. Sugestões de Ação. Avaliação Geral". Telegrama Confidencial da Embaixada em Pequim para Exteriores, Abdenur. OF00979 - 42000, 18/11/92.
[335] Cervo, A; Bueno, C. *História da Política Exterior do Brasil*. 2ª ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2002, p. 458-460.
[336] Vizentini, Paulo Fagundes. *Relações Internacionais do Brasil: de Vargas a Lula*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 81.
[337] Cervo, A; Bueno, C. *História da Política Exterior do Brasil*. 2ª ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2002, p. 455-456.
[338] Vizentini, Paulo Fagundes. *Relações Internacionais do Brasil: de Vargas a Lula*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 79.

O Brasile a China-10.indd 152 25/3/2008 00:36:39

Em detrimento das relações com os países em desenvolvimento, incluindo a China, foram privilegiadas as relações com os países desenvolvidos, aos quais se concedeu mais do que se recebeu. Considerada, por vezes, como "culto ao americanismo primário" [339], a escolha pela convergência com os países desenvolvidos, sobretudo em questões econômico-comerciais e financeiras, foi justificada diante da necessidade de recuperação de terreno e de credibilidade, perdida ao longo da década de 1980 devido à crise do endividamento, da instabilidade monetária e da estagnação econômica [340].

De acordo com Moniz Bandeira, o Brasil submeteu-se, logo nos primeiros anos da década de 1990, às recomendações para a reforma econômica, estabilização monetária e pleno restabelecimento das leis de mercado, sobre as quais havia amplo "consenso em Washington", tanto entre os membros do Congresso e da Administração quanto entre os tecnocratas das instituições financeiras internacionais, agências econômicas do governo norte-americano, Federal Reserve Board, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e *think tanks*, as quais consistiam em: "1 – disciplina fiscal; 2 – mudança das prioridades no gasto público; 3 – reforma tributária; 4 – taxas de juros positivas; 5 – taxas de câmbio de acordo com as leis do mercado; 6 – liberalização do comércio; 7 – fim das restrições aos investimentos estrangeiros; 8 – privatização das empresas estatais; 9 – desregulamentação das atividades econômicas; 10 – garantia dos direitos de propriedade" [341].

> O Brasil afastou-se, em larga medida, de sua anterior diplomacia mundial e multilateral, voltando a alinhar-se aos Estados Unidos e a desenvolver uma política mais centrada nas Américas. Pior ainda, as novas teses vitoriosas com o fim da Guerra Fria foram adotadas sem resistência, não se utilizando a ampla margem de manobra que um país com as dimensões e a tradição diplomática do Brasil possuía [342].

O início dos anos 1990 foi marcado por eventos igualmente importantes nas políticas interna e externa da China, tais como a realização do XIV Congresso do PCC (1992), culminando com a entronização de uma plataforma de aceleração e ampliação do processo de reforma e abertura do país ao exterior, assim como anúncio da criação de uma "economia socialista de mercado com características chinesas" e o rompimento do isolamento em que se encontrava desde o final dos anos 1980.

O isolamento da China, que se iniciou em 1989 (e se estendeu por aproximadamente quatro anos), foi provocado por três séries de eventos que

---

[339] Vizentini, Paulo Fagundes. *Relações Internacionais do Brasil: de Vargas a Lula.* São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 79.
[340] Danese, Sérgio. *Diplomacia Presidencial.* Rio de Janeiro: Topbooks, 1999, p. 388. Cervo, A; Bueno, C. *História da Política Exterior do Brasil.* 2ª ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2002, p. 457-458.
[341] Cf. Bandeira, Luiz Alberto Moniz. *As relações perigosas: Brasil-Estados Unidos (de Collor a Lula, 1990-2004).* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p. 50.
[342] Vizentini, Paulo Fagundes. *Relações Internacionais do Brasil: de Vargas a Lula.* São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 79.

O Brasile a China-10.indd 153 25/3/2008 00:36:40

obrigaram Pequim a entrincheirar-se em atitudes defensivas [343]. O primeiro fator de retraimento chinês surgiu após os "eventos na Praça Tien-an-men" de junho de 1989, os quais levaram à imposição de sérios protestos por parte de diversos países ocidentais a título de represália. Em seguida, desencadeou-se o processo que levou ao fim do campo comunista europeu, o qual se iniciou com a queda do Muro de Berlim, em 9 de novembro de 1989, e anúncio da extinção da República Democrática Alemã, e se concretizou com o desaparecimento em série de diversos partidos comunistas localizados na Europa do Leste e a proclamação, em 1991, da independência das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e interdição do Partido Comunista Soviético. No Extremo Oriente, países comunistas como a Coréia do Norte foram paulatinamente afastados da comunidade internacional. Por sua vez, a partir de 1988, Taiwan passou a adotar uma 'diplomacia mais flexível', visando restaurar progressivamente as relações exteriores da República da China. Restou à RPC, único grande país socialista subsistente, lutar pelo fim do isolamento que tais fatos lhe causavam [344].

Poucos meses após a crise de Tien-an-men, e antes mesmo de a China realizar qualquer concessão ao movimento democrático interno e às exigências das potências estrangeiras, estas começaram a suspender as sanções impostas ao país. O Japão, primeiro a anunciar, ao final de 1989, sua intenção de desbloquear créditos públicos à China, acreditava que o isolamento chinês poderia provocar instabilidade no Extremo Oriente. Logo em seguida, a França achou por bem autorizar alguns financiamentos públicos dirigidos à China, dando continuidade ao processo de inserção de suas principais empresas no mercado asiático. De sua parte, a China buscou ativar sua diplomacia aplicando medidas apaziguadoras, a partir de 1990, o que contribuiu para romper o isolamento em que se encontrava [345].

Entre os anos 1989-1994, a diplomacia chinesa passou a se conscientizar das conseqüências do fim da Guerra Fria. Por um lado, a China não podia mais exercer sua influência estratégica no jogo de equilíbrio até então existente entre as duas grandes potências. Por outro lado, a liberalização da Ásia oriental do conflito bipolar oferecia à China um maior campo de ação regional, em que os principais atores, inclusive o Japão, haviam escolhido colaborar com seu desenvolvimento. Assim, a importância adquirida pelos fatores econômicos no cenário internacional abriu novas possibilidades de manobra a uma China em processo de rápido crescimento. Por sua vez, a melhoria das relações com países vizinhos garantiu maior segurança imediata à RPC, servindo de contrapeso aos meios de defesa ainda bastante inferiores aos das potências do momento [346].

---

[343] Cf. Joyaux, François. *La politique extérieure de la Chine Populaire.* Paris: PUF, 1993, p. 106-124.
[344] Cf. Bergère, Marie-Claire. *La Chine de 1949 à nos jours.* 3e ed. Paris : Armand Colin, 2000, p. 284-285. Cf. Joyaux, François. *La politique extérieure de la Chine Populaire.* Paris: PUF, 1993, p. 106-107.
[345] Joyaux, François. *La politique extérieure de la Chine Populaire.* Paris: PUF, 1993, p. 109-110.
[346] Cf. Domenach, Jean-Luc; Richer, Philippe. *La Chine – Tome 2 – De 1971 à nos jours.* Paris : Édition du Seuil, 1995, p. 641-642.

O Brasile a China-10.indd 154 25/3/2008 00:36:40

Ao se iniciar a década de 1990, a abertura da China e sua conversão parcial ao capitalismo reforçaram bruscamente a integração do país aos grandes fluxos econômicos e culturais regionais e mundiais. Se, de um lado, sobretudo por ação dos chineses do ultramar, os principais centros urbanos chineses foram diretamente ligados aos grandes centros financeiros asiáticos e mundiais, colaborando para a decisiva modernização do país, de outro, a maior integração ao mundo fez com que a China percebesse a grande dissonância em termos de potência que ainda a separava de seus principais parceiros orientais e ocidentais[347].

Nota-se, assim, que Brasil e China reagiram de forma bastante distinta diante da energia liberada pelo processo de expansão capitalista, aceitando cada qual subordinar-se em graus variados aos desígnios da globalização. Enquanto que no Brasil transitou-se da autonomia decisória à subserviência, adentrando a via do *Estado Normal* – de características destrutivas e regressivas [348] – e interrompendo as estratégias de promoção do desenvolvimento "pela via assertiva das políticas de Estado", na China prosseguiu-se em caminho inverso, privilegiando a vertente *Desenvolvimentista*. Apesar do breve isolamento chinês, reformas internas via aproveitamento de vantagens internacionais comparativas serviram como motor de desenvolvimento, de inclusão social internacional e de participação autônoma no sistema internacional.

Já a política externa brasileira, além de colocar em segundo plano parcerias internacionais alternativas, provocando encolhimento da diplomacia brasileira, foi conduzida, durante os primeiros anos da década de 1990, a renunciar a iniciativas ligadas à idéia de "Brasil potência", como o projeto nuclear e a indústria de informática:

> O Brasil abdicava de uma opção nuclear militar por meio da adoção de salvaguardas amplas (*full scope saveguards)* determinadas no Tratado de Tlatelolco, entrando no regime de não-proliferação nuclear. Além disso, se comprometia a uma forte política de cooperação e defesa ambiental e aceitava o regime de controle de tecnologia para mísseis, demonstrando sua inclinação para receber tecnologias de ponta, coadunada com a cooperação internacional de forma transparente [349].

Abandonou-se no Brasil, destarte, a tendência iniciada nos anos 1970 que permitira a transição da segurança coletiva para a segurança nacional e a produção de meios de defesa e dissuasão. Dentre as medidas práticas adotadas, destacam-se: i) a adesão aos pactos de erradicação de armas químicas e biológicas de destruição massiva e ao Regime de Controle de

---

[347] Cf. Domenach, Jean-Luc; Richer, Philippe. *La Chine – Tome 2 – De 1971 à nos jours.* Paris : Édition du Seuil, 1995, p. 643.
[348] Cervo, Amado Luiz "Política Exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático", in *RBPI*, 46(2), 2003, p. 5-25.
[349] Lohbauer, Christian. *Brasil-Alemanha: fases de uma parceria (1964-1999)*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000, p. 127-128.

O Brasile a China-10.indd 155 25/3/2008 00:36:41

Tecnologia de Mísseis (*Missile Technology Control Regime – MTCR*) [350]; ii) a aceitação, de forma indireta, do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), via assinatura do Acordo Quadripartite com a Argentina pela Agência Brasileiro-Argentina de Controle e Contabilidade de Materiais Nucleares (ABACC) e Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA); iii) adesão ao Tratado de Tlatelolco, com a retirada das ressalvas sobre as explosões atômicas para fins pacíficos; iv) desativação, em setembro de 1990, do Programa Nuclear Paralelo; v) anúncio na ONU da posição brasileira contrária à idéia de explosões nucleares, mesmo para fins pacíficos [351].

Na conduta da política externa voltada para a realização de interesses concretos de seu desenvolvimento, os dirigentes chineses não abdicaram de sua "vontade de potência", conferindo, para tanto, peso preponderante aos preceitos clássicos de equilíbrio de poder, de forma a permitir a combinação da necessária cooperação internacional ao relançamento de sua política de defesa [352].

Assim como o Brasil, a China foi fortemente impulsionada a aderir ao "regime de controle de tecnologia de mísseis", o qual aceitou observar as regras, a partir de março de 1991, após diversas denúncias de vendas de armas a países do Terceiro Mundo pertencentes principalmente ao sudeste asiático e ao Oriente Médio. Em agosto de 1991, o governo chinês anunciou sua intenção em aderir ao tratado de não-proliferação de armas nucleares (TNP) de 1968, tendo a ele aderido em 9 de março de 1992 [353]. Porém, a assinatura do TNP não impediu a China de continuar exportando armamentos nucleares para o Oriente Médio, deixando transparecer, pela atitude ambígua adotada, a recusa em submeter os interesses nacionais às novas responsabilidades internacionais [354].

> La Chine a signé les traités de Tlatelolco (1974) et de Rarotonga (1989); enfin, retirer toutes les armes nucléaires déployées à l'étranger. Par la suite, Pékin a adhéré, le 9 mars 1992, au traité de non-prolifération (TNP, signé em 1968). Côté négatif: en plus de la vente des composants au Pakistan et l'essai cités plus haut, il y a eu la révélation, à l'été 1991, d'une contribution chinoise au développement de l'armement nucléaire irakien et l'existence de soupçons sur une contribution identique à celui de l'Iran [355].

Ao contrário do Brasil, a China continuou a raciocinar em termos de "luta de forças" entre as nações, conferindo grande importância ao reforço

---

[350] Cervo, A; Bueno, C. *História da Política Exterior do Brasil.* 2ª ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2002, p. 470-471.
[351] Cf. Bandeira, Luiz Alberto Moniz. *As relações perigosas: Brasil-Estados Unidos (de Collor a Lula, 1990-2004).* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004,p. 57.
[352] Cf. Bergère, Marie-Claire. *La Chine de 1949 à nos jours.* 3e ed. Paris : Armand Colin, 2000, p. 294-295.
[353] Cf. Domenach, Jean-Luc; Richer, Philippe. *La Chine – Tome 2 – De 1971 à nos jours.* Paris : Édition du Seuil, 1995, p. 626.
[354] Cf. Bergère, Marie-Claire. *La Chine de 1949 à nos jours.* 3e ed. Paris : Armand Colin, 2000, p. 294-295.
[355] Cf. Domenach, Jean-Luc; Richer, Philippe. *La Chine – Tome 2 – De 1971 à nos jours.* Paris: Édition du Seuil, 1995, p. 626.

O Brasile a China-10.indd 156 25/3/2008 00:36:41

do potencial militar nacional. Assim, superados os sacrifícios do desenvolvimento econômico dos anos 1980, a política chinesa de armamentos foi relançada nos primeiros anos da década de 1990, dando prioridade à modernização das forças aéreas, navais e de armas nucleares. Ademais, diversas explosões nucleares foram planejadas até 1996, quando a China assinou o Tratado de interdição de experiências nucleares. As compras de armamentos estrangeiros cada vez mais sofisticados foram multiplicadas, tendo a Rússia como principal fornecedor [356].

Por sua vez, a *soft power* brasileira foi ampliada no terreno ambiental, tendo o país alcançado resultados positivos durante a primeira metade da década de 1990, quando foi escolhido para ser anfitrião da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992 (Rio-92). Naquela e em outras ocasiões, o Brasil logrou agregar o tema do desenvolvimento ao debate sobre meio ambiente, conduzindo os trabalhos de modo a substituir o confronto pela cooperação ambiental no diálogo Norte-Sul [357].

Também no campo dos direitos humanos, o Brasil aderiu a diversos documentos internacionais e participou de forma criativa e inovadora na elaboração de teses em defesa dos direitos humanos. Em 1992, o Brasil aderiu a dois Tratados Gerais de proteção aos direitos humanos da ONU; Convenção de direitos humanos da OEA; e a Convenções Internacionais contra a discriminação racial e da mulher, contra a tortura, sobre direitos da criança e do refugiado. Em 1993, ao longo dos trabalhos da Conferência Mundial de Direitos Humanos, realizada em Viena, a equipe brasileira defendeu a vinculação entre fruição de direitos humanos e condições de bem-estar social alcançadas com o desenvolvimento econômico, tese que prevaleceu nas conclusões da Declaração Final da Conferência [358].

A necessidade de ser reconhecida como grande potência levou igualmente a China a inserir-se nos mais diversos debates internacionais e a assinar acordos tratando de temas como trocas comerciais e financeiras, poluição do meio ambiente, segurança e direitos humanos [359].

Relações privilegiadas com países desenvolvidos

Nos primeiros anos da década de 1990, as relações da RPC com os Estados Unidos foram caracterizadas por dois movimentos contraditórios. De um lado, os Estados Unidos tiveram papel fundamental no processo de reforma e crescimento econômicos chineses, ao colaborarem de forma

---

[356] Bergère, Marie-Claire. *La Chine de 1949 à nos jours.* 3e ed. Paris : Armand Colin, 2000, p. 284-285.
[357] Cervo, A; Bueno, C. *História da Política Exterior do Brasil.* 2ª ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2002, p. 465.
[358] Cf. Cervo, A; Bueno, C. *História da Política Exterior do Brasil.* 2ª ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2002, p. 467.
[359] Cf. Bergère, Marie-Claire. *La Chine de 1949 à nos jours.* 3e ed. Paris: Armand Colin, 2000, p. 294-295.

O Brasile a China-10.indd 157 25/3/2008 00:36:41

significativa com o aumento dos investimentos, das transferências tecnológicas e das exportações chinesas. De outro lado, a presença da principal potência mundial tornou-se incômoda frente ao papel cada vez mais dinâmico da China na Ásia oriental. Por sua vez, a evolução das relações bilaterais mostrou-se ainda mais oscilante diante da crescente influência mútua que causavam em suas respectivas economias e políticas internas [360].

Liberada do conflito entre as duas grandes potências da Guerra Fria, a China buscou ampliar sua latitude de ação na Ásia oriental, reforçar seu *status* de potência regional e aumentar sua integração ao circuito mundial. Frente a tais objetivos, aceitou mal não apenas a diferença de capacidade existente entre ela e as demais potências, mas principalmente a presença norte-americana em suas esferas mais próximas de influência, reagindo às investidas hegemônicas adotando atitudes diplomáticas nacionalistas.

A seqüência de crises observadas nas relações sino-americanas ao longo da primeira metade da década de 1990 – a exemplo da aplicação de sanções econômicas e diplomáticas norte-americanas diante da repressão de Tiananmen (1989), da hostilidade americana à candidatura de Pequim (1993) a sede dos Jogos Olímpicos de 2000 e do lançamento de mísseis chineses no estreito de Taiwan, seguida de intervenção da marinha americana (1996) – parece originar-se da clássica lógica da "rivalidade entre potência hegemônica e potência aspirando à hegemonia" [361]. Do lado chinês, as desconfianças estavam diretamente ligadas ao sentimento de inferioridade face às diferenças de potencial econômico e militar existentes entre os dois países. Do lado norte-americano, além do grande desejo que o mercado chinês despertava em lobbistas e empresários americanos, a suspeição recaiu sobre a possibilidade de a China vir a desestabilizar a ordem internacional criada pelos Estados Unidos, a *Pax Americana* [362]. Os diversos laços econômicos, sociais e culturais que surgiram entre os dois países, assim como a participação mais ativa da RPC nos debates e iniciativas sobre a cena internacional, constituíram importantes contrapesos às rivalidades governamentais alimentadas de lado a lado – tanto no campo dos direitos humanos, das práticas desleais de comércio, quanto no tratamento da regulamentação de venda de mísseis.

A preponderância mundial da potência americana – e de suas preocupações estratégicas, interesses comerciais e exigências burocráticas – causou impactos distintos no Brasil e na China logo nos primeiros anos da década de 1990. Ao contrário da China, e devido ao 'deslumbramento' [363] do Presidente Collor de Mello com a perspectiva de um mundo unipolar, o

---

[360] Cf. Bergère, Marie-Claire. *La Chine de 1949 à nos jours.* 3e ed. Paris: Armand Colin, 2000, p. 293.
[361] Tradução do francês, "rivalité entre puissance hégémonique et puissance aspirant à l'hégémonie". Cf. Bergère, Marie-Claire. *La Chine de 1949 à nos jours.* 3e ed. Paris: Armand Colin, 2000, p. 294.
[362] Cf. Bergère, Marie-Claire. *La Chine de 1949 à nos jours.* 3e ed. Paris: Armand Colin, 2000, p. 294.
[363] Expressão usada por Moniz Bandeira em: Bandeira, Luiz Alberto Moniz. *As relações perigosas: Brasil-Estados Unidos (de Collor a Lula, 1990-2004).* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p. 61.

O Brasile a China-10.indd 158 25/3/2008 00:36:42

Brasil acomodou-se placidamente às normas exigidas pelos Estados Unidos. A adequação não foi mais ampla graças às resistências internas que nasceram no seio do próprio governo, levando o Presidente brasileiro a tomar atitudes contrárias aos interesses norte-americanos na região. Podem ser citadas, a título de exemplo: i) a recusa do Brasil em apoiar os Estados Unidos durante a Guerra do Golfo (agosto de 1990); ii) a resistência à pressão da Argentina em transformar o Mercosul em simples zona de livre comércio, para ajustá-lo aos interesses norte-americanos; iii) a oposição do Brasil à "tentativa do Pentágono de implementar suas diretrizes estratégicas na América Latina, que as Forças Armadas brasileiras repeliam", posto que limitavam seu papel a missões de policiamento, especialmente para o combate ao narcotráfico[364].

A partir de 1993, já no governo de Itamar Franco, Brasil e EUA mantiveram clima de entendimento e colocaram em evidência o caráter positivo da história comum entre os dois países. A "relação pessoal afetiva" que o Ministro (e, posteriomente, Presidente) Fernando Henrique Cardoso desenvolvera om o Presidente Bill Clinton em muito facilitou a administração das ligações entre os dois países [365].

As relações entre os vizinhos chineses e japoneses passaram igualmente por momentos difíceis ao longo da década de 1990. Se, por um lado, não interessava ao Japão afastar a China dos negócios asiáticos – fato que, segundo percepção japonesa, poderia gerar instabilidade no Extremo-Oriente – por outro, pareceu-lhe insuportável o aumento do nacionalismo chinês, assim como os realinhamentos estratégicos do pós-Guerra Fria. Do lado chinês, surgiram ressentimentos devido à aproximação militar do Japão com os Estados Unidos, assim como à aproximação econômico-comercial do Japão com Taiwan. Como conseqüência, nenhum tipo de reconciliação profunda foi estabelecido entre as duas principais potências da Ásia oriental no âmbito político.

Por sua vez, as relações nipo-brasileiras não lograram superar tendência declinante no campo comercial, iniciada na década anterior, a qual esteve em grande parte atrelada à diminuição de demanda japonesa por matérias-primas e à reorientação de seus investimentos para países asiáticos com mão-de-obra barata. As relações do Brasil com o Japão também sofreram novos desgastes frente à influência negativa da política externa brasileira dos primeiros anos da década, a qual permitiu a acomodação e esfriamento de importantes relações bilaterais [366].

Por sua vez, ao longo da década de 1990, Brasil e RPC buscaram normalizar suas relações com a Rússia, tendo sido confirmados os diversos acordos concluídos anteriormente com a ex-URSS. Permitiu-se assim, a partir de 1992, a retirada de 60.000 homens ao longo da fronteira da Rússia

---

[364] Cf. Bandeira, Luiz Alberto Moniz. *As relações perigosas: Brasil-Estados Unidos (de Collor a Lula, 1990-2004).* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004,p. 58-65.
[365] Cervo, A; Bueno, C. *História da Política Exterior do Brasil.* 2ª ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2002, p. 478.
[366] Cervo, A; Bueno, C. *História da Política Exterior do Brasil.* 2ª ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2002, p. 478-480.

O Brasile a China-10.indd 159 25/3/2008 00:36:42

com a RPC e a delimitação da fronteira entre a Mongólia e o Pacífico. A evolução safisfatória das relações bilaterais conduziu, em seguida, à assinatura de novos acordos tecnológicos e comerciais – e a um considerável aumento das vendas de armas russas à China.

A aproximação russo-brasileira procedeu-se de maneira lenta e gradual, tendo sido identificadas similitudes entre os dois países, tais como: capacidades e dimensões continentais; importância regional; população e produto interno bruto; imensos recursos naturais e parques industriais; adoção de processos de transformações baseados na abertura e modernização das economias nacionais e liberalização do comércio; e busca da integração regional e diversificação de parcerias no plano internacional. Na seqüência, foram realizadas diversas reuniões de alto nível entre representantes brasileiros e russos. Destacou-se a visita do Chanceler Celso Amorim a Moscou, realizada em outubro de 1994, ocasião em que foram lançadas novas bases para as relações bilaterais, tendo sido assinados acordos sobre defesa do meio ambiente; prevenção ao uso e combate à produção e tráfico ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas; nomeação de adidos militares; proteção e promoção de investimentos e eliminação de dupla tributação, assim como um protocolo sobre consultas políticas. Ainda durante a gestão do Chanceler Amorim, foram iniciadas tratativas relacionadas ao estabelecimento de parceria estratégica entre Brasil e Rússia, visando ao aprofundamento das relações bilaterais.

Superados os choques ligados à dissolução da URSS e implementação de mudanças econômicas internas, as relações entre Brasil e Rússia adquiriram força e magnitude. Apesar de ainda modestas, as trocas comerciais acumularam, a partir de 1995, quantias superiores a US$900 milhões no comércio russo-brasileiro, constrastando com os US$212 milhões obtidos no início da década de 1990 [367].

Relações com países em desenvolvimento

Durante a década de 1990, o continente africano serviu de palco de disputa política entre Pequim e Taipei por apoio internacional. Neste contexto, a 'diplomacia flexível' adotada por Taiwan desde o XIII Congresso do Kuomintang, de julho de 1988, influenciou de forma contundente as relações que a RPC mantinha com os países africanos. Tal diplomacia refletiu o interesse de Taiwan em estabelecer relações bilaterais com um maior número de países, o que implicou, na prática, na manutenção de relações 'semi-oficiais' com aqueles países que haviam optado anteriormente pelo estabelecimento de relações formais com a RPC. Resultados positivos foram alcançados por Taiwan, tendo alguns países africanos renunciado às relações com a RPC e concordado em estabelecer relações oficiais com Taiwan – dentre eles,

[367] Cf. Bacigalupo, Graciela Zubelzú. "As relações russo-brasileiras no pós-Guerra Fria", in *Revista Brasileira de Política Internacional*, 43(2), 2000, p. 59-86.

O Brasile a China-10.indd 160 25/3/2008 00:36:42

Guiné-Bissau (maio de 1990), República Centro-Africana (julho de 1990) e Nigéria (junho de 1992) [368]. Tais conquistas taiwanesas foram facilitadas em grande parte pela implementação da chamada "money diplomacy" [369], a qual implicou na concessão de importantes reservas monetárias em troca de apoio político-diplomático. Apesar dos sucessos taiwaneses registrados, a RPC recuperou sua influência sobre os países africanos ao longo da década, restando, ao final do período, menos de uma dezena de países atrelados oficialmente a Taiwan. A opção chinesa em reforçar os aspectos comerciais das relações com os países africanos contribuiu sobremaneira para consolidar a posição da RPC no continente [370].

Ao contrário do ocorrido com a China, a política externa brasileira voltada para a África foi marcada por uma gradativa diminuição de sua importância estratégica. Assim, ao longo dos anos 1990, as relações afro-brasileiras apresentaram duas características principais: i) acelerado declínio dos intercâmbios, persistindo, porém, contatos seletivos e com finalidade de atender prioridades precisas e delimitadas a poucos países, regiões e temas; ii) desconstrução gradual do discurso culturalista que alimentara contatos comerciais entre Brasil e África; iii) surgimento de percepções mais críticas acerca do lugar da África na formação da nacionalidade brasileira e reinserção internacional do país [371].

Como consequência prática da mudança de rumos da política externa brasileira para a África, registrou-se um número decrescente de diplomatas servindo no continente africano (ao contrário do que vinha ocorrendo com Europa e Américas do Sul e do Norte) e declínio do comércio Brasil-África. Por um lado, as razões da transformação nas relações afro-brasileiras foram imputadas às dificuldades africanas em enfrentar profundos problemas econômicos, políticos e sociais, não tendo sido criadas opções de comércio entre as partes que permitissem adaptações ao contexto de crise. Por outro lado, a partir de 1992, a política externa brasileira privilegiou o intercâmbio platino, em detrimento da parceria até então prioritária com a África:

> O Mercosul, em certo sentido, substituiu o sentido estratégico que as relações com a África tinham na década de 1970 e parte da de 1980. Até a tipologia de intercâmbio comercial desenvolvida faz lembrar o comércio Brasil-África dos anos dourados, em que o Brasil trocava seus manufaturados por suprimentos energéticos como o petróleo [372].

---

[368] Joyaux, François. *La politique extérieure de la Chine Populaire.* Paris: PUF, 1993, p. 121-122.
[369] Cf. Latin América Research Group, CICIR. "Report on China's Latin America Policy", in *Contemporary International Relations,* 14(4), april 2004, p. 30.
[370] Cf. http://spaces.msn.com/manoeldiasbrazil/ consultado em 24/03/06.
[371] Saraiva, José Flávio Sombra. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 a nossos dias).* Brasília: Ed. UnB, 1996, p. 217.
[372] Saraiva, José Flávio Sombra. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 a nossos dias).* Brasília: Ed. UnB, 1996, p. 217.

O Brasile a China-10.indd 161 25/3/2008 00:36:43

Os governos de Fernando Collor de Mello e Itamar Franco deram apoio ao processo de integração latino-americano em andamento, tendo participado, respectivamente, da assinatura do Tratado de Assunção (1991), que criou o Mercosul, e a do Acordo de Ouro Preto (1994), que implantou a União Aduaneira [373]. Logo no início do Governo Itamar Franco, o chanceler Fernando Henrique Cardoso anunciou onde buscar os novos parceiros prioritários do Brasil: "No Leste Europeu, na América Latina e na Ásia. O Brasil não pode tirar os olhos da Ásia" [374].

As razões para não apenas a América Latina, mas também a Ásia ter sido definida como prioridade da diplomacia brasileira, em detrimento das relações com o continente africano, estavam relacionadas ao potencial cooperativo da região no campo da ciência e da tecnologia e ao crescente mercado de exportação e importação. O interesse brasileiro pela Ásia foi ainda motivado por duas razões em especial: a primeira, de cunho econômico, abria a perspectiva de associação com uma região cada vez mais atraente, graças ao sucesso do modelo de desenvolvimento econômico e científico-tecnológico por ela adotado; a segunda, de cunho político, atendia às diretrizes brasileiras de autonomia e diversificação de parcerias com países que, muitas vezes, adotavam posições similares às do Brasil em fóruns multilaterais [375].

A China também se interessava cada vez mais em aumentar sua presença diplomática e estratégica pelo sudeste e nordeste asiáticos, seja pela adesão a diversos atos multilaterais, seja por meio da multiplicação de contatos bilaterais. No plano multilateral, são exemplos da reafirmação das responsabilidades da China e de seu papel tradicional na Ásia: i) a participação permanente no processo de instauração de paz no Camboja, sob a égide da ONU (acordos de Paris de 1991); ii) aceitação de negociações propostas pela Associação das Nações do Sudeste Asiático - ANSEA (Association of Southeast Asian Nationas – ASEAN) para diminuir os conflitos suscitados pelas rivalidades nacionais no Mar do Sul da China (1995); iii) a colaboração no processo de aprovação da adesão à ANSEA de novos países (Vietnam, Birmânia, Laos e Camboja). No plano bilateral, apesar da simpatia e temor que simultaneamente inspirava a presença da potência norte-americana, foram estabelecidos novos laços econômico-comerciais entre China e Tailândia, Malásia, Laos e Camboja. Em 1992, a RPC estabeleceu ainda relações diplomáticas com a Coréia do Sul – que, rapidamente, se transformou em importante parceiro econômico –, ao mesmo tempo em que manteve relações amicais com a Coréia do Norte [376].

---

[373] Danese, Sérgio. *Diplomacia Presidencial.* Rio de Janeiro: Topbooks, 1999, p. 386.
[374] Citado por Saraiva, José Flávio Sombra. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 a nossos dias).* Brasília: Ed. UnB, 1996, p. 221.
[375] Oliveira, Henrique Altemani. "Brasil-China: trinta anos de uma parceria estratégica", in *Revista Brasileira de Política Internacional*, 47(1), 2004, p. 14-15.
[376] Cf. Bergère, Marie-Claire. *La Chine de 1949 à nos jours.* 3e ed. Paris : Armand Colin, 2000, p. 290-291.

O Brasile a China-10.indd 162 25/3/2008 00:36:43

FASE DE DESAFIOS NAS RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS

A RPC entrou em fase de franco entendimento igualmente com a América Latina na primeira metade da década de 1990, levando ao estabelecimento de políticas governamentais e não governamentais em todos os níveis de caráter crescentemente pragmático. Foram realizadas diversas visitas de altas autoridades chinesas à América Latina – incluindo Jiang Zemin, Li Peng, Qiao Shi, Zhu Rongji, Li Ruihuan e Hu Jintao –, as quais foram devidamente retribuídas por líderes latino-americanas [377]. Foram estabelecidos mecanismos de consulta política bilateral em nível ministerial ao longo da década com a maior parte dos países latino-americanos, contribuindo para a realização de reuniões regulares, voltadas para a discussão de problemas concernentes às relações bilaterais e às questões internacionais de interesse comum. Frente às necessidades ligadas ao crescimento pujante, a China considerava cada vez mais a América Latina como elemento indispensável do sistema econômico global:

> Gathering the world's abundant resources, Latin America is a dynamic area with great potentials for development. Among its diversiform natural resources, the proved-up oil reserves are 111.2 billion barrels, which is 10.6% of the world's 1.04 trillion barrels. Besides, Latin America is the world's most important producing area of silver. The silver deposits in Peru and Mexico alone reach 73.000 tons, which takes up 27% of the world's 270.000 tons. The copper and iron resources in Latin America are also abundant. The copper deposits in Chile, Mexico and Peru are 207 million tons, which is 44% of the world's 470 million tons. The ironstone deposits in Brazil and Venezuela hit 11.6 billion tons, which occupies 7.73% of the world's 150 billion tons [378].

Em prova do reconhecimento do papel crescente da RPC nas questões internacionais, do potencial de seu mercado e de suas capacidades comerciais, os países latino-americanos assinaram, por sua vez, uma série de acordos econômico-comerciais e de cooperação tecnológica com a China, levando a uma significativa evolução das relações bilaterais.

Embora os contatos entre Brasil e RPC tenham apresentado avanços expressivos nos anos 1980, com intenso intercâmbio de visitas, florescimento do comércio e formalização de vários acordos e convênios, não se podia dizer, nos primeiros anos da década de 1990, que o relacionamento bilateral estivesse assentado em bases firmes o bastante para permitir um desenvolvimento linear, sustentado e duradouro, a salvo de recuos e incertezas. Curiosamente, o Brasil não estava conseguindo fazer com que suas relações com a China acompanhassem o ritmo do progresso registrado na inserção deste país nos cenários político e

---

[377] Cf. Latin América Research Group, CICIR. "Report on China's Latin America Policy", in *Contemporary International Relations*, 14(4), april 2004, p. 13.
[378] Cf. Latin América Research Group, CICIR. "Report on China's Latin America Policy", in *Contemporary International Relations*, 14(4), april 2004, p. 14-15.

O Brasile a China-10.indd 163 25/3/2008 00:36:43

econômico internacionais. De forma sintomática, ao final dos anos 1980, ambos os países diagnosticaram a necessidade de entabular conversações sobre certos aspectos prioritários das relações sino-brasileiras, a exemplo da conveniência de intensificação das consultas políticas e da urgência na busca de soluções para sérios problemas que vinham afetando as relações políticas e comerciais, assim como a cooperação sino-brasileira nas mais diferentes áreas [379].

Apresentava-se, assim, a coexistência de duas tendências contraditórias nas relações sino-brasileiras: por um lado, mantinham-se contatos freqüentes e de alto nível, em ambiente cordial e positivo, e manifestava-se harmonia política, inclusive por meio de ampla coincidência de critérios em relação a questões internacionais de interesse comum, levando, por vezes, ao concerto de posições. Por outro lado, tornava-se flagrante a ocorrência de um processo de esvaziamento das relações sino-brasileiras, sobretudo em dois de seus principais setores: no projeto CBERS (China-Brasil Earth Resource Satellite), de construção conjunta de dois satélites artificiais de sensoriamento remoto, considerado o mais importante empreendimento lançado entre os dois países; e no setor de trocas comerciais [380].

De acordo com avaliação do Embaixador Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur, que serviu em Pequim de 1989 a 1993, ao Brasil convinha aprofundar e refinar suas percepções da RPC, em particular, e da região asiática, em geral, com vistas à articulação de um programa amplo e integrado de trabalho para a promoção dos laços brasileiros com aquela parte do mundo [381].

As relações político-diplomáticas

Entre os dias 17 e 19 de maio de 1990, o Presidente Fernando Collor de Mello recebeu a visita do presidente da RPC, Yang Shangkun, na condi-

---

[379] Em um conjunto de telegramas enviado ao Ministro Fernando Henrique Cardoso ao final do ano de 1992, o Embaixador Roberto Abdenur fez uma avaliação crítica da evolução das relações do Brasil com a RPC e forneceu sugestões de ações concretas com vistas à recuperação do relacionamento bilateral. Cf. "Brasil-RPC. Entrevista do Embaixador da China com o Ministro de Estado". Telegrama Confidencial da Embaixada em Pequim para Exteriores, Abdenur. OF00967 - 32045, 17/11/92. "Relações Brasil-RPC. Problemas e Perspectivas. Sugestões de Ação. Avaliação Geral". Telegrama Confidencial da Embaixada em Pequim para Exteriores, Abdenur. OF00979 - 42000, 18/11/92. "Reestruturação do Sistema de Divulgação Cultural. Cursos de Língua Portuguesa na RPC". Telegrama Ostensivo da Embaixada em Pequim para Exteriores, Abdenur. OF00978 - 41900, 19/11/92. "I. Relações Brasil-RPC. Problemas e Perspectivas. Sugestões de ação. II. Conclusão. Propostas para programa de trabalho". Telegrama Confidencial da Embaixada em Pequim para Exteriores, Abdenur. OF00987 - 52030, 20/11/92. "Relações Brasil/RPC. Problemas e Perspectivas. Sugestões de Ação. IV. Intercâmbio Comercial". Telegrama Confidencial da Embaixada em Pequim para Exteriores, Abdenur. OF01002 - 31100, 25/11/92.

[380] "Relações Brasil-RPC. Problemas e Perspectivas. Sugestões de Ação. Avaliação Geral". Telegrama Confidencial da Embaixada em Pequim para Exteriores, Abdenur. OF00979 - 42000, 18/11/92.

[381] "Relações Brasil-RPC. Problemas e Perspectivas. Sugestões de Ação. Avaliação Geral". Telegrama Confidencial da Embaixada em Pequim para Exteriores, Abdenur. OF00979 - 42000, 18/11/92.

O Brasile a China-10.indd 164 25/3/2008 00:36:44

ção de primeiro Chefe de Estado chinês a visitar o Brasil [382]. Em discurso pronunciado por ocasião do almoço oferecido ao Presidente Yang Shangkun, no Palácio do Itamaraty, em 18 de maio de 1990, o Presidente Fernando Collor de Mello fez um balanço das realizações conjuntas, a contar do estabelecimento das relações diplomáticas sino-brasileiras, do qual destaca-se o trecho a seguir:

> No plano bilateral, ao longo desse período de 15 anos, construímos expressivo quadro institucional, fundado em mais de 25 atos bilaterais. Desenvolve-se, entre outras, a cooperação no terreno espacial, para a construção de satélites de levantamento de recursos terrestres e foram já lançados os alicerces da cooperação em energia nuclear para fins pacíficos. Esperamos que, em breve, essas atividades compreendam ainda outros setores de tecnologia avançada, como química fina e novos materiais [383].

No momento da visita presidencial chinesa, ainda se faziam ouvir no Congresso Nacional brasileiro ecos da repercussão negativa dos acontecimentos na "Praça Tiananmen", ocorridos em junho de 1989, ou seja, a menos de um ano desde a chegada do Presidente Yang Shangkun ao Brasil:

> Sr. Presidente, chegou ontem, à noite, ao Brasil e visita hoje o prédio do Congresso Nacional o Presidente da República Popular da China, Yang Shang-Kun. O Estado brasileiro mantém relações diplomáticas com aquele país. Em função deste relacionamento é norma que este Congresso abra suas portas para receber o Chefe de Estado chinês na condição de representante supremo de uma nação que mantém relações diplomáticas com o nosso País, mas é necessário que se diga desta tribuna que S. Exª não é uma pessoa grata à opinião pública brasileira, muito menos ao Parlamento. Não podemos esquecer que S. Exª ordenou o massacre dos estudantes na Praça da Paz Celestial. [...] No momento em que o Presidente da República Popular da China entra no Congresso Nacional, é importante que o S. Exª saiba – e tenho certeza de ser quase a unanimidade, ou, pelo menos, a unanimidade desta Casa – que, por ocasião dos eventos da Praça da Paz Celestial, todos os partidos, sem exceção, manifestaram, através desta tribuna, sua solidariedade com os estudantes, os trabalhadores e o povo chinês, que desejavam a democracia [384].

---

[382] No quadro da visita, foi realizada a III Reunião de Consultas Políticas e assinados, em 18 de maio de 1990, dois atos internacionais, a saber: o Acordo de Cooperação Econômica e Tecnológica e o Memorandum de Entendimento sobre minério de ferro. Cf. "Brasil-RPC. Visita do Presidente Yang Shangkun". Ofício da Secretaria de Estado das Relações Exteriores para Embaixada do Brasil em Pequim. Em 11 de maio de 1990. Veja também Gabinete de Imprensa do Conselho de Estado da República Popular da China. *China-Brasil*. Pequim: China Intercontinental Press, 2004, p. 15. Danese, Sérgio. *Diplomacia Presidencial*. Rio de Janeiro: Ed. Topbooks, 1999, p. 388.

[383] "Presidente da República Popular da China visita o Brasil: Discurso pronunciado pelo Presidente da República, Fernando Collor de Mello, por ocasião do almoço oferecido ao Presidente da República Popular da China, Yang Shangkun, no Palácio do Itamaraty, em 18 de maio de 1990", in *Resenha de Política Exterior do Brasil*, nº 65, 15 a 31 de março, abril, maio e junho de 1990.

[384] Cf. "Pronunciamento do Sr. Maurílo Ferreira Lima", Deputado Federal - PMDB-PE, in *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, 19 de maio de 1990, p. 4549-5287. A respeito dos

O Brasile a China-10.indd 165 25/3/2008 00:36:44

Em abril de 1992, um outro tema provocou irritações na Chancelaria chinesa, relacionado à possível presença do Dalai Lama no Rio de Janeiro durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento / Rio-92 (United Nations Conference on Environment and Development - UNCED) [385]. Neste sentido, a proposta brasileira foi que o Dalai Lama permanecesse no Brasil unicamente de 4 a 8 de junho de 1992, durante o evento específico para o qual fora convidado, na condição de líder espiritual, assegurando-se que o Governo Federal ficaria inteiramente alheio a sua presença em território nacional. A solução aventada foi vista como a mais aceitável e a que melhor preservava as relações de amizade sino-brasileiras. Na ocasião, foi dito ao Embaixador da China no Brasil Shen Yunao que o Governo brasileiro evitaria que a presença do Dalai Lama no Brasil durante a Conferência do Rio criasse constrangimentos para a República Popular da China, garantindo uma representação chinesa de alto nível na UNCED. Assinalou-se que negar visto ao Dalai Lama acarretaria um enorme ônus político para o Governo brasileiro, colocando-o em conflito com organizações não governamentais e com setores no Brasil e no exterior que apoiavam essas organizações. Argumentou-se também que, caso o Brasil assumisse uma postura de negar visto ao Dalai Lama, surgiriam pressões de toda ordem, contribuindo para projetar a imagem do líder tibetano no Brasil e no exterior [386].

No plano multilateral, seguiu-se aprofundando as interações entre os dois países, as quais deveriam servir ao objetivo de conquistar apoio e galgar posições tanto na esfera regional quanto na mundial. Assim, no dia 17 de março de 1992, durante missão chinesa ao Brasil chefiada pelo Vice-Presidente do Banco Popular da China – BPC, solicitou-se ao Chefe do Departamento Econômico – DEC do Itamaraty apoio brasileiro à candidatura da China como membro extra-regional do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. A delegação do BPC expressou, igualmente, sua preocupação quanto ao tratamento a ser dado a Taiwan pelo BID. Como contrapartida às solicitações chinesas, insistiu-se na importância do apoio

---

acontecimentos na "Praça Tien An Men", veja também "Pronunciamento do Sr. Maurílio Ferreira Lima", Deputado Federal - PMDB-PE, in *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, 7 de junho de 1990, p. 4549-6601; assim como o "Pronunciamento do Sr. Eduardo Jorge", Deputado Federal - PT-SP, in *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, 7 de junho de 1990, p. 3184-3185.

[385] O responsável pelo convite feito ao Dalai Lama para que participasse de uma série de eventos no Brasil entre os dias 4 e 11 de junho de 1992 teria sido o Deputado Ney Lopes (PFL-RN), presidente do comitê organizador do Fórum Global da Rio-92. De acordo com a revista *Veja*, no dia 26 de março de 1992, o embaixador chinês Shen Yunao teria entrado de surpresa no gabinete do deputado Ney Lopes para transmitir um recado seco: "ou nós ou ele", fato que sugeria que o governo chinês ameaçava boicotar a Rio-92 caso o Dalai Lama viesse ao Brasil. Cf. "Santa paciência: Itamaraty segura visto de líder tibetano", in *Veja*, 25(15), 8 de abril de 1992, p.40.

[386] "Conferência do Rio. Possibilidade de vinda do Dalai Lama ao Brasil". Telegrama Confidencial de Exteriores para Brasemb Pequim. OFC0105 - 00385, 17/04/92.

O Brasile a China-10.indd 166 25/3/2008 00:36:44

da China, no sentido de explorar formas de associação do Brasil ao Banco Asiático de Desenvolvimento – BASD [387].

Em 20 de agosto de 1992, o Brasil solicitou apoio internacional da China à sua candidatura como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU. Por intermédio da Embaixada brasileira em Pequim, o Grupo Latino-americano e do Caribe na ONU – GRULAC comunicou endosso à candidatura brasileira. Na ocasião, foi assegurado à Embaixada do Brasil que "China will be delighted to support Brazil and is looking forward to a good relationship with Brazil in the Security Council" [388].

Iniciado o Governo de Itamar Franco, o Ministro das Relações Exteriores, Fernando Henrique Cardoso, convidou o Embaixador da RPC em Brasília, Shen Yunao, para uma conversa geral sobre as relações bilaterais, a qual veio a ocorrer em 13 de novembro de 1992. Na ocasião, o Chanceler brasileiro expressou o interesse do Governo Itamar Franco em imprimir novo ímpeto ao relacionamento com a China. Nesse contexto, o lado brasileiro ressaltou seu interesse em dar continuidade ao projeto de construção conjunta de satélites, não obstante as dificuldades financeiras, aludindo-se à proposta de um cronograma de reuniões técnicas para a agilização do programa. Ao mesmo tempo, expressou-se confiança em que a partir de 1993 pudesse frutificar essa ação pioneira dos dois países no campo do desenvolvimento tecnológico [389].

Em março de 1993, o Ministro das Relações Exteriores da RPC, Qian Qichen, esteve em visita oficial ao Brasil. Na ocasião, foram assinados dois importantes documentos bilaterais, nas áreas espacial e de energia elétrica. A assinatura do "Protocolo Suplementar sobre Aprovação de Pesquisa e Produção de Satélite de Recursos da Terra" sinalizou o novo patamar de entendimento alcançado na área espacial e a possibilidade de expansão da cooperação científica e tecnológica para outros setores como a energia nuclear para fins pacíficos, química fina e novos materiais. Já o "Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica e Tecnológica" detalhava aspectos importantes de cooperação em matéria de energia elétrica (incluindo a hidrelétrica) antes previstos, em sua generalidade, no Acordo sobre Cooperação Econômica e Tecnológica, assinado por ocasião da visita do Presidente Yang Shangkun ao Brasil, em 18 de maio de 1990. Em discurso proferido durante a cerimônia de assinatura dos referidos atos internacionais, o Ministro Fernando Henrique Cardoso ressaltou a importância do "Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica e Tecnológica":

---

[387] "Finanças. BID. Candidatura da RPC. Visita do Vice-Presidente do BPC". Telegrama Confidencial da Secretaria de Estado para Brasemb Pequim. OFCO105-00262, 20/03/92.
[388] "ONU. XLVII AGNU. Candidatura do Brasil ao Conselho de Segurança. Endosso do GRULAC". Telegrama confidencial da Embaixada do Brasil em Pequim para Exteriores. OF00706 61430, 21/08/92.
[389] "Brasil-RPC. Entrevista do Embaixador da China com o Ministro de Estado". Telegrama Confidencial de Exteriores para Brasemb Pequim. OFC0105 - 01075, 13/11/92.

O Brasile a China-10.indd 167 25/3/2008 00:36:45

> Em 1992, visitaram o Brasil dez missões chinesas desejosas de conhecer a experiência brasileira na construção e implantação de usinas hidrelétricas. Tivemos a honra de promover a visita do Primeiro-Ministro Li Peng a Itaipu, ele próprio engenheiro elétrico por formação e experiência de vinte anos de trabalho no setor. Acreditamos que este novo Ajuste Complementar, fruto do esforço conjunto das autoridades responsáveis pela área de energia do Brasil e da China, ampliará a proveitosa troca de experiências já em curso entre nossos dois países e promoverá a cooperação econômica e industrial, fundamentais para o desenvolvimento do setor energético. Desejamos prestar, nessa forma, contribuição muito positiva ao gigantesco esforço do Governo chinês ao aproveitamento de seus recursos hídricos[390].

Por sua vez, o Vice-Primeiro-Ministro Zhu Rongji, durante sua estada no Brasil, entre os dias 28 de maio e 1º de junho de 1993, encontrou-se com o Presidente Itamar Franco, que declarou a plena disposição do Brasil em ampliar a cooperação amistosa com a China em todas as áreas [391]. Zhu Rongji relembrou a importância dos acordos assinados durante a visita do Chanceler Qian Qichen ao Brasil, conclamando novos avanços:

> Temos avançado muito. Estamos longe, porém, de ter explorado e desenvolvido plenamente o enorme potencial de nossas economias em expansão. Em 1992, o comércio bilateral iniciou franca recuperação, que deverá ser mantida no corrente exercício. Alcançamos, também, novo entendimento para assegurar o encaminhamento do projeto conjunto para a construção de satélites de monitoramento de recursos da terra. Celebramos, por ocasião da visita do Chanceler Qian Qichen, novo acordo, disciplinando a cooperação no setor de hidreletricidade, que deverá abrir nova e ampla avenida de cooperação entre nossos países, através da associação de empresas brasileiras e chinesas [392].

Seis meses após a missão do Vice-Primeiro-Ministro Zhu Rongji, houve uma visita oficial ao Brasil do Presidente da República Popular da China, Jiang Zemin, entre os dias 22 e 28 de novembro de 1993 [393]. Em discurso

---

[390] "Visita do Chanceler da China ao Brasil". Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Fernando Henrique Cardoso, na cerimônia de assinatura de atos com o Chanceler da República Popular da China, Qian Qichen, em Brasília, 5 de março de 1993, in *Resenha de Política Exterior do Brasil*, número 72, 1º semestre de 1993, p. 44-46.

[391] Cf. Gabinete de Imprensa do Conselho de Estado da República Popular da China. *China-Brasil*. Pequim: China Intercontinental Press, 2004, p. 18.

[392] "Visita do Primeiro Vice-Primeiro-Ministro da China ao Brasil". Palácio Itamaraty, em 1º de junho de 1993, in *Resenha de Política Exterior do Brasil*, número 72, 1º semestre de 1993, p. 117-119.

[393] Durante sua estada, foram assinados dois documentos entre as partes: o "Protocolo de Intenções sobre o Incremento do Comércio Bilateral de Minério de Ferro e a Promoção da Exploração Conjunta de Reservas de Minério de Ferro"; e o "Protocolo entre o Ministério de Ciência e Tecnologia do Brasil e a Administração Nacional de Espaço da China (CNSA), sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior". Destacaram-se as visitas realizadas à: Usina Hidrelétrica de Itaipu (localizada no Rio Paraná, no trecho de fronteira entre o Brasil e o Paraguai); e Empresa Brasileira de Aeronáutica Embraer, em São José dos Campos. Cf. Gabinete de Imprensa do Conselho de Estado da República Popular da China. *China-Brasil*. Pequim: China Intercontinental Press, 2004, p. 19.

O Brasile a China-10.indd 168 25/3/2008 00:36:45

proferido por ocasião do almoço em homenagem ao Presidente da RPC, no Palácio do Itamaraty, em 23 de novembro de 1993, o Presidente Itamar Franco fez um balanço dos quase vinte anos de relações sino-brasileiras, destacando os principais pontos do acervo de realizações conjuntas:

> Evoluímos de uma relação de trocas para um verdadeiro entrelaçamento das duas economias em direção ao estabelecimento de uma efetiva parceria. Vemos com satisfação a associação entre empresas brasileiras e chinesas para a construção de obras de grande porte na China e no Brasil. Desenvolvemos intensa atividade de cooperação em ciência e tecnologia. Estamos construindo em conjunto dois satélites de monitoramento de recursos da Terra. Muito me alegra ter meu Governo podido dar impulso decisivo a esse empreendimento. Esperamos poder ampliar esta cooperação para compreender outros setores de ponta, como o da biotecnologia, o da química fina e o dos novos materiais [394].

O encontro entre os presidentes Itamar Franco e Jiang Zemin também serviu para tratar de assuntos relacionados à colaboração sino-brasileira no plano multilateral. Referindo-se à premente necessidade de conferir à ordem internacional uma nova base de legitimidade, o Presidente brasileiro mais uma vez convidou o parceiro chinês a coordenação de esforços entre os dois países em prol da reestruturação das Nações Unidas e, em especial, de seu Conselho de Segurança [395].

No Congresso Nacional, diversos foram os discursos tratando da passagem do Presidente Jiang Zemin pelo Brasil [396]. Se, por um lado, foram apontados como emblemáticos os ataques aos direitos humanos que ainda eram dirigidos à China [397] – tendo sido as relações diplomáticas clamadas a servir de instrumento em defesa de tais direitos –, por outro, foram feitos pronunciamentos enaltecendo o papel de liderança assumido pela China no concerto das nações e o exemplo que o país representava para o Brasil em termos de abertura econômica, projetos científicos e tecnológicos e defesa da própria soberania. No tocante às relações sino-brasileiras, os discursos

---

[394] "Visita Oficial do Presidente da China ao Brasil". Discurso do Presidente da República, Itamar Franco, por ocasião do almoço em homenagem ao Presidente da República Popular da China, Jiang Zemin, no palácio Itamaraty, em 23 de novembro de 1993, in *Resenha de Política Exterior do* Brasil, nº 73, 2º semestre de 1993, p. 97-98.

[395] "Visita Oficial do Presidente da China ao Brasil". Discurso do Presidente da República, Itamar Franco, por ocasião do almoço em homenagem ao Presidente da República Popular da China, Jiang Zemin, no palácio Itamaraty, em 23 de novembro de 1993, in *Resenha de Política Exterior do* Brasil, nº 73, 2º semestre de 1993, p. 97-98.

[396] Cf. "Pronunciamento do Sr. Paulo Delgado", Deputado Federal - PT-MG, in *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, 24 de novembro de 1993, p. 25432. "Pronunciamento do Sr. Sidney de Miguel", Deputado Federal - PV-RJ, in *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, 24 de novembro de 1993, p. 25434-25435. "Pronunciamento do Sr. Adylson Motta", Deputado Federal - PDS-RS, in *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, 25 de novembro de 1993, p. 5432-5434. "Pronunciamento do Sr. Ney Maranhão", Deputado Federal - PRN-PE, in *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, 25 de novembro de 1993, p. 5434-5435.

[397] "Pronunciamento do Sr. Sidney de Miguel", Deputado Federal - PV-RJ, in *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, 24 de novembro de 1993, p. 25434-25435.

O Brasile a China-10.indd 169 25/3/2008 00:36:46

pronunciados foram unânimes quanto à percepção da existência de progresso nos projetos conduzidos conjuntamente, apesar das dificuldades internas verificadas em ambos os países e das atribulações observadas na economia mundial, as quais refletiram negativamente sobre o comércio entre Brasil e China. Ao se passar em revista as relações bilaterais, destacou-se o caráter sólido do diálogo político conduzido entre os dois países:

> [...] bastaria que se mencionassem as visitas oficiais a Beijing, nos últimos dez anos, de dois presidentes brasileiros, e a vinda à nossa terra de outros dois presidentes e um primeiro-ministro da RPC. Além disso, é constante a ida e a vinda de nossos chanceleres, além dos encontros que mantêm em reuniões e organismos internacionais, onde, por sinal, o Brasil e a RPC defendem, as mais das vezes, posições coincidentes. As missões de intercâmbio se multiplicam ano a ano e, a par elas, encontros abrangentes, tais como o ocorrido na capital da RPC em setembro último, onde, concomitantemente, se realizaram a II Reunião de Planejamento Político, a IV Reunião de Consultas Políticas, a V Reunião de Cooperação em Ciência e Tecnologia, a VII Reunião Econômico-Comercial e a II Reunião de Cooperação Cultural. É prova irrefutável da amplitude e profundidade que já atingiram nossas relações bilaterais. Nesse mesmo mês, por sinal, reuniu-se aqui na Câmara dos Deputados, pela primeira vez, o Grupo Parlamentar Brasil-República Popular da China, para debater e aprovar seus estatutos e eleger sua Comissão Executiva [398].

Por ocasião das comemorações do XX Aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas entre Brasil e China, o Embaixador Celso Amorim discursou na Embaixada da China em Brasília, em agosto de 1994. Em seu pronunciamento, o Chanceler brasileiro confirmou ter o relacionamento sino-brasileiro atingido uma fase de maturidade, lograda por meio da construção de uma relação política especial e moderna, em que se destacava o caráter estratégico da parceria. O Chanceler brasileiro destacou ainda a existência de sólido suporte jurídico à cooperação entre os dois países nos mais diversos setores, proporcionado pelo estabelecimento, desde 1974, de densa trama composta por mais de cinquenta atos bilaterais. Confirmou a retomada de altos índices na balança comercial e o aumento do interesse de empresas brasileiras em procurar associações de longo prazo com parceiros chineses, contribuindo para a sedimentação das relações. A condução de projetos de cooperação em áreas vitais para o desenvolvimento dos dois países também mereceu atenção, sobretudo nas áreas da hidreletricidade, das telecomunicações e da mineração. Lembrou, por fim, o Embaixador brasileiro, que ao longo dos últimos anos tinha sido estabelecido amplo programa de coope-

---

[398] Criado em 30 de junho de 1993, a partir de projeto de autoria do Deputado Federal Adylson Motta, o Grupo Parlamentar Brasil-China congregava, naquela data, deputados de oito diferentes partidos. Coincidiu com essa meta a iniciativa da Assembléia Popular Nacional da China de criar, à mesma época, um Grupo Parlamentar homólogo, para, em conjunto com o Grupo brasileiro, aprofundar o diálogo bilateral. Cf. "Pronunciamento do Sr. Adylson Motta", Deputado Federal - PDS-RS, in *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, 25 de novembro de 1993, p. 5432-5434.

O Brasile a China-10.indd 170 25/3/2008 00:36:46

ração na área científico-tecnológica, fruto da prioridade atribuída pelos dois países ao setor e do paralelismo dos respectivos níveis de desenvolvimento. Seguiu com proeminência a cooperação espacial para construção conjunta de dois satélites de sensoriamento remoto, abrindo-se a possibilidade de construção conjunta de um satélite de comunicações [399].

A viagem que o Presidente Itamar Franco havia programado à China em 1994 – assim como a Portugal e à Índia – não chegou a acontecer. Mesmo com justificativas mais ou menos compreensíveis – ligadas ao caráter curto e transitório do governo, à necessidade premente de administrar a economia e garantir a solidez das instituições políticas e ao perfil modesto e contido da diplomacia presidencial –, a não realização da visita acabou gerando expectativas e frustrações, no momento mesmo em que estava sendo inserida na retórica diplomática a idéia da existência de 'parceria estratégica' entre Brasil e China [400].

Taiwan nas relações sino-brasileiras

Durante os Governos de Fernando Collor de Mello e Itamar Franco, dificuldades em solucionar questões ligadas ao aprofundamento das relações sino-brasileiras fizeram surgir desconfianças da parte chinesa, baseadas na suposição de que o Brasil estaria favorecendo contatos tanto políticos quanto econômicos com Taiwan, em detrimento das relações com a RPC.

Em 5 de fevereiro de 1992, o Embaixador da RPC, Shen Yunao, esteve no Itamaraty e manteve conversações com o Chefe do Departamento da Ásia e Oceania – DAO a respeito das relações entre Taiwan e Brasil. Durante a reunião, o Embaixador chinês alertou que, nos últimos anos, as autoridades de Taiwan vinham praticando uma 'diplomacia elástica', utilizando métodos econômicos para atrair países e sabotar as relações que estes mantinham com a China, com a intenção de conseguir criar 'duas Chinas' ou 'uma China e um Taiwan'. Taiwan enviava ao exterior delegações que chamavam de empresariais, mas que, segundo a percepção da RPC, tinham o objetivo de estabelecer e desenvolver relações políticas.

De acordo com o Embaixador chinês, a visita programada de Van-Chang-Sien (Vincent Siew), "Ministro da Economia" de Taiwan ao Brasil era de caráter oficial, e seu pedido de marcar encontros com funcionários brasileiros perseguia objetivos políticos. Por esta razão, nenhum funcionário do Governo brasileiro deveria recebê-lo, sob pena de tal atitude ser vista pelo Governo chinês como não correspondente à posição declarada muitas vezes pelo Governo brasileiro de reconhecer só uma China, podendo ainda lançar sombras sobre as boas relações existentes entre a China e o Brasil. O Governo

---

[399] "XX Aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas entre Brasil e China: Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na Embaixada da China, em comemoração ao XX aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a República Popular da China, em Brasília, em 9 de agosto de 1994", in *Resenha de Política Exterior do Brasil*, nº 75, julho a dezembro de 1994, p. 23-24.

[400] Cf. Danese, Sérgio. *Diplomacia Presidencial.* Rio de Janeiro: Topbooks, 1999, p. 391.

O Brasile a China-10.indd 171 25/3/2008 00:36:46

da China desejava, assim, que o Governo Brasileiro "mudasse a decisão de programar encontros com o Ministro da Economia, Secretário-Geral de Política Exterior – SGP do Ministério das Relações Exteriores e com outros funcionários governamentais de alto nível como Van-Chang-Sien".

Em resposta ao Embaixador Shen Yunao, sublinhou o interlocutor brasileiro que, ao contrário do que imaginara a parte chinesa, a presença de Van-Chang-Sien no Brasil, acompanhado de numerosa delegação (de aproximadamente 30 empresários) e não de funcionários governamentais, era de natureza privada e não oficial, em missão estritamente comercial. Nesse contexto, na qualidade de delegação empresarial, o grupo formosino seria recebido pelo Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento e pelo Secretário Geral de Política Exterior, sem que houvesse qualquer disposição para discutir assuntos de natureza política, estes, sim, tratados entre representantes de governos. Tais encontros deviam ser vistos com naturalidade, em conseqüência do desenvolvimento das relações comerciais e econômicas entre o Brasil e Taiwan, como de resto estava ocorrendo com vários outros países que mantinham excelentes relações diplomáticas com a RPC, inclusive com troca de visitas. A propósito, lembrou-se que Van-Chang-Sien, em sua viagem à América Latina, havia mantido contatos da mesma natureza e nível com autoridades argentinas e mexicanas.

Acrescentou-se igualmente que o Governo brasileiro não podia responsabilizar-se pela eventual exploração política da visita de Van-Chang-Sien por parte de Taiwan e que, contudo, não incentivaria tal atitude, para que a visita fosse mantida em seu devido contexto, sem qualquer conotação política.

A missão comercial de Taiwan liderada pelo ministro taiwanês Van-Chang-Sien aconteceu, de fato, em junho de 1992. Durante a missão, o grupo formosino visitou São Paulo (onde participou da VIII Feira Brasileira da Alimentação), cidades do Estado de Goiás e Brasília. Em Goiás, a missão visitou empresas e projetos agropecuários desenvolvidos pelo governo estadual, especialmente aqueles referentes à plantação de soja e à industrialização de seus derivados. Durante os três dias em que permaneceu em Brasília, a delegação de Taiwan foi recebida no Itamaraty e por autoridades do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento (por diretores do DECEX, DIC e área externa do Banco Central). Na reunião com os chefes da DOC e da DAOC-I, os empresários de Taiwan definiram o Brasil como o "foco" comercial para a América Latina, externando grande interesse em investimentos e na formação de *joint-ventures* com empresas brasileiras. Nesse contexto, a delegação abordou ainda outros temas de interesse, como a facilitação de concessão de vistos de entrada para empresários [401].

---

[401] Cf. "Brasil-RPC. Visita de missão comercial de Taiwan ao Brasil". Telegrama Confidencial Urgente de Exteriores para Brasemb. OFCO105 – 00089, 01/02/92. "Brasil-República Popular da China. Visita de Missão taiwanesa". Telegrama Secreto de Exteriores para Brasemb Pequim. OFS0105 - 00108, 07/02/92. "Promoção Comercial. Brasil / RPC. Visita de missão comercial de Taiwan". Telegrama Ostensivo de Exteriores para Brasemb Pequim. OF00105 – 00710, 16/07/92.

O Brasile a China-10.indd 172 25/3/2008 00:36:46

A Embaixada da RPC em Brasília solicitou, mais uma vez, em maio de 1992, explicações sobre o relacionamento de agentes brasileiros com Taiwan. Naquela ocasião, questionou-se a visita do Governador do Estado de São Paulo a Taiwan, assim como as missões dos Governadores de Pernambuco e do Rio Grande do Sul, que a haviam precedido, e a do Governador do Distrito Federal, que se daria em seguida. De acordo com as explicações da Chancelaria brasileira, tais viagens tiveram caráter puramente econômico-comercial, traduzindo aspirações de atrair capitais taiwaneses para aquelas unidades da Federação. O intuito dessas visitas, integradas por delegações de empresários, foi aparentemente bem apreendido pela Embaixada chinesa em Brasília, a quem se explicou caber com exclusividade ao Governo Federal a condução da política externa [402].

Em 15 de setembro de 1992, o Conselheiro Chen Du Qing, da Embaixada da República Popular da China em Brasília, também foi recebido pelo Chefe da DAOC-I, Conselheiro Orlando Galvêas Oliveira, desta vez para solicitar informações sobre recente viagem do Chefe do Departamento de Promoção Comercial - DPR do Itamaraty a Taipé. De acordo com o representante brasileiro, a viagem justificou-se pela necessidade de manter contatos com os meios empresariais locais em virtude da importância que vinham adquirindo as relações comerciais entre o Brasil e Taiwan: era preciso ainda explorar as possibilidades de aumento das exportações do Brasil para Taiwan, bem como atrair investidores taiwaneses. A propósito, o Chefe da DAOC-I lembrou-se das modificações que, por sua vez, vinham sendo processadas nos contatos de Taiwan com a RPC – cessação do estado de guerra, participação simultânea em organismos internacionais, encontros entre delegações taiwanesas e chinesas à margem de conferências internacionais, maciços investimentos de Taiwan, especialmente no sul da China. Estavam em curso, igualmente, profundas transformações no relacionamento de Taiwan com a comunidade internacional em geral: recente acordo entre Taipé e Moscou sobre a troca de escritórios comerciais; envio de missões a Taipé chefiadas por Ministros de Estado de países europeus; venda de equipamento militar sofisticado pelos Estados Unidos a Taiwan; estabelecimento de ligação aérea entre Austrália e Taiwan e Canadá e Taiwan. Observou, assim, que a visita do Chefe do DPR a Taipé devia ser vista nesse contexto muito dinâmico das relações internacionais de um lado, e das relações econômico-comerciais de Taiwan com a China e com a comunidade internacional, de outro [403].

Durante a presidência de Itamar Franco, continuaram sendo animadas as relações comerciais não oficiais com Taiwan. Logo no início do novo Governo, em 4 de novembro de 1992, o Secretário-Geral do Itamaraty, acompanhado dos Chefes do Departamento de Promoção Comercial – DPR e das Divisões da Ásia e Oceania I e II, recebeu visita de Bing Fan Yen,

---

[402] "Brasil-RPC. Visita a Taiwan de missão empresarial chefiada pelo Governador de São Paulo". Telegrama Confidencial de Exteriores para Brasemb Pequim. OF00105 - 00499, 15/05/92.

[403] "Brasil-Taiwan. Viagem do Chefe do DPR a Taipé". Telegrama Secreto de Exteriores para Brasemb Pequim. OFS0105 - 00914, 23/09/92.

O Brasile a China-10.indd 173 25/3/2008 00:36:47

Diretor do Escritório Econômico e Cultural de Taipé em Brasília. Durante o encontro, manteve-se conversa sobre a situação dos escritórios de Taiwan no Brasil, sobre o 'Brazil Business Center' de Taipé e sobre o estágio do relacionamento Brasil-Taiwan. O Diretor do escritório formosino, manifestando sua satisfação com os passos tomados no sentido de agilizar a concessão de vistos para empresários do território que se deslocavam ao Brasil, reforçou o pleito de que se viesse a conceder isenções aduaneiras à bagagem e às importações dos funcionários não-locais dos escritórios de Taipé. Durante o encontro, mencionou alguns projetos de investimentos taiwaneses que vinham sendo conduzidos em São Paulo (computadores) e no Nordeste (camarões) e assinalou os esforços no sentido de viabilizar a participação brasileira no plano de expansão da infra-estrutura da ilha, que envolvia gastos de cerca de US$300 bilhões nos seis anos subseqüentes. Destacou, igualmente, o dinamismo do intercâmbio comercial bilateral, que no ano de 1991 atingira a cifra de US$940 milhões nos dois sentidos [404]. Nota-se, a título de comparação, que, no mesmo ano de 1991, a corrente comercial Brasil-RPC atingiu um de seus mais baixos índices, de aproximadamente US$ 355 milhões [405].

Relações econômico-comerciais

Ao se iniciar a década de 1990, o desempenho do intercâmbio comercial sino-brasileiro mostrou-se acentuadamente negativo, numa situação que se afigurava digna de preocupação. As exportações brasileiras para a China, que chegaram a ultrapassar a marca dos 800 milhões de dólares no melhor momento (1985), sofreram continuada contração nos últimos anos da década de 1980 e início da década de 1990: de cerca de US$630 milhões em 1989, caíram para US$380 milhões em 1990, e apenas US$230 milhões em 1991. As importações provenientes da China, por sua vez, apresentaram resultados ainda mais inquietantes, quando, em 1991 e 1992, desceram ao patamar de US$129 milhões e US$166 milhões, respectivamente. Os índices de 1985 foram recuperados apenas nove anos mais tarde, em 1994, quando as exportações voltaram a acusar valores próximos a US$820 milhões e as importações, a US$460 milhões.

[404] "Taiwan. Audiência ao Diretor do Escritório Econômico e Cultural de Taipé". Telegrama Secreto de Exteriores para Brasemb Pequim. OFS0105 - 01059, 09/11/92.
[405] Cf. www.mdic.gov.br.

O Brasile a China-10.indd 174 25/3/2008 00:36:47

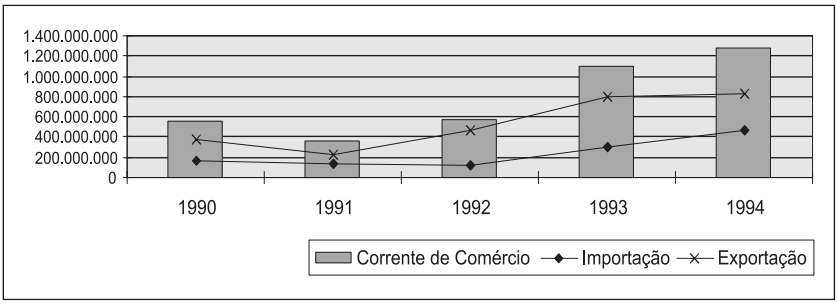


Gráfico 6. Balança Comercial Brasil - China - 1990 – 1994 (US$FOB)
Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – Siscomex. http://www.mdic.gov.br

A tendência particularmente preocupante que se evidenciava naquele momento era a de ampla desvinculação entre o desempenho das vendas brasileiras e os resultados gerais da economia do comércio exterior da RPC. Nos anos de contenção das importações por este país, por força de um programa de estabilização aplicado com rigidez, as exportações brasileiras caíram mais do que proporcionalmente à redução global das compras feitas pela China no exterior. Em 1989, as importações chinesas se reduziram em 8% e as vendas brasileiras a este país caíram em 12%. Já em 1990, as importações chinesas diminuíram em 10%, e as exportações brasileiras, em 46%. Em 1991, quando a economia chinesa recuperava seu ímpeto, crescendo a 70%, e as importações se expandiam em 15%, as vendas brasileiras continuaram a apequenar-se, caindo novamente cerca de 40% [406]:

> (...) O problema, portanto, é grave, porque não se parece tratar de uma queda momentânea ou temporária, mas sim de uma tendência capaz de perdurar, na ausência de medidas corretivas. No quadro global das exportações brasileiras, a participação da RPC caiu de 1,2 % em 1990 para 0,7 % em 1991, justamente quando a importância relativa da Ásia crescia de 16,8% para 18%, e igual tendência mostrava nosso intercâmbio com variados outros parceiros: Taiwan subia de 1,4 para 1,9%, o Japão de 7,5% para 8,1 %, a Argentina de 3,9 para 5,7 %, a Alemanha de 5,7 para 6,7%. Em perspectiva temporal mais ampla, evidencia-se queda ainda mais dramática da posição relativa da China: em 1985 ela respondia por 5,1% de nossas exportações, percentual que baixou para 3,2% em 1988, e que em 1990 se viu achatado para apenas 1,8% [407].

[406] "Relações Brasil-RPC. Problemas e Perspectivas. Sugestões de Ação. Intercâmbio Comercial". Telegrama Confidencial da Embaixada em Pequim para Exteriores, Abdenur. OF01002 - 31100, 25/11/92.
[407] "Relações Brasil-RPC. Problemas e Perspectivas. Sugestões de Ação. Intercâmbio Comercial". Telegrama Confidencial da Embaixada em Pequim para Exteriores, Abdenur. OF01002 - 31100, 25/11/92.

O Brasile a China-10.indd 175 25/3/2008 00:36:48

Em novembro de 1990, o Chefe do Setor de Promoção Comercial – SECOM da Embaixada do Brasil em Pequim entrevistou-se com o Chefe da Divisão da América Latina do Ministério das Relações Econômicas e Comerciais Internacionais (MOFERT) da China, Shu Yunxiang, e com o Ministro-Conselheiro responsável por assuntos comerciais na Embaixada da RPC em Brasília, Wang Kemin, então em férias em Pequim. Na ocasião, dentre outros temas, foram levantados fatores para explicar as dificuldades enfrentadas no plano das relações comerciais sino-brasileiras.

Primeiramente, de acordo com o diplomata Wang Kemin, era aguardada uma queda de 20% a 30% no volume de comércio bilateral devido ao plano chinês de adquirir menos aço no mercado brasileiro. A falta de disponibilidade de oferta exportável também explicou a não aquisição de açúcar, algodão e plásticos brasileiros em 1990. Uma terceira razão para a diminuição do intercâmbio comercial ligou-se às reformas internas implementadas no Brasil. Ressaltou Wang Kemin que, embora as alterações verificadas no regime de comércio exterior brasileiro pudessem oferecer perspectivas de aumento dos negócios a médio prazo, naquele momento registrava-se um período de adaptação às novas regras da parte dos importadores e exportadores brasileiros. Os chineses consideravam igualmente que, com as amplas transformações na estrutura administrativa do comércio exterior brasileiro e eliminação do papel da CACEX [408] na nova estrutura, tornara-se mais difícil o apoio às missões comerciais chinesas em visita ao país, por ser mais árdua a localização dos responsáveis pelos diversos setores.

Shu Yunxiang, por sua vez, afirmou que o MOFERT julgava ser o desequilíbrio comercial favorável ao Brasil o principal obstáculo à intensificação das relações comerciais, o qual ameaçava alcançar proporção de 1 para 20. Na visão chinesa, a solução para tal problema, considerado a médio prazo insustentável, exigia da parte brasileira um maior esforço em adquirir produtos chineses. Neste contexto, citou-se o exemplo do ocorrido no setor de minério de ferro, quando se estabeleceu um acordo de longo prazo em que a China se comprometeu a comprar o referido produto do Brasil [409].

---

[408] A Cacex que, entre outras atribuições, se ocupava da emissão de licenças de importação e estabelecimento de sobretaxas de câmbio, foi extinta em 1990, no marco da reorganização institucional do aparelho do Estado e da criação do megaministério da Economia, Fazenda e Planejamento (em substituição aos ministérios da Fazenda, Planejamento e Indústria e Comércio). As matérias relacionadas à política industrial e de comércio exterior ficaram a cargo de três departamentos da Secretaria Nacional de Economia: o Departamento de Indústria e Comércio (DIC), de Abastecimento e Preços (DAP) e de Comércio Exterior (Decex) □ ao qual se subordinavam a Coordenadoria Técnica de Tarifas (CCT) e a Coordenadoria Técnica de Intercâmbio Comercial (CTIC), que herdou parte das atribuições da Cacex. Cf. Veiga, Pedro da Motta; Iglesias, Roberto Magno. □A Institucionalidade da Política Brasileira de Comércio Exterior□. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/livro_desafio/Relatorio-03.pdf>. Acesso em: 07/01/2006. Disponível em: <http://www.bb.com.br/appbb/portal/ri/ret/HistoriaBB>. Acesso em: 07/01/2006.

[409] Cf. Ministério das Relações Exteriores. Divisão de Atos Internacionais. Memorandum de Entendimento entre o Governo da República Fedrativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre Minério de Ferro. Feito em Brasília, em 18 de maio de 1990.

O Brasile a China-10.indd 176 25/3/2008 00:36:48

O Chefe do SECOM, ao concordar, por um lado, com a necessidade de adaptação do empresariado às novas regras de comércio exterior adotadas no Brasil, afirmou, por outro, que a China já podia extrair benefícios da abertura comercial brasileira em andamento, sendo possível notar, inclusive, um renovado interesse dos importadores brasileiros em adquirir maiores quantidades de produtos chineses. A título de exemplo, indicou o representante brasileiro que, apesar de o Brasil ser tradicional exportador de sapatos, havia concretizado operação de importação de 100.000 pares de sapatos esportivos chineses. A RPC lograra, ainda, vencer uma concorrência para realizar levantamento aerofotogramétrico de áreas do nordeste brasileiro com tecnologia de satélites, o que representava importante salto qualitativo no intercâmbio, além da possibilidade de maior penetração de produtos e serviços de alta tecnologia chinesa no mercado brasileiro. Lamentou o representante, entretanto, que o Brasil não tivesse sido vitorioso em concorrências do mesmo porte na RPC [410].

A partir de 1989, o petróleo chinês tornou-se demasiado caro para o Brasil, deixando de ser adquirido em larga escala e em bases contratuais e passando a ser comprado apenas ocasionalmente, em bases 'spot', por valores que nunca ultrapassavam a soma de US$80 a US$100 milhões. Embora a virtual desaparição do petróleo da lista de importados brasileiros tivesse acarretado sensível redução do valor total obtido por chineses, era lícito prever um crescimento das vendas de outros produtos ao Brasil, até mesmo em setores em que as empresas brasileiras eram competidoras da China, como têxteis e confecções, calçados, brinquedos e eletrônica leve. Se era bem-vindo o fato de que a China exportasse mais para o Brasil, posto que um comércio mais equilibrado oferecesse melhores condições de prosperar a longo prazo, não deixava de interessar ao Brasil acumular superávits com a China.

O desenvolvimento da produção siderúrgica chinesa e a aproximação crescente deste país com parceiros competitivos da região – como a Coréia do Sul, Japão e Hong Kong – também influenciaram na redução dos superávits do Brasil. Por sua vez, acreditava-se que uma parcela não pequena de responsabilidade pela situação desvantajosa enfrentada pelo Brasil era atribuída à rarefeita presença tanto de 'tradings' brasileiras quanto de empresas que exportavam diretamente seus produtos.

Segundo avaliação do Embaixador brasileiro em Pequim, Roberto Abdenur, o processo de marginalização brasileira no contexto do comércio exterior chinês explicava-se pelo quase absoluto desinteresse do empresariado brasileiro pelo mercado da China, que estava exportando um número reduzido de cerca de uma dezena de produtos, como minério de ferro, alguns siderúrgicos e petroquímicos, celulose e uns poucos mais. Por sua vez, não estava sendo empregado qualquer esforço exportador de maior monta do lado brasileiro, o qual se encontrava, de modo geral, em posição passiva, de 'ser comprado', mais do que de tratar de vender. Ademais, parcela importante

[410] "Brasil-RPC. Reunião da Comissão Mista Econômico-Comercial". Ofício reservado da Embaixada do Brasil em Pequim para Secretaria de Estado, nº 179, 30/11/90.

O Brasile a China-10.indd 177 25/3/2008 00:36:49

dos produtos brasileiros era adquirida por escritórios de corporações chinesas estabelecidas no Brasil [411]. Naquela ocasião, aventava-se igualmente a hipótese de o empresariado brasileiro estar tratando o comércio com Taiwan como alternativo ao do intercâmbio com a RPC, cuja participação passara de 1,4% para 1,9%:

> Se a forte expansão registrada em nossas vendas para Taiwan é fato positivo, é de lamentar que, de outra parte, tal objetivo se esteja logrando às custas de um abandono do mercado da RPC. O ideal é que os dois floresçam simultaneamente. Num futuro próximo, com a quase inevitável abertura de transportes aéreos e marítimos diretos entre a RPC e Taiwan, teremos em alguns casos de tratar os dois territórios como componentes de um só grande mercado em formação. Da mesma maneira, não percebemos a cada vez mais intensa simbiose entre Hong Kong e a RPC, e as cada vez mais ricas interações entre a RPC e seus vizinhos no Japão, na Coréia do Sul e na ASEAN [412].

Apesar das dificuldades em manter as trocas comerciais em bases regulares e constantes, os dois países seguiram trocando visitas de reconhecimento de mercado e captação de negócios [413].

A partir de agosto de 1992, deu-se inegável recuperação das exportações brasileiras para a China, com um crescimento de 40% em relação ao mesmo período do ano anterior (quando as vendas atingiram US$460 milhões no ano como um todo, valor ainda baixo se comparado aos patamares anteriomente atingidos). Essa retomada não foi considerada, contudo, em si mesma, tranqüilizadora, pois claramente respondeu a uma conjuntura momentânea de grande aquecimento da demanda chinesa por certos insumos que o Brasil vendia àquele país, como produtos siderúrgicos para a construção civil. A fim de revitalizar duradouramente o comércio sino-brasileiro, recomendavam os especialistas que fossem tomadas medidas de maior fôlego tendentes à diversificação da pauta e à ampliação dos volumes transacionados.

Percebe-se, em suma, que uma série de fatores bloqueou o bom andamento do comércio sino-brasileiro ao longo do período analisado.

---

[411] "Relações Brasil-RPC. Problemas e Perspectivas. Sugestões de Ação. Intercâmbio Comercial". Telegrama Confidencial da Embaixada em Pequim para Exteriores, Abdenur. OF01002 - 31100, 25/11/92.

[412] "Relações Brasil-RPC. Problemas e Perspectivas. Sugestões de Ação. Avaliação Geral". Telegrama Confidencial da Embaixada em Pequim para Exteriores, Abdenur. OF00979 - 42000, 18/11/92.

[413] No período de 3 a 9 de agosto de 1991, visitou o Brasil missão composta por representantes do Ministério das Relações Econômicas e Comerciais com o Exterior (MOFERT) da RPC, com o objetivo de manter contatos com instituições brasileiras nas áreas de irrigação, estações hidráulicas de pequeno porte, instrumentos e máquinas de pequena potência e tratamento de couro. Já no período de 23 a 30 de agosto de 1991, uma delegação do 'China International Centre for Exchanges' – CICETE, órgão vinculado ao MOFERT cumpriu um programa de visita em São Paulo, elaborado pela Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação – ABIA. Cf."CT / República Popular da China. Avaliação da Cooperação Técnica 1991". Telegrama Confidencial de Exteriores para Brasemb Pequim. OFC0105 – 00103, 06/02/92.

O Brasile a China-10.indd 178 25/3/2008 00:36:49

A aquisição de produtos brasileiros pelos chineses não estava crescendo devido às seguintes razões em particular: i) persistente necessidade chinesa de ajustar seu programa de reforma econômica, levando à contenção das importações por este país; ii) decisão chinesa de adquirir menos aço no mercado brasileiro graças ao desenvolvimento de sua produção siderúrgica; iii) falta de disponibilidade de oferta exportável de determinados produtos brasileiros (tais como açúcar, algodão e plásticos); iv) fraca presença na China tanto de 'tradings' quanto de empresas brasileiras, seja devido ao desinteresse do empresariado brasileiro, seja às dificuldades de se tomar medidas eficazes para diversificar a pauta de exportação e ampliar os volumes transacionados; v) necessidade de diminuir déficit chinês acumulado no comércio com o Brasil; vi) aproximação crescente da China com parceiros competitivos da região. Além disso, produtos chineses estavam sendo adquiridos em menores quantidades pelos brasileiros devido a: i) aumento do preço do petróleo, produto chinês até então mais importado pelo Brasil; ii) implementação de reformas internas no Brasil, as quais estavam exigindo adaptação às novas regras tanto da parte de brasileiros quanto de chineses; iii) possibilidade de o mercado taiwanês estar sendo tratado como alternativo ao do intercâmbio com a RPC.

Balança comercial

Durante o período compreendido entre os anos de 1990 e 1994, identificaram-se duas fases nos fluxos comerciais Brasil-China. A primeira fase, que se estendeu de 1990 a 1992 (e que, de fato, teve origem em meados da década de 1980), foi marcada por um nível extremamente baixo de importações (US$418 milhões em 1985, US$82 milhões em 1988 e US$116 milhões em 1992) e por exportações variando em torno de US$500 milhões ao ano (US$817 milhões em 1985, US$226 milhões em 1991 e US$460 milhões em 1992), resultando em consecutivos superávits para o Brasil. A segunda fase, que se iniciou em 1993 (e se prolongou até 1998) – período em houve tanto a liberalização do comércio exterior brasileiro quanto a ascensão definitiva da China como *global player* –, registrou crescimento tanto das exportações quanto das importações, as quais alcançaram o patamar de US$1 bilhão em 1995 [414].

[414] Cf. Ribeiro, Fernando; Pourchet, Henry. "O perfil do comércio Brasil-China", in *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, ano XVIII, nº 79, abril/junho de 2004, p. 12-33.

O Brasile a China-10.indd 179 25/3/2008 00:36:49

Tabela 11
COMÉRCIO BRASIL-CHINA – 1990-1994 (US$ FOB)

Ano	Exportação	Importação	Saldo	Corrente
	U.S. F.O.B.	U.S. F.O.B.	U.S.F.O.B	U.S.F.O.B.
1990	381.803.845	168.792.327	213.011.518	550.596.172
1991	226.405.821	129.040.536	97.365.285	355.446.357
1992	460.031.616	116.775.031	343.256.585	576.806.647
1993	799.394.972	304.856.536	494.538.436	1.104.251.508
1994	822.416.147	463.495.924	358.920.223	1.285.912.071
Total	2.690.052.401	1.182.960.354	1.507.092.047	3.873.012.755

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – Siscomex. http://www.mdic.gov.br

A tabela 12, a seguir, apresenta a composição das exportações brasileiras para a China, segundo principais setores e produtos. Observa-se a grande concentração de vendas em um número reduzido de setores e produtos: de 1990 a 1992, oito setores foram responsáveis por aproximadamente 82% das exportações anuais (extrativa mineral; siderurgia; óleos vegetais; produtos agropecuários; peças e veículos; celulose, papel e gráfica; madeira e mobiliário e calçados, couros e peles). Nos anos de 1993 e 1994, a concentração nestes mesmos oito setores cresceu, passando a englobar, em média, 92% das exportações ao ano.

Dentre os grupos de produtos destacados, apenas três – extrativa mineral, produtos siderúrgicos e óleos vegetais – foram responsáveis, em média, de 1990 a 1994, por 81% das exportações brasileiras para a China. Em 1993, os produtos siderúrgicos totalizaram, sozinhos, 73,4% das exportações. Já em 1994, os óleos vegetais dominaram em 50,7% as exportações brasileiras para a China.

Ao se analisar os três setores mais importantes na pauta de exportação do Brasil direcionada à China, detecta-se, igualmente, a tendência de concentração das vendas em um ou dois produtos, para cada um dos setores apontados. Distinguem-se, assim, quatro principais produtos brasileiros exportados para a China, os quais reuniram, em média, 74% das exportações realizadas ao longo do período que vai de 1990 a 1994: laminados planos (13,9%), semimanufaturados de ferro ou aço (18,8%), minérios de ferro (18%) e óleo de soja (23,5%).

Em meio aos produtos brasileiros mais exportados para a China ao longo do período em questão, destacou-se o minério de ferro, cuja quantidade exportada, por ano, mais do que triplicou de 1990 a 1994, superando as metas traçadas. Considerava-se o minério de ferro brasileiro de extrema importância para a indústria chinesa em função de sua qualidade superior, embora fosse adquirido em menor quantidade do que o de outros países.

O Brasile a China-10.indd 180 25/3/2008 00:36:50

O Brasile a China-10.indd 181

Tabela 12

EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS PARA A CHINA SEGUNDO SETORES E PRODUTOS SELECIONADOS - 1990-1994 (US$ FOB)

Descrição	1990	%	1991	%	1992	%	1993	%	1994	%
Agropecuária	14.369.733	3,76	3.986.931	1,76	1.170.450	0,25	1.240.632	0,16	942.723	0,11
Algodão não cardado	14.267.444	-	3.563.805		250.533		-		487.034	
Extrativa mineral	52.079.632	13,64	88.823.353	39,23	217.136.156	47,20	114.277.269	14,66	131.699.811	16,01
Minérios de ferro	51.452.958	-	88.032.217		99.031.838		112.828.254		130.384.988	
Siderurgia	120.795.572	31,64	30.147.196	13,32	96.067.995	20,88	572.614.280	73,47	178.710.598	21,73
Ferro Gusa	6.547.791	-	6.927.566		1.083.280		11.039.116		347.122	
Laminados planos	2.724.242	-	18.148.112		24.999.123		231.937.114		58.552.058	
Semimanufaturados de ferro ou aço	1.450.736	-	3.767.012		67.095.335		291.466.326		118.234.502	
Peças e veículos	7.770.189	2,04	2.207.484	0,98	1.826.942	0,40	3.133.093	0,40	5.857.333	0,71
Veículos	6.215.477	-	-		42.338		106.714		457.375	
Partes e peças para veículos	1.554.712	-	2.207.484		1.784.604		3.026.379		5.399.958	
Celulose, papel, gráfica	3.094.399	0,81	6.463.318	2,85	11.821.951	2,57	8.624.514	1,11	9.564.429	1,16
Pastas químicas de madeira	1.142.834	-	5.264.597		11.493.388		7.795.325		6.682.290	
Óleos vegetais	124.337.886	32,57	40.055.723	17,69	48.407.553	10,52	10.959.744	1,41	417.160.602	50,72
Óleo de soja em bruto	121.979.010	-	40.055.723		41.883.844		10.959.744		416.935.602	
Madeira e mobiliário	430.529	0,11	342.172	0,15	475.895	0,10	370.154	0,05	561.645	0,07
Madeira serrada ou fendida	-	-	14.607		6.539		95.021		424.172	
Calçados, couros e peles	3.139.569	0,82	2.024.457	0,89	2.686.556	0,58	9.871.659	1,27	6.837.493	0,83
Couros e peles depilados	3.102.205	-	1.995.557		2.664.215		9.715.219		6.693.403	
Total 8 setores	326.017.509	85,39	174.050.634	76,88	379.593.498	82,51	721.091.345	92,52	751.334.634	91,36
Demais setores	55.786.336	14,61	52.355.187	23,12	80.438.118	17,49	58.303.627	7,48	71.081.513	8,64
Total Geral	381.803.845	100	226.405.821	100	460.031.616	100	779.394.972	100	822.416.147	100

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – Siscomex. http://www.mdic.gov.br

25/3/2008 00:36:51

Assim, uma vez adquirido pelo importador chinês, o minério brasileiro era misturado aos demais minérios importados a fim de elevar o teor médio do produto final [415].

Pelo Memorandum de Entendimento sobre minério de ferro, assinado em maio de 1990, a parte chinesa se comprometeu em comprar anualmente da parte brasileira um mínimo de 2,5 milhões de toneladas de minério de ferro, a contar de 1991, por um período de três anos, caso as condições se mostrassem convenientes. Os contratos específicos para a compra e venda de minério de ferro deveriam ser negociados e firmados pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e outras empresas interessadas, em nome do Brasil, e pelas corporações chinesas especializadas, em nome da China [416]. O objetivo estabelecido pelo Memorandum em questão foi amplamente atingido ao final de três anos. De fato, conforme se conclui pela observação da tabela abaixo, entre os anos de 1991 e 1993, o Brasil exportou para a China, em média, 5 milhões de toneladas de minério de ferro por ano.

Tabela 13
EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE MINÉRIO DE FERRO
PARA A CHINA - 1990-2004 (US$ FOB)

	Valor(US$ FOB)	**Peso KG**
1990	51.452.958	2.702.956.807
1991	88.032.217	4.238.247.738
1992	99.031.838	4.819.075.983
1993	112.828.254	5.956.173.000
1994	130.384.988	7.014.803.191
Total	481.730.255	24.731.256.719

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – Siscomex. http://www.mdic.gov.br

[415] Naquele momento, 80% do minério de ferro importado pela China eram provenientes da Austrália, cujo empreendimento operou em regime de *joint-venture* em território australiano. Além disso, no âmbito da estratégia chinesa de expansão internacional e garantia de suprimento de insumos básicos a indústrias-chave, a indústria chinesa "Shougang Corporation" adquiriu, por meio de leilão, a mineradora "Hierro Peru", pagando US$ 120 milhões em espécie e assumindo um passivo de US$ 45 milhões. De acordo com os termos da venda, a parte chinesa comprometeu-se a investir US$ 150 milhões nos três anos subseqüentes na Mina Marcona, cujas reservas estavam estimadas em 500 milhões de toneladas. A venda constituiu-se na maior privatização realizada no Peru até então. Cf. "RPC. Aquisição de mina de minério de ferro no Peru. Viagem do Vice-Ministro da Indústria Metalurgia ao Brasil". Telegrama da Embaixada do Brasil em Pequim para Exteriores. OF00955 – 51230, 13/11/1992.
[416] Cf. Ministério das Relações Exteriores. Divisão de Atos Internacionais. *Memorandum de Entendimento sobre Minério de Ferro*. Feito em 18 de maio de 1990.

O Brasile a China-10.indd 182 25/3/2008 00:36:52

O Brasile a China-10.indd 183

Tabela 14
IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS PROVENIENTES DA CHINA SEGUNDO CAPÍTULOS E PRODUTOS SELECIONADOS - 1990-1994 (US$ FOB)

Descrição	1990	%	1991	%	1992	%	1993	%	1994	%
Petróleo e carvão	92.063.663	54,54	30.304.056	23,48	11.057.976	9,47	33.048.189	10,84	36.303.647	7,83
Químicos e Farmacêuticos	23.703.439	14,04	29.111.986	22,56	31.011.908	26,56	55.018.428	18,05	65.633.484	14,16
Couros e peles	3.055.587	1,81	2.903.737	2,25	377.000	0,32	1.055.017	0,35	1.810.904	0,39
Calçados	652.622	0,39	4.264.684	3,30	777.290	0,67	7.351.964	2,41	22.416.068	4,84
Têxtil	2.497.857	1,48	6.871.297	5,32	8.298.155	7,11	41.832.770	13,72	49.210.218	10,62
Siderurgia	1.288.518	0,76	2.297.330	1,78	223.142	0,19	2.963.306	0,97	6.959.406	1,50
Outros produtos metalúrgicos	3.070.680	1,82	1.649.805	1,28	2.873.186	2,46	2.785.995	0,91	4.756.359	1,03
Máquinas, aparelhos e material elétrico	19.990.351	11,84	30.632.989	23,74	36.667.069	31,40	101.965.865	33,45	158.377.446	34,17
Material de transporte	77.394	0,05	1.121.023	0,87	1.276.032	1,09	5.455.064	1,79	8.761.577	1,89
Mercadorias e produtos diversos	2.955.692	1,75	2.448.363	1,90	4.195.228	3,59	9.449.644	3,10	29.400.179	6,34
Total 10 capítulos	149.278.409	88,44	111.605.270	86,49	96.756.986	82,86	260.926.242	85,59	383.629.288	82,77
Demais capítulos	19.513.918	11,56	17.435.266	13,51	20.018.045	17,14	43.930.294	14,41	79.866.636	17,23
TOTAL	168.792.327	100	129.040.536	100	116.775.031	100	304.856.536	100	463.495.924	100

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – Siscomex. http://www.mdic.gov.br

25/3/2008 00:36:53

Assim como ocorreu com a pauta de exportações, a estrutura da pauta brasileira de importações vindas da China apresentou-se concentrada em poucos produtos ao longo do período analisado. A cada ano, no período 1990-1994, dez grupos de produtos foram responsáveis, em média, por 85% das importações: máquinas, aparelhos e material elétrico; produtos químicos e farmacêuticos; petróleo e carvão; produtos têxteis; couros e peles; calçados; produtos siderúrgicos; produtos metalúrgicos; material de trasporte; além de mercadorias e produtos diversos.

O menor nível de concentração da pauta de importação em relação à de exportações é um fato que se verificou a partir dos anos 1990 [417]. Assim, enquanto três grupos de produtos – extrativa mineral, produtos siderúrgicos e óleos vegetais – foram responsáveis, em média, por 81% das exportações brasileiras para a RPC entre 1990 e 1994, no caso das importações foram quatro os grupos a concentrar 75% das importações provenientes da China – petróleo e carvão; produtos químicos e farmacêuticos; produtos têxteis; e máquinas, aparelhos e material elétrico.

Ao contrário do ocorrido com as exportações brasileiras, a estrutura das importações vindas da China alterou-se bastante desde meados dos anos 1980. Assim, até 1991, as importações mantiveram-se fortemente concentradas em petróleo e carvão, tendo sido estes produtos, em 1990, responsáveis por 54,5% das compras brasileiras realizadas na China. Pondo fim à tendência que vinha se estendendo desde 1979, 'petróleo e carvão' não mais alcançaram, a partir de 1991, o primeiro lugar na pauta de produtos chineses importados pelo Brasil: de 1985 a 1994, o espaço ocupado pelo petróleo e carvão na cesta de produtos importados da China cai de 97% para pouco mais de 8% ao ano, em média.

De 1992 a 1994, máquinas, aparelhos e material elétrico tornaram-se os produtos chineses mais importados pelo Brasil. O lugar ocupado por estes itens na pauta de importação Brasil-China cresceu de 5% em 1989 para 23,7% em 1991, estabilizando-se na faixa dos 33%, em média, de 1992 a 1994. Quanto aos produtos têxteis, que respondiam por 1,5% dos produtos adquiridos na China em 1990, ultrapassaram os 10% dos importados no ano de 1994. Por sua vez, os produtos químicos e farmacêuticos que, de 1985 a 1988, figuravam com menos de 2% dentre os importados, vieram a ocupar mais de 17% da pauta de importação de 1989 a 1994, tornando-se o segundo principal grupo de produtos chineses importados pelo Brasil ao final do período.

Interesses convergentes na área produtiva

Em 1992, num acontecimento muito positivo, duas empresas brasileiras de grande porte, a Companhia Brasileira de Projetos e Obras – CBPO [418] e a

---

[417] Cf. Ribeiro, Fernando; Pourchet, Henry. "O perfil do comércio Brasil-China", in *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, ano XVIII, nº 79, abril/junho de 2004, p. 12-33.

[418] Em 1980, a Odebrecht incorporou a Companhia Brasileira de Projetos e Obras - CBPO, empresa paulista fundada em 1931 pelo engenheiro Oscar Americano da Costa, fortalecendo sua qualificação na área de construção pesada. Anos depois, essa subsidiária teve seu nome

O Brasile a China-10.indd 184 25/3/2008 00:36:53

Andrade Gutierrez, estiveram ativamente empenhadas em obter espaço no vultoso mercado chinês de serviços no setor de hidroeletricidade, por meio da participação em licitações para a construção de duas hidrelétricas chinesas, com valor respectivamente de US$400 milhões e US$600 milhões.

Pela primeira vez em muitos anos, grandes empresas brasileiras faziam-se presentes no mercado de obras de engenharia na RPC [419]. Embora ainda ocupasse percentagem marginal no suprimento de energia elétrica na RPC, com cerca de 20%, a energia obtida de fontes hídricas deveria, no futuro próximo, fazer-se cada vez mais presente na matriz energética da China [420].

Desde o início de 1992, vinha a CBPO informando a Embaixada brasileira acerca dos desdobramentos da concorrência, estimada em US$400 milhões e financiada parcialmente pelo OECF japonês, com crédito de cerca de US$60 milhões. A CBPO participava na mencionada concorrência associada ao "Sétimo Bureau de Construção", do Ministério da Energia chinesa. A obra "TSQ-I", localizada na província de Yunnan, fora projetada especialmente para atender à crescente demanda de energia elétrica em Cantão, principal pólo de desenvolvimento da economia chinesa, com planos para comprar cerca de 80% da energia gerada. Naquele momento, a província gastava cerca de US$180 milhões anuais adquirindo energia termoelétrica de Hong Kong.

Em 1993, antevendo o potencial de um mercado consumidor de 1,5 bilhão de pessoas e uma economia crescendo a taxas acima de 10% ao ano, a CBPO decidiu pela abertura de escritório em Pequim [421]. A empresa brasileira Andrade Gutierrez, por seu turno, esteve empenhada na licitação de outra hidrelétrica, de nome Xiaolangdi, a ser construída com recursos do Banco Mundial e com custo final avaliado em US$600 milhões, cuja geração destinava-se igualmente a atender com prioridade a cidade de Cantão [422].

Em 1993, negociações sobre possibilidades de investimentos conjuntos foram iniciadas entre a empresa brasileira "Embraco" e a companhia chinesa "Snowflake", para fabricação e comercialização de compressores herméticos para refrigeração. Dois anos mais tarde, em 1995, a parceria foi concretizada por meio da criação, em Pequim, da "Beijing Embraco Snowflake", primeira 'joint-venture' sino-brasileira, com investimento total de US$53 milhões. A parte brasileira ficou responsável por 55% do controle acionário no novo empreendimento.

---

mudado para CBPO Engenharia Ltda. Em 2005, A CBPO posiciona-se como uma das maiores construtoras brasileiras, com um corpo técnico de alto nível e extensa lista de obras realizadas no sul do País: as usinas de Itaipu, Xavantes, Capivara, Nova Avanhandava, Rosana e Foz do Areia, entre outras; e mais as rodovias dos Imigrantes, dos Trabalhadores e Castelo Branco, entre outras. Disponível em: <www.odebrecht.com.br>. Acesso em: 18/11/2005.

[419] "Brasil / República Popular da China. Delegação do Banco da China". Telegrama Ostensivo da Embaixada em Pequim para Exteriores. OF00749 - 31730, 08/09/92.

[420] Cf. "Brasil/RPC. Energia Hidroelétrica. Província de Cantão. Cooperação Técnica e venda de serviços." Telegrama ostensivo da Embaixada do Brasil em Pequim para Exteriores. OF00972 – 41200, 19/11/92.

[421] Disponível em: < www.odebrecht.com.br>. Acesso em: 18/11/2005.

[422] Cf. "Brasil/RPC. Energia Hidroelétrica. Província de Cantão. Cooperação Técnica e venda de serviços." Telegrama ostensivo da Embaixada do Brasil em Pequim para Exteriores. OF00972 – 41200, 19/11/92.

O Brasile a China-10.indd 185 25/3/2008 00:36:54

Dentre os fatores determinantes que levaram a empresa Embraco a investir no mercado chinês, encontram-se: i) a divulgação, desde 1986, da marca "Embraco" na Ásia e de exportações de compressores para a China; ii) a existência de taxas elevadas de crescimento econômico na China e outros países asiáticos; iii) o potencial de crescimento do mercado interno chinês de refrigeradores; iv) a forte possibilidade de a China vir a se tornar base de exportação para toda a Ásia; v) a existência de boa infra-estrutura local e baixo custo de produção.

Por sua vez, ao longo do período 1990-1994, o minério de ferro brasileiro, além de constar da lista dos produtos mais exportados para a China, foi objeto de cooperação entre o Brasil e a China. Em novembro de 1992, o Vice-Ministro da Indústria Metalúrgica da RPC, Xi Daquan, realizou viagem de sete dias ao Brasil, com a intenção de estudar eventual *joint-venture* com a parte brasileira, especialmente com a Companhia Vale do Rio Doce. O "Protocolo de Intenções sobre o Incremento do Comércio Bilateral de Minério de Ferro e a Promoção da Exploração Conjunta de Reservas de Minério de Ferro" foi assinado um ano mais tarde, no dia 23 de novembro de 1993, durante visita ao Brasil do Presidente Jiang Zemin, e registrou o interesse dos dois países em: i) examinar a viabilidade de explorar reservas de minérios de ferro no Brasil, entre as quais as de Carajás, em regime de *joint-venture*; ii) incentivar as empresas brasileiras e chinesas a encontrar alternativas para o transporte de minério de ferro à China, com custos e frete mais competitivos; iii) estimular as empresas de seus países a dar continuidade ao comércio bilateral de minério de ferro e a estudar a possibilidade de expandir as compras e vendas do produto.

Em 1994, com demonstração das grandes perspectivas de cooperação e negócios entre Brasil e China nas áreas de minério de ferro e siderurgia, a Companhia Vale do Rio Doce instalou um escritório da empresa na cidade de Xangai.

Cooperação bilateral

A cooperação científica e tecnológica foi, desde o início das relações sino-brasileiras, um dos campos em que mais se desenvolveram contatos e onde mais se avançou na montagem de uma tessitura de acordos de nível variado. Tal desenvolvimento deu-se como conseqüência natural do reconhecimento, por ambos os países, do amplo potencial de colaboração existente no setor, à luz de certas similitudes de condições e de níveis de desenvolvimento, e dada a existência de considerável margem de complementaridade entre as estruturas industriais e de pesquisa [423].

[423] "CT / República Popular da China. Avaliação da Cooperação Técnica 1991". Telegrama Confidencial de Exteriores para Brasemb Pequim. OFC0105 – 00103, 06/02/92.

O Brasile a China-10.indd 186 25/3/2008 00:36:54

Apesar dos esforços de algumas agências brasileiras e chinesas [424], essa vertente do relacionamento ressentiu-se, nos primeiro anos da década de 1990, da falta de orientação nítida em termos de objetivos e prioridades, tendo os projetos, ao longo do tempo, sido sobrepostos uns aos outros, com o acréscimo, a cada momento, de iniciativas novas, sem que as anteriores tivessem, de modo geral, chegado a bom termo.

Segundo percepção do Embaixador brasileiro em Pequim, Roberto Abdenur, as responsabilidades pelo estado de coisas na área científico-tecnológica deviam ser compartilhadas entre os lados brasileiro e chinês:

> (...) a parte chinesa costumava enviar grande número de delegações ao Brasil em missões pouco sérias, destinadas tão somente ao recolhimento de informações sobre como o Brasil se organiza ou atua em determinados setores, sem que isso tenha qualquer implicação positiva para o intercâmbio bilateral. Há que reconhecer, contudo, que parcela maior da responsabilidade recai sobre o lado brasileiro, cuja atuação tem sido afetada pelo elevado grau de descontinuidade administrativa, pelo insuficiente nível de coordenação e integração e, muito particularmente, pela falta de recursos financeiros [425].

A título de exemplo, entre os anos 1990-1992, apenas um acordo de cooperação foi assinado entre o Brasil e a China (Acordo de Cooperação Econômica e Tecnológica de 18 de maio de 1990). Ocorreu, destarte, dispersão de esforços, superposição ou duplicação de projetos, mau uso dos parcos recursos disponíveis e, sobretudo, uma grande inconstância e inconseqüência nas iniciativas comtempladas na área de ciência e tecnologia [426].

A partir do Governo de Itamar Franco (1992-1994), a cooperação sino-brasileira retomou gradualmente seus passos. Foram formalizados, durante o período, mais de quinze atos internacionais, quase todos nas áreas econômica, educacional e científica e tecnológica (notadamente a área espacial).

---

[424] Logo no início da década de 1990, durante a IV Reunião da Comissão Mista de Cooperação Científica e Tecnológica sino-brasileira, realizada em Brasília no período de 06 a 08 de maio de 1991, foram definidas várias atividades prioritárias para o programa de cooperação técnica bilateral, em particular, nas áreas de pesquisa agrícola e energia. Ainda em 1991, foi proposto à Agência Brasileira de Cooperação (ABC), pelo Escritório de Especialistas Estrangeiros do Conselho de Estado da China, um acordo para o intercâmbio de profissionais entre os dois países. Em resposta à solicitação, a ABC comprometeu-se em estudar as sugestões da parte chinesa e consultar empresas e instituições interessadas, com vista a definir metodologia e procedimentos pertinentes. "CT / República Popular da China. Escritório de Especialistas Estrangeiros. Convênio com a ABC". Telegrama Ostensivo de Exteriores para Brasemb Pequim. OF00105 - 00305, 28/03/92. "CT / RPC. Escritório de Especialistas Estrangeiros. Convênio com a ABC". Telegrama Ostensivo de Exteriores para Brasemb Pequim. OF00105 - 00749, 31/07/92.

[425] "Relações Brasil-RPC. Problemas e Perspectivas. Sugestões de Ação. Avaliação Geral". Telegrama Confidencial da Embaixada em Pequim para Exteriores, Abdenur. OF00979 - 42000, 18/11/92.

[426] "Relações Brasil-RPC. Problemas e Perspectivas. Sugestões de Ação. Avaliação Geral". Telegrama Confidencial da Embaixada em Pequim para Exteriores, Abdenur. OF00979 - 42000, 18/11/92.

O Brasile a China-10.indd 187 25/3/2008 00:36:54

Na área econômica, foi assinado, em março de 1993, o "Ajuste complementar ao Acordo de Cooperação Econômica e Tecnológica", prevendo o incremento da cooperação econômica e tecnológica no campo da energia elétrica, incluindo a energia hidrelétrica.

Na área educacional, após sete anos desde a assinatura do acordo-quadro (novembro de 1985), foram assinados dois novos documentos: Memorando de Entendimento sobre Intercâmbio e Cooperação em Educação, de 25 de fevereiro de 1993 e Protocolo de Cooperação no âmbito do ensino superior, de 19 de janeiro de 1994.

Na área científica e tecnológica, seguiu-se ampliando a cooperação sino-brasileira com acordos nas áreas de Novos Materiais: Ajuste Complementar, de 04 de abril de 1994; e da Indústria Química e Petroquímica: Protocolo de Intenções, de 06 de setembro de 1994. Foram ainda de destaque os setores de Energia Elétrica: Memorando sobre Cooperação Econômica, Científica e Tecnológica, de 05 de setembro de 1994; de Minério de Ferro: Protocolo de Intenções sobre Incremento do Comércio Bilateral de Minério de Ferro e Promoção da Exploração Conjunta de Reservas de Minério de Ferro, de 23 de novembro de 1993); Medicina Tradicional e Biotecnologia Aplicada à Agricultura, assinados em 04 de abril de 1994.

No setor espacial, após difíceis anos de negociação, registraram-se as assinaturas de seis documentos entre os anos de 1993 e 1994, permitindo avançar nas fases de engenharia, design e manufatura dos satélites sino-brasileiros [427].

Cooperação científica e tecnológica

a) Energia elétrica

O "Acordo Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica e Tecnológica" foi assinado em 5 de março de 1993, durante visita do Chanceler Qian Qichen ao Brasil. Por este acordo, os dois países confirmaram interesse em promover a cooperação em matéria de energia elétrica, incluindo a energia hidrelétrica, em seus aspectos econômicos e tecnológicos, com base no princípio de benefícios mútuos [428].

---

[427] Cf. Protocolo suplementar sobre aprovação de pesquisa e produção de satélite de recursos da Terra, de 05 de março de 1993; Protocolo sobre pontos principais para o desenvolvimento adicional dos satélites sino-brasileiros de recursos da Terra, de 15 de setembro de 1993; Protocolo sobre desenvolvimentos adicionais aos satélites sino-brasileiros de recursos terrestres e assuntos correlatos, de 09 de novembro de 1993; Protocolo sobre cooperação em aplicações pacíficas de ciência e tecnologia do espaço exterior, de 23 de novembro de 1993; e Acordo-Quadro sobre cooperação em aplicações pacíficas de ciência e tecnologia do espaço exterior, de 08 de novembro de 1994.

[428] A cooperação referida no acordo envolveu: a) elaboração conjunta de estudos e projetos de energia elétrica e hidrelétrica; b) cooperação de especialistas nas fases de planejamento do sistema elétrico de ambos os países, tanto na parte de geração quanto de transmissão; c) participação de empresas brasileiras de engenharia em associação com empresas chinesas no desenvolvimento de projeto básico de usinas hidrelétricas e participação na fase do projeto

O Brasile a China-10.indd 188 25/3/2008 00:36:55

Em 05 de setembro de 1994, Brasil e China expressaram o interesse em continuar aprimorando o intercâmbio bilateral no campo da hidreletricidade, materializado por meio do estabelecimento de "Memorando de Entendimento sobre Cooperação Econômica, Científica e Tecnológica". Ambas as partes reafirmaram a vontade de envidar os melhores esforços para desenvolver sua capacitação em projetos e construção de hidrelétricas e utilização de recursos hídricos, incluindo o fornecimento de materiais e serviços para esses projetos, com *joint ventures* e consórcios de empresas de engenharia brasileiras e chinesas. Por sua vez, os dois países concordaram em realizar um Seminário sobre Pequenas Centrais Hidrelétricas, no Brasil, no primeiro semestre de 1995. A organização do Seminário ficou a cargo das Centrais Elétricas Furnas. Do lado chinês, o Departamento de Cooperação Internacional do Ministério dos Recursos Hídricos ficou responsável pela indicação de especialistas chineses para participar do referido seminário.

Na ocasião do estabelecimento do memorando voltado para a cooperação na área de energia elétrica e hidrelétrica e utilização de recursos hídricos, foi igualmente estabelecido "Memorando de Entendimento entre o Ministério de Minas e Energia do Brasil e o Ministério de Energia Elétrica da RPC sobre Cooperação Tecnológica em Combustão de Carvão Mineral em Leito Fluidizado". Por meio do Memorando, Brasil e China expressaram o interesse em explorar conjuntamente alternativas energéticas, no contexto econômico-energético brasileiro e, em especial, pelo aproveitamento do conhecimento tecnológico da China nesta área.

b) Medicina e fármacos

Em novembro de 1991, teve início um programa de cooperação bilateral entre a Administração Estatal de Medicina Tradicional da China (AEMTC) e a Fundação Instituto Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Por meio do programa, foi prevista troca de listas de plantas utilizadas nas medicinas brasileira e chinesa, com indicação de respectivos nomes científicos e especificações clínicas.

Assim, em 20 de janeiro de 1992, a AEMTC entregou à Embaixada do Brasil em Pequim lista contendo nome das 600 plantas mais utilizadas na medicina tradicional chinesa, com indicação dos respectivos nomes científicos e especificações clínicas, endereçada à Fundação Instituto Oswaldo

---

executivo, oferecendo capacitação tecnológica, bem como no planejamento e gerenciamento de construção de empreendimentos hidrelétricos; d) formação de consórcios sino-brasileiros de empresas construtoras de obras energéticas, para participação em concorrências para construção de obras hidrelétricas na RPC, assegurando-se mecanismos de transferência de tecnologia nas áreas de construção e gerenciamento de obras; e) formação de consórcios sino-brasileiros de fabricantes de equipamentos destinados à geração e transmissão de energia elétrica; f) oferecimento de estágios para técnicos em empresas de engenharia de ambos os países; g) oferta de financiamento, tecnologia e/ou equipamento para estudos de viabilidade, projetos e construção de instalações do setor elétrico, incluindo usinas hidrelétricas. Cf. Ministério das Relações Exteriores. Divisão de Atos Internacionais. Acordo complementar ao acordo de cooperação econômica e tecnológica, de 5 de março de 1993.

O Brasile a China-10.indd 189 25/3/2008 00:36:55

Cruz. A entrega da lista em pauta fez-se em cumprimento ao estipulado no programa de cooperação bilateral firmado. Aguardava-se, a partir daquele momento, a concretização da troca por parte do grupo brasileiro, permitindo, destarte, a continuidade do programa de cooperação e intercâmbio, entre ambas as instituições, na área da pesquisa e utilização na medicida de plantas naturais [429].

Em 4 de abril de 1994, foi estabelecido o "Ajuste no Setor de Medicina Tradicional Chinesa e Fitofármacos, complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica" entre o Brasil e a China. Pelo referido ajuste, os dois países estabeleceram como objetivos de cooperação: i) a exploração, aperfeiçoamento e utilização da medicina tradicional e da fitofarmácia; ii) a divulgação de técnicas de medicina tradicional chinesa, com ênfase em flora medicinal, fitotécnica e acupuntura; iii) a formação e capacitação de recursos humanos brasileiros em medicina tradicional chinesa; iv) o estabelecimento de clínica que empregasse métodos e técnicas da medicina tradicional chinesa. Pelo documento em questão, foi ainda previsto o desenvolvimento de atividades de intercâmbio de informações científicas e documentos técnicos; de cientistas, técnicos e peritos; e organização e execução de seminários, cursos, pesquisas e estudos conjuntos e atividades relacionadas.

c) Agricultura

Ao longo da primeira metada da década de 1990, China e Brasil seguiram buscando novas oportunidades de cooperação na área da agricultura, tendo sido realizadas algumas missões exploratórias neste âmbito.

Entre os dias 3 e 7 de março de 1992, o governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, acompanhado de três secretários estaduais (Planejamento, Fazenda e Agricultura), além de comitiva de empresários e presidentes de cooperativas, cumpriu intensa programação em Pequim. No Ministério da Agricultura, o governador do Paraná foi recebido pelo Vice-Ministro Chen Yao Bang, tendo sido sugeridas pelo lado brasileiro áreas onde havia possibilidade de intercâmbio de técnicos ou cooperação econômica em ambos os sentidos. Destacaram-se as áreas de psicultura, produção de açúcar, algodão, manejo de solo e reciclagem de material orgânico. O Secretário da agricultura paranaense demonstrou especial interesse na aquisição de tecnologia chinesa para produção de sementes de hortaliças, na intensificação da venda de produtos de soja e na possibilidade de estabelecimento de *joint venture* para produção de seda, prioritariamente vendida, no mercado brasileiro, por empresas do Estado do Paraná. Durante a missão, a delegação de empresários e o Secretário da Agricultura visitaram ainda a Companhia de Exportação e Importação de Cereais e Óleos da China [430].

---

[429] Cf. "Brasil-RPC. Cooperação científica e tecnológica. Fundação Oswaldo Cruz". Ofício da Embaixada do Brasil em Pequim para Exteriores. Nº 022, 20/01/1992.
[430] "Brasil / RPC. Visita do Governador Roberto Requião. Entrevistas com autoridades chiensas". Ofício da Embaixada do Brasil em Pequim para Secretaria de Estado, nº 83, 10/03/92.

O Brasile a China-10.indd 190 25/3/2008 00:36:55

Durante missão da Embrapa à China, ocorrida em maio de 1992, foram identificadas as seguintes áreas prioritárias para o desenvolvimento da cooperação bilateral: irrigação (especialmente extração de águas em grandes profundidades); máquinas agrícolas; agricultura biológica; biotecnologia; fixação de nitrogênio com Azolla; utilização de inimigos naturais no controle biológico de pragas; hibridação do arroz; fruteiras de clima temperado; bubalinos; suínos e raças Meishan e Taihu; e bovinos [431].

Em 4 de abril de 1994, Brasil e China assinaram "Ajuste no Setor de Biotecnologia Aplicada à Agricultura", complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica, de março de 1982. Visava-se, com a assinatura do novo documento: i) a promoção do intercâmbio de pesquisadores, bem como avaliação e troca de material genético de microorganismos de interesse para o controle biológico de insetos e pragas; ii) a formação e a capacitação de recursos humanos em biotecnologia aplicada à agricultura; iii) a promoção de cooperação e *joint ventures* sino-brasileiras voltadas para a pesquisa, beneficiamento e comercialização de produtos agrícolas (tais como arroz irrigado, soja e batata) que incorporassem biotecnologias.

d) Cooperação espacial

Na primeira metade da década de 1990, o projeto CBERS, voltado para a construção de satélites sino-brasileiros de recursos terrestres, já era considerado o mais expressivo empreendimento conjunto entre o Brasil e a RPC e também um dos mais ambiciosos projetos de cooperação em tecnologias de ponta jamais subscrito pelo Brasil no plano internacional. Voltado única e exclusivamente para a fabricação de componentes de satélites, nada tendo a ver com tecnologias sensíveis como as do desenvolvimento de foguetes e veículos lançadores, o projeto CBERS não infringia as regras do regime internacional de controle sobre mísseis, o *Missile Technology Control Regime* (MTCR) [432].

Iniciados os trabalhos do Governo Fernando Collor de Mello, o projeto CBERS não foi, entretanto, colocado entre os temas prioritários da nova Secretaria de Ciência e Tecnologia [433]. A recusa do novo governo em assu-

---

[431] "Brasil / RPC. Missão brasileira da EMBRAPA. Agropecuária". Telegrama Ostensivo de Exteriores para Brasemb Pequim. OF00105 – 00526, 20/05/92.

[432] "Relações Brasil-RPC. Problemas e perspectivas. Sugestões de ação. Cooperação Espacial. Satélites Artificiais. Projeto CBERS". Telegrama Confidencial Urgente OF00993 - 71300, 23/11/92.

[433] Com a inauguração da presidência de Fernando Collor de Mello, em março de 1990, o Ministério de Ciência e Tecnologia – que, após ter sido extinto em janeiro de 1989, havia renascido, em dezembro do mesmo ano, ainda no Governo Sarney,– foi mais uma vez transformado em Secretaria de Ciência e Tecnologia. Decreto nº 91.146, de 15.03.1985, cria o Ministério da Ciência e Tecnologia. Lei nº 7.739, de 16.03.1989, transfere as atribuições do Ministério da Ciência e Tecnologia para o Ministério do Desenvolvimento Industrial, Ciência e Tecnologia e extingue o cargo de Ministro da Ciência e Tecnologia. Por força da Lei nº 7.740, de 16.03.1989, cria-se, como órgão integrante da Presidência da República, a Secretaria Especial da Ciência e Tecnologia, que passou a absorver os assuntos competentes ao extinto Ministério da Ciência e Tecnologia. A Lei nº 7.927, de 14.12.1989, art. 4º, § 1º,

O Brasile a China-10.indd 191 25/3/2008 00:36:56

mir responsabilidades – sobretudo financeiras – perante o projeto CBERS e executar tarefas previstas no acordo estabelecido entre a *Chinese Academy for Space Technology* (CAST) e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) fez com que o estado de inércia estabelecido desde o início de 1989 se transformasse em estado de quase total paralisia, o qual levou quase quatro anos para ser superado.

Apesar da estranha situação instaurada no programa CBERS, ainda foi realizada em Pequim, em junho de 1990, a terceira reunião do *Joint Project Committee* (JPC). Em razão dos diversos problemas enfrentados pelo projeto CBERS, em especial aqueles ligados à dificuldade da parte brasileira em saldar suas obrigações financeiras, a quarta reunião do *Joint Project Committee* (JPC) só teria lugar dois anos e meio mais tarde do que o previsto, em fevereiro de 1993, em São José dos Campos [434].

O INPE também deu início, a partir do segundo semestre de 1990, aos processos de licitação relativos à contratação de indústrias capacitadas para construção de equipamentos para o CBERS – previstos desde o início do planejamento do programa [435].

Por sua vez, durante evento multilateral ocorrido em abril de 1990, a parte chinesa proferiu calorosos elogios ao projeto sino-brasileiro na área espacial. Assim, por ocasião dos debates gerais e das reuniões do Subcomitê Jurídico da 27ª Sessão do Subcomitê Científico e Técnico do Comitê para os Usos Pacíficos do Espaço Exterior (COPUOS) das Nações Unidas, realizada em Genebra entre os dias 02 e 20 de abril de 1990, a delegação da RPC mencionou o programa de cooperação bilateral mantido com o Brasil para a construção de dois satélites de sensoriamento remoto. Na ocasião, a delegação chinesa indicou ser o Programa CBERS "um modelo a ser seguido" em projetos de cooperação estabelecidos entre países em desenvolvimento em setores de tecnologia avançada [436]:

---

extingue a Secretaria Especial de Ciência e Tecnologia da Presidência da República, criando novamente o Ministério da Ciência e Tecnologia, que também torna-se extinto pela Lei nº 8.028, de 12.04.1990, a qual é revogada com a edição da Lei nº 8.490, de 19.11.1992. Cf. www.mct.gov.br; Monserrat Filho, José. "Brazilian-Chinese Space Cooperation: an analysis of its legal performance", paper apresentado no 39º International Colloquium on the Law of Outer Space, Beijing, China, October , 7-11, 1996, p. 8.

[434] Cf. Monserrat Filho, José. "Brazilian-Chinese Space Cooperation: an analysis of its legal performance", paper apresentado no 39º International Colloquium on the Law of Outer Space, Beijing, China, October 7-11, 1996, p. 7.

[435] Naquele momento, visava-se adquirir, além da estrutura do satélite, a câmara de sensoriamento remoto e equipamentos para o subsistema de telemetria e telecomando. Cf. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. *Caminhos para o espaço: 30 anos do INPE*. São Paulo: Editora Contexto, 1991, p. 87.

[436] Ao que tudo indicava, os obstáculos enfrentados pela China no setor espacial pareciam em vias de total superação entre 1985 – ano em que anunciou sua disposição de lançar satélites para clientes de todo o mundo – e abril de 1990, quando o país logrou afinal levar a bom termo sua iniciativa pioneira nesse campo, ao colocar em órbita o "ASIASAT-1", artefato de fabricação norte-americana e propriedade de consórcio de Hong Kong. Fundamentada em motivações de ordem econômica, no espírito da reforma empreendida desde 1979 pelo regime chinês, consta, de acordo com a Embaixada brasileira em Pequim, que tal abertura ao exterior da indústria aeroespacial deste país teve como alvo prioritário a geração de recursos

O Brasile a China-10.indd 192 25/3/2008 00:36:56

> The plan for China-Brasil joint development of an Earth resource satellite has made greater progress thanks to the two Governments and the efforts of experts from both sides. It has finished the scheme phase and entered the phase of engineering, design and manufacture. This cooperation not only will bring tremendous economic benefits to the two countries which are rich in resources, but also set a good example for cooperation in space technology among developing countries. To stregthen international cooperation for peaceful uses of outer space on the basis of equality and mutual benefit is a basic policy of China in developing of space technology. We hope the sucess in this cooperation would promote broader development of similar cooperation[437].

A partir de 1990, de acordo com o Secretário da Ciência e Tecnologia, Edson Machado de Souza, o INPE deixou de receber da parte chinesa diversos relatórios formais sobre o trabalho de subsistemas. E, desde 1989, aos especialistas brasileiros estava sendo enviada apenas uma parte do total das informações técnicas sobre os trabalhos da equipe chinesa, sendo as restantes não disponibilizadas consideradas fundamentais para o avanço das tarefas de *Joint Systems Engineering*. Segundo o Secretário, a deficiência na troca de informações técnicas era um fator que estava prejudicando, em muito, a implementação do *Joint Project* naquele momento [438]. Em carta endereçada ao Vice-Ministro da Indústria Aero-espacial da China, Sr. Liu Jiyuan, datada de 23 de dezembro de 1991, o Secretário Edson Machado de Souza registrou a interrupção da troca de informações técnicas, assim como da realização de reuniões programadas – tais como a do *Joint Project Committee* (JPC), originalmente prevista para junho de 1991; e a do *Joint Experts Group* (JEG) [439].

De acordo com o Embaixador Abdenur, o que se expunha a dúvidas não era a competência técnica das equipes do INPE, que era inquestionável, mas antes a solidez da atuação administrativa brasileira e a falta de meios financeiros. Muito embora em diversas ocasiões haja o governo brasileiro, por intermédio de seus escalões mais elevados, reafirmado o compromisso do país com a iniciativa, descrita sempre como de alta prioridade, o INPE, responsável pela execução do projeto, debatia-se persistentemente com uma extrema falta de recursos, fato que levara a sucessivas revisões de

---

em divisas para auto-financiar seu desenvolvimento, uma vez que o montante global investido pela RPC nesse setor industrial nas três últimas décadas havia sido inferior ao dispêndio, em um só ano, dos Estados Unidos com atividades espaciais. Cf. "RPC. Indústria Aeroespacial. Lançamento conjunto de satélites sueco e chinês". Telegrama Ostensivo da Embaixada em Pequim para Exteriores. Abdenur. OF00839A 07/10/92.

[437] Cf. "Espaço exterior. Participação chinesa no Comitê para os Usos Pacíficos do Espaço Exterior (COPUOS) das Nações Unidas. Comentários". Ofício da Embaixada em Pequim para Secretaria de Estado das Relações Exteriores, 04/05/90.

[438] Cf. "Espaço exterior. Brasil-RPC. Projeto CBERS. Carta do Secretário da Ciência e Tecnologia ao Ministro da Indústria Aeroespacial". Telegrama confidencial de Exteriores para Embaixada do Brasil em Pequim. Nº 001, 02/01/1992.

[439] Cf. "Brasil-China. Cooperação Espacial. Projeto CBERS". Telegrama Secreto Urgente de Exteriores para Embaixada do Brasil em Pequim. OFSO105 – 00125, 12/02/92.

O Brasile a China-10.indd 193 25/3/2008 00:36:56

cronogramas, omissão de subcontratações e dificuldades até mesmo para o cumprimento das mais simples tarefas rotineiras [440].

A ocorrência de atrasos nos desembolsos dificultou a execução de várias obrigações da parte brasileira no projeto CBERS: i) subcontratação de serviços a empresas brasileiras e chinesas para a construção de equipamentos a serem utilizados nos satélites; ii) contratação, de acordo com esquemas já mutuamente acordados, dos serviços chineses de lançamento do primeiro satélite; iii) realização das atividades normais do projeto; iv) assunção de novos compromissos financeiros derivados da eventual realização da montagem, integração e testes do CBERS-2 no Brasil.

Mesmo em tempos de crise e indefinições, ao longo do período 1990-1994, responsáveis pela gestão técnica do projeto CBERS buscaram conduzir os trabalhos de forma bastante construtiva, criando oportunidades para discutir questões consideradas da mais alta relevância, que implicaram, inclusive, em ajustes fundamentais ao projeto. Dentre estas questões, foram amplamente debatidas pelo grupo binacional: i) a escolha do Laboratório de Integração e Testes – LIT do INPE como local para integração e teste do segundo modelo de satélite – CBERS-2 (*Assembling, Integration and Tests* – AIT), sob colaboração das equipes binacionais; ii) o aumento da participação brasileira no controle e posicionamento dos satélites em órbita (*Telemetry, Tracking and Command* – TTC). Em 1991, foi criado um grupo de especialistas chineses e brasileiros voltados para o estudo destas duas questões, de forma a que se pudesse avaliar a possibilidade de se efetuarem a integração e os testes do segundo satélite no Laboratório do INPE e definir responsabilidades no controle dos satélites CBERS em órbita.

Com base na distribuição aproximada – 30% para o Brasil e 70% para a RPC – das tarefas e responsabilidades financeiras do projeto, a parte brasileira passou a reivindicar formalmente, a partir de junho de 1990, que o segundo satélite sino-brasileiro fosse montado no Brasil. A pretensão se vinculava à existência, no INPE, de um bem equipado laboratório de integração e testes cuja utilização facilitaria a obtenção, pela parte brasileira, de consideráveis ganhos tecnológicos. A parte chinesa apresentou, de início, reação pouco favorável à idéia, por considerar que, pelo teor do acordo básico, a totalidade do trabalho de montagem deveria ficar a seu próprio cargo. Os chineses chegaram até mesmo a questionar a capacidade técnica do INPE de efetuar a montagem do segundo modelo de vôo, dúvida esta que o lado brasileiro buscaria eliminar definitivamente quando a parte chinesa tivesse oportunidade de visitar o LIT.

Com o tempo, o aceno com a possibilidade da montagem, integração e testes (AIT) de equipamentos (mas não do satélite) no Brasil representou uma evolução na postura chinesa. De início, os chineses só concordavam com a realização da AIT no Brasil de módulos, o que pouco ou quase nada

---

[440] "Relações Brasil-RPC. Problemas e Perspectivas. Sugestões de Ação. Avaliação Geral". Telegrama Confidencial da Embaixada em Pequim para Exteriores, Abdenur. OF00979 - 42000, 18/11/92.

O Brasile a China-10.indd 194 25/3/2008 00:36:57

representava como ganho tecnológico para o INPE. Para que houvesse acordo formal a respeito, a RPC esperava, contudo, que antes o Brasil se comprometesse a compensar, "mediante pecúnia", as despesas adicionais decorrentes da realização no INPE desta fase da cooperação.

A posição do INPE sobre as implicações financeiras da execução da AIT no Brasil foi primeiramente defensiva, com insistência em que ao lado brasileiro coubesse tão somente cuidar de evitar gastos adicionais à outra parte. Ademais, tratava o pagamento dos custos adicionais resultantes da AIT no Brasil do único ponto que fugia ao controle do INPE, já que dependia da liberação de recursos orçamentários adicionais [441].

Em 18 de fevereiro de 1992, o INPE reiterou a postura de que a realização de encontro do "AIT Technical Experts Group" (AITTEG) constituía o primeiro passo para o encaminhamento satisfatório da questão da AIT do *Flight Model-2* (FM2) no LIT, em São José dos Campos. Ademais, o pagamento à RPC dos custos adicionais decorrentes dessa atividade dependia de laudo técnico a ser produzido pelo AITTEG. Por sua vez, a afirmação de que os técnicos chineses poderiam dispor, em razão de sucessivas visitas ao Brasil, de 'boa percepção' das tarefas que o Brasil estava em condições de realizar, não substituía, portanto, os entendimentos técnicos necessários.

No que concerne à TTC, o acordo assinado entre o INPE e a CAST (agosto de 1988) continha capítulo específico destinado ao tratamento da questão. Uma vez concluída a fase de construção, o acordo previa que – por motivos técnicos – a parte chinesa teria o comando exclusivo da etapa de lançamento e de colocação dos satélites em órbita, assim como participação também majoritária durante a etapa de testes que precederia as operações de rotina. No entanto, quanto à terceira etapa, de operação rotineira dos artefatos em órbita, havia profundas diferenças na maneira como os dois lados entendiam poder e dever se fazer a distribuição de tarefas e responsabilidades de TTC.

Segundo interpretação do lado brasileiro, ambas as partes tinham o direito de controlar fosse em conjunto, fosse de forma alternada os satélites em órbita, na medida em que o contrato especificava que "both parties shall jointly perform the TTC and the operational management mission". Já a parte chinesa, alegando especial preocupação com a segurança dos satélites, desejava atribuir às estações brasileiras de rastreio e controle tarefas secundárias, limitando-as a papel subalterno, predominantemente passivo e pouco condizente com o *status* que competia ao Brasil como sócio, ainda que minoritário, do projeto e co-proprietário dos artefatos.

A distância entre as posições chinesa e brasileira em TTC aumentou frente à proposta brasileira de controle compartilhado do satélite em órbita (ou seja, de controle alternado e independente, 156 dias x 156 dias), com transferência do controle para a base de Xian toda vez que surgissem pro-

---

[441] Cf. "Brasil-China. Cooperação Espacial. Projeto CBERS. Reunião do 'Joint Experts Group'. Definição de data". Telegrama Secreto Urgentíssimo de Exteriores para Embaixada do Brasil em Pequim. OFSO105 – 00132, 14/02/92.

O Brasile a China-10.indd 195 25/3/2008 00:36:57

blemas ou emergências durante o período de controle normalmente adscrito à parte brasileira. Se, por um lado, a parte chinesa considerava a proposta brasileira inconveniente para a segurança do empreendimento, por outro, a parte brasileira deixava claro que não podia se auto-limitar à condição de mero usuário passivo de satélites dos quais era legítima co-proprietária, devendo os entendimentos técnicos refletir a realidade dessa situação jurídica. Por sua vez, embora o lado brasileiro não deixasse de reconhecer a natural preeminência da área de TTC da RPC, fundada na sua inegável maior experiência, tampouco cabia à parte chinesa trabalhar com a hipótese do controle absoluto dos satélites, sem abrir qualquer espaço ao Brasil, co-proprietário dos artefatos e sócio do projeto CBERS [442].

Um problema que dificultava a situação era que o assunto fugia em alguma medida ao controle dos interlocutores habituais pelo lado chinês: a CAST e o Ministério da Indústria Aeroespacial se viam, no caso, sob a influência do Ministério da Defesa Nacional, ao que se vinculava o "China Satellite Launch and Tracking Control General – CLTC", órgão que administrava e operava a rede de estações chinesas de TTC. Ao lado brasileiro convinha, destarte, conduzir o assunto com uma adequada combinação de flexibilidade técnica e firmeza política.

Apesar das dificuldades encontradas no projeto CBERS, a troca de visitas técnicas continuou a ocorrer, tendo o INPE acolhido, em junho de 1992, três engenheiros da CAST – Yu Jianhua, Jia Hong e Liu Tongchang –, que estiveram no Brasil para participar da Revisão Preliminar de Projeto (PDR), referente ao controle térmico do compartimento das baterias do satélite – atividade de que o INPE ficara incumbido. Por sua vez, em 6 de setembro de 1992, a CAST recebeu em Pequim dois engenheiros do INPE – José Damião Duarte Alonso e Ronaldo Arias – para visita de quatro semanas voltada para o desenvolvimento de software do computador de bordo do satélite para supervisão de funções internas e comunicações de serviço (OBDH). Estava prevista ainda para outubro de 1992 a ida a Pequim de dois outros engenheiros do INPE – Alderico Rodrigues de Paula Júnior e Antônio Carlos de Oliveira Pereira Júnior –, para trabalhar, durante quatro semanas, no *Beijing Institute of Control Engineering* (BICE), no desenvolvimento do segundo computador de bordo, para controle de altitute e órbita (AOCC). Os computadores OBDH e AOCC foram fabricados por empresas brasileiras, devidamente contratadas para tal fim [443].

Em julho de 1992, a parte brasileira conseguiu saldar grande parte dos compromissos financeiros há muito tempo pendentes com a parte chinesa. Foram assegurados, naquele momento, os quase US$ 2 milhões devidos à parte chinesa, bem como os recursos necessários ao INPE para saldar com-

---

[442] Cf. "Brasil-RPC. Cooperação Espacial. Projeto CBERS. Visita do Chanceler chinês ao Brasil. Resposta chinesa ao novo cronograma". Telegrama Secreto da Embaixada do Brasil em Pequim para Exteriores. OF01137 – 41900, 31/12/92.

[443] Cf. "Brasil-RPC. Cooperação espacial. Projeto CBERS. Cronograma de atividades previstas até o final do ano". Telegrama Confidencial Urgentíssimo de Exteriores para Embaixada do Brasil em Pequim. OFCO005 – 00875, 10/09/1992.

O Brasile a China-10.indd 196 25/3/2008 00:36:57

promissos com os fornecedores industriais no restante do ano de 1992. Em cerimônia realizada no dia 16 de julho de 1992, o Secretário de Ciência e Tecnologia, Hélio Jaguaribe, divulgou, na presença do Embaixador Roberto Abdenur, do Encarregado de Negócios da Embaixada da China no Brasil e do Chefe do Departamento da Ásia e Oceania - DAO os valores liberados para o pagamento de atrasados relativos ao contrato entre o INPE e a CAST, de outubro de 1991, no âmbito do projeto CBERS.

Assim, o referido pagamento colocava o INPE em dia com as obrigações financeiras entre os dois institutos, restando ainda parcela referente a abril de 1993, no valor de US$834.700,00, do total de US$4.173.500,00, que perfazia o contrato. Esperava-se que a normalização da situação financeira do lado brasileiro viesse a contribuir para dar novo impulso ao projeto CBERS [444].

Naquela ocasião, tentou-se viabilizar, em vão, a realização de reunião do JPC para o mês seguinte, no Brasil, com vistas à discussão do cronograma, bem como da questão dos custos que advinham da possível integração e testes de satélite no Brasil [445]. Ao que tudo indicava, aguardavam as autoridades chinesas que a parte brasileira fornecesse garantias extras de que iria contar, no futuro próximo e imediato, com fundos suficientes para o desenvolvimento normal das atividades subseqüentes ligadas ao projeto. Tornara-se fundamental, para o grupo brasileiro, definir com segurança os recursos financeiros que podiam ser direcionados ao projeto CBERS para os anos vindouros, de forma a dar fim à paralisia por falta de meios [446].

Ao Brasil interessava estabecer rapidamente um novo cronograma de trabalho, sob o risco de virem os artefatos a sofrer de defasagem e obsolescência tecnológicas. Uma nova sucessão de atrasos poderia, em tese, sujeitar o Brasil ao risco de se ver excluído do empreendimento, que em tal caso passaria a ser levado adiante apenas pela RPC. Embora o cronograma inicial tivesse estabelecido o lançamento, na China, do primeiro satélite para o ano de 1992, tal data foi sucessivamente postergada, primeiramente para 1993, em seguida para 1994, surgindo outro adiamento do lançamento para 1995. Por sua vez, a tardança na execução do projeto provocava prejuízos referentes à prestação de serviços aos usuários prospectivos.

A proposta brasileira de cronograma de reuniões e visitas para a conclusão dos entendimentos, negociação e assinatura do Protocolo Suplementar foi de que se convocassem prontamente as seguintes reuniões: i) sobre subsistemas e interfaces - encontro de imediato, em Pequim, de delegações técnicas

---

[444] Cf. "Brasil-RPC. Cooperação Espacial. Projeto CBERS. Pagamento de parcelas atrasadas pelo INPE". Telegrama Confidencial Urgente de Exteriores para Embaixada do Brasil em Pequim. OFCO105 – 00716, 17/07/92.

[445] Cf. "Brasil-RPC. Cooperação Espacial. Projeto CBERS". Telegrama Confidencial Urgentíssimo de Exteriores para Embaixada do Brasil em Pequim. OFCO105 – 00619, 22/06/92.

[446] "Relações Brasil-RPC. Problemas e perspectivas. Sugestões de ação. Cooperação Espacial. Satélites Artificiais. Projeto CBERS". Telegrama Confidencial Urgente OF00993 - 71300, 23/11/92. "Relações Brasil-RPC. Problemas e Perspectivas. Sugestões de Ação. Avaliação Geral". Telegrama Confidencial da Embaixada em Pequim para Exteriores, Abdenur. OF00979 - 42000, 18/11/92.

O Brasile a China-10.indd 197 25/3/2008 00:36:58

para passar em revista o que fora feito até então por ambos os lados, com vistas à melhor coordenação de ações e preparação de passos futuros (reunião considerada trabalhosa, envolvendo mais de 20 técnicos, com duração de duas a três semanas); ii) sobre *Assembling, Integration and Tests* (AIT) - para discussão dos aspectos técnicos e financeiros relacionados à realização da montagem do segundo satélite CBERS nos laboratórios do INPE (a se realizar pouco antes do final da reunião de subsistemas e interfaces); iii) sobre *Telemetry, Tracking and Command* (TTC) - dedicada à busca de uma solução para o problema do controle dos satélites em órbita (a se realizar, igualmente, quase ao final da reunião de subsistemas e interfaces); iv) do *Joint Project Committee* (JPC) – voltada para avaliação geral do projeto, prevista para acontecer após a realização das três reuniões, com representantes da mais alta hierarquia do projeto, buscando solidificar os entendimentos alcançados. A reunião serviria igualmente para discutir os teores do Protocolo que restabeleceria as bases e relançaria o Projeto CBERS.

Em 16 de setembro de 1992, o Embaixador Roberto Abdenur, acompanhado do Ministro-Conselheiro e do Encarregado do Setor de Cooperação Científica e Tecnológica da Embaixada do Brasil em Pequim, manteve conversações com o Vice-Ministro chinês Liu Jiyuan, responsável no Ministério da Indústria Aeroespacial (MIA) pelo projeto CBERS. O Vice-Ministro Liu Jiyuan fez-se assessorar por alguns de seus colaboradores mais próximos. No plano operacional, o Embaixador brasileiro aludiu à liquidação, em julho de 1992, de todos os compromissos financeiros pendentes do contrato de outubro de 1991 entre a CAST e o INPE, reiterando a determinação brasileira em agilizar os trabalhos do projeto CBERS, mediante a superação, no mais curto prazo, das divergências ainda remanescentes no tocante à montagem do segundo satélite no Brasil. A esse propósito, sublinhou-lhe a conveniência de se viabilizar, o quanto antes, o envio ao Brasil de missão técnica da RPC com o objetivo de discutir questões relativas à AIT e TTC do segundo modelo de vôo (FM2 ou CBERS2), a que se seguiria reunião do JPC em Pequim, assim como visita de delegação de alto nível do Ministério da Indústria Aeroespacial, com o intuito de estabelecer, com a parte brasileira, protocolo suplementar de atualização das responsabilidades dos dois lados dentro do projeto CBERS[447].

Após a reunião de setembro de 1992 entre o Embaixador Abdenur e o Vice-Ministro Liu Jiyuan, diversos encontros entre autoridades brasileiras e chinesas foram realizados, tanto em Brasília quanto em Pequim, na tentativa de se conseguir superar o impasse nas relações bilaterais e estabeler um novo cronograma de encontros. Ao longo das referidas reuniões, percebeu-se a relutância chinesa em aceitar que as reuniões técnicas sobre AIT e TTC se realizassem no Brasil sem que antes fossem dadas garantias de compensação (nesse contexto, os chineses empregavam consistentemente a palavra 'paga-

[447] Cf. "Brasil-RPC. Cooperação Espacial. Projeto CBERS. Reunião com o Vice-Ministro da Indústria Aeroespacial". Telegrama Secreto Urgente da Embaixada do Brasil em Pequim para Exteriores. OF00800 – 32000, 22/09/92.

O Brasile a China-10.indd 198 25/3/2008 00:36:58

mento'), pela parte brasileira, de todas as despesas adicionais que decorriam da montagem no Brasil do FM2. A CAST e o MIA já não se sentiam suficientemente respaldados pelas afirmações orais de autoridades do governo brasileiro. Consideravam-se os termos pouco precisos [448].

No dia 6 de novembro de 1992, ocorreu encontro decisivo entre o Embaixador Roberto Abdenur e o Vice-ministro Liu Jiyuan, que esteve acompanhado de seus colaboradores mais imediatos e do professor Wang Hezhong, Vice-presidente da CAST e interlocutor habitual da parte brasileira no tocante aos aspectos técnicos do projeto CBERS. O Embaixador brasileiro iniciou a reunião com uma breve exposição sobre as mudanças ocorridas no Brasil em decorrência da instalação do novo governo, presidido por Itamar Franco, detendo-se na recriação do Ministério da Ciência e Tecnologia e nas qualificações pessoais e acadêmicas do recém-designado titular da pasta, José Israel Vargas, sublinhando tratar-se de cientista com sólida reputação internacional. No que dizia respeito às relações sino-brasileiras, salientou que o novo Ministro mostrava-se bastante interessado em levar adiante a cooperação bilateral na área espacial. Aludindo brevemente às dificuldades orçamentárias brasileiras, responsáveis pelo atraso então verificado no desenvolvimento do Projeto CBERS, o Embaixador observou que, naquele momento, as circunstâncias brasileiras tornavam mais viável um equacionamento dos problemas fiscais, o que resultava em melhores condições para o desenvolvimento do CBERS a partir do exercício de 1993.

Durante a reunião, foram apresentados ao Vice-Ministro Liu Jiyuan os resultados das reuniões havidas entre o Itamaraty, o Ministério da Ciência e Tecnologia e o INPE com vistas a harmonizar ações e acelerar a implementação do Projeto CBERS. Propôs-se a ida a Pequim, a partir da segunda quinzena do mês de novembro de equipes técnicas brasileiras incumbidas de equacionar, ainda antes do final do ano de 1992, todas as questões pendentes em relação a AIT e TTC, ao que se seguiria em Pequim a reunião do JPC, cuja feliz conclusão – com a aprovação do texto mutuamente aceitável de Protocolo Suplementar – viabilizaria a assinatura desse instrumento bilateral, no Brasil, ao final de janeiro ou início de fevereiro de 1993. A reação do lado chinês quanto às informações prestadas e ao novo cronograma de

---

[448] Cf. telegrama a respeito da visita do Conselheiro de Ciência e Tecnologia da Embaixada da RPC em Brasília, Senhor Fang Mingdi à Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço (DMAE) do MRE: "Brasil-RPC. Cooperação espacial. Projeto CBERS. Visita de diplomata da Embaixada da RPC". Telegrama Secreto Urgentíssimo de Exteriores para Embaixada do Brasil em Pequim. OFSO105, 08/10/92. Veja igualmente telegrama sobre visita ocorrida em Pequim, no dia 9 de outubro de 1992, do Ministro-Conselheiro Sérgio de Souza Fontes Arruda, acompanhado dos Conselheiros Cláudio Avellar e Genésio Costa, ao Sr. Wang Hezhong, Vice-presidente da CAST, juntamente com representantes do Ministério da Indústria Aeroespacial (MIA), ambos da China em: "Brasil-RPC. Cooperação Espacial. Projeto CBERS". Telegrama Secreto da Embaixada em Pequim para Exteriores. Arruda. OF00872 72000, 17/10/92. Confira ainda telegrama sobre a visita, no dia 03 de novembro, do Chefe do Departamento do Meio Ambiente (DMA) do Itamaraty, Embaixador Henrique Valle, ao Ministro de Estado da Ciência Tecnologia, Professor José Israel Vargas: "Brasil. RPC. Cooperação Espacial. Projeto CBERS. Proposta de novo cronograma". Telegrama Secreto Urgentíssimo de Exteriores para Embaixada do Brasil em Pequim. OFSO105 – 01044, 04/11/92.

O Brasile a China-10.indd 199 25/3/2008 00:36:58

trabalho foi muito positiva, havendo o vice-ministro Liu Jiyuan antecipado sua concordância, em linhas gerais, com o sugerido na proposta brasileira, a qual considerou satisfatória, clara e assertiva [449].

No mês de dezembro de 1992, o Embaixador do Brasil em Pequim manteve contato com os três integrantes mais graduados da delegação do INPE que se encontrava em Pequim para participar, enfim, da reunião de coordenação sobre sistemas e interfaces, a saber, Aydano Carleial, José Raimundo Braga Coelho e Luis Antônio dos Reis Bueno. Durante o encontro, a equipe do INPE expôs as dificuldades que vinha enfrentando na contratação dos serviços para a confecção da estrutura dos satélites. A empresa brasileira Embraer, supostamente capacitada para executar tal tarefa, recusou-se a participar de licitação realizada com tal propósito no início de 1992, e um grupo de outras empresas brasileiras que se associaram para participar da concorrência teve sua proposta negada, por não preencher todos os requisitos técnicos. Naquele momento, buscavam os representantes do INPE sondar a eventual disposição e interesse do lado chinês em assumir, mediante subcontratação, os encargos referentes à confecção da estrutura. Tentava também a delegação obter dados para uma avaliação realista das vantagens decorrentes de se transferir essa tarefa para a CAST. Podia haver recuperação parcial dos atrasos acumulados na execução do projeto, mas não se sabia ainda qual realmente seria esse ganho em tempo. Se a tarefa fosse finalmente realizada no Brasil, estimava-se prazo em torno de trinta e seis meses para execução do trabalho. Isto, na prática, inviabilizava o lançamento do primeiro satélite antes do ano de 1996. O assunto ainda deveria ser examinado pelo INPE, pois renunciar à confecção da estrutura no Brasil significava, de acordo com alguns setores técnicos da instituição, abdicar de capacitação técnica de importância equivalente à que se pretendia obter por meio da realização no Brasil da AIT do segundo artefato. Conforme se verificou posteriormente, a construção do subsistema referente à estrutura principal do primeiro modelo de satélite ficou quase que completamente sob responsabilidade do

---

[449] No dia seguinte, em 7 de novembro de 1992, o Vice-Ministro chinês Liu Jiyuan comunicou, através de nota enviada à Embaixada do Brasil em Pequim, a posição chinesa sobre a sugestão de cronograma da parte brasileira. Em primeiro lugar, a parte chinesa mostrou-se de acordo que os trabalhos recomeçassem de imediato e que os técnicos brasileiros chegassem a Pequim na segunda quinzena do mês de novembro de 1992 para que realizassem, juntamente com seus colegas chineses, reunião de sistema e interfaces. Por sua vez, os dois grupos de especialistas que participariam da reunião sobre AIT do FM-2 e TTC no Brasil deveriam estar em Pequim ao final da segunda semana da reunião de sistema e interfaces. No início de janeiro de 1993, a parte chinesa contava enviar ao Brasil missão de seis a oito membros, chefiada pelo Professor Wang Hezhong, para proceder à avaliação final das condições existentes para a realização da AIT do FM2 no Brasil e eventuais alterações que se fizessem necessárias. Em meados de fevereiro de 1993, considerava o lado chinês que se poderia realizar, em Pequim, a reunião do JPC. Enfim, após esta última reunião, a parte chinesa se disporia a enviar ao Brasil delegação de alto nível para negociar e assinar o Ajuste Complementar ao Acordo sobre o Projeto CBERS. Cf. "Brasil-RPC. Cooperação Espacial. Projeto CBERS. Proposta de novo cronograma". Telegrama Secreto da Embaixada em Pequim para Exteriores. Abdenur. OF00942 71155. 07/11/92. "Brasil-RPC. Cooperação Espacial. Projeto CBERS. Resposta chinesa à proposta de novo cronograma". Telegrama Secreto Urgentíssimo da Embaixada em Pequim para Exteriores. Abdenur. OF00946 - 31150. 10/11/92.

O Brasile a China-10.indd 200 25/3/2008 00:36:58

grupo chinês. Por sua vez, os chineses contrataram de empresas brasileiras as produções do computador de bordo e dos transmissores de microondas, compensando a contratação chinesa do subsistema de estrutura. [450].

Em março de 1993, durante visita ao Brasil do Chanceler da RPC, Qian Quichen, foi finalmente assinado o Protocolo Suplementar sobre Aprovação de Pesquisa e Produção de Satélite de Recursos da Terra, oficializando a renovação da cooperação espacial sino-brasileira [451]. O documento registrou os avanços alcançados, sobretudo após a realização da Quarta Sessão Ordinária do Comitê Conjunto do Projeto (JPC), estabelecendo: i) a marcação, para outubro de 1996, do lançamento em órbita do primeiro modelo de vôo do Satélite Sino-Brasileiro; ii) a realização do processo de montagem, integração e testes do segundo satélite unicamente, e de maneira completa, no Brasil – revelando, assim, que a tarefa do INPE não seria de mera 'remontagem' de um satélite previamente testado e integrado pela parte chinesa; iii) a realização das tarefas de AIT no Brasil de forma independente do lançamento exitoso do primeiro satélite na China, como antes queria insistentemente a parte chinesa – o que expressava que o INPE dispunha de mais tempo tanto para efetuar adequamente a tarefa de AIT, quanto para maximizar possíveis ganhos tecnológicos; iv) o Brasil receberia equipamentos do satélite – e não mais módulos já em adiantado estágio de montagem – o que significava que a integração no INPE se faria em termos amplos; v) apenas os custos adicionais decorrentes da realização de atividades de montagem, integração e testes do segundo modelo de vôo no Brasil eram de responsabilidade do INPE [452].

Quanto à questão de TTC, mencionada no Protocolo Suplementar, foi necessário aguardar mais um ano para que se encontrasse solução interessante para ambas as partes. Assim, em março de 1994, durante missão ao Brasil da delegação chinesa da *Comission of Space Tecnology and Industry for National Defense* – COSTIND, chefiada pelo Vice-Ministro Shen Rong Jung, foi assinado acordo definindo esquema mutuamente satisfatório para o controle conjunto dos satélites CBERS (TTC), com

---

[450] Cf. Mileski, André Montanholi. "Programa Espacial China-Brazil: satélite sino-brasileiro de recursos terrestres (CBERS)". Disponível em: <http://www.defesa.ufjf.br/arq/art4.htm>. Acesso em: 06/01/2006. Cf. "Brasil-RPC. Cooperação Espacial. Projeto CBERS. Visita do Ministro do Exterior da RPC ao Brasil". Telegrama Secreto Urgentíssimo da Embaixada do Brasil em Pequim para Exteriores, OF0109 – 51800, 17/12/1992. Cf. "Brasil-RPC. Cooperação espacial. Projeto CBERS. Visita do Chanceler chinês ao Brasil. Reação do INPE à proposta de novo cronograma". Telegrama Secreto Urgentíssimo de Exteriores para Embaixada do Brasil em Pequim, OFSO105 – 01210, 18/12/92.

[451] Cf. Ministério das Relações Exteriores. Divisão de Atos Internacionais. "Protocolo Suplementar sobre Aprovação de Pesquisa e Produção de Satélites de Recursos da Terra, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China". Feito em Brasília, aos 05 dias do mês de março de 1993.

[452] Cf. "Brasil-RPC. Cooperação Espacial. Projeto CBERS. Visita do Ministro do Exterior da RPC ao Brasil". Telegrama Secreto Urgentíssimo da Embaixada do Brasil em Pequim para Exteriores, OF0109 – 51800, 17/12/1992.

O Brasile a China-10.indd 201 25/3/2008 00:36:59

base na proporção de investimentos efetuados por cada parte (70% para a China e 30% para o Brasil) [453].

Após a assinatura do Protocolo Suplementar de março de 1993, seguiram-se várias trocas de visitas entre representantes brasileiros e chineses, dando prova da retomada do bom andamento dos trabalhos do projeto CBERS [454]. Em setembro de 1993, o Ministro chinês Liu Jiyuan retornou ao Brasil para participar de diversas reuniões do projeto CBERS e para ratificar, em nome da *China National Space Administration* - CNSA, o "Protocolo Sobre Pontos Principais para o Desenvolvimento Adicional dos Satélites Sino-brasileiros de Recursos da Terra". Por meio do Protocolo em questão, ambos os lados endossaram as atas das 4ª e 5ª reuniões do Comitê Conjunto do Projeto CBERS (JPC), realizadas entre 25 de fevereiro e 2 de março de 1993 e 26 de julho e 6 de agosto de 1993, respectivamente. De modo a acelerar o desenvolvimento dos satélites sino-brasileiros e a fim de assegurar o lançamento do primeiro modelo de vôo em outubro de 1996, ambos os lados concordaram em alocar suficientes recursos financeiros para garantir o cronograma de trabalho estabelecido. Quanto à montagem, integração e testes do segundo modelo de satélite, fixou-se o prazo máximo de 14 meses para conclusão dos trabalhos, contados a partir da data de chegada dos equipamentos ao Brasil. Ambas as partes anuíram ainda em fixar o prazo de um ano para confecção e assinatura de um acordo sobre segurança de satélites e proteção de direitos de propriedade [455]. Por fim, estabeleceu-se a primeira quinzena de novembro de 1993 como data para assinatura do contrato de serviços de lançamento do CBERS-1.

No dia 9 de novembro de 1993, o Ministro da Ciência e Tecnologia, José Israel Vargas, assinou, em Pequim, o "Protocolo sobre Desenvolvimentos Adicionais aos Satélites Sino-brasileiros de Recursos Terrestres e Assuntos Correlatos". Pelo protocolo, foi oficializado o acordo chinês em transportar, como carga-útil secundária, no lançamento do satélite CBERS-1, um microsatélite brasileiro com massa de aproximadamente 60 Kg, para fins científicos (com custos adicionais de adaptação ao satélite lançador a serem cobertos pela parte brasileira). As partes concordaram, por outro lado, com a criação de um grupo de trabalho relativo ao estudo de formas de divulgação dos produtos dos satélites CBERS no mercado internacional, de modo a ampliar o número de potenciais usuários. O protocolo tornou público, igualmente, o interesse de desenvolvimento conjunto de um satélite de comunicações,

---

[453] Naquela ocasião foi igualmente preparado um Memorandum de Entendimento para segurança técnica dos satélites CBERS. Cf. INPE. *Relatório de Atividades – 1994.* São José dos Campos: INPE, 1994, p. 5 e 18.

[454] Em 1993, concluiu-se, no Brasil, a fabricação do transmissor de UHF e deu-se continuidade aos demais contratos industriais para o fornecimento dos computadores de bordo, *transponder* de comunicações, equipamentos de testes para subsistema de suprimento de energia e dos países solares. Cf. INPE. *Relatório de Atividades – 1992-1993.* São José dos Campos: INPE, 1993, p. 48-49.

[455] O "Acordo sobre Segurança Técnica Relacionada ao Desenvolvimento Conjunto dos Satélites e Recursos Terrestres" seria assinado apenas dois anos mais tarde, em 13 de dezembro de 1995, e promulgado em 29 de julho de 1998, através do decreto n° 2695.

O Brasile a China-10.indd 202 25/3/2008 00:36:59

tendo sido, para tanto, visualizada a criação de um grupo de trabalho voltado para a preparação de um relatório contendo estudo de viabilidade abrangente de tal projeto.

O Presidente Jiang Zemin visitou o INPE em novembro de 1993, tendo sido recepcionado pelo Ministro José Israel Vargas e pelo Diretor do INPE, Márcio Barbosa. Na ocasião, foi assinado contrato de lançamento do primeiro satélite CBERS, programado para outubro de 1996, incluindo o lançamento do satélite científico brasileiro, associado a um acordo de compensação financeira *offset* entre o INPE, FINEP e China Great Wall Industry Co., assegurando 100% de contrapartida comercial. O acordo determinava, assim, que a China comprasse produtos brasileiros, com priodade para produtos do setor espacial, no valor de até US$15 milhões, correspondente ao valor pago pelo Brasil no contrato de lançamento. Foi igualmente assinado o "Protocolo entre o Ministério de Ciência e Tecnologia do Brasil e a Administração Nacional de Espaço da China (CNSA), sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior", de formato bastante semelhante a um "acordo-quadro". Assinado poucos meses antes da adesão brasileira ao *Missile Technology Control Regime* (MTCR), ocorrida em fevereiro de 1994, o Protocolo em questão buscou revelar a preocupação dos contratantes em divulgar o caráter pacífico e a adequação legal do Projeto CBERS [456]. Por outro lado, o Protocolo expressou o desejo dos parceiros em ampliar a cooperação bilateral nas áreas da ciência, tecnologia e aplicações espaciais. Assim, além dos Satélites Sino-Brasileiros de Recursos Terrestres (CBERS), o Protocolo referiu-se à possibilidade de cooperação em empreendimentos envolvendo outros tipos de satélites, serviços de lançamento de satélites, sensoriamento remoto e suas aplicações, comunicação espacial, processamento de materiais no espaço, microgravidade, ciências atmosféricas e astrofísica. Ademais, as partes comprometeram-se em imprimir esforços na coordenação de posições sobre matérias relacionadas a usos pacíficos do espaço exterior junto a órgãos relevantes do sistema das Nações Unidas.

Em fevereiro de 1994, foi criada a Agência Espacial Brasileira (AEB)[457], em substituição à Comissão Brasileira de Atividades Espaciais (COBAE).

---

[456] Cf. Monserrat Filho, José. "Brazilian-Chinese Space Cooperation: an analysis of its legal performance", paper apresentado no 39º International Colloquium on the Law of Outer Space, Beijing, China, October 7-11, 1996, p. 11.

[457] O início dos estudos para apresentação de proposta para criação da Agência Espacial Brasileira (AEB), em substituição à Comissão Brasileira de Atividades Espaciais (COBAE), ocorreu dois anos antes, em 5 de dezembro de 1991, através da publicação no Diário Oficial de decreto instituindo Grupo de Trabalho (GT) para tal fim. As reuniões do GT, de 16 de dezembro de 1991 a 10 de janeiro de 1992, contaram com a participação de representantes dos Ministérios das Relações Exteriores (MRE), Aeronáutica (MAER), Exército (MEX), Marinha (MMAR), Educação (MEC), Economia (MEFP) e Infra-Estrutura (MINFRA), do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) e das Secretarias de Assuntos Estratégicos (SAE), Ciência e Tecnologia (SCT) e Administração Federal (SAF). No dia 23 de setembro de 1994, o Presidente da Agência Espacial Brasileira (AEB), Sr. Luiz Gylvan Meira Filho, informou ao Vice-Ministro Chinês da Indústria Aeroespacial e membro da "China National Space Administration", Sr. Liu Jiyuan, o estabelecimento, pelo governo brasileiro, em fevereiro de 1994, da referida agência. Cf. Ofício nº 205, AEB, 23/09/94.

O Brasile a China-10.indd 203 25/3/2008 00:37:00

De forma a facilitar o intercâmbio científico e tecnológico, a estrutura da agência foi concebida à semelhança de instituições internacionais congêneres. Ademais, a nova agência estatal, vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAI) da Presidência da República, foi dotada de caráter eminentemente civil, ao contrário da antiga COBAE, que fora presidida pelo Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas - EMFA. Uma vez plenamente instituída, a AEB passou a centralizar as diversas atividades espaciais desenvolvidas no País. Esperava-se, igualmente, colaboração intensa entre a AEB e iniciativa privada e de instituições de ensino superior e de pesquisa. Por fim, com o estabelecimento da AEB, visava-se dissipar quaisquer dúvidas quanto à natureza pacífica das atividades espaciais brasileiras, esperando-se, com isso, aumentar as possibilidades de acesso às tecnologias de ponta no setor, então sujeitas a severas restrições por parte dos países exportadores [458].

Em 1994, iniciaram-se discussões sobre o estabelecimento de uma rede sino-brasileira de TTC para controle de objetos espaciais de ambas as partes ou mesmo de terceiros, em termos comerciais. Tal análise ficou, porém, condicionada à experiência adquirida no controle dos satélites CBERS. Foram introduzidas, igualmente, discussões acerca da utilização de uma estação de TTC móvel brasileira em Cruzeiro do Sul (no Estado do Acre), com possibilidade de uso pelo lado chinês. Quanto a este último tema, o lado brasileiro comprometeu-se, naquela ocasião, a examinar o pedido chinês [459]. Pouco tempo depois, em outubro de 1994, a parte brasileira confirmou intenção de executar projeto de criação da estação de TTC móvel brasileira, com possibilidade de utilização pela parte chinesa [460].

Durante o mês de maio de 1994 – no quadro de preparação da visita presidencial brasileira à China – foi realizada reunião entre representantes da Embaixada do Brasil em Pequim e de dois dos principais órgãos chineses encarregados da cooperação espacial com o Brasil – "China National Space Administration" (CNSA) e "China Great Wall Industry Corporation" (CGWIC) – a fim de passar em revista a situação da cooperação bilateral nesse setor.

---

[458] Sob a presidência de Luiz Gylvan Meira Filho, a AEB iniciou seus trabalhos tendo como tarefas principais: i) a condução da Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (PNDAE) e de programas nacionais de atividades espaciais; ii) o incentivo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico na área espacial; iii) o estímulo à participação acadêmica e de setores empresariais em atividades espaciais e; iv) o estabelecimento de regras e modelos de segurança e controle relacionados a atividades espaciais. De acordo com a lei que estabeleu a AEB, as atividades espaciais no Brasil deveriam ser organizadas em bases sistêmicas, tendo a Agência como corpo central do sistema. Dotada desta capacidade, a AEB atuaria como coordenadora dos acordos internacionais na área espacial assinados pelo Brasil e demais iniciativas relacionadas ao espaço. Cf. "Espaço Exterior. Criação a Agência Espacial Brasileira (AEB)". Telegrama de Exteriores para Embaixada do Brasil em Pequim. OFSO105 – 00127, 12/02/92.

[459] Cf. "Brasil-RPC. Cooperação Espacial. Visita presidencial. Temas para discussões bilaterais". Fax Ostensivo Urgentíssimo do Ministério das Relações Exteriores – Departamento do Meio Ambiente para Agência Espacial Brasileira (AEB). Nº 2915, 10/05/94. Documento consultado nos arquivos da AEB.

[460] Cf. "Minutes of Meetings of the Sixth Meeting: October 18 to October 21, 1994". Documento consultado nos arquivos da AEB.

O Brasile a China-10.indd 204 25/3/2008 00:37:00

O Projeto CBERS encontrava-se, ao final de 1994, em fase particularmente auspiciosa, tendo em vista os esforços do lado brasileiro para sanar as dificuldades de ordem financeira que vinham acarretando atrasos significativos em sua execução. O novo cronograma estabelecido em março de 1993, que previa o lançamento do primeiro satélite para outubro de 1996, vinha sendo cumprido sem maiores dificuldades. Cabia ressaltar, no entanto, que novos atrasos no pagamento pelo lado brasileiro das parcelas do contrato de serviços de lançamento, em razão de problemas relacionados à aprovação do orçamento para 1994, ameaçavam repercutir negativamente sobre o cronograma do Projeto. Nesse sentido, estavam sendo empregados esforços possíveis para o bom encaminhamento da questão antes da realização da visita presidencial. Ademais, a questão da operação "barter", pela qual o lado chinês viria a adquirir produtos brasileiros de alta tecnologia como forma de pagamento, pelo Brasil, das obrigações relativas ao contrato de lançamento, dava sinais de avanço positivo nas negociações sobre o assunto, embora não se tivesse ainda chegado a uma lista definitiva de produtos.

A idéia de construção conjunta de um satélite de comunicações, que despertava claro interesse por parte do lado chinês, foi objeto de discussão preliminar durante a visita do Ministro da Ciência e Tecnologia a Pequim e do Presidente Jiang Zemin ao Brasil, em outubro e novembro de 1993, respectivamente. Dando seguimento ao assunto, o lado chinês apresentou à Embaixada do Brasil em Pequim, no início do mês de maio de 1994, documento produzido pela "Chinese Academy of Space Technology" (CAST), contendo um primeiro esboço de especificações para a elaboração de projeto de construção conjunta de satélite brasileiro de comunicações. De acordo com o referido documento, o "Satélite Brasileiro de Comunicações" (BRASILSAT) teria como modelo o satélite chinês DFH-III, com "payload" e alguns subsistemas modificados para atender às exigências específicas e seria lançado, idealmente, pelo foguete Longa Marcha LM-31, a partir da base chinesa de Xichang e faria uso da rede chinesa de rastreio e controle (Chinese C Band TTC Network).

Em 1994, o fornecimento de recursos brasileiros às instituições chinesas para o suporte dos contratos industriais e as ações de caráter político conduzidas pelo MCT e MRE permitiram acelerar o ritmo de trabalho de construção do satélite CBERS. Foram, assim, assinados cinco novos contratos industriais para fabricação de componentes do satélite do programa CBERS [461].

Durante a 6ª reunião do JPC, ambas as partes registraram progresso na condução de trabalhos do projeto CBERS sob sua responsabilidade. Apesar dos esforços empregados, concluiu-se que o cronograma principal estabelecido durante a 5ª reunião do JPC não poderia mais ser mantido. Atrasos na

[461] Os contratos industriais envolviam a fabricação dos seguintes componentes do satélite CBERS: estrutura mecânica, *Shunt*, BDR e Conversores (PSS), *transponders* PCD, transmissor UHF e *Diplexer* e amplificador de potência de estado sólido (SSPA). A China também recebeu, em 1994, os primeiros modelos dos computadores de bordo OBDH e AOCC, fabricados pelo Brasil.

O Brasile a China-10.indd 205 25/3/2008 00:37:00

fabricação da estrutura mecânica EQM e dos conversores DC/DC, pelo INPE, e dos computadores de bordo, pelo INPE e pela CAST, impossibilitaram a integração do modelo de satélite, agendada para julho de 1994. A demora na entrega de componentes eletrônicos, pela CAST, e na realização de testes no modelo estrutural, pelo INPE, fez com que a integração dos equipamentos do primeiro modelo de satélite (FM1) fosse adiada. De forma a acomodar os atrasos, os parceiros concordaram em estabelecer novo calendário de trabalho.

Ambas as partes reconheceram ser necessário, a partir de então, dedicar maior atenção ao tema de "aplicação", sob o risco de os benefícios obtidos por meio dos satélites CBERS serem seriamente afetados. Estabeleceu-se que, na China, os assuntos ligados a "aplicação" dos resultados gerados pelos satélites seriam conduzidos pelo "China Centre for Resources Satellite Data & Application" (CRESDA). Por sua vez, decidiu-se que, a partir de novembro de 1994, os relatórios dos GPMs seriam fornecidos mensalmente, de forma a expor, de maneira clara, o andamento dos trabalhos sob responsabilidade de cada parte.

Ao longo de 1994, o INPE assegurou um orçamento equivalente ao de 1993, mostrando-se capaz de honrar com todas as suas obrigações contratuais. Os contratos previstos para fabricação de equipamentos de satélites foram igualmente assinados, restando para discussão o contrato para fornecimento dos Equipamentos de Teste Global (OCOE) [462].

Outras áreas de cooperação

Durante o período em pauta, mereceu particular atenção das autoridades brasileiras e chinesas a cooperação nas áreas educacional e cultural. Entre os dias 24 e 28 de fevereiro de 1993, o Ministro da Educação e do Desporto do Brasil, Murílio de Avellar Hingel, esteve em visita oficial à China. Naquela oportunidade, foram realizadas reuniões de trabalho com a Comissão Estatal de Educação da China, as quais resultaram na assinatura de um Memorandum de Entendimento sobre o intercâmbio e a cooperação em educação entre os dois países, para o período de 1993-1995. Pelo referido Memorandum, assinado em 25 de fevereiro de 1993, os dois países concordaram em ampliar e aprofundar o intercâmbio estudantil – especialmente no

[462] Devido ao atraso na assinatura de alguns contratos, a data de entrega dos Equipamentos de Engenharia e Qualificação (EQM) sob responsabilidade do INPE foi adiada em seis meses. Por sua vez, o 'PSS SCOE', o mais crítico dos equipamentos elétricos de apoio no solo (EGSE) sob responsabilidade do INPE para integração EQM fora entregue, estando pronto para ser enviado à CAST para ser submetido a testes de aprovação. Os SCOEs restantes sob responsabilidade do INPE seriam entregues até fevereiro de 1995. Já o OCOE, foi colocado à disposição da China em março de 1995, e após três meses de integração OCOE/SCOE e programação de testes, ficou pronto para uso. Naquele momento, estavam sendo montados equipamentos de EQM WFI e DCS, com previsão de entrega para fevereiro de 1995. Cf. "Minutes of Meetings of the Sixth Meeting: October 18 to October 21, 1994". Documento consultado na Agência Espacial Brasileira.

O Brasile a China-10.indd 206 25/3/2008 00:37:00

âmbito da pós-graduação e vinculado a projetos de pesquisa conjuntos – e de professores – com vistas ao estabelecimento de cursos regulares de língua portuguesa, literatura e cultura brasileiras, em universidades chinesas, e de língua, literatura e cultura chinesas em universidades brasileiras. O intercâmbio e a cooperação entre universidades e instituições de ensino superior dos dois países no âmbito da pós-graduação – incluindo o intercâmbio de seus professores, pesquisadores e estudantes – e o intercâmbio e a cooperação entre instituições pedagógicas e de pesquisa científica – incluindo os resultados de pesquisa, produção editorial, experiências e informações – também foram contemplados no Memorandum.

No dia 19 de janeiro de 1994, foi celebrado em Brasília o "Protocolo de Cooperação no âmbito do Ensino Superior", entre a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação e do Desporto Brasileiro (MEC) e o Departamento de Assuntos Exteriores (DAE) da Comissão Estatal de Educação (CEE) da República Popular da China. Assim como o Memorandum assinado em fevereiro de 1993, o Protocolo em questão visava adensar o intercâmbio entre as universidades brasileiras e chinesas por meio do intercâmbio de professores-pesquisadores e de sua formação e aperfeiçoamento em setores específicos, além de estimular a troca de informações científicas, documentação especializada e publicações universitárias, bem como a utilização econômica dos resultados científicos e técnicos da cooperação. Durante a cerimônia de assinatura do Protocolo, o Ministro de Estado da Educação do Brasil enfatizou a importância da institucionalização da cooperação entre os dois países nas áreas da educação, da ciência e da tecnologia [463].

Por sua vez, em 9 de janeiro de 1991, a Rádio Pequim estabeleceu acordo com a RADIOBRÁS, pelo qual a emissora estatal chinesa obteve permissão de acesso aos transmissores de alta potência da empresa governamental brasileira para veiculação de programas em língua espanhola destinados ao continente americano. Os programas produzidos pela Rádio Pequim – numa primeira etapa, emissões de sessenta minutos tanto para a América Central como para a América do Sul – passaram a ser transmitidos via satélite à EMBRATEL, no Rio de Janeiro, e posteriormente enviados à Rádio Nacional de Brasília, incumbida de difundi-los em ondas curtas para todo o continente [464].

---

[463] Cf. "Nota à imprensa sobre o Protocolo de Cooperação Brasil-China", in *Resenha de Política Exterior do Brasil*, nº 74, 1º semestre de 1994, p. 192.
[464] "Brasil / RPC. Acordo entre a RADIOBRÁS e a Rádio Pequim". Ofício da Embaixada do Brasil em Pequim para Secretaria de Estado, nº 076, em 14/02/91.

O Brasile a China-10.indd 207 25/3/2008 00:37:01

Conclusão parcial – 1990-1994

O início dos anos 1990 foi marcado por transformações internacionais bruscas, como o fim da Guerra Fria e desagregação da URSS e a retomada da expansão do capitalismo.

No Brasil, foram introduzidas diversas medidas para aumentar a inserção e adaptação do país aos novos contornos da economia global as quais, acredita-se, foram inicialmente feitas sem garantias de competitividade e exigências de contrapartidas, prejudicando o avanço das políticas desenvolvimentistas brasileiras.

A convergência com países desenvolvidos – em detrimento de parcerias alternativas – foi justificada diante da necessidade de recuperação de terreno e credibilidade, perdidos ao longo da década de 1980 devido à crise do endividamento, da instabilidade monetária e da estagnação econômica.

A partir de 1993, Brasil e Estados Unidos mantiveram clima de entendimento e colocaram em evidência o caráter positivo da história comum entre os dois países. As relações nipo-brasileiras não lograram superar tendência declinante iniciada na década anterior, em grande parte atrelada à diminuição de demanda japonesa por matérias-primas e à reorientação de seus investimentos para países asiáticos com mão-de-obra barata. Brasil e Rússia aproximaram-se de forma lenta e gradual, tendo sido o período voltado para a identificação de posturas comuns e interesses comerciais complementares.

A política externa brasileira voltada para a África foi marcada por gradativa diminuição de sua importância estratégica. Apesar de terem persistido contatos seletivos, foi marcante o declínio das relações econômico-comerciais com a África, resultante, em grande parte, das dificuldades em criar opções de comércio capazes de se adaptarem ao contexto de profunda crise econômica, política e social africana.

Ao longo da primeira metade da década de 1990, a preferência inicialmente dada a países desenvolvidos foi cedendo espaço para as relações com países com grande potencial cooperativo. Assim, frente ao retorno das diretrizes brasileiras de busca por autonomia e aumento de ganhos pela diversificação de parcerias – assim como ao poder de atração de determinados países no campo da ciência e da tecnologia e das trocas comerciais – as relações com a Ásia voltaram a ser incentivadas.

Perante a necessidade de romper com o isolamento em que se encontrava desde o final dos anos 1980, de recuperar a posição estratégica perdida com o fim do equilíbrio de poder da Guerra Fria e de dar prosseguimento ao projeto de modernização, a China inaugurou uma nova plataforma de aceleração e ampliação do processo de reforma e de abertura do país ao exterior. A importância adquirida pelos fatores econômicos no cenário internacional também abriu novas possibilidades de manobra para a China.

Nos anos 1990, a China realizou aproximação inicialmente com Japão e Europa, e posteriormente com Estados Unidos – que colaboraram com o aumento de investimentos, transferências de tecnologias e exportações

O Brasile a China-10.indd 208 25/3/2008 00:37:01

chinesas –, e buscou aproveitar-se do processo de liberalização em curso na Ásia oriental. Nas relações com os países vizinhos, a RPC investiu no aumento de sua segurança imediata e na criação de contrapesos aos meios de defesa ainda bastante superiores das potências do momento. Com a Rússia, a China assinou acordos tecnológicos e comerciais, fazendo crescer a venda de armas russas.

Durante a década de 1990, o continente africano serviu de palco de disputa entre Pequim e Taipei por apoio internacional. Se, de início, a diplomacia flexível (money diplomacy) ofereceu resultados positivos para Taiwan, com o tempo, o aumento do comércio e dos investimentos fizeram com que a RPC recuperasse influência sobre países africanos, consolidando sua posição no continente.

Com a América Latina, a China primou pelo estabelecimento de políticas governamentais e não governamentais em todos os níveis de caráter crescentemente pragmático. Menos de um ano após os eventos de Tien-anmen, foram reiniciadas as trocas de visitas de altas autoridades de ambas as partes e aprimorados os mecanismos de consulta política bilateral em nível ministerial.

Durante os primeiros anos da década de 1990, instalou-se situação contraditória nas relações sino-brasileiras, em que o diálogo político-diplomático consolidado e o amplo aparato jurídico-institucional – sustentado por mais de cinqüenta atos bilaterais – conviveram com relações comerciais medíocres e cooperação científica e tecnológica submetida a sérios problemas financeiros. Faltava à parte brasileira articular um programa amplo e integrado de trabalho para a promoção dos laços com a China.

Dentre as razões para a diminuição da corrente comercial sino-brasileira, encontraram-se: a aproximação crescente entre China e parceiros competitivos da região, como a Coréia do Sul, Japão e Hong Kong; a contenção das compras chinesas, devido a ajustes no programa de reforma econômica do país; a substituição de produtos siderúrgicos brasileiros por produção chinesa; a necessidade de diminuir déficits chineses com o Brasil como condição para aumentar a corrente comercial; o preço pouco competitivo do petróleo chinês; a rarefeita presença tanto de "tradings" quanto de empresas exportadoras brasileiras; e a falta de disponibilidade de oferta exportável de determinados produtos brasileiros. Tanto o Brasil quanto a China tiveram dificuldades de criar medidas eficazes para ampliar o volume transacionado e diversificar a pauta de exportação – concentrada na venda de minério de ferro, produtos siderúrgicos e óleo de soja –; e de importação – baseada na venda de produtos chineses pertencentes a quatro setores: petróleo e carvão, produtos químicos e farmacêuticos, têxteis e máquinas e material elétrico.

O Governo Itamar Franco buscou imprimir novo ímpeto ao relacionamento com a China, seja no plano bilateral, a exemplo do interesse em dar continuidade ao projeto de construção conjunta de satélites, superadas as dificuldades financeiras mais sérias; seja no multilateral, com vistas, em particular, à coordenação de esforços em prol da reestruturação das Nações Unidas e de seu Conselho de Segurança.

O Brasile a China-10.indd 209 25/3/2008 00:37:01

Grandes empresas brasileiras como a Companhia Brasileira de Projetos e Obras – CBPO e Andrade Gutierrez estiveram empenhadas em obter espaço no vultoso mercado chinês, participando em licitações para a construção de hidrelétricas na China. Brasil e China demonstraram ainda interesse em trocar experiências na construção de grandes e pequenas centrais hidrelétricas.

O aprofundamento da cooperação científica e tecnológica deu-se como conseqüência natural do reconhecimento, por ambos os países, do amplo potencial de colaboração existente no setor. Em particular, após difíceis anos de negociação, foram assinados seis novos documentos no setor espacial, permitindo avanços nas fases de produção e fabricação dos satélites sino-brasileiros. Devido a imprecisões remanescentes e interpretações divergentes quanto ao acordo básico de construção do satélite sino-brasileiro, o Brasil conduziu exaustivo e bem sucedido processo de negociação com os chineses, adquirindo o direito de integrar e testar o segundo modelo de satélite – CBERS-2 – e de aumentar a sua participação no controle e posicionamento dos satélites em órbita.

O bom entendimento alcançado pelos parceiros na área espacial, em 1993, e a recuperação das trocas comerciais, a partir de 1994 – quando as exportações voltaram a acusar valores próximos aos de 1985, de aproximadamente US$820 milhões em exportações e US$460 milhões em importações –, colaboraram sobremaneira para que as relações sino-brasileiras fossem alçadas a um novo patamar de entendimento, levando as autoridades de ambos os países a considerar a parceria sino-brasileira como sendo estratégica.

O Brasile a China-10.indd 210 25/3/2008 00:37:02

CAPÍTULO 4

Ampliação e consolidação das relações sino-brasileiras (1995-2004)

A partir da segunda metade da década de 1990, o mundo assistiu impressionado aos resultados do trabalho conduzido pela China na reconquista de sua centralidade no continente asiático**.** Administrando uma estratégia que combinou a contestação do poderio militar dos Estados Unidos, a ascensão econômica e a manutenção de relacionamentos transnacionais e diplomáticos com os mais diferentes atores do sistema internacional [465], a China teve sucesso em demonstrar que o sistema internacional se afastava da extremidade imperial – representada pelo unipolarismo norte-americano – e se aproximava do ponto da escala onde se situam as interdependências [466].

Alguns autores [467] chegaram a sugerir que estavam sendo criados novos eixos de poder no sistema internacional, a exemplo do caráter extremamente estratégico adquirido pelas relações entre China e a União Européia, a partir do final dos anos 1990 – fundado especialmente na capacidade do mercado chinês em proporcionar uma nova etapa de expansão do capitalismo internacional – e da colaboração entre China e Estados Unidos no terreno da segurança – ao se constatar a enorme influência chinesa na resolução de conflitos regionais. Para Porto de Oliveira, "os Estados Unidos estão tendo de temperar a ambição de funcionarem como o fator único de equilíbrio na Ásia-Pacífico, buscando uma aliança de trabalho com a China" [468].

Na busca por recursos energéticos, matérias-primas e mercados para seus exportadores e investidores – considerados imprescindíveis para se vencer no tabuleiro econômico –, e por apoio político – na defesa de interesses comuns em fóruns multilaterais –, os chineses se aproximaram dos países africanos e dos latino-americanos e, em particular, do Brasil.

Diante, por um lado, do progresso marcante das relações sino-brasileiras e, por outro, dos laços fortes que estão sendo criados entre chineses e

---

[465] Cf. Oliveira, Amaury Porto. "A China voltando a estar no centro da Ásia", *Panorama da Conjuntura Internacional*, out./nov. 2003, p. 6-7. Disponível em: <http://www.usp.br/ccint/gacint/panorama20-11.htm>. Acesso em: 24/09/2006.

[466] Cf. Watson, Adam. *A evolução da sociedade internacional: uma análise histórica comparativa.* Brasília: Ed. UnB, 2004.

[467] Shambaugh, David. "China and Europe: the emerging axis", in *Current History*, september 2004.

[468] Cf. Oliveira, Amaury Porto. "A China voltando a estar no centro da Ásia", *Panorama da Conjuntura Internacional*, out./nov. 2003, p. 6-7. Disponível em: <http://www.usp.br/ccint/gacint/panorama20-11.htm>. Acesso em: 24/09/2006.

O Brasile a China-10.indd 211 25/3/2008 00:37:02

norte-americanos e chineses e europeus, além do regionalismo ativo praticado pela potência asiática, resta a pergunta: a China é um parceiro estratégico, um parceiro cooperativo ou um concorrente do Brasil?

GLOBALIZAÇÃO, REGIONALIZAÇÃO E POLÍTICA EXTERNA COMPARADA

Durante as duas gestões do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002), as prioridades econômicas foram colocadas antes de todas as demais. Consciente do limitado *poder relativo* brasileiro, tanto no plano estratégico quanto no econômico, o presidente FHC buscou exercer uma liderança apenas discreta. Condizente com tal postura, o Brasil se apresentou como candidato "não-insistente" [469] a uma cadeira permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Sob o signo do multilateralismo moderado, o governo de Fernando Henrique Cardoso procurou desenvolver, no plano global, relações políticas com outras potências médias, apesar de tal diálogo não ter desembocado em uma real coordenação com os países do Sul. Nas relações com os países em desenvolvimento, a proclamada política africana de cooperação, por exemplo, não chegou a se tornar efetiva.

> Ora, as transformações do sistema mundial não apenas desagregaram a aliança terceiro-mundista – que praticamente deixou de existir como referência organizacional e política na economia globalizada – como a própria diversificação de seus interesses econômicos tornou muito mais difícil compatibilizar, em uma mesma coalizão, um conjunto de Estados cuja unidade era mais em torno da instituição de princípios e normas favoráveis aos países em desenvolvimento [470].

No plano latino-americano, preservou-se o bom entendimento com os vizinhos, especialmente com a Argentina, mantendo-se posição reticente quanto ao aprofundamento da institucionalização do Mercosul [471].

Com os grandes líderes mundiais, o governo FHC empenhou-se em construir um melhor ambiente cooperativo para o desenvolvimento do Brasil. Porém, a postura *low profile* do governo – de "aceitar o mundo como ele é", sobretudo diante do processo de globalização incentivado pelas grandes

---

[469] Expressão utilizada por Paulo Roberto de Almeida em "Uma nova arquitetura diplomática? Interpretações divergentes sobre a política externa do Governo Lula (2003-2006)", in *Revista Brasileira de Política Internacional*, 49(1), 2006.

[470] Lima, Maria Regina S. de. "Na trilha de uma política externa afirmativa", in Observatório da Cidadania, 2003. Disponível em: <http://www.socialwatch.org/es/informeImpreso/pdfs/panorbrasileirog2003_bra.pdf>. Acesso em: 24/10/2006.

[471] Lima, Maria Regina S. de. "Na trilha de uma política externa afirmativa", in Observatório da Cidadania, 2003. Disponível em: <http://www.socialwatch.org/es/informeImpreso/pdfs/panorbrasileirog2003_bra.pdf>. Acesso em: 21/09/2006.

O Brasile a China-10.indd 212 25/3/2008 00:37:02

potências – chegou a ser vista como conformista e voluntarista[472]. Apesar do incentivo à interdependência econômica e da maior abertura ao investimento direto estrangeiro, o engajamento ao processo de globalização foi revisto ao longo da gestão de FHC, uma vez tomada consciência das assimetrias e crises que se gestavam na economia internacional – a exemplo das crises financeiras que eclodiram ao final dos anos noventa.

A atitude contestadora da ordem vigente assumida pelo governo de Luiz Inácio da Silva a partir de 2003, se, por um lado, remeteu aos experimentos anteriores da *política externa independente* da década de 1960 e do *pragmatismo responsável* da de 1970, por outro, refletiu a avaliação de que transformações em curso no sistema internacional estavam criando novos espaços de poder. Neste contexto, empregou-se, no novo governo, uma postura mais crítica diante do processo de globalização, posto que eivada de mecanismos limitadores da autonomia brasileira e dos interesses nacionais e, por conseqüência, das possibilidades de ascensão das potências médias desafiadoras.

O estilo mais "ativo e altivo" [473] do governo de Luiz Inácio Lula da Silva – adotado diante da tarefa de ocupar as brechas provocadas pelos deslocamentos das grandes potências no plano mundial – não implicou, porém, em uma mudança radical da agenda bilateral e multilateral do novo governo, quando comparada à da gestão anterior:

> [...] revitalização e ampliação do Mercosul; intensificação da cooperação com a América do Sul e com os países africanos; relações *maduras* com os Estados Unidos; importância das relações bilaterais com as potências regionais China, Índia, Rússia e África do Sul; ampliação do número de membros permanentes no Conselho de Segurança das Nações Unidas, participação nos principais exercícios multilaterais em curso – Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio, negociação da Alca e entre Mercosul e União Européia –, assim como na conformação das novas regras que regerão as relações econômicas com vistas à defesa dos interesses dos países em desenvolvimento [474].

Tal estabilidade refletiu, por um lado, o "peso da geografia nas relações internacionais" e, por outro, o "efeito de inércia provocado pelo tempo longo das negociações econômicas multilaterais" [475].

---

[472] Adjetivos utilizados por Paulo Roberto de Almeida em "Uma nova arquitetura diplomática? Interpretações divergentes sobre a política externa do Governo Lula (2003-2006)", in *Revista Brasileira de Política Internacional*, 49(1), 2006.

[473] Expressão cunhada pelo Ministro das Relações Exteriores, Celso Luiz Amorim, citada por: Almeida, Paulo Roberto. "Uma nova arquitetura diplomática? Interpretações divergentes sobre a política externa do Governo Lula (2003-2006)", in *Revista Brasileira de Política Internacional*, 49(1), 2006.

[474] Lima, Maria Regina S. de. "Na trilha de uma política externa afirmativa", in Observatório da Cidadania, 2003. Disponível em <http://www.socialwatch.org/es/informeImpreso/pdfs/panorbrasileirog2003_bra.pdf>. Acesso em: 21/09/2006.

[475] Lima, Maria Regina S. de. "Na trilha de uma política externa afirmativa", in Observatório da Cidadania, 2003.Disponível em: <http://www.socialwatch.org/es/informeImpreso/pdfs/panorbrasileirog2003_bra.pdf>.Acesso em: 21/09/2006.

O Brasile a China-10.indd 213 25/3/2008 00:37:03

Em contraste com a presidência Cardoso, as prioridades político-sociais foram alçadas, durante os dois primeiros anos da gestão de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2004), ao mesmo nível de importância que as econômicas. O exercício de liderança foi feito de forma mais enfática – ou menos discreta –, em prol da defesa da soberania e dos interesses nacionais e da inserção internacional do Brasil, inclusive por meio de árdua campanha em prol da inclusão do Brasil como membro permanente no Conselho de Segurança.

Ao longo do Governo Lula, as negociações com países em desenvolvimento adquiriram relevância na política externa brasileira, em consonância com a estratégia de fortalecimento do multilateralismo internacional. Foram buscadas formas de cooperação tanto políticas como econômicas com grandes países em desenvolvimento situados fora da América do Sul, tendo sido alcançado um resultado visível, por meio da conformação do grupo denominado IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) – ou G-3. No âmbito da reunião ministerial de Cancun (setembro de 2003), a formação do G-20 resultou do ativismo brasileiro na defesa do fim de subsídios internos e das subvenções às exportações protecionistas do Norte. Apesar de o Brasil ter alcançado um reforço no diálogo e uma maior coordenação na defesa de objetivos pontuais, ligados ao comércio internacional, uma análise mais realista apontou os limites para uma concertação mais profunda entre potências médias [476].

> [...] Brasil e África do Sul não são potências nucleares e não têm, a rigor, pendências com os vizinhos ou ameaças estratégicas perceptíveis, diferente dos perigos (supostos ou reais) que ameaçam a segurança da Índia. O mesmo poderia ser dito em relação aos dois outros países com os quais se busca uma concertação política, econômica e até mesmo estratégica: a China e a Rússia. O estatuto de grandes potências da China e da Rússia torna problemática qualquer tentativa de coordenação política, além das legítimas aspirações em relação ao desejo de aprofundar os laços econômicos, tecnológicos e de cooperação técnica [477].

No plano regional, a integração sul-americana e o fortalecimento político-institucional do Mercosul – considerado ponto nodal, a partir do qual se irradiava a coesão entre o Brasil e os países vizinhos – tornou-se um "imperativo" da diplomacia brasileira. Na prática, diante dos escassos recursos de poder (orçamentários e militares), a liderança brasileira durante os dois primeiros anos do governo Lula mostrou-se mais difícil do que antecipado nos discursos lançados a público.

---

[476] Almeida, Paulo Roberto. "Uma nova arquitetura diplomática? Interpretações divergentes sobre a política externa do Governo Lula (2003-2006)", in *Revista Brasileira de Política Internacional*, 49(1), 2006.

[477] Almeida, Paulo Roberto. "Uma nova arquitetura diplomática? Interpretações divergentes sobre a política externa do Governo Lula (2003-2006)", in *Revista Brasileira de Política Internacional*, 49(1), 2006.

O Brasile a China-10.indd 214 25/3/2008 00:37:03

Enquanto isso, a partir da segunda metade dos anos 1990, a China surgiu definitivamente como um Estado ativo na arena internacional. As atitudes da China passaram a ser de menor confrontação, maior sofisticação e confiança e, algumas vezes, baseadas em atitudes mais construtivas com relação a questões regionais e globais. As transformações mais recentes tiveram início nos primeiros anos da década de 1990, quando Pequim buscou construir novas relações, estabelecendo vários níveis de "parceria" para facilitar a coordenação econômica e de segurança e para contrabalançar o sistema regional de alianças dos Estados Unidos. O ápice deste processo deu-se com a assinatura do Tratado de Boa Vizinhança e Cooperação Amigável com a Rússia em 2001 [478].

Tradicionalmente presentes nas políticas externas do Brasil e da China, o multilateralismo e o terceiro-mundismo mantiveram-se como elementos centrais do discurso diplomático dos dois países, acreditando-se colaborarem para a existência de um ambiente de paz propício para o desenvolvimento, para a abertura econômica e para a própria inserção no mundo em termos de igualdade. Os organismos internacionais também continuaram a ser vistos como forum ideal para o exercício da diplomacia, especialmente a direcionada aos países desenvolvidos.

Relações com países desenvolvidos

Com os resultados alcançados no plano econômico, a China passou a apostar na estratégia de pertencimento a esferas múltiplas. Apesar da relutância chinesa em renunciar por completo ao seu discurso terceiro-mundista, a RPC participou, em outubro de 2004, da reunião de ministros de finanças do G-7, celebrada em Washington, e não descartou a possibilidade de se integrar ao grupo antes de 2010.

Por sua vez, com o fim da Guerra Fria, o foco principal das relações brasileiras com a Europa e Estados Unidos – e a origem de quase todas as fricções com os norte-americanos – voltou-se para os campos econômico e comercial.

---

[478] Sobre os aspectos gerais da política externa chinesa ao longo dos anos 1990 e 2000, cf. Shen, Dingli. "Emergence d'une diplomacie active". Disponível em: <http://www.monde-diplomatique.fr/2004/10/SHEN/11560>. Acesso em: 23/10/2006. Constantin, Christian. "16e Congrès du PCC et politique extérieure chinoise. Nouvelle equipe, nouvelle donne?", in *Points de mire*, vol. 3, nº. 12, 6 décembre 2002. Disponível em: <http://www.er.uqam.ca/nobel/cepes/pdf/vol3no12_061202%20.pdf>. Acesso em: 23/10/2006. Gurtov, Melvin. "The future of China's rise" in *Asian Perspective*, vol. 18, nº. 1, Spring-Summer, p. 109-128. Medeiros, Evan S.; Fravel, M. Taylor. "China's New Diplomacy", in *Foreign Affairs*, November/December 2003. Disponivel em: <http://www.foreignaffairs.org/20031101faessay82604/evan-s-medeiros-m-taylor-fravel/china-s-new-diplomacy.html>. Acesso em: 23/10/2006 . Ministère des Affaires Étrangères de la France. "Présentation de la Chine: Politique extérieure". Disponível em: < http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/pays-zones-geo_833/chine_567/presentation-chine_950/politique-exterieure_27064.html>. Acesso em : 23/10/2006.

O Brasile a China-10.indd 215 25/3/2008 00:37:03

A força do mercado nas relações com os norte-americanos

Com a implantação do Plano Real, em julho de 1994 – e a presença de fatores como estabilidade da moeda, aumento da taxa de câmbio nominal e utilização de importação como forma de controle de preços domésticos –, a balança comercial entre o Brasil e os Estados Unidos tornou-se deficitária para o Brasil. De 1994 a 1996, enquanto as importações brasileiras oriundas dos Estados Unidos aumentaram 91%, ultrapassando US$ 13 bilhões (1996), as exportações brasileiras para o mercado norte-americano incrementaram em apenas US$ 340 milhões. Em 1999, os Estados Unidos responderam por 22% do total importado pelo Brasil, tornando-se o principal supridor do mercado brasileiro[479].

Compostas majoritariamente de produtos manufaturados (80%), as exportações brasileiras para os Estados Unidos cresceram de forma sustentada a partir de 1999, tendo registrado, em 2003, um saldo positivo de US$ 7,2 bilhões para o Brasil. Apesar do crescimento das trocas comerciais, o *market share* do Brasil no mercado americano caiu de 1,4% para cerca de 1% em 2003. Dentre as razões domésticas e externas para tal fato, encontram-se:

> i) o chamado custo Brasil e as deficiências tecnológicas na produção brasileira; ii) falta de uma clara estratégia de exportação, de que faz parte, geralmente, o desconhecimento das peculiaridades do mercado norte-americano; iii) a pauta de exportação está concentrada em poucos produtos e exportadores; iv) ausência de agressividade das empresas brasileiras [...]; v) barreiras e restrições tarifárias e não-tarifárias que afetam produtos brasileiros (aço, têxteis, calçados, produtos agrícolas) e; v) efeitos de distorção de fluxos de comércio, provocados por novos acordos comerciais, nos esquemas de preferências aplicáveis às exportações brasileiras [480].

As dificuldades do Brasil em ingressar – ou se manter – no mercado americano estiveram ligadas ainda à alta exigência em termos de padrões tecnológicos e de normas de qualidade e à necessidade de produzir em grande escala, fatores que tornaram possível à China deslocar muitos dos produtos brasileiros. Por fim, a relutância dos negociadores de ambas as partes em fazer concessões em áreas consideradas sensíveis (a exemplo do açúcar, cítricos e têxteis, do lado americano, e serviços, investimentos, propriedade intelectual e compras governamentais, do lado brasileiro) impediram um crescimento expressivo do comércio bilateral [481].

---

[479] Carvalho, Alexandre; Parente, Maria Andréia; Lerda, Sandra; Miyata, Shiyuiti. "Impactos da Integração Comercial Brasil-Estados Unidos", IPEA, *Texto para discussão nº. 646*, maio de 1999.

[480] Cf. Rubens Barbosa & Associados. "Brasil-EUA: relações comerciais e oportunidades de negócios". Setembro de 2004, p. 7. Disponível em : <http://www.rbarbosa-consult.com.br/publicacoes/rel_comerciais_e_oportunidades_de_neg%C3%B3cios.pdf#search=%22Rubens%20Barbosa%20%26%20Associados.%20%E2%80%9CBrasil-EUA%3A%20rela%C3%A7%C3%B5es%20comerciais%20e%20oportunidades%20de%20neg%C3%B3cios%22>. Acesso em: 21/09/2006.

[481] Cf. Rubens Barbosa & Associados. "Brasil-EUA: relações comerciais e oportunidades de negócios". Setembro de 2004, p. 7. Disponível em: <http://www.rbarbosa-

O Brasile a China-10.indd 216 25/3/2008 00:37:04

A partir dos anos noventa, o mercado do Mercosul adquiriu grande importância, despertando no governo americano o interesse em ampliar a *North America Free Trade Area* (NAFTA). Neste sentido, propôs-se às economias latino-americanas a criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

Apesar de as relações com os norte-americanos terem sido definidas como essenciais e cooperativas, o governo FHC não ostentou grande entusiasmo a respeito da ALCA, evitando, porém, uma oposição de princípio ao projeto, buscando aproveitar das oportunidades de barganha que a ocasião oferecia.

> Para FHC, tal como expresso na conferência de cúpula de Québec (abril de 2001), a Alca poderia ser uma oportunidade concreta para a modernização da economia brasileira e pretendia empreender uma dura barganha sobre os protecionismos setoriais dos EUA (subsídios agrícolas, em especial), ao mesmo tempo em que propunha uma aceitação limitada dos novos temas (regras, propriedade intelectual, investimentos e compras governamentais e acesso em serviços) [482].

Os riscos de exclusão ou de perda de preferência frente a outros concorrentes tanto no mercado norte-americano quanto no europeu ajudaram igualmente a explicar a decisão brasileira de continuar a participar dos processos negociadores para criação da ALCA, assim como de uma área de livre comércio entre o Mercosul e a União Européia. Com o tempo, porém, o Brasil passou a mostrar grande relutância à proposta norte-americana, sobretudo em decorrência da necessidade de realizar ajustes à idéia inicial do Mercosul e da excessiva intimidade com os Estados Unidos que o projeto representava, especialmente diante da pretensão brasileira de aumentar politicamente sua presença em escala mundial. Por sua vez, a negativa por parte do Congresso dos EUA em conceder ao Executivo o *fast track* – ou seja, a autoridade de negociar diretamente com os parceiros latino-americanos – fez aumentar desconfianças de que decisões pudessem ser tomadas de forma unilateral, o que provocou o adiamento da decisão de implementar o projeto [483].

Frente aos objetivos ligados à promoção da multipolaridade no plano da política mundial, ao exercício da liderança brasileira no plano regional e à promoção do interesse nacional, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva passou a tratar os EUA na "base da estrita reciprocidade" e a considerar o princípio do livre mercado de forma relutante [484].

---

consult.com.br/publicacoes/rel_comerciais_e_oportunidades_de_neg%C3%B3cios.pdf#search=%22Rubens%20Barbosa%20%26%20Associados.%20%E2%80%9CBrasil-EUA%3A%20rela%C3%A7%C3%B5es%20comerciais%20e%20oportunidades%20de%20neg%C3%B3cios%22>. Acesso em: 21/09/2006.

[482] Almeida, Paulo Roberto de. "Uma política externa engajada". Disponível em: <http://www.pralmeida.org/docs>. Acesso em: 30/08/2006.

[483] Abreu, Marcelo de Paiva. "Relações triangulares: o Brasil entre a relutância dos EUA e o atávico protecionismo agrícola europeu", in *O Estado de São Paulo*, 14 de junho de 1999.

[484] Almeida, Paulo Roberto de. "Uma política externa engajada". Disponível em: <http://www.pralmeida.org/docs>. Acesso em: 30/08/2006.

O Brasile a China-10.indd 217 25/3/2008 00:37:04

A partir de então, a criação da ALCA foi explicitamente considerada como uma opção estratégica pouco desejável e muito arriscada para o Brasil, tanto sob o ponto de vista econômico quanto político. A barganha na mesa de negociações da ALCA tornou-se mais dura, ao ponto de surgirem vários impasses negociais (ligados tanto a acesso de mercados quanto às subvenções agrícolas) e paralisação das negociações a partir do primeiro trimestre de 2004. As negociações com a União Européia também passaram a sofrer resistências a partir de então.

A decisão do governo brasileiro de postergar as negociações de criação da ALCA surgiu num contexto em que as questões latino-americanas perdiam espaço na agenda da política externa americana. Desde os ataques ao *World Trade Center* em Nova York, e ao Pentágono, em Washington, em 11 de setembro de 2001, o combate ao terrorismo foi transformado em objetivo primordial da diplomacia dos Estados Unidos [485].

Com a perda de peso das negociações preferenciais com os países do Norte durante o governo do Presidente Lula da Silva, as demandas brasileiras relacionadas aos países desenvolvidos foram transferidas para a esfera multilateral. Na OMC, a preocupação brasileira concentrou-se na liberalização do comércio agrícola – traduzindo processo de transformação estrutural da economia brasileira, expresso na emergência de um *agribusiness* exportador e altamente competitivo – e na manutenção de margens de liberdade na área de políticas microeconômicas com impactos comerciais [486].

Comparadas às do Brasil, as relações mantidas entre China e Estados Unidos se desenvolveram de forma ainda mais instável e difícil ao longo dos últimos anos do século XX. Seja na área comercial, dos direitos humanos, de Taiwan ou da segurança internacional, os dois países demonstraram possuir diversos interesses contraditórios. Por sua vez, enquanto a China buscou incentivar a construção de um mundo multipolar, no qual a "hegemonia americana" seria diluída e dissolvida, os Estados Unidos procuraram exercer uma "liderança mundial", protegendo-se ao mesmo tempo de acusações, inclusive chinesas, de hegemonia [487].

Ao longo de toda a década de 1990, a política americana voltada para a China partiu da conciliação de três objetivos: i) encorajar um desenvolvimento econômico chinês benéfico para todos e, particularmente, para a estabilidade regional asiática; ii) estimular a evolução política do regime chinês de forma a aproximá-lo cada vez mais do direito positivo; iii) e lidar

---

[485] Maior, Luiz A. P. Souto. "Dois anos de 'Presença Soberana': uma reflexão sobre a política externa do governo Lula", in *Revista Cena Internacional* 6(2): 53-72, dezembro 2004.

[486] Veiga, Pedro da Motta. "A política comercial do governo Lula: continuidade e inflexão", in *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, Funcex. Disponível em: <http://www.funcex.com/material/rbce/LATN-RBCE83.pdf#search=%22A%20pol%C3%ADtica%20comercial%20do%20governo%20Lula%3A%20continuidade%20e%20inflex%C3%A3o%22>. Acesso em: 21/09/2006.

[487] Sobre as relações da China com os Estados Unidos, cf. Godement, François (dir.). *Chine-États-Unis: entre méfiance et pragmatisme.* Paris: La Documentation Française, 2001. Godement, François. "Les États-Unis en Asie: un empire sans mission". In Serra, Régine; Godement, François (dir.). *Asie orientale.* Paris: La Documentation Française, 2003, p. 11-30.

O Brasile a China-10.indd 218 25/3/2008 00:37:04

com um sentimento nacional chinês alimentado ao mesmo tempo por frustrações e por ambições consideradas hegemônicas.

A administração Clinton fundou sua política chinesa especialmente sobre as relações comerciais e contou com as ferramentas econômicas para diminuir as divergências ideológicas e estratégicas existentes. Os conflitos mais graves vivenciados pelos dois países concentraram-se em particular sobre dois temas: os direitos humanos e Taiwan. A questão dos direitos humanos esteve no centro das relações sino-americanas até 1994. A partir de então, e após a decisão do Presidente Clinton de não mais condicionar a concessão à China da cláusula comercial de *Nação Mais Favorecida* (NMF, rebatizada de *Normal Trade Relations* - NTR) à questão dos direitos humanos, o dossier taiwanês tornou-se a nova fonte de tensões. A intensificação das relações entre Taiwan e Estados Unidos conduziu a uma grave crise nas relações sino-americanas, ao ponto de beirar a confrontação militar, em março de 1996.

A reeleição de Bill Clinton em novembro de 1996 significou um avanço em direção à reconciliação sino-americana. Ainda que na ausência de relações sólidas, China e Estados Unidos decidiram estabelecer, em 1997, uma "parceria estratégica construtiva". Na medida em que os dois países não apresentavam nem os mesmos interesses estratégicos, nem os mesmos valores morais, o "diálogo estratégico" sino-americano foi incapaz de gerar uma linha de visão comum e um consenso em matéria de segurança regional e internacional.

Apesar das clivagens internas, Estados Unidos e China multiplicaram os sinais em favor das relações bilaterais, como testemunhou a visita sem precedentes que efetuou o Presidente Clinton à China durante nove dias, em junho de 1998, precedida pela visita de nove dias aos Estados Unidos do Presidente Jiang Zemin, em outubro de 1997.

Do lado americano, opositores, principalmente sob influência do Congresso, levaram à adoção de uma política mais dura com relação à China. Assim, os Estados Unidos passaram a visualizar seriamente a integração de Taiwan ao seu sistema de defesa anti-míssel, o que gerou, como resposta, o deslocamento de tropas chinesas para a província de Fujian (face a Taiwan). Por sua vez, o governo americano forneceu seu apoio a uma resolução condenando a China em uma reunião da Comissão das Nações Unidas sobre os direitos humanos ocorrida em Genebra em março de 1999.

O bombardeio da Embaixada da China em Belgrado, em 8 de maio de 1999, por um avião da OTAN sob comando americano, produziu um efeito desastroso sobre as relações sino-americanas, que vivenciaram a mais importante tensão entre os dois países em dez anos. As relações atravessaram, assim, uma nova crise em 1999, após terem sido marcadas por uma melhora entre os anos de 1996 e 1998.

Apenas um mês após os ataques em Belgrado, sinais favoráveis de restabelecimento das relações sino-americanas foram registrados do lado americano. No dia 28 de julho de 1999, a Câmara dos representantes americanos votou a favor da concessão à China do *status* NTR (*Normal Trade*

O Brasile a China-10.indd 219 25/3/2008 00:37:05

Relations). Ademais, este voto abriu a possibilidade de retomada de negociações sobre a adesão da China à OMC. O acordo assinado em 30 de julho de 1999 em Pequim pela China e pelos Estados Unidos sobre as reparações ligadas ao bombardeamento americano da Embaixada da China em Belgrado constituiu outra novidade nas relações bilaterais.

Logo nos primeiros anos do governo Bush, a China passou a ser considerada um "competidor estratégico", linguagem que se traduziu na prática em tratar realisticamente a China ao mesmo tempo como um concorrente regional e um parceiro comercial. Porém, apesar das consideráveis divergências sobre questões de "alta segurança" – Taiwan, aliança nipo-americana, Sistema de Defesa Antimíssil de Teatro (TMD) e Projeto de Defesa Nacional Antimíssil (National Missile Defense – NMD), OTAN e outras alianças de segurança – os dois governos cooperaram em áreas que se enquadraram no que se pode chamar de "baixa segurança": luta contra o crime organizado, contrabando estrangeiro, produção e tráfico de drogas, assim como preservação do meio ambiente. Os Estados Unidos e a China também cooperaram em setores de "alta segurança": controle de armas de destruição em massa, não proliferação nuclear e sistemas de lançamento de armas nucleares, biológicas e químicas; questão da Coréia do Norte; e controle de armas nucleares na Ásia do Sul.

É talvez no quadro das relações dos Estados Unidos com a China que os atentados de 11 de setembro de 2001 tenham tido a mais profunda repercussão. Além de ter condenado tais ações terroristas e fornecido assistência concreta à política colocada em prática por Washington, o governo chinês protestou apenas de forma branda diante da adoção pelo Japão de uma nova legislação permitindo o envio de navios de guerra ao oceano índico. De sua parte, os Estados Unidos deram a impressão de se esquecerem de evocar publicamente o tema da "ameaça chinesa" e moderaram consideravelmente suas críticas sobre os direitos humanos. As viagens oficiais atingiram, mais uma vez, importante amplitude, por meio especialmente da visita aos Estados Unidos do Presidente Jiang Zemin, em outubro de 2002, recebido no rancho presidencial de Crawford (Texas), e do (futuro) sucessor, Hu Jintao, em maio de 2002.

Um elemento de explicação para o crescimento das relações sino-americanas foi a persistência, mesmo nos momentos mais difíceis – imediatamente após o massacre de Tienanmen em 1989 e o bombardeio pela OTAN da Embaixada chinesa em Belgrado, dez anos mais tarde –, de relações econômicas extremamente frutíferas.

Apesar de as trocas comerciais terem gerado dependência mútua e fricções eventuais tanto entre Estados Unidos-RPC quanto entre Estados Unidos-Brasil, foi com o "mercado chinês" que se deu um maior engajamento dos setores de negócios americanos. Ao contrário do Brasil, que amargou sérios déficits com os norte-americanos ao longo de boa parte da década de 1990, a China se tornou o primeiro importador dos Estados Unidos, e acumulou reservas em divisas – US$350 bilhões em junho de 2003 – tão vertiginosas quanto as japonesas – US$450 bilhões na mesma data. Em 2004, nas trocas

O Brasile a China-10.indd 220 25/3/2008 00:37:05

com os Estados Unidos, enquanto o Brasil alcançou um superávit comercial de US$ 8,7 bilhões, a China atingiu o saldo de U$ 80,3 bilhões. A China se tornou igualmente, naquele momento, uma considerável fonte de capital para o mercado da dívida pública americana, quando sua atrelagem ao dólar permitiu ganhos consideráveis sobre terceiros mercados.

Relações cooperativas com a Europa

Durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso, o Brasil procurou cultivar relações cooperativas com os mais importantes países da Europa. No plano comercial, foram conduzidas negociações visando a aproximação entre a União Européia e o Mercosul, inclusive por meio da proposta de criação de uma área de livre comércio entre as duas regiões. Dada a simultaneidade com as negociações de criação da ALCA, o governo brasileiro buscou estabelecer um processo de barganha triangular (Estados Unidos – América Latina / Mercosul – União Européia), o qual foi em grande parte frustrado devido à persistente importância atribuída pelos europeus à manutenção de sua política externa comum – considerada pelos negociadores latino-americanos desfavorável aos mercados agrícolas mundiais [488].

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva também manteve com a Europa relações de grande importância, "acreditando num certo papel político compensatório a ser desempenhado por países europeus em 'alianças estratégicas' contra o unilateralismo dos EUA" [489].

Em 2004, o Brasil foi o principal parceiro da Alemanha na América Latina. As importações do Brasil feitas na Alemanha somaram 4,654 bilhões de euros em 2004, contra os 4,095 bilhões de euros em 2003. Já as exportações brasileiras para a Alemanha, somaram 4,588 bilhões de euros em 2004 e 3,853 bilhões de euros em 2003. Com estes índices, o Brasil posicionou-se em 29º lugar no rol dos países importadores de produtos alemães e, como fornecedor, ocupou o 26º lugar [490]. Produtos agrícolas e matérias-primas lideraram a lista das importações alemãs – especialmente a soja, minérios de ferro e café, que juntos representaram uma média de 41,5% do total exportado àquele país no ano de 2003. Por sua vez, as vendas germânicas ao Brasil concentraram-se na indústria de automóveis e acessórios. A grande diferença entre as duas pautas de exportação esteve no baixo valor agregado do produto brasileiro [491]: "trata-se de uma típica relação econômica desigual onde, de um lado, o Brasil aposta na intensiva exploração de seus recursos

---

[488] Abreu, Marcelo de Paiva. "Relações triangulares: o Brasil entre a relutância dos EUA e o atávico protecionismo agrícola europeu", in *O Estado de São Paulo,* 14 de junho de 1999.
[489] Almeida, Paulo Roberto de. "Uma política externa engajada". Disponível em: <http://www.pralmeida.org/docs>. Acesso em: 30/08/2006.
[490] Cf. Consulado Geral da República Federal da Alemanha. "Relações econômicas bilaterais". Disponível em: <http://www.sao-paulo.diplo.de>. Acesso em: 30/08/2006.
[491] Disponivel em: <http://www.fiec.org.br>. Acesso em: 30/08/2006.

O Brasile a China-10.indd 221 25/3/2008 00:37:05

naturais abundantes e a Alemanha, por outro lado, oferece seu alto padrão tecnológico e industrial na cooperação internacional" [492].

Em 2001, o montante dos investimentos diretos alemães alcançou 8,249 bilhões de euros, tornando-se a Alemanha o terceiro maior investidor no Brasil [493]. Em 2003, tais investimentos mais do que duplicaram, atingindo o índice de 16 bilhões de euros. No ano seguinte, quando mais de 1200 empresas alemãs se encontravam instaladas no Brasil, sobretudo no sudeste do país, constituindo um dos principais pólos industriais alemães no exterior, os investimentos subiram mais 35% [494]. A produção das empresas alemãs em solo brasileiro é diversas vezes superior às exportações alemãs para o Brasil, a qual contribui com aproximadamente 5% do PIB brasileiro e com mais de 15% das atividades industriais do país [495].

As exportações do Brasil para a Itália, por sua vez, cresceram 46% entre 2004-2005, ultrapassando os US$3 bilhões. As importações brasileiras também aumentaram durante o mesmo período (31,4%), alcançando US$2,276 bilhões. De 2004 a 2005, o superávit do Brasil com a Itália incrementou em 10%, passando de US$855 milhões para US$948 milhões. Em 2005, os produtos básicos responderam por 46% e os bens industrializados por 53,8% dos produtos brasileiros exportados para a Itália. Já o Brasil, comprou principalmente produtos industrializados (99,1%) da Itália no mesmo ano.

Maior mercado do Brasil na Europa, os Países Baixos foram destino de 4,5% vendas externas brasileiras em 2005. Registrando superávits constantes nas operações comerciais com os Países Baixos, o Brasil conseguiu acumular em dez anos (1995-2005) saldo de mais de US$ 31 bilhões com aquele país, especialmente por meio da venda de produtos como soja, carnes diversas, café, cacau, fumo, frutas frescas, couro, minério de ferro e manganês, tubos flexíveis de ferro ou aço, madeira, óleos brutos de petróleo, entre outros. Dos Países Baixos, o Brasil adquiriu, em particular, produtos como óleo diesel, medicamentos de uso humano e veterinário, produtos químicos, fertilizantes, aparelhos médicos e máquinas diversas.

Os investimentos e reinvestimentos holandeses no Brasil foram consideráveis – sobretudo na indústria de transformação e setores de serviços financeiros e comércio –, com valor acumulado de US$28,7 bilhões, ou seja, 14% de todos os investimentos realizados no país nos últimos tempos. Com

---

[492] Cf. Andrioli, Antônio Inácio. "A Alemanha, o Brasil e o conflito Norte-Sul", in *Revista Espaço Acadêmico*, nº 50, julho 2005. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/050/50andrioli.htm>. Acesso em: 30/08/2006.

[493] Cf. Consulado Geral da República Federal da Alemanha. "Relações econômicas bilaterais". Disponível em: <http://www.sao-paulo.diplo.de>. Acesso em: 30/08/2006.

[494] Cf. Andrioli, Antônio Inácio. "A Alemanha, o Brasil e o conflito Norte-Sul", in *Revista Espaço Acadêmico*, nº 50, julho 2005. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/050/50andrioli.htm>. Acesso em: 30/08/2006.

[495] Cf. "Indústria alemã investe mais no Brasil do que na China". Disponível em: <http://www.dw-world.de>. Acesso em: 30/08/2006.

O Brasile a China-10.indd 222 25/3/2008 00:37:06

isso, os Países Baixos passaram a ocupar o segundo lugar entre os principais investidores no Brasil, após os Estados Unidos [496].

Em 2004, o Brasil também foi o primeiro parceiro comercial da França na América Latina, perfazendo 35% das trocas francesas com a região, antes do México (17%) e da Argentina (8%). Fora da OCDE e do Maghreb, o Brasil é o quarto parceiro da França – após a China, Rússia e Cingapura. Em 2005, a França foi o 7º fornecedor do Brasil, com 3,7% de participação no mercado total – contra 8,4% da Alemanha e 17,2% dos Estados Unidos. Enquanto o Brasil vendeu para a França especialmente produtos agro-alimentares (óleo bruto e farelo de soja), a França vendeu ao Brasil equipamentos, sobretudo aviões (22% do total), automóveis e suas peças, além de produtos químicos e farmacêuticos. De 2004 a 2005, as importações francesas realizadas pelo Brasil cresceram 22,7% (2,228 bilhões de euros), assim como as exportações brasileiras para a França, que aumentaram 11% (2,777 bilhões de euros), com saldo positivo para o Brasil de 549 milhões de euros.

Em 2004, mais de 500 empresas francesas encontravam-se instaladas no Brasil, empregando aproximadamente 250.000 pessoas. Os investimentos diretos franceses ocuparam 7% do mercado brasileiro, posicionando a França em quarto lugar entre os principais parceiros em termos de estoque (aproximadamente 8 bilhões de euros). Em 2005, o volume de investimentos diretos franceses no Brasil aumentou três vezes com relação ao de 2004 (que alcançou 1,5 bilhão de euros), os quais foram realizados principalmente nos setores de energia, telecomunicação, serviços financeiros e agroalimentar[497].

Apesar das críticas feitas ao protecionismo praticado notadamente pela Política Agrícola Comum (PAC), da qual a França é grande beneficiária, a União Européia esteve entre os principais clientes do Brasil nos últimos anos, tendo absorvido um quarto das exportações brasileiras em 2004, fato que se contrapõe à crítica de fechamento do mercado europeu. Conforme explicou o Embaixador da França no Brasil:

> La France est um marché ouvert, particulièrement aux produits brésiliens, spécialement du secteur agricole. En 2003, par exemple, mon pays a importé 1,1 milliards de USD en produits de l'agro-industrie brésilienne (et, selon les derniers chiffres connus, 1,3 milliards USD en 2004), ce qui est plus de douze fois supérieur au montant des exportations agroalimentaires de la France vers le Brésil. Cette ouverture est également manifeste s'agissant de l'UE, qui est le premier client du Brésil dont elle absorbe um quart des exportations. S'agissant de l'agronégoce, 40% des exportations brésiliennes partent à destination de l'Europe (70% des fruits et jus de fruits, plus de 50% du café, 45% de la viande

[496] Cf. "Relações Econômicas entre Brasil e os Países Baixos". Embaixada dos Países Baixos no Brasil. Disponível em: <http://www.mfa.nl/bra-pt/assuntos_economicos/relacoes_economicas>. Acesso em: 16/09/2006.
[497] Cf. "Relations économiques", site *France Diplomatie*, do Ministério das Relações Exteriores da França. Disponível em: <http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/article-imprim.php3?id_article=6438>. Acesso em 15/09/2006.

O Brasile a China-10.indd 223 25/3/2008 00:37:06

bovine...). Ces exportations sont passées de 8,2 à plus de 13 milliards USD entre 2000 et 2004, ce qui représente um accroissement de 60%! [498].

Em 2006, ao mesmo tempo em que o Presidente da França, Jacques Chirac, anunciava a existência de parceria estratégica de caráter histórico com o Brasil – baseada em um diálogo político aprofundado, em uma cooperação rica em matéria cultural, científica e tecnológica e na presença de grandes empresas francesas em setores-chave da economia brasileira [499] – os países europeus, por meio da Comissão Européia, declaravam o interesse em aprofundar a parceria, também estratégica, com a China (2004), por meio do estabelecimento de um novo acordo-quadro voltado para o aprofundamento das relações[500].

Por sua vez, a União Européia tomou a iniciativa de conceituar e colocar em prática uma estratégia ampla para ampliar as relações com a China baseada em três objetivos: inserir a China nas instituições globais multilaterais, contribuindo para o aumento de sua confiança e execução do papel que lhe era devido; intensificar as interações bilaterais (UE-China); e colaborar no aprimoramento da capacidade de "gestão interna" da China, melhorando sua qualidade de vida [501].

Assim, após a devolução de Hong Kong (1997), seguida da de Macau (1999), China e Europa livraram-se de heranças conflituosas e passaram a enfatizar o caráter estritamente pacífico das relações existentes entre elas. As relações entre a União Européia e a China ganharam enorme força, especialmente a partir do primeiro encontro de chefes de Estado e Governo, em Londres, em 1998, quando os principais temas das relações UE-China foram discutidos de forma construtiva. Em 2001, a Comissão Européia elaborou um documento voltado para a China intitulado "EU Strategy towards China: implementation of the 1998 Communication and Future Steps for a

---

[498] "A França é um mercado aberto, particularmente para os produtos brasileiros, especialmente do setor agrícola. Em 2003, por exemplo, meu país importou US$ 1,1 bilhão em produtos da agroindústria brasileiro (e, de acordo com os últimos dados disponíveis, US$1,3 bilhão em 2004), o que é doze vezes superior ao conjunto das exportações agroalimentares da França para o Brasil. Esta abertura é igualmente presente no caso da União Européia (UE), que é o primeiro cliente do Brasil, a qual absorve um quarto das exportações. Quanto ao agronegócio, 40% das exportações brasileiras partem em direção à Europa (70% de frutas e suco de frutas, mais de 50% do café, 45% da carne bovina...). Estas exportações passaram de 8,2 para mais de US$13 bilhões entre 2000 e 2004, o que representa um crescimento de 60%". Tradução livre. Cf. "Entretien accordé par M. Jean de GLINIASTY, Ambassadeur de France, à la 'Revista Brasil – Marcas de Excelência" . Disponível em: <http://www.ambafrance.org.br/afr/actualite/relations_fb/relations_fb16.htm>. Acesso em 15/09/2006.

[499] Cf. "Visite d'Etat du Président de la République, M. Jacques Chirac, au Brésil (23 - 26 mai 2006)". Disponível em: <http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/pays-zones-geo_833/bresil_492/index.html>. Acesso, em: 28/09/2006.

[500] Cf. "L'UE et la Chine devraient décider d'ouvrir des négociations en vue d'un nouvel accord-cadre global" . Disponível em: < http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=IP/06/1161&format=HTML&aged=0&language=FR&guiLanguage=en>. Acesso em: 28/09/2006.

[501] Shambaugh, David. "China and Europe: the emerging axis", in *Current History*, september 2004.

O Brasile a China-10.indd 224 25/3/2008 00:37:06

more Effective EU Policy". Um ano mais tarde, um novo documento emitido pela Comissão Européia – "A Maturing Partnership: Shared Interests and Challenges in EU-China Relations" – permitiu o aprofundamento do diálogo político entre a China e os países europeus.

Em 2003, a China divulgou o seu primeiro *policy paper* sobre a Europa e, em 2004, concedeu à Europa o *Approved Destination Status* (ADS), consentindo que turistas chineses visitassem o continente europeu e passassem a se beneficiar de mecanismos facilitados de viagem, criando condições para uma melhor compreensão mútua entre as duas partes [502].

China e Europa iniciaram diversos projetos tecnológicos conjuntamente, dentre os quais se destacam o Programa Europeu Galileo de navegação por satélite (ampliado em 2003), o programa de pesquisa em uso pacífico de energia nuclear (assinado em 2003) e o Programa-quadro União Européia-China, o maior projeto do mundo de cooperação voltado para pesquisa em ciência e tecnologia (renovado em 2004). Ademais, alguns países europeus, a exemplo da França e Inglaterra, conduziram cooperação militar com a China, a qual envolveu exercícios conjuntos na área naval, programas de treinamento em operações de manutenção de paz, além do estabelecimento de um "diálogo estratégico" freqüente entre especialistas militares e civis das duas partes [503].

Em 2004, a corrente comercial sino-européia atingiu a soma aproximada de US$ 177 bilhões, tornando a China o segundo maior parceiro europeu – após os Estados Unidos – e a União Européia, o principal parceiro da China – antes dos Estados Unidos e do Japão. No mesmo ano, a China importou mais da Europa (US$ 70 bilhões ou 12,5% do total) do que dos Estados Unidos (US$ 45 bilhões ou 8% do total), a qual ficou apenas atrás do Japão (US$ 94 bilhões), principal fornecedor dos chineses (16% dos importados). Por outro lado, em 2004, apenas os Estados Unidos, com US$ 125 bilhões (21,1%), superaram a União Européia como principal destino das exportações chinesas, com US$ 107 bilhões (18,1%), ficando o Japão em terceiro lugar, com US$ 74 bilhões (12,4% sobre o total). Dentre os três parceiros da China, a União Européia foi quem proporcionou um comércio bilateral com crescimento mais rápido, o qual se aproximou dos 25 a 30% ao ano, até 2005[504].

De acordo com estatísticas chinesas, no século XXI, a União Européia passou a ser a principal fornecedora de tecnologias e equipamentos e um dos principais investidores da China, introduzindo US$ 4,2 bilhões em recursos, em média, por ano (2000-2005). Estima-se que o total do estoque

---

[502] Pastor, Alfredo; Gosset, David. "The EU-China Relationship: a key to the 21st Century Order", in *Real Instituto Elcano de Estudios Internacionales Y Estratégicos*, Area: Europe – ARI nº. 142/2005, 30/11/2005.

[503] Shambaugh, David. "China and Europe: the emerging axis", in *Current History*, september 2004.

[504] Dent, Christopher. "China's Relationship with European Union", in *US-China Economic and Security Review Commission / China's Growing Global Influence: Objectives and Strategies*, 22 july 2005.

O Brasile a China-10.indd 225 25/3/2008 00:37:07

dos investimentos externos diretos (IED) europeus ultrapassou os US$ 60 bilhões até 2003, representando 21% sobre o total, após os Estados Unidos (24%) e o Japão (22%).

Apesar dos atritos ainda presentes nas relações sino-européias – a exemplo das cobranças européias dirigidas à China por maior respeito aos direitos humanos, da persistência européia na aplicação de embargo à venda de armas e tecnologias de defesa à China, e das disputas comerciais, com acusações mútuas na área de dumping – as relações entre China e Europa continuaram a crescer a passos largos e, graças à sua força e magnitude, deverão conduzir, segundo alguns autores [505], à formação de um novo eixo das relações internacionais, o qual servirá como fonte de estabilidade em um mundo cada vez mais volátil.

Descompassos nas relações com Japão e Rússia

Durante a década de 1990, o Brasil manteve uma participação modesta e decrescente no volume global do comércio desenvolvido pelo Japão. A redução se deu tanto em valores absolutos como percentuais, acentuando-se nos últimos anos da década. De 1996 a 1998, os números da balança comercial nipo-brasileira apontaram um aumento das importações e uma diminuição das exportações brasileiras para o Japão. Assim, as importações brasileiras vindas do Japão cresceram 63,6% de 1996 a 1997 (US$ 2,2 bilhões para US$ 3,6 bilhões) e diminuíram em 10% de 1997 para 1998 (US$ 3,2 bilhões). No sentido inverso, as exportações brasileiras para o mercado japonês reduziram-se em 18,5% de 1996 para 1997 (US$ 3,8 bilhões para US$ 3,1 bilhões), e em 29,1% de 1997 para 1998 (US$ 2,2 bilhões). Com esses resultados, a participação brasileira nas importações totais do Japão caiu para 0,8%, abaixo da média do período 1985-1995, que era de 1,4%. Esses resultados marcaram a inversão dos superávits nas relações comerciais bilaterais, ficando o Japão com um saldo de US$ 1 bilhão em 1998 [506].

Em 2002, o Japão foi o quarto maior exportador e sétimo maior importador do Brasil. Devido à prolongada recessão econômica do Japão, manteve-se em queda a importação de origem brasileira – principalmente do minério de ferro, café e soja – a qual alcançou valor aproximado de US$ 2 bilhões.

Dentre as razões para o fraco desempenho das relações comerciais nipo-brasileiras, apontou-se a preferência dada pelo Japão às relações com os países da Ásia-Pacífico, os quais passaram a disputar lugar de importância, em termos comerciais, com os Estados Unidos e países da Europa. Dotados de produtos com alto grau de competitividade, os Novos Países

---

[505] Shambaugh, David. "China and Europe: the emerging axis", in *Current History*, september 2004.

[506] Cf. Uehara, Alejandro Ratsuo. "Relações Brasil-Japão: Aproximações e Distanciamentos", in *Carta Asiática*. Disponível em: <http://www.asiayargentina.com/usp-06.htm>. Acesso em: 24/08/2006.

O Brasile a China-10.indd 226 25/3/2008 00:37:07

Industrializados – NIC's (Cingapura, Coréia do Sul, Hong Kong e Taiwan) e membros da *Association of Southeast Asian Nations* – ASEAN [507] já vendiam, em 1996, quase metade de suas exportações para o Japão e absorviam cerca de uma terça parte das vendas externas japonesas.

Os números da balança comercial nipo-brasileira refletiram igualmente as dificuldades da economia doméstica japonesa e as crises econômicas sofridas pelas nações asiáticas, a partir de 1997: "as exportações do Brasil ao conjunto do bloco asiático apresentaram retração, com um recuo médio de 28,5%. As quedas mais pronunciadas foram com a Tailândia (-69%), Filipinas (-55%), Indonésia (-49,4%), Malásia (-45,3%), Coréia do Sul (-38%), Japão (-29,1%) e China (-16,1%)" [508].

O fato de o Brasil não ter acompanhado o crescimento do intercâmbio comercial do Japão com o resto do mundo foi ainda resultado da ausência de interesses claros na ampliação das relações comerciais nipo-brasileiras, tendo sido escassas as iniciativas para seu aprofundamento; e também das atitudes pouco afirmativas por parte do Brasil, considerado...

> [...] um parceiro passivo desse relacionamento, que tem se restringido a satisfazer as demandas japonesas e especializando-se em suprir necessidades específicas (soja, minério de ferro, ferro em barra e alumínio), servindo como um instrumento para a diminuição da dependência japonesa em relação a produtos americanos [509].

Apesar das dificuldades enfrentadas no relacionamento comercial nipo-brasileiro, o Japão seguiu sendo um importante parceiro comercial para o Brasil, situando-se sempre entre os cinco principais parceiros de comércio bilateral durante os primeiros quatro anos do século XXI.

Contrastando com o desempenho do comércio bilateral, o volume de investimentos japoneses no Brasil quadruplicou de 1995 a 1996, passando de US$ 280 milhões para US$ 1 bilhão. Com isso, a participação do Brasil nos investimentos japoneses subiu de 0,6% em 1995 para 1,8% em 1996, atingindo 2,2% em 1997. Em 2001, o investimento japonês no Brasil atingiu o volume de US$ 825 milhões [510].

Ao contrário do ocorrido com o Brasil – que manteve boas relações com o Japão no plano político, mas tímidas no plano econômico –, as relações

---

[507] A ASEAN é composta pelos seguintes países: Indonésia, Filipinas, Tailândia, Malásia, Cingapura, Brunei, Vietnam, Camboja, Laos e Myanmar. Disponível em: < http://www.aseansec.org/>. Acesso em: 28/09/2006.

[508] Cf. Uehara, Alejandro Ratsuo. "Relações Brasil-Japão: Aproximações e Distanciamentos", in *Carta Asiática*. Disponível em: <http://www.asiayargentina.com/usp-06.htm>. Acesso em: 24/08/2006.

[509] Cf. Uehara, Alejandro Ratsuo. "Relações Brasil-Japão: Aproximações e Distanciamentos", in *Carta Asiática*. Disponível em: <http://www.asiayargentina.com/usp-06.htm>. Acesso em: 24/08/2006.

[510] Cf. "Palestra sobre as relações Brasil-Japão", proferida pelo Sr. Keiji Hamada, Cônsul para Assuntos Políticos, no Centro Universitário Ibero-Americano – São Paulo, em 23 de maio de 2003. .Disponível em: <http://www.sp.br.emb-japan.go.jp/portugues/noticia56.pdf#search=%22Keiji%20Hamada%2C%20%22>. Acesso em 21/09/06.

O Brasile a China-10.indd 227 25/3/2008 00:37:07

entre China e Japão desenvolveram-se sob um clima de hostilidade no plano político e de pleno sucesso no plano econômico. A presença de chineses no Japão, assim como de bens de consumo e comportamentos culturais japoneses na China não pararam de crescer, apesar da persistente presença de percepções negativas nutridas de ambas as partes [511].

Se, por um lado, o comércio entre Japão e China bateu recordes consecutivos a partir de 1998 – incentivado pela forte demanda chinesa por peças para produtos eletrônicos, equipamentos para automóveis e turbinas, em troca da venda aos japoneses de carvão e aço –, por outro lado, desavenças históricas, ambições geopolíticas antagônicas e disputa por recursos naturais mantiveram-se como as principais razões para a manutenção de relações diplomáticas difíceis entre os dois gigantes da Ásia do Leste [512].

A crise financeira asiática de 1997 e a desintegração do sistema financeiro japonês fizeram retornar a tese de 'ameaça' chinesa no Japão. Por sua vez, a decisão do Japão de adotar uma política externa mais ambiciosa e de reafirmar sua identidade resultou em novos desgastes políticos entre os dois vizinhos asiáticos. A visita do antigo presidente taiwanês Lee Teng-Hui a Tokyo em abril de 2001, assim como o surgimento de debates – desde os atentados de 11 de setembro de 2001 aos Estados Unidos – sobre segurança, papel das forças armadas e possibilidade do uso de armas nucleares defensivas japonesas, conduziram a novas e inevitáveis suspeições da parte chinesa, a qual temeu um excessivo rearmamento japonês e transformação do país em potência militar.

Dentro deste contexto, apesar dos florescentes laços econômicos – incentivados não apenas pelas trocas comerciais, mas também pela ampliação dos investimentos diretos japoneses e transferência de bases de produção japonesas para a China – os trinta anos de normalização diplomática entre China e Japão, completados em 29 de setembro de 2002, foram comemorados com pouco entusiasmo de ambas as partes.

Por sua vez, as relações do Brasil com a Rússia evoluíram ao longo da década de 1990, quando o Brasil passou a ser o mais importante parceiro comercial da Rússia na América Latina. A partir de 1995, e superado o choque do colapso da URSS, os valores do comércio russo-brasileiro voltaram a crescer, com saldos favoráveis ao Brasil até 1999. Tanto em 1997 quanto em 1999, a corrente de comércio bilateral ultrapassou o patamar do bilhão de dólares (respectivamente US$ 1,08 bilhão e US$ 1,06 bilhão). Observou-se, em particular, que os bons resultados auferidos em 1999 foram graças, em larga medida, às exportações de açúcar, que registraram incremento de 61,9% em relação ao ano anterior. As vendas dessa mercadoria foram responsáveis

---

511 Sobre as relações sino-japonesas, cf. Eisenman, Joshua; Stewart, Devin. "China-Japan oil rivalry spills over into África", in *International Herald Tribune*, December 9, 2005. Serra, Régine. "Chine-Japon, après trente années d'entente cordiale". In Serra, Régine; Godement, François (dir.). *Asie orientale.* Paris: La Documentation Française, 2003, p. 75-92.

512 Cf. "Japon-Chine: le commerce bat des records em dépit de la crise diplomatique", in *Agence France Presse*, 28/08/2006, http://fr.biz.yahoo.com/28082006/202/japon-chine-le-commerce-bat-des-records-en-depit-de.html, acesso em 28/08/2006.

O Brasile a China-10.indd 228 25/3/2008 00:37:08

por 80% do total exportado pelo Brasil à Rússia em 1999, o que evidenciou a dependência da pauta brasileira em relação a um único produto.

Em 2000, o acentuado decréscimo de mais de 51% nas exportações brasileiras de açúcar – em conseqüência da adoção de medidas protecionistas por parte da Rússia, as quais provocaram perda de receita da ordem de US$ 300 milhões – e o súbito aumento de 81,3% nas importações provenientes da Rússia – constituídas, principalmente, de matérias-primas para adubos e fertilizantes – tiveram como resultado um saldo comercial deficitário para o Brasil de US$ 147,7 milhões.

As vendas brasileiras de carnes em geral começaram a se expandir, tornando-se responsáveis por mais de 20% do valor total exportado para o mercado russo. A partir de 2004, quando a importação de carnes (bovina, suína e de aves) pela Rússia passou a representar 1/3 do total consumido no país, aumentaram as preocupações brasileiras com as barreiras sanitárias ainda em vigor [513]. A partir de 2001, o intercâmbio bilateral superou a cifra de US$ 1,5 bilhão, voltando a balança comercial a ser favorável ao Brasil. Concentrada em poucos produtos da agroindústria – especialmente açúcar, café solúvel, carnes de frango e suína e fumo (96% do total exportado em 2000) –, constitui-se em objetivo brasileiro a diversificação e sofisticação de sua pauta de exportações para o mercado russo.

Afora o comércio de mercadorias, aspecto mais visível das relações econômicas entre o Brasil e a Rússia, não foram criados outros vínculos significativos no comércio de serviços e de investimentos diretos de parte a parte, ou outras formas de interação econômica bilateral. Na opinião do ex-embaixador do Brasil em Moscou, Sebastião do Rego Barros, a falta de tradição comercial entre os dois países se manteve intacta ao longo do período, não tendo sido possível construir uma aliança entre os dois países em bases mais sólidas [514].

Enquanto nas relações entre Brasil e Rússia a venda de *commodities* foi o fator de maior importância, nas relações entre China e Rússia, a cooperação militar foi o elemento mais durável ao longo dos anos 1990. Ao final da década, graças à venda de uma gama extensa de armamentos à China, a Rússia passou a ocupar 6% do mercado de vendas de armas no mundo. Ao final de 2000, 70% das exportações de armas russas foram destinadas para a China. A cooperação sino-russa no campo militar envolveu ainda cursos de formação na Rússia e programas de intercâmbio de especialistas e cientistas.

Apesar de muito mais significativas que o intercâmbio realizado entre Brasil e Rússia, em termos gerais, as trocas comerciais entre China e Rússia alcançaram resultados aquém do esperado: de US$7,68 bilhões em 1993, o comércio decaiu para US$5,9 bilhões em 1999. Desde 1994, o grande fluxo de mão-de-obra barata e de comerciantes chineses passou a ser considerado

---

[513] Disponível em: <http://www.brasil-russia.com.br/dados_estatisticos_pdf>. Acesso em: 01/09/2006.

[514] Citado por Gantois, Gustavo. "No frio da Rússia", in Defesanet, 23 outubro 2005 / Isto É Dinheiro, edição 26 de outubro de 2005.

O Brasile a China-10.indd 229 25/3/2008 00:37:08

um fator de desequilíbrio entre as duas nações, sobretudo em regiões fronteiriças russas onde a população encontrava-se em ritmo decrescente – fazendo surgir inquietações ligadas aos efeitos potenciais de uma dominação econômica chinesa. Em janeiro de 1994, o governo russo reintroduziu um sistema de vistos na fronteira com a China com o intuito de regulamentar o comércio, o que provocou uma queda de 34% nas trocas sino-russas durante aquele ano. A partir de 2000, o ritmo das trocas bilaterais foi sendo lentamente recuperado, passando de US$8 bilhões, em 2000, para US$10,6 bilhões, em 2001 (33% de aumento) [515].

Em 1996, China e Rússia anunciaram o estabelecimento de uma "parceria estratégica", cujo objetivo era, em grande parte, fazer face às tendências unilateralistas dos Estados Unidos nos negócios internacionais e estabelecer uma ordem mundial multipolar, na qual os dois países pudessem exercer um papel de maior relevância. Em 2001, Rússia e China chegaram a assinar um "Tratado de amizade, aliança e assistência mútua", que buscou aprofundar e melhor fundamentar as relações bilaterais. Registrou-se no Tratado o grande progresso alcançado na demarcação das fronteiras comuns (de quase 4.200 kilômetros), tendo sido delimitada a quase totalidade das fronteiras, à exceção de três ilhas fronteiriças.

A decisão da Rússia de se aproximar dos Estados Unidos, logo após os ataques de 11 de setembro de 2001, tornou patente a fragilidade da parceria estratégica conduzida com a China. Apesar de as questões geopolíticas constituírem o fundamento da parceria sino-russa, não houve resposta unificada para a questão terrorista, conforme previsto pelo Tratado de aliança, amizade e assistência de 2001, tendo sido preteridas as relações com a China frente aos ganhos que a Rússia esperava receber em troca da colaboração prestada ao Ocidente. Aos olhos dos russos, os eventos de 11 de setembro revelaram-se ocasião ideal para reinserir o país no clube das superpotências e de acelerar as reformas internas, por meio do estabelecimento de laços com instituições ocidentais nos campos militar, político e econômico [516].

Em termos gerais, percebeu-se que conflitos de interesse no âmbito da política internacional e dificuldades no plano das relações econômicas e regionais limitaram os ganhos da parceria entre China e Rússia ao longo da década de 1990.

Presença crescente na Ásia e África

Assim como o Presidente Itamar Franco, o Presidente Fernando Henrique Cardoso declarou, em seu discurso de posse, de 1º de janeiro de

---

[515] Wishnick, Elizabeth. "Les relations sino-russes dans le nouveau contexte international", in *Perspectives chinoises*, nº. 72, juillet – août 2002. Disponível em:< http://www.cefc.com.hk/fr/pc/articles/art_ligne.php?num_art_ligne=7201>. Acesso em: 23/10/2006.

[516] Wishnick, Elizabeth. "Les rélations sino-russes dans le nouveau contexte international", in *Perspectives chinoises*, nº. 72, juillet – août 2002. Disponível em:< http://www.cefc.com.hk/fr/pc/articles/art_ligne.php?num_art_ligne=7201>. Acesso em: 23/10/2006.

O Brasile a China-10.indd 230 25/3/2008 00:37:08

1995, ser a Ásia uma das prioridades de sua política externa. Durante seu governo, Fernando Henrique Cardoso visitou a China, Malásia e Japão (primeiro mandato), assim como a Coréia do Sul, Timor Leste e Indonésia (segundo mantado) [517]. Já Luiz Inácio Lula da Silva esteve na Índia (janeiro de 2004), China (maio 2004), Coréia do Sul e Japão (maio de 2005) e Rússia (outubro de 2005) [518].

Inserida na política de universalização e de diversificação das parcerias, a ampliação dos laços com a Ásia voltou-se especialmente para a realização dos seguintes interesses brasileiros: i) aumentar a margem relativa de manobra no plano externo frente aos principais parceiros internacionais; ii) atrair um maior número de investimentos externos e adquirir novas tecnologias de ponta; iii) abrir mercados de alta capacidade de consumo com vistas a uma maior inserção de produtos brasileiros; iv) aproveitar dos efeitos desenvolvimentistas advindos das relações com países asiáticos altamente competitivos e; v) explorar as similaridades existentes entre o Brasil e os países em desenvolvimento asiáticos – sobretudo aquelas ligadas à necessidade de reestruturação do Sistema Internacional –, permitindo um aumento do poder de barganha nos fóruns multilaterais e ampliação dos espaços ocupados pelo Brasil nos negócios internacionais [519].

Do lado dos países asiáticos, o interesse em aprofundar as relações com os países latino-americanos, em geral, e com o Brasil, em particular, esteve baseado nas seguintes idéias: i) explorar mercados ricos em matérias-primas consideradas necessárias para dar prosseguimento aos processos desenvolvimentistas em curso; ii) expandir os negócios asiáticos, seja pela venda de produtos com alto valor agregado, seja pela realização de investimentos diretos voltados para os mercados regional e continental; iii) garantir a presença asiática em mercados regionais cada vez mais competitivos e restritivos, sobretudo diante da tendência de aprofundamento de processos regionais – como o Mercosul e União Européia – e de formação de novas áreas de livre mercado – como a proposta de criação da Área de Livre Comércio das Américas - ALCA –, os quais se avaliou dificultarem futuros acessos de produtos e investimentos asiáticos.

Ao longo dos anos 1990, observou-se a existência de uma tendência de crescimento no âmbito das relações econômico-comerciais entre Brasil e países asiáticos – especialmente por meio do aumento crescente do número

---

[517] Oliveira, Henrique Altemani. "Brasil-China: trinta anos de uma parceria estratégica", in *Revista Brasileira de Política Internacional*, 47(1), 2004, p. 15.

[518] Cf. Almeida, Paulo Roberto de. "Diplomacia pesidencial: cronologia de viagens e visitas, 2002-2006". Disponível em: <http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/1584ViagVisitLula02a06.pdf>. Acesso em: 29/09/06.

[519] As idéias desenvolvidas na presente seção foram, em parte, baseadas nas conclusões apresentadas por Altemani de Oliveira nos seguintes textos: Oliveira, Henrique Altemani de. "A Ásia, o Brasil e a Indonésia: alguns comentários", in *Lusotopie*, 1999, p. 91-103. Oliveira, Henrique Altemani de; Masiero, Gilmar. "Estudos Asiáticos no Brasil: contexto e desafios", in *RPBI*, 48(2), 2005, p. 5-28. Oliveira, Henrique Altemani de. "As perspectivas de cooperação Sul-Sul no relacionamento Brasil-China", *Nueva Sociedad*, nº. 203, mayo-junio 2006.

O Brasile a China-10.indd 231 25/3/2008 00:37:09

de países a participar das trocas comerciais e dos investimentos na região latino-americana.

> Nos anos 90, por exemplo, a Coréia do Sul, particularmente com seus grupos Samsung e LG, surgiu como um grande protagonista de investimentos diretos voltados ao setor eletroeletrônico. Nos primeiros anos do presente século, têm sido crescentes os investimentos chineses, como nos casos da empresa Huawei, fornecedora de equipamentos de telecomunicações, do Grupo Shangdong, na área de geração de energia termoelétrica e o Grupo Shanghai Baosteel em uma *joint venture* com a Companhia Vale do Rio Doce para a mineração de ferro e aço [520].

Apesar deste clima positivo nas relações com os asiáticos, vários desafios persistiram e mostraram ser imperativa a agregação de maior valor às relações entre as partes. Dentre os problemas enfrentados pelo Brasil nas suas relações com a Ásia, destacaram-se: i) a dificuldade em conciliar os relacionamentos históricos dos planos regional e ocidental às novas propostas de interação existentes no contexto asiático, superando o caráter euroamericano da sociedade brasileira; ii) o conhecimento superficial das práticas econômicas, financeiras e comerciais, assim como de comportamentos sócio-culturais dos diferentes atores asiáticos; iii) a ausência de uma política de ação bem definida direcionada à Ásia, dotada de estratégia ampla, capaz de aprofundar e alargar as relações entre as duas partes, estabelecendo, inclusive, mecanismos inovadores de atuação das empresas brasileiras na região; iv) a existência de problemas internos, inviabilizando a realocação de recursos e diminuição dos custos – inclusive fiscais – exigidos pelos empreendimentos brasileiros na Ásia, e; v) a adoção de atitude passiva e circunstancial por parte dos atores brasileiros, na ausência de uma política clara de ação e de conhecimento profundo da região asiática.

Percebeu-se, destarte, que mesmo na existência de interesse mútuo, as relações entre o Brasil e os países asiáticos não chegaram a ser consideradas de 'alta relevância' por nenhuma das duas partes, fato que resultou em uma definição fluida dos mecanismos de aprofundamento das relações com aquela região.

Por sua vez, as relações do Brasil com a África nos anos 1990, comparadas às relações mantidas ao longo dos anos 1970-1980, sofreram sério retrocesso. Dentre as razões para a perda de posição relativa da África na política externa brasileira, foram apontadas: i) a diminuição do encantamento da sociedade civil sobre as possibilidades construtivas da presença brasileira na África; ii) a desmobilização diplomática tanto na projeção da imagem do Brasil quanto na prospecção de negócios na África; iii) e a convergência das atenções do governo e do empresariado para os parceiros do Norte (Estados Unidos e Europa), para os países vizinhos (a partir do sucesso do Mercosul) e

---

[520] Oliveira, Henrique Altemani de; Masiero, Gilmar. "Estudos Asiáticos no Brasil: contexto e desafios", in *RPBI*, 48(2), 2005, p. 5-28.

O Brasile a China-10.indd 232 25/3/2008 00:37:09

para as novas oportunidades abertas pelas parcerias asiáticas (especialmente com chineses), em detrimento das opções africanas[521].

Por um lado, as dificuldades do empresariado brasileiro estiveram ligadas tanto ao aumento do "custo África" – referente às deficiências estruturais de segurança, sistemas financeiro, de saúde, transporte e comunicações precárias, além de baixa produtividade dos recursos humanos e instabilidade política – quanto à concorrência com empresas estrangeiras – sobretudo européias – instaladas há mais tempo em solo africano. Por outro lado, o desconhecimento mútuo, a escassez de transporte direto entre Brasil e África, as práticas comerciais indevidas e os créditos insuficientes completaram o quadro negativo nas relações comerciais bilaterais dos anos 1990 [522].

De acordo com Santana, a presença brasileira na África foi igualmente reprimida com o fim da concessão de generosos incentivos governamentais aos empreendimentos conjuntos e inserção de empresas brasileiras no continente africano [523]. Por sua vez, na falta de uma "solução de continuidade" [524], a redução pela metade do número de diplomatas nas diferentes missões diplomáticas e o fechamento de diversas embaixadas no continente africano tiveram como conseqüência lógica a diminuição de negócios prospectados e da assistência normalmente oferecida a brasileiros em missão no exterior.

A ausência de uma política mais agressiva de colocação de produtos brasileiros também contribuiu para o aumento do desequilíbrio entre as importações e exportações brasileiras na África, especialmente nos casos da Argélia, Congo e Costa do Marfim, "de onde o Brasil importa uma elevada quantidade de produtos, mas para os quais não exporta em nível proporcional" [525].

Em 1999, registrou-se déficit brasileiro de US$ 887 milhões nas trocas com a África, o qual esteve relacionado a dois fatores em particular: i) queda de 19,1% nas exportações brasileiras para África, provocada especialmente pela diminuição das vendas de açúcar brasileiro (com perda aproximada de US$147 milhões); ii) aumento das importações brasileiras vindas da África de 22,2%, sobretudo devido às compras de petróleo da Argélia e da Nigéria. A área de investimentos brasileiros na África também viveu momento de decepção.

---

[521] Cf. Saraiva, José Flávio Sombra. "Política Exterior do Governo Lula: o desafio africano", *RBPI*, 45(2), 2002, p. 5-25. Pimentel, José Vicente de Sá. "Relações entre o Brasil e a África subsaárica", *RBPI*, 43(1), 2000, p. 5-23. Cf. Santana, Ivo de. "Relações econômicas Brasil-África: a Câmara de Comércio Afro-Brasileira e a intermediação de negócios no mercado africano", in *Estudos Afro-Asiáticos*, vol. 25, nº. 3, Rio de Janeiro, 2003.

[522] Cf. Pimentel, José Vicente de Sá. "Relações entre o Brasil e a África subsaárica", *RBPI*, 43(1), 2000, p. 9-11.

[523] Cf. Santana, Ivo de. "Relações econômicas Brasil-África: a Câmara de Comércio Afro-Brasileira e a intermediação de negócios no mercado africano", in *Estudos Afro-Asiáticos*, vol. 25, nº. 3, Rio de Janeiro, 2003.

[524] Cf. Fala do Ministro Roberto Pessoa da Costa e futuro embaixador brasileiro na República dos Camarões. Diário do Senado Federal em 14/04/2005 – Suplemento, julho de 2005, p. 846-850.

[525] Cf. Santana, Ivo de. "Relações econômicas Brasil-África: a Câmara de Comércio Afro-Brasileira e a intermediação de negócios no mercado africano", in *Estudos Afro-Asiáticos*, vol. 25, nº. 3, Rio de Janeiro, 2003.

O Brasile a China-10.indd 233 25/3/2008 00:37:09

> Pouco proveito tiraram, nesse contexto, as empresas brasileiras que se haviam instalado na África subsaárica, como a Petrobrás e a Odebrecht. As exportações brasileiras entraram em declínio a partir de 1986 e só recobraram alento no ano de 1999. As expectativas da África do Sul, após o fim do *apartheid*, bem como da Nigéria e de Angola, quanto à cooperação do Brasil para o desenvolvimento, frustraram-se [526].

Ao longo da presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, buscou-se recuperar as relações do Brasil com o continente africano, as quais foram reinauguradas durante uma primeira viagem oficial a cinco países africanos – São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Namíbia e África do Sul – ocorrida entre os dias 2 e 10 de novembro de 2003, e reforçadas por mais três conjuntos de viagens à África (Gabão e Cabo Verde, entre 27 e 30 de julho de 2004; República de Cameroun, Nigéria, Gana, Guiné-Bissau e Senegal, entre 11 e 14 de abril de 2005; e Argélia, Benin, Botsuana e África do Sul, entre 8 e 12 de fevereiro de 2006) [527].

Em sua primeira viagem à África, o presidente brasileiro esteve acompanhado de 160 empresários, além de representantes do Banco do Brasil, BNDES e Agência Nacional do Petróleo [528]. Durante a visita, foram assinados oito acordos com São Tomé e Príncipe, dez acordos com Angola, doze acordos com Moçambique, oito acordos com a Namíbia e um acordo com a África do Sul. Dentre os 39 acordos assinados, mereceram atenção os acordos nas áreas de educação – inclusive para a aplicação dos projetos "Alfabetização Solidária" e "Bolsa-Escola" em São Tomé e Príncipe e Moçambique e "Escola para Todos" em Angola –, saúde – destacando-se os projetos para prevenção e controle do vírus da Aids/HIV com São Tomé e Príncipe e Moçambique), desenvolvimento agrário e preservação ambiental (São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique e Namíbia), cooperação cultural (Moçambique, Angola e África do Sul) e cooperação técnica no domínio do petróleo (São Tomé e Príncipe e Angola).

Em Angola, após a viagem do presidente Lula da Silva, outras autoridades brasileiras estiveram em missão – destacando-se as presenças do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim (maio de 2003); do Ministro da Cultura, Gilberto Gil (abril de 2003); do Prefeito de Osasco, Celso Giglio (setembro de 2003)**;** da Secretária Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial (outubro de 2003), Matilde Ribeiro; e do Secretário do Desenvolvimento Econômico do Estado do Ceará, Régis Dias (maio de 2004)[529].

---

[526] Cervo, Amado Luiz; Bueno, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: Ed. UnB, 2002, p. 482.
[527] Cf. Almeida, Paulo Roberto de. "Diplomacia pesidencial: cronologia de viagens e visitas, 2002-2006". Disponível em: <http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/1584ViagVisitLula02a06.pdf>. Acesso em: 29/09/06.
[528] Cf. Cantanhêde, Eliane. "Lula vai à África", Folha Online, 29/10/2003. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/pensata/ult681u99.shtml>. Acesso em: 11/10/2005.
[529] Cf. "Visita de autoridades brasileiras a Angola". Setor Comercial. Embaixada do Brasil em Luanda. Disponível em: <http://www.homepage.mac.com/mpassibarros/stcom3030.htm>.

O Brasile a China-10.indd 234 25/3/2008 00:37:10

O Brasil também buscou aumentar seus laços com a África do Sul, maior economia do continente africano e principal porta para a distribuição de mercadorias para toda a África. No plano bilateral, a balança comercial entre os dois países pesou favoravelmente do lado sul-africano desde 1994 [530]. Porém, a demanda por produtos brasileiros cresceu nos últimos anos, tendo as exportações para a África do Sul aumentado em 32,27% de 2004 para 2005, alcançando US$ 1,37 bilhão [531]. A pauta do comércio entre brasileiros e sul-africanos foi variada, incluindo itens de alto valor agregado, como aviões e ônibus. Em 2006, os dois países negociaram ainda um acordo de livre comércio exclusivo para o setor de automóveis, que respondeu por 28,5% das exportações brasileiras, favorecendo os segmentos de carros populares e picapes [532].

Em 2003, esboçou-se igualmente uma parceria estratégica entre Brasília e Pretória, voltada para o tratamento tanto de temas regionais quanto mundiais, desembocando na formação do G-3, ou Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul - IBAS [533].

Em maio de 2004, o Ministro da Educação da República de *Cameroun*, Joseph Owona, e o Ministro Tarso Genro assinaram um memorando de entendimento na área de educação, prevendo a oferta de bolsas de estudo de pós-doutorado em medicina, biologia tropical e turismo. Em abril de 2005, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por sua vez, assinou com o Presidente Paul Biya um protocolo de cooperação técnica no campo da saúde, centrado no combate à Aids, à tuberculose, ao paludismo, à malária e a outras doenças tropicais, além de um acordo no campo de cultivo do cacau. Ao final da visita, o Presidente Lula obteve um voto de apoio da República de Cameroun para a candidatura do Brasil como membro permanente do Conselho das Nações Unidas [534].

Na África, empresas brasileiras iniciaram novos investimentos, em particular, nas áreas de exploração de petróleo, exploração de carvão e obras de infra-estrutura. O principal foco da Petrobrás foi a exploração e produção de petróleo e gás. A companhia venceu licitações para explorar áreas na Nigéria, iniciou estudos de negócios em Moçambique e participou em cinco blocos exploratórios em Angola. Em Moatize, no Moçambi, ademais de possuir

---

Acesso em: 16/09/2006.

[530] Cf. "África do Sul". Apex-Brasil. Disponível em: <http://www.exportnew.com.br/InfMer/10899_04.htm>. Acesso em: 16/09/2006.

[531] Cf. "Empresas brasileiras conquistam espaço na África do Sul", Apex-Brasil, 04/09/2006> Disponível em: <http://www.exportnews.com.br/NOTICIAS/a...4a.04.htm>. Acesso em: 16/09/2006.

[532] Cf. "Missão na África transforma empresários brasileiros em embaixadores do País. Disponível em: <http://www.folhadacidade.com/missão_na_africa.htm>. Acesso em: 16/09/2006.

[533] Vizentini, Paulo Fagundes. "Relações Brasil-África: a visita de Lula". 10/11/2003. Disponível em: <http://www.ilea.ufrgs.br/nerint/Artigos%20Especiais/062/Rela%E7%F5es%20Brasil.htm>. Acesso em: 11/10/2005. Oliveira, Marcelo Fernandes de. "Alianças e coalizões internacionais do governo Lula: o Ibas e o G-20", *RBPI*, 48(2), 2005, p. 55-69.

[534] Cf. Fiori, Mylena. "Viagem à África 3: governo brasileiro assinou três acordos de cooperação em Camarões". Radiobrás, 18/04/2005. Disponível em:<http://www.sistemas.aids.gov.br/imprensa/Noticias.asp?NOTCod=63231>. Acesso em: 16/09/2006.

O Brasile a China-10.indd 235 25/3/2008 00:37:10

projeto de exploração de carvão, a Companhia Vale do Rio Doce destinou US$ 6,47 milhões a ações sociais voltadas, em especial, para a reabilitação de hospitais e a construção de creches e orfanatos. A Odebrecht, uma das principais empresas brasileiras em Angola, participou da reconstrução da infra-estrutura do país – tais como pontes, shopping center e obras hidrelétricas, a exemplo da hidrelétrica de Capanda, com investimentos de mais de US$ 1 bilhão [535]. A construtora desenvolveu um programa de combate à Aids, assim como de repatriação de angolanos afastados do país devido à guerra civil. Por sua vez, a empresa Camargo Correa conduziu obras de reurbanização do sistema viário de Boavista, região portuária de Luanda [536].

A partir de 2000, as exportações brasileiras para a África voltaram a crescer, passando de US$ 1,3 bilhão para quase US$ 6,2 bilhões num prazo de seis anos (2000-2005). As importações de produtos africanos também aumentam, subindo de US$2,9 bilhões para US$6,6 bilhões entre 2000-2005, mas em ritmo mais lento. Enquanto as exportações brasileiras cresceram, em média, 35,3%, as importações vindas da África cresceram 22,7%.

Em termos gerais, as relações comerciais do Brasil com a África concentraram-se nos países produtores de petróleo como a Nigéria e a Argélia. Em 2004, do total de US$6,2 bilhões importado da África, US$5,5 bilhões foram em petróleo (88,7%). Do total importado em petróleo, 63% foram adquiridos da Nigéria (US$ 3,5 bilhões) e 34,4% da Argélia (US$ 1,9 bilhão).

Assim como ocorreu com o Brasil, a atuação da China na África a partir dos anos 1990 concentrou-se em dois objetivos: obter recursos energéticos e mercados para seus exportadores. Além disso, seus diplomatas buscaram o apoio dos países africanos para diminuir a influência de Taiwan no continente africano (que ainda possuía relações oficiais com 6 dos 53 países do continente africano) e fazer avançar os interesses chineses em fóruns internacionais [537].

Até 2006, a China havia estabelecido acordos comerciais com mais de 40 países africanos, colaborando para que o comércio com a região crescesse 35% entre 2004 e 2005. Na Etiópia, em particular, o comércio chegou a crescer 93% durante o mesmo período. Em 2004, a África representou apenas 2% das trocas comerciais totais da China. Porém, a política de abertura chi-

---

[535] Cf. "Missão na África transforma empresários brasileiros em embaixadores do País". Disponível em:<http://www.folhadacidade.com/missão_na_africa.htm>. Acesso em: 16/09/2006.
[536] "Empresas brasileiras convivem com riscos e oportunidades", Gazeta Mercantil, 04/09/2006. Disponível em: <http://www.gaparp.org.br/noticias/index.php?id=14450>. Acesso em: 16/09/2006.
[537] Sobre as relações entre a China e África, confira os textos de: Eisenman, Joshua; kurlantzich, Joshua. "China's África Strategy", in *Current History*, may 2006, p. 219-224. Disponível em: < http://www.afpc.org/china-africa.shtml>. Acesso em: 23/10/2006. Servant, Jean Christophe. "La Chine à l'assaut du marché africain: l'ambivalences du commerce Sud-Sud", in *Le Monde Diplomatique*, mai 2005, p. 6-7. Disponível em: <http://www.monde-diplomatique.fr/2005/05/SERVANT/12218>. Acesso em: 23/10/2006. Garcia, Antonio. "La boulimie pétrolière de Hu Jintao". Disponível em: <http://www.rfi.fr/actufr/articles/076/article_43353.asp>. Acesso em:23/10/2006. Garcia, Antonio. "Pékin en quête de partenariats stratégiques". Disponível em: <http://www.rfi.fr/actufr/articles/078/article_44464.asp>. Acesso em: 23/10/2006.

O Brasile a China-10.indd 236 25/3/2008 00:37:11

nesa permitiu que, ao longo dos anos 1990, o volume das trocas comerciais entre Pequim e o continente crescesse 700%. Em 2005, a China tornou-se o terceiro parceiro comercial da África (após os Estados Unidos e a França e antes do Reino Unido). De acordo com o Fundo Monetário Internacional, a África conheceu em 2005 sua melhor taxa de crescimento em trinta anos (5,8%) graças, em grande parte, aos investimentos da China.

Em 2005, as principais trocas comerciais da China no continente foram realizadas com a África do Sul (US$8 bilhões), Angola (US$6 bilhões), Nigéria (US$2,4 bilhões) e Egito (US$2,2 bilhões), principalmente em favor da China. No total, a China importou mais de 38 milhões de toneladas de petróleo africano em 2005, equivalente a 760.000 barris por dia, e adquiriu o direito de exploração em importantes campos de petróleo na Nigéria (primeiro produtor de petróleo do continente), Sudão (onde treze das quinze principais sociedades estrangeiras implantadas no Sudão eram chinesas), Argélia e Angola. Em 2006, Angola tornou-se o primeiro fornecedor de petróleo da China (456.000 barris por dia), ultrapassando a Arábia Saudita, o que correspondeu a 15% do total das importações chinesas de hidrocarburantes.

Para incentivar o comércio e investimento na África, a China privilegiou: i) a diminuição de tarifas alfandegárias; ii) a criação de fundos especiais e simplificação de procedimentos para promover investimentos chineses e; iii) o oferecimento de linhas de crédito para construção de infra-estrutura

Nos últimos anos, empresas chinesas realizaram investimentos especialmente na área de construção civil (África do Sul e Botswana), construção de hidrelétricas (Zâmbia), construção de estradas (Kenya), telecomunicações (Kenya, Zimbábue, Nigéria e Etiópia), indústria mineradora (Congo e Zimbábue) e pesquisas petrolíferas (Gabão).

Em 2002, a China forneceu ajuda a elites africanas no valor de US$1,8 bilhão. E, desde 2000, a China cancelou dívidas de países africanos no valor aproximado de US$10 bilhões. Em dezembro de 2003, aconteceu a primeira conferência de negócios sino-africana na Etiópia, a qual resultou no estabelecimento de 20 projetos com valor total de US$680 milhões.

Além da ajuda financeira, a China buscou aumentar sua presença por meio da promoção cultural e educacional. Em 2003, 1.793 estudantes africanos estudaram na China, representando um terço do total de estudantes estrangeiros naquele ano. Escolas chinesas de medicina treinaram médicos africanos e forneceram gratuitamente equipamentos e medicamentos para países africanos. Em agosto de 2004, China acolheu em Pequim o Festival da Juventude China-África (China-Africa Youth Festival). Em 2005, a China aprovou 16 países africanos como destino turístico chinês, o que fez crescer em 100% o número de turistas chineses na África após um ano. Em 2006, Pequim sediou a terceira reunião ministerial do Fórum de Cooperação China-África. Estes eventos criaram oportunidades para que a China oferecesse sua assistência técnica, enfatizando a visão da China como ator benigno para a África.

Apesar de serem o principal parceiro da China na África, os sul-africanos demonstraram temor frente à concorrência da indústria chinesa.

O Brasile a China-10.indd 237 25/3/2008 00:37:11

O modelo chinês de 'ganha-ganha' é acusado de ser uma forma de neocolonialismo, revestida de ilusões de desenvolvimento Sul-Sul. Em troca de matérias-primas, os africanos compram produtos manufaturados, tornando previsível o aparecimento de balança comercial negativa.

O regionalismo como objetivo de política externa

As relações regionais – e no interior delas, as relações com a Argentina – ocuparam posição central nas políticas externas dos governos Cardoso e Lula da Silva. Visto como trampolim para uma melhor integração econômica da região ao mundo globalizado, o Mercosul constituiu-se num dos objetivos principais da política externa brasileira. Em termos práticos, foi defendida a idéia de adoção de um conjunto de medidas econômicas de caráter técnico, consideradas como pré-requisitos indispensáveis ao estabelecimento de projeto mais avançado de unificação monetária na região. Porém, enquanto os aspectos comerciais da integração progrediram sobremaneira, ficou em segundo plano o processo de aprofundamento da institucionalização do Mercosul [538].

Com a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, foi reforçada a prioridade dada à agenda regional, agora com a proposta de "revitalização" do Mercosul, a ser feita a partir de elementos não apenas econômico-comerciais, mas também político-sociais. Em contraste com a proposta norte-americana de integração do continente americano, o regionalismo defendido pelo governo do Presidente Lula privilegiou o espaço político-econômico sul-americano, considerado mais adequado para o alcance dos interesses nacionais, inclusive o do exercício de liderança do país [539].

As dificuldades de aprofundamento do Mercosul relacionaram-se, em grande medida, a diferenças de percepção entre Brasil e Argentina a respeito do processo integracional. Interessava a Buenos Aires dar ao empreendimento um caráter dominantemente comercial, em detrimento da noção mais ampla de integração econômica e político-institucional defendida pela parte brasileira. Ademais, apesar de a balança comercial com o Brasil ter sido favorável à Argentina de 1999 a 2003, a alteração na composição do intercâmbio entre os dois países – com predominância de superávits brasileiros em setores de manufaturados e semimanufaturados e superávits argentinos em setores primários – provocou atitudes de distanciamento e até mesmo de protecionismo por parte do parceiro platino. Frente à possibilidade de aumento de assimetrias entre os dois parceiros do Mercosul, a Argentina preferiu não investir na correção de rumos, optando por recuar no processo de integração [540].

---

[538] Almeida, Paulo Roberto de. "Uma política externa engajada". Disponível em: <http://www.pralmeida.org/docs>. Acesso em: 30/08/2006.
[539] Maior, Luiz A. P. Souto. "Dois anos de 'Presença Soberana': uma reflexão sobre a política externa do governo Lula", in *Revista Cena Internacional* 6(2): 53-72, dezembro 2004.
[540] Maior, Luiz A. P. Souto. "Dois anos de 'Presença Soberana': uma reflexão sobre a política externa do governo Lula", in *Revista Cena Internacional* 6(2): 53-72, dezembro 2004.

O Brasile a China-10.indd 238 25/3/2008 00:37:11

Paralelamente às tentativas de aprofundamento do Mercosul, a diplomacia brasileira buscou estabelecer vínculos preferenciais com outros países sul-americanos, reavivando idéia lançada durante a gestão de Itamar Franco de criação da Área de Livre Comércio Sul-Americana – ALCSA, e preterida durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso [541]. Apesar da inegável atração exercida pelo mercado brasileiro, a legitimação da América do Sul como espaço político-econômico privilegiado mostrou-se difícil devido, em grande parte, às propostas alternativas formuladas pela potência americana. Assim, para diversos países sul-americanos, ao contrário da opção brasileira, os ganhos advindos do maior acesso ao mercado americano – seja por meio da ALCA, seja por meio da conclusão de acordos bilaterais – pareciam compensar as assimetrias que os acompanhavam.

Em termos gerais, o objetivo de aprofundamento do Mercosul esbarrou tanto no acirramento das assimetrias estruturais entre os países membros [542] quanto na relutância do Brasil, enquanto líder do processo, em limitar sua liberdade na condução de políticas consideradas domésticas – apesar da inevitabilidade de tal medida em um processo de integração econômica que se quer mais denso.

Na busca pelo adensamento de laços com o plano regional, a capacidade de liderança da China mostrou ser mais eficaz que a do Brasil – seja por meio do aumento da participação de seus representantes nos principais fóruns asiáticos, seja por sua colaboração na criação de novos mecanismos institucionais.

A título de exemplo, a China sediou, em 1995, as reuniões de funcionários sênior da Associação dos Países do Sudeste Asiático (ASEAN). Dois anos mais tarde, a China colaborou com a criação do mecanismo ASEAN + 3, baseado em uma série de reuniões preparatórias entre os 10 países da ASEAN juntamente com a China, Japão e Coréia do Sul. A China também aprofundou sua participação na APEC, sediando a 9ª. reunião de líderes em Shanghai, em 2001. Na Ásia, a China buscou valorizar o tratamento de questões de segurança, apoiando a criação da *Shanghai Cooperation Organization*, cujos objetivos envolveram a resolução de disputas territoriais de longo prazo e desmilitarização de fronteiras. Mais recentemente, a organização incorporou à sua agenda o tratamento de cooperação comercial regional e anti-terrorista.

Para a China, a região da Ásia-Pacífico adquiriu uma importância ainda maior em sua política externa logo nos primeiros anos da década de 1990, forçada em parte pelo isolamento internacional pós- Tien-an-men. Com o

---

[541] Almeida, Paulo Roberto de. "Uma política externa engajada". Disponível em: <http://www.pralmeida.org/docs>. Acesso em: 30/08/2006.

[542] Veiga, Pedro da Motta. "A política comercial do governo Lula: continuidade e inflexão", in *Revista Brasileira de Comércio Exterior,* Funcex. Disponível em: <http://www.funcex.com/material/rbce/LATN-RBCE83.pdf#search=%22A%20pol%C3%ADtica%20comercial%20do%20governo%20Lula%3A%20continuidade%20e%20inflex%C3%A3o%22>. Acesso em: 21/09/06.

O Brasile a China-10.indd 239 25/3/2008 00:37:12

Sudeste Asiático, em particular, as mudanças foram bastante significativas [543]. De início, a China era vista principalmente como uma ameaça pelos vizinhos do Sudeste Asiático, em parte por causa dos conflitos territoriais no Mar do Sul da China e seu antigo apoio à insurreição comunista no continente. Esta percepção começou a mudar a partir da crise financeira asiática dos anos 1997-1998, quando a China – assumindo os encargos ligados ao exercício de liderança na região – resistiu ao procedimento de desvalorizar sua moeda, beneficiando seus vizinhos que, ao contrário, permitiram que suas respectivas moedas entrassem em queda livre.

Nos anos mais recentes, as relações da China com o Sudeste Asiático passaram a ser vistas como um catalisador para a expansão comercial regional. Assim, em novembro de 2004, China e os países da ASEAN concordaram em remover gradualmente tarifas e criar a maior área de livre comércio do mundo até 2010. A China começou igualmente a desenvolver relações bilaterais e relações de segurança multilaterais com países do Sudeste Asiático.

Frente aos objetivos tradicionais dos Estados Unidos sobre o Sudeste Asiático – fundados na promoção da democracia, do estado de direito, dos direitos humanos, da estabilidade e equilíbrio de poder, da proteção de rotas marítimas, de interesses comerciais e de investimentos e, mais recentemente, da luta contra o terrorismo – a China mostrou-se apta a oferecer uma nova arquitetura para a região asiática. Baseado não apenas em alicerces econômicos, mas numa agenda estratégica ampla, o regionalismo do tipo chinês propôs: i) a manutenção de um ambiente político e de segurança estável, particularmente na periferia da China, de forma a permitir um crescimento contínuo; ii) a expansão de rotas comerciais passando pelo Sudeste Asiático; iii) o acesso a recursos energéticos e matérias-primas na região; iv) o desenvolvimento de relações comerciais com propósitos econômicos e políticos; v) o isolamento de Taiwan; vi) e o aumento do poder de influência dos países asiáticos para enfrentar eventuais ameaças externas e estratégias de contenção.

FASE DE ESTABILIZAÇÃO DAS RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS

A distensão global e o auge do processo de globalização que caracterizaram os anos 1990 revelaram-se um marco propício para a expansão das relações sino-latino-americanas. Neste contexto, China e América Latina perceberam com maior clareza a possibilidade de explorar complementa-

---

[543] Sobre as relações da China com o Sudeste Asiático, confira: Vaughn, Bruce; Morrison, Wayne M. "China-Southeast Asia Relations: trends, issues, and implications for the United States", in *CRS Report for Congress*, April 4, 2006, p. 1-37. Serra, Régine; Godement, François (dir.). *Asie orientale.* Paris: La Documentation Française, 2003. Moneta, Carlos. "Los escenarios de China en Asia-Pacifico: reflexiones para el Mercosur", in *Nueva Sociedad*, nº. 203, p. 148-159.

O Brasile a China-10.indd 240 25/3/2008 00:37:12

ridades para aumentar o intercâmbio comercial e inversões econômicas, satisfazendo simultaneamente a necessidade de alimentar o desenvolvimento e de diminuir assimetrias de poder no âmbito Norte-Sul.

A partir da segunda metade da década de 1990, as relações da China com a América Latina – e particularmente com o Brasil –, alcançaram um visível progresso. Frente aos impressionantes ganhos obtidos de ambas as partes, percebem-se os primeiros anos do século XXI como o início de uma nova etapa nas relações sino-latino-americanas, marcada pelo fenômeno do crescente interesse da China pela América Latina [544].

O período é pontuado por visitas de alto perfil – Presidente Jiang Zemin (abril de 2001), Presidente Hu Jintao (novembro de 2004) e Vice-Presidente Zeng Qinghong (março de 2005) –, as quais serviram ao objetivo maior de cortejar os governos latino-americanos e convencê-los a satisfazer interesses chineses políticos, diplomáticos e principalmente econômicos sobre a região. A viagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à China em maio de 2004 – a qual o Itamaraty apresentou como uma das iniciativas mais importantes durante a gestão – foi acompanhada por nove ministros, seis governadores e mais de 400 homens de negócios.

China e América Latina buscaram desenvolver as relações em todas as suas formas – nas áreas econômica, comercial, política e diplomática; no plano bilateral e multilateral, envolvendo organizações governamentais, empresas e sindicatos; no âmbito dos partidos e parlamentos – com vistas a fomentar os mais diversos mecanismos de diálogo.

Ao final do século XX e início do século XXI, a estratégia da China para a América Latina concentrou-se em três fatores essenciais, focados na necessidade de: i) aumentar seu poder relativo pela via da promoção da multipolaridade e da democratização das relações internacionais, funcionando os países latino-americanos como um respaldo político no seio dos organismos multilaterais; ii) conter os interesses de independência de Taiwan e; iii) fortalecer os laços externos e obter recursos para o desenvolvimento nacional.

O projeto de unificação nacional, elemento fundamental na estratégia de legitimação do regime dirigido pelo Partido Comunista Chinês durante o período de reforma, foi percebido de forma clara na região, uma vez que os países centro-americanos representavam o maior capital político inter-

---

[544] Cf. Dumbaugh, kerry; Sullivan, Mark; "China's Growing Interest in Latin América", in *CRS Report for Congress*, april 20, 2005, p. 1. Além do texto de Dumbaugh e Sullivan, foram utilizados os textos a seguir para a confecção da seção referente às relações entre a América Latina e a China: Landau, Saul. "Chinese Influence on the Rise in Latin America", in *Foreign Policy In Focus*, June 23, 2005. Disponível em: <http://www.fpif.org/fpiftxt/842>. Acesso em: 23/10/2006. León-Manríquez, José Luis. "China-América Latina: una relación econômica diferenciada", in *Nueva Sociedad*, nº. 203, 2006, p. 28-47. Cesarin, Sergio. "La relación sino-latinoamericana, entre la práctica política y la investiación académica", in *Nueva Sociedad*, nº. 203, 2006, p. 48-61. Shixue, Jiang. "Una mirada a las relaciones con América Latina", in *Nueva Sociedad*, nº. 203, 2006, p. 62-78. Le-Fort, Martín Pérez. "China y América Latina: estrategias bajo una hegemonia transitoria", in *Nueva Sociedad*, nº. 203, 2006, p. 89-101. Shicheng, Xu. "Las diferentes etapas de las relaciones sino-latinoamericanas", in *Nueva Sociedad*, nº. 203, 2006, p. 102-113.

O Brasile a China-10.indd 241 25/3/2008 00:37:12

nacional com que contava Taiwan. Enquanto a China possuíam, em 2004, relações diplomáticas com 21 países da América Latina – os quais representam a maior parte da superfície geográfica, a maior população e produção econômica da região –, Taiwan mantinha laços com 12 países, sendo 11 centro-americanos (Belize, Costa Rica, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá, El Salvador, República Dominicana, Haiti, Saint Kitts e Nevis e São Vicente e as Grenadinas) e um sul-americano (Paraguai).

Com o objetivo de desenvolver mecanismos de cooperação informais como passo prévio para os vínculos diplomáticos, a China cultivou relações com 20 partidos políticos de países latino-americanos pró-Taiwan. Colaborando ainda para reduzir a influência de Taiwan, a China buscou promover o multipolarismo e o multilateralismo e construir consensos com países da América Latina. No âmbito das operações de paz desenvolvidas pela ONU no Haiti, a China realizou seu primeiro deslocamento chinês de forças no hemisfério ocidental.

Apesar de os fatores políticos e diplomáticos terem estado presentes, foi o terreno da economia que ditou os passos das relações da China com a América Latina, sobretudo por esta região ser considerada como reservatório de recursos naturais, matérias-primas e alimentos, tidos como essenciais para sustentar o modelo de desenvolvimento adotado pela China, em processo de franca aceleração.

Interessava à China ganhar maior acesso a recursos como petróleo, cobre, ferro, aço, soja, óleo de soja, assim como a alguns circuitos integrados e outras máquinas elétricas, o qual foi satisfeito pelo aumento do comércio e de investimentos com os principais países da América Latina. Nos primeiros cinco anos do século XXI, o crescimento do comércio entre a China e os países da região foi notável, passando de US$15 bilhões em 2000 para US$50 bilhões em 2005. A maior parte do comércio com a China concentrou-se em poucos países: sete dos principais sócios comerciais (Brasil, México, Chile, Argentina, Panamá, Peru e Venezuela) absorveram mais de 80% do total dos intercâmbios, sendo o Brasil o mais importante, com quase US$15 bilhões em 2005.

As exportações chinesas para a América Latina – aparelhos elétricos, computadores, máquinas de escritório e outras máquinas, combustíveis minerais e óleo – passaram de US$5,3 bilhões, em 1999, para US$18,3 bilhões, em 2004. As principais exportações chinesas para a região em 2004 foram direcionadas, em ordem decrescente, para os seguintes países: México (US$5 bilhões); Brasil (US$3,7 bilhões), Panamá (US$2,2 bilhões), Chile (US$1,7 bilhão) e Argentina (US$852 milhões).

Apesar de a participação da América Latina ter crescido nos últimos cinco anos, continuou a representar uma ínfima parte nas exportações totais chinesas – de 2,71% em 1999 passou para 3,09% em 2004. Processo semelhante ocorreu com as importações chinesas vindas da América Latina. Não obstante o impressionante crescimento de 600% em cinco anos, saltando de US$3 bilhões (1999) para US$21,7 bilhões (2004), a participação nas importações totais chinesas foi ainda considerada mínima (1,81% em 1999

O Brasile a China-10.indd 242 25/3/2008 00:37:13

e 3,88% em 2004). As principais importações chinesas na região em 2004 concentraram-se em poucos países: Brasil (US$8,7 bilhões), Chile (US$3,7 bilhões), Argentina (US$3,3 bilhões), México (US$2,1 bilhões) e Peru (US$1,5 bilhão).

Em termos gerais, as relações com a China têm sido particularmente marcadas pelo registro de superávits na balança comercial favoráveis às nações sul-americanas – em especial Brasil, Chile, Argentina e Peru – e aumento de Investimento Externo Direto - IED da China em áreas relacionadas à extração de matérias-primas e construção de infra-estrutura.

O padrão de intercâmbio comercial adotado pela China refletiu o interesse na obtenção de: minérios (Peru e Chile), minério de ferro e aço (Brasil), produção de alimentos (Brasil, Chile, Argentina e Peru) e pesca e petróleo (Argentina e Venezuela).

Os minérios foram responsáveis por 74% das exportações chilenas para a China e 60% das transações internacionais totais nesse setor. As companhias estatais chilenas *Corporación Nacional del Cobre* (Codelco) e *Empresa Nacional de Minéria* (Enami) foram responsáveis por mais de um terço das exportações para a China que, por sua vez, exportou para o Chile produtos têxteis, roupas, calçados, jogos e produtos eletrônicos. O comércio entre China e Chile evoluiu desde a última década do século XX, tendo a corrente de comércio passado de US$91 milhões em 1990 para US$ 5 bilhões em 2004.

Em novembro de 2005, China e Chile assinaram um Tratado de Livre Comércio – o primeiro deste tipo com um país latino-americano – que incluiu capítulos sobre acesso a mercados, normas de origem e procedimentos aduaneiros, assuntos legais e defesa comercial, cooperação econômica, barreiras técnicas e medidas sanitárias e fito-sanitárias, serviços e inversões. No momento de entrada em vigor do acordo, ao final de 2006, 95% das posições alfandegárias negociadas gozarão de desgravação imediata.

Para além do reduzido impacto que uma pequena economia como a chilena possa ter sobre o comércio exterior, o importante efeito demonstrativo do tratado de livre comércio assinado com o Chile leva à consideração da existência de critérios estratégicos amplos, ligados a oportunidades de abertura de futuras negociações do mesmo tipo entre a China e os países do Mercosul.

O auge na importação de soja (sementes e óleo) por parte da China, país responsável por 14,5% das importações mundiais do produto em 2002, beneficiou não apenas o Brasil, mas também a Argentina. O comércio da China com este país passou de US$1,8 bilhão em 2000, para US$4,03 bilhões em 2004. Quase 80% do valor das exportações argentinas para o país asiático relacionaram-se à soja, contribuindo com um terço das importações chinesas do produto.

O comércio da China com o Peru passou de US$74 milhões em 1990 para US$732 milhões em 2000 e a US$2 bilhões em 2004, com superávit de US$468 milhões para o Peru em 2004. A farinha de peixe, utilizada na China para alimentação animal, representou quase dois terços do valor das expor-

O Brasile a China-10.indd 243 25/3/2008 00:37:13

tações peruanas para aquele país. O minério de ferro e cobre peruanos, por sua vez, foram tanto importados quanto explorados localmente pela China. Até 2004, a empresa chinesa Shougang havia investido US$250 milhões na mina peruana Marcota.

O México é o segundo sócio comercial latino-americano da China, sendo esta o primeiro sócio comercial mexicano na Ásia, tomando espaço ocupado até 2002 pelo Japão. A relação entre México e China caracterizou-se por notável desequilíbrio comercial em favor do país asiático. Em 2004, o México exportou para a China US$474 milhões e importou US$14,3 bilhões, equivalente a uma proporção de 1 para 30. Mais do que sócia, a China foi vista pelo México como competidor, seja no fornecimento de bens industrializados para os mercados de terceiros países, seja na atração de investimentos externos diretos no setor de montagens para exportação.

Além da enorme assimetria em matéria comercial, outros fatores agregaram-se à problemática relação entre Pequim e México. Empresários mexicanos queixaram-se, por exemplo, do contrabando de produtos chineses, os quais afetavam diferentes setores produtivos locais. Tensões aumentaram, por sua vez, diante da competição nos mercados europeu e norte-americano, onde os produtos mexicanos perderam crescentemente espaço para os produtos chineses. Dos vinte principais setores de exportação mexicana para os Estados Unidos, doze encontraram-se em aberta competição com os produtos chineses.

Com exceção da Costa Rica, no restante das nações centro-americanas as assimetrias comerciais frente à China foram igualmente acentuadas. Naquela região, a China também era vista como competidor, especialmente frente aos produtos de exportação na área têxtil.

O modelo de desenvolvimento adotado pela China supõe a necessidade de diversificar as fontes energéticas e de assegurar o fornecimento confiável de combustíveis fósseis. Em decorrência disso, a variável energética tornou-se presente em maior ou menor medida na relação da China com grande parte dos países da região, a qual iniciou estudos de viabilidade de operações conjuntas para exploração, refino e construção de oleodutos ao redor do mundo e assinou acordos de investimentos na indústria petrolífera com o Brasil (em novembro de 2004, no valor de US$ 10 bilhões) e com a Argentina, além de ter estabelecido acordos para exploração de novos campos de petróleo com a Colômbia, Cuba, Equador e Peru.

Assim, a China buscou desenvolver fortes vínculos com a Venezuela – quinto exportador mundial de petróleo e país com as principais reservas energéticas no hemisfério ocidental –, o que levou à entrada da Empresa chinesa *China National Pretroleum Corporation* naquele país, com vistas à exploração de campos de petróleo.

As relações comerciais entre China e Venezuela evoluíram rapidamente nos últimos dez anos, apesar de ainda serem modestas. Em 1995, os fluxos comerciais eram insignificantes; em 2000, somaram US$219 milhões; em 2003, US$316 milhões e em 2004, US$654 milhões. Existe ainda a probabilidade de os acordos da Venezuela com a China provocarem o desvio do

O Brasile a China-10.indd 244 25/3/2008 00:37:13

petróleo direcionado ao mercado norte-americano. Neste sentido, a 'carta chinesa' ofereceu à Venezuela a possibilidade de diversificar suas parcerias, no momento em que 60% de suas exportações de petróleo encontravam-se direcionadas para o mercado norte-americano.

No que se refere aos principais investimentos externos diretos chineses na América Latina, registrou-se sua centralização em poucos países – Brasil, México, Chile, Argentina, Peru e Venezuela – e ênfase nas áreas de extração e produção de recursos nacionais e montagem de manufaturas, telecomunicações e têxteis. Seguindo o padrão observado em outros países latino-americanos, a IED da China na Argentina, por exemplo, está influenciando o desenvolvimento do transporte ferroviário e a produção no setor energético. Em 2003, os investimentos diretos chineses somaram US$ 2,85 bilhões, tendo sido direcionado US$ 1,04 bilhão para a América Latina (33% do valor total anual).

Aproveitando os espaços abertos pela diluição do poder econômico e político da grande potência, tanto a China quanto o Brasil procuraram aumentar seus ganhos no sistema internacional, o que foi feito com auxílio da política de diversificação de parcerias e universalização da política externa, com reflexos nas relações bilaterais sino-brasileiras [545].

A vertente político-diplomática: o diálogo profícuo

Logo em seu primeiro ano de governo, o Presidente Cardoso visitou a China, entre os dias 12 e 17 de dezembro de 1995. Durante a estada do Presidente brasileiro, foram assinados seis documentos nas áreas de: i) rádio e televisão; ii) energia hidrelétrica; iii) intercâmbio de especialistas para cooperação técnica; iv) fortalecimento e expansão da cooperação espacial; v) segurança na área espacial; vi) e quarentena vegetal [546].

Um ano mais tarde, em 08 de novembro de 1996, Brasil e China assinaram acordo concernente à manutenção do Consulado Geral do Brasil na Região Administrativa Especial de Hong Kong, a partir da retomada do exercício da soberania sobre Hong Kong pelo Governo da RPC, em 1º de julho de 1997. Com a recuperação do exercício da soberania sobre Macau pelo governo chinês, em 20 de dezembro de 1999, o Governo do Brasil es-

---

[545] Maior, Luiz A. P. Souto. "Dois anos de 'Presença Soberana': uma reflexão sobre a política externa do governo Lula", in *Revista Cena Internacional* 6(2): 53-72, dezembro 2004.

[546] Foram os seguintes os acordos assinados durante estada do Presidente Fernado Henrique Cardoso na China, em dezembro de 1995: i) o Memorandum de Entendimento sobre Cooperação nas Áreas de Rádio e Televisão; ii) o Protocolo de Entendimento sobre Cooperação Econômica Científica e Tecnológica em Pequenas Centrais Hidrelétricas; iii) o Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica e ao Acordo de Cooperação Econômica e Tecnológica na Área de Intercâmbio de Especialistas para Cooperação Técnica; iv) a Ata de Entendimento sobre o Fortalecimento e a Expansão da Cooperação Tecnológica Espacial Brasil-China; v) o Acordo sobre Segurança Técnica Relacionada ao Desenvolvimento Conjunto dos Satélites e Recursos Terrestres e; vi) o Acordo de Quarentena Vegetal.

O Brasile a China-10.indd 245 25/3/2008 00:37:14

tendeu a área de jurisdição do seu Consulado-Geral em Hong Kong à Região Administrativa Especial de Macau [547].

Em 1997, o Secretário-Geral do Parlamento Latino-Americano, Ney Lopes, recebeu solicitação do governo chinês para que a RPC fosse credenciada como observador permanente do Parlamento Latino-Americano – Parlatino, considerando os interesses que a América Latina despertava e, em especial, o Mercosul. Apesar de o Secretário-Geral ter manifestado, de imediato, parecer favorável à solicitação em questão, a China passou a integrar os quadros dos observadores do Parlatino apenas em 17 de julho de 2004 [548].

Em dezembro de 1998, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Luiz Felipe Lampreia esteve na RPC, ocasião em que assinou dois documentos na área de cooperação econômica e tecnológica [549]. Ainda na área tecnológica, comemorou-se, em 1999, o lançamento exitoso do primeiro satélite sino-brasileiro de levantamento de recursos terrestres – o CBERS-1. Assistiu-se, igualmente, à realização do "Seminário Brasil-China", ocorrido entre os dias 18 e 19 de novembro de 1999, no Rio de Janeiro – maior seminário até então organizado com o intuito de avançar no processo de conhecimento e entendimento entre os dois países – sob coordenação do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (Ipri) do Ministério das Relações Exteriores do Brasil – reunindo intelectuais chineses e brasileiros [550].

Em missão ao Brasil, ocorrida em setembro de 2000, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da RPC, Tang Jiaxuan, encontrou-se com o Presidente Fernando Hennrique Cardoso, ocasião em que as autoridades brasileira e chinesa relembraram os avanços alcançados pelos dois países na área científica e tecnológica – dando destaque para os projetos desenvolvidos no setor espacial – os quais julgavam servir de exemplo para a cooperação Sul-Sul envolvendo alta tecnologia. O representante chinês expressou, igualmente, a satisfação pelo apoio recebido do lado brasileiro no tratamento de questões ligadas aos direitos humanos [551].

No Congresso Nacional, foi dado destaque à chegada a Brasília do Presidente da China, Jiang Zemin, em 12 de abril de 2001. Em seu discurso,

---

[547] Acordo, por troca de Notas, sobre a extensão de jurisdição do Consulado-Geral do Brasil em Hong Kong à Região Administrativa Especial de Macau, de 15/12/1999. Disponível em: <http://www.mre.gov.br>.

[548] "Pronunciamento do Sr. Ney Lopes", Deputado Federal - PFL-RN, in *Diário da Câmara dos Deputados*, 2 de outubro de 1997, p. 30722-30723. Disponível em: <www.parlatino.org>. Acesso em: 16/01/2006.

[549] Foram assinados naquela ocasião os seguintes documenos: Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica e Tecnológica para assegurar a Qualidade de Produtos Importados e Exportados; e Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica e Tecnológica.

[550] Cf. Cabral, Severino. "O Diálogo Brasil-China: perspectivas para o século XXI". In Bellucci, Beluce (org.). *Abrindo os olhos para a China.* Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos – CEAA, 2004, p. 297-316. Cabral, Severino. "Encontro entre Brasil e China: cooperação para o século XXI", *RBPI*, 43(1), 2000, p. 24-42.

[551] "Brazilian President Cardoso Meets Foreign Minister Tang Jiaxuan" 15/11/2000. Disponível em: <http://www.fmprc.gov.cn/eng/wjb/wjbz/2467/t14275.htm>. Acesso em: 23/10/2006.

O Brasile a China-10.indd 246 25/3/2008 00:37:14

o Deputado Federal Ney Lopes ressaltou a estreita relação de cooperação, de troca e de interação tecnológica mantida entre os dois países:

> A China, do ponto de vista estratégico, é fundamental para o Brasil. Por exemplo, a China lançou em seu território um satélite construído com tecnologia brasileira. Estudos que estão sendo realizados permitirão o lançamento de um segundo satélite, com aporte tecnológico recíproco. A cooperação entre China e Brasil estende-se às áreas de biotecnologia e informática, dois pontos da maior importância para o processo de globalização [552].

Ao longo de seu governo, inaugurado em 2003, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu colocar as relações com os chineses em um novo patamar: realizou viagem oficial à RPC – com saldo final de nove atos bilaterais e 14 contratos empresariais assinados –, concedeu à China o *status* de economia de mercado durante a estada do Presidente Hu Jintao no Brasil (novembro de 2004). Na Comissão de Direitos Humanos da ONU, O Brasil votou a fator da *non-action motion* que retirou resolução sobre a China da votação (abril de 2004). Tal resolução encorajava a visita de relatores à China para observação de direitos humanos [553].

Um ano após sua chegada à presidência da república, e reiterando a prioridade dada pela política externa brasileira às relações com outras grandes economias em desenvolvimento – anteriormente coroadas por visitas a Pretória (novembro de 2003) e Nova Délhi (janeiro de 2004) [554] –, Luiz Inácio Lula da Silva realizou visita à China, entre os dias 22 e 27 de maio de 2004. Acompanharam a comitiva presidencial sete Ministros – Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim; do Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan; do Planejamento, Guido Mantega; da Agricultura, Roberto Rodrigues; da Fazenda, Antonio Palocci; da Ciência e Tecnologia, Eduardo Campos; e do Desenvolvimento Social, Patrus Ananias – além de seis Governadores, um Senador e dez Deputados, bem como uma missão empresarial composta por mais de 400 integrantes [555].

Na ótica do governo brasileiro, o principal objetivo da viagem presidencial foi sinalizar aos chineses a enorme importância estratégica e comercial que o Brasil passou a conferir à China [556]. A expectativa era que

---

[552] "Pronunciamento do Sr. Ney Lopes ", Deputado Federal - Bloco / PFL-RN, in *Diário da Câmara dos Deputados*, 12 de abril de 2001, p. 14938-14939.

[553] Cf. Barbosa, Alexandre de Freitas; Mendes, Ricardo Camargo. "As Relações Econômicas entre Brasil e China: uma parceria difícil", in Dialogue on Globalization. *Briefing Papers FES Brasil*, Friedrich Ebert Stiftung, janeiro 2006, p. 2.

[554] Disponível em: <www.mre.gov.br>.

[555] "Presidente brasileiro a Beijing iniciando visita à China". Disponível em: < http://www.embchina.org.br/por/szxw/t150741.htm>. Acesso em: 23/10/2006. "Mega missão brasileira buscará mais integração com a China", maio de 2004. Disponível em: <http://www.bb.com.br>.

[556] Confirmando o crescente impacto internacional da China, a viagem do Presidente Lula recebeu atenção da maior parte da imprensa de língua inglesa que circula nos Estados Unidos: CNN, New York Times, Boston Globe, Wall Street Journal e revista The Economist. Cf. "Mídia americana destaca viagem de Lula", in *O Estado de São Paulo*, 25/05/2004. Disponível

O Brasile a China-10.indd 247 25/3/2008 00:37:14

o maior estreitamento das relações bilaterais rendesse frutos consideráveis, nos prazos médio e longo, por meio do comércio bilateral e de investimentos chineses na infra-estrutura do Brasil, principalmente no setor de transportes ferroviário e marítimo [557].

Durante as conversações mantidas entre o Presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva e o Presidente chinês Hu Jintao, foram estabelecidos quatro princípios em prol da ampliação das relações bilaterais: persistir em consultas em pé de igualdade e fortalecer a confiança política; persistir no benefício recíproco e ampliar o intercâmbio econômico e comercial; fortalecer a cooperação no âmbito internacional e impulsionar o intercâmbio entre as respectivas sociedades civis, aprofundando o entendimento mútuo [558].

As discussões conduzidas ao longo da missão presidencial concentraram-se sobre quatro grandes temas: i) direitos humanos na China; ii) apoio à candidatura do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU; iii) processo de reconhecimento do *status* da China como país de economia de mercado; iv) colaboração no plano multilateral[559].

Durante os encontros bilaterais e no comunicado Conjunto China-Brasil assinado ao final da visita [560], o Presidente Lula reconheceu ter evoluído o tratamento das questões de direitos humanos na China, especialmente por meio de sua inclusão na Constituição do país[561]. O Brasil endossou a *rationale* do governo chinês ao atacar a politização e seletividade das questões de direitos humanos, a exemplo da conduta comumente atribuída aos Estados Unidos e Europa. O governo chinês agradeceu formalmente o apoio dado pelo Brasil nas votações anuais da Comissão dos Direitos Humanos da ONU (abril de 2004) em favor da moção chinesa para que os seus "assuntos internos" não fossem debatidos [562].

---

em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe.asp?ID_RESENHA=51334 >.Acesso em 23/10/2006.

557 "Imprensa destaca visita do presidente: com bilhete do presidente, jornal chinês publica encarte especial de 12 páginas", in *O Estado de São Paulo*, 23/05/2004. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe.asp?ID_RESENHA=50783>. Acesso em: 23/10/2006.

558 "Comunicado Conjunto Brasil-China", in *O Estado de São Paulo*, 25/05/2004. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe.asp?ID_RESENHA=51347>. Acesso em:23/10/2006 e "Memorando de Entendimento sobre o Estabelecimento da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação". Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/b_chin_80_5299.htm>. Acesso em 20/08/2006.

559 "Hu Jintao e Lula mantêm conversações",24/5/2004. Disponível em: <http://www.embchina.org.br/por/szxw/t150742.htm>. Acesso em: 23/10/2006.

560 "Comunicado Conjunto Brasil-China", in *O Estado de São Paulo*, 25/05/2004. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe.asp?ID_RESENHA=51347>. Acesso em 23/10/2006.

561 "China quer *status* de economia de mercado", in *O Estado de São Paulo*, 25/05/2004. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe.asp?ID_RESENHA=51321>. Acesso em: 23/10/2006.

562 "Lula evita criticar China por violação de direitos humanos', in *Folha de S. Paulo*, 25/05/2004. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u61136.shtml. Acesso em 23/10/2006.

O Brasile a China-10.indd 248 25/3/2008 00:37:15

Visto por parte da mídia brasileira como uma repulsiva concessão política [563], o apoio brasileiro à China na área dos direitos humanos não suscitou a retribuição desejada: o apoio chinês à reivindicação brasileira de um lugar permanente no Conselho de Segurança da ONU. No comunicado conjunto, a parte chinesa se limitou a registrar que o Brasil deve desempenhar "maior papel nas instituições multilaterais, como as Nações Unidas" [564], não apoiando explicitamente a reivindicação do Brasil no Conselho de Segurança. A atitude chinesa de não defender abertamente a concessão do assento permanente ao Brasil foi atribuída, em particular, ao receio de melindrar outros parceiros comerciais na América Latina, como o México e a Argentina [565]. A postura ambígua dos chineses esteve ainda relacionada, conforme explicou Lima, ao fato de uma eventual reforma da estrutura decisória poder diminuir o *status* internacional da China, relacionado justamente à exclusividade de acesso a esse espaço de poder político [566].

De sua parte, o presidente Hu Jintao solicitou ao Brasil que concedesse à China o *status* de 'economia de mercado' perante os organismos multilaterais, tendo a parte brasileira concordado em estudar o pedido chinês, não antes sem indicar que a tendência do governo brasileiro era de conceder esse *status* para 'pelo menos' alguns setores da economia chinesa[567].

Por sua vez, o lado brasileiro manifestou interesse em que a China se tornasse observador da Organização dos Estados Americanos (OEA) e membro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A China, de sua parte, ofereceu suporte a que o Brasil viesse a ingressar como membro do Banco do Desenvolvimento da Ásia [568].

Durante sua estada na China, o Presidente brasileiro esteve presente na inauguração dos escritórios da Petrobrás e da VARIG [569]. A bolsa de valores

---

[563] "Editorial – A outra face da visita à China", in *O Estado de São Paulo*, 26/05/2004. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe.asp?ID_RESENHA=51776>. Acesso em 23/10/2006.

[564] Sant'anna, Lourival. "Países torcem contra aliança Brasil-China, diz Lula", in *O Estado de S. Paulo*, 27/05/2004. Disponível em: <http://www.lourivalsantanna.com/chin0015.html>. Acesso em 23/10/2006.

[565] Sant'anna, Lourival. "China quer *status* de economia de mercado", in *O Estado de S. Paulo*, 25/05/2004. Disponível em: <http://www.lourivalsantanna.com/chin0017.html>. Acesso em 23/10/2006.

[566] Lima, Maria Regina S. de. "Na trilha de uma política externa afirmativa", in Observatório da Cidadania, 2003. Disponível em: <http://www.socialwatch.org/es/informeImpreso/pdfs/panorbrasileirog2003_bra.pdf>. Acesso em: 21/09/2006.

[567] Sant'anna, Lourival. "China quer *status* de economia de mercado", in *O Estado de S. Paulo*, 25/05/2004. Disponível em: <http://www.lourivalsantanna.com/chin0017.html>. Acesso em: 23/10/2006.

[568] "Comunicado Conjunto Brasil-China", in *O Estado de São Paulo*, 25/05/2004. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe.asp?ID_RESENHA=51347>. Acesso em: 23/10/2006. "China keen to boost influence in Latin America, in *Reino Unido – Agência BBC*, 26/05/2004. Disponível em: <www.mre.gov.br>.

[569] Cf. "Brasil e China não podem perder um minuto", in *O Estado de São Paulo*, 26/05/2004. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe.asp?ID_RESENHA=51740>. Acesso em 23/10/2006. "Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na inauguração do escritório da Petrobrás em Pequim", 23/05/2004. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/discurso_deta-

O Brasile a China-10.indd 249 25/3/2008 00:37:15

paulistana BM&F também inaugurou um escritório em Xangai, entendendo que o potencial de comércio entre o Brasil e a China exigia um posto avançado para que os corretores associados à bolsa brasileira pudessem prospectar negócios na Ásia.

O Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC) foi igualmente criado na ocasião da visita presidencial brasileira à China. Composto por 44 empresas brasileiras e chinesas, com faturamento somado de US$250 bilhões ao ano, a entidade acolheu integrantes como a Companhia Vale do Rio Doce, Embraer, Petrobrás, Sadia e Marcopolo e empresas chinesas como a Baosteel, siderúrgica que tem uma joint-venture com a CVRD. Do lado chinês, Miao Gengshu, presidente da China Minmetals foi escolhido para ser o líder do Conselho, e do lado brasileiro, Roger Agnelli, presidente da Companhia Vale do Rio Doce. O Conselho nasceu com a tarefa de facilitar negócios entre os dois países, oferecendo inteligência comercial e auxiliando no diálogo. Entre as missões do grupo, registrou-se a elaboração de um mapa econômico da China, focando-se nas 30 cidades com mais de 5 milhões de habitantes, para determinar a melhor maneira de se inserir nesses mercados [570].

A fim de orientar e coordenar o desenvolvimento do relacionamento entre os dois países, Brasil e China concordaram ainda em estabelecer a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação, co-presidida naquele momento pelo Vice-Presidente brasileiro José de Alencar e pela Vice-Primeira-Ministra chinesa Wu Yi[571].

Durante sua estada na China, o presidente brasileiro assinou, juntamente com seu homólogo, diversos atos internacionais [572], destacando-se, dentre eles, o quadro regulatório de sustentação à cooperação relacionada às aplicações de sensoriamento remoto e oferta, a terceiras partes, dos serviços gerados pelo Programa de Satélites de Recursos Terrestres Sino-Brasileiro –

---

lhe.asp?ID_DISCURSO=2364>. Acesso em: 23/10/2006. "Ministro Celso Amorim na China". Disponível em:<www.bb.com.br>.

[570] "Conselho bilateral reúne 44 empresas", in *O Estado de São Paulo*, 22/05/2004. Disponível em: http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe.asp?ID_RESENHA=50668>. Acesso em: 23/10/2006.

[571] Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/b_chin_80_5299.htm>. Acesso em: 20/08/2006.

[572] Durante a visita do Presidente Luiz Inácio à China, em maio de 2004, foram assinados os seguintes documentos: Ajuste Complementar sobre Saúde e Ciências Médicas ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica, de 24/05/2004; Acordo de Cooperação Esportiva, de 24/05/2004; Memorandum de Entendimento sobre Cooperação (Hidroferroviária), de 24/05/2004; Memorandum de Entendimento sobre a Cooperação para o Desenvolvimento de um Sistema de Aplicações para o Programa do Satélite Sino-brasileiro de Recursos Terrestres, de 24/05/2004; Memorandum de Entendimento na Área de Segurança Sanitária e Fitossanitária de Produtos Alimentares, de 24/05/2004; Ajuste Complementar sobre Vigilância de Medicamentos e Produtos Relacionados à Saúde (ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica), de 24/05/2004; Memorandum de Entendimento sobre o Estabelecimento da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação, de 24/05/2004; Acordo, p.t.n., para Flexibilização da Concessão de Vistos para Empresários, de 24/05/2004; Acordo sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos Oficial e de Serviço, de 24/05/2004; Protocolo sobre Quarentena e Condições Sanitárias e Veterinárias de Carne de Aves a ser Exportada do Brasil para a República Popular da China, de 12/11/2004.

O Brasile a China-10.indd 250 25/3/2008 00:37:16

CBERS. Ao final da visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à China, o presidente Hu Jintao brindou o Brasil com o *status* de destino turístico autorizado [573], aumentando as possibilidades de conhecimento e entendimento mútuo entre os dois países.

Na seqüência da viagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à China, entre os dias 16 e 18 de junho de 2004, esteve em Xangai missão empresarial promovida pela APEX-Brasil (Agência de Promoção de Exportações do Brasil), em conjunto com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Demonstrando estarem sendo superadas as dificuldades brasileiras ligadas à promoção comercial em âmbito internacional, os trabalhos promovidos pela APEX possibilitaram a realização de mais de 530 encontros comerciais com empresas chinesas, que se reuniram com representantes de 85 empresas brasileiras dos setores de cafés especiais, carnes, frutas processadas, sucos de frutas, vinhos, cachaça, equipamentos médicos e odontológicos, móveis, softwares, cosméticos, pedras e gemas, equipamentos esportivos, gás e petróleo, componentes de calçados e calçados femininos e masculinos, mármore, produtos veterinários e biotecnologia. Em Xangai, foram concretizados negócios entre empresas brasileiras e chinesas no valor aproximado de US$460 milhões, principalmente nos setores de alimentos processados como massas, café em grão, doces e frutas secas, além de carnes diversas, incluindo peixes [574].

Apesar do sucesso do governo Lula em dar continuidade à tarefa de transformar a China em um dos principais parceiros comerciais do Brasil e de seu empenho em se aproximar da China politicamente, alçando-a a parceiro preferencial, não se logrou estabelecer mecanismos firmes e duradouros que garantissem ao país apoio político no âmbito multilateral. Seja no âmbito da ONU, no tocante ao pedido de apoio chinês à campanha brasileira a membro permanente do Conselho de Segurança, seja no âmbito do G-20 e do G-8, não se chegou a formar posição convergente entre os dois países para além de causas ligadas ao tema da agricultura, adiando o projeto do governo Lula de criar uma frente unida dos países do "Sul".

Seis meses após a visita do Presidente Lula à China, o presidente Hu Jintao esteve em missão oficial ao Brasil, em novembro de 2004, acompanhado por 150 empresários para uma visita de Estado de cinco dias. A viagem de Hu Jintao na América Latina incluiu também a Argentina, Cuba e Chile.

Durante reunião entre os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Hu Jintao, em Brasília, a China foi reconhecida como "Economia de Mercado",

---

[573] "Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento do seminário Brasil-China: uma parceria de Sucesso", 26/05/2004. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/discurso_detalhe.asp?ID_DISCURSO=2365>. Acesso em: 23/10/206. Cf. Memorando de Entendimento na facilitação de viagens de grupos de turistas chineses ao Brasil, assinado em 12/11/2004. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/b_chin_92_5381.htm>. Acesso em: 18/08/2006.

[574] Cf. "Missão à China surpreende e apresenta o melhor resultado desde o início do governo", 18/06/2004. Disponível em: <http://wsw.apexbrasil.com.br>. Acesso em: 28/05/2005. "Setor de componentes integra Missão Comercial à China", in *Portal Assintecal by Brasil*, 09/06/2004. Disponível em:< http://www.assintecal.org.br>. Acesso em: 28/05/2005.

O Brasile a China-10.indd 251 25/3/2008 00:37:16

conforme pedido feito de maneira insistente pelo governo chinês durante viagem do presidente brasileiro à China, atingindo objetivo considerado mais importante da visita do ponto de vista chinês. A concessão à China do *status* de economia de mercado significou a aceitação, por parte do Brasil, de que os preços chineses são formados de acordo com as forças de mercado e não sofrem distorções significativas de intervenções estatais na economia [575]. Após a assinatura do acordo que permitiu o atendimento do pedido chinês, o presidente Lula da Silva afirmou:

> O Brasil hoje deu uma demonstração de confiança, deu uma demonstração de que a nossa relação estratégica é para valer. Isso é a demonstração mais inequívoca da objetividade, da seriedade e da prioridade que nós damos à relação Brasil-China[576].

A concessão à China do *status* de economia de mercado [577] gerou de imediato fortes reações da parte do empresariado brasileiro, em especial por meio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), uma vez que se concluiu que tal *status* passava a dificultar a aplicação de medidas de salvaguarda e de *antidumping* em casos de contendas comerciais [578]. Além do Brasil, Argentina e Peru outorgaram o *status* de economia de mercado para a China, reduzindo a possibilidade de acusações ligadas a práticas comerciais desleais. Com exceção de associações empresariais como a *Unión Industrial Argentina* e a *Federação de Indústrias do Estado de São Paulo*, importantes setores da sociedade civil e o Estado passaram a perceber a China como um elemento chave para o desenvolvimento nacional e a diversificação de seus vínculos com o exterior.

Conforme explicações do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, o reconhecimento da China como economia de mercado não trarão prejuízos para o país, posto que "o Brasil não abriu mão das salvaguardas que tem (de acordo com as regras da OMC) e também não abre mão das tarifas de importação"[579]. Ademais, as contrapartidas oferecidas pela China por meio dos acordos assinados entre os dois países permitirão, conforme declarações do Ministro brasileiro, o aumento de investimentos chineses no Brasil, especialmente nas áreas de construção

---

[575] Trevisan, Cláudia. "Dirigente chinês vem ao país debater parceria", in *Folha de S. Paulo*, 06/11/04. Disponível em: <http://www.clipping.planejamento.gov.br/Noticiasimpressao.asp?NotCod=161138>. Acesso em: 17/09/2006.

[576] Cf. Tortoriello, Alexandre Mata. "Brasil aceita China como economia de mercado", in *BBC-Brasil*, 12/11/04. Disponível em:<http://www.bbc.co.uk/portugues/reporterbbc/story/2004/11/printable/041112_jintal.shtml>. Acesso em: 17/09/2006.

[577] Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/b_chin_97_5380.htm>. Acceso em: 20/08/2006.

[578] Disponivel em: <http://www.estadao.com.br/economia/noticias/2004/nov/25/20.htm>. Acesso em: 23/10/2006. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=1869>. Acesso em: 23/10/2006.

[579] Cf. Tortoriello, Alexandre Mata. "Brasil aceita China como economia de mercado", in *BBC-Brasil*, 12/11/04. Disponível em:http://www.bbc.co.uk/portugues/reporterbbc/story/2004/11/printable/041112_jintal.shtml>. Acesso em: 17/09/2006.

O Brasile a China-10.indd 252 25/3/2008 00:37:16

de ferrovias, portos e geração e transmissão de energia – tendo sido aventada a entrada de US$ 10 bilhões em investimentos chineses no Brasil nos dois anos subseqüentes –, além de uma maior abertura do mercado chinês para produtos brasileiros – a exemplo do mercado de carne [580].

Do ponto de vista do Brasil, um dos acordos mais importantes assinados durante a estada do presidente Hu Jintao no Brasil foi aquele que viabilizou a exportação de carne de aves e bovina do Brasil para a China – assim como da importação de carne de aves e suína processada da China para o Brasil [581]. Naquele momento, o mercado de carnes da China era considerado equivalente ao da Rússia, maior importador de carne brasileira.

Foram assinados igualmente memorandos para aumentar a cooperação comercial e de investimentos e intensificar o fluxo de turistas chineses ao Brasil, considerados um passo essencial na ampliação do conhecimento mútuo e no aprofundamento das relações sino-brasileiras [582]. Os dois países assinaram ainda um tratado de extradição e um acordo de cooperação no combate ao crime organizado internacional [583]. Na área espacial, foram assinados dois protocolos, sendo um relativo à definição da política para a comercialização das imagens captadas pelo satélite CBERS-2 para outros países; e outro ao desenvolvimento do CBERS-2B, satélite para garantir que a transmissão de imagens pelo satélite não fosse interrompida com o fim da vida útil do CBERS-2, prevista para 2005.

Durante a visita de Hu Jintao ao Brasil, o ministro chinês da Ciência, Tecnologia, Indústria e Defesa Nacional (COSTIND), Zhang Yunchuan, aproveitou a oportunidade para declarar o interesse daquele país em estender

---

[580] Tortoriello, A.; Jacobs, C. "Presidente chinês busca no Brasil recursos para manter milagre econômico", in *BBC-Brasil*, 11/11/04. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portugues/reporterbbc/story/2004/11/printable/041111. Acesso em: 17/09/2006.

[581] Foram assinados os seguintes documentos durante a visita oficial do Presidente Hu Jintao ao Brasil: Protocolo sobre Quarentena e Condições Sanitárias e Veterinárias de Carne de Aves Processada Termicamente a ser Exportada da República Popular da China para a República Federativa do Brasil, de 12/11/2004; Memorando de Entendimento em Cooperação Industrial, de 12/11/2004; Protocolo Complementar ao Acordo Quadro sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior para Cooperação no Sistema de Aplicações CBERS, de 12/11/2004; Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Matéria de Comércio e Investimento, de 12/11/2004; Protocolo Complementar ao Acordo Quadro sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência Tecnologia do Espaço Exterior para o Desenvolvimento Conjunto do Satélite CBERS-2B, de 12/11/2004; Memorando de Entendimento na Facilitação de Viagens de Grupos de Turistas Chineses ao Brasil, de 12/11/2004; Protocolo sobre Quarentena e Condições Sanitárias e Veterinárias de Carne Bovina a ser Exportada do Brasil para a República Popular da China, de 12/11/2004; Protocolo sobre Quarentena e Condições Sanitárias e Veterinárias de Carne Suína Processada Termicamente a ser Exportada da República Popular da China para a República Federativa do Brasil, de 12/11/2004.

[582] "Declaração à Imprensa do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, após encontro com o presidente da China, Hu Jintao", 12/11/2004. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/discurso_detalhe.asp?ID_DISCURSO=2502>. Acesso em: 23/10/2006.

[583] Cf. Tortoriello, Alexandre Mata. "Brasil aceita China como economia de mercado", in *BBC-Brasil*, 12/11/04. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portugues/reporterbbc/story/2004/11/printable/041112_jintal.shtml>. Acesso em: 17/09/2006.

O Brasile a China-10.indd 253 25/3/2008 00:37:17

a cooperação entre Brasil e China na área espacial, o que inclui o lançamento de satélites com aplicações como telecomunicações e meteorologia [584].

Por sua vez, em agosto de 2006, como resultado de negociação iniciada a partir das visitas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à China e do presidente Hu Jintao ao Brasil, o Congresso Nacional aprovou o Acordo Governamental de cooperação no setor energético entre os dois países, assinado em junho de 2006 pelo ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau, e pela vice-ministra do Comércio da China, Ma Xiuhong.

> O acordo prevê a execução de uma série de projetos estratégicos para o setor energético brasileiro, entre eles a Construção da Fase C da Usina Termelétrica de Candiota (RS) – com capacidade de geração de 350 MW e investimento de R$ 1 bilhão, com financiamento e integral por meio de linha de crédito da China – e investimento de R$ 1,5 bilhão na modernização dos parques térmicos de Manaus (AM) e Macapá (AP), com a instalação de equipamentos de geração bi-combustíveis mais eficientes e melhorias no sistema de transmissão [585].

Ao final do período analisado, e em sinal do adensamento das relações sino-brasileiras, foi registrado um forte incremento da presença de cidadãos chineses no Brasil, conforme demonstra a tabela abaixo.

Tabela 15
VISTOS CONCEDIDOS A CHINESES
PELA EMBAIXADA DO BRASIL EM PEQUIM – 1998-2004

Ano	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Vistos deTurismo	58	208	469	666	1.100	1.154	1.692
Vistos Temporários	3.455	4.213	5.211	6.031	7.824	7.053	9.189
Vistos Permanentes	62	120	61	52	52	410	301
Total de vistos concedidos	3.575	4.541	5.741	6.749	8.976	8.617	11.182

Fonte: Embaixada do Brasil em Pequim, Divisão Consular.

De 1998 a 2004, o número de chineses a visitarem o Brasil triplicou, passando de aproximadamente 3.500 em 1998 para mais de 11.000 chineses em 2004. Do total de vistos concedidos em 2004, mais de 84% foram temporários, os quais são normalmente concedidos a empresários. Enquanto que

---

584 Sousa Jr., Gustavo. "Brasil e China discutem rumos da cooperação na área espacial", *Notícias MCT*, 12/11/2004. Disponível em: <http://www.agenciact.mct.gov.br>. Acesso em: 17/09/2006.
585 "Congresso Nacional aprova acordo entre Brasil e China na área energética", 06/09/2006. Disponível em: <http://www.mme.gov.br>. Acesso em: 17/09/06.

O Brasile a China-10.indd 254 25/3/2008 00:37:17

de 1998 a 2002 concedeu-se, em média, 69 vistos permanentes por ano, de 2003 a 2004 a média elevou-se para 350 vistos anuais.

O número de brasileiros registrados nas representações do Brasil na China também aumentou, passando de 779 para 1.502 de 2004 a 2005. Os dados indicam – mesmo que de forma simbólica, já que nem todos os brasileiros se registram nas embaixadas e consulados brasileiros – que o mercado de trabalho chinês tornou-se mais atraente para o profissional brasileiro das mais diferentes áreas. Apenas no setor de couros e calçados – responsável pelo início do fenômeno da imigração brasileira para a China, no início da década de 1990 –, estima-se que mais de cinco mil brasileiros encontravam-se empregados em 2006 [586].

O grande salto nas relações comerciais bilaterais

A partir da segunda metade da década de 1990, tornou-se evidente a busca brasileira por mercados localizados fora do tradicional eixo União Européia-Nafta-América Latina-Japão. Inseriu-se neste contexto a forte expansão das relações comerciais do Brasil com a China.

No período entre 1995 e 2005, enquanto as importações chinesas do mundo cresceram 325%, as compras provenientes do Brasil aumentaram 351,8%. Tendência contrária ocorreu do lado das exportações chinesas para o Brasil. No período analisado, a China aumentou suas vendas para o Brasil em 106%, percentual inferior ao avanço das exportações chinesas ao mundo, que evoluíram 194,6%.

Nos últimos anos, enquanto várias empresas brasileiras encontraram sucesso no mercado chinês – sobretudo de produtos básicos, favorecidas pelo dinamismo da demanda chinesa –, outros empresários, principalmente de setores industriais, passaram a enxergar a China como fonte de ameaças e preocupações, passando a enfrentar problemas de concorrência tanto no mercado brasileiro quanto no de terceiros países [587]. Apesar da polarização entre os empresários brasileiros, ambos os grupos tiveram que se confrontar com os mesmos desafios no comércio bilateral, os quais se concentraram em três frentes: i) infra-estrutura deficitária; ii) queda no preço de *commodities*; iii) aumento da presença de produtos chineses no mercado nacional [588].

De acordo com o diplomata Renato Amorim, ex-chefe da área econômica da embaixada do Brasil em Pequim (2000-2003), os enormes gargalos de infra-

---

[586] Cf. Salek, Silvia. "Número de brasileiros na China dobrou em 2005", in *BBC Brasil*, 23/01/2006. Disponível em <http://noticias.terra.com.br/mundo/vivernoexterior/interna/0,,OI845929-EI1292,00.html>. Acesso em 21/10/2006. Nascimento, Edson Ronaldo. "Entendendo a China", agosto de 2006. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/se/EntendendoChinaEdsonRonaldo.pdf>. Acesso em: 23/10/2006.

[587] Cf. Barbosa, Alexandre de Freitas; Mendes, Ricardo Camargo. "As Relações Econômicas entre Brasil e China: uma parceria difícil", in Dialogue on Globalization. *Briefing Papers FES Brasil*, Friedrich Ebert Stiftung, janeiro 2006, p. 8.

[588] "Brazilians clamour for bilateral trade with China", in *Reino Unido – Agência BBC*, 20/05/2004, Disponivel em: <www.mre.gov.br> e www.il-rs.com.br/ilingles/informative/junho_2004/informative_brazilian.htm. Acesso em: 23/10/2006.

O Brasile a China-10.indd 255 25/3/2008 00:37:18

estrutura no Brasil prejudicaram os fornecimentos para a China. Neste sentido, a possibilidade de oferta de investimento para melhorar o fluxo estratégico de recursos naturais (modernização de portos e ferrovias) foi vista como uma oportunidade de ganho duplo para os chineses: "seja na participação de investimentos no Brasil, seja ao assegurar a estabilidade do fluxo de matérias-primas para a China" [589].

Coincidindo com o momento da viagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à China, diversos carregamentos de soja brasileira exportados a partir do porto do Rio Grande, no Rio Grande do Sul, foram impedidos de entrar na China sob a alegação de conterem sementes tratadas com agrotóxicos. O incidente levou o governo chinês a suspender a compra de grãos brasileiros fornecidos por quatro empresas: Cargil Agrícola, Noble Grain, Irmãos Trevisan e Bianchini. O governo brasileiro comprometeu-se em investigar as causas do incidente e punir os responsáveis. Para corrigir o problema, o Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, afirmou que o governo passaria a adotar medidas para melhorar o controle e fiscalização da soja exportada, exigindo maior rigor na certificação do produto direcionado à China.

A necessidade de imediata retratação do governo brasileiro foi justificada pelo fato de o governo chinês ter ameaçado suspender as importações de soja brasileira – produto mais exportado para a China desde o ano 2000, com valor de venda superior a US$ 1,6 bilhão em 2004 [590]. De acordo com avaliação do ex-ministro da Agricultura Marcus Vinicius Pratini de Moraes, porém, para além da preocupação com a qualidade do produto, os importadores chineses encontraram na suspensão da compra de soja do Brasil uma oportunidade para reduzir os preços da *commodity*. Conforme entendimento do governador do Mato Grosso, Blairo Maggi, tendo sido os preços inflados por causa das grandes quantidades compradas pelos próprios chineses, foram solicitadas revisão e redução dos preços pagos aos exportadores. Com isso, desejavam os chineses dividir com os produtores e exportadores brasileiros um ágio de cerca de US$60 acima do preço negociado na bolsa de Chicago. Ainda segundo o governador do Mato Grosso – e principal produtor de soja no Brasil –, os executivos chineses não demonstraram interesse em cancelar os contratos, mas apenas em renegociar preços, no momento em que a soja atingia níveis elevados de preços no mercado internacional [591].

Por sua vez, a indústria têxtil brasileira – que, desde 1998, registrou perda de empregos devido à influência dos baixos preços chineses sobre o setor [592] – e diversos outros setores brasileiros também esperaram do

---

[589] "O Brasil para a China: acesso a mercados", in *O Estado de São Paulo*, 22/05/2004. Disponível em: http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe.asp?ID_RESENHA=50667. Acesso em: 23/10/2006.

[590] "Trem e porto entravam investimentos da China", in *Folha de São Paulo*, 24/05/2004, Informes maio 2004, disponível em: <http://www.abtc.org.br>. Acesso em 23/10/2006. "Retomada da compra de carne está na pauta", *Tribuna da Imprensa*, 24/05/2004. Disponível em: <http://www.financeone.com.br/noticia.php?lang=br&nid=10253>. Acesso em: 23/10/2006.

[591] "Brasil e China negociam acordos no setor da agricultura", 24/05/2004. Disponível em: <www.icepa.com.br>.

[592] "Pronunciamento da Deputada Federal Joana D'arc - Bloco / PT-MG, in *Diário da Câmara dos Deputados*, 9 de janeiro de 1998, p. 00428-00432.

O Brasile a China-10.indd 256 25/3/2008 00:37:18

governo brasileiro maior proteção contra os produtos chineses, apesar das propostas em andamento de aumento do livre comércio entre os dois países [593]. Compuseram o grupo "anti-China" tanto setores tradicionais, inclusive agrícolas, quanto aqueles mais intensivos em tecnologia: "calçados, jóias e bijuterias, material de escritório, metais sanitários, produtos de couro, papel, produtos farmacêuticos, indústria óptica, produtos para saúde animal, produtos metalúrgicos, autopeças e móveis" [594].

Em abril de 1995, o Deputado Federal Waldemar Costa Neto (PL-SP) encaminhou ao Ministro da Fazenda, Pedro Malan, requerimento de informações sobre as importações de cogumelos realizadas pelo Brasil. De acordo com o Deputado, apesar de a produção nacional mostrar-se suficiente para seu consumo interno – sendo a cidade de Mogi das Cruzes responsável por 90% da produção – o Brasil estava importando mil toneladas de cogumelos da RPC [595]. Em dezembro de 1995, o Deputado Federal Nelson Marquezelli (PTB-SP) confirmou que a importação de cogumelos chineses estava provocando concorrência desleal, tendo em vista que a política de subsídios na RPC permitia a inserção do cogumelo chinês no Brasil com o preço equivalente a 10% do valor do produto brasileiro. De acordo com o Deputado Federal, não existia qualquer controle sobre a entrada de tais produtos chineses no Brasil, provocando, com isso, concorrência "desleal, desumana e contrária aos interesses nacionais" [596].

Em 28 de fevereiro de 2003, o Deputado Federal Assis Miguel do Couto (PTB-SP) apresentou requerimento para que a Câmara dos Deputados enviasse uma indicação ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, solicitando que o governo brasileiro restabelecesse uma cota máxima para as importações de alho chinês. De acordo com o Deputado Federal, o alho importado da China possuía comprovadamente preço que não cobria os custos de produção e já havia sofrido, inclusive, cobrança do direito *antidumping* por parte de organismos internacionais reguladores do mercado. Em 2002, após vários anos de fixação de cotas de importação de alhos chineses no Brasil, as taxas *antidumping* passaram a ser ignoradas pelos importadores, deixando, por sua vez de serem exigidas pelo governo brasileiro – tendo sido importado da China o volume de 4 milhões de caixas de alho, contra 1,3 milhão em 2001 –, causando grave prejuízo aos produtores brasileiros [597].

---

[593] "Brazil and China: Hot flush", in *Reino Unido – Agência BBC*, 21/05/2004, Disponível em: <http://www.mre.gov.br>. Acesso em: 25/04/2005.
[594] Cf. Barbosa, Alexandre de Freitas; Mendes, Ricardo Camargo. "As Relações Econômicas entre Brasil e China: uma parceria difícil", in Dialogue on Globalization. *Briefing Papers FES Brasil*, Friedrich Ebert Stiftung, janeiro 2006, p. 9.
[595] "Pronunciamento do Sr. Valdemar Costa Neto", Deputado Federal - Bloco / PL-SP, in *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, 5 de abril de 1995, p. 5191.
[596] "Pronunciamento do Sr. Nelson Marquezelli", Deputado Federal - Bloco / PTB-SP, in *Diário da Câmara dos Deputados*, 1º de dezembro de 1995, p. 07432.
[597] "Pronunciamento de Assis Miguel do Couto", Deputado Federal - PT-PR, in *Diário da Câmara dos Deputados*, 28 de fevereiro de 2003, p. 04646-04647.

O Brasile a China-10.indd 257 25/3/2008 00:37:18

Balança Comercial

De 1995 a 2004, três momentos distintos caracterizaram os fluxos comerciais sino-brasileiros. O primeiro momento (que, conforme visto no capítulo anterior, se iniciou em 1993) estendeu-se até 1997 e foi caracterizado por uma corrente de comércio constante, a qual foi equilibrada pelo movimento simultâneo de diminuição das exportações brasileiras e crescimento das importações provenientes da China, as quais giraram em torno de US$1 bilhão/ano. O segundo momento, de 1998 a 1999, registrou forte queda na corrente comercial, provocada principalmente pelos baixos índices das exportações brasileiras. O terceiro momento, de 2000 a 2004, registrou um crescimento extraordinário da corrente bilateral, a qual passou de aproximadamente US$2,3 bilhões/ano em 2000 para mais de US$9 bilhões ao final de 2004. Ao final do terceiro momento (2004), observou-se uma mudança no padrão de comércio, com redução dos saldos comerciais brasileiros e ganho de mercado dos produtos chineses no mercado brasileiro, principalmente de eletrônicos e máquinas / equipamentos, além de brinquedos e vestuários [598].

Tabela 16
COMÉRCIO BRASIL-CHINA - 1995-2004 (US$ FOB)

Ano	Exportação U.S. F.O.B.	Importação U.S. F.O.B.	Saldo U.S.F.O.B	Corrente U.S.F.O.B.
1995	1.203.705.528	1.041.728.048	161.977.480	2.245.433.576
1996	1.113.828.697	1.132.883.363	-19.054.666	2.246.712.060
1997	1.088.214.616	1.166.420.980	-78.206.364	2.254.635.596
1998	904.879.640	1.033.806.095	-128.926.455	1.938.685.735
1999	676.140.777	865.159.591	-189.018.814	1.541.300.368
2000	1.085.223.878	1.222.144.368	-136.920.490	2.307.368.246
2001	1.902.093.617	1.328.415.610	573.678.007	3.230.509.227
2002	2.520.457.098	1.554.053.265	966.403.833	4.074.510.363
2003	4.533.559.799	2.147.714.711	2.385.845.088	6.681.274.510
2004	5.439.956.312	3.710.125.178	1.729.831.134	9.150.081.490

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – Siscomex. http://www.mdic.gov.br

[598] Cf. Barbosa, Alexandre de Freitas; Mendes, Ricardo Camargo. "As Relações Econômicas entre Brasil e China: uma parceria difícil", in Dialogue on Globalization. *Briefing Papers FES Brasil*, Friedrich Ebert Stiftung, janeiro 2006, p. 2.

O Brasile a China-10.indd 258 25/3/2008 00:37:19

Entre 1995 e 1997, tanto as exportações brasileiras para a China quanto as vendas chinesas para o Brasil giraram em torno de US$ 1 bilhão. A corrente de comércio manteve-se constante (US$ 2,2 bilhões), com saldo favorável para a China a partir de 1996.

A diminuição dos saldos brasileiros frente à China explicou-se, em grande parte, devido à implantação, no Brasil, do Plano Real de estabilidade monetária, a partir de 1994. Com a introdução da sobrevalorização da moeda brasileira, o comércio exterior passou a registrar saldos negativos em geral, e com a China em particular, sendo que, de 1996 a 2000, o Brasil acumulou um saldo negativo com os chineses de US$ 552 milhões.

O Plano Real de estabilidade monetária de 1994 introduziu a sobrevalorização cambial. Em 1995, o comércio exterior reverteu a tendência para saldos negativos. O apoio público à liberalização arrefeceu, a tarifa média elevou-se desde 1996 e a moeda iniciou a desvalorização em 1999. A balança de comércio exterior registrou o superávit de 85,9 bilhões de dólares entre 1980-1989. Entre 1990-1994, o superávit atingiu 60,4 bilhões, mas entre 1995-2000, o déficit somou 24,3 bilhões. O saldo negativo aparece em 1995 e se repete nos seis primeiros anos do governo de Cardoso. Em termos absolutos, o comércio exterior avolumou-se nos anos 1990, passando de 52,1 bilhões de dólares em 1990 para 110,9 no ano 2000 [599].

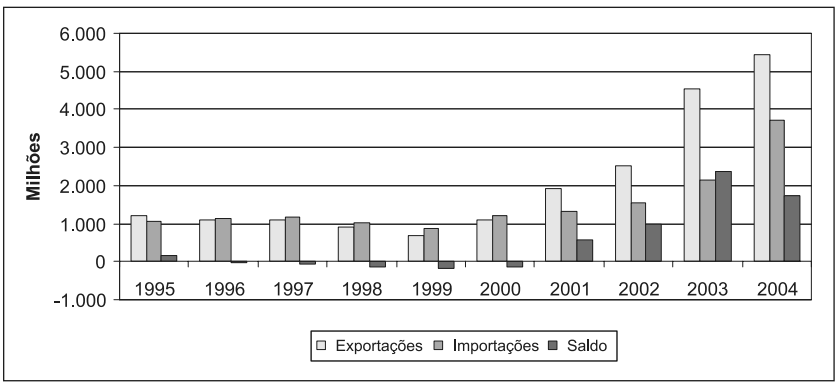


Gráfico 7. Exportações, Importações e Saldo Comercial do Brasil com a China - 1995-2004 (em US$ milhões)
Fonte: Secex/Mdic.

A partir de 1998, a corrente comercial sino-brasileira sofreu queda significativa, passando de US$2,25 bilhões em 1997 para menos de US$1,6 bilhão em 1999. Neste período, não apenas as exportações brasileiras

[599] Cervo, Amado Luiz. Bueno, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil.* 2ª ed. Brasília: Ed. UnB, 2002, p. 472.

O Brasile a China-10.indd 259 25/3/2008 00:37:22

continuaram em queda – face às dificuldades em exportar na presença da moeda sobrevalorizada –, mas também as exportações chinesas para o Brasil começaram a cair – uma vez eclodida a "crise asiática". Disparada por um processo de fuga de capital e deflação de ativos financeiros em certo conjunto de economias daquela região, a crise asiática repercutiu fortemente nos negócios chineses, sobretudo a partir do momento em que passou a incorporar as economias de Honk Kong e Coréia do Sul. Enquanto as moedas nacionais dos principais países afetados entraram em queda livre em relação ao dólar, a desvalorização cambial foi evitada a alto custo na China (Hong Kong inclusa) [600].

O intercâmbio comercial entre o Brasil e a China voltou a se expandir rapidamente após o ano 2000, refletindo o notável crescimento do comércio exterior chinês. Repercutindo esse desempenho de forte ascensão, a corrente de comércio entre Brasil e China divulgou expansão de 183,3% em quatro anos, ampliando-se de US$ 3,23 bilhões, em 2001, para a cifra recorde de US$ 9,15 bilhões, em 2004.

Com a desvalorização da moeda brasileira (1999), observou-se inversão do saldo comercial que, após cinco anos consecutivos, voltou a ser superavitário para o Brasil. De 1999 a 2003, as exportações brasileiras ampliaram-se em 400%, permitindo ao Brasil acumular um saldo comercial com a China de aproximadamente US$ 5,6 bilhões (2001-2004).

> Entre os anos de 1999 e 2003 as exportações brasileiras para a China cresceram 11 vezes mais rápido que o total, fazendo a participação chinesa na pauta subir de 1,4% para 6,2%, tornando-se nosso terceiro maior parceiro comercial. Do lado das importações, a trajetória também tem sido impressionante, com as compras originárias da China crescendo cerca de 150% no mesmo período, enquanto que as importações totais do Brasil acumularam queda de 1,9% [601].

Em 2003, o comércio bilateral alcançou cerca de US$7 bilhões, com um superávit comercial em favor do Brasil de US$2,4 bilhões, o que representou 10% do saldo total obtido pelo país. Enquanto a tendência de crescimento das exportações manteve-se mais acentuada de 2001 a 2003, com taxa média anual de 60%, em 2004, o ritmo desacelerou-se, com crescimento recuando de 20% sobre 2003. Nos primeiros dois meses de 2004, o intercâmbio comercial sino-brasileiro aumentou 73% em relação ao mesmo período de 2003, graças ao incremento das importações brasileiras vindas da China [602].

---

[600] Cf. Canuto, Otaviano, in "Economia em Perspectiva - Carta de Conjuntura, CORECON-SP", Janeiro/Fevereiro 1998. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/artigos/artigo4.htm>. Acesso em: 11/09/2006.

[601] Ribeiro, Fernando; Pourchet, Henry. "O perfil do comércio Brasil-China", in *Revista Brasileira de Comércio Exterior, RBCE-FUNCEX*, nº 79, ano XVIII, abril/junho de 2004, p. 12-33.

[602] "Diálogo com um Simbolismo Especial". Artigo do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, publicado na Revista Especial do Jornal Valor Econômico,

O Brasile a China-10.indd 260 25/3/2008 00:37:22

A partir de 2004, registrou-se a configuração de um novo padrão de comércio entre Brasil e China. Se, por um lado, de 2003 a 2004 a corrente de comércio aumentou em quase 40%, por outro lado o superávit comercial brasileiro regrediu 27%. Assim, apesar de o saldo comercial conjunto do Brasil frente à China ter se elevado em mais de sete vezes de 1999 a 2004, o ritmo de expansão das exportações brasileiras se tornou mais lento após 2003. As exportações chinesas para o Brasil seguiram ritmo oposto, ampliando-se em mais de 70%.

Para alguns estudiosos, as dificuldades do Brasil em aumentar os superávits com a China estiveram fortemente ligadas, por um lado, à excessiva carga tributária e infra-estrutura deficitária presentes no Brasil. Por sua vez:

> Os ganhos de competitividade do Brasil na China não resultaram de uma política de identificação de novas oportunidades comerciais, mas, sobretudo, da capacidade de alguns setores produtivos (com destaque para a *agricultura* e a *extrativa mineral*) de expandir a oferta em uma medida suficiente para incluir o país entre os beneficiários da "onda importadora chinesa" [603].

Por outro lado, fatores como a existência de juros baixos e créditos abundantes à disposição dos exportadores chineses, assim como a aplicação, na China, de barreiras não tarifárias e de medidas para forçar a baixa de preços e produtos concorrentes impediram os brasileiros de concorrer com os chineses de forma mais equilibrada.

a) Exportações

De 1995 a 1999, oito setores produtivos – agropecuária; extrativa mineral; siderurgia; peças e veículos; celulose, papel e gráfica; óleos vegetais; madeira e mobiliário; e calçados, couros e peles – colaboraram com aproximadamente 90% das exportações brasileiras para a China.

O setor agropecuário foi responsável pelos índices mais expressivos na pauta de exportação brasileira voltada para a China, os quais ascenderam de 13% para 47,7%, entre 1995 e 1998. Tal movimento foi interrompido em 1999, quando o índice de exportação caiu para 26% sobre o total exportado para aquele país. No setor agropecuário, três produtos destacaram-se durante o período analisado: açúcar de cana, soja e farelo de soja. Enquanto a participação do açúcar na pauta de exportação para a China sofreu queda ao longo do período, tendo seu espaço diminuído de 10% em 1995 para menos de 1% em 1999, a soja realizou movimento inverso: se, de 1995 a 1996, as exportações de soja foram quase nulas, de 1997 a 1999 a participação média da soja no total exportado ultrapassou os 16,4%. Quanto ao farelo de soja

---

21/05/2004. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/discurso_detalhe.asp?ID_DISCURSO=2357>. Acesso em: 23/10/2006.

[603] Pereira, Lia Valls; Ferraz Filho, Galeno Tinoco. *O Acesso da China à OMC: implicações para os interesses brasileiros*. Brasília: CNI, dezembro de 2005.

O Brasile a China-10.indd 261 25/3/2008 00:37:23

O Brasile a China-10.indd 262 25/3/2008 00:37:24

Tabela 17
EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS PARA A CHINA SEGUNDO SETORES
E PRODUTOS SELECIONADOS - 1995-1999 (US$ FOB)

Descrição	1995	%	1996	%	1997	%	1998	%	1999	%
Agropecuária	156.608.655	13,01	250.597.612	22,50	382.896.378	35,19	431.630.540	47,70	175.784.015	26,0
Açúcar de cana, em bruto	124.627.234	10,35	-	0	5.711.130	0,52	5.841.035	0,65	548.388	0,08
Soja	-	0	4.299.410	0,39	89.827.898	8,25	221.631.043	24,49	111.289.569	16,46
Farelo de soja, da extração do óleo	8.712.901	0,72	242.003.432	21,73	264.796.070	24,33	196.735.159	21,74	14.342.136	2,12
Extrativa mineral	161.983.268	13,46	153.208.248	13,76	233.386.984	21,45	200.520.306	22,16	246.672.115	36,48
Minérios de ferro	155.932.711	12,95	148.327.085	13,32	179.432.477	16,49	199.698.991	22,07	241.177.383	35,67
Siderurgia	101.280.137	8,41	76.682.073	6,88	2.525.801	0,23	7.248.049	0,80	28.587.663	4,23
Laminados planos	87.921.202	7,3	63.993.124	5,75	26.468.182	2,43	7.630.885	0,84	10.136.964	1,50
Semimanufaturados de ferro ou aço	11.888.957	0,99	10.245.522	0,92	15.800.302	1,45	1.626.749	0,18	9.636.099	1,43
Peças e veículos	98.332.963	8,17	94.265.137	8,46	17.101.628	1,57	14.769.309	1,63	7.120.402	1,05
Veículos	656.745	0,05	71.974	0,01	-	0	1.367.165	0,15	1.221.099	0,18
Partes e peças para veículos	97.676.218	8,11	94.193.163	8,46	17.101.628	1,57	13.402.144	1,48	4.678.204	0,69
Celulose, papel, gráfica	6.480.213	0,54	20.406.328	1,83	71.821.241	6,60	67.517.491	7,46	70.715.716	10,46
Pastas químicas de madeira	4.668.320	0,39	18.773.276	1,69	34.090.737	3,13	23.999.624	2,65	52.648.652	7,79
Óleos vegetais	559.315.846	46,47	409.435.365	36,76	264.080.359	24,27	111.988.587	12,38	47.784.692	7,07
Óleo de soja em bruto	550.913.809	45,77	409.435.365	36,76	253.664.409	23,31	94.909.198	10,49	45.388.692	6,71
Madeira e mobiliário	2.503.663	0,21	1.034.268	0,09	1.550.166	0,14	2.083.689	0,23	9.333.930	1,38
Madeira serrada ou fendida	2.386.646	0,21	929.184	0,08	1.404.182	0,13	1.987.371	0,22	9.033.062	1,34
Calçados, couros e peles	2.800.847	0,23	4.470.315	0,40	13.883.261	1,28	15.360.736	1,70	21.495.150	3,18
Couros e peles depilados	2.681.716	0,22	4.304.385	0,39	13.813.114	1,27	15.168.325	1,68	21.409.280	3,17
Total 8 setores	1.089.305.592	90,50	1.010.099.346	90,69	987.245.818	90,72	851.118.707	94,06	607.493.683	89,85
Demais setores	114.399.936	9,5	103.729.351	9,31	100.968.798	9,28	53.760.933	5,94	68.647.094	10,15
Total Geral	1.203.705.528	100	1.113.828.697	100	1.088.214.616	100	904.879.640	100	676.140.777	100

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – Siscomex. http://www.mdic.gov.br

O Brasile a China-10.indd 263

Tabela 18

EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS PARA A CHINA SEGUNDO SETORES E PRODUTOS SELECIONADOS - 2000-2004 (US$ FOB)

Descrição	2000	%	2001	%	2002	%	2003	%	2004	%
Agropecuária	411.899.030	37,96	630.919.240	33,17	906.609.963	35,97	1.402.183.208	30,92	1.785.477.696	32,82
Açúcar de cana, em bruto	-	0	21.161.446	1,11	-	0,00	-	0	-	0
Soja	337.350.321	31,09	537.663.759	28,27	825.474.522	32,75	1.313.073.236	28,96	1.621.735.722	29,81
Farelo de soja, da extração do óleo	12.262.277	1,13	-	0	-	0	-	0	-	0
Extrativa mineral	275.625.019	25,40	493.144.225	25,93	608.875.274	24,16	778.132.861	17,16	1.174.882.487	21,6
Minérios de ferro	271.191.730	24,99	482.633.256	25,37	597.225.468	23,70	772.045.620	17,02	1.114.955.800	20,5
Siderurgia	39.678.672	3,66	60.268.888	3,17	150.180.353	5,96	764.938.194	16,87	426.533.398	7,84
Laminados planos	22.227.592	2,05	27.952.529	1,47	94.964.364	3,77	459.192.952	10,13	216.591.663	3,4
Semimanufaturados de ferro ou aço	6.574.774	0,61	20.970.493	1,10	37.569.682	1,49	276.609.965	6,10	157.863.951	2,9
Peças e veículos	49.843.199	4,59	204.883.454	10,77	98.738.918	3,92	291.704.677	6,43	168.245.613	3,09
Veículos	3.867.613	0,36	168.177.262	8,84	34.419.515	1,37	26.490.622	0,58	63.163.046	1,16
Partes e peças para veículos	45.975.586	4,24	36.706.192	1,93	64.319.403	2,55	265.214.055	5,85	105.082.567	1,93
Celulose, papel, gráfica	65.090.942	6,00	138.800.077	7,30	140.462.213	5,57	312.315.166	6,9	288.763.407	5,3
Pastas químicas de madeira	54.184.975	4,99	127.267.961	6,69	114.154.091	4,53	265.604.606	5,85	266.222.329	4,89
Óleos vegetais	21.273.922	1,96	4.923.315	0,26	125.761.040	4,99	269.326.667	5,94	494.245.295	9,08
Óleo de soja em bruto	17.333.922	1,60	2.198.675	0,12	117.404.140	4,66	256.400.327	5,65	422.870.334	7,77
Madeira e mobiliário	33.736.465	3,11	46.226.339	2,43	78.372.475	3,11	122.208.974	2,69	137.044.202	2,51
Madeira serrada ou fendida	32.984.440	3,04	45.555.311	2,40	77.214.139	3,06	118.364.999	2,61	131.228.346	2,41
Calçados, couros e peles	24.265.288	2,24	56.439.485	2,97	89.407.842	3,55	117.266.755	2,59	197.062.197	3,62
Couros e peles depilados	23.928.753	2,20	55.442.800	2,91	88.156.179	3,50	116.428.051	2,56	195.469.083	3,59
Total 8 setores	921.412.537	84,91	1.635.605.023	85,99	2.198.408.078	87,22	4.058.076.502	89,51	4.672.254.295	85,88
Demais setores	163.811.341	15,09	266.488.594	14,01	322.049.020	12,78	475.483.297	10,48	767.702.017	14,12
Total Geral	1.085.223.878	100	1.902.093.617	100	2.520.457.098	100	4.533.559.799	100	5.439.956.312	100

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – Siscomex. http://www.mdic.gov.br

25/3/2008 00:37:25

(obtido por meio da extração do óleo de soja), manteve-se exportação constante até 1998, com índice de participação médio de 18%. Porém, em 1999, tal índice declinou para aproximadamente 2% do total exportado.

O setor de extrativa mineral também teve um desempenho de destaque ao longo da segunda metade da década de 1990, graças a um único produto, o minério de ferro. De 1995 a 1999, as vendas do produto subiram de US$ 156 milhões para mais de US$240 milhões, sendo responsável, sozinho, por mais de 35% das exportações brasileiras para a China em 1999.

Apesar do movimento descendente, o setor de óleos vegetais ocupou um grande espaço na pauta exportadora, dominado pelas vendas de óleo de soja. Em 1995, foram mais de US$550 milhões em vendas do produto, atingindo quase a metade (47%) das vendas totais realizadas à China. Porém, de 1996 a 1999, este espaço cai de 37% para menos de 7% no total das exportações, com US$ 45 milhões de vendas no último ano do período em questão.

Embora pequena, a participação do setor de celulose, papel e gráfica foi crescente ao longo do período (5,4% em média). Enquanto este setor, em 1995, ocupou 0,5% das exportações, em 1999, passou para mais de 10% do total das exportações, graças às vendas de pastas químicas de madeira.

Nos primeiros anos do século XXI, as exportações brasileiras destinadas à China mantiveram algumas características, dentre as quais vale destacar: a) a forte presença de mercadorias de baixo conteúdo tecnológico e; b) o alto grau de concentração, por setores produtivos e por produtos [604].

De 2001 a 2003, os produtos básicos responderam por aproximadamente 55% do total das vendas brasileiras para a China, participação duas vezes maior do que a verificada para as exportações totais do país. Em particular, o peso dos setores de *agropecuária* e de *extrativa mineral* nas exportações brasileiras para a China oscilou de 63%, em 2000, a 54% em 2004. Ademais, em cada um desses dois setores, apenas um único produto – *soja* e *minério de ferro*, respectivamente – explicou cerca de 90% das exportações setoriais. De 2000 a 2004, a soja foi o produto mais exportado (34,2% em média, por ano), perfazendo ganhos de mais de US$4,5 bilhões em cinco anos. Já o minério de soja, com 22,3% do total exportado em média por ano, rendeu ao Brasil mais de US$3,2 bilhões no mesmo espaço de tempo.

O peso dos produtos semimanufaturados nas exportações dirigidas à China (20,1%) foi superior à média das exportações nacionais (14,7%). O oposto se verificou para os produtos manufaturados, cuja participação alcançou 24,1% das vendas para a China contra 55,1% das exportações brasileiras globais em 2003 [605].

Em 2004, dos produtos brasileiros importados pela China, 76% foram representados por cinco setores de produtos primários, ou próximos deles

---

[604] Pereira, Lia Valls; Ferraz Filho, Galeno Tinoco. *O Acesso da China à OMC: implicações para os interesses brasileiros*. Brasília: CNI, dezembro de 2005.
[605] Pereira, Lia Valls; Ferraz Filho, Galeno Tinoco. *O Acesso da China à OMC: implicações para os interesses brasileiros*. Brasília: CNI, dezembro de 2005.

O Brasile a China-10.indd 264 25/3/2008 00:37:26

na cadeia produtiva, como agropecuária (32,8%), mineração (21,6%), siderurgia (7,8%), celulose (5,3%) e óleos vegetais (9,1%) [606]. Dentro destes setores, destacaram-se a soja em grão (que rendeu US$ 1,6 bilhão em vendas), minérios de ferro (US$ 1,1 bilhão), produtos laminados de ferro ou aço (US$426 milhões), pastas químicas de madeira (US$266 milhões), além de óleo vegetal (US$ 494 milhões) e couro (US$ 195 milhões) [607]. Em 2004, a China tornou-se o maior importador da soja brasileira, quando a participação do país asiático nas vendas totais do complexo de soja saltou de 15,8%, em 2002, para 19,5%, em 2004 [608].

Em 2004, mantendo tendência histórica, o Brasil seguiu demonstrando dificuldades em exportar produtos e segmentos com alto valor agregado, os quais ocuparam 17,7% do total exportado para a China em 2004 – contrastando com os 54,9% atingidos no conjunto das exportações brasileiras [609].

b) Importações

As importações realizadas pelo Brasil no mercado chinês foram marcadas por um alto grau de concentração em poucos setores produtivos, embora em menor grau do que o verificado para as exportações. Dez setores dominaram as importações brasileiras realizadas na China – petróleo e carvão; químicos e farmacêuticos; couros e peles; calçados; têxteis; siderurgia; metalurgia; máquinas e aparelhos elétricos; material de transporte; e mercadorias e produtos diversos – os quais somaram mais de 81%, em média, de 1995 a 1999, da pauta de importados chineses. Dentre estes dez setores, quatro tiveram destaque: químicos e farmacêuticos, têxteis, máquinas e aparelhos elétricos e mercadorias e produtos diversos.

Os produtos químicos e farmacêuticos ocuparam, em média, 12% na pauta de importações brasileiras com a China entre 1995-1998. Realizando movimento ascendente ao longo do período, tal desempenho melhorou em 1999, quando o setor passou a ocupar 16,7% dos importados chineses.

O setor de máquinas e aparelhos elétricos também teve um desempenho satisfatório no conjunto analisado, tendo as vendas se elevado de US$263 milhões em 1995 para mais de US$350 milhões em 1999, representando mais de 40% do total importado em 1999.

Ao contrário dos dois setores anteriormente analisados, os setores de têxteis e de mercadorias e produtos diversos tiveram atuação menos expressiva, com saldos decrescentes ao longo do período. As vendas de produtos

---

[606] "Lula lá no calor do dragão chinês", in *O Estado de São Paulo*, 27/05/2004. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe.asp?ID_RESENHA=52137>. Acesso em: 23/10/204.

[607] "Missão à China surpreende e apresenta o melhor resultado desde o início do governo", 18/06/2004. Disponível em: < www.apexbrasil.com.br>.

[608] "Presidente Lula recebeu o Vice-Primeiro-Ministro chinês Hui Liangyu", 19/4/2004. Disponível em: <http://www.embchina.org.br/por/szxw/t150735.htm>. Acesso em: 23/10/2006.

[609] Cf. Barbosa, Alexandre de Freitas; Mendes, Ricardo Camargo. "As Relações Econômicas entre Brasil e China: uma parceria difícil", in Dialogue on Globalization. *Briefing Papers FES Brasil*, Friedrich Ebert Stiftung, janeiro 2006, p. 5.

O Brasile a China-10.indd 265 25/3/2008 00:37:26

O Brasile a China-10.indd 266

Tabela 19
IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS PROVENIENTES DA CHINA SEGUNDO CAPÍTULOS E PRODUTOS SELECIONADOS - 1995-1999 (US$ FOB)

Descrição	1995	%	1996	%	1997	%	1998	%	1999	1999
Petróleo e carvão	57.004.976	5,47	35.060.774	3,09	57.048.738	4,89	92.987.805	8,99	37.101.236	4,29
Químicos e Farmacêuticos	121.910.800	11,70	138.493.385	12,22	130.390.003	11,18	129.412.499	12,52	144.500.093	16,70
Couros e peles	557.661	0,05	379.806	0,03	1.778.001	0,15	3.995.758	0,39	2.674.749	0,31
Calçados	67.482.721	6,48	63.392.996	5,60	61.907.694	5,31	40.403.645	3,91	17.427.361	2,01
Têxtil	159.633.350	15,32	147.630.832	13,03	166.614.815	14,28	103.918.588	10,05	57.731.640	6,67
Siderurgia	21.302.356	2,04	18.655.528	1,65	26.545.630	2,28	24.863.524	2,41	14.562.314	1,68
Outros produtos metalúrgicos	7.041.438	0,68	11.808.261	1,04	11.111.258	0,95	8.282.898	0,80	12.615.241	1,46
Máquinas e aparelhos elétricos	263.284.381	25,27	324.954.958	28,68	366.693.441	31,44	338.611.402	32,75	351.429.298	40,62
Material de transporte	35.109.441	3,37	24.522.516	2,16	23.911.016	2,05	13.782.861	1,33	11.817.195	1,37
Mercadorias e prod. Diversos	121.631.396	11,68	124.389.643	10,98	88.500.167	7,59	94.333.890	9,12	65.728.888	7,60
Total 10 capítulos	854.958.520	82,07	889.288.699	78,50	934.500.763	80,12	850.592.870	82,28	715.588.015	82,71
Demais capítulos	186.769.528	17,93	243.594.664	21,50	231.920.217	19,88	183.213.225	17,72	149.571.576	17,29
TOTAL	1.041.728.048	100	1.132.883.363	100	1.166.420.980	100	1.033.806.095	100	865.159.591	100

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – Siscomex. http://www.mdic.gov.br

25/3/2008 00:37:27

O Brasile a China-10.indd 267

Tabela 20
IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS PROVENIENTES DA CHINA SEGUNDO CAPÍTULOS E PRODUTOS SELECIONADOS - 2000-2004 (US$ FOB)

Descrição	2000	%	2001	%	2002	%	2003	%	2004	%
Petróleo e carvão	60.604.073	4,96	121.796.339	9,17	223.209.361	14,46	304.040.071	14,15	364.578.523	9,82
Químicos e Farmacêuticos	197.150.403	16,13	207.766.952	15,64	225.702.685	14,62	304.385.849	14,17	460.397.551	12,40
Couros e peles	1.370.966	0,11	572.324	0,04	1.273.601	0,08	2.544.477	0,16	5.722.684	0,15
Calçados	19.902.559	1,63	18.146.358	1,37	26.708.772	1,73	31.989.941	1,49	47.820.728	1,28
Têxtil	60.848.690	4,98	91.217.223	6,87	93.671.569	6,07	152.672.137	7,1	251.139.347	6,76
Siderurgia	26.139.392	2,14	24.746.627	1,86	25.731.402	1,67	33.618.562	1,56	73.559.914	1,98
Outros produtos metalúrgicos	17.344.130	1,42	17.721.236	1,33	23.743.588	1,54	23.316.518	1,08	33.619.689	0,9
Máquinas e aparelhos elétricos	530.897.034	43,44	561.715.084	42,28	618.872.364	40,08	923.023.764	42,97	1.797.209.043	48,44
Material de transporte	12.392.105	1,01	15.612.572	1,18	19.457.618	1,26	22.738.434	1,05	83.372.685	2,24
Mercadorias e prod. diversos	76.405.056	6,25	67.818.124	5,11	53.627.403	3,47	52.738.971	2,45	102.152.241	2,75
Total 10 capítulos	1.003.054.408	82,07	1.127.112.839	84,85	1.311.998.363	84,97	1.851.068.724	86,18	3.219.572.405	86,77
Demais capítulos	219.089.960	17,93	201.302.771	15,15	232.054.902	15,03	296.645.987	13,81	490.552.773	13,22
TOTAL	1.222.144.368	100	1.328.415.610	100	1.544.053.265	100	2.147.714.711	100	3.710.125.178	100

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – Siscomex. http://www.mdic.gov.br

25/3/2008 00:37:28

têxteis diminuíram em mais de 65% entre 1995 e 1999, sendo que o espaço ocupado nas compras totais passou de 15,3% para menos de 6,5% entre o início e fim do período.

As vendas de mercadorias e produtos diversos sofreram queda de quase 50% em cinco anos, tendo o saldo passado de US$122 milhões, em 1995 para menos de US$65 milhões em 1999. No total, a participação do setor passou de 11,68% para 7,6% ao longo da segunda metade da década de 1990. Dentre os demais produtos chineses adquiridos pelo Brasil, vale ainda destacar a atuação do grupo "petróleo e carvão", que ocupou, em média, 5,3% de espaço na pauta de importados. Já o setor de calçados, apesar de ter realizado movimento decrescente ao longo do período (caindo de 6,48% para 2%), manteve média de 4,6% em cinco anos.

O peso das importações oriundas da China nas importações brasileiras globais evoluiu de 2,2% (2000) para aproximadamente 5,9% (2004). Entre 1999 e 2003, verificou-se uma elevação do grau de inserção dos produtos chineses no total das importações brasileiras, principalmente em cinco setores – elementos químicos e farmacêuticos, couros e peles, calçados, têxteis, siderurgia e equipamentos eletrônicos [610] – responsáveis por 67,4% das importações brasileiras realizadas na China em 2003. Dentre tais segmentos, apenas dois (equipamentos eletrônicos e químicos e farmacêuticos) responsabilizaram-se por quase 57% das importações brasileiras em 2003.

Os chineses avançaram de forma categórica sobre o mercado brasileiro, sobretudo nos segmentos mais dinâmicos. Enquanto o superávit dos setores mais tradicionais – têxtil, vestuário, calçados e outros – saltou de US$364 milhões em 2004; no que se refere ao agregado dos capítulos 84, 85 e 90 – que compreende produtos químicos orgânicos, máquinas e equipamentos, componentes eletrônicos, além dos instrumentos de ótica e fotografia – o salto foi de 363%, superando a casa dos US$ 2 bilhões no ano de 2004 [611].

Nos primeiros anos do século XXI, a China consolidou sua posição de maior fornecedor brasileiro de brinquedos, vestuário e filamentos sintéticos e melhorou seu desempenho em segmentos dinâmicos como o de máquinas e aparelhos elétricos – seguindo estratégia internacional das empresas chinesas de elevar escala de produção e priorizar a geração de valor agregado internamente [612]. Enquanto as exportações brasileiras para a China, no setor de siderurgia, concentraram-se em laminados planos e em semimanufaturados de aço e ferro, as importações consistiram em produtos metalúrgicos chineses acabados. No caso dos setores de calçados, couros e peles, o Brasil

---

[610] Cf. Nascimento, Edson Ronaldo. "Entendendo a China". Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/se/EntendendoChinaEdsonRonaldo.pdf>. Acesso em: 23/10/2006..

[611] Cf. Barbosa, Alexandre de Freitas; Mendes, Ricardo Camargo. "As Relações Econômicas entre Brasil e China: uma parceria difícil", in Dialogue on Globalization. *Briefing Papers FES Brasil*, Friedrich Ebert Stiftung, janeiro 2006, p. 4.

[612] Cf. Barbosa, Alexandre de Freitas; Mendes, Ricardo Camargo. "As Relações Econômicas entre Brasil e China: uma parceria difícil", in Dialogue on Globalization. *Briefing Papers FES Brasil*, Friedrich Ebert Stiftung, janeiro 2006, p. 5.

O Brasile a China-10.indd 268 25/3/2008 00:37:28

exportou principalmente matérias-primas para a confecção de calçados e importou sapatos da China.

a) Market-share

Ao final de 2004, a China já ocupava o 4º lugar de destino das exportações brasileiras, após os EUA, Argentina e Países Baixos e antes da Alemanha e México.

Em 2004, a China também ocupou o quarto lugar dentre os maiores fornecedores brasileiros (após os Estados Unidos, Argentina e Alemanha e antes do Japão e da França). Com estes dados, o Brasil se transformou no maior parceiro comercial da China na América Latina, enquanto a China se tornou o maior parceiro do Brasil na Ásia [613].

Apesar do papel relevante no conjunto das exportações latino-americanas para o mercado chinês (42%), o Brasil alcançou apenas a 15ª posição (1,42%) dentre os exportadores voltados para o mercado chinês em 2003. Porém, quando se observa o período de 2000 a 2004, percebe-se que o *market-share* brasileiro no mercado de produtos importados pela China alcançou seu patamar mais expressivo ao final do período, passando o país da 24ª posição (0,72%) para a 14ª posição (1,55%) no total das importações chinesas. Enquanto isso, cinco países – Japão (16,81%), Taiwan (11,54%), Coréia do Sul (11,09%), Estados Unidos (7,96%) Zonas Econômicas Especiais da RPC (6,89%) – foram responsáveis, em 2004, por 54,2% das compras que a China realizou no mercado mundial. Dentre os dez primeiros fornecedores da China, apenas dois eram originários de fora da região asiática (Estados Unidos e Alemanha).

Na lista de destino das exportações chinesas, que somaram US$593,4 bilhões em 2004, o Brasil passou da 26ª posição (0,49%) em 2000 para a 25ª posição (0,62%) em 2004 (US$ 3,7 bilhões). Quando colocada ao lado das participações dos principais compradores do mercado chinês, a participação brasileira revela-se bastante acanhada: Estados Unidos (21,1%), Hong Kong (17%), Japão (12,4%), Coréia do Sul (4,7%), Alemanha (4%), Países Baixos (3,1%), Reino Unido (2,5%), Taiwan (2,3%), Cingapura (2,1%), França (1,7%), Itália (1,6%), Rússia (1,5%) e Austrália (1,5%) [614].

---

[613] "Entrevista concedida por Sua Exª Embaixador Wang Yongxiang à Revista Economia do Jornal do Estado de Minas Gerais", in www.embchina.org.br, 16/06/2002. Cf. Ministry of Commerce of the People's Republic of China, in http://search.mofcom.gov.cn, 27/03/2004.

[614] Cf. Nascimento, Edson Ronaldo. "Entendendo a China". Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/se/EntendendoChinaEdsonRonaldo.pdf>. Acesso em: 23/10/2006.

O Brasile a China-10.indd 269 25/3/2008 00:37:28

O Brasile a China-10.indd 270

Tabela 21
EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS PARA PAÍSES SELECIONADOS – 1995-2004 (US$ FOB)

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
1	USA	USA	USA	USA	USA	USA	USA	USA	USA	USA
	8.682.812.16118,67%	9.182.584.60419,23%	9.276.213.73617,50%	9.747.316.06619,06%	10.674.826.42922,23%	13.180.528.71023,93%	14.189.601.55624,37%	15.354.008.32225,44%	16.692.354.26122,84%	20.038.438.01420,77%
2	Argentina	Argentina	Argentina	Argentina	Argentina	Argentina	Argentina	P. Baixos	Argentina	Argentina
	4.041.135.8778,69%	5.170.031.61510,83%	6.769.941.25712,77%	6.748.203.94113,20%	5.363.954.06111,17%	6.232.745.67511,31	5.002.488.5098,59%	3.182.298.1195,27%	4.561.146.2766,24%	7.373.217.8267,64%
3	Japão	Holanda	Holanda	Alemanha	Holanda	P. Baixos	P. Baixos	Alemanha	China	P. Baixos
	3.101.596.4326,67%	3.548.739.5067,43%	3.998.474.8997,55%	3.006.467.7705,88%	2.594.123.819 5,40%	2.796.181.7525,08	2.862.935.5454,92	2.536.723.3294,20%	4.532.559.7996,20%	5.916.691.7516,13%
4	Holanda	Japão	Japão	Holanda	Alemanha	Alemanha	Alemanha	China	P. Baixos	China
	2.917.780.4546,27%	3.047.133.8596,38%	3.068.120.5265,79%	2.745.295.4265,37%	2.544.092.7525,30%	2.525.750.8624,59	2.501.908.5364,30%	2.520.457.0984,18%	4.245.726.3405,81%	4.532.559.7994,70%
5	Alemanha	Alemanha	Alemanha	Japão	Japão	Japão	Japão	México	Alemanha	Alemanha
	2.158.188.7894,64%	2.082.707.3154,36%	2.608.163.5764,92%	2.204.927.9544,31%	2.192.598.4984,57%	2.472.374.4034,49	1.986.280.1023,41%	2.342.347.3513,88	3.135.778.1314,29%	4.035.809.4814,18%
6	Itália	Itália	Itália	Bélgica	Itália	Itália	China	Argentina	México	México
	1.713.084.0293,68%	1.530.739.4813,21%	1.709.162.8543,23%	2.115.113.6224,14%	1.845.499.0193,84%	2.145.853.3233,90	1.902.093.6173,27	2.341.866.7213,88%	2.741.315.2893,75%	3.947.576.7014,09
7	Bélgica	Bélgica	Bélgica	Itália	Bélgica	Bélgica	México	Japão	Japão	Itália
	1.574.948.2433,39%	1.396.671.9272,93%	1.460.295.7242,76%	1.931.042.1393,78%	1.702.983.8163,55%	1.785.007.7713,24	1.868.259.6303,21%	2.097.953.8293,48%	2.310.545.9773,16%	2.904.430.7823,01%
8	Reino Unido	Bélgica	Paraguai	Reino Unido	Reino Unido	França	Itália	Belgica	Itália	Japão
	1.325.572.2902,85%	1.396.671.9272,93%	1.406.682.9162,65	1.339.230.4382,62%	1.437.220.7692,99%	1.730.267.5133,14	1.809.162.8733,11%	1.888.296.3393,13	2.207.526.8173,02%	2.767.994.8782,87%
9	Paraguai	Paraguai	Reino Unido	Paraguai	França	México	Bélgica	Itália	Reino Unido	Chile
	1.300.733.2002,80%	1.324.582.1132,77%	1.258.921.4692,38%	1.249.436.2092,44%	1.198.649.9392,50%	1.711.340.8313,11%	1.746.280.4813,00%	1.816.547.2353,01	1.898.776.8192,60%	2.545.922.4712,64%
10	Paraguai	Reino Unido	Chile	França	Espanha	Reino Unido	Reino Unido	Reino Unido	Chile	França
	1.300.733.2002,80%	1.323.658.9262,77	1.196.555.6952,26%	1.229.376.5302,40%	1.167.878.3722,43%	1.498.412.0782,72%	1.746.280.4812,93%	1.768.904.6072,93%	1.880.312.4662,57%	2.189.516.2232,27%
	China (12)	China (11)	China (12)	China (14)	China (15)	China (12)				
	1.203.750.5282,59%	1.113.828.6972,33%	1.088.214.6162,05%	904.879.6401,77%	676.140.7771,41%	1.085.223.8781,97%				
Total	46.506.282.414,00	47.746.728.158,00	52.994.340.527,00	51.139.861.545,00	48.011.444.034,00	55.085.595.326	58.222.641.895	60.361.785.544	73.084.139.518	96.475.244.310

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – Siscomex. http://www.mdic.gov.br

25/3/2008 00:37:30

O Brasile a China-10.indd 271

Tabela 22
IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE PAÍSES SELECIONADOS – 1995-2004 (US$FOB)

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
1	USA	USA	USA	USA	USA	USA	USA	USA	USA	USA
	1051949841921,05%	1181842220322,15%	1370609456822,94%	1351474200823,40%	1174035561023,82%	1289527832423,09%	1289899831723,21%	1028358054921,77%	956597227319,80%	1133931421718,05%
2	Argentina	Argentina	Argentina	Argentina	Argentina	Argentina	Argentina	Argentina	Argentina	Argentina
	559139274211,19%	680546661312,76%	794127582613,29%	802346811313,89%	581238428611,79%	684242091812,25%	620617956911,17%	474327717810,04 %	46725328759,67%	55697233028,87%
3	Alemanha	Alemanha	Alemanha	Alemanha	Alemanha	Alemanha	Alemanha	Alemanha	Alemanha	Alemanha
	47943037589,59%	47943037588,99%	49583357518,30%	52517113039,09%	47665714229,67%	44264476467,93%	48118021808,66%	44194056969,36%	42056781878,71**%**	50717818458,07%
4	Japão	Itália	Argélia	Argélia	Argélia	Japão	Nigéria	Nigéria	Japão	China
	33008623736,61%	29097936025,45%	39358279426,59%	47168223728,17%	37407587767,59%	29612330425,30%	34598966216,23%	39429521928,35%	25205238135,22%	3710482476**5,91%**
5	Itália	Japão	Japão	Japão	Japão	Nigéria	Japão	Japão	China	Nigéria
	28711965295,75%	27837757095,22%	35344333875,92%	32743274245,67%	32743274244,57%	26040049514,66%	30637696545,51%	23475464004,97%	21474417344,45%	35031572595,58%
6	França	França	Itália	Itália	Itália	Itália	Itália	França	França	Japão
	13812511242,76%	13486720262,53 %	33981707135,69%	32550442145,64%	25929129335,26%	21667319203,88	2181800958**3,93%**	17724555673,75	17645604963,65 %	28686745524,57%
7	Coréia do Sul	Canadá	França	França	França	França	França	Itália	Itália	França
	13348397312,67%	12617316702,37%	16363837652,74%	19723588853,41%	19881174444,03%	18808441343,37%	20799524073,74%	17577515113,72	17319458573,59	22847515993,64%
8	Arábia Saudita	Reino Unido	Reino Unido	Reino Unido	Reino Unido	Argélia	Coréia do Sul	China	Nigéria	Itália
	12001304872,40%	12598693792,36%	14278908282,39	14893914942,58%	12236078832,48%	15084698542,70**%**	15740753572,83%	15540532653,29%	15187191183,14%	20493793813,26%
9	Canadá	Arábia Saudita	Canadá	Canadá	Espanha	Coréia do Sul	China	Reino Unido	Reino Unido	Argélia
	11285853912,26 %	12001304872,25%	14163324222,37%	13376718212,32%	11795401032,39%	14375361172,57%	13284156102,39 %	13422508472,84%	12049157692,49	19445091133,10%
10	Chile	Coréia do Sul	Coréia do Sul	Espanha	Uruguai	Venezuela	Reino Unido	Coréia do Sul	Argélia	Coréia do Sul
	10938485322,19 %	11654286902,18%	13552584382,27%	11948194812,07%	10421133932,11%	13276324752,38%	12350851442,22%	10666330642,26%	11230470902,32%	17299063482,75%
	China (11)	China (11)	China (12)	China (13)	China (15)	China (12)				
	10417280482,08%	11328833632,12%	11664209801,95%	10338060951,79%	8651595911,76%	12221443682,19%				
Total	49971896207	53345767156	59747227088	57763475974	49294638739	55838589722	55572176018	47236751800	48304598424	62813150832

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – Siscomex. http://www.mdic.gov.br

25/3/2008 00:37:31

O Brasile a China-10.indd 272 25/3/2008 00:37:33

Tabela 23
EXPORTAÇÕES CHINESAS PARA PAÍSES SELECIONADOS - 1995-2004 (US$ 1.000)

AnoRank	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
1	Hong Kong	Hong Kong	Hong Kong	Hong Kong	USA	USA	USA	USA	USA	USA
	35.983.80024,19%	32.906.26021,79%	43.780.76023,96%	38.753.21021,09%	41.946.91021,52%	52.099.22020,91%	54.282.69020,40%	69.945.79021,48%	92.466.77021,10	124.942.03021,06
2	Japão	Japão	USA	USA	Hong Kong	Hong Kong	Hong Kong	Hong Kong	Hong Kong	Hong Kong
	28.462.69019,13%	30.886.22020,45%	32.694.80017,90%	37.975.87020,67%	36.862.75018,91%	44.518.29017,86%	46.546.64017,49%	58.463.15017,96%	76.274.37017,41%	100.868.57017,00%
3	USA	USA	Japão	Japão	Japão	Japão	Japão	Japão	Japão	Japão
	24.711.33016,61%	26.683.10017,67%	31.819.82017,42%	29.691.99016,16%	32.410.60016,63%	41.654.31016,72%	44.957.57016,89%	48.433.84014,88%	59.408.70013,56%	735.09.04212,39%
4	Coréia do Sul	Coréia do Sul	Coréia do Sul	Alemanha	Coréia do Sul	Coréia do Sul	Coréia do Sul	Coréia do Sul	Coréia do Sul	Coréia do Sul
	6.689.2204,50%	7.499.8604,97%	9.116.2704,99%	7.353.9204,00%	7.807.6204,01%	11.292.3604,53%	12.520.6904,70%	15.534.5604,77%	20.094.7704,59%	27.811.5604,69%
5	Alemanha	Alemanha	Alemanha	Coréia do Sul	Alemanha	Alemanha	Alemanha	Alemanha	Alemanha	Alemanha
	5.671.6903,81%	5.842.6903,87%	6.490.4603,55%	6.268.9803,41%	7.779.6403,99%	9.277.7903,72%	9.754.0603,66%	11.371.8503,49%	17.442.1103,98%	23.755.7324,00%
6	Cingapura	Cingapura	Paises Baixos	Paises Baixos	Paises Baixos	Paises Baixos	Paises Baixos	Paises Baixos	Paises Baixos	Paises Baixos
	3.500.6402,35%	3.748.7902,48%	4.404.6302,41%	5.161.5102,81%	5.412.9502,78%	6.687.2202,68%	7.281.9502,74%	9.107.5602,80%	13.501.2403,08%	18.518.8193,12%
7	P. Baixos	P. Baixos	Cingapura	R. Unido	R. Unido	R. Unido	R. Unido	R. Unido	R. Unido	R.Unido
	3.232.0802,17%	3.536.8602,34%	4.319.0502,36%	4.632.1902,52%	4.880.0402,50%	6.310.1002,53%	6.780.4702,55%	80594302,48%	10.823.7202,47%	14.966.9622,52%
8	Taiwan	R.Unido	R.Unido	Cingapura	Cingapura	Cingapura	Cingapura	Cingapura	Taiwan	Taiwan
	3.098.1102,08%	3.200.9102,12%	3813382,09%	3.930.0402,14%	4.502.2302,31%	5.761.0402,31%	5.791.8802,18%	6.984.2202,15%	9.004.0902,05$	13.544.4272,28%
9	R.Unido	Taiwan	Taiwan	Taiwan	Taiwan	Taiwan	Taiwan	Taiwan	Cingapura	Cingapura
	2.791.6201,88%	2.801.7601,85%	3.396.4801,86%	3.869.5602,11%	3.949.8602,03%	5.039.0002,02%	5.000.2401,88%	6.585.7202,02%	8.863.7702,02%	12.687.6002,14%
10	Itália	França	França	França	Itália	Itália	Itália	Malásia	França	França
	2.067.1901,39%	1.906.7901,26%	2.328.7801,27%	2.822.7601,54%	2.929.4901,50%	3.802.0201,53%	3.992.5901,50%	4.974.2101,53	7.293.5301,66%	9.921.389
	Brasil (25)	Brasil (23)	Brasil (23)	Brasil (22)	Brasil (25)	Brasil (26)	Brasil (26)	Brasil (26)	Brazil (28)	Brazil (25)
	759.0700,51%	762.9400,51%	1.044.1000,57%	1.085.5600,59%	876.0100,45%	1.223.5500,46%	1.351.1400,51%	1.466.3800,45%	2.143.2600,49%	3.674.1040,62%
ExportaçãoTotal	148.769.740	151.047.530	182.696.640	183.757.110	194.930.870	249.202.550	266.154.640	325.595.970	438.227.770	593.325.580

Fonte: China Statistical Yearbook 1996 a 2005 – Disponível em: <http://www.stats.gov.cn>. Accesso em :23 de outubro de 2006.
China's Foreign Trade With Related Countries and Regions (Customs Statistics)

O Brasile a China-10.indd 273

Tabela 24
IMPORTAÇÕES CHINESAS DE PAÍSES SELECIONADOS - 1995-2004 (US$ 1.000)

AnoRank	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
1	Japão	Japão	Japão	Japão	Japão	Japão	Japão	Japão	Japão	Japão
	29.004.76021,96%	29.180.84021,02%	28.992.98020,37%	28.207.19020,12%	33.763.38020,38%	41.509.68018,44%	42.796.91017,57%	53.466.00018,11%	74.148.13017,96%	94.326.73016,81%
2	USA	Taiwan	Taiwan	USA	Taiwan	Taiwan	Taiwan	Taiwan	Taiwan	Taiwan
	16.118.23012,20%	16.180.09011,65%	16.441.73011,55%	16.961.12012,10%	19.526.82011,78	25.493.56011,33%	27.339.45011,22%	38.061.39012,89%	49.360.38011,96	64.759.32011,54%
3	Taiwan	USA	USA	Taiwan	USA	Coréia do Sul	USA	Coréia do Sul	Coréia do Sul	Coréia do Sul
	14.783.91011,19%	16.154.88011,64%	16.298.10011,45%	16.629.61011,86%	19.478.28011,76%	23.207.41010,31%	26.202.23010,76%	28.568.0109,68%	43.128.05010,45%	62.234.10011,09%
4	Coréia do Sul	Coréia do Sul	Coréia do Sul	Coréia do Sul	Coréia do Sul	USA	Coréia do Sul	USA	USA	USA
	10.293.3107,79%	12.481.6208,99%	14.929.20010,49%	14.995.35010,70%	17.226.18010,40%	22.363.1509,94%	23.389.2109,60%	27.237.6409,23%	33.866.0908,20%	44.656.5507,96%
5	Hong Kong	Hong Kong	Hong Kong	Alemanha	Alemanha	Alemanha	Alemanha	Alemanha	PRC	PRC
	85911006,50%	7.826.8905,64%	6.990.2704,91%	6.993.6304,99%	8.335.4105,03%	10.408.7104,62%	13.772.1005,65%	16.416.4205,56%	25.094.3006,08%	38.654.5406,89%
6	Alemanha	Alemanha	Alemanha	Honk Kong	Hong Kong	Hong Kong	Hong Kong	PRC	Alemanha	Alemanha
	8.037.8706,09%	7.324.1305,28%	6.179.9504,34%	6.658.4204,75%	6.891.8804,16%	9.429.0104,19%	9.422.9503,87%	14.980.1905,08%	24.291.8905,89%	30.356.0205,41%
7	Rússia	Rússia	Cingapura	Cingapura	Rússia	Rússia	PRC	Hong Kong	Malásia	Malásia
	3.798.6402,88%	5.151.7703,71%	4.464.5103,14%	4.224.2903,01%	4.222.6402,55%	5.769.8902,56%	8.767.6903,60%	10.726.2403,63%	13.986.4103,39%	181.74.7403,24%
8	Cingapura	Cingapura	Rússia	Rússia	Cingapura	Malásia	Rússia	Malásia	Hong Kong	Cingapura
	3.397.9802,57%	3.600.8902,59%	4.086.1202,87	3.640.8602,60%	4.061.1002,45%	5.480.0002,43	7.959.3803,27%	9.296.3003,15%	11.118.6602,69%	13.994.4702,49%
9	Itália	Austrália	Austrália	França	França	Cingapura	Malaisia	Rússia	Cingapura	Rússia
	3.115.0402,36%	3.433.8002,47%	3.247.6802,28%	3.204.7302,29%	3.784.8202,28%	5.059.6302,23%	6.205.2102,55%	8.406.6902,85%	10.484.8502,54%	12.127.4102,16
10	Canadá	Itália	France	Australia	Austrália	Austrália	Austrália	Cingapura	Rússia	Hong Kong
	2.681.3102,03%	3.245.9402,34%	3.242.8402,28	2.688.0901,92%	3.607.2002,18%	5.024.0002,23%	5.426.400	7.046.5602,39%	97.28.0702,36%	11.796.7202,10%
	Brasil (17)	Brasil	Brasil (17)	Brasil (19)	Brasil (22)	Brasil (24)	Brasil (21)	Brasil (20)	Brasil (15)	Brasil (14)
	1.231.5500,93%	1.484.0801,07%	1.488.9701,05%	1.133.1000,81%	968.5500,58%	1.621.4400,72%	2.347.3400,96%	3.003.0201,02	5.842.2901,42%	8.672.8601,55%
Importação Total	132.078.160	138.832.780	142.360.810	140.166.300	165.699.110	225.093.730	243.613.490	295.170.100	412.759.800	561.228.750

Fonte: China Statistical Yearbook 1996 a 2005 – Disponível em: <http://www.stats.gov.cn>. Accesso em :23 de outubro de 2006.
China's Foreign Trade With Related Countries And Regions (Customs Statistics)

25/3/2008 00:37:34

Interpenetração das cadeias produtivas

Em 2003, a China foi o país que mais atraiu fluxos globais de investimento externo direto, concentrando quase 10% ou US$53 bilhões de um total de US$560 bilhões distribuídos em todo o mundo. Os principais investidores no mercado chinês foram Hong Kong e Macau (China), Estados Unidos, Coréia do Sul e Taiwan [615]. Os fluxos estrangeiros diretos recebidos, somados aos freqüentes superávits na balança comercial chinesa – alcançados por meio das exportações de mais de 200.000 empresas estrangeiras instaladas no mercado chinês ou criadas a partir de capital estrangeiro – permitiram ao Banco Central chinês acumular mais de US$ 400 bilhões de reservas, em pouco mais de dez anos [616]. Interessados não apenas em investir suas reservas em bônus do Tesouro Americano, mas também em diminuir os custos de importação e a dependência do país com relação a determinadas matérias-primas, as autoridades chinesas decidiram investir diretamente nos países onde se encontravam seus principais fornecedores.

Assim, de 1980 a 1990, os fluxos de investimento externo direto chinês aumentaram em mais de cinco vezes, passando de aproximadamente US$ 450 milhões para mais de US$ 2,8 bilhões entre os anos de 1992 a 1997. Em 2003, o total acumulado de IED chinês ultrapassou US$ 37 bilhões.

Nos últimos anos, modernos setores chineses demonstraram estar prontos para colaborar com o aumento do fluxo de investimentos externos diretos na América Latina, ocupando o tradicional espaço anteriormente reservado sobretudo a europeus e norte-americanos [617]. Se, em 2002, mais de 50% do valor aprovado para projetos de IED chinês dirigiram-se para Hong Kong e Estados Unidos, em 2004, 46% do IED chinês voltaram-se para a América Latina, 29% para a Ásia e 16,4% para a Europa [618].

Na América Latina, o fator que mais contribuiu para o aumento do IED chinês nos primeiros anos do século XXI foi a importância dos recursos naturais na sustentação do alto ritmo de crescimento da RPC. Neste sentido, os investimentos chineses na América Latina passaram a se concentrar no setor de petróleo e de mineração, principalmente em países como Brasil, Chile, Peru e Venezuela. Em 2004, 55% do total de IED chinês na América Latina foi direcionado à exploração de minérios, 19% para o setor de manufaturas e 15% para a área comercial (atacado e varejo) [619].

---

[615] Cf. Dauderstädt, Michael; Stetten, Jürgen. "China and Globalization", in *International Policy Analysis Unit*, Friedrich Ebert Stiftung, september 2005.
[616] Coiteux, Martin. "La découverte de l'Amérique du Sud par la Chine", in *La Chronique des Amériques*, nº 1, janvier 2005.
[617] Dauderstädt, Michael; Stetten, Jürgen. "China and Globalization", in *International Policy Analysis Unit*, Friedrich Ebert Stiftung, september 2005.
[618] Gottschalk, Ricardo; Prates, Daniela. "East Asia's Growing Demand for Primary Commodities – Macroeconomic Challenges for Latin América", in *G-24 Discussion Paper Series*, United Nations Conference on Trade and Development - UNCTAD, nº. 39, february 2006.
[619] Gottschalk, Ricardo; Prates, Daniela. "East Asia's Growing Demand for Primary Commodities – Macroeconomic Challenges for Latin América", in *G-24 Discussion Paper Series*, United Nations Conference on Trade and Development, nº. 39, february 2006.

O Brasile a China-10.indd 274 25/3/2008 00:37:34

Se, durante a década de 1990, os investimentos externos diretos no Brasil foram, em sua maior parte, dirigidos para a área de bancos e sistemas de telecomunicações, a participação da área de recursos naturais no total dos investimentos externos diretos passou de 4,3% – entre 2000 e 2002 – para 11,5% – em 2003. Não obstante os países desenvolvidos – especialmente os Estados Unidos, Espanha, Países Baixos e França [620] – terem se mantido como principal fonte de fluxos de IED, países em desenvolvimento como a China também participaram dos investimentos diretos no Brasil.

De acordo com o Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, "as necessidades chinesas de encontrar fontes seguras de abastecimento de minérios e matérias-primas e as necessidades brasileiras de buscar fontes de recursos para infra-estrutura se complementam" [621]. Assim, nos últimos anos, o número de parcerias sino-brasileiras em forma de *joint-ventures* aumentou de maneira expressiva, criando novas formas de interdependência entre Brasil e China, para além das trocas comerciais. Em 2000, 62,5% do investimento direto estrangeiro chinês realizado no Brasil concentrou-se em três setores: comércio, fabricação de produtos de madeira e serviços prestados a empresas. Entre 2002 e 2003, a participação do IDE chinês no total do capital estrangeiro investido no Brasil variou entre 6,2% no caso de produtos de madeira e 0,1% nos serviços prestados a empresas. O valor do IDE chinês realizado no Brasil passou de US$ 16,5 milhões para US$ 17,3 milhões, concentrando-se na área de fabricação de máquinas e equipamentos e produção de alimentos [622]. A partir de 2003, os investimentos chineses no Brasil distribuíram-se particularmente nos campos de eletrodomésticos, telecomunicações, transporte e mineração.

Investiram no Brasil empresas chinesas como a *China Ocean Shipping Company* (Cosco), *Shanghai Vídeo & Áudio Electronic Co. Ltda*. (SVA), *Shanghai General Electronics Group* (SGEG), *Gree Electric Appliances Inc. of Zhu Hai* (Gree), *Lenovo*, *ZTE Corporation* e *Huawei* [623]. Tiveram também presença marcante no Brasil empresas chinesas como a *Shanghai Baosteel Group Corporation, Aluminum Corporation of China Limited* (Chalco) e *China National Machinery Equipment Import and Export Corporation* (CMEC).

Na China, marcaram presença empresas brasileiras como a Companhia Vale do Rio Doce, Embraer, Embraco, Azaléia e Politec.

---

[620] Gottschalk, Ricardo; Prates, Daniela. "East Asia's Growing Demand for Primary Commodities – Macroeconomic Challenges for Latin América", in *G-24 Discussion Paper Series*, United Nations Conference on Trade and Development, nº. 39, february 2006.
[621] Cf. "Parcerias com a China, aposta da Vale e Gradiente". Disponível em: <http://www.inpi.gov.br/dowloads/docs/ultima_clipping_on_line_27_04_04.doc>. Acesso em: 24/10/2006.
[622] Cf. "O Investimento Direto Estrangeiro Chinês no Brasil", in *SOBEET Boletim*, ano II, nº. 3, fev. 2004.
[623] "Boas perspectivas do comércio entre a China e o Brasil", in *China Radio Internacional*, 26/05/2004. Disponível em: < http://po.chinabroadcast.cn/1/2004/04/29/1@8631.htm>. Acesso em: 23/10/2006.

O Brasile a China-10.indd 275 25/3/2008 00:37:35

Investimentos chineses no Brasil: casos de sucesso

A *China Ocean Shipping Company* (Cosco) – possuidora de uma frota comercial de mais de 500 navios, servindo a mais de 1.100 portos em mais de 150 países [624] – instalou-se no Brasil em maio de 1994 por meio de uma *joint venture*. Em 1999, após a transformação da Cosco Brasil em subsidiária da Cosco Américas, a empresa tornou-se uma das maiores empresas brasileiras de transporte marítimo, passando a fornecer seus serviços aos grandes produtores do segmento industrial, agentes de carga e empresas de comércio exterior [625].

A Shanghai Vídeo & Áudio Electronic Co. Ltda. (SVA) – principal empresa chinesa de produtos eletrônicos e subsidiária da Shanghai General Electronic Group (SGEG) – operava no Brasil, em 2006, com uma fábrica no pólo industrial de Manaus com larga capacidade de produção, gerando mais de mil empregos diretos e indiretos[626]. Naquele momento, a empresa possuía projetos para fabricação no Brasil de *Liquid Cristal Disc* (LCD's), televisores digitais (com tecnologia *Digital Light Projection* - DLP), televisores e monitores de plasma (*Plasma Display Panel*), além de aparelhos de áudio e componentes eletrônicos a serem fornecidos para a indústria nacional [627]. Com a *Flex Industries da Amazônia*, a SVA Brasil desenvolveu parceria para a fabricação de DVD's. Já com a empresa IBM do Brasil, assinou um acordo (maio de 2001) para a criação de soluções "ponta-a-ponta" para computadores[628].

Em 2005, a companhia chinesa "Lenovo" – com operações principais em Pequim e Raleigh, Estados Unidos, e rede empresarial de vendas abrangendo 160 países, gerando aproximadamente US$13 bilhões de receita anual – também estabeleceu negócios com a IBM, adquirindo a Divisão de Computação Pessoal (PC) da empresa e tornando-se, com isso, a terceira maior provedora de computação pessoal no mundo. Como parte do acordo estabelecido, a companhia "Lenovo" transformou-se no provedor preferencial de computadores pessoais dos clientes IBM, comprometendo-se a IBM, por sua vez, em continuar a prover financiamento e serviços de manutenção e garantia, assim como soluções de Tecnologia da Informação (TI) de ponta-a-ponta na área em questão aos novos clientes, durante o prazo de cinco anos. Os engenheiros, as equipes de manufatura, os representantes de vendas e parceiros de negócios da IBM Brasil foram igualmente agregados ao grupo "Lenovo".

---

[624] Disponível em: <http://www.ccibc.com.br/pg_dinamica/bin/pg_dinamica.php?id_pag=85&id_empresa=83>. Acesso em 21/10/2006.
[625] Disponível em: < http://www.cosco.com/en/global_offices/staff.jsp?catId=655>. Acesso em: 21/10/2006.
[626] Disponível em: <http://www.sva.com.br/>. Acesso em: 21/10/2006.
[627] Disponível em: http://www.sva.com.br/mercado.html. Acesso em: 21/10/2006.
[628] Disponível em: http://www-03.ibm.com/press/us/en/pressrelease/1252.wss. Acesso em: 21/10/2006.

O Brasile a China-10.indd 276 25/3/2008 00:37:35

De acordo com a IBM, a aliança com a empresa chinesa "Lenovo" é coerente com a estratégia da empresa de se tornar líder mundial no oferecimento de tecnologia e soluções de transformação em todos os segmentos de indústrias e em todos os países[629].

A Gree Electric Appliances Inc. of Zhu Hai (Gree) – fundada em 1991 e líder mundial na fabricação de ar condicionado, contando com mais de 20.000 funcionários, com capacidade para produzir 13 milhões de aparelhos por ano, comercializados em mais de 180 países por meio de cerca de 50 marcas diferentes – inseriu-se no mercado brasileiro em 1998. A unidade fabril da Gree no Brasil – a primeira construída fora da China – foi inaugurada em junho de 2001, na Zona Franca de Manaus. Com a recente expansão da fábrica brasileira e investimentos na produção de novos modelos de condicionadores de ar, a Gree confirmou o enorme comprometimento e interesse em aumentar sua presença no mercado brasileiro[630].

A *ZTE Corporation* estabeleceu-se oficialmente no mercado brasileiro em 2002, por meio do desenvolvimento de relacionamento com Operadoras de Telecomunicações fixas e móveis – como a VIVO e Brasil Telecom –, envolvendo o fornecimento de equipamentos de infra-estrutura e serviços de telecomunicação [631].

Buscando usufruir das vantagens em produzir no Brasil por meio de uma parceria –relacionadas seja à infra-estrutura e suporte pós-venda pré-existentes, seja pelo fato de a associação diminuir a resistência do consumidor brasileiro a produtos chineses de marcas desconhecidas – a empresa chinesa de produtos de telecomunicação ZTE anunciou, em setembro de 2006, uma parceria com a empresa Evandin-Aiko. As empresas planejaram produzir telefones celulares na planta industrial da Aiko em Manaus. Pelo acordo firmado, a tecnologia e uma parte dos componentes dos celulares serão fornecidas pela ZTE, enquanto a Aiko ficará responsável pela montagem dos aparelhos [632].

Durante a estada do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na China (22 e 27 de junho de 2004), destacaram-se dentre os quinze acordos assinados entre empresas brasileiras e chinesas [633], cujos valores ultrapassaram US$ 5 bilhões, os estabelecidos nas seguintes áreas: i) mineração e siderurgia; ii) exploração de petróleo; iii) energia hidrelétrica; iv) transporte hidroferroviário; v) telecomunicações; vi) cooperação comercial, industrial e financeira.

---

[629] Disponível em: http://www.ibm.com/br/, e http://www.lenovo.com/br/pt/. Acesso em: 21/10/2006.
[630] Disponível em: http://www.gree.com.br/pt/default.asp. Acesso em: 21/10/2006.
[631] Disponível em: http://www.ztebrasil.com.br/01about/index2.htm. Acesso em: 21/10/2006.
[632] Disponível em: http://info.abril.com.br/aberto/infonews/092006/01092006-11.shl, Acesso em: 21/10/2006.
[633] "Conheça os acordos que foram firmados entre empresas brasileiras e chinesas", 16/07/2004. Disponível em: http://www.ccibc.com.br/pg_dinamica/bin/pg_dinamica.php?id_pag=1063>. Acesso em 23/10/2006. "Empresas brasileiras fecham 15 acordos comerciais com a China; valores ultrapassam cinco bilhões de dólares", 25/5/2004. Disponível em: http://www.diario-popular.com.br/25_05_04/lc240511.html. Acesso em 23/10/2006.

O Brasile a China-10.indd 277 25/3/2008 00:37:36

O memorando de intenção de investimento assinado entre a CVRD e a empresa chinesa *Shanghai Baosteel Group Corporation* confirmou o estabelecimento de projeto para a construção de parte do Projeto "Pólo Siderúrgico de São Luis", no Estado do Maranhão. Segundo o Presidente da empresa chinesa, Xie Qi Hua, o projeto deverá superar o valor de US$1 bilhão e produzir mais de 3,7 milhões de toneladas de aço por ano de placas de aço [634]. O projeto também considerou a possibilidade de expansão de capacidade futura para 7,5 milhões de toneladas de placas de aço por ano [635].

Com a *Aluminum Corporation of China Limited* (Chalco), uma das maiores produtoras de alumínio da China, a CVRD assinou um acordo para a construção de uma refinaria *greenfield* [636] para produção de alumina (matéria-prima para a fabricação do alumínio) em Barcarena, no Pará, com previsão de investimento conjunto superior a US$1 bilhão para a primeira fase de produção e capacidade nominal total de produção de 7,2 milhões de toneladas anuais. A nova fábrica – batizada de *ABC Refinery* – teve início de produção previsto para 2007, devendo produzir 1,8 milhão de toneladas de alumina. Desse total, metade deverá ser exportada pela Chalco para a China [637].

Durante a estada do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na China foi também assinado importante acordo entre a *China National Machinery Equipment Import and Export Corporation* (CMEC) e a Central Termelétrica do Sul, prevendo a construção de uma usina termelétrica de carvão em Cachoeira do Sul, no Rio Grande do Sul, envolvendo US$1 bilhão [638].

Por sua vez, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Grupo estatal *China International Trust and Investment Corporation* (CITIC) firmaram acordo para a condução de projetos de financiamento de *joint ventures* sino-brasileiras voltados à

---

[634] "Trem e porto atraem investimentos da China", in *Folha de São Paulo*, 24/05/2004. "Fórum firms up China-Brazil trade ties", in *China Daily*, 26/05/2004. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/internacional/selecao_detalhe.asp?ID_RESENHA=51780>. Acesso em 23/10/2006. "Diálogo com um Simbolismo Especial". Artigo do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, publicado na Revista Especial do Jornal Valor Econômico, 21/05/2004. Disponível em:<http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/discurso_detalhe.asp?ID_DISCURSO=2357>. Acesso em: 23/10/2006.

[635] Cf. "Expandindo negócios". Disponível em: http://www.cvrd.com.br. Acesso em: 16/10/2006.

[636] O termo *greenfield* é utilizado para designar investimentos criadores de nova capacidade produtiva. Cf. Laplane, M.; Sarti, F. "Seção IX: Prometeu Acorrentado: O Brasil na indústria mundial no início do século XXI". Disponível em: http://www.eco.unicamp.br/asp-.scripts/boletim_cecon/boletim7/Secao_IX_Mariano.pdf. Acesso em: 21/10/2006.

[637] "China and Brazil Pledge to Strengthen Pact", in *The New York Times*, 25/05/2004. Disponível em: < http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/internacional/selecao_detalhe.asp?ID_RESENHA=51372>. Acesso em: 23/10/2006. "Brazil and China unite on trade", in *Reino Unido – Agência BBC*, 26/05/2004. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/internacional/selecao_detalhe.asp?ID_RESENHA=52213>. Acesso em 23/10/2006.

[638] "Empresas brasileiras fecham 15 acordos comerciais com a China; valores ultrapassam cinco bilhões de dólares", 25/5/2004. Disponível em: http://www.diariopopular.com.br/25_05_04/lc240511.html. Acesso em 23/10/2006.

O Brasile a China-10.indd 278 25/3/2008 00:37:36

exportação. O diretor de comércio exterior do BNDES, Luiz Eduardo Melim, explicou que, inicialmente, serão criados dois grupos de trabalhos, um de infra-estrutura e outro de tecnologia, responsáveis pela seleção de projetos no Brasil e na América Latina para receberem recursos do BNDES e do CITIC. Os chineses, segundo o diretor do BNDES, demonstraram especial interesse em construir uma saída para escoar os produtos brasileiros pelo Pacífico e em desenvolver projetos ferroviários e portuários no Brasil. O BNDES, de sua parte, assinalou intenção em usar a carteira de projetos a ser implantada com a China para reativar a indústria de bens de capital do Brasil[639].

Ainda entre os contratos assinados, destacou-se o estabelecido entre as empresas Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRÁS e SINOPEC, destinado à exploração de petróleo em terceiros países, em especial Equador e Irã.

Investimentos brasileiros na China: alguns exemplos

Na China, os principais projetos sino-brasileiros situaram-se na área de aviação, mineração e serviços de consultoria em energia hidrelétrica [640].

A Embraco, especializada na fabricação de compressores para refrigeradores, foi uma das primeiras empresas brasileiras a possuir fábrica própria na China, por meio de estabelecimento de *joint-venture* com uma empresa chinesa, em 1995. Contando com 1.210 funcionários e 8% do mercado asiático em parceria com a chinesa Snow Flake / Longda, a empresa planejou duplicar a produção de aproximadamente dois milhões de compressores para refrigeradores em 2004.

Desde 2006, a Embraco iniciou transferência para uma nova fábrica em uma área industrial de Pequim. Com as novas instalações, dotadas de um centro de pesquisa e desenvolvimento e com o dobro da capacidade de produção da antiga fábrica, a Embraco iniciou a produção de um novo produto, seguindo estratégia de incrementar seus negócios na Ásia [641].

As vendas da Empresa Brasileira de Aviação - Embraer na China iniciaram-se em 2000, beneficiadas pelo processo de reestruturação do mercado chinês de aviação civil. Assim, a introdução de novos conceitos de organização de frotas e de rotas levou o governo chinês a optar pela substituição dos antigos equipamentos soviéticos [642].

---

[639] "China é um shopping para a realização de bons negócios, diz Lula", in *Valor Econômico*, 25/05/2004. Disponível em: <http://www.italcam.com.br/index.php?url=noticias/noticia.php&id=260>. Acesso em: 23/10/2006.

[640] Disponível em: <http://www.embchina.org.br/por/zbgx/t150685.htm>. Acesso em: 21/10/2006.

[641] Disponível em: <http://www.embraco.com/ingles/busca.asp?search=china>. Acesso em: 10/09/2006.

[642] Entrevista concedida por Fernando Grau, Gerente da Embraer em Pequim, em novembro de 2004.

O Brasile a China-10.indd 279 25/3/2008 00:37:36

Tabela 25
COMPRESSORES VENDIDOS PELA EMBRACO
NO MERCADO CHINÊS ASSOCIADOS À EFICIÊNCIA – 1995-2004

Ano	Quantidade vendida	Lançamento de modelo novo / eficiência*
1995	100.000	0,9
1996	210.000	
1997	600.000	1,1 e 1,35
1998	1.140.000	
1999	1.440.000	1,48
2000	1.340.000	
2001	1.330.000	1,52
2002	1.500.000	1,60
2003	1.880.000	1,67
2004	2.300.000**	1,75
Total		

Fonte: Embraco.
* De acordo com Kao Chian Tou, Gerente de vendas da Empresa Embraco & Snowflake em Pequim, o fator de eficiência mede a relação entre o que o compressor consome e produz. Quanto maior este fator, mais eficiente é o compressor (portanto, tecnologicamente mais nobre). Em 2004, 80% das vendas da Embraco no mercado chinês foram compostas de modelos de alta eficiência. Entrevista concedida em novembro de 2004.
**Produção estimada

A criação da *joint-venture* entre a Embraer e a estatal chinesa AVIC II, em dezembro de 2002, permitiu a instalação de uma fábrica de montagem de jatos regionais com investimento misto inicial de US$25 milhões, na cidade de Harbin, no nordeste da China. O primeiro fruto da parceria, um avião ERJ-145, foi lançado em dezembro de 2003. Ademais, a empresa Embraer-Avic II foi projetada para montar vinte jatos ERJ145 por ano. Porém, entre 2002 e 2005, apenas dezesseis encomendas haviam sido realizadas. Montada exclusivamente para vender jatos regionais para a China, A Embraer-Avic II passou a sofrer, a partir de março de 2005, concorrência da Avic I. A empresa, pertencente ao governo chinês, produzirá um jato regional que competirá com o ERJ145 da Embraer-Avic II [643]. Apesar das dificuldades em se fazer cumprir os planos estabelecidos, outros sete aviões foram encomendados para os meses subseqüentes [644]. Parte da rede de transporte regional "Expresso do Ocidente", os aviões da Embraer-Harbin foram concebidos para integrar

[643] Cf. Jardim, Lauro. "Brechas na Muralha". *Veja*, 09/08/2006. Disponível em: http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/090806/p_160.html. Acesso em: 24/10/2006.
[644] "China: companhias brasileiras apostam alto no país", in *O Globo*, 20/05/2004. Disponível em: <www.milbus.com.br>. Acesso em 20/05/2004.

O Brasile a China-10.indd 280 25/3/2008 00:37:37

a porção ocidental da China ao restante do território[645]. Até 2004, a Harbin-Embraer manteve-se como a única fabricante de jatos regionais de até cinquenta lugares dentro da China [646].

Com vistas a explorar as sinergias das cadeias brasileira e chinesa na área de minérios, a CVRD e a Yankuang Group Co. Ltda. assinaram um acordo possibilitando a criação da *joint-venture* Shandong Yankuang International Coking Co., Ltd. A parceria criada será destinada ao desenvolvimento de projeto de produção de coque metalúrgico para o mercado chinês e exportação para terceiros mercados. Implantado na província de Shandong, na China, o projeto, com início previsto para 2006, terá capacidade anual de produção de 2 milhões de toneladas de coque e 200 mil toneladas de metanol como subproduto. A participação da CVRD no investimento será de aproximadamente US$ 27 milhões, garantindo participação de 25% no capital da *joint-venture* (estimado em US$ 275 milhões).

A CVRD associou-se à Yankuang em um segundo projeto voltado para o desenvolvimento da mina de carvão coqueificável de Zhaolou, na província de Shandong. Com início das operações previsto para 2007, a mina tem capacidade de produção de 3 milhões de toneladas por ano.

Com as empresas Baosteel e Yongcheng Coal & Electricity Group, a CVRD estabeleceu um acordo, em maio de 2004, prevendo a constituição de uma *joint-venture* para a produção de antracito e carvão na província de Henan, na China, de projeto de produção de carvão para exportação para o Brasil e um acordo para implantação de linha de transporte marítimo, utilizando navios do tipo "Ultra Large Ore Carrier".

Com vistas a compensar o aumento dos custos provocados pela queda do dólar no Brasil, assim como os baixos preços dos produtos chineses, a empresa brasileira de calçados Azaléia – dotada de 18 mil funcionários e faturamento de US$ 1 bilhão em 2005, por meio de vendas para mais de 80 países – decidiu encerrar, em 2006, uma linha de produção no Brasil – na unidade de São Sebastião do Caí, no Rio Grande do Sul, com 800 empregados demitidos – transferindo-a para a Dong Huan, pólo calçadista na região Sul da China. Na China, os planos da Azaléia são de terceirizar a produção de mais de 70 mil pares de calçados de trinta modelos de sua nova coleção com um parceiro chinês, diminuindo em 30% os custos dos produtos, a serem exportados para os Estados Unidos. O desenho e o desenvolvimento do produto, no entanto, continuarão sendo feitos no Brasil[647].

Frente ao elevado ritmo de crescimento da China e das oportunidades oferecidas aos grandes investidores – em especial no setor de eletroeletrônicos, concentrando a China a maior parte da indústria mundial de compo-

---

[645] Ottoboni, Júlio. "Maciel sugere que Embraer cresça no Mercosul", in *O Estado de São Paulo*, 22/09/2000.

[646] "A China no centro do mundo", in *Veja*, 22/01/2003, p. 82-84.

[647] Disponível em: <http://www.sai.sc.gov.br/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=21>, <http://www.fazenda.gov.br/resenhaeletronica/MostraMateria.asp?cod=270805>, <http://www.terra.com.br/istoedinheiro/443/entrevista/index.htm>, <http://www.terra.com.br/istoedinheiro/432/negocios/azaleia_china.htm>. Acesso em: 21/10/2006.

O Brasile a China-10.indd 281 25/3/2008 00:37:37

nentes – a empresa brasileira Gradiente decidiu igualmente terceirizar parte de sua manufatura a empresas chinesas. Neste contexto, em 2004, a companhia brasileira constituiu a subsidiária *Gradiente China Office*, sediada em Shenzhen, maior parque fabril de eletroeletrônicos da China, "para manter proximidade com os fornecedores de componentes e tecnologia, em suporte ao desenvolvimento tecnológico da Companhia" [648].

Em 2006, a empresa brasileira Politec – especializada em serviços de tecnologia da informação com faturamento de quase R$ 500 milhões em 2005 e dez fábricas de software no Brasil –, assinou um acordo para a criação de uma *joint venture* com a companhia chinesa NeuSoft, a ser instalada no pólo tecnológico de Shanghai, com início previsto para 2007. A nova empresa deverá atender a um contrato já estabelecido entre a NeuSoft e o Banco Agrícola da China para vender soluções de *internet banking*, com investimentos previstos de US$ 2 milhões para o primeiro ano de atividade. A empresa Politec também assinou um contrato com o governo chinês para participar do grupo de empresas que será responsável pelo censo demográfico da China, a ser realizado em 2010 [649].

O Banco Itaú BBA abriu um escritório de representação em Shanghai, por onde passaram, entre 2005 e 2006, mais de trinta dirigentes de empresas brasileiras em busca de contatos e financiamento no mercado interno chinês. Em Hong Kong, o banco brasileiro criou uma corretora, cujos negócios concentraram-se na venda de ações e títulos de dívidas aos investidores asiáticos. O Itaú também realizou empréstimos na China, mas forneceu principalmente garantias no crédito de bancos chineses às empresas brasileiras, muitas vezes desconhecidas do empresário chinês [650].

Desde dezembro de 2002, quando Brasil e China assinaram um Memorando de Entendimento tratando da cooperação na área de desenvolvimento industrial, os dois países reconheceram, por um lado, a longa experiência e o avançado grau de desenvolvimento tecnológico do Brasil na produção e utilização de combustíveis de fontes renováveis, em particular o álcool carburante e, por outro, o interesse da China em estimular o desenvolvimento de veículos automotores com baixo nível de emissão de poluentes. A partir de então, Brasil e China passaram a manifestar o desejo em cooperar em projetos futuros na transformação do álcool carburante num produto básico de comercialização internacional – desde a produção da matéria-prima (cana-de-açúcar) até o processo industrial do produto final, para a utilização de álcool carburante, tanto como combustível direto como oxigenante de combustíveis fósseis [651].

---

[648] Disponível em: <http://www.gradiente.com/site/empresa/pt/relatorio2004.doc>, <http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/090806/p_160.html>. Acesso em: 21/10/2006.
[649] Disponível em: <http://www.camarabrasilchina.com.br/pg_dinamica/bin/pg_dinamica.php?id_pag=2297>. Acesso em: 21/10/2006.
[650] Disponível em: <http://ww13.itau.com.br/>. Acesso em: 21/10/2006.
[651] Cf. Memorando de Entendimento entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior da República Federativa do Brasil e a Comissão Estatal para Planificação da Economia da República Popular da China sobre Cooperação Industrial. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/industrial.htm>. Acesso em: 20/08/2006.

O Brasile a China-10.indd 282 25/3/2008 00:37:38

Para a prática de tal projeto, os dois países concordaram em incentivar novas parcerias entre entidades e empresas brasileiras e chinesas, incluindo a eventual formação de empresas de capital misto, com vistas a propiciar as condições adequadas para as exportações de máquinas e equipamentos para as unidades produtoras de álcool carburante, e a transferência de tecnologias relativas. Em 2004, a General Motors, a Volkswagen e a Fiat da China importaram carros fabricados pelas filiais brasileiras, como a Blazer, o Golf, o Gol e o Palio, e iniciaram estudos para vialibizar a transferência da tecnologia *flexfuel*, desenvolvida no Brasil, a qual permite a regulação do motor para a adição de álcool em qualquer teor, até 100% [652].

Oportunidades futuras

Por meio dos exemplos anteriormente citados, notou-se que, mesmo incipiente, é clara a tendência de aumento da presença de IED chinês no Brasil e de IED brasileiro na China, como revelam os seguintes fatores: i) companhias chinesas vêm empregando esforços crescentes para se tornarem multinacionais, optando pela expansão de sua presença em diferentes países do globo, inclusive por meio de parcerias com empresas brasileiras; ii) companhias chinesas e brasileiras vêm realizando investimentos nas áreas de infra-estrutura e logística, buscando diminuir entraves relacionados à distância geográfica existente entre os dois países; iii) diversas instituições de pesquisa e associações de classe brasileiras e chinesas vêm desenvolvendo diferentes estudos sobre as realidades econômicas, políticas e sociais de ambos os países, com vistas a aumentar o conhecimento mútuo e subsidiar a criação de novos empreendimentos conjuntos, colaborando para o desenvolvimento da interdependência entre os dois países [653].

Observou-se, por sua vez, que os extraordinários ganhos alcançados por empresas brasileiras por meio de exportações crescentes para a RPC

---

[652] Sant'anna, Lourival. "A maior missão da história, rumo à China", in *O Estado de S. Paulo*, 09/05/2004. Disponível em: < http://www.lourivalsantanna.com/chin0003.html>. Acesso em: 23/10/2006.

[653] A título de exemplo, são apontados os seguintes trabalhos realizados no Brasil por instituições como Confederação Nacional da Indústria (CNI), Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (FUNCEX), Federação das Indústrias do Estados de São Paulo (FIESP) e Banco do Brasil (BB): Pereira, Lia Valls; Ferraz Filho, Galeno Tinoco. *O Acesso da China à OMC: implicações para os interesses brasileiros*. Brasília: CNI, dezembro de 2005. CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI. "Características e oportunidades do comércio Brasil-China", in *Comércio Exterior em Pespectiva*, ano 13, nº7/8, abril-maio de 2004. CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI. *Relações econômicas Brasil-China.* CNI: Brasília, 2002. MARKWALD, Ricardo. "Intensidade tecnológica e dinamismo das exportações brasileiras", in *Revista Brasileira de Comércio Exterior,* FUNCEX, nº 79, ano XVIII, abril/junho de 2004. POURCHET, Henry; RIBEIRO, Fernando. "Perfil do comércio Brasil-China", in *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, FUNCEX, nº 79, Ano XVIII, Abril/Junho de 2004. FIESP / CIESP. *Contribuições da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo sobre os impactos do comércio bilateral entre o Brasil e a República Popular da China.* São Paulo: FIESP, maio de 2004. BANCO DO BRASIL. "Novos mercados: China", in *Comércio Exterior / Informes BB*, nº 38, dezembro / 2001.

O Brasile a China-10.indd 283 25/3/2008 00:37:38

– promovidos pelos altos preços adquiridos por *commodities* no mercado internacional e aumento de vendas – foram em grande parte direcionados ao financiamento de novos investimentos, tanto em solo chinês quanto brasileiro [654]. Empresas como a Companhia Vale do Rio Doce e Embraco, em parceria com empresas chinesas, utilizaram parte dos saldos comerciais obtidos por meio das exportações para promover o investimento tanto interno quanto externo, de forma a aumentar a capacidade de produção de suas empresas, sobretudo nos setores orientados para a exportação e para a melhoria de infra-estrutura e transporte[655].

Cooperação bilateral: velhos e novos projetos

Com o maior grau de abertura da China, sobretudo depois de seu ingresso na Organização Mundial do Comércio – em 17 de setembro de 2001 –, a cooperação econômico-comercial, assim como a científico-tecnológica, cultural e educacional estabelecida com o Brasil apresentou perspectivas ainda mais amplas. Os governos dos dois países passaram a atribuir alta relevância à cooperação bilateral, considerando-a como um dos meios para a concretização da pluralização de mercados [656].

Cooperação econômico-comercial e industrial

Durante a visita que o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Luiz Felipe Lampreia, realizou à China, em dezembro de 1998, foram assinados dois documentos de cooperação na área econômica e tecnológica: o **"**Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China" e o "Ajuste Complementar

---

[654] Gottschalk, Ricardo; Prates, Daniela. "East Asia's Growing Demand for Primary Commodities – Macroeconomic Challenges for Latin América", in *G-24 Discussion Paper Series*, United Nations Conference on Trade and Development, nº. 39, february 2006.

[655] Em 2000, a receita bruta consolidada da CVRD com serviços de transporte foi de R$ 1,567 bilhão (crescimento de 40,3% em relação a 1999). Os resultados obtidos com as atividades de transporte de carga (com participação na receita consolidada total da Companhia passando de 15,6% para 16% de 1999 a 2000) mostram claramente o progresso realizado na meta estratégica de transformar a CVRD em importante player de logística no Brasil. Dentre as razões para a excelente *performance* da CVRD na área de transportes encontram-se: i) aumento da capacidade de investimentos da empresa; ii) maior esforço de marketing, iii) e aumento dos fluxos de comércio internacional da empresa. Por sua vez, "as perspectivas de continuidade do crescimento da economia brasileira e de seu comércio internacional, aliadas ao intenso programa de investimentos nas ferrovias, sustentam expectativas positivas quanto ao desempenho dos negócios de transporte da CVRD".Disponível em: <http://www.cvrdlogistica.com.br>. Acesso em: 22/10/2006

[656] "Discurso do Embaixador Jiang Yuande no Encontro Brasil-China da Associação Comercial do Rio de Janeiro. Disponível em: < http://www.embchina.org.br/por/slgxx/t150664.htm>. Acesso em: 23/10/2006.

O Brasile a China-10.indd 284 25/3/2008 00:37:38

ao Acordo de Cooperação Econômica e Tecnológica para assegurar a qualidade de produtos importados e exportados", ambos assinados no dia 01/12/1998.

No primeiro Ajuste Complementar, foi expresso o objetivo de promover, em particular, a cooperação econômica e tecnológica no setor químico (incluindo o setor petroquímico), tendo as partes acordado em cooperar nas áreas de comércio, *joint ventures*, investimentos e co-financiamento, aplicação de produtos, desenvolvimento de mercados e transferência de tecnologia, programas conjuntos de pesquisa e desenvolvimento, projetos, engenharia e contratação conjuntos, proteção ambiental, treinamento de pessoal, aperfeiçoamento de sistemas gerenciais e intercâmbio de informações. Já no segundo Ajuste Complementar, formalizou-se o interesse em promover o desenvolvimento do comércio bilateral, assegurando-se a qualidade de produtos importados e exportados e simplificando as formalidades para inspeção de tais produtos entre os dois países.

Pelo Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Matéria de Comércio e Investimento, assinado em 12 de novembro de 2004, durante visita do Presidente Hu Jintao ao Brasil, Brasil e China concordaram em fortalecer a cooperação em diversas áreas, tais como: regulamentação e inspeção fito e zoosanitária, criação e promoção de empreendimentos conjuntos (*joint ventures*); tecnologia de informação, em especial no setor financeiro; comércio de coque siderúrgico, além de infra-estrutura; energia; gás natural; proteção ambiental; meios de transporte; biotecnologia e mineração, entre outras áreas. Em seu anexo, o Memorando tratou especificamente do interesse de ambas as partes em apoiar o empreendimento conjunto de aviação regional sino-brasileira (*joint-venture* criada entre a empresa brasileira Embraer e a empresa chinesa AVIC-I), destacando-se do texto a preocupação em fazer cumprir os objetivos estabelecidos em contrato dentro dos prazos acordados, sobretudo os relacionados à venda dos produtos fabricados conjuntamente e à transferência de tecnologia:

> Com vistas a apoiar a empresa a resolver adequadamente suas dificuldades temporárias na fase inicial de produção, o lado chinês continuará a encorajar empresas chinesas a comprar 10 aeronaves fabricadas pelo empreendimento conjunto em 2005, em seguida à compra pela "China Southern Airlines" de todas as aeronaves fabricadas pelo empreendimento no primeiro ano de produção como resultado dos esforços realizados pelo lado chinês. As duas partes apóiam os investidores no empreendimento em seus esforços para fazer vigorar o contrato e alcançar os objetivos relacionados ao conteúdo local e transferência de tecnologia nos prazos acordados. O lado chinês estudará positivamente a possibilidade de aplicar taxas diferenciadas de uso de aeroportos em função de diferentes tipos de aeronaves [657].

[657] Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/b_chin_97_5380.htm>. Acesso em: 20/08/2006.

O Brasile a China-10.indd 285 25/3/2008 00:37:39

Cooperação científica e tecnológica

A partir da segunda metade da década de 1990, foram estabelecidos diversos acordos nas áreas científica e tecnológica entre Brasil e China, cujos temas de destaque foram: intercâmbio de especialistas para cooperação técnica (13/12/1995); energia elétrica (construção de pequenas centrais hidrelétricas, em 13/12/1995); agricultura (25/07/1995); quarentena vegetal (13/12/1995) e animal (08/11/1996); carnes de aves, bovina e suína (12/11/2004); segurança sanitária e fitossanitária de produtos alimentares (24/05/2004); metrologia e qualidade industrial (29/10/1997); saúde e ciências médicas (24/05/2004); medicamentos (24/05/2004); transportes (hidroferroviário, em 25/05/2004); e construção de satélites (expansão da cooperação e segurança técnica, em 13/12/1995; tecnologia espacial, em 21/09/2000; sistema de aplicações pacíficas de imagens, em 24/05/2004 e 12/11/2004; e satélite CBERS 2-B, em 12/11/2004).

a) Cooperação técnica

Considerando o interesse em promover o desenvolvimento de programas e projetos de cooperação técnica, Brasil e China assinaram, em 13 de dezembro de 1995, o "Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica e ao Acordo de Cooperação Econômica e Tecnológica na Área de Intercâmbio de Especialistas para Cooperação Técnica". Este documento buscou viabilizar o intercâmbio de especialistas entre os dois países para desenvolver atividades de cooperação técnica, tendo sido designadas como instituições executoras a Agência Brasileira de Cooperação – ABC, do lado brasileiro, e o Escritório Estatal de Especialistas Estrangeiros – EEEE, do lado chinês. Os governos brasileiro e chinês comprometeram-se, igualmente, a propiciar a participação de especialistas de ambos os países em programas e projetos de cooperação técnica nas áreas setoriais definidas como prioritárias, além de atividades de capacitação, reuniões, cursos e seminários na área de cooperação técnica.

b) Energia elétrica

Tendo em vista o grande *know-how* tecnológico adquirido pela China na implantação de pequenas centrais hidrelétricas e o interesse dessa matéria para o desenvolvimento do Programa Nacional de Pequenas Centrais Geradoras de Energia Elétrica, conduzido pela Eletrobrás, o Brasil decidiu assinar com a China, no dia 13 de dezembro de 1995, o "Protocolo de Entendimento sobre Cooperação Econômica Científica e Tecnológica em Pequenas Centrais Hidrelétricas". Por esse Protocolo, foram elencadas as seguintes atividades centrais, relacionadas com a implantação de pequenas centrais hidrelétricas: i) execução de estudos e inventário de viabilidade; ii) tecnologia de execução de projeto básico e executivo, de equipamentos principais e sistemas auxiliares, iii) construção das estruturas civis, montagem e comissionamento de tais centrais, além daquela referente à sua operação.

O Brasile a China-10.indd 286 25/3/2008 00:37:39

c) Agricultura

Em julho de 1995, pelo Memorando de Entendimento estabelecido entre os Ministérios da Agricultura do Brasil e da China, os dois países demonstraram interesse em promover e desenvolver atividades científicas e tecnológicas na agricultura, pecuária e pesca. Para tanto, concordaram em apoiar e encorajar os departamentos de economia agrícola e as instituições de pesquisa agrícola de seus respectivos países a ter contato e manter cooperação na área de pesquisa e economia agrícola [658].

A assinatura do Acordo de Quarentena Vegetal, em 13 de dezembro de 1995, registrou o interesse em evitar a introdução de enfermidades, pragas e ervas daninhas sujeitas a quarentena e em proteger, destarte, a produção agrícola e o desenvolvimento do comércio de plantas e produtos vegetais entre os dois países. Já o Acordo sobre Cooperação em Matéria de Quarentena e Saúde Animal, assinado em 08 de fevereiro de 1996, expressou o compromisso do Brasil e da China em permutar boletins mensais sobre doenças animais transmissíveis e sobre medidas adotadas para controle e erradicação das doenças transmissíveis graves de notificação obrigatória. Os parceiros concordaram, igualmente, em autorizar seus respectivos órgãos responsáveis pelo tratamento de quarentena animal e demais serviços veterinários a preparar e firmar protocolos específicos com os requisitos de saúde e quarentena para importação e exportação de animais, produtos de origem animal, assim como alimentos para animais.

d) Cooperação Espacial

Em 1995, apesar dos avanços institucionais alcançados a partir de 1993 no programa CBERS, novas dificuldades provocaram atrasos no lançamento do CBERS-1, então previsto para outubro de 1996. A falência de um dos principais fornecedores de equipamentos para o projeto CBERS – a empresa *Engenharia de Sistemas de Controle e Automação S/A* (ESCA) – foi apontada como causa de demoras nos trabalhos de mais de seis meses [659]. Por outro lado, a reincidência de atrasos no pagamento das contas brasileiras provocou demonstrações explícitas de descontentamento tanto de empresários e grupos técnicos quanto de altos funcionários do governo chinês.

Durante os dias 23 e 29 de setembro de 1995, membros da delegação do INPE estiveram em Pequim para participar da 7ª Reunião de Coordenação do

---

[658] Foram apontadas como áreas promissoras para cooperação: i) pesquisa agrícola, educação e extensão; ii) criação e saúde animal; iii) cultivo agrícola, incluindo frutas e vegetais; iv) controle integrado de doenças e pragas em colheitas agrícolas; v) colheita e intercâmbio de germoplasmas animais e vegetais; vi) pesquisa e aplicação de bio-tecnologia agrícola; vii) processamento e armazenagem de produtos agrícolas; viii) e política e legislação agrícola. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/b_chin_55_1541.htm>. Acesso em: 20/08/2006.

[659] Cf. Monserrat Filho, José. "Brazilian-Chinese Space Cooperation: an analysis of its legal performance", paper apresentado no 39º International Colloquium on the Law of Outer Space, Beijing, China, October 7-11, 1996, p. 10.

O Brasile a China-10.indd 287 25/3/2008 00:37:39

projeto CBERS (*Joint Project Committee – JPC*) [660]. Logo no primeiro dia da missão, durante encontro mantido com o Ministro-Conselheiro da Embaixada do Brasil em Pequim, a delegação do INPE recebeu comunicação sobre a existência de clima negativo entre membros de grupos técnicos brasileiros e chineses, gerada pela insatisfação do lado chinês quanto aos atrasos nos pagamentos devidos pelo MCT/INPE desde novembro de 1994 [661].

Por sua vez, no dia 25 de novembro, durante encontro de trabalho com membros do CRESDA responsáveis pela área de estação terrena para geração de produtos CBERS e respectivas aplicações, a delegação brasileira tomou conhecimento dos problemas financeiros enfrentados pelo lado chinês, os quais impediram o bom cumprimento das tarefas previamente designadas à parte chinesa durante encontro mantido entre as partes em meados de 1994. Constatada a grande diferença entre os cronogramas brasileiro e chinês na área de estação terrena, a responsável chinesa, Sra. Wu, solicitou ajuda da delegação brasileira no trabalho de convencimento junto às autoridades chinesas sobre a necessidade de ser apoiada financeiramente.

Durante a abertura da 7ª reunião técnica de coordenação (JPC), em 26 de setembro de 1995, após apresentadas as condições gerais do Programa CBERS, o lado brasileiro comunicou ao lado chinês as ações do MCT junto ao Presidente Fernando Henrique Cardoso para liberação de fundos para o pagamento dos débitos existentes, prevista para ocorrer no mês de outubro de 1995. Por sua vez, o presidente da CAST, Sr. Feng, confirmou o desejo chinês em expandir a cooperação, insistindo que, para tanto, ambas as partes cumprissem prontamente com suas obrigações financeiras.

Apesar das dificuldades financeiras enfrentadas por ambas as partes na consecução do projeto, durante encontro da Delegação brasileira com representante do Centro de Controle de Satélites da China (CLTC), órgão subordinado à Comissão de Ciência e Tecnologia para Indústria e Defesa (COSTIND), foi assinado um contrato de assistência técnica entre o CLTC e o INPE, no valor de US$1,8 milhão. O encontro contou com a participação do Ministro Shen Ron Jun, que transmitiu à delegação brasileira sua grande satisfação com a cooperação entre o MCT/INPE e a COSTIND, deixando claro que, para esta instituição, o acordo estava sendo conduzido como planejado.

Apesar de constatado atraso no cumprimento do cronograma de trabalho, durante a 7ª Reunião do Comitê Conjunto do Projeto (JPC) foram observados progressos em vários aspectos do programa CBERS. Dentre outros

---

[660] Além dos Srs. Antônio M. A. MacDowell e Marcio Nogueira Barbosa, estiveram em Pequim durante o período de realização da 7ª reunião do JPC os Srs. Oscar P. Dias Jr., Carlos Santana, José R. Coelho, Clovis S. Pereira e Pawel Rozenfeld. Cf. "Relatório de viagem a Beijing. Período: 23 a 29 de 1995." Documento consultado na Agência Espacial Brasileira. Veja ainda INPE. *Relatório de Atividades – 1995*. São José dos Campos: INPE, 1995, p. 11-12.

[661] Durante jantar oferecido pela *China Great Wall Industry Corp.* (CGWIC), no dia 26 de outubro de 1995, a delegação brasileira sofreria, mais uma vez, agressões da parte chinesa, feitas pelo Vice-Presidente da CGWIC, Mr. Liu Zhixiong, sob o argumento dos atrasos no pagamento de atrasados. Cf. "Relatório de viagem a Beijing. Período: 23 a 29 de 1995." Documento consultado na Agência Espacial Brasileira.

O Brasile a China-10.indd 288 25/3/2008 00:37:40

fatores, foi considerado extremamente importante o início do processo de integração do Modelo de Engenharia e Qualificação – EQM – viabilizado por meio da entrega dos primeiros equipamentos sob responsabilidade do INPE. O lado chinês foi igualmente informado sobre a concorrência internacional instaurada pelo INPE para a aquisição da estação terrena, cuja conclusão do processo de escolha do fornecedor estava prevista para dezembro 1995 / janeiro 1996.

Ao final das negociações conduzidas durante a 7ª reunião do JPC, destacaram-se os seguintes resultados: i) confirmou-se o atraso do programa, de cerca de um ano, contado a partir de outubro de 1996, (data ainda oficial para o lançamento do CBERS-1), tendo o lado brasileiro sugerido o lançamento do primeiro satélite para outubro de 1997, e o lado chinês, mais cauteloso, para abril de 1998; ii) o lado chinês sugeriu a realização de novos testes conjuntos no foguete-modelo de engenharia do satélite, em março de 1996, passando a exigir maiores esforços de trabalho de integração e testes no Brasil, no período de outubro/1995 a janeiro / 1996 (e repasse imediato ao INPE de cerca de R$ 1 milhão para a liberação de painéis solares retidos na alfândega em São Paulo desde maio de 1995, assim como para trabalhos adicionais por parte da FUNCATE[662] e seus subordinados); iii) o lado brasileiro comprometeu-se em saldar seus débitos com a China, até dezembro de 1995.

Na reunião especial do Grupo de Trabalho (GT) da Expansão da Cooperação, foram discutidos princípios balizadores para trabalhos futuros. Em primeiro lugar, foi confirmado que a missão futura seria igualmente de sensoriamento remoto para confecção de dois novos satélites, com 50% de responsabilidade para cada parte (e não mais de 30% e 70%), com utilização, sempre que possível, de tecnologia já desenvolvida no decorrer da primeira fase do programa CBERS (a exemplo da tecnologia para construção da estrutura, câmara CCD, DCS-subsistema de Coleta de Dados). Estabeleceu-se que o lançamento do 1º satélite da nova fase (CBERS-3) ocorresse em data que proporcionasse a continuidade do serviço a ser oferecido pelos CBERS-1 e 2. O novo sensor a ser instalado a bordo dos satélites da nova fase deveria ser definido, a partir de estudo de mercado, nas comunidades usuárias dos dois países e internacional. Por fim, deveria ser analisada a possibilidade de um dos lançamentos ser efetuado a partir da base de Alcântara, no Brasil [663].

Por ocasião da visita a Pequim do Presidente Fernando Henrique Cardoso, e em demonstração do alto nível de confiança alcançado entre o Brasil e a China, foram assinados, em 13 de dezembro de 1995, dois novos importantes documentos na área espacial [664]. Por um lado, foram expressos

---

[662] A Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais – FUNCATE - foi instituída em 1982 como uma entidade de direito privado sem fins lucrativos. Atualmente, é credenciada pelo MEC e MCT como uma Fundação de Apoio às organizações governamentais de pesquisa e desenvolvimento. Disponível em: <http://www.funcate.org.br/>. Acesso em: 25/10/2006.

[663] "Relatório de viagem a Beijing. Período: 23 a 29 de 1995." Documento consultado na Agência Espacial Brasileira.

[664] Cf. "Acordo sobre segurança técnica relacionada ao desenvolvimento conjunto dos satélites e recursos terrestres" e a "Ata de entendimento sobre o fortalecimento e a expansão da cooperação tecnológica espacial Brasil-China".

O Brasile a China-10.indd 289 25/3/2008 00:37:40

o interesse e a preocupação em proteger tecnologias, dados e informações obtidos em conjunto, por ambas as partes, ou por apenas uma das partes, durante os estágios de desenvolvimento, montagem, integração e testes (AIT), transporte e lançamento dos satélites sino-brasileiros de recursos terrestres. Baseados nos êxitos dos trabalhos relativos aos satélites CBERS-1 e 2, os dois países confirmaram o desejo de fortalecer ainda mais a cooperação bilateral na área espacial, "de acordo com seus próprios programas de desenvolvimento e com o objetivo de satisfazer a demanda do mercado internacional". Para tanto, determinou-se a criação de grupo de trabalho conjunto com o propósito de elaborar estudo para determinar a viabilidade de dois satélites adicionais (CBERS-3 e 4), com base nos seguintes aspectos:

> a) continuação e utilização do bem-sucedido desenvolvimento tecnológico adquirido nos dois primeiros satélites CBERS para o desenvolvimento de dois satélites adicionais de sensoreamento remoto. A carga útil dos novos satélites se conformará às necessidades dos usuários em ambos os países e na comunidade internacional, de modo a estabelecer um sistema duradouro e estável de aplicações para o CBERS. A participação de terceiros nesta cooperação não será rejeitada; b) os dois lados arcarão com os custos do desenvolvimento e lançamento dos dois satélites adicionais em base de igualdade [665].

Na Ata de Entendimento em questão, mencionou-se ainda o interesse em continuar a expansão da cooperação em novas áreas. No concernente à área de telecomunicações por satélites, em particular, as partes concordaram em explorar adicionalmente a cooperação na terceira geração de satélites brasileiros de telecomunicações e no sistema de oito satélites de órbita baixa para telecomunicações móveis, aprovado pelo Governo brasileiro. Ao longo do Governo de Fernando Henrique Cardoso, diferenças entre as políticas de telecomunicação brasileiras e chinesas tornaram-se mais evidentes, dificultando a aplicação prática dos entendimentos havidos entre as partes neste âmbito [666].

Em 14 de maio de 1996, foi realizada, no Brasil, reunião do Grupo de Trabalho Brasil-China [667]. Durante a reunião, o lado chinês informou que o

---

[665] INPE. *Relatório de Atividades – 1995*. São José dos Campos: INPE, 1995, p. 11-12. Cf. "Ata de entendimento sobre o fortalecimento e a expansão da cooperação tecnológica espacial Brasil-China". Disponível para consulta na Divisão de Atos Internacionais do Ministério das Relações Exteriores, em Brasília.

[666] Cf. Monserrat Filho, José. "Brazilian-Chinese Space Cooperation: an analysis of its legal performance", paper apresentado no 39º International Colloquium on the Law of Outer Space, Beijing, China, October 7-11, 1996, p. 10.

[667] Participaram da Reunião, do lado brasileiro: Dr. Lélio Fellow (MCT), Dr. Carlos Santana (INPE), Dr. Carlos Nobre (INPE), Dr. José Raimundo Braga Coelho (INPE), Dr. Nelson Jorge Schuch (Universidade Federal de Santa Maria), Secretário Christian Vargas (MRE), Dr. Durval Henriques da Silva Filho (AEB) e Dra. Meireluce da Silva Ferreira (AEB). Do lado chinês, estiveram presentes: Tong Wenping (Departamento da Cooperação Internacional, Comissão de C&T da RPC), Ren Fumao (Comissão de C&T e Indústria para a Defesa Nacional), Zhang Zhenlin (International Finances & Investment LTD.), Wang Xiuting (Administração Nacional do Espaço, China), Hu Zhongmin (Administração Nacional do Espaço, Departamento de Cooperação Internacional), Liu Wei (Administração Nacional do Espaço, Depto. De Negócios Estrangeiros), Zeng Qinglai (Corporação Aeroespacial Chinesa), e Gu Fengxiang (Embaixada

O Brasile a China-10.indd 290 25/3/2008 00:37:40

lançamento do satélite CBERS estava previsto para outubro de 1997, havendo ainda necessidade de concentração de esforços, de ambas as partes, no tocante aos problemas técnicos e financeiros ainda pendentes. Por sua vez, confirmou a definição, entre os dois governos, do programa CBERS 3 e 4, restando pendente fixação de data para seu início.

Na mesma ocasião, o lado chinês apresentou interesse em estabelecer cooperação com instituições brasileiras na área de tecnologias de lançadores. Por sua vez, o representante da Agência Espacial Brasileira confirmou o interesse do país em desenvolver sistemas propulsivos utilizando motores a propolentes líquidos [668].

Em 11 de outubro de 1996, após realização de missão chinesa ao Brasil (08 a 11 de outubro de 1996) chefiada por Zeng Qinglai, a parte brasileira manifestou sua satisfação quanto aos entendimentos havidos sobre trabalhos referentes ao desenvolvimento do CBERS-1, viabilizando a conclusão do modelo até o final de 1997. Além de reafirmar interesse em ampliar o projeto CBERS e intenção de começar os trabalhos conjuntos para definição da missão dos satélites 3 e 4, a parte brasileira aceitou sugestão para que fossem iniciadas conversações sobre estudo de viabilidade para o desenvolvimento conjunto de uma plataforma geoestacionária multimissão para aplicações em telecomunicação e meteorogia[669].

A "Declaração Conjunta" relativa às aplicações pacíficas da ciência e tecnologia espacial foi assinada pelo Brasil e pela China no dia 8 de novembro de 1996, logo após ter sido realizada, no mesmo mês, visita do Primeiro Ministro chinês, Li Peng, ao Brasil. Por meio do documento, foram apresentados resultados de negociações entre as partes no tocante a quatro temas centrais: i) cronograma de trabalho; ii) lançamento do pequeno satélite científico brasileiro; iii) aplicações do CBERS; iv) programas CBERS-3 e 4; v) Programas de Telecomunicações e de Satélite Meteorológico; vi) acordo de compensação.

Sobre o cronograma estabelecido, fixou-se o final de 1997 como data para finalização dos trabalhos de integração e teste do primeiro satélite CBERS. Já o início dos testes conjuntos do Satélite EQM CBERS na base de lançamento foi agendado para a primeira metade de 1997. O INPE concordou em assinar contrato com o CGWIC para cobrir custos de adaptação do veículo lançador Longa-Marcha 'LM-4' ao micro-satélite brasileiro, após receber da parte chinesa a estimativa detalhada dos custos.

---

da RPC). Constaram da agenda de trabalho aprovada para aquela reunião os seguintes pontos: i) discussão geral sobre projeto CBERS e suas aplicações; ii) "piggyback" e aspectos da operação comercial "offset"; iii) tecnologia de lançadores; iv) programa conjunto de desenvolvimento de tecnologias relacionadas; v) discussão sobre a visita da parte brasileira do WG a instituições chinesas envolvidas na área espacial. Cf. "Relatório: Reunião do Grupo de Trabalho Brasil-China (14/05/96). Documento consultado na Agência Espacial Brasileira.

[668] Cf. "Relatório: Reunião do Grupo de Trabalho Brasil-China (14/05/96). Documento consultado na Agência Espacial Brasileira.

[669] Cf. "Aide Memoire". Feito em Brasília, no dia 11 de outubro de 1996. Documento consultado junto à Agência Espacial Brasileira.

O Brasile a China-10.indd 291 25/3/2008 00:37:41

Tendo em vista a aproximação da data de lançamento do primeiro satélite sino-brasileiro, Brasil e China comprometeram-se em apressar-se em instalar seus equipamentos de recebimento e processamento de imagens. A parte brasileira informou, pela "Declaração Conjunta", sobre as licitações públicas internacionais em curso no INPE direcionadas à escolha de fornecedores dessas instalações, para a qual o CRESDA também fora convidado a participar. Por razões técnicas e financeiras, o INPE e o CRESDA concordaram em esforçar-se para escolher os mesmos forcedores para as instalações chinesas e brasileiras. Com relação à comercialização dos dados do CBERS, ambas as partes reafirmaram o objetivo conjunto de construir uma *joint venture* para distribuí-los mundialmente, devendo, para tal fim, ser feito levantamento abrangente do mercado internacional.

Com vistas a viabilizar estudos adicionais sobre o CBERS-3 e 4, assim como sobre o desenvolvimento conjunto de uma plataforma multi-função geoestacionária com fins de aplicações de telecomunicações e meteorológicas, ambas as partes concordaram em instalar dois grupos de trabalho. Estipulou-se o mês de maio de 1997 como data para entrega dos primeiros relatórios dos referidos grupos.

No dia 14 de outubro de 1999, foi lançado com sucesso pelo foguete Longa Marcha-4, da base de Taiyuan, na China, o satélite de sensoriamento remoto CBERS-1 [670]. Estiveram presentes ao lançamento o Ministro brasileiro da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardemberg, além de autoridades chinesas [671]. O Satélite de Aplicações Científicas – SACI, integrado e testado ao longo do ano, foi lançado juntamento com o CBERS-1. Porém, devido a problemas de comunicação – provavelmente causados pelo computador de bordo e nos circuitos de proteção ativa – o funcionamento do satélite brasileiro ficou comprometido [672].

---

[670] Projetado para uma vida útil de dois anos, o satélite CBERS-1, operou com sucesso por quase quatro anos, de 14 de outubro de 1999 até agosto de 2003, gerando uma valiosa coleção de imagens dos territórios brasileiro e chinês. Cf. INPE. *Relatório de Atividades – 2001-2002-2003.* São José dos Campos: INPE, 2003, p. 10.

[671] "Tecnicamente perfeito, foi a opinião dos especialistas. O CBERS-1 passou a cruzar diariamente o planeta entre 13 e 14 vezes. Quatro vezes por dia passa sobre o Brasil, e suas imagens serão muito importantes para estudos e pesquisas, inclusive relacionadas com a Amazônia". Cf. INPE. *Relatório de Atividades – 1998-1999-2000.* São José dos Campos: INPE, 2000, p. 14.

[672] O projeto de Satélites de Aplicações Científicas (SACI) contemplou a produção de dois exemplares na categoria de microssatélites, com peso em torno de 70 quilos: o SACI-1 e SACI-2. Tais satélites faziam parte do programa iniciado em 1994 pelo INPE com recursos da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP. Desenvolvidos ao longo de 1998, os dois satélites foram lançados em 1999. Enquanto que o SACI-1 foi lançado juntamente com o satélite CBERS-1, o SACI-2 foi colocado em órbita a partir do Veículo Lançador de Satélites (VLS), desenvolvido pelo IAE/CTA, órgão do Comando da Aeronáutica. A operação, denominada 'Almenara', ocorreu em 11 de dezembro de 1999, no Centro de Lançamento de Alcântara, no Estado do Maranhão. Porém, devido a uma falha no segundo estágio do foguete, houve o acionamento do telecomando de destruição. Apesar dos insucessos, considerou-se que houve enorme ganho no conhecimento de novas tecnologias, as quais passariam a ser empregadas em futuros satélites. Cf. INPE. *Relatório de Atividades – 1998-1999-2000.* São José dos Campos: INPE, 2000, p. 13-14.

O Brasile a China-10.indd 292 25/3/2008 00:37:41

Em razão dos substanciais êxitos alcançados conjuntamente pelo Brasil e pela China por meio do lançamento bem sucedido do primeiro satélite sino-brasileiro de recursos terrestres (CBERS) foi confirmado, pelo Protocolo de Cooperação em Tecnologia Espacial, de 21 de agosto de 2000 [673], o prosseguimento da cooperação bilateral na área espacial, no sentido de desenvolver uma segunda geração de satélites CBERS (CBERS 3 e 4). Estabeleceu-se no documento em pauta que, a princípio, o valor dos investimentos requeridos para a referida cooperação fosse compartilhado igualmente entre as partes. Determinou-se, no mesmo documento, que Brasil e China estudassem a viabilidade do desenvolvimento conjunto de um satélite geoestacionário meteorológico e de telecomunicações [674].

No ano de 2001, foram feitas a montagem, integração e testes do segundo modelo do vôo do CBERS -2 (AIT/FM2/CBERS), cujas atividades no Laboratório de Integração e Testes (LIT) do INPE tiveram início em 13 de agosto de 2000 e foram encerradas em 12 de outubro de 2001. O satélite CBERS-2 constituiu-se, assim, no primeiro satélite de grande porte completamente montado, integrado e testado no Brasil. Já no primeiro semestre de 2002, a equipe de integração do LIT participou dos ensaios de recebimento do satélite CBERS-2 na China, assim como da preparação para o lançamento. Após terem sido detectadas falhas em alguns componentes, a equipe do LIT, em parceria com a empresa IGG Company Tecnology LTd., do Reino Unido (UK), participou da análise e solução de problemas nos conversores do satélite [675].

O Protocolo Complementar ao Acordo Quadro entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior para a Continuidade do Desenvolvimento Conjunto de Satélites de Recursos Terrestres foi assinado em 27 de novembro de 2002 [676]. Por este Protocolo, Brasil e China concordaram em iniciar, no mais curto prazo, o projeto de cooperação para extensão do Programa Sino-Brasileiro de Satélites de Recursos Terrestres (CBERS), mediante o desenvolvimento, lançamento, operação e exploração dos dados dos satélites CBERS 3 e CBERS 4. Para coordenar o Programa CBERS e resolver problemas decorrentes de sua implementação, decidiu-se pela criação de um Comitê de Coordenação do Programa [677].

---

[673] Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/b_chin_71_4789.htm>. Acesso em: 20/08/2006.

[674] "Entrevista por escrito concedida ao Webside Panorama Brasil pelo Exmo. Sr. Wan Yongxiang, Embaixador da República Popular da China no Brasil", 16/06/2002. Disponível em: <www.embchina.org.br>.

[675] Cf. INPE. *Relatório de Atividades – 2001-2002-2003.* São José dos Campos: INPE, 2003, p. 32.

[676] "Discurso do Embaixador Jiang Yuande no Encontro Brasil-China da Associação Comercial do Rio de Janeiro. Disponível em: < http://www.embchina.org.br/por/slgxx/t150664.htm>. Acesso em: 23/10/2006.

[677] Foram designados como supervisores do Projeto de Cooperação o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), do lado brasileiro, e a Comissão de Ciência, Tecnologia e Indústria para a Defesa Nacional (COSTIND), do lado chinês. Por sua vez, foram escolhidos para coordenar e gerenciar o Programa CBERS a Agência Espacial Brasileira (AEB) e a Administração

O Brasile a China-10.indd 293 25/3/2008 00:37:42

A parte chinesa ficou responsável pelo lançamento do CBERS 3 e a parte brasileira, pelo lançamento do CBERS 4. As partes, com base no princípio de investimentos de idêntica proporção, terão os mesmos direitos de utilização dos produtos do Projeto de Cooperação e dividirão, igualmente, a operação e controle dos satélites CBERS 3 e 4, com responsabilidades específicas, conforme descrição do Relatório de Trabalho.

Para atendimento das metas de aplicação nas áreas propostas (agricultura, floresta, geologia, cartografia, monitoramento ambiental, detecção, localização e estatísticas de incêndios, gerenciamento de acidentes naturais, hidrologia, gerenciamento costeiro, utilização da terra, supervisão e aplicação da lei), os sensores a bordo dos CBERS 3 e 4 deverão ser melhorados com relação aos dos CBERS 1 e 2. Por outro lado, para que seja possível diminuir o cronograma e os custos de desenvolvimento, o conceito dos satélites CBERS 3 e 4 herdará o máximo possível do que foi utilizado nos CBERS 1 e 2. As mudanças nas especificidades do CBERS 3 e 4 serão introduzidas e justificadas para garantir a melhoria do desenvolvimento especificado ou para acomodar a atualização tecnológica de aspectos de obsolescência de algumas unidades dos CBERS 1 e 2 [678].

O custo estimado para o desenvolvimento dos satélites foi de US$150 milhões. Já o custo estimado para os serviços de lançamento para os dois satélites baseados nos contratos dos CBERS 1 e 2 foi de US$50 milhões. Os lançamentos dos CBERS-3 e CBERS-4 foram previstos inicialmente para 2008 e 2010, respectivamente [679]. O INPE e a CAST ficaram responsáveis pelo suprimento dos seguintes subsistemas:

O satélite CBERS-2 – uma réplica do CBERS-1 [680] –, cujo lançamento inicialmente estava previsto para outubro de 2002, foi lançado com sucesso em outubro de 2003, igualmente a partir da base de Taiyuan, na China, pelo

---

Nacional de Espaço da China (CNSA). O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e a Academia de Tecnologia Espacial (CAST) ficaram responsáveis por implementar as atividades relacionadas ao Projeto.

[678] O Sistema de Satélites CBERS 3 e 4 compõe-se dos seguintes seguimentos: i) Segmento Espacial, composto dos satélites CBERS 3 e 4, com instrumentos a bordo para observação da superfície terrestre e para coleta de dados ambientais; ii) Segmento de Controle, com a função de controlar os satélites, monitorar e analisar seus desempenhos e coordenar as operações de aquisição de imagens, sendo composto pelo Centro de Controle e por Estações de Telemetria, Rastreio e Comandos; iii) Segmento de Missão, com função de coletar e processar os dados transmitidos, tornando-os disponíveis aos usuários, sendo composto de um Centro de Missão, Estações de Recebimento de Imagens e Laboratórios de Processamento de Imagens e; iv) Segmento de Lançamento, consistindo de Veículos de Lançamento e Base de Lançamento.

[679] Cf. INPE. "Programa CBERS – Quinze anos de cooperação internacional", in *INPE Notícias*, ano 9 nº 22, set./out. 2003, p. 2.

[680] Tanto o satélite CBERS-1 quanto o CBERS-2 foram equipados com três câmaras para observação da superfície da Terra, nas regiões do espectro eletromagnético correspondentes ao infravermelho e ao visível. Cada satélite foi, também, equipado com um repetidor para coleta de dados, em apoio à operação do Sistema Brasileiro de Coleta de Dados Ambientais. No Brasil, as aplicações das imagens obtidas dos satélites CBERS envolvem desde mapas de queimadas e desflorestamento da região Amazônica, até estudos na área de desenvolvimento urbano nas grandes capitais do país. Cf. INPE. *Relatório de Atividades – 2001-2002-2003.* São José dos Campos: INPE, 2003, p. 10-11.

O Brasile a China-10.indd 294 25/3/2008 00:37:42

foguete chinês Longa Marcha 4B. Desde seu lançamento, operou com total êxito, passando à fase de rotina de produção de imagens em fevereiro de 2004. Conforme previsto em acordo assinado entre as partes, a operação do satélite é co-partida entre os países, com períodos de tempo proporcionais à participação no empreendimento. Assim, o CBERS-2 passou a ser operado pelo Centro de Rastreamento e Controle de Satélites do INPE a partir de agosto de 2004, por um período de oito meses. No período de tempo excedente à vida útil de projeto, estipulada em dois anos, o tempo em que cada país exercerá o controle do satélite será dividido igualmente entre as partes [681].

Quadro 3
DIVISÃO DO TRABALHO ENTRE BRASIL E CHINA
NO PROGRAMA CBERS 3 E 4 (NOVEMBRO / 2002)

INPE (Brasil)	CAST (China)
Subsistema de Coleta de Dados – DCS	Subsistema de Controle de Órbita e Altitude – AOCS
Suprimento de energia	Subsistema de Propulsão – PROPUL
Telemetria, Rastreio e Controle (Banda-S – TTC)	Supervisão de Bordo – OBDH
Câmara Multi-Espectral de 20m – MUXCAM	Câmara Multi-Espectral Infra-vermelho – IRMSS
Imageador de campo largo – WFI	Câmara 5m/10m – PANMUX
Gravador Digital de Dados – DDR	Controle Térmico
Estrutura	Cablagem do Sistema
Equipamento de Teste Global – OCOE	CCD-DT
Equipamento de solo de suporte mecânico – MCSE (para o AIT de um satélite)	Equipamento de solo para suporte mecânico – MGSE (para o AIT de um satélite e para a Campanha de Lançamento)
Projeto de engenharia do sistema	Projeto de engenharia do sistema
Montagem, integração e teste dos dois modelos de satélite	Montagem, integração e teste dos dois modelos de satélite
Gerenciamento	Gerenciamento
IR-DT	

Fonte: INPE

[681] Cf. INPE. "Programa CBERS – Quinze anos de cooperação internacional", in *INPE Notícias*, ano 9 nº 22, set./out. 2003, p. 2.

O Brasile a China-10.indd 295 25/3/2008 00:37:42

Em audiência no Palácio do Planalto, em Brasília, no dia 29 de outubro de 2003, foram entregues ao Presidente da República as primeiras fotos de imagens captadas pelo satélite CBERS-2 [682]. As imagens geradas pelo CBERS-2 são recebidas em Cuiabá-MT, sendo, em seguida, retransmitidas para São José dos Campos-SP, onde são processadas para distribuição aos usuários. A partir de junho de 2004, as imagens do CBERS-2 tornaram-se disponíveis ao público, gratuitamente, via internet [683].

Durante viagem do Presidente Lula à China, foi assinado um novo acordo de cooperação bilateral na área espacial [684], visando, por um lado, o estabelecimento de uma moldura de cooperação permitindo a execução de atividades relacionadas ao Sistema de Aplicações do CBERS, a ser alcançado por meio da nomeação de uma organização para tal fim. Por outro lado, o acordo expressou a concordância das partes em construir sistemas de recebimento e processamento de dados dos satélites CBERS para outros países, além da China e do Brasil.

Durante a viagem do Presidente Hu Jintao ao Brasil, foram confirmados os objetivos visualizados no Memorando de entendimento assinado em maio de 2004, por um Protocolo complementar em que os dois países acordaram em desenvolver as seguintes atividades relativas à cooperação e desenvolvimento de aplicações de dados CBERS:

> a) Desenvolver e aprimorar "software para aplicações de dados CBERS e geração de produtos para os usuários finais; b) Realizar encontros para a troca de experiências relativas a aplicações de dados CBERS; c) Promover conjuntamente o treinamento técnico em aplicações de dados CBERS para usuários na China, no Brasil e em outros países; d) Estabelecer e implementar conjuntamente critérios e padrões para a avaliação de produtos CBERS e procedimentos para a calibração de imagens e aferição de sua qualidade; e) Compilar e promover conjuntamente discussões acerca dos requerimentos de usuários para os futuros sensores dos satélites da série CBERS e preparar propostas para os requerimentos técnicos de tais sensores [685].

Em novembro de 2004, Brasil e China assinaram igualmente um protocolo complementar tratando da fabricação do satélite CBERS-2B. Tal satélite servirá para garantir o suprimento ininterrupto de imagens CBERS até que o satélite CBERS-3 seja lançado, em 2008. A divisão de responsabilidades quanto ao trabalho de desenvolvimento e ao investimento do CBERS-2B foi

---

[682] Estiveram presentes à reunião o diretor do INPE, Luiz Carlos de Moura Miranda, o Ministro de Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral, o Coordenador Geral de Observação da Terra (OBT) do INPE, Gilberto Câmara, e o representante da Coordenação de Engenharia e Tecnologia Espacial (ETE), Mário Quintino. Cf. INPE. "Presidente Lula recebe imagens do CBERS-2", in *INPE Notícias,* ano 9 nº 22, set./out. 2003, p.1.

[683] Cf. INPE. "Público terá acesso às imagens do CBERS-2", in *INPE Notícias,* ano 10 nº 23, mar./abr. 2004, p. 2.

[684] Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/b_chin_84_5303.htm>. Acesso em: 20/08/2006.

[685] Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/b_chin_93_5382.htm>. Acesso em: 20/08/2006.

O Brasile a China-10.indd 296 25/3/2008 00:37:43

a mesma prevalente nos projetos CBERS-1 e CBERS-2, qual seja, de 70% (R$ 105 milhões) para a China e 30% (R$ 45 milhões) para o Brasil. O lançamento do satélite CBERS-2B, cujo segmento de rastreamento, telemetria e controle (TT&C) terá características similares às dos projetos CBERS-1 e CBERS-2, estava previsto para 2006 [686].

Cooperação educacional e cultural

Em 13 de dezembro de 1995, durante missão realizada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso à China, foi assinado o Memorando de Entendimento sobre Cooperação nas Áreas de Rádio e Televisão. Os dois países manifestaram no documento em questão o interesse em incentivar o intercâmbio de programas musicais, culturais, informativos e educacionais entre as respectivas emissoras de rádio; a participação recíproca de suas empresas de radiodifusão, por meio do envio de representantes, em festivais, simpósios e seminários internacionais que viessem a promover; a apresentação de programas de música brasileira em emissoras de rádio chinesas e de música chinesa em emissoras de rádio brasileiras; e a prestação de apoio técnico à retransmissão em ondas curtas a terceiros países de programas das suas respectivas emissoras de rádio, em particular aquelas pertencentes ou vinculadas a órgãos governamentais.

Em dezembro de 1996, organizou-se a Terceira Reunião da Comissão Mista Cultural Sino-Brasileira e assinou-se o Programa Executivo do Acordo de Cooperação Educacional e Cultural para os anos de 1996 a 1998 no Brasil. A quarta reunião da Comissão Mista Cultural Sino-Brasileira, por sua vez, foi realizada em 2000. Já o Programa Executivo Cultural do Acordo de Cooperação Cultural e Educacional para os anos de 2001 a 2004 foi assinado pelo Brasil e pela China em 12 de novembro de 2001.

De 2001 a 2002, cooperação e trocas culturais e educacionais aconteceram de forma freqüente entre Brasil e China. Grupos artísticos, acrobáticos e culturais visitaram o Brasil, assim como delegações brasileiras estiveram na China. A Embaixada do Brasil em Pequim organizou diversos eventos culturais, dentre os quais destacaram-se: i) palestra do Embaixador do Brasil em Pequim sobre "O Brasil no cenário internacional" na *Beijing Broadcasting University* (25 de abril de 2001); ii) mostra de "Arte Contemporânea Brasileira" (em Pequim, Shenzhen e Shanghai, entre os dias 21 de outubro a 21 de novembro 2001); iii) conferências com artistas plásticas brasileiras Anna Bella Geiger e Célia Euvaldo sobre "A Teoria da Arte e o Artista no Cenário da Arte Contemporânea", no Instituto de Artes de Shenzhen (30 de novembro de 2001) e no Instituto Central de Artes de Pequim (05 de dezembro de 2001); iv) apresentação do grupo musical "Chorinho Brasileiro" no Festival *Meet in Beijing*, o maior festival internacional de artes da China

[686] Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/b_chin_94_5383.htm>. Acesso em 20/08/2006.

O Brasile a China-10.indd 297 25/3/2008 00:37:43

(abril de 2002); v) concerto do pianista João Carlos Martins, patrocinado pelos Ministérios da Cultura do Brasil e da China, no Teatro Jin Fan, em Pequim (julho de 2002); vi) *Mostra de Cinema Brasileiro*, na Academia de Cinema de Pequim, patrocinada pela Secretaria de Audiovisual da China e pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil (outubro de 2002)[687].

O Presidente Lula esteve presente à aberturada da mostra "Guerreiros de Xi'an e os Tesouros da Cidade Proibida", composta por 310 peças do acervo das últimas dinastias chinesas Ming e Qing. A mostra chinesa atraiu quase um milhão de visitantes ao pavilhão da Oca do Ibirapuera, em São Paulo, entre os dias 20 de fevereiro e 18 de maio de 2003 [688].

Por sua vez, durante sua visita à China, no dia 25 de maio de 2004, o Presidente Lula abriu a Exposição "Amazônia: Tradições Nativas", no Museu do Palácio Imperial, localizado dentro da Cidade Proibida, em Pequim [689]. Na mesma data, foi inaugurado pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, o Núcleo de Cultura Brasileira, na Universidade de Pequim. A imprensa televisiva chinesa e estrangeira (BBC/Agência Lusa) concedeu relevo ao acontecimento, no âmbito da visita presidencial à China. A função do Núcleo de Cultura Brasileira, criado com o apoio da Direção-Geral Cultural do Ministério das Relações Exteriores, é de divulgar o Brasil para estudantes e professores chineses, assim como de outras nacionalidades. O Núcleo de Cultura Brasileira contava, no momento de sua inauguração, com um leitorado de língua portuguesa / brasileira, tendo sido sua leitora contratada a partir de concurso nacional instituído pela CAPES. O Núcleo de Cultura possui ainda como projeto a reedição de traduções, para o chinês, de clássicos da literatura brasileira[690].

Conclusão parcial – 1995-2004

A partir da segunda metade da década de 1990, as políticas externas da China e do Brasil revelaram o interesse dos dois países em aumentar a sua independência internacional e em utilizar as relações mantidas entre eles para fazer prosperar seus respectivos projetos nacionais de desenvolvimento.

O Brasil procurou conciliar as novas parcerias internacionais com as relações tradicionais mantidas com os países desenvolvidos. Com os Estados Unidos, as relações bilaterais tiveram como foco as questões econômico-

---

[687] Informações obtidas através de consultas a documentos disponíveis na Embaixada do Brasil em Pequim. Consultas realizadas em novembro de 2004.
[688] Disponível em: <http://www.embchina.org.br>. Acesso em: 25/05/2004.
[689] "Diálogo com um Simbolismo Especial". Artigo do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, publicado na Revista Especial do Jornal Valor Econômico, 21/05/2004 Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/discurso_detalhe.asp?ID_DISCURSO=2357>. Acesso em: 23/10/2006. "Presidentes da China e do Brasil felicitam inauguração da exposição brasileira em Beijing". Disponível em: <http://po1.chinabroadcast.cn/1/2004/05/25/1@10038.htm>. Acesso em: 23/10/2006.
[690] Cf. "Inaugurado Núcleo de Cultura Brasileira na Universidade de Beijing". Disponível em: < http://www.embchina.org.br>.acesso em:25/5/2004.

O Brasile a China-10.indd 298 25/3/2008 00:37:43

comerciais. Apesar de ter ocorrido crescimento das trocas comerciais com os Estados Unidos, sobretudo com o fim do Plano Real (1999), houve perda de *market share* brasileiro com o correr dos anos (1,4% para 1,0% de 1999 a 2003). Mereceram destaque as seguintes razões para o fraco desempenho brasileiro no mercado norte-americano: presença de barreiras e restrições tarifárias e não-tarifárias a produtos brasileiros; distorções de comércio provocadas por novos acordos comerciais; pauta de exportação concentrada em poucos produtos e poucos exportadores; deficiências tecnológicas na produção brasileira; e diminuição da competitividade e agressividade das empresas brasileiras com relação a terceiros países, como a China.

O Brasil manteve relações cooperativas com a União Européia, a qual absorveu um quarto das exportações brasileiras em 2004. A ampliação das liberalizações comerciais foi em parte frustrada pela persistente importância atribuída pelos europeus à manutenção de política externa comum desfavorável aos mercados agrícolas mundiais. A participação modesta do Brasil nos negócios japoneses, por sua vez, esteve ligada à prolongada recessão econômica e preferência dada pelo Japão às relações com os países asiáticos. A ausência de interesses claros impediu o aprofundamento das relações, abrindo espaço para que a China se tornasse o principal parceiro brasileiro na Ásia. As relações entre Rússia e Brasil também estiveram voltadas para as questões econômicas, concentrando-se as exportações e importações em poucos produtos da agroindústria. Diante da falta de tradição comercial entre Brasil e Rússia e ausência de vínculos mais significativos, o anúncio de parceria estratégica soou como uma promessa longínqua.

A política africana sofreu retrocesso ao longo da década de 1990. Dentre as razões para perda de posição relativa da África na política externa brasileira, foram apontadas: a desmobilização diplomática tanto na projeção da imagem do Brasil quanto na prospecção e financiamento de negócios na África; a concorrência de empresas estrangeiras; a convergência de atenções do governo e do empresariado brasileiro para terceiros países. Durante o governo Lula, a recuperação de terreno na África foi feita pela assinatura de novos acordos bilaterais e abertura de negócios. Apesar do aumento das exportações brasileiras, elas se mantiveram concentradas em um único produto (petróleo) e em poucos países (Nigéria e Argélia). Na América Latina, foi preservado o bom entendimento com os países vizinhos. O objetivo central, na região, de revitalização e aprofundamento do Mercosul, foi obstaculizado pelas persistentes assimetrias estruturais entre países membros e pela reticência brasileira em pagar o alto preço pelo exercício da liderança regional.

De sua parte, a política externa chinesa, a partir do final do século XX, objetivou o estabelecimento de parceria de vários níveis e profundidades para facilitar a coordenação econômica e de segurança e para contrabalançar o sistema regional de alianças dos Estados Unidos. Multilateralismo e terceiro-mundismo continuaram presentes no discurso diplomático da China, os quais, acreditava-se, colaboravam para a abertura econômica e para a inserção chinesa no mundo em termos de igualdade.

O Brasile a China-10.indd 299 25/3/2008 00:37:44

As relações da China com os Estados Unidos também estiveram centradas nas questões comerciais, tendo sido utlizadas ferramentas econômicas para minimizar discordâncias nos planos político e estratégico. As excelentes relações comerciais e de investimentos transformaram a China no primeiro importador dos Estados Unidos e importante fonte de capital para o mercado da dívida pública americana. Confirmou-se igualmente o fortalecimento dos laços da China com a União Européia, graças à prática de estratégia ampla de aprofundamento e ampliação das relações, tanto no âmbito econômico-comercial quanto nas áreas tecnológica e militar, envolvendo exercícios conjuntos na área naval, programas de treinamento e operações de manutenção da paz. Porém, persistiram alguns impasses nas relações com os europeus, ligadas à prática dos direitos humanos na China e ao bloqueio de vendas de armas ao mercado chinês.

China e Rússia tiveram como elemento mais durável de suas relações nos anos 1990 a cooperação militar. O estabelecimento de parceria estratégica entre os dois países foi anunciado para fazer face às tendências unilateralistas dos Estados Unidos e de estabelecer uma ordem mundial multipolar. Porém, a decisão da Rússia de se aproximar dos Estados Unidos (2001) – de forma a inserir o país novamente no clube das superpotências e de acelerar as reformas internas – tornou patente a fragilidade daquela parceria estratégica. China e Japão, por sua vez, alimentaram ao mesmo tempo relações políticas instáveis e relações econômico-comerciais pujantes – baseadas na forte demanda chinesa por material de alta tecnologia e na ampliação dos investimentos e transferência de bases de produção japonesas para a China.

A China demonstrou alta capacidade de liderança nos processos de fortalecimento de integração regional asiática. Ademais, a capacidade de crescimento econômico possibilitou a transformação da China em catalisador dos países da região em torno de metas como a manutenção de ambiente político e de segurança estáveis; acesso a recursos energéticos e matérias-primas na região; desenvolvimento de relações comerciais; e busca por maior influência com o intuito de enfrentar ameaças e estratégias de contenção na região.

Tanto na África quanto na América Latina, a RPC estabeleceu como metas primordiais a obtenção de recursos energéticos, matérias-primas e mercados para seus exportadores, além de apoio político em fóruns internacionais e contra a influência de Taiwan no continente. Para alcançar tais objetivos, a estratégia da China no continente africano envolveu: o estabelecimento de acordos comerciais bilaterais; a diminuição de tarifas alfandegárias; o oferecimento de linhas de crédito para construção de infra-estrutura e outros tipos de investimentos; o perdão de dívidas; e a promoção cultural e educacional.

Na América Latina, registrou-se, de 2000 a 2005, crescimento do comércio entre China e países da região de aproximadamente 70%, com concentração das trocas em poucos países (Brasil, com 30%, e México, Chile, Argentina, Panamá, Peru e Venezuela, com 50% do total dos intercâmbios) – e poucos produtos – minérios, alimentos, pesca e petróleo. Os múltiplos

O Brasile a China-10.indd 300 25/3/2008 00:37:44

investimentos chineses na região ocorreram principalmente em áreas relacionadas à extração de matérias-primas e construção de infra-estrutura.

Os governos de Fernando Henrique Cardoso e de Luiz Inácio Lula da Silva apostaram nas relações com a China, seja no âmbito comercial, seja nas áreas de investimentos empresariais conjuntos e projetos de ciência e tecnologia.

A partir de 2000, percebeu-se forte crescimento da corrente comercial sino-brasileiras em decorrência tanto do fim do Plano Real no Brasil, quanto da superação da crise financeira na Ásia e do surgimento de novos fluxos de crescimento na China. De 2000 a 2004, houve aumento, em 351,8%, das compras chinesas no Brasil, e em 106%, das compras brasileiras na China, transformando-se este país no quarto principal parceiro comercial do Brasil. Uma considerável parte das exportações do Brasil para a China foi composta por matérias-primas e alimentos – minério de ferro, aço e complexo de soja – os quais representaram conjuntamente mais de 70% das vendas em 2004. A ênfase brasileira no agronegócio continuou com o passar do tempo, tendo sido feita reivindicação de espaço no mercado chinês para as vendas de carne.

De 2001 a 2003, as exportações brasileiras para a China foram marcadas por significativa presença de mercadorias de baixo conteúdo tecnológico (55%); alto grau de concentração da pauta exportadora por setores – agropecuária (32%), mineração (21,6%), siderurgia (7,8%), celulose (5,3%) e óleos vegetais (9,1%) em 2004 – e por produtos (soja e minério de ferro). Em 2003, as importações realizadas pelo Brasil no mercado chinês também foram marcadas por alto grau de concentração em poucos setores produtivos – equipamentos eletrônicos e químicos e farmacêuticos –, embora em menor grau do que o verificado para as exportações (57% dos importados).

A partir de 2004, a regressão do superávit comercial brasileiro em 27% e a ampliação em 70% das vendas chinesas no Brasil sinalizaram uma mudança significativa no histórico das relações comerciais, com o aumento da presença – e da concorrência – no mercado nacional de produtos manufaturados, revelando a estratégia chinesa de elevar escala de produção e priorizar a geração de valor agregado de seus produtos.

As dificuldades brasileiras de exportar para a China estiveram relacionadas às seguintes razões: excessiva carga tributária e infra-estrutura deficitária presentes no Brasil; política tímida de identificação de novas oportunidades comerciais; capacidade de poucos setores produtivos (extrativa mineral e agricultura) de expandir oferta, conforme ritmo ditado pela onda importadora chinesa; queda no preço de *commodities* e forte concorrência no mercado chinês. Por sua vez, medidas típicas aplicadas no mercado chinês – como juros baixos e créditos abundantes à disposição dos exportadores chineses e aplicação de barreiras não tarifárias e de medidas para forçar a baixa de preços dos produtos chineses – dificultaram sobremaneira a adaptação do empresário brasileiro ao contexto sínico e manutenção de superávits com o parceiro chinês.

Se, de fato, as exportações brasileiras, de 2000 a 2004, passaram de US$ 1,6 bilhão para mais de US$ 8 bilhões, a posição brasileira dentre os

O Brasile a China-10.indd 301 25/3/2008 00:37:44

principais exportadores para o mercado chinês não chegou a dobrar durante este período, passando o *market share* brasileiro de 0,72% (24º lugar) para 1,55% (14º lugar). Enquanto isso, em 2004, quase 50% das importações chinesas ficaram concentradas em apenas quatro países – Japão (16,81%), Taiwan (11,54%), Coréia do Sul (11,09%) e Estados Unidos (7,96%). Quanto às exportações chinesas, quatro países – Estados Unidos (21,06%), Hong Kong (17%), Japão (12,39%), Coréia do Sul (4,69%) – foram responsáveis por 55,14% sobre o total.

Grande parte dos ganhos alcançados por empresas brasileiras e chinesas por meio de suas exportações foi direcionada ao financiamento de novos investimentos, tanto em solo chinês quanto brasileiro, de forma a aumentar a capacidade de produção de suas empresas e gerar melhoria de infra-estrutura e transporte.

O excelente entendimento político dos últimos anos entre Brasil e China, por sua vez, amplificou e favoreceu as complementaridades das cadeias produtivas brasileira e chinesa, propiciando a geração de frutos promissores, reforçando a parceria entre os dois países.

O Brasile a China-10.indd 302 25/3/2008 00:37:45

Conclusão

Ao longo de trinta anos, a contar do estabelecimento das relações diplomáticas, em agosto de 1974, Brasil e China procuraram desenvolver uma profunda e tradicional amizade entre seus povos. Antes mesmo da fase de estabelecimento das relações diplomáticas entre Brasil e RPC, contatos entre famosas personalidades dos círculos culturais, políticos e econômicos chineses e brasileiros prenunciaram as grandes transformações que iriam ocorrer na história das relações bilaterais.

Durante a década de 1950, a China buscou apoio nos países capitalistas desenvolvidos da Europa Ocidental e nos países em desenvolvimento da Ásia, África e América Latina para prosseguir a sua política de libertação nacional. Influenciada pelo idealismo comunista, a política externa chinesa não conseguiu atrair os países esquerdistas latino-americanos, os quais preferiram continuar sob influência do comunismo soviético.

Durante o Governo Jânio Quadros, a política de alargamento de parceiros comerciais e de busca por prestígio internacional permitiu uma aproximação inicial com a RPC, culminando com a viagem do Vice-Presidente João Goulart à China, em agosto de 1961. Na ONU (1961), o Brasil afirmou que desacordos ideológicos não mais o impediriam de manter relações com todos os países do globo. Porém, com a instauração do regime militar brasileiro, em abril de 1964, a política externa brasileira voltou a ser fortemente influenciada por idéias e valores discriminatórios, passando a repudiar as práticas comunistas consideradas revolucionárias, afastando-se da RPC.

Na década de 1970, com vistas a aumentar sua legitimidade, diversificar parceiros e abrir novas chances de ganhos no tabuleiro internacional, China e Brasil resolveram pautar suas políticas externas por critérios menos ideológicos e mais pragmáticos.

Ao aceitar participar do equilíbrio de poder da Guerra Fria ao lado de países do mundo ocidental – os quais sustentaram sua inclusão como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU –, a China aumentou seu prestígio internacional, facilitando, inclusive, a sua aproximação dos países latino-americanos.

Com o Governo Ernesto Geisel (1974-1979), mesmo na presença de resquícios de elementos ideológicos contra países comunistas, o Brasil resolveu apostar na parceria com a China, oficializando as relações diplomáticas entre os dois países, em agosto de 1974, e inaugurando a fase embrionária das relações. A política externa cooperativa adotada nas relações com a China permitiu a construção de um sólido diálogo político e o estabelecimento de mais de duas dezenas de acordos bilaterais nas mais diferentes áreas ao longo de quinze anos (1974-1990), período necessário para a superação da

O Brasile a China-10.indd 303 25/3/2008 00:37:45

fase embrionária e adentramento na fase de institucionalização das relações bilaterais.

As dificuldades enfrentadas pelos dois países em desenvolvimento – relacionadas a ajustes nos projetos nacionais, infra-estruturas deficitárias, produtos pouco competitivos e carência de recursos para incrementar as relações Sul-Sul – refrearam o ritmo da aproximação sino-brasileira ao longo da década de 1980. A falta de conhecimento mútuo entre países dotados de características sócio-culturais e pertencentes a contextos históricos tão distintos também colaborou para os saldos modestos alcançados até aquele momento, os quais ficaram fortemente restritos ao plano político.

Acontecimentos como o final da Guerra Fria e retomada da expansão do capitalismo, no início dos anos 1990, provocaram grandes transformações internacionais, com conseqüências marcantes sobre a conduta internacional do Brasil e da China. Enquanto a China reforçou o pragmatismo de seu comportamento internacional – dotando sua política externa de perfil logístico, voltado para a busca das mais diferentes oportunidades internacionais geradoras de um desenvolvimento nacional autônomo e sustentável –, o Brasil hesitou entre uma política externa cooperativa – construída em função das possibilidades de ganhos com a execução do projeto nacional – e uma política externa (neo)liberal – autolimitada à exploração dos aspectos econômicos internacionais, de forma muitas vezes submissa aos comandos das potências hegemônicas do sistema internacional.

As conseqüências das atitudes brasileiras e chinesas foram sentidas nas relações bilaterais mantidas entre os dois países, tendo sido instalada situação contraditória, em que um diálogo político-diplomático consolidado constrastava com relações comerciais medianas e cooperação científica e tecnológica afetada por questões financeiras. Naquele momento, as deficiências do Estado brasileiro não permitiram a articulação de um programa amplo, integrado e firmemente coordenado com a China, capaz de alçar as relações a um patamar mais alto de excelência. Na esteira da política de pertencimento a esferas múltiplas, a China preferiu fortalecer os laços com a região asiática e com as potências ocidentais.

Durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso, o engajamento do Brasil no processo de globalização foi revisto, uma vez apreendidos os riscos gerados. Já no Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, conciliou-se uma postura contestadora a uma avaliação mais positiva sobre a ordem internacional, com base na opinião de que transformações em curso criavam novos espaços de poder para países em desenvolvimento.

Diante da necessidade de aumentar a margem relativa de manobra no plano externo frente aos principais parceiros internacionais, o Brasil concedeu maior espaço para a Ásia em sua política externa. Constaram ainda na lista de interesses do Brasil: atrair novos investimentos externos e tecnologias de ponta; abrir mercados de alta capacidade de consumo para produtos brasileiros; aproveitar das políticas desenvolvimentistas em curso em países asiáticos; e explorar similaridades que permitissem aumentar o poder de barganha do Brasil nos fóruns multilaterais.

O Brasile a China-10.indd 304 25/3/2008 00:37:45

A política externa da China, no início do século XXI, também foi marcada pelo fenômeno do crescente interesse pela região latino-americana. A estratégia chinesa na América Latina esteve baseada no aumento de poder relativo pela via da promoção da multipolaridade e da democratização das relações internacionais, funcionando os países latino-americanos como um respaldo político no seio dos organismos internacionais; na contenção dos interesses de independência de Taiwan; e no fortalecimento dos laços externos para a obtenção de recursos a serem empregados no desenvolvimento nacional.

A política externa da China colaborou igualmente para que a América Latina passasse a ser essencialmente vista pelos empresários chineses como um reservatório de recursos energéticos, matérias-primas e alimentos, considerados primordiais para sustentar o modelo de desenvolvimento adotado, sobretudo no momento de sua franca ascensão. Interessava também aos chineses garantir mercados para seus produtos e investidores, especialmente quando considerada a tendência de aprofundamento de processos regionais e de mercados cada vez mais competitivos e restritivos.

Tanto o governo de Fernando Henrique Cardoso quanto o de Luiz Inácio Lula da Silva investiram nas relações com a China, acreditando nas possibilidades de ação conjunta no processo de redefinição da ordem internacional. De 2000 a 2004, graças à admirável capacidade de resposta de alguns setores exportadores brasileiros aos imperativos do crescimento acelerado chinês, houve forte ampliação da corrente comercial sino-brasileira, com aumento, em 351,8%, das compras chinesas no Brasil e, em 106%, das compras brasileiras na China, transformando este país no quarto principal parceiro comercial do Brasil.

Registrou-se crescimento de empreendimentos conjuntos, em forma de *joint ventures* – a exemplo da criação da empresa Embraco-Snowflakes, em 1995, e da empresa Embraer-AVIC-II, em 2002, e das empresas Companhia Vale do Rio Doce - Shanghai Baoostel, em 2004. Empresas brasileiras como a Marcopolo e Iveco – na área de componentes para ônibus e caminhões – e Petrobrás – na exploração de petróleo – também marcaram forte presença no mercado chinês. Brasileiros e chineses se associaram ainda na construção de hidrelétricas tanto no Brasil quanto na China e em projetos de cooperação envolvendo fabricação de automóveis com possibilidade de transferência de tecnologia *flexfuel* (motor a álcool/gasolina).

Apenas no espaço dos últimos dez anos (1995-2004), foram assinados trinta e quatro atos bilaterais entre os governos do Brasil e da China nas mais diferentes áreas de interesse, permitindo a ampliação do aparato jurídico-institucional comum, base indispensável para a construção da cooperação bilateral. Coroando o sucesso do mais importante projeto de cooperação sino-brasileira na área científica e tecnológica, assistiu-se ao lançamento de dois satélites sino-brasileiros de sensoriamento remoto (CBERS-1, em outubro de 1999, e CBERS-2, em outubro de 2003).

Constatou-se igualmente estar em processo de formação, nos mais diferentes centros de pesquisa e associações sino-brasileiros, um conhecimento

O Brasile a China-10.indd 305 25/3/2008 00:37:46

mútuo mais amplo e especializado a respeito das práticas econômicas, financeiras e comerciais e dos comportamentos sócio-culturais dos diferentes atores envolvidos nas relações entre os dois países. A Universidade de Pequim, por exemplo, passou a contar, a partir de 2004, com o Núcleo de Cultura Brasileira, voltado tanto para o ensino da língua portuguesa quanto para atividades culturais abertas à comunidade sino-brasileira, além da tradução de obras literárias.

Acreditando na alta probabilidade de ganhos advindos do aprofundamento da parceria com uma potência em ascensão, o Brasil investiu profundamente nas relações políticas bilaterais, dando diversas demonstrações, no plano multilateral, de solidariedade em relação à China: o Brasil apoiou sua entrada na Organização Mundial do Comércio como membro permanente (2001); na Organização dos Estados Americanos (OEA) como observador permanente (2004), e no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) como membro associado; concedeu-lhe o *status* de economia de mercado (2004); votou a seu favor na Comissão de Direitos Humanos da ONU (2004) e negociou a elevação de barreiras comerciais.

No âmbito das negociações comerciais multilaterais, houve apoio entre os dois países em defesa de causas ligadas ao tema da agricultura, resultando na formação do G-20. Porém, no âmbito das discussões sobre a reforma da ONU e de seu Conselho de Segurança, a China não defendeu abertamente a atribuição do assento permanente ao Brasil, seja por receio de melindrar outros parceiros comerciais na América Latina, seja por não desejar que uma eventual reforma da estrutura decisória de poder diminua o *status* internacional da China, relacionado justamente à exclusividade de acesso a esse espaço de poder político.

Enquanto a decisão do Brasil em reconhecer a China como *economia de mercado* teve por intenção tornar explícito o grande peso político conferido pelo Brasil às relações com o parceiro asiático, a atitude da China em não apoiar abertamente a candidatura do Brasil a um assento permanente ao Conselho de Segurança da ONU – constrastando com a atitude de outros membros permanentes do Conselho, como a França – jogou sombras de dúvidas sobre o próprio fundamento da parceria estratégica estabelecida entre os dois países.

Além disso, ao final de trinta anos, tanto governantes brasileiros quanto chineses – que, no plano do discurso, afirmaram a "alta relevância" das relações existentes entre os dois países –, ainda não chegaram a definir, de forma clara, os mecanismos formais permitindo o aprofundamento e ampliação das relações bilaterais.

Ciente do novo *status* da China de "candidata a potência mundial" do século XXI, o Brasil teve dificuldade em acompanhar o ritmo firme que ela manteve nas relações com os principais países do sistema internacional. Persistiu, ao longo dos anos, o desafio maior de harmonização dos relacionamentos históricos brasileiros dos planos regional e ocidental com as novas propostas de interação existentes no contexto asiático.

Ao se aplicar o conceito de parceria estratégica utilizado no presente trabalho, percebeu-se em primeiro lugar que, se por um lado, foi conduzido

O Brasile a China-10.indd 306 25/3/2008 00:37:46

um diálogo profícuo e amistoso entre altas autoridades políticas de ambas as partes, amparado por mecanismos institucionais variados, por outro, não foi unânime e irrestrito o apoio político chinês em prol das questões consideradas essenciais na agenda política brasileira.

Em segundo lugar, se foram mantidas relações dinâmicas no campo econômico-comercial, permitindo à China alcançar o posto de quarto principal parceiro brasileiro a partir de 2004, o Brasil não chegou a adquirir um poder relativo amplo quando comparado aos demais parceiros comerciais da China. Houve, inclusive, dificuldade em agregar valor às vendas feitas à China, compostas principalmente por matérias-primas e alimentos, constrastando com o perfil global das exportações brasileiras. Por sua vez, foi somente nos primeiros anos do século XXI que as *joint ventures* estabelecidas entre mega-empresas brasileiras e chinesas alcançaram seus primeiros resultados altamente positivos – como demonstraram os exemplos da Embraer-AVIC-II, CVRD-Baosteel e Embraco-Snowflakes.

Em terceiro lugar, percebeu-se que as relações sócio-culturais entre brasileiros e chineses progrediram, conduzindo à participação crescente de diferentes grupos sociais nos processos bilaterais. Resta aos parceiros, porém, um longo caminho a percorrer no processo de assimilação das práticas quotidianas, envolvendo o conhecimento dos ricos e infindáveis aspectos sócio-culturais e das experiências econômicas, financeiras e comerciais em constante transformação.

Em quarto lugar – e ao contrário da cooperação ativa e abrangente em questões estratégicas e de segurança, inclusive no campo militar, mantida pela China com países como os que compõem a União Européia, os Estados Unidos e a Rússia –, encontram-se ainda em gestação no setor de cooperação científica e tecnológica casos de sucesso comparável ao alcançado na área espacial por meio do programa CBERS – voltado para a construção de uma série de cinco satélites de sensoriamento remoto.

Por fim, não obstante existirem opiniões políticas e teses coincidentes ou semelhantes entre os governos brasileiro e chinês – a exemplo do interesse comum pelo fortalecimento do multilateralismo internacional e combate a atitudes hegemônicas no sistema internacional –, as quais contribuíram sobremaneira para a decisão pelo restabelecimento das relações diplomáticas, em 1974, e para a construção de um diálogo sólido entre os dois países, ao longo de trinta anos, tal concertação, apesar das prósperas realizações, ficou concentrada na defesa de princípios e normas gerais em prol dos países em desenvolvimento.

Feito o ordenamento e dada significação aos fatos e eventos envolvendo as relações sino-brasileiras nos últimos trinta anos, conclui-se que as relações mantidas entre Brasil e China, embora extremamente promissoras, situam-se, até o presente momento, mais próximas da "parceria cooperativa" do que da "parceria estratégica".

Não há dúvidas de que as relações sino-brasileiras se enquadram no rol das relações harmoniosas – não existindo atritos entre os dois países para além das disputas comerciais, consideradas cada vez mais comuns num ambiente internacional altamente competitivo.

O Brasile a China-10.indd 307 25/3/2008 00:37:46

Acredita-se que, após trinta anos, Brasil e China conseguiram construir parcerias baseadas em relações essencialmente positivas e produtivas em diversas áreas. O diálogo político-diplomático entre Brasil e China encontra-se consolidado, as relações comerciais adquiriram ritmo e amplitude. No campo da cooperação bilateral, logrou-se alcançar patamares mais altos de desenvolvimento científico e tecnológico. Investimentos conjuntos entre algumas das mais importantes empresas brasileiras e chinesas foram criados, gerando expectativas de negócios altamente positivas.

Contudo, de forma a explorar os espaços que ainda guarda nas mais amplas esferas de interesse comum, a parceria cooperativa sino-brasileira deverá buscar novas soluções que permitam um melhor aproveitamento das complementaridades das cadeias produtivas brasileira e chinesa.

No plano das políticas públicas, é necessário eliminar entraves na realocação de recursos e diminuição de custos – inclusive fiscais e burocráticos –, altamente exigidos em ambiente competitivo como o asiático, ampliando, com tais medidas, o número de empresas brasileiras aptas a adentrar no mercado chinês.

A opção brasileira de conceder maior espaço para a China em sua política externa deverá ser mantida, a fim de aumentar a margem relativa de manobra no plano externo frente aos tradicionais parceiros internacionais. Uma política de ação bem definida direcionada à China, dotada de estratégia ampla e de mecanismos inovadores de atuação das empresas brasileiras na região possibilitará, por sua vez, um novo e duradouro impulso às relações comerciais bilaterais, aos investimentos conjuntos, à concertação política e ao conhecimento sócio-cultural recíproco. Neste contexto, a viagem do Presidente Lula da Silva à China, em 2004 – acompanhado por comitiva empresarial de mais de 400 empresários, subsidiada pelos trabalhos de logística comercial da APEX – revelou-se um caminho inovador de articulação de interesses comerciais e de investimentos para setores empresariais chineses e brasileiros.

Ademais, o trabalho de logística comercial realizado pela APEX e organismos similares deverá ser incentivado e ampliado, de forma a abrir novos mercados para produtos brasileiros, atrair investimentos externos e empreendimentos conjuntos e adquirir novas tecnologias de ponta. Neste contexto, o alargamento ou criação de novas estruturas brasileiras na China – dotadas de pessoal capacitado a realizar estudos, pesquisas e análises de mercado – é considerado igualmente fundamental para favorecer a inserção de empresas brasileiras naquele país.

Seguindo exemplo de sucesso de alguns exportadores brasileiros, que demonstraram uma notável capacidade de resposta ao crescimento da China e transformaram a potência asiática em um dos principais parceiros comerciais brasileiros, novos setores produtivos deverão ser incentivados a participar das relações comerciais bilaterais, com vistas a proporcionar tanto a diversificação da pauta exportadora quanto a agregação de valor aos produtos exportados.

Por sua vez, a criação de investimentos em forma de *joint ventures*, seja na China, seja no Brasil, deverá ser estimulada para que se aproveitem

O Brasile a China-10.indd 308 25/3/2008 00:37:46

das políticas desenvolvimentistas em curso na China e se promova a entrada de recursos preciosos, a serem investidos notadamente na infra-estrutura brasileira.

Espelhando-se no caso de sucesso do Programa CBERS, novos projetos de cooperação científica, tecnológica e universitária deverão ser impulsionados – envolvendo áreas como a da biotecnologia, dos biocombustíveis e da tecnologia da informação –, contribuindo para a superação da dependência dos grandes centros tecnológicos e de pesquisa de países desenvolvidos.

Como potências regionais e países em desenvolvimento, Brasil e China deverão continuar a explorar conjuntamente, nos fóruns multilaterais, novas formas de ocupar os espaços de poder abertos pelas transformações em curso no sistema internacional, aumentando seu poder de barganha. Tal concertação deverá, inclusive, ir além da defesa de princípios e normas gerais em prol dos países em desenvolvimento, ampliando os objetivos comuns, sobretudo aqueles que possibilitem a criação de regras do comércio internacional menos restritivas e mais favoráveis ao desenvolvimento econômico.

Apesar de "tão distantes geograficamente, díspares historicamente e distintos culturalmente", Brasil e China demonstraram estar unidos por meio de uma parceria cooperativa, motivados pelo objetivo maior de vitalizar seus respectivos projetos de desenvolvimento nacional, ampliar suas margens de autonomia e elevar o nível de vida de seus povos.

Assim como Rio Branco percebeu, logo nos primeiros anos do século XX, que os Estados Unidos se erigiam como uma das potências mundiais e, em conseqüência dessa percepção, promoveu uma política que tinha como componente a íntima aproximação ao novo gigante, os estadistas do presente, cientes do novo *status* da China de "candidata a potência mundial" do século XXI, devem continuar a promover uma política de fortalecimento de laços com este país. Porém, é imprescindível para o Brasil que tais relações evitem todo tipo de "alinhamento automático" ou quaisquer outras circustâncias geradoras de dependência, colaborando, assim, para a satisfação dos verdadeiros interesses nacionais.

Ao futuro reserva-se a resposta sobre a possibilidade de as relações de sucesso conduzidas entre o Brasil e a China poderem, um dia, se transformar em uma parceria estratégica. Sabendo que...

> "The future belongs to people who see possibilities before they become obvious".
>
> (Theodore Levitt).

O Brasile a China-10.indd 309 25/3/2008 00:37:47

O Brasile a China-10.indd 310 25/3/2008 00:37:47

Bibliografia

1. FONTES DIPLOMÁTICAS E OUTRAS FONTES POLÍTICAS

ARQUIVO DA AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA – Assessoria Internacional. Brasília. Relatórios, telegramas e cartas. De 1974 a 2004.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC), Fundação Getúlio Vargas, *Arquivo Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro. Relatórios, telegramas e cartas. De 1974 a 1979.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Arquivo de Teses do Curso de Altos Estudos – CAE, Instituto Rio Branco. Brasília. *Conselheiro André Mattoso Maia Amado "O reconhecimento diplomático da República Popular da China"*. Tese nº 100.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, Arquivo de Teses do Curso de Altos Estudos – CAE, Instituto Rio Branco. Brasília. Conselheira Vera Lúcia Barrorim Grivano Machado "República Popular da China: reformas econômicas e relacionamento com o Brasil". Tese nº 130.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, Arquivo de Teses do Curso de Altos Estudos – CAE, Instituto Rio Branco. Brasília. Conselheiro Ricardo Luiz Viana de Carvalho. "Considerações sobre a reincorporação de Hong Kong à China: o Acordo Sino-Britânico de 1984". Tese nº 138.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, Arquivo de Teses do Curso de Altos Estudos – CAE, Instituto Rio Branco. Brasília. Conselheiro Paulo Antônio Pereira Pinto. "A influência político-cultural chinesa no atual processo de cooperação entre a RPC e o Sudeste Asiático". Tese nº 275.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, Arquivo de Teses do Curso de Altos Estudos – CAE, Instituto Rio Branco. Brasília. Conselheiro Fausto Martha Godoy. "China e Formosa: cenários para a diplomacia brasileira". Tese nº 281.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, Arquivo de Teses do Curso de Altos Estudos – CAE, Instituto Rio Branco. Brasília. Conselheiro Carlos Alberto Lopes Asfora. "A cooperação Brasil-República da China na área espacial". Tese nº 299.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, Arquivo Histórico. Brasília. *Missão Diplomática Brasileira em Pequim*. Telegramas e Ofícios Recebidos. De 1976 a 1993.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, Arquivo Histórico. Brasília. *Pasta Temática – Política Internacional e Política Externa Bilateral – China*. Telegramas e Ofícios Recebidos. De 1985 a 1992.

O Brasile a China-10.indd 311 25/3/2008 00:37:47

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, *Relatório*. Brasília. Publicado anualmente, de 1974 a 1987.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, *Resenha de Política Externa do Brasil*. Brasília. De 1974 a 1990.

2. CONGRESSO E FONTES DE PARTIDOS POLÍTICOS

CONGRESSO NACIONAL BRASILEIRO. *Anais do Senado*. Brasília, Biblioteca da Câmara dos Deputados. De 1974 a 2004.

CONGRESSO NACIONAL BRASILEIRO. *Anais*. Brasília, Biblioteca da Câmara dos Deputados. De 1974 a 2004.

CONGRESSO NACIONAL BRASILEIRO. Câmara dos Deputados, *Diário da Câmara dos Deputados.* De 1974 a 2004.

CONGRESSO NACIONAL BRASILEIRO. Câmara dos Deputados, *Diário do Congresso Nacional*. De 1974 a 2004.

3. ENTREVISTAS

BAOYU, Zhang (Brasilianista, Conselheiro do Instituto de Estudos Latino-Americanos; Professor Convidado do Núcleo de Cultura Brasileira da Universidade de Pequim; Membro do Conselho Consultivo do Centro de Estudos Chineses do Brasil).

BIATO, Oswaldo (Conselheiro da Embaixada do Brasil em Pequim).

CELLA, Célio (Representante da Sadia em Pequim).

COELHO, José Raimundo Braga (Ex-Gerente Administrativo - EMG - do Programa de Satélites Sino-Brasileiros, pelo lado brasileiro.)

GRAU, Fernando (Gerente da Embraer em Pequim).

HENZE, Miguel (Diretor de Satélites, Aplicações e Desenvolvimento – DSAT, da Agência Espacial Brasileira, Brasília).

JANGING, Dong (Professor, Departamento de História, Universidade de Pequim).

KONO, Jânio (Gerente Geral do Programa de Satélites Sino-Brasileiros CBERS. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, São José dos Campos-SP).

LINO, Carlos de Oliveira (Gerente de Qualidade do Programa de Satélites Sino-Brasileiros. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, São José dos Campos – SP).

LIU, JIM (Funcionário da Seção comercial da Embaixada do Brasil em Pequim).

O Brasile a China-10.indd 312 25/3/2008 00:37:47

LOZADA, Luíza Antônia (Vice-consul da Embaixada do Brasil em Pequim).

PORTUGAL, Ricardo (Segundo secretário e responsável pela Seção política da Embaixada do Brasil em Pequim).

SILVA, Marília (Professora da Universidade de Pequim e membro do Núcleo de Cultura Brasileira).

TOU, Kao Chian (Gerente de vendas da Empresa Embraco & Snowflake em Pequim).

VERDI, Maria Lúcia (Oficial de chancelaria responsável pela Seção cultural da Embaixada do Brasil em Pequim).

YONG, Li (Professor do Programa *Sino-US EMBA* da *Sino-US School of International Management* da Universidade de Negócios Internacionais e Economia de Pequim; Deputado / Secretário Geral da Associação Chinesa de Comércio Exterior).

ZHIGEN, Wang (Editor sênior e Conselheiro da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-China; ex-Correspondente-Chefe da Agência de Notícias Xinhua em Portugal; ex-Diretor da Agência de Notícias Xinhua no Brasil; e ex-Diretor do Departamento de Notícias Xinhua em Macau).

4. FONTES ECONÔMICAS

BRASIL, MINISTÉRIO DA FAZENDA. *Política econômica e reformas estruturais.* Brasília: Ministério da Fazenda, abril de 2003.

BRASIL, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. *Barreiras técnicas: conceitos e informações sobre como superá-las.* Brasília: MDIC, 2003.

BRASIL, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. Secretaria de Comércio Exterior – SECEX. *Barreiras externas às exportações brasileiras para Estados Unidos, Japão e União Européia 2001. Brasília: CNI, 2001.*

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI. "Características e oportunidades do comércio Brasil-China", in *Comércio Exterior em Pespectiva,* ano 13, nº7/8, abril-maio de 2004.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI. *Relações econômicas Brasil-China.* CNI: Brasília, 2002.

EMBRAER. *Annual Report 2003.* São José dos Campos: Embraer, 2003.

EMBRAER. *Embraer Market Outlook 2004-2023: A long-term view of the 30 to 120 seat commercial jet market*. São José dos Campos: Embraer, 2004.

FIESP / CIESP. *Contribuições da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo sobre os impactos do comércio bilateral entre o Brasil e a República Popular da China.* São Paulo: FIESP, maio de 2004.

SADIA. *Relatório Anual 2003-2004. Annual Report.* São Paulo: Sadia, 2004.

O Brasile a China-10.indd 313 25/3/2008 00:37:48

5. FONTES NACIONAIS OFICIAIS

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Instituto Nacional de Pesquisas Especiais – INPE. *Relatório de Atividades 1995*. São José dos Campos: Coordenação de Relações Institucionais – CRI, INPE, 1996.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Instituto Nacional de Pesquisas Especiais – INPE. *Relatório de Atividades 1994*. São José dos Campos: Coordenação de Relações Institucionais – CRI, INPE, 1995.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Instituto Nacional de Pesquisas Especiais – INPE. *Relatório de Atividades 1992 - 1993*. São José dos Campos: Coordenação de Relações Institucionais – CRI, INPE, 1994.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Instituto Nacional de Pesquisas Especiais – INPE. *Relatório de Atividades 1990 - 1991*. São José dos Campos: Coordenação de Relações Institucionais – CRI, INPE, 1992.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Instituto Nacional de Pesquisas Especiais – INPE. *Relatório de Atividades 1985 - 1987*. São José dos Campos: Coordenação de Relações Institucionais – CRI, INPE, 1988.

6. FONTES INTERNACIONAIS OFICIAIS

CHINA NATIONAL SPACE ADMINISTRATION. *China's space activities (White Paper)*. Disponível em: <http://www.cnsa.gov.cn/english/spacye_policy/>. Acesso em: 13/6/2005.

DEPARTMENT OF POLICY PLANNING MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA (ed.). *China's Foreign Affairs: 2004 edition.* Beijing: World Affairs Press, 2004.

FOREIGN LANGUAGES PRESS (comp.). *Le XVI° Congres du Parti Communiste Chinois (Documents)*. Beijing: Foreign Languages Press, 2002.

GABINETE DE IMPRENSA DO CONSELHO DE ESTADO DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA. *China-Brasil*. Pequim: China Intercontinental Press, 2004.

INFORMATION OFFICE OF THE STATE COUNCIL OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA (comp.). *White Papers of the Chinese Government (1991 – 1995)*. Vol. 1. Beijing: Foreign Languages Press, 2000.

INFORMATION OFFICE OF THE STATE COUNCIL OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA (comp.). *White Papers of the Chinese Government (1996 – 1999)*. Vol. 2. Beijing: Foreign Languages Press, 2000.

INFORMATION OFFICE OF THE STATE COUNCIL OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA (comp.). *White Papers of the Chinese Government (2000 – 2001)*. Vol. 3. Beijing: Foreign Languages Press, 2002.

NATIONAL BUREAU OF STATISTICS OF CHINA (comp.). *China Statistical Yearbook 2004*. Beijing: China Statistics Press, 2004.

O Brasile a China-10.indd 314 25/3/2008 00:37:48

ORGANISATION DE COOPÉRATION ET DE DÉVELOPPEMENT ÉCONOMIQUE – OCDE. *La Chine dans l'économie mondiale – rapport de synthèse*. Paris: OCDE, 2002.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. *Trade and Development Report, 2006: Global Partnership and National Policies for Development*. Geneva: UNCTAD, 2006.

7. LIVROS, ARTIGOS E DISSERTAÇÕES

ABBOTT, Frederick M. (ed.). *China in the World Trading System: defining the principles of engagement*. The Hague, London, Boston: Kluwer Law International, 1998.

ABI-SAD, Sergio Caldas Mercador. *A potência do dragão: a estratégia diplomática da China*. Brasília: Edunb, 1996.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. "Uma política externa engajada". Disponível em: <http://www.pralmeida.org/docs>. Acesso em: 30/08/2006.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Relações Internacionais e Política Externa do Brasil: dos descobrimentos à globalização*. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 1998.

ALMEIDA, Paulo Roberto. "Uma nova arquitetura diplomática? Interpretações divergentes sobre a política externa do Governo Lula (2003-2006)", in *Revista Brasileira de Política Internacional*, 49(1), 2006, p. 95-116.

ALSINA Jr., João Paulo Soares. "A síntese imperfeita: articulação entre política externa e política de defesa na era Cardoso", in *Revista Brasileira de Política Internacional*. 46(2), 2003, p. 53-86.

ANGELIER, Jean-Pierre. "L'impact de la croissance chinoise sur les marchés mondiaux de matières premières", in *Politique Étrangère*, nº 2, 2004, p. 317-330.

BACIGALPO, Graciela Zubelzú. "As relações russo-brasileiras no pós-Guerra Fria", in *Revista Brasileira de Política Internacional*, 43(2), 2000, p. 59-86

BADIE, Bertrand; HERMET, Guy. *Politique comparée*. Paris: PUF. 1990.

BANCO DO BRASIL. "Novos mercados: China", in *Comércio Exterior / Informes BB*, nº 38, dezembro / 2001.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES. *Seminário: Brasil-China no Século XXI*. 26 de abril de 2004. Disponível em: <http://www.bndes.com.br>. Acesso em: 20/08/2006.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. As relações perigosas: Brasil-Estados Unidos (de Collor a Lula, 1990-2004). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

BANDEIRA, Moniz. Estado nacional e política internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992). Brasília, Ed.UnB, 1995.

O Brasile a China-10.indd 315 25/3/2008 00:37:48

BAOYU, Zhang. "As Perspectivas de Desenvolvimento das Relações Sino-Brasileiras", in *Revista Tempo Brasileiro. Relações Brasil – China: Impasses e Perspectivas*, Rio de Janeiro, 137: 115-122, abr.–jun, 1999.

BARBOSA, A. J. "Brasil e China, o demorado encontro". In Cervo, Amado Luiz (org.). *O Desafio Internacional: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias.* Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1994, p. 333-339.

BARBOSA, Alexandre de Freitas; Mendes, Ricardo Camargo. "As Relações Econômicas entre Brasil e China: uma parceria difícil", in Dialogue on Globalization. *Briefing Papers FES Brasil,* Friedrich Ebert Stiftung, janeiro 2006.

BARBOSA, Márcio Nogueira. "A importância estratégica da cooperação internacional na área do espaço", in *Parcerias Estratégicas*, nº 7, out. 1999.

BARBOSA, Rubens. A. "Post-9/11: A Brazilian View", in *World Policy Journal*, vol. 20, nº 3, Fall 2003, p. 75-81.

BARROS Netto, Sebastião do Rego. "O Brasil e a Rússia". In Fonseca Júnior, Gelson; CASTRO, Sérgio Henrique Nabuco de. *Temas de Política Externa Brasileira II.* Vol 2. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

BARTELS, Walter; Silva, Ozires. "Tecnologia espacial e desenvolvimento", in *Parcerias Estratégicas*, nº 7, outubro de 1999, p. 31-41.

BEAUREGARD, Philippe; CABESTAN, Jean-Pierre; DOMENACH, Jean-Luc; GODEMENT, François; GOLDFIEM, Jacques, JOYAUX, François. *La Politique Asiatique de la Chine.* Paris: Fondation pour les Études de Défense Nationale, 2000.

BELLUCCI, Beluce (org.). *Abrindo os olhos para a China.* Rio de Janeiro: Editora Universitária Candido Mendes, 2004.

BERGÈRE, Marie-Claire. *La Chine de 1949 à nos jours.* 3e ed. Paris: Armand Colin, 2000.

BERNAL-MEZA, Raúl. "Política Exterior de Argentina, Chile y Brasil: perspectiva comparada. In Saraiva, José Flávio Sombra (ed.). *Foreign Policy and Political Regime.* Brasília: IBRI, 2003.

BERNAL-MEZA, Raul. *América Latina en el mundo: el pensamiento latinoamericano y la teoría de relaciones internacionales.* Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 2005.

BERNAL-MEZA, Raúl. América Latina en la economía política mundial. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1994.

BERNAL-MEZA, Raúl. Sistema Mundial y Mercosur: globalización, regionalismo y políticas exteriores comparadas. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 2000.

BOBBIO, Norberto, (org.). *Dicionário de política*. 7ª ed. Brasília: Edunb, 1995.

BOJIANG, Yang; LAIWANG, Xi; QIANHONG, Shang. "Changes and Challenges in Asia & Pacific", in *Contemporary International Relations*, vol. 12, nº 3, March 2002, p. 1-17.

O Brasile a China-10.indd 316 25/3/2008 00:37:49

BRASIL. *La Palabra del Brasil en las Naciones Unidas: 1946-1995*. Fundación Alexandre de Gusmão – Brasília: FUNAG, 1995.

BRAUN, Wernher Von. "O futuro das comunicações por satélites", in *Parcerias Estratégicas*, nº 7, outubro de 1999, p. 249-260.

BULL, Hedley, WATSON, Adam (ed.). *The Expansion of International Society.* Oxford: Oxford University Press, 1984.

BULL, Hedley. *Sociedade Anárquica.* Brasília: Funag, 2002.

BURGOS-CABRAL, Helio; THEODORO, Janice; BUSSCHE, Eric Vanden. "Debate: O Brasil e o Pacífico no Sistema Internacional", in *Revista Tempo Brasileiro. Mundialização: Ásia e América*, Rio de Janeiro, 125: 7-30, abr.–jun, 1996.

BUSSCHE, Eric Vanden. "A Dimensão Histórica das Relações Sino-Brasileiras (Séc. XVI - 1943)", in *Revista Tempo Brasileiro. Relações Brasil – China: Impasses e Perspectivas*, Rio de Janeiro, 137: 85-98, abr.–jun, 1999.

BUSSCHE, Eric Vanden. "Mercosul e Extremo Oriente: Questões estratégicas econômico-culturais", in *Revista Tempo Brasileiro. Mundialização: Ásia e América*, Rio de Janeiro, 125: 147-158, abr.–jun, 1996.

BUSSCHE, Eric Vanden; THEODORO, Janice. "Entrevista com o Cônsul-Geral Chen Duqing", in *Revista Tempo Brasileiro. Relações Brasil – China: Impasses e Perspectivas,* Rio de Janeiro, 137: 9-30, abr.–jun, 1999.

CABRAL FILHO, S. B. *Relações Brasil – China: Impasses e Perspectivas*, Rio de Janeiro, 137: 145-154, abr.–jun, 1999.

CABRAL FILHO, Severino Bezerra. (org.). *Brasil-China: 20 anos de relações (1974-1994)*. Rio de Janeiro: Cândido Mendes, 1994.

CABRAL FILHO, Severino Bezerra. "Conhecer a China Hoje; Uma Visão Brasileira do Fenômeno Chinês", in *Revista Tempo Brasileiro. Relações Brasil – China: Impasses e Perspectivas*, Rio de Janeiro, 137: 145-154, abr.–jun, 1999.

CABRAL FILHO, Severino Bezerra. "Encontro entre Brasil e China: cooperação para o século XXI", in *Revista Brasileira de Política Internacional*, 43 (1): 24-42, 2000.

CABRAL FILHO, Severino Bezerra. "O Diálogo Brasil-China: perspectivas para o século XXI". In Bellucci, Beluce (org.). *Abrindo os olhos para a China.* Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos – CEAA, 2004, p. 297-316.

CABRAL FILHO, Severino Bezerra. *Brasil megaestado: nova ordem mundial multipolar.* Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

CAICHOLO, Carlos Ricardo. *Relações Brasil-China: do período quente da Guerra Fria à abertura da China ao Ocidente*. Dissertação de Mestrado, Departamento de História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, 2001.

CÂMARA, Gilberto. "Imagens CBERS: para quê e para quem?" in *Infogeo*, maio / junho 2002.

CARLEIAL, Aydano Barreto. "Uma breve história da conquista espacial", in *Parcerias Estratégicas*, nº 7, outubro de 1999, p. 21-30.

O Brasile a China-10.indd 317 25/3/2008 00:37:49

CARUNCHO, Federico. “Realidades, mitos y deseos sobre el mercado chino”, in *Economia Exterior*, 13: 97-105, verano, 2000.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. *Metodologia Científica.* 4ª ed. São Paulo: Makron *Books*, 1996.

CERVO, Amado Luiz “Política Exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático”, in *RBPI*, 46(2), 2003, p. 5-25.

CERVO, Amado Luiz. (org.). *O Desafio Internacional: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias.* Brasília: Edunb, 1994.

CERVO, Amado Luiz. “History of international relations (Diplomatic History). In: *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences.* Oxford: Elsevier, 2002.

CERVO, Amado Luiz. “Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático”, in *Revista Brasileira de Política Internacional*. 46(2), 2003, p. 5-25.

CERVO, Amado Luiz. “Political Regimes and Brazil’s Foreign Policy”. In SARAIVA, José Flávio Sombra (ed.). *Foreign Policy and Political Regime.* Brasília: IBRI, 2003.

CERVO, Amado Luiz. As relações históricas entre o Brasil e a Itália: o papel da diplomacia. Brasília: Ed. Universidade de Brasília; São Paulo: Instituto Italiano di Cultura, 1992.

CERVO, Amado Luiz. Relações internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas. Brasília: IBRI, 2001.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *A política externa brasileira (1822-1985)*. São Paulo: Ed. Ática, 1986.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil.* 2ª ed. Brasília: Edunb, 2002.

CERVO, Amado Luiz; MAGALHÃES, José Calvet. *Depois das Caravelas*: *as relações entre Portugal e Brasil: 1808-2000.* Brasília: Edunb, 2000.

CERVO, Amado Luiz; RAPOPORT, Mario (orgs.). *História do Cone Sul.* Rio de Janeiro: Revan, 1998.

CERVO, Amado. Luiz. *Relações internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas.* Brasília: IBRI, 2001.

CESARIN, Sergio. “La relación sino-latinoamericana, entre la práctica política y la investiación académica”, in *Nueva Sociedad*, nº. 203, 2006, p. 48-61.

CHANCEL, Claude; PIELBERG, Eric-Charles. *La façade asiatique du pacifique*. Paris: PUF, 2004.

CHINA INSTITUTE OF REFORM AND DEVELOPMENT (Hainan). *China’s Accession to the WTO and Infrastructure Reform*. Beijing: Foreign Languages Press, 2002.

COELHO, José Raimundo. “O Programa CBERS de Satélites Sino-Brasileiros de Sensoriamento Remoto”, in *Revista Tempo Brasileiro. Relações Brasil – China: Impasses e Perspectivas*, Rio de Janeiro, 137: 123-130, abr.–jun, 1999.

O Brasile a China-10.indd 318 25/3/2008 00:37:49

COELHO, José Raimundo; SANTANA, Carlos Eduardo. "O projeto CBERS de satélites de observação da Terra", in *Parcerias Estratégicas*, nº 7, outubro de 1999, p. 203-210.

COMÉRCIO EXTERIOR: informe BB. "Matéria de Capa: China", in *Comércio Exterior: informe BB*, n° 38, dezembro / 2001, p. 6-15.

CORRÊA, Luis Felipe Seixas. "A política externa de José Sarney". In ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (org.). *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): crescimento, modernização e política externa*. São Paulo: Cultura Editores Associados / Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da USP, 1996.

CUNHA, Lílian Fernandes da. Em busca de um modelo de cooperação Sul-Sul – o caso da área espacial nas relações entre o Brasil e a República Popular da China (1980-2003). Dissertação de Mestrado, Departamento de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, 2004.

DANESE, Sérgio. Diplomacia Presidencial. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

DIAS, Luiz Alberto Vieira. "O domínio da tecnologia espacial: um desafio de alcance estratégico para o Brasil", in *Parcerias Estratégicas*, nº 7, outubro de 1999, p. 103-115.

DOMENACH, Jean-Luc, RICHER, Philippe. *La Chine, de 1971 à nos jours.*. 2 vol. Paris: Imprimerie Nationale, 1995.

DUARTE, Sérgio de Queiroz. "A China Contemporânea e seu Relacionamento com o Brasil", in *Revista Tempo Brasileiro. Relações Brasil – China: Impasses e Perspectivas*, Rio de Janeiro, 137: 99-114, abr.–jun, 1999.

DUMBAUGH, kerry; SULLIVAN, Mark; "China's Growing Interest in Latin América", in *CRS Report for Congress*, april 20, 2005.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Histoire diplomatique de 1919 à nos jours.* 11ª ed. Paris: Dalloz, 1993.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Todo Império Perecerá.* Brasília: Edunb: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

ECONOMY, Elizabeth. "Les enjeux économiques dans la politique chinoise des États-Unis". In Godement, François (dir.). *Chine-États-Unis: entre méfiance et pragmatisme.* Paris: La Documentation Française, 2001, p. 47-59.

EISENMAN, Joshua; STEWART, Devin. "China-Japan oil rivalry spills over into África", in *International Herald Tribune*, December 9, 2005.

FENGCHUN, Yang. *Chinese Government*, Beijing: Foreign Languages Press, 2004.

FULIN, Chi. *China: the new stage of reform.* Beijing: Foreign Languages Press, 2004.

FURTADO, André Tosi; COSTA FILHO, Edmilson de Jesus. "Avaliação de impactos econômicos do Programa do Satélite Sino-Brasileiro (CBERS)", in *Parcerias Estratégicas*, nº 15, outubro 2002, p. 5-44.

O Brasile a China-10.indd 319 25/3/2008 00:37:50

GALL, Norman; GANG Fan. "China e Brasil: países grandes lutam por ordem e progresso", in *Braudel Papers*, nº 11. Disponível em: <http://www.normangall.com/brazil_art15.htm >. Acesso em: 24/10/2006.

GARCIA, Eugênio Vargas. *Cronologia das Relações Internacionais do Brasil*. São Paulo: Editora Alfa-Omega; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2000.

GAZETA MERCANTIL. "Brasil – China", in *Relatório Estratégico: Potencial de Comércio e Investimentos"*, 26 de maio de 2004.

GILPIN, Robert. *The Political Economy of International Relations.* Princeton: Princeton University Press, 1987.

GIRAULT, René. "Avant-propos", in *Relations Internationales*, nº 41, printemps, 1985, p. 3-4.

GIRAULT, René. "Le difficile mariage de deux histoires. Économie et relations internationals dans le monde contemporain", in *Relations Internationales*, nº 41, printemps, 1985, p. 13-28.

GIRAULT, René. *Être historien des relations internationales.* Paris: Publications de la Sorbonne, 1998.

GITTINGS, John. *The Changing Face of China: from Mao to Market.* New York: Oxford University Press, 2006.

GODEMENT, François (dir.). *Chine, Japon, ASEAN: compétition stratégique ou coopération?* Paris: La Documentation Française, 1999.

GODEMENT, François (dir.). *Chine-États-Unis: entre méfiance et pragmatisme.* Paris: La Documentation Française, 2001.

GODEMENT, François; SERRA, Régine (dir.). *Asie orientale.* Paris: La documentation Française, 2003.

GOLDSTEIN, Andréa. "From National Champion to Global Player: explaining the success of Embraer". Oxford: University of Oxford Centre for Brazilian Studies. Working Paper Series nº CBS-17-2001.

GOLDSTEIN, Avery. "The diplomatic face of China's grand strategy: a rising power's emerging choice", in *The China Quarterly*, no. 168, Dec. 2001, p. 835-864.

GRANET, Marcel. *O Pensamento Chinês*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

GUANGKAI, Xiong. "Getting a Deeper Understanding of the Current International Situation with the Spirit of the Party's Sixteenth National Congress as the Guidance", in *International Strategic Studies*, nº 1, 2003, p. 1-10.

GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *Lembranças de um empregado do Itamaraty.* São Paulo: Siciliano, 1992.

GUIMARÃES, Lytton L. (org.). *Ásia, América Latina, Brasil: a construção de parcerias.* Brasília: NEÁSIA/CEAM/UnB, 2003.

HANWU, Zhang. "China-Brasil: Relações Bilaterais no Período de 1974 a 1990". Dissertação de Mestrado. Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais, Faculdade de Estudos Sociais Aplicados, Universidade de Brasília, Junho de 1991.

O Brasile a China-10.indd 320 25/3/2008 00:37:50

HOBSBAWN, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX – 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HONG-MING, Zhang. "A Política Chinesa na África", in Belluci, Beluce (org.). *Abrindo os olhos para a China*. Rio de Janeiro: Editora Universitária Cândido Mendes, 2004, p. 233-295.

HUNT, Michael H. *The genesis of chinese communist foreign policy.* New York: Columbia University Press, 1996.

INSTITUTO DE PESQUISA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS – IPRI. *Seminário Brasil-China.* Brasília: IPRI, 18 e 19 de Novembro de 1999.

INTEGRAÇÃO. "Conselho Empresarial Brasil-China", in *Integração*, edição especial, Seção Brasil, maio 2004.

JIAN, Xu. "A Peaceful Rise: China's Strategic Option", in *International Studies*, vol. 2, March 2004, p. 1-20.

JINGWEN, Li (ed.). The Chinese Economy into the 21st Century: forecasts and policies. Beijing: Foreign Languages Press, 2000.

JISI, Wang. "International Relations Theory and the Study of Chinese Foreign Policy: A Chinese Perspective". In, Robinson, Thomas; Shambaugh, David (eds.). *Chinese Foreign Policy: Theory and Practice.* Oxford: Clarendon Press, 1994.

JOYAUX, François. La tentation impériale: politique extérieure de la Chine depuis 1949. Paris: Imprimerie Nationale, 1994.

KAPUR, Harish. *The end of isolation: China after Mao.* Dordrecht: Martinus Nijhoff Publishers, 1985.

KATAOKA FILHO, Mário; SOUZA, Petrônio Noronha de. "O programa brasileiro para a estação espacial internacional: histórico, estratégias e objetivos", in *Parcerias Estratégicas*, nº 7, outubro de 1999, p. 137-150.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph. *Power and Interdependence.* New York: Longman, 2001.

KIM, Samuel (ed.). *China and the World: chinese foreign policy in the post-Mao era*. Boulder, Colorado: Westview Press, 1984.

KRASNER, Stephen (org.). *International Regimes.* Ithaca: Cornell University Press, 1983.

KRUG, Thelma. "Space Technology and Environmental Monitoring in Brazil", in *Journal of International Affairs*, spring 1998, 51, nº 2, p. 655-674.

KRUG, Thelma. "Tecnologia espacial como suporte à gestão dos recursos naturais", in *Parcerias Estratégicas*, nº 7, outubro de 1999, p. 211-225.

LAFER, Celso. *A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro.* São Paulo: Perspectiva, 2001.

LAMPTON, David M. *Same bed, different dreams: managing U.S.-China relations, 1989-2000.* Berkeley: University of California Press, 2001.

LATIN AMERICA RESEARCH GROUP, CICIR. "Report on China's Latin America Policy", in *Contemporary International Relations"*, vol. 14, nº 4, April 2004, p. 1-37.

O Brasile a China-10.indd 321 25/3/2008 00:37:50

LE-FORT, Martín Pérez. "China y América Latina: estrategias bajo una hegemonia transitoria", in *Nueva Sociedad*, nº. 203, 2006, p. 89-101.

LEI, Fan. "Consideraciones y Perspectivas de la Integración Económica de las Américas, *ILAS Working Paper*, nº 2, 2003, p. 1-14.

LEITE, José Roberto Teixeira. A China no Brasil: influências, marcas, ecos e sobrevivências chinesas na sociedade e na arte brasileiras. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

LEMOINE, Françoise. *L'économie chinoise.* Paris: La Découverte, 2003.

LEON-MANRÍQUEZ, José Luis. "China-América Latina: una relación econômica diferenciada", in *Nueva Sociedad*, nº. 203, 2006, p. 28-47.

LESSA, Antônio Carlos M. "A estratégia de diversificação de parcerias no contexto do nacional-desenvolvimentismo (1974-1979), in *Revista Brasileira de Política Internacional*, 38(1): 24-39, 1995.

LESSA, Antônio Carlos. "A diplomacia universalista do Brasil: a construção do sistema contemporâneo de relações bilaterais", in *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 41, número especial "40 anos", 1998, p. 29-41.

LESSER, Jeff. A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

LIHUA, Zheng; YONG, Xie (org.). *Chine et Mondialisation.* Paris: L'Harmattan, 2004.

LIMA, Maria Regina Soares de. "Na trilha de uma política externa afirmativa", in Observatório da Cidadania, 2003. Disponível em: http://www.socialwatch.org/es/informeImpreso/pdfs/panorbrasileirog2003_bra.pdf. Acesso em: 24/10/2006.

LINO, Carlos de Oliveira; Lima, Maury Gonçalves Rodrigues; Hubscher, Genésio Luiz. "CBERS – An international space cooperation program", in *Acta Astronautica*, vol. 47, nº 2-9, p. 559-564, 2000.

LINO, Carlos de Oliveira; LOUREIRO, G; Vertamatti, B. *CBERS – Disclosing a successful international space cooperation.* São José dos Campos: INPE, 2000.

LOHBAUER, Christian. *Brasil-Alemanha: fases de uma parceria (1964-1999)*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.

MAIOR, Luiz A. P. Souto. "Dois anos de 'Presença Soberana': uma reflexão sobre a política externa do governo Lula", in *Revista Cena Internacional* 6(2): 53-72, dezembro 2004.

MARKWALD, Ricardo. "Intensidade tecnológica e dinamismo das exportações brasileiras", in *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, nº 79, ano XVIII, abril/junho de 2004.

MARTINS, Estevão Chaves de Rezende (org.) *Relações Internacionais: visões do Brasil e da América Latina.* Brasília: IBRI, 2003.

MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. *Cultura e Poder.* Brasília: IBRI, 2002.

MEIRA FILHO, Luiz Gylvan; FORTES, Lauro Tadeu Guimarães; BARCELOS, Eduardo Dorneles. "Considerações sobre a natureza estratégica das atividades

O Brasile a China-10.indd 322 25/3/2008 00:37:51

espaciais e o papel da Agência Espacial Brasileira", in *Parcerias Estratégicas,* nº 7, outubro de 1999, p. 7-20.

MELO, Ajax Barros de. "Introducing Space Technology in Developing Countries: How to Increase the Awareness of Policy and Decision Makers". Proceedings of the United Nations / International Astronautical Federation Workshop on Expanding the user community of space technology applications in developing countries / 24-27 september 1998, Melbourne, Australia. New York: United Nations, 1999.

MENGKUI, Wang (ed.). *China's Economic Transformation over 20 years*. Beijing: Foreign Languages Press, 2000.

MEYER, Arthur Vivaqua Correa. "A região da Ásia-Pacífico no limiar do Século XXI: o papel da APEC e da ASEAN, in *Política Externa,* vol. 5 nº 1: 103-114, 1996.

MEZZETTI, Fernando. *De Mao a Deng: a transformação da China.* Brasília: Edunb, 2000.

MILESKI, André Montanholi. "Programa Espacial China-Brasil: Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (CBERS)", in *Revista Tecnologia & Defesa.* Disponível em: <http://www.defesa.ufjf.br/arq/art4.htm>. Acesso em: 24/10/2006.

MINGDE, Li. "Sino-Brazilian Relations: Past, Present and Future", in *ILAS Working Paper*, nº 4, 2003, p. 1-9.

MONSERRAT FILHO, José. "Brazilian-Chinese Space Cooperation: an analysis of its legal performance", paper apresentado no 39º International Colloquium on the Law of Outer Space, Beijing, China, October 7-11, 1996.

MONSERRAT FILHO, José. "Interesses e necessidades dos países em desenvolvimento no direito espacial", in *Parcerias Estratégicas,* nº 7, outubro de 1999, p. 165-189.

NERI, José Ângelo da Costa Ferreira. "Microssatélites do INPE e o Programa Espacial Brasileiro", in *Parcerias Estratégicas,* nº 7, outubro de 1999, p. 227-233.

NIANLONG, Han (ed.). *Diplomacy of Contemporary China.* Hong Kong: New Horizon Press, 1990.

NICOLAS, Françoise. "L'irrésistible ascension de la Chine en Asie orientale", in *Politique Étrangère,* vol. 2, 2004, p. 269-284.

NING, Lu. *The dynamics of foreign-policy decision-making in China.* Boulder, Colorado: Westview Press, 1997.

OLIVEIRA, Amaury Porto de. "O projeto da China", in *Caderno Premissas*, nº 13, agosto de 1996, p. 5-32.

OLIVEIRA, Amaury Porto de. "A APEC, a China e o Fosso Digital", in *Carta Internacional*, nº 96, ano IX, fevereiro, 2001.

OLIVEIRA, Amaury Porto de. "A China voltando a estar no centro da Ásia", *Panorama da Conjuntura Internacional*, out./nov. 2003, p. 6-7. Disponível em: <http://www.usp.br/ccint/gacint/panorama20-11.htm>. Acesso em: 24/09/06.

O Brasile a China-10.indd 323 25/3/2008 00:37:51

OLIVEIRA, Amaury Porto de. “A dimensão territorial do reformismo chinês”, in *Revista Tempo Brasileiro. Mundialização: Ásia e América*, Rio de Janeiro, 125: 111-130, abr.–jun, 1996.

OLIVEIRA, Amaury Porto de. “China: Estado, revolução e desenvolvimento”, in *Revista Princípios*, nº 75. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br>. Acesso em: 8/9/2005.

OLIVEIRA, Amaury Porto de. “Dissonâncias e convergências sino-japonesas no século XXI”, in *Política Externa*, vol. 12, nº4, março/abril/maio 2004, p. 7-22.

OLIVEIRA, Amaury Porto de. “Governando a China: a quarta geração de dirigentes assume o controle da modernização”, in *Revista Brasileira de Política Internacional.* 46(2), 2003, p. 138-160.

OLIVEIRA, Amaury Porto de. “O Brasil e a Bacia do Pacífico”, in *Cadernos do IPRI*, dezembro de 1993.

OLIVEIRA, Amaury Porto de. “O leste asiático em tempos de monopolaridade”, in *Revista Brasileira de Política Internacional*, 39 (2): 5-32, 1996.

OLIVEIRA, Amaury Porto de. “O projeto da China”, in *Caderno Premissas*, nº 13, agosto de 1996, p. 5-32.

OLIVEIRA, Fabíola de. *Caminhos para o espaço: 30 anos do INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – Brasil.* São Paulo: Ed. Contexto, 1991.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. “A Ásia, o Brasil e a Indonésia: alguns comentários”, in *Lusotopie*, 1999, p. 91-103.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. “As perspectivas de cooperação Sul-Sul no relacionamento Brasil-China”, *Nueva Sociedad*, nº. 203, mayo-junio 2006.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. “Brasil-China: trinta anos de uma parceria estratégica”, in *Revista Brasileira de Política* Internacional, 47(1): 7-30, 2004.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. “O Brasil e o Japão nos anos 90”. In Fonseca Júnior, Gelson ; Castro, Sergio Henrique Nabuco de (org.). *Temas de Política Externa Brasileira II.* Vol. 2. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1994.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. “Os Blocos Asiáticos e o Relacionamento Brasil-Ásia”, in *São Paulo em Perspectiva*, 16(1): 114 -124, 2002.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. “Taiwan e o diálogo Koo-Wang”, in *Revista Brasileira de Política Internacional*, 37 (1): 64-82, 1994.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de; MASIERO, Gilmar. “Estudos Asiáticos no Brasil: contexto e desafios”, in *RPBI*, 48(2), 2005, p. 5-28.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. *Política Externa Brasileira.* São Paulo: Saraiva, 2005.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de; LESSA, Antônio Carlos. *Política Internacional Contemporânea: mundo em transformação.* São Paulo: Saraiva, 2006.

OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de. “Alianças e coalizões internacionais do governo Lula: o Ibas e o G-20”, in *RBPI*, 48(2), 2005, p. 55-69.

O Brasile a China-10.indd 324 25/3/2008 00:37:51

PASTOR, Alfredo; GOSSET, David. "The EU-China Relationship: a key to the 21st Century Order", in *Real Instituto Elcano de Estudios Internacionales Y Estratégicos*, Area: Europe – ARI nº. 142/2005, 30/11/2005.

PASTORES, Fortunato, THEODORE, Janice. "Extremo Ocidente e Extremo Oriente. Conflito e Negociação", in *Revista Tempo Brasileiro. Mundialização: Ásia e América*, Rio de Janeiro, 125: 171-196, abr.–jun, 1996.

PEILIANG, Tian. "China and Africa in New Period", in *Foreign Affairs Journal*, nº 70, December 2003, p. 36-42.

PEREIRA, Lia Valls; FERRAZ FILHO, Galeno Tinoco. *O Acesso da China à OMC: implicações para os interesses brasileiros*. Brasília: CNI, dezembro de 2005.

PEREIRA, Ronan Alves. "Estudos Asiáticos no Brasil". In Guimarães, Lytton L. *Ásia, América Latina, Brasil: a construção de parcerias*. Brasília: NEÁSIA/ CEAM/UnB, 2003; p. 105-124.

PIMENTEL, José Vicente de Sá. "Relações entre o Brasil e a África subsaárica", *RBPI*, 43(1), 2000, p. 5-23.

PIN, Jean-Louis. *L'ouverture économique de la Chine (1978-1999): au profit de qui?*. Paris: La Documentation française, 1999.

PINHEIRO, Letícia. "O pragmatismo responsável no arquivo do presidente Geisel". In Castro, Celso; D'Araújo, Maria Celina (org.). *Dossiê Geisel*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 84-85.

PINHEIRO, Letícia. "Restabelecimento de Relações Diplomáticas com a República Popular da China: uma análise do processo de tomada de decisão", in *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 6(12), 1993, p. 247-270.

PINTO, Paulo Antônio Pereira. *A China e o Sudeste Asiático*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.

POMAR, Wladimir. *A revolução cultural*. São Paulo: Ed. Unesp, 2003.

POURCHET, Henry; RIBEIRO, Fernando. "Perfil do comércio Brasil-China", in *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, nº 79, Ano XVIII, Abril/Junho de 2004.

PROCÓPIO FILHO, Argemiro. "China em tempos de mudança". In Martins, Estevão Chaves de Resende (org.) *Relações Internacionais: visões do Brasil e da América Latina*. Brasília: IBRI, 2003.

PROCÓPIO FILHO, Argemiro. *No olho da águia: unilateralismo e relações internacionais*. São Paulo: Alfa-Omega, 2003.

PUGA, F.; CASTRO, L.; FERREIRA, F.; NASCIMENTO, M. "Comércio Brasil-China", in Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. *Seminário: Brasil-China no Século XXI*. 26 de abril de 2004. Disponível em: <http://www.bndes.com.br>. Acesso em: 24/10/2006.

RAMOS, Danielly S. "A Política Externa Chinesa para a América Latina", in *Estudos – Humanidades*, vol. 31, nº 5, maio 2004, p. 947-963.

RAMOS, Danielly S.; QUINTELA, Antón C. "O Brasil e o Processo de Descolonização Portuguesa na Ásia: os casos de Goa, Macau e Timor Leste".

O Brasile a China-10.indd 325 25/3/2008 00:37:52

In Guimarães, Lytton L. (org.). *Ásia, América Latina, Brasil: a construção de parcerias.* Brasília: NEÁSIA/CEAM/UnB, 2003.

RANGEL, Vicente Marotta. "Codificação do direito espacial", in *Parcerias Estratégicas*, nº 7, outubro de 1999, p. 191-201.

RENOUVIN, P., DUROSELLE, J.B. *Histoire des relations internationales.* Vol. I. Paris: Hachette, 1994.

RENOUVIN, P., DUROSELLE, J.B. *Introdução à História das Relações Internacionais*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

REVISTA TEMPO BRASILEIRO. *Mundialização: Ásia e América*, abr.–jun., n.º 125, 1996.

ROBINSON, Thomas; SHAMBAUGH, David. *Chinese foreign policy: theory and practice.* New York: Oxford University Press, 1994.

ROCCA, Jean-Louis. "Essor économique et pouvoir politique en Chine", in *Problèmes politiques et sociaux*, nº 736, 7 octobre, 1994.

ROCHER, Sophie Boisseau du. "La régionalisation en Asie orientale: aspects économiques et politiques". In SERRA, Régine; GODEMENT, François (dir.). *Asie orientale.* Paris: La Documentation Française, 2003, p. 31-49.

RODRIGUES, Suzana Braga. "Formação de alianças estratégicas entre países emergentes: o caso Brasil-China", in Rodrigues, Suzana Braga (org.). *Competitividade, Alianças Estratégicas e Gerência Internacional.* São Paulo: Editora Atlas, 1999, p. 183-205.

ROSENAU, James; CZEMPIEL, Ernst-Otto (orgs.). *Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial.* Brasília: Ed. Universidade de Brasília, Imprensa Oficial, 2000.

ROY, Denny. *China's foreign relations*. Lanham, Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, 1998.

SANTANA, Ivo de. "Relações econômicas Brasil-África: a Câmara de Comércio Afro-Brasileira e a intermediação de negócios no mercado africano", in *Estudos Afro-Asiáticos*, vol. 25, nº. 3, Rio de Janeiro, 2003.

SANTANA, Ivo. "Notas e comentários sobre a dinâmica do comércio Brasil-África nas décadas de 1970 a 1990, in *Revista Brasileira de Política Internacional.* 46(2), 2003, p. 113-137.

SARAIVA, José Flávio S. (ed.). *Foreign Policy and Political Regime*. Brasília: IBRI, 2003.

SARAIVA, José Flávio S. (org.). *Relações internacionais – dois séculos de história: entre a preponderância européia e a emergência americano-soviética (1815-1947).* Brasília: IBRI, 2001.

SARAIVA, José Flávio S. (org.). *Relações internacionais – dois séculos de história: entre a ordem bipolar e o policentrismo (de 1947 a nossos dias).* Brasília: IBRI, 2001.

SARAIVA, José Flávio Sombra. "Política Exterior do Governo Lula: o desafio africano", *RBPI*, 45(2), 2002, p. 5-25.

O Brasile a China-10.indd 326 25/3/2008 00:37:52

SARAIVA, José Flávio Sombra. *O Lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira, de 1946 a nossos dias.* Brasília: Editora UnB, 1996.

SARAIVA, Miriam G; TEDESCO, Laura. "Argentina e Brasil: políticas exteriores comparadas depois da Guerra Fria, in *Revista Brasileira de Política Internacional*, 44(2): 126-150, 2001.

SARDEMBERG, Ronaldo Mota. "A Política de C & T e seus Impactos Externos", in *Carta Internacional*, nº 109, ano X, março de 2001.

SARDEMBERG, Ronaldo Mota. "O Brasil e as atividades espaciais", in *Parcerias Estratégicas*, nº 7, outubro de 1999, p. 5-6.

SCHWARTZ, Gilson. "É Possível Superar a Distância entre Américas e Pacífico", in *Revista Tempo Brasileiro. Mundialização: Ásia e América*, Rio de Janeiro, 125: 31-36, abr.–jun, 1996.

SEILER, Daniel-Louis. *La Politique Comparée*. Paris: Armand Colin, 1982.

SENA, Raquel Ferreira. *A política externa chinesa: o lugar do Brasil.* Dissertação de Mestrado, Departamento de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, 2004.

SERRA, Régine; GODEMENT, François (dir.). *Asie orientale*. Paris: La Documentation Française, 2003.

SHAMBAUGH, David. "China and Europe: the emerging axis", in *Current History*, september 2004.

SHAMBAUGH, David. "L'enjeu stratégique: de l'antagonisme à la compétition dans la coexistence". In Godement, François (dir.). *Chine-États-Unis: entre méfiance et pragmatisme.* Paris: La Documentation Française, 2001, p. 63-85.

SHANGQUAN, Gao; FULIN, Chi (eds.). *New Progress in China's Special Economic Zones.* Beijing: Foreign Languages Press, 1997.

SHANGQUAN, Gao; GUOGUANG, Liu; JUNRU, Ma (eds.). *The Market Economy and China.* Beijing: Foreign languages Press, 1999.

SHICHENG, Xu. "Las diferentes etapas de las relaciones sino-latinoamericanas", in *Nueva Sociedad*, nº. 203, 2006, p. 102-113.

SHIXUE, Jiang. "Globalization and Latin America", in *ILAS Working Paper*, nº 5, 2003, p. 1-14.

SHIXUE, Jiang. "Sino-Latin American Relations: perspectives on the past and prospects for the future", in *ILAS Working Paper*, nº 1, 2002, p. 1-13.

SHIXUE, Jiang. "Una mirada a las relaciones con América Latina", in *Nueva Sociedad*, nº. 203, 2006, p. 62-78.

SIRUTAVICIUS, Vladas. "Lithuanian-polish strategic partnership: gênesis and prospects". Disponível em: <http://www.lfpr.lt/017/3.doc>. Acesso em: 23/09/06.

SOUTO MAIOR, Luiz A. P. *O Brasil em um mundo em transição*. Brasília: Editora Universidade de Brasília / IBRI, 2003.

SPENCE, Jonathan D. *Em busca da China moderna: quatro séculos de história.* São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

O Brasile a China-10.indd 327 25/3/2008 00:37:52

STORY, Jonathan. *China: a corrida para o mercado.* São Paulo: Futura, 2004.

STRATEGIC PARTNERSHIP. "China-Brazil", in *Strategic Partnership*, commemorative issue, may 2004. Beijing: Embassy of Brazil, may 2004.

TEIXEIRA, Welson. "O Caminho da Embraco na China", in Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. *Seminário: Brasil-China no Século XXI*. 26 de abril de 2004. Disponível em: <http://www.bndes.com.br>. Acesso em 24/10/2006.

TEMPO BRASILEIRO. "Relações Brasil – China: Impasses e Perspectivas", abr.–jun, n.º 137, 1999.

TERACINE, Edson Baptista. "Os benefícios sócio-econômicos das atividades espaciais no Brasil", in *Parcerias Estratégicas*, nº 7, outubro de 1999, p. 43-74.

TERACINE, Edson Baptista; PEREIRA, Sergio de Paula; UAMAGUTI, Wilson; RODRIGUES, Mauro Silvio. *Os benefícios do sistema brasileiro de coleta de dados.* São José dos Campos: INPE, 2000.

THE EDITORIAL BOARD OF THE CHINA COMMERCE YEARBOOK. *China Commerce Yearbook 2004*. Beijing: China Commerce and Trade Press, 2004.

THEODORO, Janice. "Mestiçagens: Ocidente e Oriente. Os macaenses entre dois mundos", in *Revista Tempo Brasileiro. Mundialização: Ásia e América*, Rio de Janeiro, 125: 79-110, abr.–jun, 1996.

THEODORO, Janice; Pastore, Fortunato. "A Busca de Harmonia e a Idéia de Revolução: Tian Ming (Mandato Celeste)", in *Revista Tempo Brasileiro. Relações Brasil – China: Impasses e Perspectivas*, Rio de Janeiro, 137: 57-84, abr.–jun, 1999.

VAZ, João. "Matching Developing Countries Needs and Commercial Space Applications". Proceedings of the United Nations / International Astronautical Federation Workshop on Expanding the user community of space technology applications in developing countries / 24-27 september 1998, Melbourne, Australia. New York: United Nations, 1999.

VEIGA, Pedro da Motta. "A política comercial do governo Lula: continuidade e inflexão", in *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, Funcex. Disponível em: <http://www.funcex.com>. Acesso em: 21/09/06.

VEIGA, Pedro da Motta. "Anos 90: as transformações na indústria e as exportações brasileiras", in *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, Funcex. Disponível em: <http://www.funcex.com>. Acesso em: 21/09/06.

VEYNE, Paul. Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1998.

VICENTE, José R.; RESENDE, José V.; PEREZ, Luís H. "Evolução da Balança Comercial Brasil-China no período 1997 a 2003 e perspectivas de negócios bilaterais", in *Informações Econômicas, SP*, vol. 34, nº. 4, abr. 2004.

VIOTTI, Paul R.; KAUPPI, Mark V. International Relations Theory: Realism, Pluralism, Globalism. New York: Macmillan, 1993.

O Brasile a China-10.indd 328 25/3/2008 00:37:52

VIZENTINI, Paulo Fagundes. "A política externa brasileira em transição: do desenvolvimentismo ao neoliberalismo". In Martins, Estevão Chaves de Resende (org.) *Relações Internacionais: visões do Brasil e da América Latina.* Brasília: IBRI, 2003.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. "Relações Brasil-África: a visita de Lula". 10/11/2003, Disponível em: <http://www.ilea.ufrgs.br/nerint/>. Acesso em: 11/10/2005.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *A política externa do regime militar brasileiro.* Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 1998.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Relações Internacionais do Brasil: de Vargas a Lula.* São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2005.

VIZENTINI, Paulo Fagundes; RODRIGUES, Gabriela. *O dragão chinês e os tigres asiáticos.* Porto Alegre: Novo Século, 2000.

WATSON, Adam. *The Evolution of International Society: a Comparative Historical Analysis.* London and New York, Routledge, 1992.

WENWEI, Zhang; Jin, Xu. "SCO in Progress and Perspective", in *International Strategic Studies*, nº 1, 2004, p. 39-43.

XU, Feng. "China y América Latina después del final de la Guerra Fría. In: Lowenthal, Abraham F; Treverton, Gregory F (orgs.). *América Latina en un mundo nuevo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1996, p.181-196.

YAHUDA, Michael. "China's Foreign Relations: the long march, future uncertain", in *The China Quarterly*, no. 159, sept. 1999, p. 650-659.

YAHUDA, Michael. "Chinese dilemmas in thinking about regional security architecture", in *The Pacific Review*, vol. 16, nº 2, 2003, p. 189-206.

YAHUDA, Michael. *Towards the end of isolationism: China's foreign policy ater Mao.* London: MacMillan Press, 1983.

YEBAI, Zhang. "1999: histoire d'une crise dans les rélations sino-américaines". In Godement, François (dir.). *Chine-États-Unis: entre méfiance et pragmatisme.* Paris: La Documentation Française, 2001, p. 21-42.

YINCHUN, Lü. "As Relações Econômico-Comerciais entre a China e o Brasil: Perspectivas para o Século XXI", in *Revista Tempo Brasileiro. Relações Brasil – China: Impasses e Perspectivas*, Rio de Janeiro, 137: 141-144, abr.–jun, 1999.

YONG, Li; REUVID, Jonathan (ed.). *Doing Business with china.* 4th. ed. London: Kogan Page, 2003

ZEMIN, Jiang. *On the "Three Represents"*. Beijing: Foreign Languages Press, 2003.

ZEMIN, Jiang. *Reforma e Construção da China.* Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.

ZHAO, Quansheng. *Interpreting chinese foreign policy: the micro-macro linkage aproach.* New York: Oxford University Press, 1996.

ZHOU, Shixiu. "O Estudo e o Ensino sobre o Brasil e a América Latina na China". In Bellucci, Beluce (org.). *Abrindo os Olhos para a China*. Rio de Janeiro: Editora Universitária Candido Mendes, 2004, 317-333.

O Brasile a China-10.indd 329 25/3/2008 00:37:53

ZICHENG, Ye. "Taking Diplomatic Strategy Adaptable to Environment", in *Contemporary International Relations*, vol. 13, nº 1, January 2003, p. 33-37.

ZONGHE, Qin. "Distinguishing Features of the Asia-Pacific Situation in 2003", in *International Strategic Studies*, nº 1, 2004, p. 18-24.

ZONGZE, Ruan. "Changes and Restrictions", in *Contemporary International Relations*, vol. 13, nº 9, September 2003, p. 47-52.

ZUNGUO, Zhang. "Russian Diplomacy under Putin", in *International Strategic Studies*, nº 2, 2001, p. 17-23.

O Brasile a China-10.indd 330 25/3/2008 00:37:53